Educador,

Este livro que você está recebendo integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Trata-se de um conteúdo que passou por uma criteriosa avaliação do Ministério da Educação, para disponibilizar às escolas públicas brasileiras um material de qualidade.

É importante lembrar que o livro do aluno correspondente a esta disciplina é consumível, ou seja, não precisa ser devolvido ao final do ano, mas abrange os três anos do ensino médio. No caso deste manual do professor, no caso de mudança do professor, é importante que o material permaneça na escola.

Por fim, caso você identifique alguma inconsistência neste material, ela pode ser comunicada ao FNDE por meio do telefone 0800-616161 ou no contato constante em www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico.

Bom trabalho!

Sociologia em movimento

1º, 2º e 3º anos
Ensino Médio

Afrânio Silva
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Colégio Pedro II e da Seeduc. Pesquisador do Ibam.

Bruno Loureiro
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia da rede pública e de escolas particulares do Rio de Janeiro.

Cassia Miranda
Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora de Sociologia da rede pública do Rio de Janeiro.

Fátima Ferreira
Doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Professora e chefe do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

Lier Pires Ferreira
Doutor em Direito (Direito Internacional e Integração Econômica) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia do Colégio Pedro II. Professor adjunto do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes.

Marcela M. Serrano
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Marcelo Araújo
Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.

Marcelo Costa
Mestre em Sociologia (Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.

Martha Nogueira
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.

Otair Fernandes de Oliveira
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Paula Menezes
Mestre em Sociologia (Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.

Raphael M. C. Corrêa
Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.

Rodrigo Pain
Doutor em Ciências pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Estudos Internacionais Comparados) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor da rede pública do Rio de Janeiro.

Rogério Lima
Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia do Colégio Pedro II. Professor do Instituto de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Tatiana Bukowitz
Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.

Thiago Esteves
Mestre em Ciências pelo Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ).

Vinicius Mayo Pires
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Sociologia da rede pública e de escolas particulares do Rio de Janeiro.

Componente curricular: SOCIOLOGIA

MANUAL DO PROFESSOR

2ª edição

São Paulo, 2016

Coordenação editorial: Fernando Carlo Vedovate
Edição de texto: Izabel Perez, Triolet Editorial
Assistência editorial: André dos Santos Araújo
Preparação de texto: Triolet Editorial
Gerência de *design* e produção gráfica: Sandra Botelho de Carvalho Homma
Coordenação de produção: Everson de Paula, Triolet Editorial
Suporte administrativo editorial: Maria de Lourdes Rodrigues (coord.)
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Mariza de Souza Porto
Capa: Douglas Rodrigues José
Foto: Woods Wheatcroft/Getty Images
Coordenação de arte: Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Daniele Fátima Oliveira, Triolet Editorial
Editoração eletrônica: Triolet Editorial
Coordenação de revisão: Adriana Bairrada, Triolet Editorial
Revisão: Triolet Editorial
Pesquisa iconográfica: Triolet Editorial
Coordenação de *bureau*: Américo Jesus
Tratamento de imagens: Triolet Editorial
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Helio P. de Souza Filho, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa
Coordenação de produção industrial: Viviane Pavani
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sociologia em movimento. — 2. ed. — São Paulo : Moderna, 2016.

Vários autores.
Obra em volume único.
"Componente curricular: Sociologia".
Bibliografia.

1. Sociologia (Ensino médio).

16-01980 CDD-301

Índices para catálogo sistemático:
1. Sociologia : Ensino médio 301

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2602-5510
Fax (0_ _11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2016
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

Apresentação

Caros alunos,

É possível que alguns de vocês já tenham entrado em contato com a Sociologia, quer nas aulas de Ciências Sociais no Ensino Fundamental, quer em artigos de revistas ou programas de televisão. Outros, porém, talvez jamais tenham tido essa oportunidade até agora, momento em que chegam ao Ensino Médio. O que é Sociologia? O que faz um sociólogo? Para que serve esse campo de estudos das Ciências Humanas? Eis aqui algumas das inquietações e provocações que nós, professores, estamos acostumados a ouvir. O livro que agora você tem nas mãos pretende, mais do que oferecer respostas prontas, servir como instrumento para que juntos possamos formular as questões importantes para nossa sociedade atual e estabelecer os critérios para criar soluções possíveis, sempre amparados pelo campo científico das Ciências Sociais.

De modo geral, gostaríamos que este livro contribuísse para ampliar os horizontes da sua experiência sobre os mais variados fenômenos sociais, a partir do contato com novas formas de compreensão e apropriação da realidade. A Sociologia oferece ferramentas importantes para entender que a maior parte daquilo que fazemos e dos problemas com os quais lidamos não são determinados pela natureza, mas são hábitos, costumes e crenças histórica e socialmente construídos. Assim, fazemos parte da natureza, somos influenciados por ela, mas ao mesmo tempo nos apropriamos dela e a transformamos; nossa vida cotidiana não é orientada apenas por necessidades biológicas (ingestão de proteínas, por exemplo), mas por necessidades socialmente construídas (comer um prato com arroz, feijão, bife e batata frita), pois definimos diferentes modos de satisfazê-las (ou abrir mão de satisfazê-las, como quando alguém entra em greve de fome por uma causa na qual acredita).

Uma característica importante deste livro é ter sido escrito por mãos calejadas pela prática docente. Nos capítulos que seguem, os temas e as discussões propostas procuram combinar o debate acumulado pela Sociologia ao longo de sua história enquanto disciplina com as inquietações e demandas atuais de jovens que, como você, sentem-se provocados pelas questões e transformações sociais com as quais todos temos que lidar.

Enfim, esperamos que os textos, as atividades, os livros, os filmes, os *sites*, os aplicativos e os jogos propostos permitam fundamentar sua curiosidade com os critérios e argumentos da Sociologia e torne possível e prazeroso o exercício de se apropriar sociologicamente da vida.

Boa leitura!

Organização do livro

Este livro é um curso de Sociologia em volume único, dividido em 6 unidades, com um total de 15 capítulos, para alunos do Ensino Médio.

Abertura de unidade
Apresenta o tema da unidade e uma lista dos capítulos que a compõem.

UNIDADE 2

Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas

- Capítulo 3
  Cultura e ideologia, 62
- Capítulo 4
  Socialização e controle social, 88
- Capítulo 5
  Raça, etnia e multiculturalismo, 108

Monalisa, monacromática (2011), de Mariana Laterza. Acrílica sobre tela, 120 × 80 cm. A recriação de obras consagradas é uma forma de manifestação cultural.

61

Abertura de capítulo
Relaciona os objetivos do capítulo e propõe a Questão motivadora, um ponto de partida que alerta para temas e conceitos do capítulo.

CAPÍTULO 2

A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender a relação entre indivíduo e sociedade como uma questão central para o desenvolvimento da teoria sociológica.
- Relacionar o protagonismo do indivíduo ou da sociedade com as teorias fundamentais da Sociologia clássica.
- Reconhecer a Sociologia contemporânea como um esforço para eliminar a dualidade entre indivíduo e sociedade na análise dos fenômenos sociais.

A MAJEED/AFP

Crianças em escola em Mingora, no Paquistão, em 2013. As situações sociais adversas criam dificuldades para a educação e podem alterar a trajetória de vida das pessoas. Mas o esforço dos indivíduos e da comunidade também tem sua influência.

NIKOLAY DOYCHINOV/AFP

Os critérios de inclusão e exclusão são histórica e socialmente construídos e revelam as contradições entre interesses dos diferentes grupos que formam uma sociedade. Jovens brincam no quintal de uma instituição correcional de menores próximo ao vilarejo de Boychinovtsi, na Bulgária, em 2015.

Questão motivadora

É possível eximir a sociedade da responsabilidade sobre as ações dos jovens em situações tão diversas quanto o envolvimento com o crime e o mérito escolar?

38 39

1 Primeiras palavras

Leonardo Marchetti, 32 anos, formado em Gestão de Comércio Eletrônico, já trocou de emprego em busca de novos desafios, mas atualmente sofre com o desemprego, depois de a empresa em que trabalhava ter realizado um corte de vagas. Ele tem encontrado dificuldade para voltar ao mercado de trabalho, continua na busca por uma colocação, mas cogita passar a trabalhar por conta própria, abrindo uma microempresa.

Muitos jovens nascidos entre as décadas de 1980 e 1990, no Brasil, enfrentaram o desemprego, que se acentuou por volta de 2015. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, entre maio de 2014 e maio de 2015, o desemprego subiu de 4,9% para 6,7%, e que esse crescimento atingiu com mais força os jovens de 18 a 24 anos. Nessa faixa, a taxa de desocupação passou de 12,3% em 2014 para 16,4% em 2015. Ainda de acordo com o IBGE, em maio de 2014 e maio de 2015, o grupo de 18 a 24 anos representava 32% da população desocupada, e o de 25 a 49 anos, 51,1%. O indivíduo desempregado, de modo geral, sofre pressões sociais por não ser considerado bem-sucedido. Mas será que a valorização do trabalho só diz respeito à sociedade contemporânea?

Na história das sociedades ocidentais, o trabalho foi usado para classificar pessoas. A atividade intelectual sempre teve valor maior que a atividade braçal, estabelecendo uma hierarquia entre os indivíduos. Na Grécia antiga, o trabalho braçal era associado à escravidão. Os romanos viam os escravos como instrumentos de trabalho, dividindo-os conforme a seguinte classificação: *instrumentum vocale* (escravo), *instrumentum semivocale* (animal) e *instrumentum mutum* (ferramenta). Se verificarmos a origem latina da palavra "trabalho" (*tripalium*, antigo instrumento de tortura), vamos confirmar o valor negativo atribuído às atividades laborais.

Mosaico romano do século III a.C. mostra trabalhos braçais realizados no passado por escravos na Grécia e em Roma. Culturalmente marginalizados, esses trabalhos eram destinados àqueles que não podiam se dedicar às atividades intelectuais. Mosaico romano do século III, 99 × 206 cm.

Mulheres trabalham em fábrica por volta de 1939. A divisão do trabalho e a introdução das máquinas no processo produtivo modificaram as relações sociais de produção. Nessa época, era corrente o emprego da mão de obra feminina em condições aviltantes.

Na Idade Média, a sociedade era essencialmente agrária. Portanto, possuir terra significava riqueza. Além da terra, os senhores feudais detinham o poder político e militar. A imagem, uma iluminura de autor desconhecido, criada por volta de 1515, mostra servos preparando as terras de um senhor feudal para cultivo.

Na Idade Moderna, o surgimento do capitalismo promoveu transformações profundas nessa perspectiva desfavorável do trabalho. Nas principais economias do mundo ocidental, o trabalho deixou de ser visto como uma atividade repugnante e se transformou em algo capaz de dignificar o ser humano. De acordo com Max Weber, a Igreja protestante desempenhou papel fundamental nessa transformação ao pregar o ascetismo, isto é, a vida regrada e a inclinação para o trabalho como caminho para a salvação.

Cronologia

1801 · 1857 · 1906 · 1929 · 1931 · 1935 · 1943 · 1966 · 1980 · 2002 · 2006 · 2015

216 217

Cronologia
No início de cada capítulo, uma linha do tempo traz datas marcantes e fatos históricos pertinentes ao tema desenvolvido.

Saiba mais
Introduz informações complementares importantes para compreender a abrangência do tema do capítulo.

No Brasil, apesar dos avanços legais que criminalizaram diferentes formas de discriminação, ainda são numerosos os episódios de atitudes preconceituosas. A reincidência dessas atitudes produz, em indivíduos e grupos sociais, a consolidação de estigmas, que podem resultar em situações de violência extrema.

Saiba mais

Apartheid – exemplo de segregação

O *apartheid* foi a política oficial de segregação racial da África do Sul. Para seus formuladores, tratava-se de desenvolvimento separado dos colonizadores europeus e da população negra nativa. Apesar de já contar com uma legislação segregacionista que criava áreas restritas para negros e brancos e proibia relações afetivas inter-raciais desde o começo do século XX, somente a partir de 1948, com a vitória do Partido Nacional Africâner (formado por descendentes dos colonizadores holandeses que desenvolveram na África do Sul uma cultura específica, com idioma e hábitos próprios), houve a institucionalização do *apartheid* como projeto nacional.

Para sua implantação, um conjunto de atos jurídicos legalizou o racismo e promoveu a segregação racial no país. As primeiras leis do *apartheid* foram o *Mixed Marriage Act* (Lei do Casamento Misto), de 1949, e o *Immorality Act* (Lei da Imoralidade), de 1950, que proibiam casamentos e relações sexuais e afetivas inter-raciais.

O *Group Areas Act* (Lei das Áreas de Grupos), instituído também em 1950, designava os locais de residência e de trabalho nas cidades de acordo com a raça de seus habitantes, e foi o fundamento do sistema de *apartheid* urbano. A lei impedia que não brancos vivessem em certas cidades ou bairros e trabalhassem em áreas economicamente mais viáveis.

Em 1953, o governo decretou o *Reservation of Separate Amenities Act* (Lei da Conservação de Diversões Separadas) e instituiu a separação espacial das categorias raciais em relação ao lazer. Espaços públicos, como praias, piscinas, banheiros, teatros, cinemas, ginásios de esportes, além de meios de transporte e bibliotecas, passaram a ser restritos de acordo com as categorias raciais estabelecidas pela Lei de Registro da População (*Population Registration Act*), que dividia a população em grupos "raciais": *white* (brancos), *coloured* (mestiços e indianos) e *native* (negros).

O regime segregacionista sul-africano terminou em 1994, com a eleição de Nelson Mandela, o principal líder da resistência ao *apartheid* na África do Sul. Mandela esteve preso de agosto de 1962 a fevereiro de 1990 e, ao ser libertado aos 72 anos – em virtude das pressões políticas e sociais exercidas sobre o regime sul-africano por países de todo o mundo –, continuou a luta contra a segregação sofrida pelos negros em seu país. Foi presidente da África do Sul de 1994 a 1999 e comandou a transição do regime do *apartheid* para uma África do Sul democrática e multirracial. Na atualidade, apesar do fim do regime de segregação, a crise econômica e a desigualdade social fazem com que a maior parte da população (da qual os negros são maioria absoluta) ainda viva em condições de pobreza e miséria. Dados do relatório da ONU *O estado das cidades do mundo 2010* colocam as cidades sul-africanas Johanesburgo, Ekurhulen e Buffalo City como algumas das cidades mais desiguais do mundo.

Mulher negra limpa banheiro público de Johanesburgo, em 1985, reservado para brancos.

Homem exibe jornal que anuncia a libertação de Nelson Mandela em 11 de fevereiro de 1990.

Campanha para a eleição de Nelson Mandela à presidência da África do Sul em 1994.

117

Considerações sociológicas
Esta seção esmiúça um tema vinculado ao capítulo para revelar os diferentes pontos de vista com base nos temas estudados.

Considerações sociológicas

Uma breve radiografia da terceirização no Brasil

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados estão mais sujeitos a acidentes por terem piores condições de trabalho; trabalham, em média, três horas a mais por semana, recebem menores salários e têm menos direitos trabalhistas em relação aos trabalhadores contratados diretamente pelas empresas. São Paulo (SP, 2015).

As pesquisas mais recentes sobre terceirização, em várias regiões do Brasil, têm chegado, invariavelmente, aos mesmos resultados, confirmando uma epidemia sem controle.

Conforme observado por Druck e Franco (2007), nos anos 2000, a terceirização cresceu em todas as direções, destacadamente no setor público e nas empresas estatais. No caso do setor privado, atingiu as áreas nucleares das empresas e passou a usar novas modalidades, a exemplo das cooperativas, das empresas pejotizadas e do trabalho em domicílio, também chamado de teletrabalho. Os diversos setores pesquisados nestes anos, como bancários, *telemarketing*, petroquímico, petroleiro, além das empresas estatais e privatizadas de energia elétrica, comunicações, assim como nos serviços públicos de saúde, revelam, além do crescimento da terceirização, as múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados em todas estas atividades: nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical.

É sabido que não há estatísticas precisas sobre a terceirização no Brasil, dada a dificuldade de captá-las junto às empresas, mas o Dieese, através da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), estimou, para as principais regiões metropolitanas, que, em 2009, 11,6% dos empregados urbanos eram subcontratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalhavam para empresas. Em estudo mais recente (Dieese-CUT, 2011) registrava que em 2010 os setores "tipicamente terceirizados" correspondiam a 25,5% dos empregos formais no Brasil. Nesse mesmo estudo, um conjunto de indicadores revela as desigualdades entre trabalhadores terceirizados e os demais, pois a remuneração dos empregados em setores tipicamente terceirizados é 27,1% menor do que a dos demais empregados; a jornada de trabalho é de três horas a mais para os terceirizados; o tempo de permanência no emprego é 55,5% menor do que o dos demais empregados; e a taxa de rotatividade nas empresas tipicamente terceirizadas é de 44,9%, enquanto nas demais empresas é de 22,0%.

Para o estado de São Paulo, Pochmann (2012) mostra a evolução do número de trabalhadores formais em atividades tipicamente terceirizáveis, que salta de 110 mil em 1995 para mais de 700 mil em 2010. No período 1996-2010, o crescimento médio anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% ao ano e de 12,4% o aumento médio anual do número de empresas. [...]

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra? *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 79, n. 4, p. 222, out./dez. 2013.

228

Organização do livro

Interfaces
Explicita a relação dos temas trabalhados nos capítulos com as demais áreas do conhecimento, em especial com as Ciências Humanas, favorecendo a interdisciplinaridade e a busca por solução de problemas práticos do cotidiano dos estudantes.

Interfaces Desenho Geométrico, Arte e Física

Perspectivas

Pode-se dizer que o maior objetivo do ensino de Sociologia na Educação Básica seria a contribuição para o desenvolvimento, por parte dos alunos, de um novo olhar sobre a realidade social. Nesse sentido, deve-se partir do pressuposto de que o olhar sociológico e a forma de se produzir conhecimento com base nesse olhar admitem diferentes perspectivas, abordagens distintas que buscam explicações e interpretações para um mesmo fenômeno social. Assim, a aquisição de um suporte teórico e metodológico e o desenvolvimento de uma sensibilidade e de um interesse especial com questões que envolvem a vida em sociedade são também fundamentais para que se possa exercitar o estranhamento em relação aos fenômenos sociais e sua desnaturalização, permitindo o desenvolvimento e o reconhecimento de novas maneiras de olhar e interpretar a realidade.

Como forma de aprofundar a reflexão para a compreensão da Sociologia como ciência e como disciplina escolar, propomos uma atividade que possa envolver as disciplinas de Sociologia, Desenho Geométrico, Arte e Física em torno da ideia de **perspectiva**.

A palavra *perspectiva* possui diferentes significados. Pode-se falar em perspectiva com relação à representação de figuras tridimensionais sobre uma superfície plana, causando impressões de profundidade, espessura etc. Pode-se também abordar a perspectiva como ponto de vista sobre determinada situação ou realidade a ser analisada. É possível ainda ver a perspectiva com referência ao futuro, quando se projeta algo que poderá vir a acontecer com base em dada realidade. Em todas essas acepções, fica clara a importância da noção de representação e de olhar.

O Desenho Geométrico evidencia formas de construção gráficas que produzem ilusões de ótica. A Física compreende que a ilusão de ótica demonstra como funciona o sistema visual humano. A Arte, por sua vez, apropria-se dessa possibilidade para apresentar como "realidade visual" mundos lógica e fisicamente impossíveis, assim como para produzir o efeito de realidade ilustrando realidades tridimensionais em telas planas. A ilusão de ótica revela que a percepção que temos do mundo é, em grande medida, produzida por nós mesmos. Devemos gerar essa consciência também em relação à realidade social, por meio das diferentes perspectivas sociológicas.

Atividade

Diante dessas reflexões, propomos trabalhar com os diferentes significados de perspectiva por meio da análise de algumas obras do artista gráfico holandês M. C. Escher. Veja a imagem representada em *Relatividade*, de 1953, e tente determinar qual foi o ponto de vista adotado pelo artista nessa tela. Qual é a experiência espacial das figuras representadas na pintura? Qual é a experiência do admirador da obra? E qual é o estranhamento que cada ponto de vista produz?

O uso da perspectiva realizado por Escher em *Relatividade*, de 1953, convida a uma reflexão sobre o tema, que pode ser trabalhado em diversas disciplinas.

56

Glossário
Pequenas inserções criadas para esclarecer alguns termos e conceitos que aparecem ao longo do capítulo.

Livro

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2009.

Carolina Maria de Jesus foi uma catadora de papel e moradora da favela do Canindé (São Paulo, SP) na década de 1950. Com os pedaços de papel que encontrava no lixo e um velho caderno, escreveu suas anotações relatando o cotidiano de sua realidade de dificuldades com os três filhos, os sonhos e as tensões sociais por ela vividas. A obra, que permanece atual em todos os seus aspectos, foi traduzida em 13 idiomas, tornando-se um *best-seller* internacional.

Quem escreveu sobre isso

Octavio Ianni

Na análise de Octavio Ianni, os escravos libertos foram incorporados à sociedade de classes como mão de obra subalterna.

Nasceu em 1926 na cidade de Itu, interior de São Paulo. Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) em 1954; depois, cursou mestrado sob orientação de Florestan Fernandes. Em 1961, recebeu o título de doutor, também pela USP, com a tese *O negro na sociedade de castas*. Foi professor da referida universidade, aposentando-se em 1969 durante o regime militar. Suas pesquisas concentram-se nas áreas de raça, Estado, América Latina, revoluções e classes.

Outro aspecto da desigualdade sofrida pela população negra são os casos de discriminação e violência dos quais são vítimas. O *Mapa da violência de 2014* (disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>, acesso em 3 mar. 2016), apresenta dados alarmantes. Os jovens negros constituem a maioria das vítimas de homicídio. Entre 2002 e 2012, enquanto a taxa de brancos assassinados caiu de 19.846 em 2002 para 14.928, o número de negros mortos subiu de 29.656 para 41.127 no mesmo período. De acordo com o coordenador da pesquisa, o sociólogo Julio Waiselfisz (1941-), os dados indicam o caráter seletivo das mortes. Uma pesquisa da Universidade de São Carlos divulgada em 2014 demonstrou que 58% das mortes provocadas por policiais no estado de São Paulo têm como alvo a população negra, que, por sua vez, corresponde a apenas 34% da população do estado.

No que se refere à juventude negra, outro dado importante são as diferenças no acesso à educação. Os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (Pnad) de 2011, detalhados no gráfico abaixo e abrangendo a população de 18 a 24 anos de idade, demonstram que os jovens negros entre 18 e 24 anos possuem inserção escolar desigual em relação à população branca. Isso se explica pelas dificuldades encontradas pela população negra de entrar e permanecer na escola. Ainda que se tenha observado melhora nos índices relacionados à juventude negra, quando comparados com os da juventude branca, verifica-se que eles são muito inferiores. Essa inserção desigual tem consequências, por exemplo, no mercado de trabalho. Os dados da Pnad de 2012 indicaram que, dos trabalhadores desempregados, 59,9% eram negros, um aumento em relação ao ano anterior, cujo percentual era de 57,6%. Na Pnad seguinte, esse índice subiu para 60,6%.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é realizada pelo IBGE e tem como objetivo obter informações anuais sobre os aspectos socioeconômicos e demográficos da população brasileira. Por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas: educação, trabalho, rendimento, habitação, fecundidade, saúde, entre outras. Outros temas podem ser incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação do país.

Desigualdade entre os jovens

	Fundamental regular	Médio regular	Outros (2)	Superior (3)
Branca – 2001 (1)	11,9	34,3	14,2	39,6
Branca – 2011	4,5	24,1	5,7	65,7
Preta ou parda – 2001 (1)	32,2	43,9	13,7	10,2
Preta ou parda – 2011	11,8	45,2	7,2	35,8

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos. (3) Inclusive graduação, mestrado ou doutorado.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

244

Direito e sociedade
Apresenta leis que regulamentam a questão social estudada no capítulo, demonstrando a importância da ordenação jurídica para a organização da sociedade.

Direito e sociedade

PEC das domésticas

A extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos, consolidada na Lei Complementar 150 de 1º de junho de 2015, gerou inúmeras controvérsias na sociedade brasileira. De um lado, estavam os que tinham sido contrários à lei, argumentando que se criaria uma situação insustentável do ponto de vista econômico, pois oneraria a classe média e poderia levar ao desemprego da categoria.

De outro, houve os que defenderam sua aprovação afirmando que a lei fora resultado de décadas de uma luta pela regulamentação formal da categoria. Em 2013, o sociólogo Joaze B. Costa, da Universidade de Brasília, foi contundente ao classificar os opositores da lei como produtores de um discurso "eticamente insustentável, encharcado de herança escravagista, baseado na exploração principalmente de mulheres negras".

Para muitos, o debate é resultado de décadas de luta para que os trabalhadores domésticos fossem equiparados aos demais trabalhadores. Esquecida pelas leis trabalhistas da década de 1940, a categoria, constituída em sua imensa maioria de mulheres negras, não pode ter sua trajetória desvinculada da questão racial no Brasil. Em muitos casos, a função é uma derivação direta das tarefas exercidas pelos negros no período anterior à abolição. A função de propriedade do patrão é destacada por Creuza Maria de Oliveira, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas em 2012. "Se você pega um jornal, vê: precisa-se de empregada que não estude e que durma no emprego. É um objeto na casa do empregador", diz ela.

De acordo com Joaze B. Costa, "o Brasil não pode submeter trabalhadores domésticos a um tratamento desigual, com privação de direitos, para garantir o conforto da classe média". No entanto, ele chama a atenção para o fato de que a legislação é apenas um caminho na construção de uma nova representação das trabalhadoras e trabalhadores dessa categoria.

Passados alguns anos, cabe avaliar. Será que somos capazes de perceber a vinculação entre a situação das domésticas e as questões de gênero e raça que marcam a desigualdade social no Brasil? Até que ponto temos sido capazes de construir um novo olhar sobre o trabalho doméstico no Brasil? Ou a luta apenas começou?

Trabalhadoras domésticas comemoram a ampliação de seus direitos. Na imagem, cena do filme *Que horas ela volta?*, que retrata a relação entre empregadas domésticas e patrões.

Atividade

Forme um grupo com os colegas de turma e, após uma programação inicial, realize uma pesquisa com trabalhadoras domésticas.

1. Procure identificar se a legislação em vigor é cumprida pelos seus empregadores.
2. Verifique se na percepção das domésticas a lei modificou efetivamente suas condições de trabalho.
3. Peça que façam uma comparação entre a situação anterior e a atual.

251

Quem escreveu sobre isso

Apresentação de alguns pensadores cujas ideias foram discutidas porque criaram novas formas de entender as questões sociais abordadas no capítulo.

Filme

◆ **Brava gente brasileira**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2001.
Direção: Lúcia Murat.
Duração: 104 min.

No final do século XVII, o cartógrafo Diogo e alguns soldados se dirigem ao Forte Coimbra, no interior do país. No caminho, deparam-se com um grupo de mulheres indígenas e as estupram. Diogo é forçado por Pedro, chefe dos soldados, a participar do ato. O filme retrata o choque entre as culturas branca e indígena, além de discutir os conflitos entre Diogo, Pedro e outras personagens.

Relações de parentesco

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Para o Estruturalismo, as relações de parentesco são uma das formas de compreender as relações em um sistema cultural. Todas as sociedades conhecidas estabelecem regras para casamentos possíveis e proibidos entre seus membros.

Quem escreveu sobre isso

ULF ANDERSEN/GETTY IMAGES

Claude Lévi-Strauss, criador da Antropologia Estruturalista.

Claude Lévi-Strauss

Claude Lévi-Strauss (1908-2009) é considerado o criador da Antropologia Estrutural. Iniciou seus estudos sobre os indígenas brasileiros quando foi professor da Universidade de São Paulo (USP), nos anos 1930. Em suas obras, propõe a busca pelo entendimento das estruturas que conferem sentido a um sistema cultural. Em contraposição à escola funcionalista, defendeu a **etnologia**, em lugar da etnografia, como principal método de estudo da cultura.

Etnologia
Etnologia é a área da Antropologia que estuda os hábitos culturais de diferentes populações com base nos dados obtidos por meio de pesquisa de campo, isto é, pela etnografia.

Antropologia Interpretativa: o primado dos significados

A Antropologia Interpretativa – também chamada Antropologia Hermenêutica ou Simbólica – confere à história papel diferenciado. Nessa perspectiva, a cultura é um sistema simbólico, uma complexa “teia de significados” tecida pelos próprios seres humanos e da qual estes não podem se libertar.

Seu principal representante é o antropólogo estadunidense Clifford Geertz, cujas bases teóricas estão na Sociologia Compreensiva de Max Weber. Para Geertz, o comportamento humano é sempre simbólico, dependente de como os indivíduos percebem a si próprios e das ações que resultam dessa percepção.

Essa corrente permite, por exemplo, compreender o comportamento esperado de um torcedor no estádio de futebol no meio de sua torcida. Nesse ambiente, espera-se que ele, assim como os demais, vibre, grite e torça de modo entusiasmado a cada ataque de seu time. A forma de torcer representa um conjunto de símbolos com significados compartilhados entre indivíduos de um mesmo grupo social.

◆ 72

Atividades

Ao final de cada capítulo, esta seção contém questões para pesquisa, debate, reflexão e revisão, além de exames de seleção que permitirão o contato com as questões do Enem e de vestibulares.

Atividades

Reflexão e revisão

Questão 1

Ao longo deste capítulo, discutimos as diferentes faces do processo de socialização e de controle social. Vimos algumas análises sociológicas sobre o tema e de que maneira elas nos ajudam a compreender a realidade social e o modo como os indivíduos e grupos agem na sociedade. Tendo por base os conteúdos estudados, responda às perguntas a seguir.

1. Em que consiste o processo de socialização e quais tipos de socialização podem ser identificados?
2. Explique a diferença entre grupos e instituições sociais.
3. De que modo o controle social permite estabelecer uma previsibilidade no comportamento dos indivíduos e grupos sociais?
4. Analise o impacto das tecnologias da informação nos processos de socialização e de interação social atualmente.

Questão 2

“Segundo a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos estados com o maior número de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, destaca-se o estado de São Paulo, um total de 7.069 jovens internos (50% das internações no Brasil) [...] Nos últimos dez anos, avalia-se que as reformas no sistema socioeducativo no estado de São Paulo permitiram o aumento dos encarceramentos de jovens, não em decorrência do aumento da criminalidade, mas sim em virtude da construção de instituições destinadas à punição e também pela implementação de medidas socioeducativas em meio aberto.”

TEIXEIRA, Joana D’Arc. Punição e controle social da juventude: políticas contrárias aos direitos humanos. *Anais do Encontro Fazendo Gênero*. Florianópolis, 2008.

A vida de muitos jovens brasileiros, em particular os de classes populares urbanas, é marcada pelo encarceramento e por uma sociabilidade violenta, em que a força se torna o princípio organizador das relações sociais. Com base nos conceitos de socialização e controle social, pode-se dizer que (marque a opção correta):

a) Muitos desses jovens vivem em ambientes violentos e, portanto, agem de maneira violenta, ameaçando a convivência social. Cabe ao Estado restabelecer a ordem social, com o uso de prisões.
b) O aumento da taxa de jovens encarcerados indica, por um lado, problemas no processo de socialização dos jovens que não são integrados às normas sociais vigentes e, por outro, uma tentativa do Estado de utilizar a punição como modo de controle social diante dos problemas relacionados à formação social da juventude.
c) O cárcere representa uma forma de controle social do crime, em que o Estado atua como agente de proteção dos demais membros da sociedade.
d) O cárcere substitui a escola para muitos desses jovens, sendo, portanto, uma instituição que transmite um conjunto de regras que podem ajudar a recuperar jovens criminosos.

Questões para debate

MARTYNOVA ANNA/SHUTTERSTOCK

Questão 1

Observe a imagem e responda: qual é a importância das atividades lúdicas das crianças no processo de socialização? De que modo essas atividades auxiliam na preparação para o exercício do papel social?

Questão 2

Tomemos como objeto de estudo as relações amorosas na atualidade: a expressão “ficar”, surgida espontaneamente nas dinâmicas relacionais juvenis, representativa de um comportamento de experimentação afetiva descompromissada e superficial, generalizou-se de tal modo que passa a ser modelo de um comportamento considerado normal e até desejável entre adolescentes e jovens. Diante dessa consideração, podemos identificar o “ficar” como instituição social?

◆ 106

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, 2013)

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra civil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou Quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.

Nabuco, J. *O abolicionismo* (1883). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual

a) copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
b) incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais.
c) optava pela via legalista de libertação.
d) priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
e) antecipava a libertação paternalista dos cativos.

Questão 2

(Enem, 2013)

ALEXANDRE AFFONSO

A charge revela uma crítica aos meios de comunicação, em especial à internet, porque

a) questiona a integração das pessoas nas redes virtuais de relacionamento.
b) considera as relações sociais como menos importantes que as virtuais.
c) enaltece a pretensão do homem de estar em todos os lugares ao mesmo tempo.
d) descreve com precisão as sociedades humanas no mundo globalizado. E concebe a rede de computadores como o espaço mais eficaz para a construção de relações sociais.
e) concebe a rede de computadores como o espaço mais eficaz para a construção de relações sociais.

Questão para pesquisa

“Nos últimos anos, e de forma cada vez mais intensa, podemos observar que os jovens vêm lançando mão da dimensão simbólica como a principal e mais visível forma de comunicação, expressa nos comportamentos e atitudes pelos quais se posicionam diante de si mesmos e da sociedade. É possível constatar esse fenômeno nas ruas, nas escolas ou nos espaços de agregação juvenil, onde os jovens se reúnem em torno de diferentes expressões culturais, como a música, a dança, o teatro, entre outras, e tornam visíveis, através do corpo, das roupas e de comportamentos próprios, as diferentes formas de se expressar e de se colocar diante do mundo.

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões, assumem um papel de protagonistas, atuando de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. Nesse contexto, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza. Muitos deles deixam de ser simples fruidores e passam também a ser produtores, formando grupos musicais das mais diversas tendências, compondo, apresentando-se em festas e eventos, criando novas formas de mobilizar os recursos culturais da sociedade atual além da lógica estreita do mercado.”

DAYRELL, Juarez. O *rap* e o *funk* na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

Em grupo, pesquisem quais são as maneiras de socialização na cidade onde moram. Avaliem o papel da música na socialização dos jovens de hoje. Comparem com as gerações de seus pais e apresentem um painel apontando semelhanças e diferenças entre essas formas de socialização.

107 ◆

Organização do livro

Indicações
Esta seção traz informações sucintas sobre filmes, documentários, livros e endereços eletrônicos que dialogam com o tema do capítulo.

Filme
- Terra para Rose

Brasil, 1987.
Direção: Tetê Moraes.
Duração: 84 min.

O filme retrata a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1980, quando começam a se organizar para lutar por seus direitos. Em particular, abarca a trajetória pessoal de Rose, que vive um drama pessoal sem, no entanto, perder a esperança.

A relação com o Estado: parceria e confronto

Graças ao caráter emancipador, ou seja, de libertação de algum tipo de dominação, e também de busca pela equiparação de direitos, típico da maioria dos movimentos sociais, por muito tempo acreditou-se que sua relação com o Estado só poderia ser de confronto. Mas isso ocorre unicamente quando o Estado é centralizador e autoritário ou dominado por apenas um grupo ou pela elite nacional, como ocorreu durante o regime civil-militar no Brasil (1964-1985).

A situação social e política de uma sociedade ajuda a definir o perfil dos movimentos, ao mesmo tempo que oferece as bases para identificar as causas do seu surgimento. O estudo das bases sociais em relação à revolta e à obediência revela que situações de repressão política podem ter efeito imediato, mas são de difícil manutenção a longo prazo, porque geram ainda mais revolta. A violência do Estado é um elemento que dificulta a proliferação dos movimentos sociais como forma de reivindicação, porém, nos regimes democráticos, esses movimentos tendem a se desenvolver valendo-se das garantias constitucionais de direitos civis e políticos.

Quando o Estado é mais aberto às demandas da sociedade civil, ampliam-se as possibilidades de que a relação entre esses atores políticos não seja apenas de confronto. Muitas vezes, os movimentos buscam justamente que suas demandas sejam consideradas pelo Estado e transformadas em leis ou em políticas públicas. Da mesma forma, o Estado pode procurar os movimentos sociais a fim de atender melhor às necessidades da população ou, simplesmente, legitimar a autoridade estatal diante da sociedade.

Objetivos: transformação e conservação

Outra maneira que a Sociologia encontrou para compreender os movimentos sociais foi identificar as consequências que suas demandas trariam para toda a sociedade se fossem atendidas.

Os movimentos lutam por causas que vão além dos interesses particulares, e seus objetivos, quando alcançados, transformam a vida de muitas pessoas, além daquelas envolvidas diretamente nas ações. Isso ocorre pela universalização das conquistas, que afeta pessoas em um mesmo espaço político (como um país, por exemplo), e pela sua sedimentação em forma de leis, que estende essas conquistas para futuros cidadãos.

Filme
- O sonho de Rose

Brasil, 2000.
Direção: Tetê Moraes.
Duração: 92 min.

Dez anos depois de seu primeiro filme (*Terra para Rose*), a diretora Tetê Moraes reencontra os personagens daquele primeiro assentamento e traça um panorama de suas trajetórias pessoais e coletivas.

Essa característica comum aos movimentos sociais permite verificar se as demandas dos grupos organizados buscam superar uma ordem social estabelecida, propor maior rigidez do sistema político ou servir de apoio à busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos. Um exemplo do primeiro caso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo objetivo é mudar uma estrutura de uso e distribuição da terra, historicamente excludente, por meio da reivindicação da reforma agrária e usando as ocupações como instrumento do repertório de suas ações políticas.

No que se refere a movimentos sociais que estabelecem relação de parceria com o Estado, pode ser citada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 19 de março e em 2 de abril de 1964, respectivamente, organizada por grupos conservadores contra a "ameaça vermelha", ou seja, o comunismo, e o então presidente João Goulart.

Integrantes do MST ocupam fazenda em Tapes durante a Jornada Nacional de Lutas do MST pela Reforma Agrária (RS, 2015).

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na região central de São Paulo (SP, 1964). Os manifestantes pediam a deposição do então presidente da República, João Goulart, por meio de um golpe militar.

Na busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos enquadram-se os esforços históricos dos trabalhadores e as lutas pela cidadania de mulheres, negros, homossexuais e outras minorias sociais, que foram responsáveis por avanços nessas conquistas. Atualmente, as lutas são travadas pelo exercício desses direitos, ou seja, por sua existência concreta e sua conservação.

A longo prazo, os objetivos de transformação ou de conservação da organização social levaram os movimentos sociais a serem classificados como revolucionários ou reformistas.

Movimentos revolucionários visam promover uma reorganização radical de toda a sociedade e transformar, assim, não apenas as leis internas que estruturam o Estado, mas também as próprias bases que legitimam sua autoridade e permitem seu funcionamento. Já os movimentos reformistas aceitam a estrutura das instituições sociais e políticas, embora a considerem passível de melhorias e objetivem eliminar abusos de determinados setores sobre os demais.

4 Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta aspectos como sistemas de organização, tipos de relações estabelecidas por seus integrantes, orientações desenvolvidas com as instituições sociais e estruturas a serem transformadas, entre outros aspectos. A reflexão sobre tais elementos deve sempre ser acompanhada de contextualização histórica e espacial em relação ao surgimento e ao desenvolvimento dos movimentos sociais.

Um primeiro modelo mostra os chamados movimentos sociais tradicionais, que se constituíram principalmente com base nas lutas dos trabalhadores desde a consolidação do capitalismo. Esses movimentos se caracterizam por apresentar organização vertical e rígida estrutura hierárquica, e neles os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente. Tais movimentos travam fortes embates políticos com o Estado porque buscam transformações nas estruturas econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Os movimentos tradicionais, em grande parte, pretendem assumir o controle do Estado ou, ao menos, transformar sua estrutura.

Site
- www.mst.org.br

Acesso em: fev. 2016.
Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que são divulgadas ações e reivindicações dos trabalhadores rurais, textos e vídeos sobre o MST e outros movimentos sociais.

MovimentAção
Ao fim de cada unidade, há uma proposta de "arregaçar as mangas" e dedicar-se a uma atividade que explora experiências vinculadas à política e à cidadania

MovimentAção O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): o Brasil de direito e o Brasil de fato

Como vimos nos capítulos 1 e 2, a sociedade é uma realidade singular que transforma seus integrantes e é por eles transformada. Uma das transformações sociais mais importantes se refere ao reconhecimento do indivíduo como ser autônomo, dotado de direitos e deveres, a quem se faz indispensável a garantia de sua dignidade e de seu pleno desenvolvimento. Esse princípio é a preocupação central do pensamento social moderno, com base no qual os autores clássicos e contemporâneos da Sociologia refletiram sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. As diferentes legislações mencionadas ao longo de nossa primeira unidade são exemplos de regras sociais criadas que transformam a sociedade e são por ela transformadas.

Entretanto, as reflexões desenvolvidas na unidade demonstram que, apesar do protagonismo do indivíduo, a realidade vivida em diferentes sociedades, inclusive no Brasil, ainda não condiz com nosso ideal moderno de indivíduo. Em nosso país, muitas vezes o ideal de sociedade traduzido na legislação foi chamado "Brasil de direito", enquanto a realidade do dia a dia, muito distante desse ideal, é chamada "Brasil de fato". Reconhecer a diferença entre esses dois "Brasis" é um primeiro passo para descobrir suas causas e construir propostas viáveis para a construção de uma sociedade na qual os direitos são realidades de fato.

Sabemos, portanto, que a realidade social é um fenômeno humano complexo que permite diversas abordagens. Diferentes áreas do conhecimento e de atuação profissional dedicam-se a refletir sobre suas mais variadas facetas. Sociólogos, geógrafos, historiadores, filósofos, engenheiros, arquitetos, bacharéis em Direito, militares, ambientalistas, médicos, artistas e pesquisadores de outras tantas disciplinas dedicam-se a estudar cada aspecto de nossa realidade, descrever suas transformações e características, diagnosticar seus problemas e elaborar projetos para seu desenvolvimento.

Crianças em Freguesia do Andirá, Amazonas, 2011. Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente são órgãos deliberativos responsáveis por assegurar a prioridade a crianças e adolescentes. Previstos pelo ECA, eles formulam e acompanham a execução das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência.

Sumário do livro

Sumário do livro

CAPÍTULO 7

Democracia, cidadania e direitos humanos, 170

CAPÍTULO 8

Movimentos sociais, 194

UNIDADE 4

Mundo do trabalho e desigualdade social , 213

CAPÍTULO 9

Trabalho e sociedade, 214

Sumário do livro

CAPÍTULO 10

Estratificação e desigualdades sociais, 232

UNIDADE 5

Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas, 257

CAPÍTULO 11

Sociologia do Desenvolvimento, 258

CAPÍTULO 12

Globalização e integração regional , 282

UNIDADE 1

Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo

RENATO SOARES/PULSAR IMAGENS

Professor pataxó leciona em escola indígena, na aldeia Boca da Mata, no município de Porto Seguro (BA, 2014). A diversidade das sociedades humanas é caracterizada pela capacidade de todos os grupos sociais produzirem, transmitirem e aprenderem conhecimentos sobre si e a realidade.

CAPÍTULO 1

Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender que a produção de conhecimento é uma característica de todas as sociedades humanas.
- Identificar na realidade social os diferentes tipos de conhecimento produzidos pela humanidade.
- Utilizar as Ciências Sociais como meio de conhecer a realidade social.

PIPO GIALLUISI

Grafite em uma passagem subterrânea de pedestres sob a rua da Consolação, em São Paulo (SP, 2014). Diferentemente da ciência, a arte é uma das formas que as sociedades utilizam para conhecer a realidade.

Estudantes colocam em prática a teoria aprendida nas aulas de Química e Física: com o auxílio da lupa, captam a luz solar para gerar calor e queimar objetos. O conhecimento científico é uma forma de conhecimento, fundamentada na observação e na experimentação sistematizadas.

Meninos jogando futebol em pequeno campo de futebol flutuante no rio Negro, no município de Tepequém (RR, 2010). Os saberes e as práticas comuns produzidos com base nas relações entre os indivíduos são parte importante do conhecimento social ao qual se dedica a Sociologia.

◆ Questão motivadora

Como as Ciências Sociais podem colocar em discussão as nossas certezas sobre o mundo?

1 Primeiras palavras

Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em setembro de 2014, informava que 805 milhões de pessoas passavam fome em todo o mundo. Esse número representava um em cada nove seres humanos que viviam no planeta. A ONU também apontava que a maior parte dos que passavam fome vivia em países em desenvolvimento. Isso nos mostra que, em pleno século XXI, antigos problemas continuam a desafiar a humanidade. Por isso, é cada vez mais importante compreender o mundo e os fenômenos que fazem parte do dia a dia.

Para cada problema vivenciado por homens e mulheres em vários lugares da Terra, como a falta de comida ou a distância entre duas cidades, diferentes sociedades encontraram diferentes soluções. Entretanto, tendo como referência a história ocidental até o final da Idade Média, essa busca por conhecimento e soluções não acontecia em relação às transformações e aos conflitos sociais: os choques entre religiões, os conflitos geracionais, a estrutura familiar e a organização política e econômica, entre outros, eram entendidos como fenômenos naturais ou como resultados da providência divina. Nesses casos, não cabia à humanidade interferir. Uma realidade na qual não se pode intervir não é vivida como um problema, mas como um destino, e um destino não pode ser objeto da ação humana e do conhecimento científico.

Somente a partir do século XVIII, por causa das grandes revoluções que ocorreram no período, as sociedades e suas diferentes realidades começaram a ser discutidas e vistas como construções passíveis de serem transformadas pela ação humana. Mais do que isso, essas transformações poderiam ser realizadas considerando objetivos traçados pela própria sociedade, com base em princípios éticos **modernos** que propunham a liberdade, a igualdade e a fraternidade contra a servidão, a hierarquia e a exploração.

O contexto social que mudou o modo como as sociedades ocidentais olhavam para si mesmas e as converteu em objeto da ciência foi um processo sócio-histórico que envolveu três grandes revoluções: uma econômica (Revolução Industrial), uma política (Revolução Francesa) e outra cultural (Iluminismo).

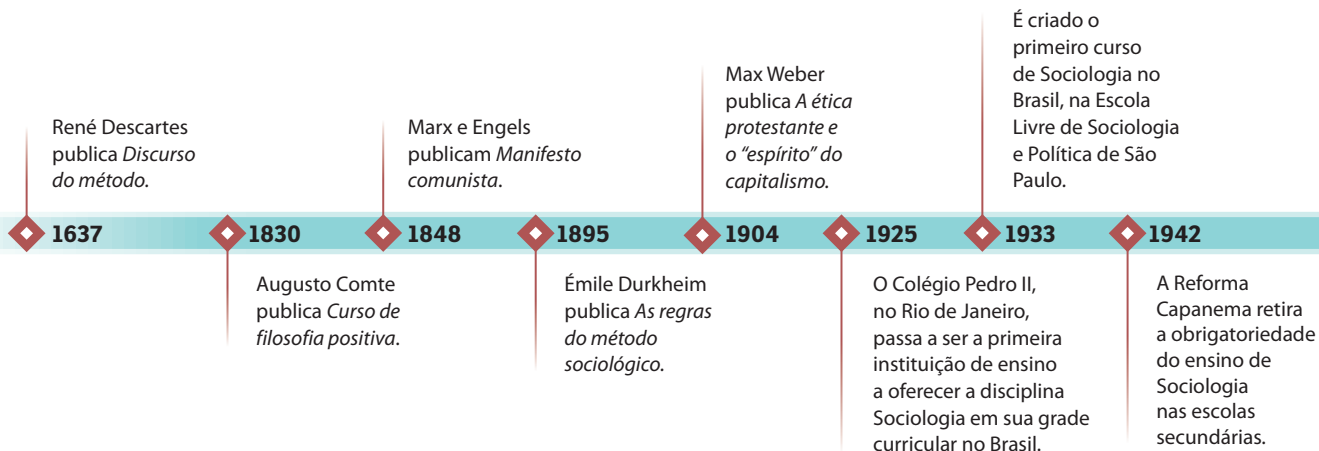
Nesse contexto, o conhecimento religioso e filosófico construído ao longo dos séculos foi confrontado com outro modo de compreender a realidade social: o conhecimento científico. Somente então foi possível o surgimento da **Sociologia**, ciência que objetiva compreender os conflitos, as permanências e as transformações das sociedades contemporâneas. Em conjunto com a **Antropologia** e a **Ciência Política**, a Sociologia constitui o campo do conhecimento denominado **Ciências Sociais**.

Site

- **www.sociologia.seed.pr.gov.br**

Acesso em: maio 2016.

Site da disciplina de Sociologia do Portal Dia a Dia Educação, do estado do Paraná. Apresenta diferentes documentos e informações sobre o tema.

Cronologia

Elas buscam compreender a realidade social e propor soluções para os inúmeros conflitos sociais contemporâneos. Ainda que, na prática, a divisão entre as três ciências não seja rigorosa, por convenção, a Antropologia prioriza os fenômenos culturais, a Ciência Política, as relações de poder e instituições políticas, e a Sociologia, a análise das relações e estruturas sociais.

Neste capítulo, iniciaremos juntos a caminhada para entender como a Sociologia nos permite **desnaturalizar** nossas certezas e por que o método científico é uma ferramenta indispensável para o sucesso dessa empreitada.

Desnaturalizar
A ideia de desnaturalização ou estranhamento na Sociologia consiste em perceber os fenômenos sociais como construções humanas resultantes de outros fenômenos sociais, não como aspectos imutáveis da natureza.

2 As diferentes formas de conhecimento

A espécie humana não se limita a sobreviver no mundo. Ela também procura entendê-lo e modificá-lo de acordo com as diferentes formas como percebe a realidade. Essa busca, que articula a realidade objetiva (como se apresenta aos sentidos) e a realidade subjetiva (tal qual é percebida pelos indivíduos), é a matriz sobre a qual se constrói o que convencionamos chamar **conhecimento**.

Podemos definir o conhecimento como toda compreensão e prática adquiridas, cuja memória e transmissão permitem lidar com as tarefas do dia a dia. Quando uma pessoa age de acordo com sua experiência de vida, expressa uma forma de conhecimento do mundo. Correr a favor do vento e segurar um martelo pelo cabo são habilidades adquiridas com a experiência, um tipo de conhecimento construído na vida comum. Do mesmo modo, quando um cientista anuncia uma descoberta, também apresenta um tipo de conhecimento sobre a realidade. Portanto, podemos afirmar que somos todos capazes de produzir conhecimento, mas existem diferenças de acordo com a forma como esse conhecimento é produzido.

Orientado pela experiência e transmitido por gerações, o conhecimento produzido nas sociedades adquire formas tão diversas quanto as próprias sociedades. Pode-se, por exemplo, resolver um problema imediato (como atravessar um rio sem se afogar), responder a uma questão transcendental, isto é, que vai além da nossa existência material (como o sentido da vida e da morte), resolver uma pendência social (como determinar o justo proprietário de uma terra) ou desvendar as estruturas do Universo (de que forma definir a menor partícula que compõe a matéria).

É possível tentar explicar as mais diversas questões com base na experiência ou mediante o que se aprende com os pais, na crença em Deus ou em um livro sagrado, em sistemas lógicos de pensamento ou, ainda, em regras e critérios sistemáticos de **investigação** e de **verificação**.

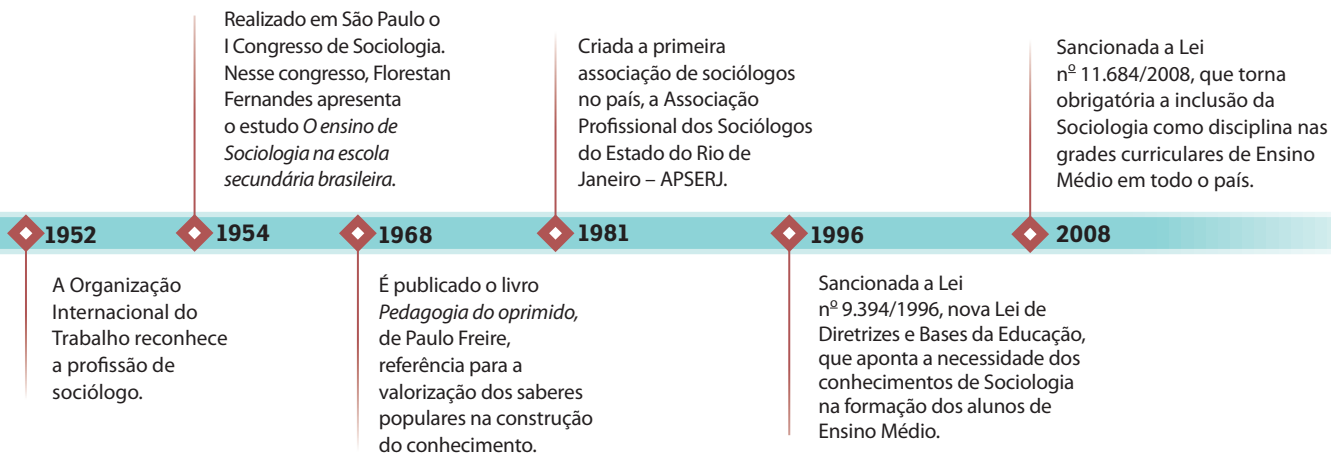
1952 A Organização Internacional do Trabalho reconhece a profissão de sociólogo.

1954 Realizado em São Paulo o I Congresso de Sociologia. Nesse congresso, Florestan Fernandes apresenta o estudo *O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira.*

1968 É publicado o livro *Pedagogia do oprimido,* de Paulo Freire, referência para a valorização dos saberes populares na construção do conhecimento.

1981 Criada a primeira associação de sociólogos no país, a Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro – APSERJ.

1996 Sancionada a Lei nº 9.394/1996, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que aponta a necessidade dos conhecimentos de Sociologia na formação dos alunos de Ensino Médio.

2008 Sancionada a Lei nº 11.684/2008, que torna obrigatória a inclusão da Sociologia como disciplina nas grades curriculares de Ensino Médio em todo o país.

As explicações obtidas com regras e critérios sistemáticos de investigação e de verificação constituem a forma de conhecimento que chamamos de **ciência**.

Pela possibilidade de ser criticada e corrigida, pela flexibilidade para absorver inovações e expandir sua área de atuação, pela eficiência na forma como orienta a intervenção no mundo, pelo caráter plural que permite sua prática em diferentes culturas, a ciência é hoje o modo mais aceito de produção de conhecimento. No entanto, ainda que ela seja importante para a produção material da sociedade, outros conhecimentos produzidos no dia a dia, baseados na prática e na experiência, estão presentes na vida social. As conquistas das lutas políticas e a eficácia dos saberes tradicionais dos povos, assim como diferentes produtos da inteligência coletiva (desenvolvida por meio do trabalho colaborativo e disponibilizada para a sociedade especialmente por meio das novas tecnologias informacionais, como a internet), são exemplos disso.

Conhecimento religioso

O fato de a ciência ser o meio de produção de conhecimento mais amplamente aceito nas sociedades industrializadas não significa que outros meios tenham desaparecido. Quando o conhecimento sobre o sentido da vida ou sobre como proceder diante da inevitabilidade da morte é fundamentado na crença em Deus ou em um livro sagrado, ele é chamado **conhecimento teológico** ou **religioso**.

Remeta à discussão sobre a influência da religião no senso comum brasileiro ao longo da história.

Saiba mais

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

No Brasil, 92% da população declara ter religião. Na foto, igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Ouro Preto (MG, 2015).

Religião

A religião pode ser entendida como o conjunto de crenças e práticas comuns de uma coletividade, organizado com base em uma ou mais divindades, que determinam os princípios morais desse grupo e suas interpretações do mundo. Cada expressão ou manifestação religiosa se caracteriza por símbolos e rituais específicos. As tradições religiosas mais difundidas na atualidade são o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, o judaísmo e o budismo. Além dessas, existem milhares de outras manifestações religiosas em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, convivem centenas de religiões, que podem ser reunidas em cinco grandes grupos: católicos, evangélicos, espíritas, afro-brasileiros e de outras manifestações religiosas, como o islamismo, o judaísmo, o budismo e o hinduísmo. Estas últimas representam apenas uma pequena parcela das crenças religiosas dos brasileiros.

Grandes grupos de religião no Brasil (em relação à população total)

Católica Apostólica Romana	Evangélicas	Espíritas	Umbanda e Candomblé	Outras religiosidades	Sem religião
64,6%	22,2%	2,1%	0,4%	2,7%	8,0%

Fonte: IBGE. *Censo demográfico 2010*: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Diferentemente da ciência, a religião é um conhecimento sustentado pela crença na existência de uma realidade exterior ao mundo que influencia a percepção e a explicação da realidade social. Seus ensinamentos orientam uma compreensão e uma prática da vida fundamentadas nos princípios religiosos.

Conhecimento filosófico

A Filosofia também procura explicar a realidade. Mas, diferentemente da fundamentação religiosa, que tem como princípio a fé em uma verdade revelada, amparada em um ou mais deuses ou profetas, a Filosofia empreende um esforço para dar sentido racional aos mistérios do mundo com base no questionamento e na reflexão.

Ainda que seus resultados não precisem ser comprovados em testes de verificação, eles não podem deixar de obedecer aos princípios da razão. Ao procurar responder a questões como "o que é?", "como é?" e "por que é?", em outras palavras, ao buscar a essência, a significação e a origem das coisas, a Filosofia se vale do **pensamento racional** e da **lógica** para justificar e sistematizar o conhecimento que produz.

Saiba mais

Filosofia e Filosofia das Ciências Sociais

A Filosofia é uma disciplina acadêmica que está inter-relacionada com diferentes campos do saber, pois trabalha com questões como a natureza do entendimento, da lógica, da linguagem e da causalidade. Essas questões são importantes para diferentes ciências, entre elas a Sociologia.

Por esse motivo, existe uma especialidade filosófica chamada Filosofia das Ciências Sociais, que se propõe, entre outras coisas, a questionar os fundamentos da construção teórica, dos métodos de coleta de dados e dos resultados da Sociologia.

O questionamento dos fundamentos da ciência promovido pela Filosofia é importante para que a Sociologia continue a se transformar, de maneira que aprimore suas técnicas, renove seu compromisso ético e aperfeiçoe os resultados.

Assim, a Filosofia das Ciências Sociais pesquisa os processos de construção de conceitos, a relação entre a teoria e a realidade, o lugar dos valores em sua argumentação, a natureza da ação, o papel da linguagem e as formas para comprovar uma teoria sociológica.

Conhecimento do senso comum

Desde que nascemos, apreendemos continuamente informações sobre o mundo. A convivência em sociedade nos transmite o que é essencial para sobrevivermos.

Esse conhecimento fundamentado na experiência, ou na experiência que nos é transmitida, é chamado **senso comum**. É como se a **experiência** fosse um conjunto de fenômenos sobre os quais não cabe questionamento e que, por esse motivo, se impõe como a base das opiniões, ideias e concepções que acabam por prevalecer em determinado contexto social.

Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o senso comum é o conhecimento vulgar e prático que orienta nossas ações no cotidiano e lhes dá sentido. De fato, na maior parte do tempo, ao tomarmos decisões, não realizamos reflexões elaboradas nem experimentos em laboratório. Apenas agimos de acordo com o que consideramos adequado, com base em nossa experiência no mundo. Quando o céu fica carregado de nuvens negras, não é preciso ser cientista para saber que logo virá uma tempestade. Sabemos disso porque, todas as vezes em que choveu, o céu tinha sido tomado por nuvens escuras.

Senso comum
Compreende o conjunto de saberes e práticas produzidos com base nas experiências concretas das sociedades humanas. É construído pela observação e pelo aprendizado diante dos fenômenos cotidianos. É transmitido socialmente ao longo das gerações, em uma ou mais coletividades.

HONGQI ZHANG/ALAMY/GLOW IMAGES

FERNANDO FAVORETTO

Socióloga entrevista participante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em 2012: a coleta de dados empíricos é um dos fundamentos das Ciências Sociais.

Pais ensinam filho a andar de bicicleta. A experiência e a transmissão de conhecimentos práticos sobre a vida são características do senso comum.

Conhecimento científico

O escurecer do céu e a tempestade que o sucede podem ser analisados mediante a aplicação de um método rigoroso de investigação que explicaria as causas e consequências desse fenômeno, as condições em que ele acontece ou sua periodicidade. Ao seguir esse método, o investigador não apenas produzirá um conhecimento válido como também poderá promover sua aplicação útil. No século XX, o conhecimento formal fundamentado na observação e na experimentação, aliado a sua aplicação útil, tornou-se a principal característica do que chamamos **ciência**.

A formação dos indivíduos será discutida com maior profundidade no capítulo 3, no qual é abordado o tema da socialização.

O conhecimento científico também é resultado da busca constante por explicações sobre os diferentes eventos que acontecem em nosso mundo. No entanto, essas explicações precisam ser construídas mediante rigorosa execução de um **método** organizado, com base em teorias coerentes e socialmente aceitas.

Ciência
Estudo sistemático e metódico dos diferentes fenômenos naturais ou sociais. É realizado com base na seleção de um objeto de pesquisa, que é então analisado por meio de um conjunto de técnicas de investigação e procedimentos de verificação aprovados coletivamente por um grupo de profissionais da área do conhecimento em questão.

3 Ciência e senso comum: opostos ou complementares?

Desde que a ciência se estabeleceu como o principal meio de conhecimento dos fenômenos naturais e sociais, sua relação com o senso comum tornou-se objeto de debates. De um lado, estão aqueles que a consideram um conhecimento hierarquicamente superior ao senso comum; de outro, os que consideram complementares os dois tipos de conhecimento.

O sociólogo Pedro Demo defende que a **pesquisa** é o modo pelo qual se conhece a realidade. A investigação é uma característica fundamental da ciência. Ao comparar o senso comum com a ciência, ele afirma que o primeiro aceita a realidade sem questionamentos nem pesquisas. Isso equivale a afirmar que o Sol se movimenta em torno da Terra porque o vemos nascer no leste e se pôr no oeste. Ao contrário, a ciência é construída com base em pesquisas metodologicamente fundamentadas.

Saiba mais

ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK

Considerado um dos fundadores do pensamento sociológico, Augusto Comte é o criador do Positivismo.

Positivismo

Corrente de pensamento criada pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), o Positivismo está relacionado ao surgimento da Sociologia como ciência. Seu método exige que o investigador assuma uma atitude laica e pragmática na busca dos princípios que governam a vida social, como um físico que procura identificar as leis do mundo natural. O Positivismo defende o princípio de que a ciência é o caminho para o progresso da humanidade e que só se pode afirmar que uma teoria é correta se ela for comprovada por meio de métodos científicos válidos. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil, tendo exercido significativa influência no país, que expressa em sua bandeira republicana o lema positivista "Ordem e progresso".

Os defensores da oposição entre ciência e senso comum destacam a ciência como conhecimento imparcial e racional, enquanto o senso comum é visto como um olhar parcial e irracional sobre a realidade. Essa concepção tem origem no **Iluminismo**, movimento intelectual e político que, ao longo do século XVIII, defendeu a ciência como o caminho para a superação do chamado Antigo Regime.

A defesa da ciência como único conhecimento válido e aceito e a crítica aos outros meios de explicação do mundo, principalmente o religioso, serviram de fundamento para que, no século XIX, se desenvolvesse uma corrente de pensamento conhecida como **Positivismo**. Nela, a ciência é o único conhecimento útil a ser perseguido pela humanidade, a única maneira de investigar e conhecer a realidade e a única forma legítima de resolver os problemas que a impediriam de atingir sua plenitude.

Em uma segunda vertente, estão aqueles que consideram a ciência e o senso comum conhecimentos complementares. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que a oposição entre ciência e senso comum se justificou nos séculos XVIII e XIX, principalmente nas Ciências Naturais, para promover a ciência como o principal meio de conhecimento do mundo. Na atualidade, tal oposição não se justifica e deve ser substituída por uma aproximação que transforme tanto o senso comum quanto a ciência. Assim, o senso comum se tornaria menos supersticioso e restrito à tradição, enquanto a ciência ficaria mais acessível e inteligível a todos, mediante o surgimento de novos veículos de divulgação científica e a universalização da educação.

Iluminismo
Movimento intelectual surgido na Europa no século XVIII. O Iluminismo teve grande influência nas transformações políticas e econômicas ocorridas nesse período. Suas propostas mais relevantes foram a defesa da liberdade econômica e política e a valorização da ciência como principal meio de compreensão do mundo. Seus ideais serviram aos interesses da burguesia nascente contra a estrutura social do Estado absolutista. John Locke, Voltaire, Charles de Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau e Adam Smith são alguns dos principais teóricos do Iluminismo e tiveram papel central na construção do pensamento social contemporâneo.

Quem escreveu sobre isso

MAURICIO LIMA/AFP

Boaventura de Sousa Santos

Sociólogo português (1940-), especialista em Sociologia do Direito, é defensor da aproximação entre ciência e senso comum e incentivador da ação dos movimentos sociais como meio de enfrentar crises. Dirige atualmente o projeto de investigação Alice – espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo.

Boaventura de Sousa Santos enfatiza a importância da complementaridade entre senso comum e ciência.

Quem escreveu sobre isso

CLÓVIS CRANCHI SOBRINHO/ESTADÃO CONTEÚDO

Paulo Freire

Educador e filósofo pernambucano (1921-1997), revolucionou a educação ao criar uma pedagogia emancipadora, na qual o educando se liberta das visões **naturalizadas** pelas classes dominantes e constrói seu aprendizado utilizando a realidade de seu próprio contexto. Em *Pedagogia da autonomia*, Freire defende que o conhecimento que o educando traz para a escola deve ser respeitado e orientado para que ele possa produzir uma **interpretação crítica** e não alienante do mundo em que vive.

Paulo Freire propôs uma nova visão sobre a educação, que valorizava as práticas culturais e os saberes populares.

Essa percepção de ciência e senso comum como formas complementares de conhecimento também pode ser encontrada na obra de Paulo Freire. Segundo ele, não há produção de conhecimento sem que haja conexão entre o sujeito que o produz e sua realidade social. Isso significa que o senso comum determina o alcance e o tipo de conhecimento produzido. Contrapondo-se ao Positivismo, Freire defende que o conhecimento da realidade acontece com base no modo como os indivíduos explicam o mundo em seu cotidiano e na valorização do saber popular – uma das modalidades do senso comum.

Segundo essa visão, todo conhecimento científico teria por objetivo converter-se em senso comum. Assim, em um tempo no qual a ciência se tornasse popular, o senso comum também passaria a adquirir novo caráter, mais crítico e menos receptivo a verdades prontas que não apresentassem fundamentos racionais e objetivos para serem validados. Nesse sentido, ciência e senso comum seriam percebidos como complementares.

Por exemplo, a classe burguesa que liderou a Revolução Francesa para depor o rei absolutista e proclamar uma república não aceitou a premissa religiosa que orientava o senso comum, segundo a qual os reis governavam por direito divino. Ao argumentar que os homens eram todos iguais e que seria impossível provar que Deus escolhera um em detrimento dos demais para governar, o **pensamento liberal** burguês proclamava que os próprios cidadãos deveriam decidir, por critérios definidos por eles mesmos, quem seria o governante.

Antes, o senso comum aceitava que os reis fossem coroados por ordem divina; hoje ele rejeita essa hipótese, que durante séculos teve valor de verdade. Nas sociedades democráticas ocidentais, acredita-se que o voto confere legitimidade ao governante pelo período estipulado para seu mandato. A difusão dessa concepção pelo mundo tem sido a base para questionar governos ditatoriais em diferentes épocas e lugares.

Mais recentemente, eventos ligados à chamada Primavera Árabe – um conjunto de movimentos sociais que atingiu vários países árabes a partir de 2011 – serviram para questionar um poder solidamente estabelecido e que até então não se mostrava passível de ser questionado. Embora na maior parte dos casos não se tenha alcançado um estado de liberdades democráticas nesses países, houve o questionamento efetivo da situação, com consequências que impossibilitaram o retorno completo ao estado de coisas anterior à eclosão desses protestos.

Filme

O óleo de Lorenzo

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 1992.
Direção: George Miller.
Duração: 136 min.

Aos seis anos, Lorenzo recebe o diagnóstico de adrenoleucodistrofia (ALD), doença rara que atinge o cérebro e leva à morte. Desenganados pelos médicos, seus pais passam a questionar a ciência médica tradicional e a buscar alternativas que sejam capazes de impedir o avanço da doença.

CLAUDIA WIENS/ALAMY/GLOW IMAGES

Manifestante protesta na Praça Tahrir, no Cairo, Egito, em 2011. Os eventos da Primavera Árabe contaram com a presença de milhares de pessoas, inclusive mulheres, que buscavam ampliar seus direitos civis.

Primavera Árabe

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 45 e 49.

Informe aos alunos que o debate sobre a democracia moderna e os regimes políticos será aprofundado na unidade 3.

Em 2011, uma onda de protestos oriundos das redes sociais tomou conta das ruas em diversos países do Oriente Médio e norte da África, resultando na queda de governantes que ocupavam o poder havia décadas. Cinco anos depois de iniciado o processo, não existia ainda estabilidade nesses países, e a realidade estava muito longe da pretendida "revolução democrática".

A contribuição da Sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea

Diferentemente dos modos de organização da vida social que a precederam, a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir explicações distintas sobre si mesma, graças ao papel exercido pelo conhecimento científico. Se pensar sobre a vida social é uma característica das sociedades humanas, com a Sociologia esse pensar adquire rigor e perspectiva singulares, que se expressam na construção de diferentes métodos de análise sobre o mundo.

A busca por uma interpretação científica da realidade social

O estabelecimento da ciência como principal meio de explicar o mundo influenciou o modo como a realidade social passou a ser interpretada a partir do século XIX. As transformações sociais, políticas e econômicas que culminaram com as revoluções Industrial e Francesa trouxeram para seus contemporâneos novos dilemas a serem enfrentados.

No que se refere à Revolução Industrial, é importante entender que ela alterou profundamente as relações sociais e econômicas vigentes na época. Em lugar da tradicional economia agrária, consolidou-se uma realidade cada vez mais urbanizada, com o aumento da população nas cidades e o rápido desenvolvimento do comércio e da industrialização. Surgiu também uma mão de obra barata e abundante, formada principalmente pelos camponeses que haviam sido expulsos das antigas propriedades comunais, convertidas agora em propriedades privadas. Essa mão de obra foi submetida a condições laborais insalubres e jornadas exaustivas. O trabalho nas fábricas era realizado sem nenhum tipo de proteção contra doenças ou acidentes, sem salário fixo nem garantia de emprego, configurando um novo e terrível quadro social de exploração e desigualdade, cada vez mais afastado dos ideais iluministas que antecederam a sociedade capitalista.

Filme

Os miseráveis

REPRODUÇÃO

Reino Unido, 2012.
Direção: Tom Hooper.
Duração: 158 min.

A obra se baseia no musical de mesmo nome, de Alain Boublil, Claude-Michel Schönberg e Herbert Kretzmer, que por sua vez é inspirado no romance escrito por Victor Hugo. Na Europa do século XIX, um ex-presidiário é vítima da perseguição de um policial. O filme retrata a situação social vivida pela classe operária no século XIX.

COLEÇÃO PARTICULAR

A pobreza gerada pela Revolução Industrial e suas consequências foram retratadas em muitas obras de arte ao longo do século XIX. Ao lado, a rua Dudley, em Londres, ilustrada por Gustave Doré em 1872.

AFP

Barricada durante a Comuna de Paris (França), em 18 de março de 1871, organizada pela população parisiense revoltada após a derrota na Guerra Franco-Prussiana e as consequentes dificuldades socioeconômicas do país. Com o povo no poder, a Comuna foi a primeira república proletária da história.

Indique aos alunos que o tema da desigualdade social, em razão de sua importância para a Sociologia, será analisado mais profundamente na unidade 4.

A Revolução Francesa transformou radicalmente tanto o saber sobre a política quanto a sua prática. A **classe burguesa** ascendente, impedida pela aristocracia de governar durante o Antigo Regime, impôs uma nova maneira de ver o mundo, fundamentada na razão e na observação da realidade. Com base nessa nova compreensão, foram construídos princípios éticos de ação, que se transformaram na bandeira revolucionária: liberdade, igualdade e fraternidade.

Entretanto, a sociedade surgida sob o novo regime, liberal e de economia capitalista, não alcançou seus objetivos e ficou distante do ideal que havia sido forte o suficiente para ajudar a derrotar a antiga aristocracia.

A histórica desigualdade entre nobres e plebeus assumiu nova forma: a desigualdade entre **proprietários** (donos de terras e fábricas) e não proprietários (**trabalhadores rurais** e **operários**). O fim da servidão estabeleceu uma liberdade apenas formal, que desapareceu diante da necessidade de sobrevivência dos trabalhadores, aos quais era pago um pequeno salário em troca de jornadas laborais de até 16 horas diárias. A exploração dos senhores sobre os servos, que deveria ser eliminada pela fraternidade, ressurgiu então na forma do **lucro**, que enriquecia poucos à custa do trabalho de muitos.

Essa nova condição de igualdade jurídica, mas de desigualdade econômica e social, foi questionada por intelectuais, movimentos sociais e trabalhadores organizados de diferentes setores da sociedade. A luta por melhores condições de vida e de trabalho e por participação política nas decisões sobre o destino da sociedade fez crescer o clamor por soluções que impedissem o esfacelamento da sociedade europeia. Esse espírito de insatisfação e a possibilidade de conhecer as causas das desigualdades e de criar soluções racionais foi o sentimento que mobilizou o desenvolvimento das Ciências Sociais, ainda que de forma conservadora, sustentado pelo *status quo* diante de possibilidades radicais de transformação da sociedade.

No momento em que os problemas da sociedade passaram a ser percebidos como passíveis de solução, ela se tornou objeto de estudo científico. Em seu *Curso de filosofia positiva*, Augusto Comte foi o primeiro a definir a **Sociologia** como a ciência que busca a compreensão dos fundamentos das relações sociais. Naquele contexto, ela foi pensada como técnica para encontrar soluções para os problemas da sociedade industrial europeia, principalmente o da **desigualdade**, que tantos riscos causava à ordem social capitalista e burguesa.

Ao longo dos últimos dois séculos, as análises da Sociologia possibilitaram não somente a compreensão das questões relativas ao processo de industrialização, mas também de todas as estruturas da sociedade contemporânea, contribuindo para que os indivíduos e as coletividades possam entender-se como parte de estruturas sociais nas quais são plenamente capazes de interferir.

Sociologia
Ciência que tem papel importante na explicação e na interpretação dos fenômenos sociais. É utilizada como base reflexiva em diferentes áreas do conhecimento, da Medicina ao Direito. Esse saber permite traçar um panorama bastante amplo dos problemas da sociedade. Desde 2008, é disciplina obrigatória nas escolas de Educação Básica no Brasil, tendo papel central na formação dos estudantes e na reflexão crítica por parte destes.

Os métodos de análise sociológica da realidade social

A análise sociológica consolida progressivamente um conjunto de procedimentos (ou métodos) científicos que auxiliam na compreensão da realidade social. Nas Ciências Sociais, esses métodos são os caminhos que levam à explicação dos fenômenos sociais e à construção do conhecimento. Há três grandes vertentes metodológicas na Sociologia, cada qual correspondente a um dos três grandes autores clássicos: o funcionalismo, a sociologia compreensiva e o materialismo histórico e dialético.

O funcionalismo ou método comparativo

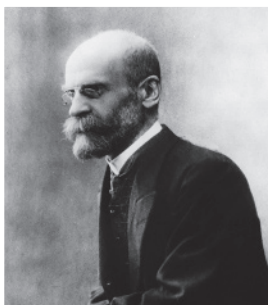
O funcionalismo ou método comparativo constitui uma adaptação do método experimental das Ciências Naturais à análise da realidade social, o qual é constituído das seguintes etapas: observação do fenômeno, formulação de hipóteses e realização de experiências, com o objetivo de comprovar as hipóteses. A pesquisa experimental analisa um fenômeno qualquer, de modo que seja possível chegar a leis (regularidades) que permitam elaborar generalizações e teorias explicativas sobre o fenômeno observado. Na Sociologia, a influência desse método aparece na análise funcionalista, cujo precursor foi Émile Durkheim. Para ele, a legitimidade da Sociologia como ciência dependia da delimitação clara de seus objetos e métodos de análise. Ademais, ela deveria explicar que os fenômenos sociais são regidos por leis que independem da vontade dos indivíduos, o que o levou a concluir que as revoluções seriam tão impossíveis quanto "os milagres".

O funcionalismo defende que tudo aquilo que existe na sociedade possui uma função, assim como cada um dos órgãos humanos, como o coração e os pulmões, contribui para manter um indivíduo vivo. Para essa corrente de pensamento nada é irracional ou sem significado. Tudo tem uma função na sociedade. A escola é um exemplo de **instituição social**. Ela tem a função de transmitir às novas gerações os saberes essenciais da vida social, permitindo a sobrevivência dos principais valores e conhecimentos da sociedade.

Na análise funcionalista, há interdependência de todos os elementos de um **sistema social**. Por isso, a análise sociológica deve considerar os fenômenos particulares do ponto de vista de sua integração ao conjunto da vida social. Com base nessa lógica, desenvolveu-se o método comparativo, que confronta e classifica diferentes sistemas sociais. Valendo-se desse método, Durkheim considera que as sociedades industriais europeias são mais complexas do que as sociedades tribais das Américas e da África, por exemplo.

Sistema social
Conjunto formado pela interação orientada entre diferentes elementos na sociedade, de tal modo que qualquer alteração em um elemento interfere no desempenho do todo. É um conceito utilizado para conceber a sociedade como se fosse formada por diferentes partes que estabelecem interdependência entre si.

Quem escreveu sobre isso

LEEMAGE/OTHER IMAGES

Émile Durkheim instituiu a Sociologia como disciplina universitária.

Émile Durkheim

O francês Émile Durkheim (1858-1917) foi um dos precursores da Sociologia. Em suas obras, procurou discutir o objeto de estudo da Sociologia e seus métodos para explicar os fenômenos sociais, buscando também distingui-la de outras disciplinas, como a Biologia e a Psicologia. Suas obras mais importantes foram *Da divisão do trabalho social* (1893), *As regras do método sociológico* (1895) e *O suicídio* (1897). Essa última constitui uma pesquisa ampla, na qual Durkheim defende a eficácia de suas teses na produção de uma análise científica de um fenômeno social.

O método compreensivo

A segunda vertente sociológica surgiu na Alemanha, com Max Weber. De acordo com ele, os fenômenos sociais exigem um método próprio de estudo, diferente daqueles utilizados pelas Ciências da Natureza. Estas procuram explicar os fenômenos da natureza, que se caracterizam pela regularidade. Já as Ciências Sociais procuram compreender os fenômenos da sociedade. Tal compreensão só é possível com a análise dos significados, ou seja, dos sentidos que as pessoas dão à vida e a suas ações em diferentes culturas.

O método compreensivo de Max Weber defende que a ação humana tem intenção e sentido próprios, e cabe à Sociologia interpretar essa maneira de agir, tornando-a compreensível. Logo, para compreender os fenômenos sociais, o pesquisador deve descobrir a motivação dos atores sociais neles envolvidos. Para o método compreensivo, o indivíduo e suas motivações são o ponto de partida para que o sociólogo possa conhecer a realidade social que se propõe a investigar. Por isso, o método weberiano ficou conhecido como individualismo metodológico.

De acordo com Weber, um mesmo fenômeno social pode ser explicado com base em inúmeras causas, e estas somente podem ser encontradas pela análise das particularidades de cada fenômeno.

O materialismo histórico e dialético

Uma terceira vertente do método sociológico surgiu no século XIX, porém apenas no século XX foi considerada uma disciplina acadêmica. Trata-se do **materialismo histórico e dialético**, cujas bases foram desenvolvidas por Karl Marx.

Nesse método, combinam-se a interpretação materialista da história e a análise dialética da realidade social. De acordo com Marx, na produção da vida material – isto é, dos bens necessários à sobrevivência da sociedade –, são estabelecidas relações de produção em que determinados grupos exercem dominação sobre outros. Do conflito entre os diferentes interesses surgem as transformações históricas que geram novos modos de produção.

Site

- **http://portacurtas.org.br**

Acesso em: maio 2016.

Disponibiliza um acervo superior a 1.000 filmes de curta-metragem, sobre os mais diferentes temas, entre eles materiais que podem servir de base para discussões sobre a sociedade contemporânea e o conhecimento científico.

O *site* também fornece dados catalográficos, além de um banco com informações completas sobre mais de 7.700 curtas brasileiros produzidos desde meados da década de 1980 e alguns anteriores a esse período. Permite a busca de filmes por diretor, elenco, título e até por palavras dos diálogos.

Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Max Weber: a compreensão dos fenômenos sociais está nos significados que os indivíduos conferem a suas ações.

Max Weber

O sociólogo, historiador e economista alemão Max Weber (1864-1920) desenvolveu o método de análise conhecido como **sociologia compreensiva**. Sua metodologia utiliza-se do **tipo ideal**, um modelo conceitual acentuado e abstrato daquilo que se observa na realidade. Weber exerceu papel destacado na constituição de uma Sociologia com base histórica e pautada na análise qualitativa dos fenômenos sociais. Ele afirma que, ao recortar o objeto de pesquisa, o cientista estabelece critérios para definir o que é mais relevante no universo temático ao qual se dedica. Tal escolha se dá com base em valores. Admitir que o cientista social estabelece um recorte é admitir que o objeto de estudo é lapidado pelo cientista que o observa. Assim, o objeto de estudo não é uma "coisa" independente do olhar do cientista, como proposto por Durkheim.

Livro

- **MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista.***

Rio de Janeiro: Vozes de Bolso, 2011.

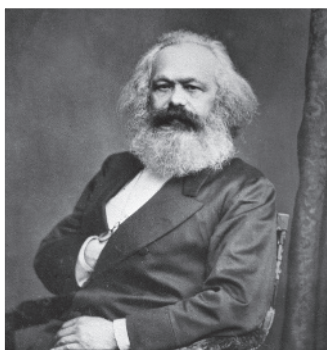
Publicado em 1848, produzido no contexto das revoltas daquele ano na Europa, esse manifesto é considerado um dos mais importantes e contundentes documentos políticos da sociedade contemporânea, tendo servido de base para a maioria das interpretações políticas e econômicas que se fazem dela.

O caráter dialético da realidade social está na ideia de que a sociedade não é um "todo harmonioso" e orgânico, mas, sim, uma realidade movida pela superação de seus antagonismos e contradições.

Segundo Marx, a dinâmica social explica-se no conjunto das **relações de produção**. São essas relações que determinam a superestrutura da sociedade, formada pelos níveis jurídico-político e ideológico. O nível jurídico-político estrutura as relações de poder e o conjunto de leis que regulam a dinâmica social; a legislação estabelecida justifica legalmente a estrutura da produção, tanto na sociedade escravista como na feudal ou capitalista.

Outro nível da sociedade, o **ideológico**, é formado por um sistema de convicções. É esse sistema que dá coesão aos membros do grupo social. Esse nível também seria reflexo da lógica de dominação do capital, pois as ideias da classe dominante tornam-se a maneira de pensar predominante. Entretanto, em determinadas condições históricas e materiais, a classe dominada toma consciência dessa dominação e, ao fazê-lo, provoca a transformação de toda a base econômica da sociedade, levando ao surgimento de um novo sistema de relações econômicas e sociais.

Quem escreveu sobre isso

BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON

Karl Marx, o criador do materialismo histórico dialético.

Karl Marx

O pensador alemão Karl Marx (1818-1883) é um dos autores clássicos da Sociologia. Seu pensamento tanto foi inspiração de revoluções socialistas quanto alvo de crítica da filosofia liberal. Suas teorias sobre a sociedade capitalista permitem a construção de uma reflexão crítica sobre as relações de produção e suas consequências para a organização social. Segundo Marx, o motor da história é a luta de classes, que teve início com a propriedade privada dos meios de produção. Para ele são as condições materiais que definem problemas e soluções de uma sociedade.

Saiba mais

Investigação nas Ciências Sociais

A Sociologia utiliza principalmente dois procedimentos para obter informações sobre a realidade social.

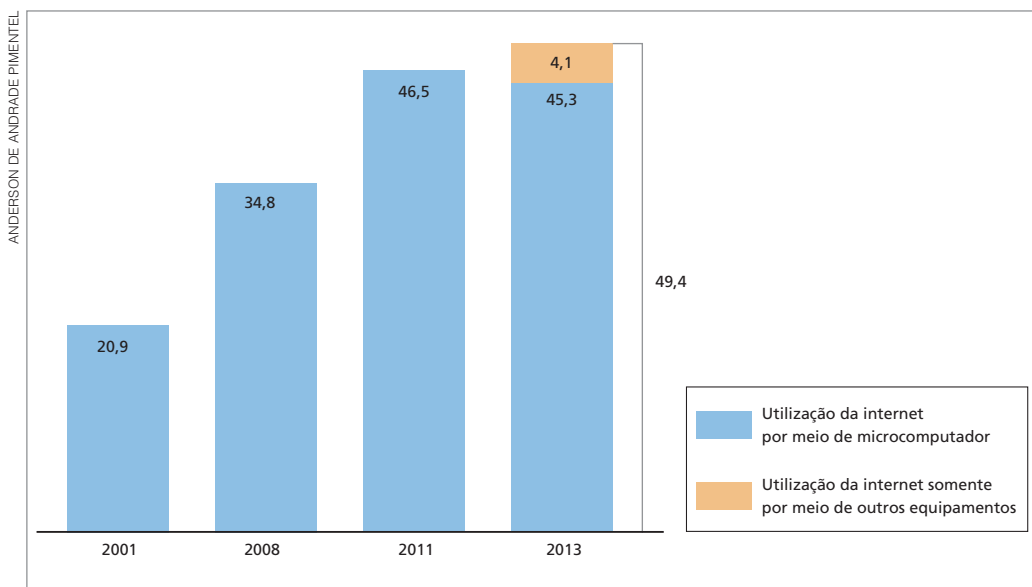
Pesquisa quantitativa: utilizada quando se pretende estudar a sociedade com base em dados analisados por meio de ferramentas estatísticas. Geralmente são aplicados questionários a pessoas representativas do grupo social pesquisado. São exemplos de análise quantitativa as pesquisas de intenções de voto, realizadas por institutos de pesquisa e muito usadas em períodos eleitorais.

Pesquisa qualitativa: utilizada para se obter informações aprofundadas com base em um universo reduzido de análise. A análise qualitativa é realizada principalmente com dados obtidos pela observação direta dos grupos estudados, pela entrevista aberta ou pela observação participante, quando o pesquisador vive por determinado tempo com o grupo estudado, a fim de conhecer suas maneiras de agir, sentir e pensar. As etnografias produzidas pelos antropólogos sobre populações indígenas são exemplos de pesquisas qualitativas.

A Sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI

O movimento de transformação do mundo não para. A política, a economia e as diferentes formas de organização social (família, escola, trabalho) surpreendem pela velocidade com que produzem novas relações ou rearranjam as antigas. Testemunhas de eventos como a queda do muro de Berlim, em 1989, e do progressivo avanço das **tecnologias de comunicação** (em especial a telefonia celular e a rede mundial de computadores), as últimas décadas podem ser caracterizadas por um conjunto de transformações que alteraram significativamente a estrutura social em todo o planeta. As mudanças pelas quais passam a economia, a cultura, a política e todas as esferas da vida social têm sido cada vez mais objeto de pesquisas, e a ciência, em seus diferentes campos, tem sido convocada a dar conta de novas realidades constituídas de elementos como novas relações de trabalho, novos arranjos políticos e novas representações e de diferentes aspectos da sociabilidade, como a criminalidade violenta e o **consumismo**.

Uma dessas interpretações reconhece que, tendo como base uma revolução causada pelo avanço das tecnologias da informação, produziu-se uma remodelação cada vez mais rápida das estruturas sociais. Partindo dessa constatação, o sociólogo espanhol Manuel Castells mostra que as economias do mundo estabeleceram um novo processo de **interdependência global,** que transformou radicalmente as antigas formas de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. Segundo Castells, todas as alterações de caráter econômico, cultural e político devem ser analisadas em relação às transformações tecnológicas de informação, pois o fluxo de informações – isto é, o modo pelo qual elas se propagam e estabelecem diferentes redes sociais – altera os padrões de reprodução social, resultando em constantes mudanças no tecido social. A internet, o trabalho flexível (grandes variações nas condições contratuais, flexibilidade de horário e local de trabalho, novas formas de gestão do trabalho e da produção etc.) e as ONGs transnacionais são exemplos dessas mudanças, bem como as formas de relacionamento virtual, entretenimento eletrônico e cooperação internacional. A partir dessas transformações, Castells vê surgir um novo processo social, que ele chamou de **sociedade em rede**, ou **sociedade informacional**.

Brasil: uso da internet (2001-2013)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

Nos últimos anos, o Brasil tem ampliado significativamente o acesso à internet. Ainda assim, segundo o gráfico, em 2013 mais da metade da população brasileira ainda não possuía acesso à rede mundial de computadores.

Jogo

- **Second Life http://secondlife.com/**

GLOW IMAGES

Second Life é um jogo de simulação 3-D que transporta o jogador para um mundo virtual onde ele interage com outros jogadores. Ao criar sua realidade alternativa, o participante escolhe uma nova identidade. A mistura de realidade virtual com rede social possibilita avaliar as consequências da interação entre diferentes papéis e lugares sociais. Acesso em: maio 2016.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman destaca o fato de vivermos uma época na qual os parâmetros que construíram a modernidade com base nos ideais emancipatórios da Revolução Francesa perderam sua eficácia. As expectativas de construção de um mundo justo e seguro falharam, e a sociedade hoje vive as consequências de uma realidade de incertezas. A falta de estabilidade no emprego e a incapacidade dos Estados de corrigir essa insegurança constituem importante matriz dos problemas sociais da atualidade. Como a política não é mais capaz de centralizar as demandas sociais, os indivíduos são impedidos ou se abstêm de decidir coletivamente sobre a organização da sociedade. Em lugar do poder de decidir sobre as leis que devem seguir (marca da democratização da política moderna como meio de solucionar os problemas sociais de origem econômica), foi criado um espaço vazio que favorece as soluções individuais e enfraquece a vida coletiva nas sociedades atuais. A forma como esse espaço será preenchido é uma questão tanto para a Sociologia quanto para o futuro de cada sociedade.

O Brasil na Sociologia do século XXI

No Brasil, muitas interpretações sociológicas procuram estabelecer uma relação entre o processo de formação nacional (desde os tempos da colônia) e os problemas presentes, que articulam heranças tradicionais (como o coronelismo e o racismo) e mazelas atuais (a desigualdade social, o papel dos meios de comunicação na política, a violência rural e urbana). Octavio Ianni, sociólogo paulista falecido em 2004, interpretou o Brasil com base no método dialético (ao analisar as relações entre os fenômenos sociais, compreendendo que são principalmente relações de conflito e de contradição), buscando desvendar as contradições econômicas, políticas e sociais que marcaram o ingresso do país na modernidade.

Ao final da vida, Ianni dedicou-se a revelar os processos ocultos do capitalismo globalizado. Segundo ele, apesar de o capitalismo ser visto como um símbolo de progresso e modernização, assim como a democracia e a cidadania, não se pode deixar de levar em conta que esse sistema socioeconômico também aparece como emblema da decadência, do pauperismo e da tirania. Para Ianni, o capitalismo, como uma grande fábrica, é gerido por poucos, em benefício de alguns e em prejuízo de muitos.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

O encontro entre amigos e conhecidos, como este num parque localizado na cidade de Juiz de Fora (MG, 2014), é uma manifestação de sociabilidade no dia a dia.

Se para compreender as novas questões sociais é indispensável entender a estrutura do sistema capitalista em seu estágio atual no Brasil e no mundo, também é necessário um olhar mais próximo da sociabilidade cotidiana. O sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva é uma referência nesse campo, com seus estudos sobre os diferentes aspectos da sociabilidade urbana brasileira desde 1970, a respeito dos quais interpreta manifestações tão diversas quanto os movimentos sociais, os botequins, o jogo do bicho e o comércio informal.

Os objetivos, as causas e a compreensão pelas pessoas de suas ações e as influências sociais a que estão submetidas podem ser investigados nessas situações, que, apesar de parecerem banais, revelam aspectos importantes do modo como se faz política em nossa sociedade, dos códigos de comportamento que determinam o que se julga certo ou errado e dos rituais em que se depositam as esperanças ou pelos quais extravasamos nossas frustrações. Na atualidade, a violência urbana nas grandes cidades ganhou aspectos singulares de difícil explicação, mas que podem ser mais bem compreendidos com base em interpretações sociológicas como as de Luiz Antônio Machado da Silva. Para ele, uma nova maneira de interação estabeleceu-se nas grandes cidades, traduzida pelo conceito de **sociabilidade violenta**, articulada não apenas com a representação social da criminalidade, mas também com a **segregação socioespacial**.

Os objetos contemporâneos estudados pelas Ciências Sociais não se esgotam nesses temas. Podemos partir de uma questão como o desemprego e descobrir temas tão importantes como a divisão internacional do trabalho, as condições de saúde do trabalhador, as políticas de previdência social e habitação popular, a cultura da periferia e suas manifestações artísticas, assim como as características da violência na cidade e a distribuição das ações criminosas entre os bairros.

Uma vontade de saber inesgotável e uma insatisfação com conclusões prontas ou apressadas conduzem o cientista social, por meio de diferentes métodos, a construir interpretações que revelam fenômenos inacessíveis ao espectador casual. O valor dessas interpretações pode ser apropriado pelo senso comum, que se torna mais esclarecido, ou ser utilizado por técnicos e políticos para apresentar soluções objetivas para problemas específicos. Elas servem ainda como referência para futuras pesquisas de outros cientistas, para que aprofundem ou mesmo refutem, quando for o caso, seu trabalho. E essa é a razão de ser da prática científica enquanto durar a curiosidade humana. Assim avançam as Ciências Sociais.

Livro

- **LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*.** São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

O livro narra a trajetória do major Quaresma, nacionalista que enfrenta dificuldades na busca por soluções para os problemas da jovem república. O fracasso dos ideais culturais, econômicos e revolucionários do protagonista coloca em choque a necessidade do conhecimento da realidade frente aos sonhos voluntaristas de transformação social.

GUSTAVO MAGNUSSON/ FOTOARENA

A violência nas cidades atualmente deu origem a uma forma de interação que o sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva chama de "sociabilidade violenta", relacionada também com a segregação socioespacial. Na imagem, ônibus queimado em Campinas (SP), em setembro de 2014.

Considerações sociológicas

A produção do conhecimento sociológico

Nas Ciências Sociais, entre o pesquisador (sociólogo, antropólogo ou cientista político) e seu objeto (as relações e estruturas sociais, a cultura, os sistemas políticos) circulam inúmeras interpretações e práticas sociais. As realidades que os cientistas sociais se propõem a desvendar estão inseridas em um contexto social mais amplo, para além do pesquisador. O conhecimento sociológico é sempre resultado de uma combinação entre o modo como os fenômenos sociais se apresentam e a perspectiva pela qual o cientista os observa. Cabe ao pesquisador descobrir as contradições presentes nos discursos e nas práticas dos diversos grupos, deslocando-se dos fenômenos sociais para os sociológicos. Ao fazer esse deslocamento, o sociólogo problematiza o que observa, fazendo um recorte da realidade social.

REPRODUÇÃO

Cartaz de campanha pelo fim da violência contra os jovens, de 2008. As pesquisas sociológicas colaboram para o conhecimento e as propostas de superação de diferentes problemas sociais.

Como sujeito do conhecimento, esse cientista tem seus próprios valores e suas próprias ideias, que antecedem a pesquisa e condicionam a escolha do objeto e o problema a ser investigado. O pesquisador define os objetivos a serem alcançados e o modo como será realizada a pesquisa (metodologia).

Segundo Octavio Ianni, na Sociologia, assim como nas outras Ciências Sociais, as condições de existência dos cientistas são componentes fundamentais de suas atividades. Dessa maneira, ao escolher estudar determinado aspecto da realidade social, o pesquisador sempre o fará com base na perspectiva de seu tempo e de seu lugar na sociedade.

Hoje, as questões relativas à vida cotidiana – como crime, gênero, sociabilidade, juventude, envelhecimento, violência doméstica, religiosidade, saúde e afetividade – são tratadas pelas Ciências Sociais, e os avanços desses estudos tendem a subsidiar políticas públicas ou mesmo o debate na sociedade, mediante veículos de divulgação científica que influenciam e enriquecem o senso comum, tornando-o mais crítico. Para exemplificar o que foi dito, podemos citar a pesquisa *Homicídios e Juventude no Brasil*, publicada em 2013 pelo governo federal.

Nessa pesquisa, constatou-se que os homicídios são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos no país e vitimam principalmente jovens negros e pobres. Coordenado pelo sociólogo Julio Waiselfisz e tendo como base dados estatísticos de diversos órgãos, o estudo comprovou que os índices de violência contra a juventude brasileira continuam crescendo e atingindo proporções alarmantes quando se analisa a população de jovens negros.

Uma das constatações da pesquisa é que, enquanto a taxa de mortalidade da população brasileira caiu entre 1980 e 2011 em 3,5%, a taxa de mortalidade dos jovens por causas externas cresceu 28% no mesmo período. O principal aumento foi na taxa de homicídios, que cresceu 132,1%. Ainda de acordo com essas estatísticas, o percentual de homicídios na população branca diminuiu em 26,4% entre 2002 e 2011, enquanto na população negra esse índice aumentou em 30,6%.

Com base nesses dados, os órgãos governamentais podem elaborar políticas públicas de redução da violência contra a juventude, ao mesmo tempo que os movimentos sociais podem se organizar para criar estratégias de enfrentamento dessa situação, de modo que seja possível reduzir as taxas de violência homicida contra a juventude pobre e negra das grandes metrópoles.

O ensino da Sociologia na Educação Básica

Em 2008, a Lei Federal nº 11.684 incluiu a Sociologia como disciplina obrigatória na Educação Básica, nas escolas públicas e privadas de todo o país, alterando o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), que passou a ter nova redação: "IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio".

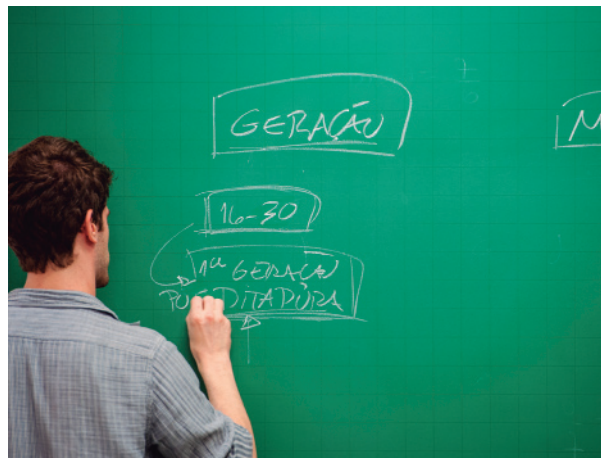
A partir de então, a Sociologia tem ampliado sua atuação como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio no Brasil, contribuindo para que a reflexão crítica sobre a realidade social seja realizada além das universidades, possibilitando ao estudante ampliar seu olhar sobre o mundo e ao mesmo tempo lhe permitindo construir caminhos para apropriação crítica e construção de conhecimento.

Como disciplina científica, a Sociologia foi reconhecida no Brasil na virada para o século XX, apesar de existir na Europa desde os fins do século XIX. Um de seus precursores no país foi Silvio Romero (1851-1914), que, ao longo do século passado, contribuiu para a constituição de uma base conceitual e prática para a análise sociológica da realidade social brasileira.

Como disciplina na Educação Básica, a Sociologia apresenta uma trajetória intermitente e conturbada. Desde sua primeira inserção nas escolas secundárias, na década de 1920, ela viveu momentos de permanência e ausência, que podem ser divididos em diferentes etapas. O período de 1925 a 1942 correspondeu a uma fase de crescimento de sua inserção nos currículos acadêmicos; de 1942 a 1971, ela apareceu de forma intermitente no currículo; o intervalo entre 1971 e meados dos anos 1980 caracterizou um período de reclusão da disciplina aos meios acadêmicos; e da década de 1980 aos nossos dias podemos falar em uma etapa de luta por sua reinserção no currículo do Ensino Médio, que culminou com a determinação de sua obrigatoriedade.

O retorno da Sociologia ao Ensino Médio brasileiro resultou das pressões decorrentes de um intenso processo de mobilização e participação política da sociedade civil na luta pela democracia e pelo exercício da cidadania após um longo período de ditadura militar. Nesse contexto sociopolítico, se destacaram sociólogos ou cientistas sociais organizados em várias entidades civis, associativas e sindicais. A inscrição da Sociologia como disciplina obrigatória em todas as escolas representa o reconhecimento legal da importância do conhecimento das Ciências Sociais como parâmetro fundamental na formação do jovem brasileiro como ser humano, bem como a valorização de uma educação democrática em uma formação humanista e cidadã.

Além disso, a Lei nº 11.684 afirma a educação como um direito social e bem público preconizado pela Constituição Federal, em seu artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

AVENER PRADO/FOLHAPRESS

País em protesto: professor Bernardo Fonseca Machado, durante aula de Sociologia no colégio Santa Maria, em São Paulo (SP, 2013). Disciplinas como História, Língua Portuguesa e Sociologia discutiram e ainda discutem as manifestações de junho de 2013 pelo país. Segundo os professores, a demanda parte dos próprios alunos, que querem entender o significado desses protestos.

Atividade: Linha do tempo (cronologia)

Utilizando-se da internet como ferramenta de consulta, construa com os colegas uma linha do tempo (cronologia) relacionando a presença (ou a ausência) da Sociologia na educação (nos níveis Superior e Médio) às diretrizes educacionais, políticas e econômicas vigentes no país em cada momento histórico. Concluída essa cronologia, que pode ser desenvolvida dentro ou fora do espaço escolar, realizem um debate que permita discutir os motivos da intermitência da Sociologia na educação brasileira, em particular no Ensino Médio. Ao final, montem um texto sobre a importância da Sociologia na formação dos estudantes desse nível.

Atividades

Reflexão e revisão

A construção do conhecimento sobre a realidade social é um processo pelo qual os indivíduos e grupos explicam e compreendem seu próprio mundo, além de interferir nele. Na sociedade contemporânea, diferentes disciplinas científicas colaboram, cada qual a seu modo, para que esse processo de conhecimento se amplie. A Sociologia, criada no século XIX com o objetivo de desvendar e solucionar os problemas da sociedade industrial, tem tido importante papel na produção de instrumentos e análises que contribuem para um melhor entendimento das relações e estruturas sociais que vivenciamos cotidianamente. Com base na leitura e nas discussões realizadas, responda às questões a seguir:

1. Quais são as várias formas de conhecimento apresentadas neste capítulo? Quais são as diferenças entre elas?

2. A Sociologia é uma disciplina científica que apresenta quais objetivos? Em que ela contribui para a compreensão da sociedade contemporânea?

3. O conhecimento do senso comum deve ser considerado um conhecimento equivocado, inferior ao conhecimento científico?

4. Quais são as vantagens da aproximação entre o senso comum e a ciência, segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos?

Questão para debate

A gestação do povo brasileiro, a universidade e o saber popular

[...] O que herdamos da Colônia foi um Estado altamente seletivo, uma elite excludente e uma imensa massa de destituídos e descendentes de escravos. [...]

Mas apesar deste constrangimento histórico-social, no meio desta massa enorme maduraram lentamente lideranças e movimentos que propiciaram o surgimento de todo tipo de comunidades, associações, grupos de ação e de reflexão que vão das quebradeiras de coco do Maranhão aos povos da floresta do Acre, dos sem-terra do sul e do nordeste, das comunidades de base aos sindicatos do ABC paulista.

Do exercício democrático no interior destes movimentos nasceram cidadãos ativos; da articulação entre eles, cada um mantendo sua autonomia, está nascendo uma energia geradora do povo brasileiro que lentamente chega à consciência de sua história e projeta um futuro diferente e melhor para todos.

Nenhum processo desta magnitude se faz sem aliados, sem a ligação orgânica daqueles que manejam um saber especializado com os movimentos sociais comprometidos. [...]

As universidades são urgidas a buscar um enraizamento orgânico nas periferias, nas bases populares e nos setores ligados diretamente à produção. Aqui pode se estabelecer uma fecunda troca de saberes, entre o saber popular, de experiências feito, e o saber acadêmico, constituído pelo espírito crítico; dessa aliança surgirão seguramente novas temáticas teóricas nascidas do confronto com a antirrealidade popular e da valorização da riqueza incomensurável do povo na sua capacidade de encontrar, sozinho, saídas para os seus problemas. Aqui se dá a troca de saberes, uns completando os outros, no estilo proposto pelo prêmio Nobel de Química (1977) Ilya Prigorine [...].

Deste casamento, se acelera a gênese de um povo; permite um novo tipo de cidadania, baseada na concidadania dos representantes da sociedade civil e acadêmica e das bases populares que tomam iniciativas por si mesmas e submetem o Estado a um controle democrático, cobrando-lhe os serviços básicos especialmente para as grandes populações periféricas.

Nestas iniciativas populares, com suas várias frentes (casa, saúde, educação, direitos humanos, transporte coletivo etc.), os movimentos sociais sentem necessidade de um saber profissional. É onde a universidade pode e deve entrar, socializando o saber, oferecendo encaminhamentos para soluções originais e abrindo perspectivas às vezes insuspeitadas por quem é condenado a lutar só para sobreviver. [...]

BOFF, Leonardo. A gestação do povo brasileiro, a universidade e o saber popular. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2014/03/01/a-gestacao-do-povo-brasileiro-a-universidade-e-o-saber-popular>. Acesso em: jul. 2015.

O texto do teólogo Leonardo Boff apresenta argumentos em defesa da união dos conhecimentos científico e popular como forma de tornar a sociedade menos desigual e seu povo mais autônomo e livre. A origem católica do teólogo também mostra que seus argumentos são construídos sem que ele abandone o conhecimento religioso no qual é especialista. A posição do autor mostra

que pensadores e cientistas especializados em Ciências Humanas, Exatas ou da Natureza podem atuar conjuntamente para criar soluções para os problemas que impedem a superação das mazelas da colonização e do elitismo que marcaram a formação do Brasil. Organize um debate que pode contar com a presença de cientistas de diferentes áreas que trabalham em funções públicas (médicos, veterinários, engenheiros, assistentes sociais, jornalistas etc.), ativistas sociais (militantes de movimentos sociais, organizações não governamentais, movimento estudantil etc.), detentores de saberes tradicionais (parteiras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) e religiosos (padres, mães de santo, espiritistas etc.). Escolha áreas do conhecimento como saúde, alimentação, educação, e peça a cada um que exponha sua contribuição para a área escolhida. Ao final do debate, construa um painel com a contribuição de cada tipo de conhecimento e a forma como eles constroem o conhecimento social.

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, 2011)

> Um volume imenso de pesquisas tem sido produzido para tentar avaliar os efeitos dos programas de televisão. A maioria desses estudos diz respeito às crianças – o que é bastante compreensível pela quantidade de tempo que elas passam em frente ao aparelho e pelas possíveis implicações desse comportamento para a socialização. Dois dos tópicos mais pesquisados são o impacto da televisão no âmbito do crime e da violência e a natureza das notícias exibidas na televisão.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

O texto indica que existe uma significativa produção científica sobre os impactos socioculturais da televisão na vida do ser humano. E as crianças, em particular, são as mais vulneráveis a essas influências porque

a) codificam as informações transmitidas nos programas infantis por meio da observação.

b) adquirem conhecimentos variados que incentivam o processo de interação social.

c) interiorizam padrões de comportamento e papéis sociais com menor visão crítica.

d) observam formas de convivência social baseadas na tolerância e no respeito.

e) apreendem modelos de sociedade pautados na observância das leis.

Questão 2

(Enem, 2014)

> Panayiotis Zavos "quebrou" o último tabu da clonagem humana – transferiu embriões para o útero de mulheres, que os gerariam. Esse procedimento é crime em inúmeros países. Aparentemente, o médico possuía um laboratório secreto, no qual fazia seus experimentos. "Não tenho nenhuma dúvida de que uma criança clonada irá aparecer em breve. Posso não ser eu o médico que irá criá-la, mas vai acontecer", declarou Zavos. "Se nos esforçarmos, podemos ter um bebê clonado daqui a um ano, ou dois, mas não sei se é o caso. Não sofremos pressão para entregar um bebê clonado ao mundo. Sofremos pressão para entregar um bebê clonado saudável ao mundo."

CONNOR, S. Disponível em: <www.independent.co.uk>. Acesso em: 14 ago. 2012. (Adaptado).

A clonagem humana é um importante assunto de reflexão no campo da bioética, que, entre outras questões, dedica-se a

a) refletir sobre as relações entre o conhecimento da vida e os valores éticos do homem.

b) legitimar o predomínio da espécie humana sobre as demais espécies animais no planeta.

c) relativizar, no caso da clonagem humana, o uso dos valores de certo e errado, de bem e mal.

d) legalizar, pelo uso das técnicas de clonagem, os processos de reprodução humana e animal.

e) fundamentar técnica e economicamente as pesquisas sobre células-tronco para uso em seres humanos.

Questão para pesquisa

Veja no *link* <www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf> (acesso em: maio 2016) a pesquisa *Agenda Juventude Brasil 2013*. Em seguida, de acordo com as orientações de seu professor, realize as seguintes atividades:

- Analise os resultados da pesquisa sobre a juventude brasileira. O que ela nos diz sobre a percepção dos jovens acerca de sua própria realidade?
- Discuta por que a pesquisa pode ser considerada científica. Aponte que modelo de análise da realidade social foi utilizado.
- Com base nos conteúdos discutidos neste capítulo, em conjunto com o professor, escolha um tema, monte um pequeno questionário e organize uma pesquisa na própria escola. No final, organize os dados e apresente-os aos colegas.

CAPÍTULO 2

A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade

A MAJEED/AFP

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender a relação entre indivíduo e sociedade como uma questão central para o desenvolvimento da teoria sociológica.
- Relacionar o protagonismo do indivíduo ou da sociedade com as teorias fundamentais da Sociologia clássica.
- Reconhecer a Sociologia contemporânea como um esforço para eliminar a dualidade entre indivíduo e sociedade na análise dos fenômenos sociais.

Crianças em escola em Mingora, no Paquistão, em 2013. As situações sociais adversas criam dificuldades para a educação e podem alterar a trajetória de vida das pessoas. Mas o esforço dos indivíduos e da comunidade também tem sua influência.

NIKOLAY DOYCHINOV/AFP

Os critérios de inclusão e exclusão são histórica e socialmente construídos e revelam as contradições entre interesses dos diferentes grupos que formam uma sociedade. Jovens brincam no quintal de uma instituição correcional de menores próximo ao vilarejo de Boychinovtsi, na Bulgária, em 2015.

◆ Questão motivadora

É possível eximir a sociedade da responsabilidade sobre as ações dos jovens em situações tão diversas quanto o envolvimento com o crime e o mérito escolar?

Primeiras palavras

Em 2015, o projeto de emenda constitucional (PEC) que propunha a redução da maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos suscitou o debate em torno da responsabilidade individual dos adolescentes por seus atos. Grupos contrários à medida afirmavam, entre outros argumentos, que adolescentes infratores não surgem ao acaso, mas são fruto das injustiças sociais que agravam as condições de pobreza nas quais sobrevive grande parte da população brasileira.

A vida em sociedade exige que os indivíduos se conformem aos comportamentos e valores socialmente instituídos em cada cultura e momento histórico. Integrar determinado grupo, morar em uma metrópole ou na zona rural são alguns dos fatores que influenciam a formação dos diferentes valores e comportamentos individuais. Graças a sua força e abrangência, essa influência pode ser interpretada como restritiva da individualidade humana.

Uma evidência da força com que os padrões sociais se impõem aos indivíduos se manifesta quando alguém decide ir contra tais padrões. Quando uma regra ou lei é transgredida, a sociedade imediatamente aciona diferentes meios de **coerção social**, que podem ir de uma simples repreensão até a privação da liberdade. Se uma instituição de ensino obriga os alunos a usar uniforme, quem não cumprir a regra poderá ser impedido de entrar na escola. Se, em uma manifestação pública, pessoas decidirem tirar as roupas como meio de protesto, poderão ser detidas por contrariarem convenções sociais.

É comum ouvirmos explicações sobre o que as pessoas fazem ou deixam de fazer compostas por frases do tipo "a sociedade me impõe isto ou aquilo" ou "a sociedade me reprime", ou ouvirmos alguém dizendo que é um absurdo ser obrigado a trabalhar de calças compridas em um dia de verão, no Brasil, ou que seria bom se a semana fosse mais curta e se o fim de semana não acabasse tão rapidamente. Em geral, essas conversas terminam com as mesmas lamentações e as mesmas dúvidas com que começam. Por causa da dificuldade de explicar as razões de todas essas regras e normas presentes em nossa vida, muitas vezes colocamos a culpa na sociedade. Mas, afinal, como é possível entender a sociedade? O que a constitui e como podemos observá-la?

A relação entre o indivíduo e a sociedade é um tema fundamental nas Ciências Sociais. O reconhecimento do **indivíduo** como elemento distinto da sociedade com base na

Coerção social
Nas Ciências Sociais, a coerção é entendida como a força ou o efeito exercidos sobre o indivíduo pelas normas sociais. Na Sociologia durkheimiana, constitui uma das características do fato social. Na Sociologia weberiana, é vista como o elemento que impõe a norma jurídica aos indivíduos. Nos dois casos, a existência de uma sanção associada à norma explica o efeito causado pela coerção.

Cronologia

1789 – É proclamada na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, texto que define os direitos individuais e coletivos dos homens.

1852 – É publicada a obra de Karl Marx intitulada *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e, sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado."

1893 – Émile Durkheim (1858-1917) publica *Da divisão do trabalho social*, sua tese de doutorado. Nessa obra, estabelece pela primeira vez a primazia da sociedade sobre as consciências individuais.

1897 – Émile Durkheim publica *O suicídio*, livro de referência para a Sociologia. Nesse texto, Durkheim demonstra que uma ação aparentemente individual pode ser um fato social.

1909 – Max Weber começa a escrever *Economia e sociedade*, sua principal obra, só publicada postumamente em 1922. Nela, define o conceito de ação social como a unidade mínima de análise da Sociologia.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, criada no contexto da Revolução Francesa, cristalizou uma mudança que vinha ocorrendo desde o início da Era Moderna. No que se refere à análise sociológica, a compreensão dessa relação é fundamental para entendermos se a sociedade é formada com base na ação individual ou se, ao contrário, a ação individual é determinada pela organização social – ou seja, se há um **determinismo social**.

Se usássemos como exemplo o padrão básico da alimentação brasileira, poderíamos colocar a questão da seguinte forma: o arroz com feijão tornou-se a base da alimentação no Brasil porque a maioria das pessoas gosta dessa combinação ou, por motivos exteriores às vontades individuais, esse prato se tornou um padrão e assim se impôs? Afinal, quem é o agente que estabelece os padrões das relações sociais?

Como a sociedade pode ser externa aos indivíduos? Como as regras podem estar acima da nossa vontade ou da decisão racional de obedecer a elas? Podemos responder a essas perguntas se pensarmos que os padrões sociais atuam no comportamento social do mesmo modo como os padrões gramaticais organizam a fala e a escrita. As regras gramaticais e o vocabulário de uma língua são exteriores à intenção de quem fala e de seu discurso. Quando conversamos, não refletimos sobre as regras gramaticais que utilizamos, as quais nos permitem ser compreendidos. Chamamos **estrutura social** essas regras que nos regem independentemente da consciência que temos delas; são os princípios segundo os quais não pensamos ao agir e falar, mas sem os quais não estabelecemos relações sociais, não nos comunicamos.

O conceito de estrutura foi desenvolvido com base na análise da influência da organização social sobre as maneiras individuais de agir e de pensar. Assim como a comunicação verbal não pode acontecer sem uma estrutura mínima, a existência da vida em sociedade exige dos indivíduos a conformidade a certos comportamentos e valores.

Mas nem todos que teorizaram sobre a sociedade aceitaram a ideia de que as relações sociais são organizadas tendo como referência estruturas invisíveis que determinam os comportamentos sociais sem que os indivíduos tomem consciência delas. Outra linha de pensamento encontrou na ação individual, e no sentido a ela atribuído pelo agente social, a única variável capaz de ser observada para a construção da ciência sociológica. Com base nesse ponto de vista, pensar a sociedade ou suas estruturas como instituições que existem fora dos indivíduos seria incoerente, já que não é possível observar a sociedade como uma entidade capaz de agir; conseguimos observar somente as ações individuais, isto é, dos agentes sociais em constante interação.

Determinismo social

A construção teórica da ideia de determinismo social deve ser compreendida no sentido de estabelecimento de limites ou elemento gerador de um fenômeno social (por exemplo, a falta de escolas no campo determina o alto índice de analfabetismo nas zonas rurais, que, por sua vez, determina a pobreza dessa população em comparação com a que vive nas cidades).

1939 – Norbert Elias publica o primeiro volume de *O processo civilizador*, em que define o processo civilizador como uma progressiva substituição dos constrangimentos externos do comportamento por uma regulação moral interna.

1948 – A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

1987 – Publicada *A sociedade dos indivíduos*, de Norbert Elias, em que ele defende um novo modelo teórico para explicar como os indivíduos se ligam uns aos outros em uma sociedade, substituindo uma interpretação dualista por uma perspectiva integrada.

1997 – É criada no Brasil a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pelo Decreto nº 2.193/97. Esse órgão público ligado ao Ministério da Justiça reconhece e protege comportamentos e valores sem os quais homens e mulheres não podem viver de maneira digna. Em 2010, passa a ser denominada Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

ILUSTRAÇÕES: FILIPE ROCHA

Os padrões estéticos mudam de acordo com o contexto histórico. Características consideradas belas ou boas em determinadas sociedades podem ser julgadas como fora do padrão em outro contexto histórico ou social.

Um **padrão social** que conforma as diferentes maneiras de vestir, por exemplo, só existe quando os indivíduos escolhem as roupas que usam e compartilham opiniões e crenças a respeito do vestuário (uniforme na escola, terno em um casamento, bermuda em um domingo na praça). O padrão é construído tendo por base as escolhas feitas por indivíduos que levam em conta as opiniões e crenças dos outros, isto é, são ações sociais porque se considera a reação dos demais indivíduos. Tendo em mente essa perspectiva, o sociólogo só pode analisar as ações individuais e a compreensão que os indivíduos têm de suas ações. Os padrões sociais mudam de acordo com as opiniões e crenças compartilhadas pelos indivíduos ao longo da história, como pode ser observado nas diferentes maneiras de vestir adotadas pelas sucessivas gerações.

Para além das perspectivas de análise da sociedade, concentradas ora na **estrutura social**, ora na ação individual, a Sociologia contemporânea preocupa-se em analisar a influência recíproca entre sociedade e indivíduo, isto é, propõe que a estrutura social é tanto o meio quanto o resultado das práticas que constituem os diferentes sistemas sociais. A seguir, veremos como essas perspectivas a respeito da relação entre indivíduo e sociedade foram construídas e como surgiram os principais conceitos produzidos por elas para fundamentar a compreensão sociológica dos diferentes temas das realidades sociais.

Estructura social

2 A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas clássicas

Como é possível que os indivíduos, com suas peculiaridades e diferenças, convivam em sociedade de maneira organizada? Quem é o responsável pelo funcionamento e pela maneira como se apresentam as diferentes instituições sociais, como a família, a escola e o Estado? Serão os indivíduos capazes de rebelar-se contra as regras sociais e transformá-las? Ou, ao contrário, as regras sociais exercem uma força que restringe a capacidade de ação deles?

Ao discutir a relação entre o indivíduo e a sociedade, a partir do final do século XIX, a Sociologia produziu três matrizes de resposta a essa questão, as quais podem ser simplificadas e compreendidas mediante o seguinte esquema:

I) a sociedade determina os indivíduos, como evidenciam os **fatos sociais**;

II) a sociedade é compreendida como resultado da **ação social** dos indivíduos; e

III) a sociedade e os indivíduos são expressão das contradições de **classe** e determinam-se reciprocamente de acordo com os limites estabelecidos pelas condições materiais de existência em dado período histórico.

Com base no que foi apresentado sobre os autores clássicos no primeiro capítulo (metodologias de abordagem e interpretação da sociedade), discuta o posicionamento deles no debate sobre a relação indivíduo-sociedade. Fale também das produções teóricas contemporâneas que visam superar a compreensão polarizada dessa relação. A fim de mobilizar os alunos, proponha temas como “relações familiares” ou “o uso do uniforme escolar” e discuta-os à luz dos princípios teóricos trabalhados nos dois primeiros capítulos.

Cada uma dessas respostas se vincula a uma tradição específica do pensamento social que constituiu a Sociologia clássica, isto é, as correntes teóricas fundadoras, que até hoje são reinterpretadas. Depois, surgiriam as interpretações sociológicas contemporâneas, que procuram acompanhar o movimento cada vez mais rápido de transformação das sociedades.

É importante destacar que essa simplificação não representa um esquema evolutivo do pensamento dos autores apresentados. Antes, expõe uma maneira de compreender como é possível construir teorias que expliquem a forma como a sociedade age nos indivíduos e como os indivíduos compreendem sua ação em relação aos demais membros de uma sociedade.

O conceito de fato social e a explicação da relação entre indivíduo e sociedade

A procura pelo agente principal dos fenômenos sociais (a sociedade ou o indivíduo) é, na verdade, o movimento da ciência sociológica em busca de seu objeto de estudo. Toda ciência se ocupa de realidades e, portanto, necessita de um objeto próprio e independente para descrever e interpretar (nas Ciências da Natureza, por exemplo, a Física tem por objeto a matéria e os fenômenos relativos a ela no tempo e no espaço, enquanto a Biologia estuda a vida e os organismos vivos).

Esse princípio de objetividade na Sociologia foi estabelecido e sistematizado em um primeiro momento pelo sociólogo francês Émile Durkheim. Ele reconheceu na sociedade um conjunto de fenômenos que poderiam ser compreendidos separadamente das consciências dos indivíduos nos quais se manifestavam e por meio dos quais eram representados. Durkheim chamou esses fenômenos de **fatos sociais**.

Os fatos sociais são formas de agir cuja manifestação coletiva constitui aquilo que entendemos como sociedade, a qual surge, assim, como um dado autônomo que pode ser descrito, interpretado e explicado pela ciência com base em uma metodologia própria: o método sociológico. Por fatos sociais entende-se o conjunto de normas e regras coletivas que orientam e condicionam a ação individual. Os fatos sociais são identificados por três características principais: são exteriores aos indivíduos (existem independentemente de sua vontade ou reflexão), coercitivos (impõem penalidades àqueles que não cumprem suas normas) e gerais (estão presentes no conjunto de dada sociedade).

Apresente, nesse momento, o contexto no qual as ideias de Durkheim foram construídas. Demonstre como a realidade da França do fim do século XIX impacta a noção de ordem construída por ele. Com os conteúdos relacionados da disciplina de História, comente o contexto político, social e econômico daquele período e relacione-o com a teoria durkheimiana.

Saiba mais

Sistema educacional – um exemplo de fato social

O sistema formal de educação é um bom exemplo de fato social. As disciplinas já ensinadas e estabelecidas há gerações impõem-se independentemente das vontades individuais (a Educação Básica hoje, além de um direito, é uma obrigação); essas regras exercem coerção sobre os indivíduos (no sistema escolar, por exemplo, aqueles que não conseguem determinada nota são reprovados) e são gerais (ou seja, são seguidas pela maioria dos indivíduos que participam do sistema).

Sala de aula na escola do povoado de Vargem Funda (Santa Luz, BA), em área de assentamento, em 2014.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

O cantor Justin Bieber foi preso em janeiro de 2014, em Miami (Estados Unidos), por dirigir sob efeito de drogas e álcool e por estar com a carteira de habilitação vencida. Como todo fato social, a lei, quando não cumprida, implica coerção.

Cada um dos exemplos citados pode ser trabalhado em sala de aula mediante a experiência dos alunos. Apresente diferentes situações cotidianas e discuta de que maneira elas exemplificam comportamentos estabelecidos nas relações sociais que, de algum modo, se impõem aos indivíduos. Explore também a linguagem dos alunos, demonstrando como as expressões utilizadas e as formas de se comunicar são fatos sociais, por mais singular que seja sua apropriação por parte dos indivíduos.

Para entendermos melhor esse conceito, podemos pensar no exemplo das leis, que são normas que, uma vez instauradas, passam a valer independentemente da vontade do indivíduo. Todos os membros de uma coletividade têm de cumpri-las, mesmo que possuam opinião pessoal desfavorável (por isso elas lhes são exteriores). O descumprimento da lei prevê uma punição ao transgressor (por isso são coercitivas). Ao mesmo tempo, as leis servem de orientação para a conduta de toda a população (por isso são gerais).

Podemos, assim, reconhecer muitos fatos sociais em nossa vida cotidiana. A maneira como agimos nos diferentes ambientes (em casa, na escola, na rua), o modo como falamos (nosso idioma, o sotaque, as gírias, as formalidades), a forma como nos vestimos (calças compridas, bermuda, saia, combinação de cores e acessórios), a intimidade com que nos relacionamos com as outras pessoas, por exemplo, podem ser observados de forma desprendida da vontade individual (o fato de sentar-se em fileiras na sala de aula, as gírias próprias dos jovens durante as conversas no recreio, o uniforme escolar etc.). Esses comportamentos, ainda que pareçam ou sejam sentidos como escolhas individuais, são estabelecidos socialmente.

Essa força exterior, que se impõe a todos os indivíduos e permite descrevê-los mediante generalizações observadas em suas características externas (os jovens, as mulheres, os moradores da cidade, os trabalhadores do campo, os professores, os técnicos, os militares etc.), é, segundo Durkheim, o próprio objeto da Sociologia. Nesse sentido, ele entende que a sociedade é anterior aos indivíduos, pois os comportamentos gerais e as dinâmicas sociais existem antes deles e os conformam para além de suas características singulares.

As **relações sociais** como objeto de estudo da Sociologia podem ser compreendidas com base na ideia de que o todo (a sociedade) é mais complexo que a soma de suas partes (os indivíduos). É possível entender essa proposição tomando como exemplo qualquer máquina complexa.

Assim, em uma caixa encontramos todas as peças de um automóvel, mas cada peça separadamente não constitui um carro. Para que de fato exista um carro (isto é, para que ele funcione e seja reconhecido por sua forma característica e função estabelecida), é necessário que essas peças sejam montadas da maneira planejada, a fim de que cada uma contribua para a existência do todo; uma peça mal colocada comprometeria o objetivo final, e então não haveria um carro (porque não exerceria sua função de meio de transporte).

A mesma ideia poderia ser utilizada para o funcionamento de um organismo vivo, se pensarmos em órgãos em vez de peças. Cada órgão cumpre sua função para manter o organismo funcionando, isto é, vivo e saudável. Assim, mais uma vez, o "todo" pode ser "mais que a soma das partes"; da mesma maneira, uma sociedade, como uma máquina ou um organismo vivo, tem primazia sobre os indivíduos, ainda que não possa se manifestar senão por intermédio deles.

Ordem, função, coesão e anomia: o diagnóstico de Durkheim para os conflitos sociais

Quando a sociedade é comparada a uma máquina ou a um organismo vivo, quando os indivíduos são tomados como "peças" ou "órgãos" que contribuem para o funcionamento de algo maior, surge outro tema importante nessa perspectiva sociológica: a questão da **ordem** e da **função**. A sociedade seria dotada de uma ordem que direciona as partes de acordo com funções específicas que concorrem para sua manutenção, sua reprodução e seu aperfeiçoamento; ou seja, existiria uma ordem na disposição das peças para que a máquina realizasse sua função.

Esse funcionamento é obtido somente quando os elementos que constituem a sociedade estão unidos, coesos. É por isso que a questão da ordem é compreendida com base no conceito de **coesão social**; quando cada elemento atua de modo que os demais também trabalhem adequadamente e todos juntos constituam um organismo maior, dizemos que são solidários uns aos outros e ao todo. Assim, o tema da ordem social deve ser compreendido tendo por base a ideia de coesão social, que resulta da ação solidária das partes, a **solidariedade social**.

Instituições como a religião, a escola e a família, por exemplo, são avaliadas por Durkheim como elementos fundamentais na construção da solidariedade social, enquanto as manifestações de insatisfação de trabalhadores, as revoltas e as taxas elevadas de criminalidade são consideradas desvios dos padrões que estabelecem uma vida social saudável; um processo de interrupção da solidariedade a que ele chamou **anomia** (*nómos* é uma palavra grega que significa "norma, regra, lei"; logo, anomia é a ausência de regras).

A anomia é um exemplo extremo de patologia social (o patológico opõe-se ao normal, no campo da Medicina). De acordo com Durkheim, a anomia acontece quando os elementos que constituem a sociedade deixam de funcionar para cumprir seu objetivo existencial; assim, caracteriza-se como uma patologia, uma disfunção social.

Solidariedade social
Segundo Durkheim, a sociedade é explicada pelos laços que unem os indivíduos à coletividade (solidariedade social). Esses laços podem ser construídos por meio das semelhanças entre as consciências individuais, o que dá origem à solidariedade mecânica, ou pela interdependência entre os indivíduos, o que gera a solidariedade orgânica.

Anomia
Ausência ou redução da capacidade do tecido social de regular a conduta dos indivíduos. Nesse sentido, configura-se como um problema a ser solucionado, sob pena de causar risco à coesão social e levar a sociedade ao fim.

O conceito de ação social e a explicação da relação entre indivíduo e sociedade

O conceito de **estrutura social**, compreendido como o conjunto de princípios que explicam os comportamentos e as instituições sociais, reduz a importância dos indivíduos nos processos de transformação da sociedade. Apesar das explicações que demonstram o modo pelo qual uma consciência coletiva orienta maneiras de ser e de agir (comportamentos masculinos e femininos, a língua falada, a arquitetura e organização das cidades etc.), outra posição teórica e metodológica enfatizou que o único elemento da sociedade que pode ser observado são os indivíduos, suas ações e a compreensão que eles próprios têm de suas ações. Cabe à Sociologia descrever esses comportamentos e compreensões e interpretá-los.

As escolhas que orientam as ações individuais são motivadas por alguns fatores que podem ser classificados pela Sociologia. Quando um cidadão obedece à ordem de um policial, quando um pai se sacrifica em defesa de um filho ou quando um fiel jejua por orientação religiosa, é possível encontrar princípios racionais, afetivos e tradicionais na origem dessas ações. Quem propôs e desenvolveu essa perspectiva de análise foi o sociólogo Max Weber. Segundo ele, a ação dos indivíduos em sua interação com a sociedade é a unidade mínima da análise sociológica.

Na concepção de Weber, a sociedade existe porque é vivenciada e compreendida por indivíduos racionais que tomam suas decisões conforme sua história e cultura. Uma vez que só é possível observar esses indivíduos, ou a ação consciente deles, Weber elege como objeto de estudo da Sociologia o sentido da **ação social**. As normas sociais – que Durkheim entendia como fatos sociais –, de acordo com Weber, existem somente por causa do sentido atribuído a elas pelos indivíduos, isto é, não têm valor em si mesmas. A sociedade é moldada pelo conjunto de decisões de muitos indivíduos, que reconhecem essas regras, atribuem-lhes sentido e manifestam as razões para obedecer a elas de forma consciente.

No entanto, nem todas as decisões tomadas por vários indivíduos ao mesmo tempo são exemplos de ação social. Para serem vistas como unidade mínima de análise da Sociologia, é necessário que tenham relação com aquelas tomadas pelos demais indivíduos. O que isso quer dizer? Considere uma rua repleta de pedestres, em que todos abrem seus guarda-chuvas ao começar a chover. Essa decisão não é uma ação social; ao abrir seu próprio guarda-chuva, o indivíduo não leva em consideração a decisão dos outros (por mais que a ação pareça coletiva e coordenada para quem a observa, por exemplo, do alto de um prédio).

Como na análise de Durkheim, apresente o contexto em que as teorias weberianas foram construídas. Retome a discussão metodológica do capítulo anterior.

Da mesma maneira, a colisão entre dois ciclistas não é um acontecimento diferente de um fenômeno natural e não pode ser considerada uma ação social. No entanto, são tidas como ações sociais as tentativas dos ciclistas de desviar um do outro a fim de evitar uma colisão ou de começar uma briga, assim como as de estabelecer uma conversa amigável ou se esforçar para prestar socorro após a colisão, já que a ação de um indivíduo só tem sentido se estiver relacionada à ação (ou possibilidade de ação) de outro.

Tipos fundamentais da ação social: tradicional, afetiva e racional

A ação social, portanto, é diferente de um simples comportamento social, pois carrega um sentido a ela atribuído pelo indivíduo. Assim, a ação social como instrumento de análise sociológica é definida como toda ação realizada pelos indivíduos levando em conta a expectativa de outra ação dos demais. Dessa forma, da perspectiva da teoria da ação social, a Sociologia não é entendida como uma realidade exterior aos indivíduos ou explicada por leis, como ocorre nas Ciências Naturais. A cientificidade da Sociologia residiria em sua capacidade de compreender racionalmente as ações e as relações sociais.

Na construção de uma teoria da ação social, a observação da realidade levou à identificação de quatro tipos fundamentais de ação social que orientam a explicação das causas dos fenômenos sociais:

- tradicional;
- afetiva;
- racional orientada a valores;
- racional orientada a fins.

A Sociologia fundamentada nessa perspectiva tem se concentrado principalmente na análise das duas últimas.

A **ação tradicional** é motivada por um hábito arraigado ou por um costume. Isto é, quando se pergunta ao ator social por que ele realiza determinada ação (como cumprimentar alguém com um aperto de mão), ele responde que é porque sempre o fez e também porque seus pais e antepassados sempre o fizeram. Um exemplo de ação tradicional é o hábito de benzer-se ao passar em frente a uma igreja, como fazem muitos católicos. Essa ação, que identifica e integra uma comunidade religiosa específica, quando realizada de modo espontâneo, encontra explicação em um hábito sobre o qual não se faz uma reflexão racional. Ela já se transformou em um modo de agir consolidado.

EVANDRO INETTI/ZUMAPRESS.COM

O papa Francisco recebe o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, no Vaticano, com um aperto de mão, em 2014. O ato de cumprimentar apertando as mãos, por ter origem no costume adquirido e não na singularidade individual, é um exemplo de ação tradicional.

ANDRÉS PIÑA/PHOTOSPORT/FOTOARENA

O jogador Sergio Aguero comemora gol marcado contra o Uruguai durante partida realizada entre esse país e a Argentina, na Copa América 2015, disputada na cidade de La Serena (Chile). A ação afetiva fundamenta-se em uma reação emotiva a um determinado acontecimento.

Cartaz de combate à violência doméstica, veiculado em 2008. A Lei Maria da Penha, que define como crime a agressão contra a mulher, foi criada com base em ação social. As reivindicações e a luta das mulheres por direitos que as resguardem da opressão da sociedade machista podem ser compreendidas como uma ação racional orientada a valores.

O planejamento dos estudos necessários à aprovação em um teste caracteriza uma ação racional orientada a fins, já que é uma ação estritamente racional, na qual o indivíduo escolhe os melhores meios para a realização de um fim específico. Estudantes em laboratório da Escola Estadual Professora Leila Mara Avelino, em Sumaré (SP), em 2014.

A **ação afetiva** é determinada por afetos ou estados emocionais. Como exemplo, podemos imaginar um indivíduo que reage a uma agressão ou ofensa de maneira igualmente agressiva. Ela consiste em uma reação momentânea a uma situação inesperada. Em outro contexto, a reação poderia ser completamente diferente.

A **ação racional orientada a valores** é determinada pela crença consciente em um valor importante para o indivíduo, sem considerar as consequências das ações em defesa desse valor. Como exemplo desse tipo de ação podemos citar alguém que aja de acordo com sua convicção política e, ao defender suas ideias em uma manifestação pública, desencadeie uma repressão que, na prática, vai contra seu objetivo. Apesar de produzir efeitos contrários aos objetivos, a ação é racionalmente elaborada; o ator social considera suas consequências positivas e negativas, mas a orienta conforme seus valores, dos quais não pode abrir mão, independentemente dos resultados negativos que possa vir a provocar.

A **ação racional orientada a fins** é aquela determinada pelo cálculo racional que estabelece fins objetivos e organiza os meios necessários para alcançá-los. Um exemplo de ação racional orientada a fins é a estratégia de um jovem para ser aprovado nos exames de ingresso no Ensino Superior. O aluno define as ações necessárias para atingir esse objetivo, organiza-as racionalmente, pesando prós e contras para sua realização, e opta pela estratégia de ação mais eficiente para atingir a meta planejada.

Nessa concepção, a relação entre indivíduo e sociedade é construída com base na primazia da ação do indivíduo (ação social) em relação à estrutura social, compreendida aqui apenas como a regularidade de fatos ou padrões observados na ação social. As normas da sociedade não são a estrutura que sustenta a ação dos indivíduos, porque não podem ser observadas; o único elemento que a Sociologia pode analisar são as decisões pessoais dos indivíduos que interagem mediante as relações sociais.

Interação social
É o processo que ocorre com base na influência recíproca que os indivíduos em comunicação exercem uns sobre os outros no âmbito das relações sociais.

A sociedade é, nessa perspectiva, o resultado do conjunto das relações construídas pelos indivíduos com base no sentido a elas atribuído. O sistema econômico, por exemplo, funciona apenas porque os indivíduos compartilham a crença sobre o uso e o valor da moeda e agem de acordo com essa crença ao aceitar cédulas, cheques e cartões de débito e crédito como meio de pagamento por seu trabalho. Caso a crença no setor financeiro deixasse de ser compartilhada, esse sistema econômico sofreria transformações, pois as pessoas não mais aceitariam determinados meios de pagamento por suas mercadorias ou serviços.

Em outras palavras, a sociedade não existe como um fim em si mesmo ou como uma estrutura que se organiza independentemente da consciência subjetiva de seus agentes, mas como expressão histórica dos valores e da racionalidade dos indivíduos que a constituem.

As leis, por exemplo, são elaboradas por meio de um processo que começa nas consciências individuais. Ao interagirem uns com os outros, os indivíduos percebem a necessidade de estabelecer uma regra comum de conduta. Então, é criada uma lei que regula determinado aspecto da conduta desses indivíduos. Assim, a estrutura legal só existe porque os indivíduos, no processo de **interação social**, chegaram a essa conclusão. Contudo, as leis estão subordinadas às particularidades desse processo em diversos lugares e tempos históricos.

O conceito de classe social e a relação entre indivíduo e sociedade

O objeto de estudo da Sociologia, no entanto, nem sempre é definido sobre um dos polos da relação entre indivíduo e sociedade. Se a estrutura social se manifesta individualmente, e se a ação social consciente dos indivíduos conforma determinada organização social, também é possível compreender a sociedade como uma totalidade, constituída pelas ações individuais limitadas por condições históricas específicas. Segundo essa perspectiva, os seres humanos só podem ser pensados com relação ao que produzem materialmente, e a sociedade, compreendida como resultado da ação recíproca entre os indivíduos. Por exemplo, na Antiguidade, quem vivesse em uma comunidade nômade caçadora e coletora seria incapaz de fazer escolhas que não fossem determinadas por sua condição material de existência. Isso quer dizer que esse indivíduo não poderia, por exemplo, reivindicar uma casa para si ou a propriedade do que caçasse ou coletasse, já que em sua comunidade essas possibilidades não se apresentariam.

Quem definiu as bases para a compreensão do objeto da Sociologia tendo em mente os aspectos materiais e históricos que ligam o indivíduo à sociedade foi o filósofo Karl Marx (ver capítulo 1). Segundo ele, "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem e, sim, limitados pelas condições materiais e históricas de sua existência". Por isso, não é possível afirmar que os indivíduos têm primazia sobre a sociedade ou o contrário, pois sua ação na vida social, assim como a estrutura na qual estão inseridos, é resultado de determinada situação histórico-social. Do mesmo modo que o nômade não poderia optar por uma residência fixa, o trabalhador moderno também não é livre para escolher suas condições de trabalho (quantas horas deve trabalhar ou o valor do seu salário). Tanto as horas de trabalho quanto o salário dependem das condições materiais de determinado momento histórico.

Nessa perspectiva, a base dessa sociedade é definida pelo modo como é organizada a produção das condições materiais de existência, ou seja, quem planta o alimento, quem constrói as casas, quem fabrica as roupas. Isso não quer dizer que a sociedade também não seja constituída por práticas culturais e políticas, como a religião, as artes e a organização dos governos. No entanto, tais manifestações se constituem a partir da base material que organiza a vida econômica.

Site

- **https://ensinosociologia.milharal.org**

Acesso em: maio 2016.

O *site* Ensino Sociologia traz recursos de sistematização e compartilhamento de informações, recursos educacionais e outras fontes de pesquisa em Ciências Sociais. A consulta é aberta ao público em geral.

Analisando a organização da produção nas sociedades modernas capitalistas na Europa do século XIX, Marx chamou a atenção para o fato de que a posição social dos indivíduos estava definida por sua relação com os meios de produção. O fato de serem proprietários desses meios (donos das terras, fábricas, máquinas) ou meros trabalhadores seria o elemento fundamental para determinar a divisão da sociedade em grupos com interesses antagônicos, as **classes sociais**.

A sociedade e as contradições nas relações de produção: propriedade, luta de classes e transformação social

Segundo Marx, podemos definir classe social como a posição que um grupo de indivíduos ocupa no processo de produção: de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, os produtores (trabalhadores). Nessa perspectiva, a **propriedade privada** dos meios de produção seria a causa maior da dominação de uma classe sobre a outra ao longo da história, com base na exploração do trabalho. Se o trabalhador não dispõe de mais nada além da própria força de trabalho, está submetido ao poder do patrão, que definirá quanto e de que forma ele vai trabalhar, assim como o valor de seu salário, de acordo com as leis existentes e a capacidade de negociação dos trabalhadores organizados. Na sociedade capitalista que Marx analisou, burguesia e proletariado eram as classes que protagonizavam o conflito, em meio a uma profunda desigualdade.

Marx desenvolveu uma teoria orientada pela ideia de **conflito**, estabelecendo a classe social como unidade de análise sociológica que permite pensar a relação entre indivíduo e sociedade de maneira recíproca. Ou seja, não é possível pensar o indivíduo sem considerar sua constituição em uma classe social e as diferenças de poder e dominação definidas a partir de sua posição nas relações de produção. Do mesmo modo, não é possível pensar a sociedade sem compreendê-la como resultado de um processo histórico marcado por contradições.

Dois indivíduos que tenham nascido na mesma cidade e no mesmo dia, mas que pertençam a classes sociais diferentes, terão sua trajetória de vida individual marcada pelas classes das quais fazem parte. Assim, o filho de uma família de operários terá muito mais possibilidade de seguir a mesma profissão dos pais do que de se tornar empresário. Por sua vez, o filho de uma família de empresários terá muito mais possibilidade de tornar-se também empresário do que de vir a ser operário. Isso significa que a classe social na qual o indivíduo nasce é fator determinante do possível curso de sua vida profissional.

De acordo com Marx, os homens produzem a própria vida por meio das relações de produção. E as leis existem para garantir o controle e a continuidade dessas relações estabelecidas em determinado momento histórico. Assim, nas sociedades contemporâneas, a propriedade privada é defendida pela legislação como direito inviolável. Marx postula que as leis sempre representam as ideias da classe dominante. Quando passou de classe dominada a classe dominante, a burguesia criou novas leis que regulavam a vida social e que refletiam as ideias da nova classe dirigente. Em nossos dias, modificações na organização do sistema de produção geram novas legislações que tentam dar legitimidade ao modo como as classes dominantes pretendem interferir na realidade.

Marx procurou mostrar como os antagonismos entre classes, tidos como o motor da história, poderiam levar a grandes transformações. O pensador alemão acreditava na emergência de uma sociedade sem classes, em que a propriedade dos meios de produção seria coletiva, e não privilégio de um pequeno grupo, mas para isso seria necessária a tomada de consciência por parte dos trabalhadores e sua organização para superação do conflito que os mantém em situação de opressão.

Filme

- **Última Parada 174**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2008.
Direção: Bruno Barreto.
Duração: 110 min.

O filme aborda a vida de Sandro Barbosa do Nascimento, nascido em uma comunidade, em sua luta pela sobrevivência nas ruas até desembocar no sequestro de um ônibus, quando acaba sendo morto pela polícia. A história mostra a tensão entre indivíduo e sociedade.

Livros

- **RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*.**

Rio de Janeiro: Record, 2003.

Um vaqueiro pobre e sua família tentam fugir da seca no sertão nordestino e enfrentam muitas dificuldades no caminho. A obra retrata a dura realidade social do sertão.

- **ELIAS, Norbert. *Mozart*: sociologia de um gênio.**

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Nesse livro, Elias analisa a vida e a obra de Wolfgang Amadeus Mozart, de acordo com o contexto social em que ele viveu.

3 A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas contemporâneas

A concepção sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade na Sociologia contemporânea está, assim como na Sociologia clássica, relacionada à experiência social de nossa época e articula as diferentes percepções sobre o papel e os limites da ação individual.

O sociólogo alemão Norbert Elias, recontextualizando a discussão entre ação individual e estrutura social, afirma que não existe dicotomia entre indivíduo e sociedade. Ou seja, não é suficiente para a compreensão da sociedade contemporânea uma teoria que se refira aos conceitos de indivíduo e sociedade como termos antagônicos. Essa é uma falsa questão que gera problemas na interpretação da vida social, na qual há um constante e proveitoso processo de influência mútua, em que o indivíduo constrói a estrutura e é simultaneamente formado por ela.

Nesse sentido, o indivíduo elabora estratégias para alcançar objetivos, mas objetivos que são socialmente validados pelas estruturas sociais construídas historicamente. Considere-se o exemplo das leis, que especificam limites para a escolha individual ao mesmo tempo que protegem os indivíduos. Em muitos casos, tais leis existem para garantir o direito individual diante da pressão coletiva ou podem, de maneira oposta, servir como defesa da maioria contra uma minoria que tenta impor sua vontade.

Um traço comum na Sociologia contemporânea é o esforço para construir uma teoria capaz de interpretar o indivíduo e a sociedade como partes inseparáveis da mesma realidade. O sociólogo britânico Anthony Giddens avalia que o indivíduo na modernidade age de modo dialético em relação às estruturas. Em uma releitura das teorias sociológicas clássicas, Giddens defende que os agentes (indivíduos) são influenciados pelas estruturas em seu cotidiano ao mesmo tempo que recriam essas mesmas estruturas mediante um processo de reflexão sobre sua própria prática. Em nosso exemplo, isso significa dizer que os indivíduos, ao cumprirem as leis, refletem sobre sua aplicabilidade na realidade social, adaptando-a continuamente às necessidades individuais e coletivas da sociedade em que vivem, o que pode alterar as próprias leis que deram origem a essa reflexão.

Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Norbert Elias propôs a sociedade dos indivíduos como forma de superar a dicotomia clássica entre indivíduo e sociedade.

Norbert Elias

Sociólogo alemão (1897-1990), Norbert Elias foi tardiamente considerado um dos principais representantes da Sociologia contemporânea, em decorrência de suas análises a respeito da influência exercida pelas transformações históricas sobre o comportamento individual e vice-versa. Desenvolveu sua carreira acadêmica na Inglaterra depois de fugir da Alemanha nazista, em 1933. Foi professor da Universidade de Gana, na África, nos anos 1960, e terminou a vida em Amsterdã, na Holanda. Suas principais e mais conhecidas obras são *O processo civilizador* e *A sociedade dos indivíduos*.

Giddens defende que o modo de vida que teve início no século XVII chegou a seu ápice, de maneira que estaríamos experimentando um momento de radicalização da modernidade. Essa radicalização das formas de relacionamentos e das instituições nos traria algumas "consequências da modernidade", isto é, viveríamos em uma época de incertezas, por um lado, e de reflexividade, por outro. Tais incertezas seriam situações de risco às quais estão submetidos os sujeitos nas sociedades contemporâneas, como uma epidemia global ou uma guerra. A radicalização também daria maior reflexividade (incorporação reelaborada das situações e informações do cotidiano) aos indivíduos, tendo em mente que estes reexaminam constantemente as práticas sociais, o que lhes confere maior autonomia.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM

Sessão plenária da Câmara Federal, em Brasília (DF), em 2013. Segundo Marx, as leis criadas refletem as ideias da classe dominante.

Filme

- A vila

REPRODUÇÃO

EUA, 2004.
Direção: M. Night Shyamalan.
Duração: 108 min.

O filme se passa em uma vila fictícia, no ano de 1897. Os habitantes do lugar vivem isolados e aparentemente em harmonia. Todos temem a existência de criaturas malignas, que supostamente vivem no bosque que cerca o vilarejo. Com base nesse temor, uma série de regras, normas e proibições se sustenta. Até que uma moradora rompe o tabu e atravessa o bosque, desvendando um segredo.

Quem escreveu sobre isso

JEFF MORGAN / ALAMY LATINSTOCK

Segundo Anthony Giddens, a estrutura social não constitui entrave nem limite para a ação individual.

Anthony Giddens

O sociólogo britânico Anthony Giddens (1938-) defende em sua obra que a ação humana e a estrutura social são interdependentes e reproduzidas por meio de princípios estruturais característicos das sociedades, como suas instituições. A estrutura, como a linguagem, restringe e facilita a ação do indivíduo, simultaneamente. Mediante o conceito de reflexividade, seus estudos procuram analisar o impacto das mudanças promovidas pela sociedade sobre o indivíduo e as instituições, que à luz da informação e dos processos de autoavaliação se transformam. Giddens chamou o estágio contemporâneo da modernidade de "modernidade tardia", e apresentou a "terceira via" como alternativa a posições políticas de esquerda e de direita.

VEETMANO/AGÊNCIA JCM/FOTOARENA

Operários em campanha salarial em Ipojuca (PE), 2014. As condições materiais de existência e sua relação com os meios de produção fazem dos trabalhadores uma classe social.

De acordo com o sociólogo Richard Sennett, a valorização da ação individual diante das **regulações coletivas** deve ser percebida como parte da construção de uma sociedade de consumo que trouxe consequências profundas ao modo como o indivíduo enfrentou as transformações ocorridas nas últimas décadas.

Ele menciona que a sociedade contemporânea se constitui historicamente em um duplo movimento. O primeiro deles valoriza a sociedade em sua esfera pública e é marcado pela criação de regras coletivas que permitem a convivência entre indivíduos e grupos de tradições e formações distintas. O segundo movimento, caracterizado pela valorização progressiva da esfera pessoal, que aos poucos substitui o domínio da esfera pública, resulta, atualmente, na perda da conexão dos indivíduos com a coletividade, dificultando que suas ações visem um horizonte comum.

Se usarmos novamente as leis como exemplo, veremos que a maioria delas foi criada como meio de organizar a vida comum na sociedade contemporânea. O objetivo de boa parte das leis é o estabelecimento dos direitos individuais e coletivos, das condutas básicas no espaço público e do respeito e da mediação das diferenças entre grupos e indivíduos. No entanto, a redução da importância da coletividade na construção das referências que orientam as ações sociais cotidianas tem dificultado a aplicação efetiva de muitas leis.

Observemos o caso do respeito às leis de trânsito. Trata-se de normas que devem ser seguidas por todos os motoristas e pedestres como meio de garantir os direitos e a segurança de toda a coletividade. No entanto, muitas vezes, por causa de situações particulares (estar atrasado para um compromisso, vontade de reduzir o tempo da viagem ou até mesmo por comodidade), diversos condutores de veículos ultrapassam o limite de velocidade permitido, não obedecem à sinalização ou estacionam irregularmente. Essas práticas causam transtornos e prejuízos para a sociedade. A explicação para tal postura pode ser a percepção de que as próprias necessidades são mais importantes do que o cumprimento de regras coletivas.

Amplie o debate com os alunos demonstrando como a resistência ao cumprimento da regra coletiva em prol da satisfação de uma necessidade pessoal chega ao ponto de criar páginas na internet que informam aos motoristas onde e quando acontecem as fiscalizações (a fim de facilitar-lhes a transgressão das leis de trânsito). O *site* Portal do Trânsito (http://portaldotransito.com.br/) apresenta dados interessantes sobre o tema. Acesso em: 24 set. 2015.

Quem escreveu sobre isso

ULRICH BAUMGARTEN/GETTY IMAGES

Richard Sennett analisa o impacto das mudanças no capitalismo sobre o caráter individual.

Richard Sennett

Richard Sennett, sociólogo estadunidense (1943-), dedica sua pesquisa à vida na cidade e à influência das transformações recentes do capitalismo sobre os indivíduos. No primeiro aspecto, demonstra como a constituição do chamado homem público foi uma necessidade das cidades modernas industriais, apontando em seguida como esse homem público vem perdendo espaço para uma hipervalorização da individualidade ligada ao consumo. Sua preocupação está em descobrir como indivíduos e grupos podem tornar-se intérpretes de suas próprias ações, independentemente dos obstáculos que as sociedades podem colocar em seu caminho. Algumas de suas principais e mais conhecidas obras são *A corrosão do caráter* e *A cultura do novo capitalismo*.

O sociólogo carioca José Maurício Domingues afirma que a discussão desse tema tem como pano de fundo a sociabilidade moderna, que ocorre essencialmente no espaço da cidade.

No ambiente urbano, as interações entre indivíduo e sociedade desenvolvem identidades pessoais e coletivas construídas em um processo de equilíbrio entre a interpretação da realidade que o indivíduo experimenta e as condições materiais da vida cotidiana. Assim, nesse contexto, ele, o indivíduo, alterna suas ações entre as escolhas, que devem ser de sua responsabilidade, e o pertencimento a diferentes coletividades. Podemos então dizer que cada indivíduo se relaciona com as leis por perspectivas diferentes, ora vendo-as de uma lógica particular (ou seja, como se impõem a ele), ora de uma lógica coletiva (a determinação sobre todos os demais, incluindo ele mesmo), o que, em certa medida, explica a dualidade que observamos no cumprimento das leis.

O debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade – seja nos autores clássicos, seja nos contemporâneos – evidencia uma característica central da Sociologia: a percepção de que as experiências pessoais não se limitam às consciências individuais, mas devem ser interpretadas como parte da experiência social.

Charles Wright Mills denominou essa característica social como **imaginação sociológica**. Esse conceito significa, na prática, ir além das experiências e observações individuais para compreender temas coletivos, de maior amplitude. Sem sair do exemplo do trânsito, podemos considerar que a pressa é um fato de importância pessoal; entretanto, o uso da imaginação sociológica permite compreendê-la não apenas como problema individual, mas como preocupação social.

Correr no trânsito, apesar de ser uma solução imediata ao problema da urgência que se tem em realizar algo, pode ocasionar algum tipo de acidente, envolvendo outras pessoas. Nessa perspectiva, o autor propõe que a Sociologia deve permitir que o indivíduo relacione seu cotidiano com a realidade histórico-social, fazendo com que reflita acerca da implicação de suas ações.

Em um contexto em que as transformações das últimas décadas têm trazido numerosos desafios para os indivíduos em seu cotidiano, cabe à ciência da sociedade o papel de compreender as conexões que existem entre a experiência pessoal e a vida coletiva.

Filme

O doador de memórias

REPRODUÇÃO

EUA, 2014.
Direção: Phillip Noyce.
Duração: 110 min.

Em uma comunidade que vive em um mundo virtualmente ideal, onde guerras e doenças são ocorrências inexistentes, há guardiões de memórias que impedem que os habitantes sofram, negando-lhes a capacidade de escolher o próprio destino – até que a tarefa passa a ser responsabilidade de um jovem que resolve mudar a realidade tal como ela é apreendida.

Considerações sociológicas

Os dilemas da construção da identidade na era da informação

Na sociedade moderna, um dos temas mais utilizados para refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade é o da identidade social. Produto direto da interação entre o indivíduo e a coletividade, a **identidade social** é o modo pelo qual os indivíduos se percebem no mundo e definem sua maneira de interferir nele. Se decodificamos o mundo mediante a cultura, é pela identidade social que o classificamos, nos damos conta de sua diversidade e nos posicionamos nas questões do dia a dia. As mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas do século XX modificaram a posição de relativa estabilidade no modo como essa identidade era construída, assim como intensificaram o debate acerca do tema nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia.

O processo de construção da identidade social espelha a maneira como se efetiva a relação entre o indivíduo e a coletividade em determinada estrutura social. Para o sociólogo francês Robert Castel, a extensão do assalariamento no século XX possibilitou a construção de uma identidade social de trabalhador assalariado. Nesse contexto, a mediação entre o indivíduo e a sociedade se dá na esfera do trabalho. É pela inserção profissional que ele se constrói como sujeito e estabelece sua relação com a coletividade.

A partir das últimas décadas do século XX, a estrutura social das sociedades capitalistas vem sendo moldada para absorver um novo modelo de indivíduo, que se realiza como cidadão por meio do consumo. Nesse sentido, há um duplo movimento: redução da representatividade e dos direitos sociais e políticos dos indivíduos, que fica evidente principalmente na esfera do trabalho, e a extensão dos direitos ligados ao consumo, com a ampliação da proteção do indivíduo como consumidor.

Essa duplicidade é criticada por Richard Sennett, que aponta um problema: a particularização cada vez maior da experiência social resulta em indivíduos fragmentados e, por vezes, desconectados da coletividade. A lógica de consumo produzida pela ação combinada das empresas e da indústria cultural cria nos indivíduos uma subjetividade que redunda apenas em consumismo desenfreado. Nesse contexto, uma cultura superficial e geral, globalizada, passa a ser a referência social.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall estabelece uma ponderação em relação a essa crítica na medida em que as identidades construídas na modernidade muitas vezes sobrepunham a estrutura aos indivíduos. Hoje em dia, com o processo de transformações em curso, as identidades sociais ganham novos contornos, valorizando as especificidades dos grupos locais, o que fortalece a perspectiva do indivíduo.

Nessa nova configuração, Nestor Canclini, antropólogo mexicano, observa a existência de um indivíduo que, na esfera do consumo, é visto como portador de singularidades que devem ser satisfeitas pela estrutura social. Assim, o consumo é analisado positivamente como a principal marca de pertencimento à sociedade do século XXI e constitui elemento gerador das identidades sociais. O indivíduo consumidor pode estabelecer laços sociais com outros consumidores e criar diferentes modos de intervenção na estrutura social.

Em outra perspectiva, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman critica as novas configurações sociais que determinam os modos de construção da identidade social. O modo fragmentado e volátil como as identidades vêm se desenvolvendo não pode ser visto de forma positiva, pois as condições sólidas de reprodução da vida individual estão sendo substituídas por relações sociais e econômicas que não permitem identidades coletivas perenes, levando os indivíduos à busca de uma referência que nunca poderá ser dada pelo consumo.

De uma maneira ou de outra, é evidente a importância da identidade social na definição do papel que o indivíduo exerceu, exerce ou ainda exercerá na sociedade.

Direito e sociedade

Sociologia e direitos individuais

A Sociologia tem muito a ver com a descoberta do indivíduo pela ciência moderna e pela sociedade. A possibilidade de percebermos o sujeito separado da coletividade na qual se insere é um processo que se consolidou a partir do final do século XVIII, tanto nas reflexões teóricas quanto na legislação.

O primeiro momento em que a noção de individualidade é mencionada ocorre na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. No texto, os revolucionários franceses reconhecem a existência da individualidade perante a coletividade:

> "Art. 1º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.
>
> Art. 2º – A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão".

No entanto, o reconhecimento dos direitos individuais continuou sendo negado. No século XIX, as lutas por melhores condições de trabalho e pela participação política dos indivíduos abriram caminhos repletos de dificuldades. O movimento pelo fim da escravidão é exemplo dessa busca universal por igualdade entre os homens.

As experiências totalitárias da primeira metade do século XX, após as duas guerras mundiais, tornaram a legislação mais específica quanto ao reconhecimento da individualidade. Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que busca tutelar o indivíduo diante das diferentes formas de opressão. Seu primeiro artigo afirma a liberdade e a igualdade como condições de humanidade:

> "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos".

Entretanto, ainda que estabelecido de maneira simbólica e jurídica, o respeito efetivo à individualidade humana enfrenta muitos obstáculos. Ainda são comuns governos que se impõem pela força e repressão aos direitos individuais, bem como o desrespeito às características e escolhas individuais por causa de preconceito ou discriminação e em virtude das diferentes práticas de violência contra mulheres, crianças e grupos minoritários.

AFP PHOTO/ARIF ALI

Embora escrito na Declaração dos Direitos Humanos, o direito à educação nem sempre é respeitado. Exemplo disso foi a tentativa de assassinato da jovem Malala Yousafzai pelo grupo Talibã. Malala posteriormente recebeu o Prêmio Nobel da Paz. A foto mostra um protesto contra a agressão, na cidade paquistanesa de Lahore, em 2012.

Atividade: As leis e o contexto social

As leis não surgem acidentalmente, sem questionamentos ou conflitos. Existem conexões entre a norma jurídica, o meio social e o momento histórico de uma sociedade.

Com base nessa reflexão e nos seguintes documentos: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição da República Federativa do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente, e Código de Defesa do Consumidor, reúna-se com seus colegas e, sob a orientação do professor, realizem as seguintes tarefas:

a) Escolham um desses documentos. Expliquem a diferença entre uma declaração e uma lei.

b) Façam uma pesquisa detalhada sobre os contextos histórico, político e ideológico em vigor no ambiente social no qual o documento foi produzido.

c) Selecionem, no documento escolhido, um ou mais trechos que expressem esses diferentes contextos.

Ao final do trabalho, cada grupo deve apresentar os resultados e as conclusões da pesquisa para os colegas. Em seguida, os grupos devem comparar o resultado e debater acerca das diferentes perspectivas de mundo que cada documento legal assinala.

Interfaces **Desenho Geométrico, Arte e Física**

Perspectivas

Pode-se dizer que o maior objetivo do ensino de Sociologia na Educação Básica seria a contribuição para o desenvolvimento, por parte dos alunos, de um novo olhar sobre a realidade social. Nesse sentido, deve-se partir do pressuposto de que o olhar sociológico e a forma de se produzir conhecimento com base nesse olhar admitem diferentes perspectivas, abordagens distintas que buscam explicações e interpretações para um mesmo fenômeno social. Assim, a aquisição de um suporte teórico e metodológico e o desenvolvimento de uma sensibilidade e de um interesse especial com questões que envolvem a vida em sociedade são também fundamentais para que se possa exercitar o estranhamento em relação aos fenômenos sociais e sua desnaturalização, permitindo o desenvolvimento e o reconhecimento de novas maneiras de olhar e interpretar a realidade.

Como forma de aprofundar a reflexão para a compreensão da Sociologia como ciência e como disciplina escolar, propomos uma atividade que possa envolver as disciplinas de Sociologia, Desenho Geométrico, Arte e Física em torno da ideia de **perspectiva**.

A palavra *perspectiva* possui diferentes significados. Pode-se falar em perspectiva com relação à representação de figuras tridimensionais sobre uma superfície plana, causando impressões de profundidade, espessura etc. Pode-se também abordar a perspectiva como ponto de vista sobre determinada situação ou realidade a ser analisada. É possível ainda ver a perspectiva com referência ao futuro, quando se projeta algo que poderá vir a acontecer com base em dada realidade. Em todas essas acepções, fica clara a importância da noção de representação e de olhar.

O Desenho Geométrico evidencia formas de construção gráficas que produzem ilusões de ótica. A Física compreende que a ilusão de ótica demonstra como funciona o sistema visual humano. A Arte, por sua vez, apropria-se dessa possibilidade para apresentar como "realidade visual" mundos lógica e fisicamente impossíveis, assim como para produzir o efeito de realidade ilustrando realidades tridimensionais em telas planas. A ilusão de ótica revela que a percepção que temos do mundo é, em grande medida, produzida por nós mesmos. Devemos gerar essa consciência também em relação à realidade social, por meio das diferentes perspectivas sociológicas.

Atividade

Diante dessas reflexões, propomos trabalhar com os diferentes significados de perspectiva por meio da análise de algumas obras do artista gráfico holandês M. C. Escher. Veja a imagem representada em *Relatividade*, de 1953, e tente determinar qual foi o ponto de vista adotado pelo artista nessa tela. Qual é a experiência espacial das figuras representadas na pintura? Qual é a experiência do admirador da obra? E qual é o estranhamento que cada ponto de vista produz?

ESCHER FOUNDATION/FINE ART IMAGES

O uso da perspectiva realizado por Escher em *Relatividade*, de 1953, convida a uma reflexão sobre o tema, que pode ser trabalhado em diversas disciplinas.

Atividades

Reflexão e revisão

Neste capítulo, as discussões sobre a relação entre indivíduo e sociedade foram apresentadas sob diferentes pontos de vista. Com base em sua leitura e nos estudos realizados em classe, reflita e responda às questões a seguir.

1. Analise cada uma das perspectivas da Sociologia clássica e aponte as diferenças entre Durkheim, Marx e Weber sobre o tema.
2. Fato social, ação social e classe social são conceitos fundamentais da Sociologia. Escreva um texto dizendo de que maneira eles contribuem para explicar a relação entre indivíduo e sociedade.
3. Qual é a argumentação dos autores contemporâneos que justifica uma reordenação da discussão clássica entre indivíduo e sociedade?

Questões para debate

Questão 1

"Giddens defende que os agentes (indivíduos) são influenciados pela estrutura em seu cotidiano ao mesmo tempo que recriam essas mesmas estruturas mediante um processo de reflexão sobre sua própria prática" (p. 50). É possível usar esse referencial teórico para compreender a realidade da sociedade em que você vive? Se a sua resposta for sim, cite exemplos concretos que ilustram essa forma de explicar a relação indivíduo-sociedade.

Questão 2

O número de brasileiros com formação superior cresce em 110%, segundo o MEC

"O Ministério da Educação (MEC) divulgou [...] um aumento significativo no número de brasileiros graduados. O percentual de formandos no ensino superior alcançou os 7,9% em 2010, apresentando um aumento de 109,83% em relação a 2000 (4,4%).

[...] O maior índice de estudantes que concluem um curso de graduação foi encontrado no Sudeste (10%) [...]. Em seguida aparecem o Centro-Oeste (9,3%) e o Sul do país (8,9%). Norte e Nordeste apresentaram mesmo índice, com 4,7% da população com diploma de nível superior.

No entanto, o relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgado no ano passado ainda mostra o Brasil como 33º colocado, entre 45 países analisados, em relação à porcentagem de graduados. [...]"

Fonte: *Censo 2010* (IBGE).

"Em 2005, com o início da oferta de bolsas de estudo em universidades privadas do país pelo Prouni (Programa Universidade para Todos), 112.275 novos alunos ingressaram em instituições de ensino superior no país, sendo 35.652 apenas no estado de São Paulo. Já em 2010, quando o censo do IBGE foi realizado, 240.441 brasileiros entraram para universidades particulares. Um crescimento de 114% no número de bolsas de estudo. [...]"

CALDEIRA, Jéssica; RIBEIRO, Monique. O número de brasileiros com formação superior cresce em 110%, segundo o MEC. Portal *Digitais PUC-Campinas*. Disponível em: <http://digitaispuccampinas.wordpress.com/2012/05/05/brasileiros-com-formacao-superior-crescem-110/>. Acesso em: jul. 2015.

O acesso ao sistema universitário é visto no Brasil como o meio mais comum de ascensão social. Por esse motivo, milhares de jovens candidatam-se todos os anos às vagas oferecidas por instituições de Ensino Superior, públicas e privadas. Com base nos dados fornecidos pelo texto e nos conteúdos discutidos no capítulo, realize a seguinte atividade:

1. Com seus colegas, formem um grupo e investiguem, em sua região ou em seu município, qual o percentual de pessoas que concluíram o Ensino Superior e, entre elas, quantas em instituições públicas. A formulação dos questionários e a amostra devem ser definidas em conjunto com o professor.

2. A partir dos resultados obtidos, identifiquem as razões para que o governo federal crie políticas de acesso às universidades. Os grupos deverão apresentar seus resultados em um seminário ou painel.

3. Durante a apresentação, discutam, ainda, quais dos fatores relacionados a seguir determinariam o êxito das pessoas presentes na pesquisa em sua graduação:

- as condições socioeconômicas de cada candidato;
- a estratégia de ação (traçar um caminho a ser trilhado até alcançar o objetivo);
- a adaptação e a conformação às regras sociais.

4. Ao final, relacionem as respostas dadas e os resultados do questionário com as diferentes concepções e linhas teóricas apresentadas ao longo do capítulo e publiquem um resumo da atividade no jornal de sua escola. Caso não exista jornal escolar, pode ser proposta a criação de um em caráter experimental.

Exame de seleção

(UEL, 2015)
Leia o texto a seguir.

> "A sociedade, com sua regularidade, não é nada externa aos indivíduos; tampouco é simplesmente um 'objeto oposto' ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz 'nós'. Mas esse 'nós' não passa a existir porque um grande número de pessoas isoladas que dizem 'eu' a si mesmas posteriormente se une e resolve formar uma associação. As funções e as relações interpessoais que expressamos com partículas gramaticais como 'eu', 'você', 'ele' e 'ela', 'nós' e 'eles' são interdependentes. Nenhuma delas existe sem as outras e a função do 'nós' inclui todas as demais. Comparado àquilo a que ela se refere, tudo o que podemos chamar 'eu', ou até 'você', é apenas parte."

(ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 57.)

O modo como as diferentes perspectivas teóricas tratam da noção de identidade vincula-se à clássica preocupação das Ciências Sociais com a questão da relação entre indivíduo e sociedade.

Com base no texto e nos conhecimentos da sociologia histórica, de Norbert Elias, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a noção de origem do indivíduo e da sociedade.

a) O indivíduo forma-se em seu "eu" interior e todos os outros são externos a ele, seguindo cada um deles o seu caminho autonomamente.

b) A origem do indivíduo encontra-se na racionalidade, conforme a perspectiva cartesiana, segundo a qual "penso, logo existo".

c) A sociedade origina-se do resultado diretamente perceptível das concepções, planejamentos e criações do somatório de indivíduos ou organismos.

d) A sociedade forma-se a partir da livre decisão de muitos indivíduos, quando racional e deliberadamente decide-se pela elaboração de um contrato social.

e) A sociedade é formada por redes de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras por meio de sucessivos elos.

Questão para pesquisa

> "Sem desconsiderar o papel exercido pela tecnologia, em especial as redes sociais *on-line*, na formação dos jovens e na construção de diferentes formas de sociabilidade, entendemos que as redes sociais *on-line* devem ser percebidas, avaliadas e caracterizadas a partir de como se configura o uso das ferramentas tecnológicas e não a partir dos objetivos pelos quais foram criadas. Sendo assim, a avaliação e o efetivo papel dessas redes somente podem ser corretamente enunciados no bojo de uma reflexão concreta de como os jovens brasileiros utilizam esta tecnologia e quais significados a ela atribuem. [...] Em verdade, do mesmo modo que não podemos separar a dimensão material e simbólica da cultura, no interior dos indivíduos, também não se pode pensar em um mundo virtual que exista independente das estruturas e relações sociais que se travam no mundo real."

FERREIRA, F. I. de O.; LIMA, R. M. de. O ensino de Sociologia e a (re)significação das redes sociais *on-line* na escola básica. In: 15º CONGRESSO DA SOCIEDADE Brasileira de Sociologia , 2011, Curitiba. **Anais** eletrônicos... Curitiba: SBS, 2011. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=198&Itemid=171>. Acesso em: nov. 2015.

Esse texto discute o impacto das redes sociais sobre o comportamento dos jovens. Aprofunde o debate com a pesquisa de outras fontes. Depois, elabore um questionário com os colegas e o professor e pesquise em sua escola como as pessoas usam essas redes. Apresente os dados coletados e compare-os com os obtidos nas fontes pesquisadas inicialmente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): o Brasil de direito e o Brasil de fato

Como vimos nos capítulos 1 e 2, a sociedade é uma realidade singular que transforma seus integrantes e é por eles transformada. Uma das transformações sociais mais importantes se refere ao reconhecimento do indivíduo como ser autônomo, dotado de direitos e deveres, a quem se faz indispensável a garantia de sua dignidade e de seu pleno desenvolvimento. Esse princípio é a preocupação central do pensamento social moderno, com base no qual os autores clássicos e contemporâneos da Sociologia refletiram sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. As diferentes legislações mencionadas ao longo de nossa primeira unidade são exemplos de regras sociais criadas que transformam a sociedade e são por ela transformadas.

Entretanto, as reflexões desenvolvidas na unidade demonstram que, apesar do protagonismo do indivíduo, a realidade vivida em diferentes sociedades, inclusive no Brasil, ainda não condiz com nosso ideal moderno de indivíduo. Em nosso país, muitas vezes o ideal de sociedade traduzido na legislação foi chamado “Brasil de direito”, enquanto a realidade do dia a dia, muito distante desse ideal, é chamada “Brasil de fato”. Reconhecer a diferença entre esses dois “Brasis” é um primeiro passo para descobrir suas causas e construir propostas viáveis para a construção de uma sociedade na qual os direitos são realidades de fato.

Sabemos, portanto, que a realidade social é um fenômeno humano complexo que permite diversas abordagens. Diferentes áreas do conhecimento e de atuação profissional dedicam-se a refletir sobre suas mais variadas facetas. Sociólogos, geógrafos, historiadores, filósofos, engenheiros, arquitetos, bacharéis em Direito, militares, ambientalistas, médicos, artistas e pesquisadores de outras tantas disciplinas dedicam-se a estudar cada aspecto de nossa realidade, descrever suas transformações e características, diagnosticar seus problemas e elaborar projetos para seu desenvolvimento.

LUIZ CLÁUDIO MARIGO / OPÇÃO BRASIL IMAGENS

Crianças em Freguesia do Andirá, Amazonas, 2011. Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente são órgãos deliberativos responsáveis por assegurar a prioridade a crianças e adolescentes. Previstos pelo ECA, eles formulam e acompanham a execução das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência.

Tendo em mente essas considerações, é possível elaborar uma pesquisa para investigar na vizinhança de sua comunidade escolar a distância entre o Brasil “de direito” e o “de fato”, no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente celebrados no ECA.

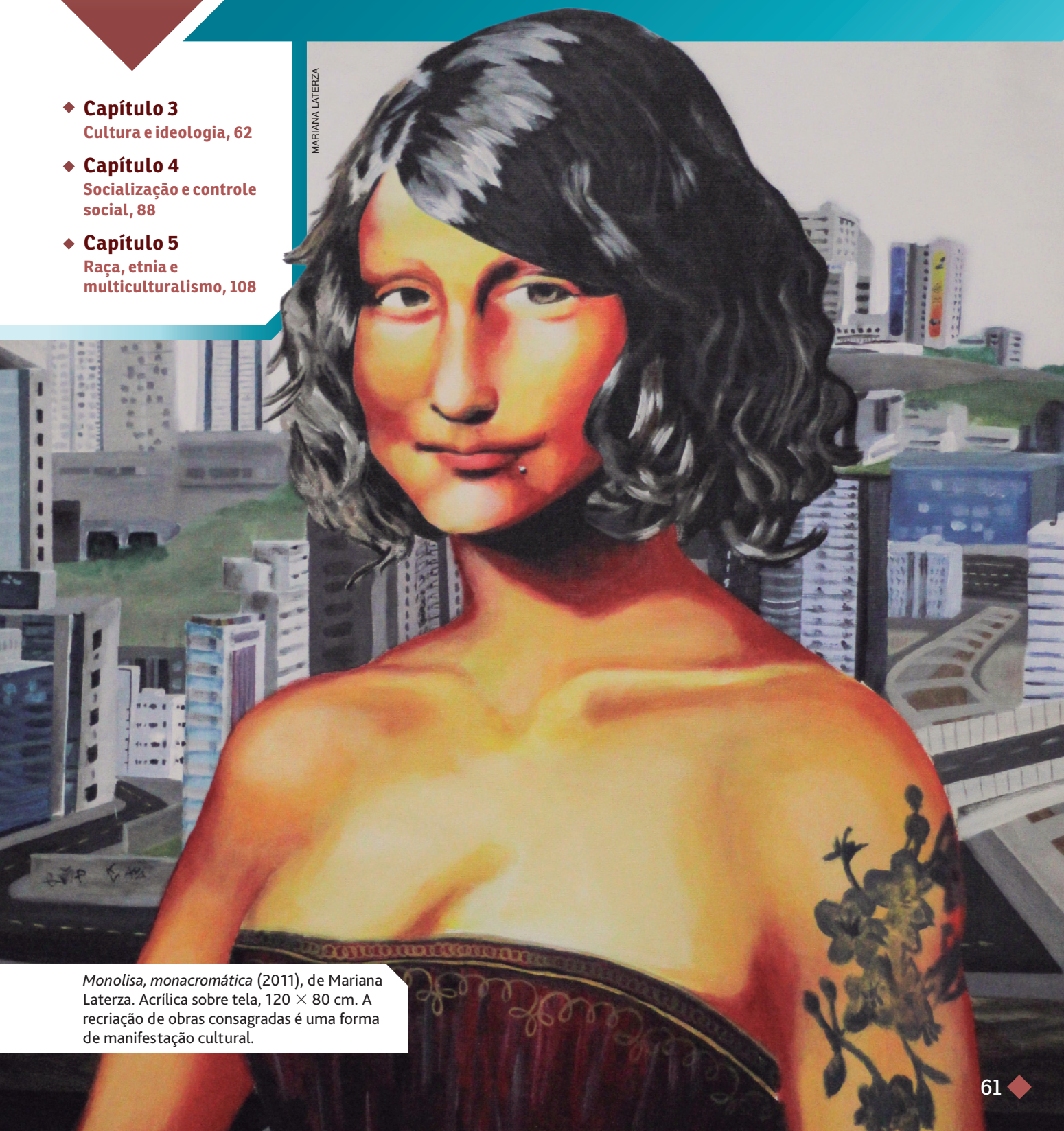
Imagine, então, que você faz parte de uma equipe interdisciplinar dedicada ao estudo de nossa sociedade. Qual seria sua área de interesse? Saúde, educação, esportes? Habitação, segurança, lazer? Quais seriam as questões que lhe pareceriam importantes e interessantes de serem investigadas? Como você faria para encontrar as informações necessárias para sua pesquisa? Escreva cada um desses pontos de modo que organize um pré-projeto de pesquisa sobre a realidade e os direitos das crianças e dos adolescentes.

Passo a passo

1. Para começar uma pesquisa sobre esse tema, é preciso formar um grupo destinado a investigar, avaliar e discutir quais são os direitos garantidos às crianças e aos adolescentes de sua região/município e se esses direitos são de fato respeitados.
2. É preciso, então, definir quais e quantas pessoas serão entrevistadas (dependendo do tamanho de sua escola, pode ser constituída pelos próprios alunos ou pela população das ruas adjacentes à escola ou do bairro onde ela se localiza).
3. Com ajuda do professor, leia as leis comentadas na seção “Direito e sociedade” deste capítulo e outros trechos selecionados de acordo com o objeto de interesse do grupo e crie um critério para verificar quais se aplicam às crianças e aos adolescentes estudados.
4. Para a pesquisa, utilize também outras fontes, além das entrevistas, como diferentes meios de comunicação (jornais impressos, telejornais, revistas) e dados oficiais disponíveis nas secretarias específicas voltadas para crianças e adolescentes sobre o cumprimento da legislação para esses grupos.
5. Com os dados obtidos e os critérios de cumprimento ou não da legislação, identifique quais direitos não são respeitados. Avalie as possíveis causas para que isso aconteça e, por fim, proponha com seu grupo medidas que lhe pareçam viáveis para a superação desse problema social. Em colaboração com o grêmio estudantil de sua escola, a associação de pais e alunos e a direção, organize uma campanha em defesa dos direitos da criança e do adolescente de sua região. Esta campanha deverá ser realizada na própria escola ou em espaço público próximo, divulgando os resultados da pesquisa realizada.

JEAN GALVÃO/FOLHAPRESS

UNIDADE 2

Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas

MARIANA LATERZA

Monolisa, monacromática (2011), de Mariana Laterza. Acrílica sobre tela, 120 × 80 cm. A recriação de obras consagradas é uma forma de manifestação cultural.

CAPÍTULO 3

Cultura e ideologia

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Reconhecer a cultura material e imaterial como produto das relações sociais estabelecidas historicamente por indivíduos em sociedade.
- Compreender que as sociedades humanas são caracterizadas e se diferenciam umas das outras por sua cultura.
- Avaliar as relações entre cultura e ideologia e sua importância na compreensão dos comportamentos sociais.
- Distinguir as diferentes manifestações culturais como representações da diversidade cultural das sociedades humanas.
- Reconhecer as relações de poder existentes nos meios de comunicação de massa.

TASSO MARCELO/AFP

Jovens participam do Rock in Rio, na capital do estado do Rio de Janeiro, em 2015. A música é uma das expressões culturais da juventude.

MARCO ANTONIO SÁ/PULSAR IMAGENS

Apresentação do Bumba meu boi de Guimarães, criado nos engenhos da Vila São José de Guimarães, em São Luís (MA, 2013).

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Dança de fitas na festa do Divino Espírito Santo, em São Luiz do Paraitinga (SP, 2014).

◆ **Questão motivadora**

De que modo minhas opiniões e decisões são influenciadas pela cultura e pela ideologia da sociedade em que vivo?

1 Primeiras palavras

Entre 2013 e 2015, o número de haitianos matriculados na rede de educação pública estadual de São Paulo cresceu 13 vezes. A maioria desses alunos fala apenas *créole* e francês. Além da dificuldade com a língua, eles se depararam com o desafio de toda criança que muda de escola pela primeira vez: fazer novos amigos e se enturmar. Muitas vezes, no entanto, estrangeiros são vítimas de preconceito e violência quando chegam a um país que tem uma tradição cultural diferente da sua.

A palavra **cultura** tem diversas origens e usos. Entretanto, para a Sociologia, ela é a base sobre a qual as sociedades humanas constroem seus diferentes modos de vida. É por meio da cultura que buscamos soluções para nossos problemas cotidianos, interpretamos a realidade que nos cerca e produzimos novas formas de interação social. A maneira pela qual estruturamos a economia, nossas formas de organização política, as normas e os valores que orientam nossas ações, todos esses elementos estão presentes na cultura. Por sua vez, a cultura é resultado das nossas ações sociais. As práticas, os saberes e sua aplicação pela coletividade resultam num conjunto de conhecimentos que orientam nossa ação no mundo e nos permitem reconhecer, explicar e construir a realidade social.

Porém, a construção da cultura não ocorre de maneira harmônica e igualitária. Ela é marcada por conflitos e relações desiguais entre os diversos grupos humanos. Por exemplo, quando exaltamos a diversidade cultural brasileira, não podemos nos esquecer de que boa parte da cultura popular sofre preconceito e que os processos históricos que geraram essas expressões culturais foram e são marcados por conflitos nos quais negros, mulheres, nordestinos, indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e outras minorias sociais são geralmente considerados cidadãos de segunda classe e suas contribuições para a formação da cultura são relegadas a um plano inferior. Entretanto, a história nos mostra que, diante de interesses políticos e comerciais, as classes dominantes incorporaram essas práticas, saberes e costumes ao padrão cultural estabelecido.

NELSON ANTOINE/FOTOARENA

Haitianos em fila para almoçar na Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério, na capital paulista, em 2014. Exilados da tragédia social decorrente da situação em seu país, esses imigrantes se viram em contato com a riqueza e os conflitos presentes na cultura brasileira.

Cronologia

1871 – Edward Tylor publica *Cultura primitiva*, no qual explicita a primeira definição moderna de cultura.

1896 – Franz Boas publica "As limitações do método comparativo na Antropologia", artigo que critica fortemente o evolucionismo.

1922 – Bronislaw Malinowski publica *Argonautas do Pacífico ocidental*, texto que revolucionou as pesquisas antropológicas.

A Semana de Arte Moderna de 1922 rompe com o padrão estético da época, inspirando-se na vanguarda europeia.

1947 – Theodor Adorno e Max Horkheimer publicam *Dialética do esclarecimento*, em que analisam e criticam a industrialização da cultura.

1949 – Lévi-Strauss publica *As estruturas elementares do parentesco*, em que estabelece as bases da corrente estruturalista na Antropologia.

Uma forma de perceber como esse processo de construção da cultura ocorre no cotidiano é pensar sua realidade como estudante. Os conhecimentos, as normas, os valores e as ações pedagógicas com que você interage no espaço escolar são produzidos em contextos históricos específicos e por grupos que têm interesse em sua formação. Muitas vezes, os saberes que você traz para a escola ou sua experiência de vida e sua realidade social são ignorados no processo educativo. Assim, sua formação e a maneira como você constrói suas opiniões e como age em seu dia a dia, os comportamentos com os quais se identifica, entre tantas outras coisas, podem não representar o modo como os grupos dos quais você faz parte representam a realidade.

Isso se relaciona, entre outros aspectos, às ideologias dominantes em nossa sociedade. Cada grupo ou coletividade constrói sua visão de mundo com base em contextos históricos e práticas sociais específicas. Desse processo surgem interpretações e propostas de ação que são difundidas socialmente com a pretensão de se tornarem o padrão geral a ser seguido. Quando isso ocorre, estamos diante do que chamamos ideologia. Nesse sentido, a ideologia pode ser compreendida como o conjunto de visões de mundo produzidas por determinados grupos sociais, propostas como modelos destinados a orientar as práticas de outros grupos sociais ou da sociedade na qual se inserem.

MAYNARD DIXON/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Revolta de indígenas no século XVII, na obra *The Pueblo Indian Revolt of 1680*, do artista estadunidense Maynard Dixon (1875-1946). O mundo é formado por uma imensa diversidade cultural. No entanto, a construção das diferentes culturas é marcada pelos conflitos e pela imposição de valores das classes dominantes.

A escola tradicional é um veículo para a difusão da ideologia dominante, e, por isso, há uma desvalorização da cultura popular, que propõe outras formas de pensar e de agir no mundo. Por essa razão, várias práticas e vários saberes que não pertencem ou não interessam às classes dominantes foram historicamente desconsiderados pela escola.

Cultura e ideologia são conceitos que explicam a relação intrínseca entre pensamento e ação. Diferentes contextos modelam nossas escolhas pessoais. Na atualidade, a expansão das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) é mais um elemento a interferir em nossas opções de vida. Produzidas com base em uma dinâmica social que envolve diversos interesses econômicos, sociais e políticos, essas tecnologias provocam transformações no modo pelo qual os diferentes atores sociais agem e se percebem no mundo. Por outro lado, o modo como indivíduos e coletividades se apropriam dessas tecnologias pode gerar novas interpretações da realidade, capazes de alterar o sentido e a utilização original planejada por aqueles que incentivaram sua difusão.

1950 — É inaugurada a primeira emissora de televisão no Brasil, a TV Tupi.

1968 — Ano marcado por diversas manifestações da juventude em vários países, com destaque para França e Estados Unidos, em luta por transformações culturais, políticas e comportamentais na sociedade contemporânea.

1973 — Clifford Geertz publica *Interpretação das culturas*, base da Antropologia Interpretativa.

1992 — É criada a *World Wide Web*, base para a difusão da internet.

2014 — Aprovado no Brasil o Marco Civil da Internet. A lei criou mecanismos de proteção ao usuário e estabeleceu o direito à comunicação como direito fundamental do cidadão, e não apenas como negócio comercial.

2 Cultura e vida social

Perceber os múltiplos significados e usos da *cultura* é um dos modos de constatar sua importância. Em sua origem latina, cultura deriva de *colere*, que significa cuidar, cultivar, podendo também adquirir um sentido ligado à saúde fisiológica (cuidar do corpo), à religião (cultuar uma divindade) ou ainda à produção de alimentos (agricultura). O uso do termo é, portanto, dinâmico e adquire sentidos diversos de acordo com o contexto social e histórico. Numa definição sociológica básica, a cultura consiste no conjunto de práticas, saberes, normas e valores de uma coletividade, servindo de fundamento para as relações sociais nela estabelecidas.

Livro

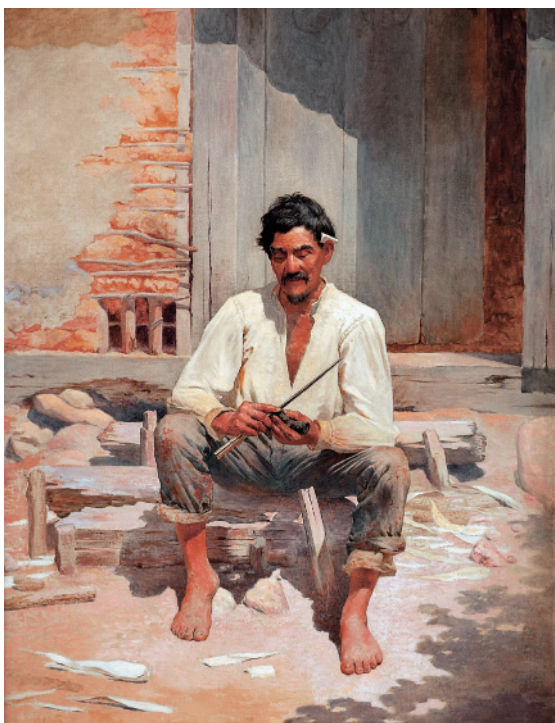
- **SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura.***

16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos)

A obra faz uma apresentação simples e didática do conceito de cultura e suas conexões com a diversidade, as relações de poder etc.

IVOHA/ALAMY/GLOW IMAGES

Mercado em Bac Ha, Vietnã, em 2012. A cultura pode ser percebida por meio de diversos elementos, como vestimenta, comida e normas de relações sociais.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Almeida Júnior (1850-1899). *Caipira picando fumo,* 1893. Óleo sobre tela, 202 × 141 cm. A hierarquização das culturas urbana e rural é um exemplo do uso discriminatório do termo cultura.

Cultura como juízo de valor e como produção social

Para entender esses diversos significados, devemos atentar para algumas formas de utilização do termo presentes em nossa sociedade. A primeira delas é a relação entre cultura e educação. Quando afirmamos que "uma pessoa tem muita cultura", o termo está sendo utilizado no sentido de educação formal ou acadêmica.

Nesse aspecto, relacionamos cultura a uma hierarquização dos indivíduos e grupos. Essa, porém, é uma utilização típica do senso comum. As Ciências Sociais compreendem diferentes formas de inserção na cultura, tendendo a descartar qualquer hierarquização que resulte na discriminação de pessoas ou grupos sociais.

Tal como acontece com o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, o habitante das zonas rurais foi muitas vezes apontado como alguém preguiçoso e apático, o que exemplifica um modo preconceituoso de tipificar a cultura sertaneja, apresentada como inferior à cultura urbana. Esse é um exemplo de cultura utilizada como critério de valor. Ainda hoje, muitas manifestações da cultura brasileira são tratadas desse modo, sobretudo quando têm origem em grupos socialmente marginalizados.

Por outro lado, a cultura é pensada como práticas e valores de um grupo social, na sua dimensão material e imaterial, como patrimônio a ser preservado e transmitido. Nesse contexto, não há atribuição de superioridade de uma expressão cultural sobre outra. A ideia de cultura fundamenta a construção de teorias sociais que nos permitem compreender os conflitos culturais e a construção de uma crítica à dominação cultural que historicamente destruiu diversas sociedades e grupos sociais.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

MARCO ANTONIO SÉ/PULSAR IMAGENS

A Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião, em Igarassu (PE, 2013), no alto, é um exemplo de **cultura material**. Já a apresentação do grupo Leão de Ouro de Nazaré da Mata na festa do Maracatu Rural, em Nazaré da Mata (PE, 2014), acima, constitui uma manifestação de **cultura imaterial**.

O conceito de cultura e a Antropologia

A disciplina que historicamente mais se dedica ao estudo da cultura é a Antropologia. Os antecedentes da discussão sobre cultura se encontram no século XVI, quando as grandes navegações permitiram que os europeus conhecessem novas partes do mundo e entrassem em contato com outros grupos humanos, suscitando debates sobre os hábitos, os costumes e a produção desses grupos. Esse momento histórico construiu a visão de mundo que marcou para o Ocidente a ruptura entre a forma como o feudalismo pensava a si mesmo e a modernidade. O surgimento de impérios coloniais estabeleceu um processo de intercâmbio cultural e de dominação que até hoje marca as relações entre as diferentes regiões do planeta. A reflexão sobre os próprios padrões culturais diante da inesgotável diversidade da criatividade humana tornou-se mais complexa, perdeu o ar de conversas pitorescas de salão e ganhou uma abordagem científica, preocupada em desvendar os mistérios da organização social humana. O método científico oferecia uma nova chave para a descoberta de nossas origens e futuros possíveis.

O "bom" e o "mau" selvagem

A partir do século XVI, destacavam-se entre os colonizadores europeus duas posições opostas em relação aos povos encontrados no Novo Mundo: "a repulsa sistemática pelo que é diferente e a fascinação romantizada pelo 'outro'". No primeiro caso, o sentimento era traduzido pela "boa consciência" sobre si mesmo e sua sociedade. No segundo, preponderava um olhar sobre o outro como "bom selvagem". O pensador francês Michel de Montaigne (1533-1592) destacou-se por relativizar a civilização europeia diante das formas de organização culturais do Novo Mundo.

Cultura material e imaterial

A cultura material é formada pelos bens tangíveis produzidos pelas sociedades, como construções, alimentos, móveis, aparelhos eletrônicos etc. A cultura imaterial é composta pelas práticas, expressões, valores, conhecimentos e saberes produzidos pelos membros de uma cultura ao longo do tempo.

Quem escreveu sobre isso

COLEÇÃO PARTICULAR/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Michel de Montaigne

Humanista, Montaigne (1533-1592) afirmou, em seu clássico *Dos canibais*, que cada pessoa considera bárbaro o que não se pratica em sua terra, argumentando que o fato de os europeus classificarem como bárbaros os povos do Novo Mundo acabava por conduzir à cegueira sobre suas próprias práticas e ações.

Michel de Montaigne foi um pensador humanista do século XVI que refletiu sobre o relativismo cultural.

Cultura, civilização e determinismo cultural

Entre os séculos XIX e XX, os relatos de viagem e a reflexão filosófica sobre a diversidade dos povos abriram espaço para a reflexão sociológica e antropológica sobre a cultura. Nesse período, surgiram diferentes formas de hierarquizar as sociedades segundo sua cultura. Antes disso, tal hierarquização se fundamentava em explicações não científicas, que utilizavam argumentos inspirados na Biologia e na Geografia, aos quais denominamos determinismos biológico e geográfico.

No determinismo biológico, as diferenças entre as sociedades são explicadas com base nas características físicas da população. Assim, haveria correspondência entre as características culturais e a constituição genética de uma população. Essa visão de mundo promoveu uma explicação cultural baseada em diferenças biológicas que justificavam a dominação das populações negras e indígenas pelos europeus.

Já para o determinismo geográfico, as características naturais das regiões, como o clima e o relevo, causariam as diferenças culturais entre as sociedades. O maior desenvolvimento econômico das nações do norte do globo era explicado como resultado do suposto temperamento racional e laborioso dos povos naturais de regiões de clima temperado, ao passo que populações das regiões mais quentes do hemisfério sul possuiriam comportamento mais displicente e criativo.

Embora o determinismo biológico e geográfico seja refutado pelas Ciências Sociais, essas ideias ainda hoje influenciam o senso comum. Para esclarecer a questão, estudos antropológicos mostram que sociedades com origens biológicas semelhantes ou que ocupam a mesma região geográfica podem apresentar comportamentos e formas de organização bem diversos. Para a Antropologia, as experiências históricas vividas em cada sociedade são o fundamento das diferenças entre as culturas, que se explicam, por sua vez, pelos diferentes valores e práticas advindos da vida em sociedade.

TON KOENE/ZUMAPRESS/GLOW IMAGES

TIPS/ZUMAPRESS/GLOW IMAGES

Integrantes do povo Sami, em Utsjoki, na Finlândia, e representantes dos Nanuvut, grupo inuíte, em uma tenda típica, no lago Baker, no Canadá, em 2013. Apesar de viverem em clima semelhante, os povos podem desenvolver traços culturais bem diversificados.

3 Escolas antropológicas

Mas como a Antropologia explica as manifestações culturais em meio à diversidade existente? Veremos a partir de agora de que maneira diferentes escolas antropológicas desenvolveram as definições de cultura que são hoje objeto de seu estudo.

Antropologia Evolucionista

A Antropologia Evolucionista foi desenvolvida na Inglaterra, no século XIX, especialmente por meio dos estudos de Edward Burnett Tylor (1832-1917). Para Tylor, cultura é “o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Essa definição está em seu livro *Primitive culture*, de 1871.

UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/UIG/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

A conferência do Congo (1884-1885), em Berlim, Alemanha, lançou as bases para a corrida pela África. A perspectiva evolucionista legitimou a expansão neocolonialista europeia no século XIX, com consequências que persistem ainda hoje.

A escola evolucionista é importante para a **Antropologia** principalmente por ter elaborado a primeira teoria social da cultura. No entanto, ela também é responsável pela construção de outro postulado, hoje já ultrapassado, segundo o qual as **sociedades** têm início num estado primitivo e se tornam civilizadas com o passar do tempo.

Essa tese contribuiu para justificar o processo de colonização da África e da Ásia no século XIX, pois a Europa levaria a civilização aos povos dos outros continentes. Baseada numa visão eurocêntrica do mundo, essa forma de pensar ainda hoje exerce influência em nossa sociedade, mesmo sendo refutada pela Antropologia contemporânea. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando utilizamos como modelo padrões de comportamento típicos do Ocidente – principalmente da Europa ocidental e dos Estados Unidos – para analisar formas de organização social e práticas culturais de outras regiões do globo.

Antropologia
A Antropologia surgiu no século XIX e se dedica ao estudo das culturas em todo o mundo. Inicialmente, seu objeto de interesse foram as sociedades não industriais. Mais tarde, incorporou a análise das sociedades industriais. Hoje, compõe em conjunto com a Sociologia e a Ciência Política o ramo das Ciências Humanas denominado Ciências Sociais.

Relativismo cultural: Antropologia e diversidade cultural

Para contrapor-se ao evolucionismo que dominava o pensamento social e político, a partir do século XIX outros métodos de pesquisa e de análise da cultura foram desenvolvidos. O resultado desse esforço intelectual está presente nas diferentes correntes da teoria social, que têm em comum o reconhecimento da diversidade cultural. Nesse sentido, difusionismo, culturalismo, funcionalismo, estruturalismo e a Antropologia Interpretativa são as múltiplas faces da construção do pensamento antropológico até os nossos dias.

Difusionismo: empréstimos e imitação cultural

Contemporâneo do evolucionismo social, mas compreendendo a cultura de uma forma que inaugura o relativismo na Antropologia, o difusionismo cultural caracterizou-se pela rejeição da unilinearidade, ou seja, não admitia a ideia de um desenvolvimento constante e ascendente das culturas defendida pelos evolucionistas. Nesse sentido, para os difusionistas, a cultura deveria ser pensada como um mosaico no qual as diferentes sociedades criavam e difundiam práticas e saberes que seriam absorvidos por outros grupos sociais pelo contato entre seus membros. O difusionismo foi importante no começo do século XX por ser uma teoria alternativa para a compreensão da diversidade cultural.

Um modo de refletir sobre a proposta difusionista é pensar que diferentes elementos da cultura brasileira surgiram em outros contextos culturais e foram trazidos para nosso país pelo contato com representantes de diversas culturas.

INÁCIO TEIXEIRA/PULSAR IMAGENS

Multidão de foliões no Farol da Barra, em Salvador (BA, 2015). O carnaval, elemento marcante da cultura brasileira, é exemplo de uma prática que se originou em outra sociedade e foi absorvida pelos brasileiros, adquirindo caráter próprio no país.

Culturalismo: trajetórias e percursos culturais

Outra crítica ao evolucionismo foi feita pela escola culturalista, da qual o alemão naturalizado estadunidense Franz Boas é o principal representante. Para ele, o conceito de civilização deve ser relativizado na medida em que depende dos parâmetros utilizados para considerar as representações. Segundo esse pensador, as diferenças culturais seriam resultado das trajetórias independentes dos grupos humanos. Assim, não indicariam uma hierarquia, mas as escolhas e experiências de cada sociedade.

Um exemplo da aplicação dessa teoria é a utilização que cada cultura dá às inovações tecnológicas. Pesquisas históricas recentes apontam que os chineses inventaram o papel e a imprensa mil anos antes que o Ocidente. O império chinês também já dominava as tecnologias necessárias para a construção de grandes embarcações, mas manteve seu isolamento com o intuito de proteger sua sociedade. A China só se deu conta do seu "equívoco" quando não pôde fazer frente às aspirações coloniais da Grã-Bretanha nas Guerras do Ópio, entre 1839 e 1860. Essa perspectiva de análise antropológica criou a noção de **relativismo cultural**.

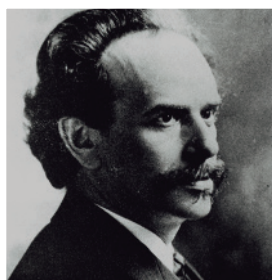
Jogo

◆ **Bumba**

REPRODUÇÃO

Jogo musical inspirado nas tradições culturais do estado do Maranhão, o aplicativo Bumba objetiva fortalecer a identidade regional por meio da descoberta dos ritmos, das paisagens e das particularidades folclóricas locais. Além do prazer lúdico, o jogo incentiva os participantes a mergulhar nas características que reforçam o pertencimento cultural. Para jogar, acesse <www.tavernainteractive.com/bumba>. Acesso em: 16 fev. 2016.

Quem escreveu sobre isso

SCIENCE PHOTO LIBRARY/LATINSTOCK

Franz Boas, antropólogo precursor da crítica ao evolucionismo.

Franz Boas

Formado nos Estados Unidos, o alemão Franz Boas (1858-1942) rejeitou o evolucionismo e defendeu uma visão histórica da cultura por acreditar que ela seria a única capaz de permitir a compreensão das características de qualquer sociedade. Para ele, era função da Antropologia estudar de forma não linear as distinções entre as culturas, atentando para os percursos diferenciados construídos historicamente por cada uma delas.

Funcionalismo: método etnográfico e o relativismo cultural

Para a Antropologia Funcionalista, a definição de cultura pode ser resumida como um todo integrado, uma síntese de instituições (jurídicas, econômicas, religiosas etc.) responsáveis pela perpetuação da dinâmica social entre seus membros. Assim, as instituições sociais (família, sistema legal etc.) são meios coletivos de satisfazer necessidades individuais (alimento, abrigo) e sociais (casamento, segurança coletiva).

ANA MOKARZEL/PULSAR IMAGENS

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Nas imagens, diferentes regiões do Brasil constroem formas distintas de expressão artística por meio da dança: carimbó, na Ilha de Marajó (PA, 2013), e fandango, na cidade de Olímpia (SP, 2006). Para o funcionalismo, cada cultura encontra sua forma de resolver necessidades comuns às sociedades humanas.

Quem escreveu sobre isso

COLLECTION BOURGERON/RUE DES ARCHIVES/OTHER IMAGES

Bronislaw Malinowski

O polonês Bronisław Malinowski (1884-1942) é um dos fundadores da escola funcionalista. Sua principal contribuição à Antropologia Social foi o desenvolvimento de um novo método de investigação de campo, a **etnografia**, cujas origens remontam às suas pesquisas na Austrália, inicialmente com o povo Mailu (1915), e posteriormente com os nativos das ilhas Trobriand (1915-1918). De lá, saiu uma de suas obras de maior envergadura, *Argonautas do Pacífico ocidental*, de 1922.

Malinowski em sua pesquisa nas ilhas Trobriand, na Nova Guiné, feita de 1915 a 1918. A etnografia, método de pesquisa consagrado pela Antropologia Funcionalista, tornou-se referência para diferentes áreas do conhecimento.

Etnografia
Etnografia, ou observação participante, é o método que descreve de modo sistemático o cotidiano de um grupo social pelo ponto de vista de seus membros. Atualmente, constitui um método de pesquisa de campo utilizado por diversas ciências.

O reconhecimento da diversidade cultural foi uma das contribuições do funcionalismo para a Antropologia. A abordagem funcionalista nos permite entender, por exemplo, como os variados ritmos e danças existentes expressam as maneiras pelas quais os grupos sociais se relacionam com a música e com a arte. Do mesmo modo, outras expressões culturais (religiosas, artísticas, alimentares, vestimentas etc.) e formas de organização social (políticas, econômicas, institucionais etc.) devem ser compreendidas tendo como base os sentidos atribuídos a elas por seus próprios praticantes, e não por aqueles que as observam de longe.

Antropologia Estrutural: um fundamento universal das culturas

Corrente surgida na virada da primeira para a segunda metade do século XX, a Antropologia Estrutural inspira-se originalmente na Linguística (ciência da linguagem). Para os estruturalistas, a cultura é um conjunto de sistemas simbólicos (arte, religião, educação) que atua de modo integrado e constitui a totalidade social. Logo, não é possível compreender uma cultura com base em elementos isoladamente considerados: ela só faz sentido como um todo, assim como uma língua só faz sentido no conjunto de sua estrutura gramatical, de seu vocabulário e de sua prática oral.

De acordo com seu principal representante, o antropólogo franco-belga Claude Lévi-Strauss, existem elementos universais nas diferentes culturas – as estruturas – que devem ser estudados pela Antropologia por meio da explicação dos modelos inconscientes que servem de referência para que indivíduos e coletividades organizem o mundo e deem sentido a ele.

Filme

◆ Brava gente brasileira

Brasil, 2001.
Direção: Lúcia Murat.
Duração: 104 min.

No final do século XVII, o cartógrafo Diogo e alguns soldados se dirigem ao Forte Coimbra, no interior do país. No caminho, deparam-se com um grupo de mulheres indígenas e as estupram. Diogo é forçado por Pedro, chefe dos soldados, a participar do ato. O filme retrata o choque entre as culturas branca e indígena, além de discutir os conflitos entre Diogo, Pedro e outras personagens.

Relações de parentesco

Para o Estruturalismo, as relações de parentesco são uma das formas de compreender as relações em um sistema cultural. Todas as sociedades conhecidas estabelecem regras para casamentos possíveis e proibidos entre seus membros.

Quem escreveu sobre isso

Claude Lévi-Strauss, criador da Antropologia Estruturalista.

Claude Lévi-Strauss

Claude Lévi-Strauss (1908-2009) é considerado o criador da Antropologia Estrutural. Iniciou seus estudos sobre os indígenas brasileiros quando foi professor da Universidade de São Paulo (USP), nos anos 1930. Em suas obras, propõe a busca pelo entendimento das estruturas que conferem sentido a um sistema cultural. Em contraposição à escola funcionalista, defendeu a **etnologia**, em lugar da etnografia, como principal método de estudo da cultura.

Antropologia Interpretativa: o primado dos significados

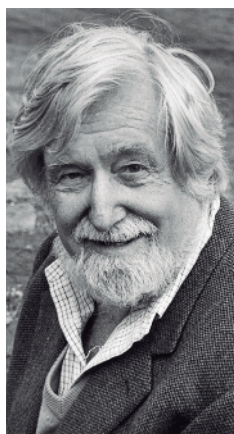
A Antropologia Interpretativa – também chamada Antropologia Hermenêutica ou Simbólica – confere à história papel diferenciado. Nessa perspectiva, a cultura é um sistema simbólico, uma complexa "teia de significados" tecida pelos próprios seres humanos e da qual estes não podem se libertar.

Seu principal representante é o antropólogo estadunidense Clifford Geertz, cujas bases teóricas estão na Sociologia Compreensiva de Max Weber. Para Geertz, o comportamento humano é sempre simbólico, dependente de como os indivíduos percebem a si próprios e das ações que resultam dessa percepção.

Essa corrente permite, por exemplo, compreender o comportamento esperado de um torcedor no estádio de futebol no meio de sua torcida. Nesse ambiente, espera-se que ele, assim como os demais, vibre, grite e torça de modo entusiasmado a cada ataque de seu time. A forma de torcer representa um conjunto de símbolos com significados compartilhados entre indivíduos de um mesmo grupo social.

Etnologia
Etnologia é a área da Antropologia que estuda os hábitos culturais de diferentes populações com base nos dados obtidos por meio de pesquisa de campo, isto é, pela etnografia.

Quem escreveu sobre isso

MARY CROSS PHOTOGRAPHER. FROM THE SHELBY WHITE AND LEON LEVY ARCHIVES CENTER, INSTITUTE FOR ADVANCED STUDY, PRINCETON, NJ, USA

Clifford Geertz

O antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006) realizou pesquisas na Indonésia e no Marrocos que envolviam política e religião. O autor é comumente considerado o responsável pela difusão da Antropologia Interpretativa. Influenciado pelas análises de Max Weber, defende que a investigação antropológica deve interpretar os significados que os membros de uma cultura dão às suas práticas. Sua obra mais difundida, *A interpretação das culturas*, de 1973, propõe que o trabalho etnográfico deve abordar o papel dos símbolos na conformação das ações humanas.

O antropólogo e professor emérito estadunidense Clifford Geertz.

SAUMYA KHANDELWAL/HINDUSTAN TIMES/GETTY IMAGES

Uma das características de uma crença religiosa é o compartilhamento de símbolos entre seus participantes. Na foto, devotos muçulmanos fazem suas preces, em Nova Délhi (Índia, 2015).

RICARDO BOTELHO/BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

Torcida da Seleção Colombiana comemora gol na partida disputada com a Costa do Marfim, pela Copa do Mundo, no Estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF, 2014). A participação dos torcedores em um estádio envolve um conjunto de símbolos compartilhados que podem ser interpretados pelo antropólogo.

Etnocentrismo e relativismo cultural

A rejeição às práticas culturais (e aos grupos ou indivíduos que as praticam) diferentes das culturas dominantes tem sido uma constante em quase todo o mundo. Nas Ciências Sociais, denominamos essa forma de pensar e agir de **Etnocentrismo**.

Etnocentrismo é, por definição, a visão de mundo característica de quem considera sua cultura e seu grupo étnico mais importantes que os demais. Essa visão produz uma avaliação arbitrária do outro. Com base em critérios de sua própria cultura, o Etnocentrismo julga como atrasados ou sem sentido as práticas e os valores culturais de outros povos ou grupos sociais.

Ao longo da história, os contatos entre povos com diferentes práticas culturais despertaram estranheza, desconfiança e até mesmo rejeição. Em muitos casos, as consequências foram devastadoras para as sociedades e culturas militarmente mais frágeis, que não raro tiveram seus valores culturais relegados a uma posição subalterna, quando não extintos. Essa prática persiste até hoje. Atitudes preconceituosas e discriminatórias (machismo, homofobia, xenofobia) derivadas de uma visão etnocêntrica continuam a ocorrer, apesar de serem combatidas por grupos organizados da sociedade civil e pelo sistema judiciário, quando tipificadas no Código Penal.

O olhar etnocêntrico sobre o mundo produz duas formas de agir que negam a diversidade cultural: o preconceito e a discriminação. O preconceito ocorre quando grupos ou indivíduos avaliam as práticas culturais de outros com base em valores e opiniões preestabelecidas. Efetiva-se na realidade por meio de atitudes discriminatórias, ou seja, que tratam de modo distinto e pejorativo práticas, valores e costumes de outras culturas.

Em oposição às ações e aos valores que rejeitam a diversidade cultural, as Ciências Sociais defendem o **relativismo cultural**. Essa forma de pensar compreende que cada manifestação cultural é legítima quando avaliada de acordo com seus próprios critérios. A diversidade cultural é vista como positiva no âmbito da prática relativista, que a compreende como portadora dos fundamentos do direito de se expressar e, mais amplamente, de existir.

As práticas culturais não estão isentas da influência das ideologias presentes na sociedade. Desse modo, a ocorrência de casos de preconceito e discriminação expressa a permanência de visões de mundo que rejeitam a diversidade. Nesse sentido, o desafio é produzirmos novas ideologias que respeitem e valorizem a coexistência e se tornem modelos alternativos a todas as formas de intolerância.

ANDRE BORGES/FOLHAPRESS

As práticas derivadas do Etnocentrismo colocam em risco diferentes grupos sociais em todo o mundo. Na imagem, indígenas protestam em Brasília (DF, 2013), em defesa de seus direitos.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Praticantes do candomblé realizam cerimônia religiosa, no município de Lauro de Freitas (BA, 2014). O olhar etnocêntrico produz o preconceito e a discriminação de grupos e culturas. Os integrantes das religiões afro-brasileiras são vítimas constantes de preconceito e discriminação.

FLICKR SELECT/GETTY IMAGES

GALLO IMAGES/GETTY IMAGES

ED VIGGIANI/PULSAR IMAGENS

Um dos modos de perceber a diversidade cultural é observar a relação das culturas humanas com os animais. Nas imagens, três formas de se relacionar com os elefantes: turistas os usam para passear nas ruínas de Ayutthaya, ao sul de Bangkok, Tailândia, em 2013; em Kochin, na Índia, no mesmo ano, eles são usados em uma cerimônia religiosa; no zoológico da cidade de São Paulo (SP), também em 2013, são expostos à visitação. Cada uma dessas formas de relação só pode ser compreendida por sua própria lógica.

Ideologia e comportamento social

Para começarmos nossa discussão sobre ideologia, façamos antes uma pequena reflexão. Imaginemos que nossa escola vem enfrentando uma série de problemas que está prejudicando o desenvolvimento adequado das atividades. Diante disso, funcionários, estudantes e responsáveis convocaram uma assembleia para decidir se vão entrar em greve até que os problemas sejam resolvidos. Quais elementos vão orientar as decisões dos membros da escola? E como você vai tomar sua decisão?

Na vida social, quando enfrentamos um problema, buscamos soluções para ele. No entanto, as soluções encontradas não são neutras, ou seja, não estão isentas de valores. Todos os indivíduos e grupos sociais possuem interesses diretamente relacionados às ideias que construímos ou que são apresentadas no processo de interação social.

Voltando ao exemplo, imaginemos que na assembleia teremos pessoas que são favoráveis à greve, aquelas que são contrárias à paralisação e outras propostas de ação. Cada uma dessas atitudes expõe um olhar específico sobre o mundo e uma forma de explicação da realidade social. Esse conjunto de ideias e valores que orientam o comportamento e as decisões dos indivíduos e grupos compõe a **ideologia**.

Nossas ações e percepções do mundo são baseadas em ideologias. Como veremos nos tópicos a seguir, a ideologia, assim como a cultura, é um elemento essencial para a compreensão das relações sociais.

ARMANDO PAIVA/FOTOARENA

Assembleia de professores em greve, no Rio de Janeiro (RJ), em outubro de 2013. As decisões que tomamos em nosso dia a dia são influenciadas pelas ideologias presentes na sociedade.

O conceito de ideologia como falsa consciência

Nas Ciências Sociais, o uso do conceito de ideologia está inicialmente relacionado aos estudos desenvolvidos por Karl Marx. Com base em um debate travado com outros pensadores sobre o desenvolvimento da consciência, Marx, em parceria com Engels, desenvolveu o conceito de ideologia como ilusão ou falsa consciência, em uma série de manuscritos de 1846 que se tornaram conhecidos como *A ideologia alemã*.

Esferas sociais: infraestrutura e superestrutura

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Na visão de Karl Marx, infraestrutura e superestrutura são duas esferas da sociedade que estão relacionadas e se complementam.

Nessa definição, Marx procura se contrapor à visão dominante em seu tempo de que o desenvolvimento da razão humana por si só modificaria o mundo, ou seja, as ideias seriam o fundamento da realidade. Marx contra-argumenta explicando que a sociedade é compreendida em duas esferas. A **infraestrutura** é a esfera da produção material, que produz os bens que satisfazem as necessidades materiais. Já a **superestrutura** representa o conjunto das ideias, das leis, das religiões, da moral e das organizações políticas existentes em uma sociedade. Essas duas esferas se relacionam mutuamente, devendo ser percebidas como um todo estruturado.

Afirmar que as ideias (que pertencem à superestrutura) são autônomas consiste numa representação falseada das relações sociais, desenvolvida pelas classes dominantes com o objetivo de manter as classes trabalhadoras sob seu controle. Significa desconsiderar que as relações materiais de produção construídas fundamentam o modo como cada um explica e interpreta o mundo. Por isso, nesse sentido, a ideologia é vista por Marx como uma falsa consciência da realidade.

Como explicar isso? Pensemos no seguinte exemplo. Nas últimas décadas, houve mudanças profundas na forma de organização das empresas em todo o mundo. Com base em propostas para maximizar os ganhos e minimizar os custos de produção, foram implementadas, com a anuência do Estado, diversas estratégias que, entre outras consequências, reduzem o número de trabalhadores empregados e aumentam o desemprego. Na concepção defendida por Marx, as mudanças na base material (formas de organização da produção) e na postura do Estado (superestrutura) explicam as dificuldades dos trabalhadores de encontrar emprego.

Contudo, ao mesmo tempo, para evitar que se perceba a causa real do aumento do desemprego, as classes dominantes desenvolvem uma explicação dessas mudanças segundo a qual as dificuldades para conseguir emprego são atribuídas à falta de qualificação profissional ou de dedicação dos trabalhadores. Essa forma de explicar o desemprego faz com que muitos trabalhadores considerem que estão desempregados por sua própria culpa.

Temos, nessa situação, um caso de ideologia como falsa consciência. Cabe ressaltar que a percepção da ideologia como falsa consciência não ocorre por uma relação mecânica, em que a base material determina a superestrutura, mas em razão da utilização das ideias como forma de impedir os trabalhadores de compreenderem as causas materiais que formam sua realidade.

FILIPE ROCHA

Para Marx, a ideologia é o universo simbólico que garante a manutenção da ordem vigente sob o controle das classes dominantes.

Em qualquer tempo histórico, a classe que controla o sistema econômico procura desenvolver um conjunto de ideias que legitime seu controle. Produz, assim, representações da realidade que atendem a seus interesses e lhe permitem continuar a exercer seu domínio sobre as demais classes sociais. Dessa forma, as ideologias da classe dominante tendem a se tornar a representação da realidade de todas as classes. No exemplo dado, os trabalhadores passam a crer numa explicação que favorece a manutenção das estratégias das classes dominantes, contribuindo para a consolidação da forma de organização da economia que foi elaborada pelos detentores dos meios de produção.

Ideologia como visão de mundo

Outra abordagem teórica sobre a temática da ideologia é a do filósofo e político italiano Antonio Gramsci. Seus estudos procuraram valorizar o papel da cultura no desenvolvimento da luta de classes.

Para Gramsci, a ideologia pode ser compreendida como **visão de mundo**, um conjunto de perspectivas produzidas pelas diferentes classes sociais que se materializam nas práticas sociais ao mesmo tempo que são influenciadas por elas, formando um sistema de valores culturais. A ideologia representa o modo como cada grupo ou classe social atribui sentido a suas experiências no mundo.

Duas consequências importantes derivam dessa visão. A primeira é a valorização da cultura na análise das relações sociais. A segunda é o papel que as classes dominadas podem ter no processo de transformação da sociedade.

VEETMANO PREM/FOTOARENA

Pessoas fazem fila em busca de emprego em Recife (PE, 2015). A ideologia dominante imputa aos trabalhadores a responsabilidade pelo desemprego.

Quem escreveu sobre isso

DEAGOSTINI/GETTY IMAGES

As ideias do filósofo Antonio Gramsci influenciaram Paulo Freire.

Antonio Gramsci

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos principais intelectuais marxistas do século XX. É um dos responsáveis por valorizar o papel da cultura na luta de classes. Para Gramsci, a chegada das classes trabalhadoras ao poder deve ser precedida pela mudança de mentalidade da sociedade. Ele atribui à educação e à cultura uma importância significativa na formação da sociedade, pois são espaços para a construção da **hegemonia social**.

Hegemonia
Domínio moral e político de uma classe sobre as classes subalternas, com base no consentimento dos subordinados e não na violência.

Na visão de Gramsci, as ideologias são expressões das experiências sociais de grupos ou classes sociais e estão profundamente vinculadas às práticas culturais de sujeitos coletivos. Sendo assim, as classes dominantes procuram difundir sua forma de explicar o mundo, de modo que possam inspirar o comportamento cultural das classes dominadas e influenciá-lo. Quando isso ocorre, estamos diante de uma situação denominada por ele de **hegemonia**.

Em qualquer sociedade, o exercício do poder pressupõe uma alternância entre a coerção e o consenso. O exercício da hegemonia de uma classe sobre as demais prevê o domínio baseado no consenso e não na força. Isso pode ocorrer pela difusão da ideologia da classe dirigente para todas as esferas da vida, de maneira que se torne a concepção de mundo de todas as classes.

JOSE LUCENA/FUTURA PRESS

Funcionários do Estaleiro Mauá fazem passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro (RJ, 2015). A organização e os movimentos dos trabalhadores são formas de lutar contra a hegemonia das classes dominantes.

Filme

◆ A negação do Brasil

REPRODUÇÃO

Brasil, 2000.
Direção: Joel Zito Araújo.
Duração: 90 min.

Perpassando o universo das telenovelas, o documentário discute o papel nelas atribuído aos atores negros, quase sempre relegados a funções subalternas, como escravos e serviçais. Ao debater a importância dos folhetins televisivos na formação da identidade étnica dos afrodescendentes, o documentário clama por uma inserção positiva do negro na teledramaturgia brasileira.

Se pensarmos no exemplo dos trabalhadores utilizado anteriormente, significa que a classe dominante, ao difundir as ideias sobre o papel dos trabalhadores na questão do desemprego, não tem como objetivo produzir uma falsa consciência da realidade, mas influenciar o modo como esses trabalhadores vão se comportar em seu cotidiano, cobrando mais de si mesmos do que dos seus empregadores ou do Estado. Portanto, a dominação ocorre também no âmbito das relações culturais. No entanto, para Gramsci, as classes dominadas não precisam ser elementos passivos nesse processo. Elas podem construir sua própria visão de mundo e se contrapor à visão dominante. Esse processo se chama **contra-hegemonia**. Para isso, é necessária a existência de intelectuais vinculados às classes dominadas, que possam ajudar a produzir outros olhares sobre o mesmo fenômeno.

Retomando nosso exemplo, significa dizer que as organizações sindicais e os grupos políticos ligados aos trabalhadores podem produzir explicações distintas daquelas apresentadas pelas classes dominantes. Ao fazê-lo, permitem aos trabalhadores e ao conjunto mais amplo da sociedade rejeitar a ideia dominante e se mobilizar contra as relações vigentes.

As organizações de trabalhadores podem ser uma forma de construção de contra-hegemonia.

O educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) elaborou uma reflexão sobre o papel da ideologia que se vale dos dois aspectos utilizados anteriormente. Para ele, a ideologia dominante é incutida na mente e na prática dos indivíduos por meio do processo educacional. A pedagogia tradicional associa-se ao modo de ver e agir das classes dominantes e falseia a realidade, apresentando o olhar dominante como o único possível.

Em sua obra, o pensador brasileiro discute como a escola reproduz e ensina aos estudantes a ideologia dominante, principalmente quando adota o modelo que ele denomina educação bancária. Freire afirma que o modelo de educação adotado em nossa sociedade produz exclusão, desigualdade e miséria, além de manter a submissão das classes populares às elites dominantes.

Mas a educação pode cumprir outro propósito social, de caráter emancipatório. Como Gramsci, Freire considera que ela também pode ser utilizada como ação contra-hegemônica. Por meio do desenvolvimento de uma ação pedagógica que rejeite os valores pelos quais a ideologia dominante reproduz injustiças sob o discurso do mérito individual, Freire acredita que as classes populares podem produzir um discurso alternativo sobre o mundo, permitindo aos dominados se libertarem do controle ideológico e se tornarem sujeitos ativos na transformação da sociedade.

5 Cultura e ideologia

A análise dos fenômenos sociais de nosso cotidiano nos permite perceber a mútua influência entre cultura e ideologia, seja no modo pelo qual os grupos e as classes sociais expressam, em práticas e saberes, sua compreensão e sua trajetória no mundo, seja na forma pela qual essa trajetória é interpretada e valorizada socialmente.

Em cada momento e contexto sócio-histórico, determinados padrões de comportamento são valorizados e outros tratados como secundários ou até rejeitados. Essa condição depende da relação estabelecida entre os diversos conjuntos de indivíduos no processo de interação social. Tal processo é marcado pelos interesses distintos de cada um desses grupos e pela tentativa das classes dominantes de tornar seus modelos referência para as demais classes.

Desse modo, a relação entre as diversas expressões da cultura, os grupos sociais que as desenvolvem, seu reconhecimento social e a relação dessas manifestações com o modo de produção capitalista representam como, em nossa sociedade, as relações entre cultura e ideologia são construídas e efetivadas nas relações sociais.

Uma manifestação cultural de origem popular como o *funk* carioca pode ser caracterizada como expressão social de parcela das classes dominadas da sociedade brasileira. Apesar da origem estadunidense, o *funk* foi ressignificado pelas populações da periferia das metrópoles brasileiras, que dele se apropriaram, e se tornou uma de suas referências na construção da identidade social.

Por causa dessa origem popular, o *funk* é frequentemente visto como uma manifestação cultural de menor valor. Aqueles que dançam ou cantam suas músicas sofrem preconceito e discriminação, pois praticam uma arte considerada inadequada para os padrões dominantes. Muitas vezes, o *funk* também é associado à criminalidade e até mesmo proibido pelas autoridades policiais.

Entretanto, como gera retorno financeiro significativo, em determinados contextos esse tipo de expressão musical é encampado pelos meios de comunicação de massa e se torna uma mercadoria difundida socialmente. O caso do *funk* mostra como a cultura (práticas, saberes, valores) está sempre articulada com a ideologia (interpretação, compreensão, difusão de ideias) e com os interesses econômicos dominantes.

EDSON SILVA/FOLHAPRESS

Baile *funk* na rua, em Ribeirão Preto (SP, 2013). O *funk* é um elemento da cultura popular que exemplifica a complexa relação entre cultura e ideologia no Brasil.

As diversas faces da cultura

A cultura é produção humana e não pode ser hierarquizada, pois não é possível justificar qual seria o padrão cultural a ser tomado como critério de diferenciação. Dizer que determinada prática cultural tem mais valor que outra é afirmar o etnocentrismo. Porém, isso não significa que não possamos relacionar a produção cultural com os grupos que as geraram. Sendo assim, é possível afirmar que a cultura possui diversas faces, que, em grande medida, representam os grupos, sujeitos e contextos dos quais surgiram.

Cultura erudita e cultura popular

Chamamos **cultura erudita** as práticas, os costumes e os saberes produzidos pelas elites ou para elas. Normalmente, tais práticas e saberes estão relacionados à produção cultural das classes dominantes, que procura se distinguir do que é produzido pelas outras classes.

A **cultura popular**, por sua vez, refere-se às práticas, aos costumes e aos saberes que têm sua origem nas classes dominadas ou populares. Representa o conjunto de manifestações culturais cuja origem remete às experiências cotidianas daqueles que não pertencem às classes dominantes. Se afirmamos que a cultura erudita está ligada à cultura oficial, institucionalizada, devemos entender que a cultura popular expressa o saber não oficial, ou não institucionalizado.

FERNANDO NASCIMENTO/FOTOARENA

Policiais discutem com jovens que realizaram "rolezinho" em *shopping* de São Paulo (SP, 2014). As práticas culturais e as disputas ideológicas não podem ser pensadas separadamente. Os "rolezinhos" tornaram-se uma ação coletiva de jovens de periferia em espaços destinados às elites. A severidade da repressão que sofreram das forças de segurança do Estado apenas por circularem onde não eram esperados revela os fundamentos ideológicos da segregação dos grupos subalternos.

Livro

- **CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade.**

3. ed. São Paulo: Edusp, 2000. (Coleção Ensaios Latino-Americanos)

O livro estabelece relações entre a modernidade sociocultural e os processos de modernização econômica na América Latina, tendo como base países como Brasil, Argentina e México.

Pelo fato de as práticas culturais efetivarem as visões de mundo das diversas classes sociais, devemos entender que a dinâmica da relação entre cultura erudita e popular também está inserida nesse contexto. Sendo assim, elementos da cultura erudita podem ser utilizados para reforçar a dominação das elites sobre o povo. Ou seja, a difusão de determinada forma de linguagem ou sotaque como padrão nacional pode indicar o estabelecimento do domínio linguístico e cultural de um grupo social sobre os demais.

Por outro lado, na tentativa de construir valores contra-hegemônicos, membros das classes dominadas podem se valer de elementos da cultura popular como estratégia para se oporem aos padrões estabelecidos pelas classes dominantes. A valorização do folclore de diversas partes do Brasil constitui uma possibilidade de difusão das experiências e visões de mundo das classes dominadas, ao mesmo tempo que fornece alternativas ao modo de ver e explicar o mundo das classes dominantes.

DAVI RIBEIRO/FOLHAPRESS

Por causa de sua origem e do público ao qual era destinada, a música clássica é um exemplo de cultura erudita. Nos últimos anos, há uma tentativa de popularizá-la por meio da promoção de eventos e de atividades voltados para as camadas sociais menos favorecidas. Apresentação da Orquestra Sinfônica de São Paulo (Osesp), no Festival de Inverno, no Auditório Claudio Santoro, em Campos do Jordão (SP, 2014).

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

A literatura de cordel é um exemplo de valorização do olhar das classes populares sobre o mundo. Na imagem, exemplares desse tipo de literatura à venda em Gravatá (PE, 2012).

MARCEL GAUTHEROT/INSTITUTO MOREIRA SALLES

RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS

Desfile da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no Rio de Janeiro (RJ), em dois momentos: em 1960 e em 2014. Tais eventos são exemplo de manifestações da cultura popular apropriadas pelos interesses econômicos das classes dominantes.

Com o advento e a consolidação do capitalismo, uma nova forma de expressão cultural foi desenvolvida. É a chamada **cultura de massa**, que se caracteriza por transformar as práticas, os saberes e os costumes das diferentes classes em mercadorias. Como veremos mais adiante, a cultura de massa é produzida pelos meios de comunicação de massa e pautada por interesses comerciais. Uma de suas consequências é a ofuscação das diferenças entre as culturas popular e erudita, que, ao serem incorporadas à cultura de massa, perdem sua importância específica no cenário social contemporâneo.

É importante ressaltar que, diferentemente do que afirmam os meios de comunicação, a cultura de massa também possui caráter ideológico. Seu atrelamento aos interesses capitalistas a transforma numa expressão crucial da visão de mundo das classes dominantes, ditando comportamentos padronizados e colaborando de maneira central na consolidação dos valores típicos do sistema capitalista.

6 Indústria cultural e meios de comunicação de massa

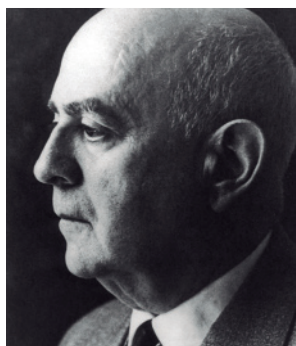
Na análise das relações entre cultura e ideologia, uma temática relevante para as Ciências Sociais é a discussão das relações entre cultura de massa, indústria cultural e meios de comunicação de massa. A proximidade dos conceitos parece indicar uma coisa só, mas eles constituem elementos distintos na estratégia de consolidação da ideologia capitalista.

Uma questão interessante é que, diferentemente das culturas erudita e popular, que são produzidas respectivamente pelas elites e pelas classes populares, a cultura de massa, ao contrário do que o nome sugere, não é produzida *pelas massas*, mas para as massas. Ela é gerada no interior da **indústria cultural**, conjunto de empresas vinculadas à classe dominante que tem como função "produzir" cultura. Mas como produzir industrialmente algo que, como vimos antes, surge das práticas cotidianas dos diferentes grupos e classes sociais?

BRIAN ACH/WIREIMAGE FOR CLEAR CHANNEL/GETTY IMAGES

A cantora Demi Lovato é entrevistada por J.J. Kincaid em 2011. Programas de entrevista ou jornalísticos são uma forma de transmissão da ideologia das classes dominantes na atualidade.

Quem escreveu sobre isso

ARCHIV GERSTENBERG/ULLSTEIN BILD/ GETTY IMAGES

O filósofo Theodor Adorno.

Theodor Adorno

Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969) nasceu na Alemanha e, como professor da Universidade de Frankfurt, participou da fundação do Instituto de Pesquisas Sociais (IPS) no início dos anos 1920. Reunindo nomes como Walter Benjamin, Max Horkheimer e o próprio Adorno, o IPS propôs uma teoria social engajada, de bases marxistas, sendo responsável pela criação de conceitos como "indústria cultural". Entre as principais obras de Adorno está *A indústria cultural*: o iluminismo como mistificação das massas, de 1947.

Livro

- **THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.**

Petrópolis: Vozes, 2000.

Neste livro, o autor busca interpretar como os processos sociais permeiam a realidade contemporânea, discutindo também a natureza e o papel da ideologia no mundo atual.

Isso acontece pela massificação de saberes e padrões de comportamento que interessam às classes dominantes, para que sejam adotados como referência pelas classes dominadas. Por meio de inúmeros produtos (novelas, filmes, livros, *shows*, programas de TV, revistas etc.), há uma difusão de elementos culturais que tem como premissa a consolidação de valores e comportamentos que reforçam a ordem social capitalista. Para isso, esses produtos incentivam o consumo, a padronização dos gostos, em um processo em que prevalece a busca pelo lucro.

Os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, cinema, jornais etc.), que são os principais veículos de divulgação da cultura de massa, exercem papel essencial nesse contexto. São eles os responsáveis por transmitir os ideais das classes dominantes para o conjunto da sociedade, de forma que, no caso de obtenção de sucesso, possam consolidar seu controle hegemônico sobre as classes dominadas.

Por exemplo, quando um programa jornalístico de uma emissora de televisão apresenta uma notícia, o modo como são narrados os fatos ou apresentadas as entrevistas não é neutro. Procura-se construir determinado olhar sobre a realidade que representa a visão dos donos do veículo de comunicação em que a informação está sendo divulgada. Diante da rotina cotidiana das classes trabalhadoras, o principal modo de obter informações é por meio da televisão. Por conta disso, a maneira como essas pessoas vão interpretar os acontecimentos será influenciada pela forma como a emissora e seu telejornal apresentarem os fatos. Assim, a televisão é um veículo essencial para a difusão da cultura e da ideologia dominantes.

Essas e outras questões fizeram com que as Ciências Sociais estudassem os vínculos entre cultura e poder. O estudo da cultura sob a perspectiva das relações de poder e dominação (ou controle social) levou Theodor Adorno e Max Horkheimer (1895-1973) a criarem, em meados dos anos 1940, o conceito de indústria cultural. Esse conceito foi elaborado para designar o modo como se produz cultura, com base na padronização verificada em qualquer outra produção industrial. Foi com o advento da Revolução Industrial que se pôde fabricar em grande escala produtos padronizados, o que serviu de mola para o surgimento de uma sociedade de consumo. Assim, as empresas responsáveis pela produção em massa de bens culturais como mercadoria fazem parte da indústria cultural.

De acordo com Adorno, a produção da cultura passou a ter como principal finalidade o lucro. Esse processo de mercantilização tornou-se um obstáculo para a arte exercer sua autonomia de criticar a sociedade, já que nesse sistema de produção ela passaria prioritariamente pelos administradores e técnicos responsáveis por tornar os produtos mais rentáveis e aceitos pelos consumidores. Além disso, a necessidade de consumo, caracterizada pela insaciabilidade, está intimamente ligada à difusão da ideologia capitalista pela indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa.

A cultura de massa, como produto da indústria cultural, se sustenta oferecendo divertimento e produzindo conformismo. A diversão propiciada pelos produtos da indústria cultural muitas vezes mascara os conflitos existentes na sociedade. O conformismo refere-se à aceitação tácita da realidade social, tal como mostrada pelos meios de comunicação, que não lhe fazem nenhuma crítica. O divertimento e o entretenimento reforçam a naturalização das situações de opressão e desigualdade apresentadas nos filmes, nas telenovelas e nas séries televisivas.

COLUMBIA PICTURES/COURTESY EVERETT COLLECTION/EASYPIX

O filme *À procura da felicidade* (2006) reforça a ideia de que o indivíduo tem total controle sobre sua vida. Basta que ele trabalhe muito para que no final seja recompensado. Essa ideologia de "se você quiser, você consegue" ignora a influência das estruturas sociais na vida das pessoas, dificultando o surgimento de um olhar crítico sobre a sociedade. Na imagem, os atores Jaden Smith e Will Smith.

Esse processo de naturalização e conformismo produz a **alienação** das massas. Funciona como mecanismo de controle social, pois neutraliza a possibilidade de o indivíduo entender e criticar os padrões de relações sociais aos quais está submetido. Assim, a ideologia dominante transmitida por esses produtos culturais permite a reprodução das relações de dominação na sociedade.

Cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI

Desde o século XIX, o telégrafo, o rádio, o telefone e o cinema vinham alimentando o desejo humano da ubiquidade, que significa a capacidade de estar presente em todos os lugares ao mesmo tempo. A partir dos anos 1970, a fusão das telecomunicações analógicas com a informática provocou uma transformação no modo como circulam as informações, permitindo uma comunicação multidirecional, desenvolvendo o que o sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-) denomina **sociedade da informação**.

A análise sociológica da sociedade da informação tenta compreender as transformações sofridas pelas sociedades contemporâneas graças ao impacto da revolução digital. A indústria geradora de serviços e de conteúdos digitais passa a ter importância fundamental na formação de comportamentos e hábitos de consumo. No entanto, o modo como essas mudanças ocorrem não pode ser compreendido sem que se perceba que a tecnologia não está apartada da produção social nem da cultura.

REUTERS/LATINSTOCK

Estudantes palestinas fazem *selfie* na cidade velha de Jerusalém (Israel, 2015). A difusão do uso de equipamentos eletrônicos no cotidiano exemplifica o alcance das tecnologias da informação. Essas tecnologias e seu uso não estão apartados dos processos de construção da cultura e da ideologia.

EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

As manifestações populares ocorridas em junho de 2013 no Brasil são um exemplo de que as redes sociais *on-line* podem ter papel político fundamental. Na imagem, policiais da tropa de choque se posicionam em frente a manifestantes durante protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, na esquina da Rua da Consolação com a Rua Maria Antônia, em São Paulo (SP).

As tecnologias, bem como a linguagem e as instituições sociais, são parte das construções humanas. Elas são produto da sociedade e da cultura, e tanto sua criação quanto seu uso constituem nossa própria noção de humanidade. Assim, elas não são neutras, e o desenvolvimento tecnológico se orienta por interesses que podem considerar ou não as desigualdades sociais e os abismos digitais.

Na atualidade, as tecnologias digitais, além de representarem o avanço dos meios de comunicação, constituem um campo fecundo para os negócios do capitalismo. Por isso, é importante considerar os contextos culturais e ideológicos nos quais essas tecnologias são utilizadas. Por exemplo, os diversos usos que fazemos das redes sociais *on-line* são influenciados pelo conjunto de visões de mundo em disputa na sociedade, assim como pelos interesses comerciais e políticos de empresas e governantes.

Uma visão otimista da expansão das tecnologias da informação é desenvolvida pelo filósofo francês Pierre Lévy (1956-). Para ele, a propagação das redes sociais *on-line* pode transformar as relações culturais e políticas, gerando novos modos de exercício da cidadania e da democracia no que ele chama de **cibercultura**. Nesse aspecto, entende-se que o espaço digital poderá concretizar seu potencial político ao ser habitado por culturas cada vez mais diversas e participativas. Um exemplo desse uso político das redes sociais são as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, em que essas redes tiveram papel central na organização dos protestos.

Nesse novo contexto social, ganham destaque as tribos urbanas e seu papel na formação das identidades juvenis. Caracterizadas por se constituírem como grupos identitários que questionam os padrões de comportamento e a expressão cultural dominantes, as tribos urbanas surgem nas últimas décadas do século XX e ganham, na sociedade da informação, diversidade e amplitude geográfica, gerando novos e múltiplos sentidos e formas de pertencimento para a juventude. A maneira como os vínculos sociais se difundem pela internet consolida e estabelece uma nova ordem comunicativa, na qual a solidariedade da tribo se fortalece e se redefine pelas redes eletrônicas.

CERNAN ELIAS/ALAMY/GLOW IMAGES

As tribos urbanas representam comportamentos culturais e identitários contestadores da cultura e da ideologia dominantes. Na foto, uma cena de rua, em 2015, reúne, na cidade de Blackpool, na Inglaterra, *punks* que participam de um festival anual.

Nesse sentido, a lógica da identidade, baseada em padrões mais estáveis de individualidade, se desloca para as identificações sucessivas de caráter mais fluido, relacionáveis ao ritmo e à superposição das tribos, o que remete a uma concepção plural de sujeito. O sociólogo franco-tunisiano Michel Maffesoli (1944-) aponta a formação das tribos urbanas como reação ao processo de homogeneização promovido pela cultura de massa e pela indústria cultural.

Assim, as tribos surgem e vinculam-se com base em interesses contextuais e identificações com elementos específicos da cultura urbana. A partir daí, podemos dizer que, ainda que na sociedade de massas haja uma predominância das influências exercidas pelos meios de comunicação de massa na formação das práticas culturais e das ideologias, existe espaço para que formas alternativas de concepção de mundo e de comportamentos possam se desenvolver e indicar novos caminhos para nossas ações e decisões cotidianas.

Considerações sociológicas

Novelas brasileiras: alienação ou conscientização na tela?

No Brasil, uma das principais expressões da indústria cultural são as telenovelas. O modelo, que consiste em contar uma história de maneira linear, tornou-se comum nos jornais em fins do século XIX, passando posteriormente para o rádio. No entanto, foi na televisão que o gênero se consolidou como um tipo específico de entretenimento.

A trajetória da teledramaturgia se desenvolveu no Brasil a partir dos anos 1950, com a adaptação de novelas radiofônicas para o novo meio de comunicação. No final dos anos 1960, as produções passaram a incorporar diferentes técnicas e ficaram sofisticadas, o que tornou o gênero o mais popular entre os programas televisivos. Desde então, as telenovelas vêm causando admiração e comoção no público brasileiro e conquistando seu envolvimento, o que as torna uma mercadoria de grande valor, exportada para outros países.

Por causa da importância que adquiriram no cotidiano, as novelas são objeto de debate em diferentes esferas da sociedade e também nas Ciências Sociais. No campo da Sociologia, a interpretação delas apresenta duas visões. A primeira, filiada à perspectiva crítica desenvolvida por Adorno e Horkheimer, as considera um veículo de difusão da ideologia das classes dominantes. Nesse sentido, essa forma de entretenimento seria um modo de alienar o público, falseando a realidade, o que significa dizer que os enredos, os personagens e as cenas têm o propósito de impedir a audiência de refletir sobre sua própria realidade. A utilização do modelo clássico de oposição simples entre o bem e o mal, a reprodução estereotipada de grupos e minorias sociais e a montagem de cenas e situações com o objetivo de vender ou divulgar produtos são alguns dos argumentos contrários a essas produções. Nessa concepção, as novelas contribuem para padronizar comportamentos, reforçar estereótipos e transmitir uma visão específica de mundo, como se fossem uma leitura neutra da realidade social.

Em contraposição a essa ideia, há os que argumentam que as novelas cumprem um papel social importante na conscientização das pessoas e na discussão de comportamentos das diferentes classes sociais brasileiras. Para estes, representantes de uma posição de análise que defende as novelas como elemento integrador, tal gênero de produção cultural tem o mérito de colocar em discussão temas próprios da realidade popular que não encontram espaço de divulgação na agenda política de partidos e governos. Nesse sentido, assuntos como emancipação feminina, questionamento da estrutura patriarcal da sociedade brasileira, demandas de minorias sociais, como os homossexuais, foram debatidos primeiro nos folhetins e posteriormente na sociedade. Ou seja, as novelas teriam o papel de despertar a sociedade para questões que, por serem enraizadas na estrutura cultural ou demandarem mudanças profundas de comportamento, dificilmente são discutidas no cotidiano. Além disso, elas cumpririam com louvor o papel de ser uma forma de entretenimento produzida com apuro tecnológico de alto nível.

Segundo a cientista social Esther Hamburger, as duas perspectivas apresentam elementos válidos. De acordo com ela, as novelas de fato ultrapassam os limites da ficção e invadem a realidade social. Em determinados contextos, cumprem o papel de colocar demandas sociais em debate a despeito dos interesses da indústria. Em outras situações, entretanto, elas se apresentam de fato como veículo de propaganda de grandes empresas e ideologias, criando moda, vendendo produtos e estabelecendo maneiras homogeneizadas de interpretação da realidade.

E você, como interpreta as novelas brasileiras? São instrumentos de alienação ou de reforço de demandas e identidades sociais?

JEAN GALVÃO/FOLHAPRESS

Assistir a novelas é um ritual enraizado no cotidiano de grande parcela de brasileiros e brasileiras.

O Direito e a promoção da cultura

No Brasil, são antigas as relações entre Estado e manifestações culturais. Contudo, a proposição de políticas públicas de apoio e promoção à cultura é muito mais recente. Um dos marcos da institucionalização das políticas culturais deu-se com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937. Já entre os anos 1950 e 1960, verificou-se o início de grandes investimentos privados, entre os quais estão o Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro, e o Museu de Arte de São Paulo (Masp).

As relações entre o Estado e a cultura são necessariamente marcadas pelas forças políticas e ideológicas que se estabelecem na sociedade em cada momento histórico. Nos últimos anos, as políticas culturais buscam valorizar não somente as grandes instituições (públicas ou privadas), artistas e produtores, mas também as manifestações diretamente vinculadas à cultura popular. Assim, a Lei nº 12.343, de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), está especialmente voltada para a proteção e a promoção da diversidade cultural brasileira. Entre seus principais objetivos estão "valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; e reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores".

Essa valorização da cultura popular, entretanto, não é uma benesse do Estado. É fruto de um longo processo de lutas sociais, entre as quais estão as diversas mobilizações populares que se estruturaram após a redemocratização do Brasil, em 1985. Essas mobilizações impactaram a redação da Constituição Federal, de 1988, e continuam a atuar na tutela política e jurídica à cultura popular brasileira.

A Constituição Federal revitalizou e ampliou o conceito de patrimônio, substituindo a nominação "Patrimônio Histórico e Artístico" por "Patrimônio Cultural". Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural na definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

O artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como os bens "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

J.L.BULCÃO/PULSAR IMAGENS

O Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro (RJ, 2012). A instituição faz parte dos investimentos que marcaram a institucionalização de uma política para a cultura no Brasil.

Atividade: As leis e o contexto social

Tendo essas reflexões como parâmetro, junte-se a três colegas e realize a seguinte atividade:

1. Pesquisem mecanismos de proteção do patrimônio cultural existentes tanto em âmbito nacional quanto no plano do estado e do município em que vivem.
2. Procurem saber se existe algum patrimônio cultural tombado, inventariado ou registrado na região, no estado ou no município em que vocês vivem.
3. Listem as práticas, os serviços, os bens artísticos e culturais que vocês conhecem, debatendo a relevância deles para a cultura no Brasil.
4. Qual patrimônio cultural vocês gostariam de ver tombado ou registrado? Por quê?

Reflexão e revisão

Neste capítulo, debatemos os significados do conceito de cultura e o modo como este foi apropriado pelas Ciências Sociais. Vimos as diferentes concepções de ideologia e sua influência sobre os grupos sociais. Aprendemos o significado de cultura material e imaterial e finalmente avançamos na compreensão da indústria cultural e das tribos urbanas. Tendo em mente os conteúdos abordados no capítulo, responda:

1. Como você explicaria a diferença entre a cultura popular e a cultura de massa?

2. Qual é a relação entre cultura de massa e consumo?

3. É possível falar de etnocentrismo ainda nos dias de hoje? Dê exemplos.

4. Apresente os principais fenômenos, além da Revolução Industrial, para o surgimento da indústria cultural.

Questão para debate

O cinema tem lançado muitas "distopias" que mostram o controle ideológico extremo sobre a maioria da população com o objetivo de beneficiar pequena parcela dela. Podemos ver isso em *Divergente*, *O doador de memórias* e *Insurgente*. As classes dirigentes utilizam-se de muitas formas de controle ideológico para manter sua posição de dominação. Esses filmes podem ser enquadrados como produtos da indústria cultural? Que características você ressaltaria para defender sua posição? Qual é o seu papel na formação de uma consciência crítica das massas?

Exame de seleção

(Enem, 2014)

> O cidadão norte-americano desperta em um leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa setentrional antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão cuja planta se tornou doméstica na Índia. No restaurante, toda uma série de elementos tomada de empréstimo o espera. O prato é feito de uma espécie de cerâmica inventada na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do Sul; o garfo é inventado na Itália medieval; a colher vem de um original romano. Lê notícias do dia impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas, em material inventado na China e por um processo inventado na Alemanha.

LINTON, R. *O homem*: uma introdução à antropologia. São Paulo: Martins, 1959 (adaptado).

A situação descrita é um exemplo de como os costumes resultam da:

a) assimilação de valores de povos exóticos.

b) experimentação de hábitos sociais variados.

c) recuperação de heranças da Antiguidade Clássica.

d) fusão de elementos de tradições culturais diferentes.

e) valorização de comportamento de grupos privilegiados.

Questão para pesquisa

A cultura nunca é estática. Isso significa que passa por reconfigurações constantes, assimilando elementos de outras culturas e ideologias. Com o *funk* não é diferente. Ele nasce, no Brasil, nas comunidades cariocas e, como todo elemento cultural, absorve os traços e as preocupações daquele grupo social. Por isso, durante um bom tempo, esteve sempre associado a um gênero musical ruim, com letras "sem conteúdo" que exaltam a sexualidade. Nos últimos anos, a sociedade tem presenciado uma mudança nesse padrão, e o *funk* tem figurado em espaços em que antes não entrava, como, por exemplo, propagandas, novelas e até mesmo em festas de classes médias. Um elemento novo que ajudou nessa mudança foi o surgimento do *funk* ostentação, seguindo o padrão do *hip-hop* estadunidense, essa nova fase do *funk* que remete às situações de consumo e ostentação.

Faça uma pesquisa sobre a origem do *funk* e as diversas variações que ele ganha no Brasil. Tente investigar em sua região as seguintes questões:

a) O *funk* é um ritmo musical praticado pelos jovens de sua região?

b) Identifique no *funk* os elementos da cultura popular e da cultura de massa.

CAPÍTULO 4

Socialização e controle social

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender a socialização como um processo de integração dos indivíduos à sociedade e aos diferentes grupos sociais.
- Avaliar o papel das instituições sociais na socialização e no controle social.
- Reconhecer o controle social como um mecanismo de exercício de poder.
- Identificar a importância das interações e dos grupos sociais na construção e na desconstrução de padrões sociais.

Disputa da prova de 100 metros durante as Paralimpíadas de Londres, em 2012. O esporte é um meio de interação social e socialização.

XINHUA/IMAGO/FOTOARENA

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

O esporte coletivo é um exemplo de como os padrões de comportamento e interação social estruturam os diferentes grupos sociais por meio da internalização das regras pelos indivíduos. Na imagem, cerimônia de abertura dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas (TO, 2015).

CELSO PUPO/FOTOARENA

Os campeonatos esportivos profissionais revelam padrões culturais estabelecidos ao longo do tempo como instituições sociais que atendem às necessidades de socialização de uma sociedade. Na foto, jogo de basquete entre Flamengo e Bauru, no Rio de Janeiro (RJ, 2015).

◆ Questão motivadora

Como a socialização e o controle social influenciam nossas escolhas e comportamentos individuais?

1 Primeiras palavras

Dados disponíveis nos últimos censos (2000 e 2010) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o número de pessoas com deficiência saltou de 14,5%, em 2000, para 24%, em 2010. Em números absolutos, saímos de aproximadamente 25 milhões para 45 milhões em apenas uma década. O aumento do número de pessoas com deficiência coloca novas questões para o conjunto da sociedade. Afinal, de que maneira essas pessoas podem se integrar à vida social? Como garantir o acesso delas a todos os espaços e instituições sociais que fazem parte do processo de socialização comum entre os indivíduos da nossa sociedade? Como deve ser sua inserção nas escolas e no mercado de trabalho?

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

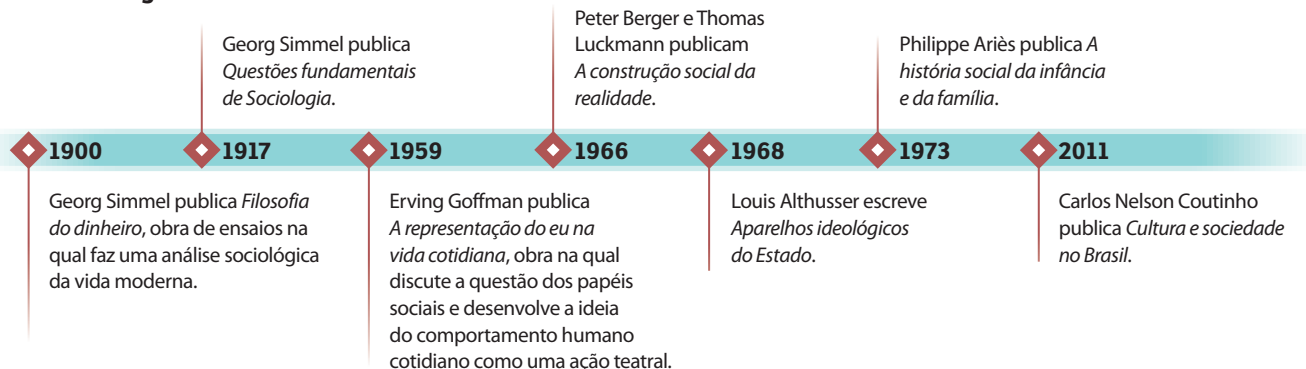
Crianças em sala de aula na escola municipal de Ensino Fundamental da Vila Produtiva Rural Uri, em Salgueiro (PE, 2011). A escola é um dos espaços de socialização mais difundidos nas sociedades contemporâneas.

Esses questionamentos se impõem porque se reconhece que o pertencimento a esses espaços e instituições é importante para garantir o ajustamento social e a autonomia na realização das atividades diárias. É compartilhando esses espaços e relações que ocorre o compartilhamento de comportamentos, normas e padrões sociais.

Como entender que seres humanos com os quais não estabelecemos contato direto compartilham conosco opiniões e comportamentos? Os estudos sociológicos sobre socialização e controle social nos ajudam a responder a essas indagações. Neste capítulo, verificaremos como a socialização e o controle social, processos que ocorrem em qualquer sociedade, atuam na conformação dos indivíduos. Veremos ainda que há uma relação direta entre socialização, controle social e ideologias, no sentido conferido por Marx, ou seja, como sistemas de ideias que legitimam o poder das classes dominantes.

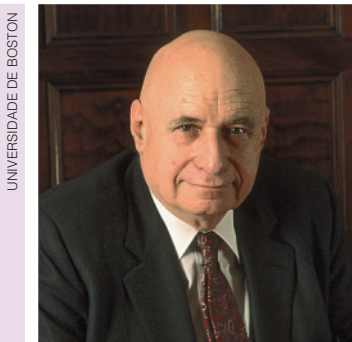
2 O processo de socialização

A sociedade é uma construção humana. Entretanto, o ser humano também é resultado do meio social no qual está inserido. Os integrantes da espécie humana não conseguem sobreviver isolados nem se desenvolver sem a interferência de um grupo na formação de sua individualidade. A relação entre os indivíduos e a sociedade em que vivem é estudada pela Sociologia de acordo com o conceito de **socialização**. Esse conceito procura estabelecer os parâmetros de análise do processo pelo qual a sociedade concebe os indivíduos, e os indivíduos, por sua vez, concebem a sociedade. Podemos dizer, portanto, que a socialização é o processo de assimilação dos códigos e padrões culturais de um grupo social por parte dos diferentes indivíduos que o constituem, contribuindo para integrá-los. Esse processo se inicia no nascimento e continua por toda a vida, por meio do contato permanente de uns com outros.

Cronologia

A análise do processo de socialização como fase central da formação humana ganha importância científica com a obra *História social da infância e da família* (1973), do historiador francês Philippe Ariès (1914-1984), que estuda a construção social da família e da infância na modernidade. Ariès aponta que a caracterização da infância como fase específica da vida, na qual o indivíduo recebe atenção especial, é uma ideia que surge apenas a partir do século XVIII.

Desde os primeiros contatos com o núcleo familiar, passando pela formação de relações de amizade, amorosas ou profissionais, os indivíduos são levados a estabelecer laços entre si. Constroem sua identidade e sua personalidade com base nesse processo ininterrupto, sempre influenciados pelos diferentes elementos presentes na vida social. Para Peter Berger, a socialização constitui a interiorização, pelos indivíduos, da realidade vivida, que é subjetiva, em um desenvolvimento que os integra aos grupos sociais dos quais fazem parte desde a infância. Isso ocorre por meio dos mecanismos de socialização, pelos quais o mundo exterior molda o mundo interior dos indivíduos. Esses mecanismos são a aprendizagem, a imitação e a identificação.

Quem escreveu sobre isso

UNIVERSIDADE DE BOSTON

Peter Berger: a socialização é um processo que envolve aprendizagem, imitação e identificação.

Peter Berger

Peter Berger nasceu na Áustria, em 1929. Como muitos intelectuais europeus de seu tempo, estabeleceu-se nos Estados Unidos após o final da Segunda Guerra Mundial. Desde que publicou *A construção social da realidade* (1966), livro escrito em parceria com o sociólogo alemão Thomas Luckmann (1927-), é reconhecido como um dos mais importantes autores da Sociologia do Conhecimento. Atualmente, desenvolve trabalhos na área da Sociologia da Religião, debatendo questões como a relação entre convicção religiosa e fanatismo e o lugar das religiões no contexto do relativismo pós-moderno.

RICO

O abandono da infância é um exemplo claro de como as instituições sociais podem falhar no processo de formação das novas gerações.

Socialização primária e secundária

EDSON GRANDISOL/PULSAR IMAGENS

Núcleo familiar de indígenas do povo Desano, grupo multiétnico Desano e Tukano, em Manaus (AM, 2015). A família é o principal ambiente de socialização primária.

Os mecanismos de socialização acontecem em dois níveis: a socialização primária e a socialização secundária. Denominamos **socialização primária** os contatos caracterizados por alto grau de afetividade, que constituem relações diretas e de forte proximidade entre os integrantes, as interações face a face. É nessa fase que os indivíduos internalizam suas experiências e estabelecem, na maioria dos casos, relações sólidas e permanentes. Assim, tornam-se parte de um contexto social. Isso ocorre principalmente na infância, e a família é o melhor exemplo.

A **socialização secundária** pode ser entendida como a socialização iniciada ao final da infância e que continua pelo resto da vida. Nesse momento, a criança é introduzida em novas e diferentes realidades sociais, mais específicas, o que normalmente acontece nos espaços sociais fora da família nuclear, de forma mais dispersa. É o processo de socialização que ocorre nos locais de trabalho, nos grupos de amigos, nas práticas esportivas em grupo. Diferentemente da socialização primária, os agentes são aí mais diversificados, e sua atividade na adaptação do indivíduo ao grupo em questão está relacionada às escolhas e às situações sociais experimentadas pelos elementos envolvidos.

Atualmente, há um **agente de socialização** que exerce significativa influência sobre esses processos: os meios de comunicação de massa, capazes de causar impacto na formação dos indivíduos desde a primeira infância, por meio dos programas televisivos e da publicidade direcionados ao público infantil.

Jogo

Aritana e a pena da harpia

REPRODUÇÃO

Aritana e a pena da harpia é ambientado no meio indígena brasileiro e conta a saga do jovem Aritana para pegar uma pena da harpia conhecida como Uiruuetê. A crença nos poderes mágico-curativos da pena da harpia é típica de várias culturas ameríndias e diz respeito a processos de socialização. Para baixar, acesse <www.techtudo.com.br/tudo-sobre/aritana-and-harpys-feather.html>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Agentes de socialização

Os agentes de socialização são responsáveis pela implementação efetiva dos mecanismos de socialização, como família, escola e diferentes grupos sociais. A partir do século XX, também os meios de comunicação de massa podem ser incluídos nesse grupo, em muitos casos rivalizando com outros agentes, em especial a escola e a família. No século XXI, a difusão das tecnologias da informação e a expansão das redes sociais *on-line* ampliaram o leque de agentes de socialização.

As instituições sociais determinam as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos são moldados no decurso de sua socialização. Por instituições sociais entende-se o conjunto relativamente estável de padrões culturais estabelecidos coletivamente e que servem como modelo para a construção da personalidade e das ações dos indivíduos.

No sentido sociológico, instituição social não implica necessariamente numa estrutura material nem organização formal, mas, sim, em um padrão amplamente aceito de ação que tenta atender às necessidades criadas pelos agrupamentos humanos ao longo do tempo. O casamento é um exemplo de instituição social, pois é uma forma socialmente reconhecida de relacionamento entre indivíduos que supre as necessidades sociais (reprodução e construção de um ambiente de socialização primária) e apresenta caráter normativo (regras, como monogamia, idade mínima e proibição de casamento entre membros da família nuclear).

No processo de aprendizado e interação com tudo aquilo que nos cerca surgem diferentes características que condicionam nossos pensamentos, ações e desejos individuais, além de estabelecer vínculos entre quem somos e os grupos dos quais fazemos parte. Por isso, os processos de socialização também são fundamentais para a definição das identidades sociais. Afinal, as maneiras pelas quais interiorizamos as formas e os padrões culturais presentes em nossa sociedade estão diretamente relacionadas com a identificação consciente dos valores, das práticas e dos saberes que acolhemos ou rejeitamos ao longo da vida.

JEAN-FRANCOIS MONIER/AFP

Pessoas trabalhando em um escritório, numa empresa francesa, em 2013: os locais de trabalho são espaços de socialização secundária.

Grupos, instituições e categorias sociais

Para estudarmos os grupos sociais é importante, em um primeiro momento, diferenciá-los das instituições sociais. Ainda que ambos estejam relacionados, os grupos sociais se estabelecem por meio de interesses, práticas e valores compartilhados por dois ou mais indivíduos, enquanto as instituições sociais se referem a padrões e normas que se aplicam aos diferentes grupos existentes em uma sociedade.

Nesse sentido, a família é a primeira instituição social com a qual temos contato (cumpre o papel de transmitir padrões gerais de relacionamento dos laços de parentesco, hábitos e costumes socialmente compartilhados). Da mesma maneira, a escola é responsável pela transmissão de padrões de relacionamento com grupos aos quais inicialmente não pertencemos, do aprendizado de códigos e linguagens sociais e da prática dos valores necessários para a vida em comum. A religião, por sua vez, transmite padrões morais socialmente aceitos, além de modos de refletir sobre a morte e temas transcendentais.

Ao longo da vida, os membros de uma sociedade se inserem em grupos sociais distintos. As "tribos urbanas" (estudadas no capítulo 3) são exemplos de grupos sociais. As famílias (como conjunto de pessoas, algo diferente do conceito de instituição social), os estudantes e os trabalhadores de determinada empresa são também exemplos de grupos sociais, constituídos pela adesão dos sujeitos a certas formas comuns de ação, que os integram a uma coletividade específica.

Os grupos sociais estão diretamente relacionados aos processos de socialização primários e secundários. Dessa maneira, podemos classificá-los de acordo com o processo de socialização no qual se estabelecem. Os grupos sociais primários são aqueles em que as relações sociais se caracterizam pela proximidade e pela interação direta. Seus integrantes – um pequeno grupo de indivíduos – desenvolvem sólidas relações de identificação uns com os outros.

Os grupos sociais secundários são aqueles em que as relações se pautam pela impessoalidade, sustentadas por regras e normas formais de organização. As relações de identificação são menos sólidas, e a convivência ocorre por um tempo menor do que nos grupos primários. Podem ser, por exemplo, grupos formados por muitas pessoas que se conhecem apenas superficialmente, como o conjunto dos alunos de uma universidade.

Existem também grupos sociais intermediários. Trabalhadores de uma mesma categoria profissional ou de uma empresa, que atuam nos mesmos locais de trabalho, estabelecendo uma convivência prolongada e compartilhando experiências sociais semelhantes, tendem a desenvolver laços sociais similares àqueles encontrados nos grupos sociais primários. Nesse caso, estamos diante de um grupo social intermediário, que combina características tanto dos grupos primários quanto dos secundários. Os professores de uma escola ou os membros de uma equipe desportiva que convivem por longos períodos de tempo podem ser um exemplo de grupos sociais intermediários.

Filme

Bicho de sete cabeças

REPRODUÇÃO

Brasil, 2001.
Direção: Laís Bodanzky.
Duração: 84 min.

Adolescente leva a vida sem respeitar as regras sociais até que um dia é preso por estar pichando com amigos. Após o episódio da delegacia, seu pai percebe que ele não se encaixa nos padrões da sociedade. Quando encontra um cigarro de maconha entre seus pertences, interna o jovem num hospital psiquiátrico, no qual este irá viver experiências desumanizantes.

Livro

- **AMADO, Jorge.** ***Capitães da areia*.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

O romance, publicado em 1937, descreve a vida de um grupo de meninos moradores de rua na cidade de Salvador. A história de vida desses meninos que aterrorizavam a cidade retrata a dimensão humana do grupo submetido ao abandono.

A vida social nas sociedades contemporâneas possibilita que a experiência em diferentes tipos de grupos sociais aconteça, às vezes, no mesmo espaço. Por exemplo, quando um estudante passa a frequentar uma escola, ele estabelece tipos distintos de relações com outros estudantes. Com alguns deles, pode criar laços que vão além da própria escola, partilhando referências, comportamentos e identificações sólidas que permanecem por longo tempo (grupo social primário). Com outros, pode estabelecer relações sociais momentâneas, como a realização de uma atividade de pesquisa ou conversas informais no pátio da escola (grupo social secundário). E com outros, ainda, pode estabelecer relações sociais que sejam sólidas e duráveis (como gostar das mesmas disciplinas, participar constantemente das mesmas atividades), mas que estejam limitadas pela condição de estudante (essas relações são construídas por demandas, interesses e necessidades vivenciados no espaço escolar), caracterizando um grupo social intermediário.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Festa religiosa na Casa de Yemanjá, na Praia do Rio Vermelho, em Salvador (BA, 2014). A religião é importante no processo de socialização e formação das identidades individuais e coletivas.

WILLIAMS AGUIAR/FOTOARENA

Assembleia de professores estaduais em Recife (PE, 2014). Os membros de categorias profissionais tradicionais e que têm convivência cotidiana são exemplos de grupos sociais intermediários.

CADU ROLIM/FOTOARENA

Estudantes ocupam prédio da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) após confronto violento com a polícia, em Florianópolis (SC, 2014). Temos aqui um exemplo de grupo social secundário.

Outra característica das sociedades contemporâneas é a existência de grupos de pessoas que realizam ações e atividades iguais sem estabelecer laços diretos entre si, como consumidores de uma loja de departamentos ou trabalhadores em busca de um novo emprego. Nesses casos, estamos diante de **categorias sociais** que, para a Sociologia, são formadas por indivíduos que vivem experiências semelhantes, porém não estabelecem relações sociais diretas uns com os outros. Os estudantes de uma rede municipal ou estadual de ensino, por exemplo, formam uma categoria social.

CHROMAKEY/SHUTTERSTOCK

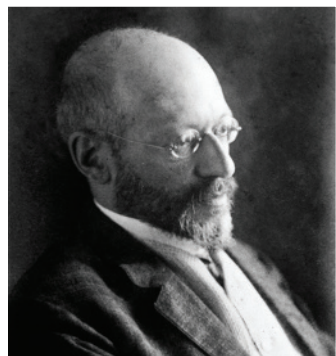
Cerimônia de formatura na Ucrânia, em 2014. Em ocasiões festivas, como solenidades desse tipo, adotamos indumentárias e comportamentos socialmente condicionados.

Interação social

Na vida em sociedade, um elemento central para a construção de cada sujeito é sua interação social ou o modo pelo qual ele estabelece relações com os outros indivíduos e grupos sociais. Por interação social entende-se o conjunto das influências recíprocas desenvolvidas entre os indivíduos e entre estes e os grupos sociais. Todo processo de socialização ocorre em um contexto de interação social.

Para o sociólogo alemão Georg Simmel, a sociedade resulta das **interações sociais** estabelecidas entre os indivíduos. No entanto, para que elas formem a sociedade, seu conteúdo precisa estar representado seguindo um conjunto de parâmetros que orientam as diferentes maneiras de interação. Esses parâmetros formam a base sobre a qual as interações sociais se desenvolvem. Por exemplo, um grupo de amigos resolve criar um time de futebol amador no bairro onde mora. Como é um time amador, não está necessariamente sujeito às regras oficiais do futebol. No entanto, para que a iniciativa produza o efeito desejado, eles tomarão como parâmetro, ou modelo, as equipes de futebol existentes na sociedade.

As formas de interação se repetem, embora seu conteúdo possa variar. Os diferentes modos de interação social, como a cooperação, a competição e o conflito, são padrões estáveis, ainda que possam manifestar seu conteúdo tanto no trabalho doméstico quanto nas atividades escolares (cooperação); nos esportes e nos concursos (competição); ou mesmo nas relações entre patrões e empregados ou fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra (conflito).

Quem escreveu sobre isso

PVDE/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Georg Simmel: "Diante da impossibilidade de conhecer a totalidade dos processos sociais, os estudos sobre seus fragmentos e detalhes podem levar à compreensão do todo".

Georg Simmel

Georg Simmel (1858-1918) foi um ativo sociólogo alemão que publicou ao longo da vida cerca de 25 livros e mais de 300 ensaios sociológicos sobre os mais variados temas. Apesar de sua produtividade e da qualidade de seu trabalho, foi ignorado por muitos acadêmicos contemporâneos. Seus estudos foram importantes para a microssociologia, uma análise dos fenômenos no âmbito das interações diretas entre as pessoas.

Entre seus muitos trabalhos é possível destacar *A filosofia do dinheiro* (publicado em 1900), *A metrópole e a vida mental* (1903) e *Questões fundamentais de Sociologia* (1917).

Filme

Divergente

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 2014.
Direção: Neil Burger.
Duração: 140 min.

Na futurística cidade de Chicago (Estados Unidos), a sociedade está dividida em facções. Quem está enquadrado em mais de uma delas é considerado divergente e deve ser eliminado por representar um risco à coletividade. O filme conta a história de Tris e Quatro, que buscam respostas sobre o mundo e a sociedade em que vivem.

Para o sociólogo canadense Erving Goffman, a interação social é realizada segundo as posições e os papéis executados por atores e grupos sociais e ocorre nas chamadas situações sociais, em um ambiente histórica e espacialmente definido. Nesse contexto, há uma série de rituais que ordenam e orientam as relações sociais, permitindo aos indivíduos e aos grupos se identificarem e serem identificados e monitorados por formas de agir, de falar e de responder às diferentes situações sociais.

Uma das tarefas da socialização é a percepção, por parte dos indivíduos e grupos, da necessidade de adotar condutas reconhecidas socialmente no processo de interação social. Quando comparecemos a uma festa de aniversário, independentemente da proximidade que tenhamos com o aniversariante, estamos conscientes de que determinadas condutas devem ser adotadas naquele momento. Do mesmo modo, em cada ambiente ou situação social, adotamos comportamentos que supomos serem os esperados, os quais variam quando estamos em casa, em uma cerimônia de formatura ou em um velório.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

Erving Goffman integrou, em seus trabalhos, uma série de autores provenientes de diversas tradições intelectuais, num período em que os diferentes modelos explicativos existentes nas Ciências Sociais tendiam a manter certa distância entre si.

Erving Goffman

Erving Goffman (1922-1982), sociólogo canadense, contribuiu de maneira significativa para a teoria sociológica com o desenvolvimento do interacionismo simbólico, criado de acordo com a análise dramatúrgica das interações sociais cotidianas. Desenvolveu importantes estudos sobre a construção das identidades sociais, do estigma e das formas de interação social tanto na vida cotidiana quanto no que chamou de instituições totais, como manicômios e prisões.

Filme

- **Jogos Vorazes**

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 2012.
Direção: Gary Ross.
Duração: 142 min.

O filme se passa na capital de um país que pratica um rígido controle social sobre os habitantes: promove uma competição mortal entre os 12 distritos sob sua tutela. A luta é acompanhada, de forma alienada, por todos os outros habitantes. Uma das contendoras, além de enfrentar os outros oponentes, desafia o sistema dominante.

Status e papéis sociais

Nas diversas esferas da sociedade e nos diferentes processos de interação, grupos e indivíduos ocupam posições sociais associadas a diferentes graus de prestígio, poder, direitos e deveres. Na Sociologia, essa condição é denominada *status*. Todos os membros de uma sociedade ou grupo social possuem uma ou mais posições de *status*. Por exemplo, em uma empresa, patrões, diretores e empregados ocupam lugares distintos na hierarquia. Portanto, possuem *status* diferenciados. A cada posição estão relacionados diversos níveis de prestígio, responsabilidade, privilégios etc. Quando alguém muda sua posição nessa hierarquia, seu *status* também se modifica, de acordo com a nova situação ocupacional.

O *status* pode ser percebido de acordo com a posição ocupada na sociedade e na estrutura social por indivíduos e grupos, podendo ser legal (quando determinado por leis e normas), social (quando não depende da legislação ou é estabelecido à margem dela), adquirido (quando a posição de *status* está relacionada ao mérito pessoal) ou atribuído (quando a posição de *status* é designada por outrem).

A cada posição de *status* é atribuída uma maneira específica de agir e de se relacionar na vida social. Estamos diante do que a Sociologia denomina **papéis sociais**. São os comportamentos socialmente esperados de indivíduos e grupos em determinada posição de *status*. Por exemplo, quando um professor entra na sala de aula, os alunos esperam que ele cumpra certa rotina, socialmente definida. Apesar das diferenças quanto ao modo de

WESTEND61 GMBH/ALAMY/GLOW IMAGES

SUSANA GONZALEZ/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

Nos exemplos das imagens, mulher trabalha com metal e homem usa máquina de costura: os indivíduos exercem vários papéis sociais ao longo da vida. Fotos de 2014.

MARINHA DO BRASIL

Na vida militar, as patentes definem o *status* de cada profissional. A contra--almirante Dalva Mendes (aqui em foto de 2012, no Rio de Janeiro, RJ) foi a primeira mulher a ocupar um posto de oficial general nas Forças Armadas brasileiras.

conduzir as aulas e de se relacionar com os alunos, há um conjunto de procedimentos esperado dos professores. Por sua vez, o professor, mesmo ciente das diferenças entre os alunos, tem uma expectativa sobre o que eles devem fazer ou sobre como devem reagir às estratégias pedagógicas utilizadas. No caso, tanto os professores quanto os alunos cumprem um papel social relacionado à posição de *status* de que desfrutam em certo momento. Ao chegarem a suas casas, após as atividades na escola, estarão em outra posição de *status* e, consequentemente, exercerão outros papéis sociais.

O exercício de papéis sociais não pode ser analisado separadamente das posições de *status* com as quais as pessoas se relacionam. Um mesmo *status* pode envolver diferentes papéis sociais. No caso de um estudante, sua posição de *status* comporta papéis sociais como aluno, colega de turma ou amigo; mantém o mesmo *status* de estudante, mas tem diferentes obrigações e atribuições conforme o ator social com o qual interage.

3 Controle social

Nas relações sociais, um dos elementos importantes é a possibilidade de prever as ações dos sujeitos com alguma segurança. Essa previsibilidade depende do conjunto de normas que orientam o grupo e da adesão dos membros desse grupo às normas. Tal possibilidade é essencial para a cooperação, manutenção e preservação do grupo social. Por meio dessas normas, que podem ser formais (como as leis) ou informais (como as regras de conduta amplamente aceitas, mas não regulamentadas), o comportamento humano (individual ou coletivo) é orientado para certa conformidade aos padrões permitidos em qualquer sociedade ou grupo social, isto é, estabelecendo as condições para manter a ordem social. Os mecanismos pelos quais se garante conformidade à ordem social constituem um conjunto conhecido como **controle social**.

O controle social compreende os mecanismos que delimitam as ações e as interações sociais seguindo parâmetros previsíveis, incorporados pelos indivíduos por meio da socialização. Pode ser analisado por duas perspectivas: uma percebe as relações sociais orientadas para uma harmonia funcional, visando ao desenvolvimento coletivo; outra entende essas relações como marcadas pela contradição que estabelece os conflitos sociais, econômicos e políticos que movimentam a sociedade ao longo da história.

Site

- **www.cafecomsociologia.com**

Acesso em: fev. 2016.

Criado por um professor de Ciências Sociais, o *blog* divulga informações, ideias, dicas de aula, vídeos, textos, eventos etc. Aborda diversos temas das Ciências Sociais, entre eles a socialização.

A primeira interpretação, derivada da abordagem funcionalista de Durkheim sobre a importância das regras e normas para a coesão social, indica que esse controle deveria garantir a harmonia social. Assim, o controle social seria constituído de **estruturas materiais e simbólicas** que conformariam os indivíduos ao sistema social, prevendo punições para os casos em que isso não ocorresse.

Uma agremiação exerce controle social sobre seus membros principalmente pelo processo de socialização. Esse é o mecanismo que consolida determinado modo de organização coletiva, induzindo e mantendo a conformidade das pessoas a padrões, papéis sociais, relações e instituições valorizados pela cultura.

Outra abordagem para o mesmo fenômeno parte do princípio de que as relações sociais e a realidade derivada delas são constituídas por contradições que, em vez de gerar um todo social harmônico, levam ao conflito. Em uma crítica às teorias focadas na ordem e na harmonia social, esse modo de perceber o controle social, visto na tradição sociológica de Karl Marx e Max Weber, faz crer que os mecanismos ou recursos que compõem o controle social estão relacionados à defesa dos interesses de grupos específicos que detêm o controle econômico, cultural e político. Interesses antagônicos dos diferentes grupos determinariam os conflitos que dão forma à realidade social como a percebemos, e não um desequilíbrio ou patologia (isto é, o desvio do que é considerado normal) de uma sociedade supostamente harmônica, da qual não consta nenhum registro na história das sociedades.

Nessa abordagem, o controle social está relacionado à ideologia e se dá em diferentes instituições sociais. Quando interpretadas como meios de controle ideológico, as instituições sociais não só representam uma vontade coletiva construída nas interações sociais, mas também uma maneira de transformar em comportamento-padrão uma visão de mundo particular de determinado grupo que procura manter sua posição de domínio. A reprodução dos interesses particulares de um grupo ou classe social mediante processos de socialização dos demais grupos e classes impõe os valores específicos dos que detêm o poder, mesmo se contrários aos interesses dos demais, como se fossem valores coletivos a serem aceitos como normais. O processo de socialização resulta na internalização de tais valores e normas sociais pelos indivíduos, subjetivamente, fazendo com que cada um seja convencido de que é melhor obedecer a elas. Isso legitima as relações de poder ou de dominação.

Como vimos no início do capítulo, o modo como agimos na sociedade está intimamente relacionado ao nosso processo de socialização. Vimos ainda que todas as sociedades criam formas estáveis de interação entre os indivíduos. O que garante essa estabilidade são os diferentes agentes e mecanismos de controle social.

Mecanismos de controle social

Para as Ciências Sociais, mecanismos de controle social são todos os elementos sociais (estruturas, padrões culturais, *status*, atos, instituições) que têm como objetivo conduzir o conjunto das ações individuais para limites relativamente previsíveis. Por exemplo, as regras de conduta de uma empresa estabelecem limites previsíveis para os empregados. Com esse parâmetro, qualquer comportamento fora do padrão é imediatamente identificado e os patrões podem exercer coerção sobre os indivíduos que se desviam a fim de garantir a ordem habitual. Portanto, a internalização de determinadas formas de conduta por parte dos indivíduos permite a realização de ações coordenadas e espontâneas de grande porte, que vão desde atividades industriais até eventos ou situações de lazer, passando por estabelecimentos de ensino e instituições militares. A realização de eventos de grande porte que envolvem milhares de pessoas sem a ocorrência de incidentes relevantes só é possível quando a maioria dos participantes segue um padrão previsível de conduta.

Livros

- **ORWELL, George. *1984*.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Publicado em 1949, o livro descreve uma sociedade estratificada e sem mobilidade social, em que o monitoramento da população é feito por teletelas espalhadas por todos os lugares. A narrativa é feita pelo olhar de um membro do Partido Externo, confrontado com essa realidade asfixiante.

- **KAFKA, Franz. *O processo*.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

O livro narra a história de Josef K., detido por um crime que não se sabe qual foi. Tendo sido sempre um funcionário exemplar, o personagem não consegue compreender o motivo da prisão. No entanto, K. permanece preso, tornando a situação absurda e surreal. A crítica central do livro se dirige à burocracia e ao sistema judiciário, formas disciplinares de controle das sociedades modernas.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Soldados de uniforme durante hasteamento da bandeira, em Guaxupé (MG, 2013). As maneiras de se vestir são um exemplo de como atos da vida cotidiana sofrem influência dos mecanismos de controle social.

JAMES MCCAULEY/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Multidão assiste a *show* ao ar livre para celebrar a abertura das Olimpíadas de Londres (Inglaterra, 2012). A realização de eventos de grande porte são exemplos de atividades que dependem da previsibilidade dos comportamentos sociais.

Os mecanismos de controle social podem ser legais (quando organizados em leis, normas e outras formas de expressão legal) ou sociais (quando existem apenas como norma social coletiva, sem previsão legal). Por exemplo, a legislação exige que em determinados lugares (presídios, quartéis, tribunais) se utilizem vestimentas específicas, como uniformes e outros trajes. Quem não segue a legislação prevista sofre sanções legais (advertência, suspensão, retirada do local). Entretanto, há formas de se vestir sancionadas socialmente, mesmo sem previsão na lei. Vestir-se de modo considerado inadequado por um grupo social implica olhares de reprovação e zombarias, eventualmente até exclusão do grupo. Nesse caso, está em curso um mecanismo social de controle que delimita como os indivíduos devem se vestir.

Agentes de controle social

Os agentes de controle social são os mesmos que realizam o processo de socialização. A família, a escola, o Estado, a religião e os meios de comunicação de massa são considerados os principais agentes de controle social, já que cabe a eles assegurar a conformidade do comportamento das pessoas a um conjunto de regras e princípios prescritos e aprovados nas sociedades.

Em nossos dias, os meios de comunicação de massa são agentes de controle social bastante eficazes, seja por difundirem modelos de comportamentos e adequação social por meio de sua programação, seja por exercerem o papel de fiscalização das normas e regras sociais. Em um filme ou em uma novela, por exemplo, autores e diretores não se limitam a apontar modos de comportamento social, mas também definem quais comportamentos são adequados e quais são inadequados. O tradicional conflito entre o bem e o mal, típico dessas formas de expressão artística, reproduz determinada maneira de olhar e conceber o mundo. Socialmente, isso significa que se associam aos ideais e ao comportamento dos "mocinhos" valores positivos e desejáveis, em contraposição ao comportamento que se deve condenar e evitar, praticado pelos "vilões".

WALT DISNEY STUDIOS MOTION PICTURES/COURTESY EVERETT COLLECTION/EASYPIX

Cena do filme *Os vingadores*, de 2012. Os heróis são exemplos de modelos de comportamento difundidos pelos meios de comunicação de massa e exercem o papel de agentes de controle social.

Influenciados por essa dicotomia desde a infância, também reproduzida nas histórias infantis, os indivíduos passam a adotar certo posicionamento nas ações cotidianas. A repetição de modelos serve como elemento formador e também delimitador de comportamentos aprovados ou condenados pela sociedade.

Pode-se pensar que, apesar de as instituições serem a principal forma de controle social sobre os indivíduos, há a possibilidade, mesmo nessas instituições, de surgirem comportamentos relativamente autônomos ou divergentes. Isso implica afirmar que a escola, apesar de ser um dos principais lugares de reprodução da ideologia dominante, pode se converter, em razão das ações e interações nela ocorridas, em local propício para o surgimento de formas alternativas de comportamento, organização e ação social.

Aparelhos repressivos e ideológicos de Estado

O filósofo franco-argelino Louis Althusser dividiu os agentes de controle social em dois blocos: o de **aparelhos repressivos de Estado** e o de **aparelhos ideológicos de Estado**. De acordo com o estudioso, os primeiros compreendem o conjunto dos órgãos e instituições que estabelecem o controle social por meio da repressão ou da possibilidade de realizá-la, como as Forças Armadas, a polícia e o sistema judiciário.

Os aparelhos ideológicos de Estado são as instituições que estabelecem o controle social pela difusão de determinadas ideologias e atendem aos interesses daqueles que detêm o poder. Mais difundidos na sociedade contemporânea que os aparelhos repressivos, os aparelhos ideológicos de Estado seriam representados, entre outros, pelas religiões, pela escola, pela família, pelos sistemas de informação e pela cultura. Essas instituições são o veículo para que a ideologia dominante possa se difundir socialmente e possibilitar o controle social pelas classes dominantes. Cabe ressaltar que, para Althusser, nenhum aparelho é somente repressivo ou ideológico, pois as duas características estão presentes em todas as instituições, e a classificação depende de sua principal forma de ação.

ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO

SÉRGIO LIMA/FOLHAPRESS

RENATO COSTA/FRAMEPHOTO/FOLHAPRESS

A atuação de estudantes em três momentos históricos: na foto em preto e branco, passeata no Rio de Janeiro (RJ) em 1968; na sequência, mobilização em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília (DF), em 1995; e, na imagem maior, manifestação contra a redução da maioridade penal, também em Brasília, em 2015.

Quem escreveu sobre isso

ALAIN MINGAM/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Filósofo franco-argelino, Louis Althusser é referência nos estudos marxistas sobre ideologia. É considerado o pai da perspectiva crítico-reprodutivista, que influenciou intelectuais como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.

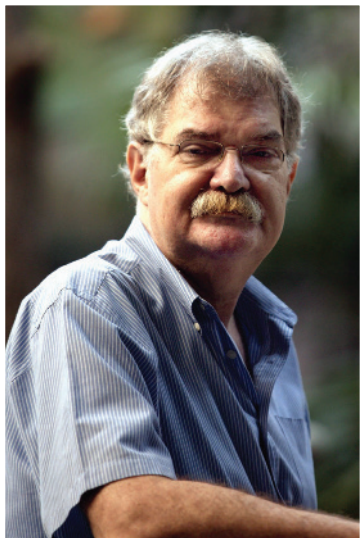
Louis Althusser

Nascido na Argélia, Louis Althusser (1918--1990) foi um pensador marxista que se dedicou ao estudo das ideologias. Em um de seus trabalhos mais conhecidos, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, articulou marxismo e psicanálise para caracterizar a ideologia como uma relação imaginária que, convertida em práticas concretas, reproduz as relações de produção vigentes em dada sociedade. Para o autor, a escola é um aparelho ideológico do Estado que contribui para a sustentação da ordem social e política burguesa.

A perspectiva desenvolvida pelo autor é pessimista em relação à capacidade de ação autônoma do indivíduo diante do controle exercido pelas classes dominantes. A escola, por exemplo, é vista por Althusser como o aparelho ideológico de Estado mais significativo da sociedade contemporânea. Todas as características da sociedade capitalista se reproduzem no espaço escolar, tanto do ponto de vista ideológico quanto do repressivo, nas diferentes relações sociais estabelecidas pelos atores sociais.

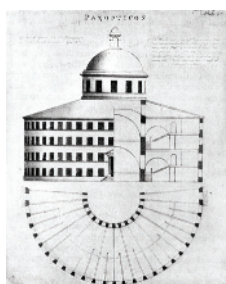
Essa posição, no entanto, é contestada pelo fato de pressupor um domínio completo das estruturas sobre os indivíduos. O cientista político Carlos Nelson Coutinho critica Althusser por seu esquecimento da história e por seu entendimento das estruturas como elemento absoluto da formação social. Em sua crítica, Coutinho denuncia o abandono da discussão sobre o papel dos indivíduos na história e a capacidade destes de transformá-la.

Quem escreveu sobre isso

LEONARDO AVERSA/O GLOBO

Carlos Nelson Coutinho

O filósofo, cientista político e crítico literário Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) foi um intelectual marxista de grande influência no Brasil. Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), teve papel importante na construção de uma teoria política no Brasil, em particular na crítica ao estruturalismo marxista e na defesa da democracia como valor universal.

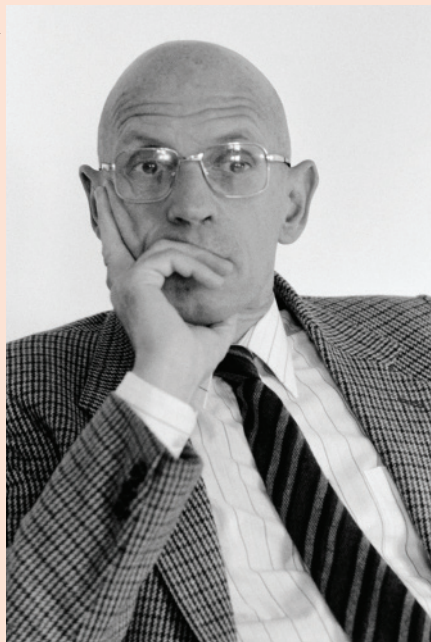
O professor Carlos Nelson Coutinho, cientista político baiano reconhecido internacionalmente por sua análise da obra de Gramsci.

Panoptismo
O termo "panóptico" foi utilizado por Jeremy Bentham para referir-se a uma unidade penitenciária idealizada por ele em 1791. Esse tipo de projeto arquitetônico permite que um vigia observe os prisioneiros sem que estes saibam se estão ou não sendo vistos. Também pode ser utilizado em manicômios, escolas, fábricas e hospitais. Imortalizada por Foucault em sua obra *Vigiar e punir* (1975), a teoria do panoptismo tem sido resgatada por teóricos das novas tecnologias, como Pierre Lévy, para referir-se ao controle exercido pelos novos meios de comunicação sobre seus usuários.

MANSELL/THE LIFE PICTURE COLLECTION/GETTY IMAGES

Projeto original de Jeremy Bentham, o panóptico possui uma torre de observação fixada no espaço central do prédio. Dessa torre, o vigia pode observar as pessoas sob seu controle, quer estejam em uma prisão, em uma escola ou em uma fábrica.

Saiba mais

Sociedade disciplinar

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) tornou-se célebre por seus estudos sobre a relação sociedade, poder e indivíduo. Suas críticas à Psiquiatria, ao sistema prisional e a outras instituições sociais, como as escolas e os quartéis, assim como seus estudos sobre sexualidade e subjetividade, fizeram dele um dos mais prestigiados pensadores do século XX. Professor titular de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France, Foucault vê as sociedades modernas e suas instituições como disciplinares e hierárquicas, dotadas de uma tecnologia política que visa tornar os corpos disciplinados e controlar o espaço, o tempo e as informações. Para o autor, sociedades disciplinares estruturam modelos de controle social que articulam diferentes técnicas de segregação, monitoramento e vigilância, as quais perpassam a vida social por meio de uma cadeia hierárquica oriunda de um poder central. Foucault desenvolveu estudos sobre a escola e as ideias pedagógicas na Idade Moderna, identificando-as como instrumentos de controle e dominação que visam suprimir ou conformar os comportamentos divergentes. Sua percepção das sociedades disciplinares foi diretamente influenciada pela teoria do **panoptismo**, proposta no século XVIII pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832).

MICHELE BANCILHON/AFP

O filósofo francês Michel Foucault é referência nos estudos sobre as sociedades disciplinares.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

Bastante influenciado por Louis Althusser, Jean-Claude Passeron levantou importantes questões no livro *A reprodução*, escrito em parceria com Pierre Bourdieu.

Jean-Claude Passeron

Jean-Claude Passeron (1930-) é um filósofo e sociólogo francês que, com Bourdieu, publicou duas obras clássicas sobre Sociologia da Educação: *Os herdeiros* (1964) e *Reprodução* (1970). Ex-professor da Universidade de Nantes e atualmente professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, nos anos 1970 também publicou com Bourdieu e Jean-Claude Chamboredon a obra clássica *O ofício de sociólogo*. Sua obra-prima, contudo, é *Raciocínio sociológico* (1991), na qual, baseado em Max Weber, resgata a dualidade entre Ciências Naturais e Ciências Sociais, reconhecendo o caráter histórico dessas últimas.

Quem escreveu sobre isso

POKLEKOWSKI/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

O sociólogo francês Pierre Bourdieu foi o criador do "estruturalismo construtivista".

Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês que construiu sua obra referenciado em autores clássicos como Max Weber e Karl Marx. Em seu "estruturalismo construtivista", Bourdieu argumentava que o mundo social é composto de estruturas objetivas que constrangem a atuação dos indivíduos, sendo incorporadas, legitimadas e reproduzidas por eles. Bourdieu buscou realizar uma "Sociologia da Sociologia", ou seja, uma investigação sociológica sobre a formação e a atuação dos sociólogos.

- **www.donosdamidia.com.br**

Acesso em: fev. 2016.

Este *site* acompanha e fiscaliza a grande mídia no Brasil e divulga dados sobre ela, como a localização de redes de comunicação, os proprietários, os monopólios, a legislação vigente em relação ao tema, entre outras informações.

Meios de comunicação e tecnologias da informação

Percebe-se que, paralelamente à influência dos meios de comunicação sobre a sociedade, surgem também novos modos de utilização das tecnologias da informação, voltados para a produção de visões e comportamentos alternativos. Um exemplo são as rádios e as TVs comunitárias, que usam técnicas empregadas na produção de filmes e novelas para apresentar uma interpretação distinta das difundidas pela indústria cultural, ressignificando-as ao valorizar aspectos ignorados pelas grandes empresas de comunicação.

Outro exemplo atual são as redes sociais. Ainda que com alcance limitado e, por vezes, marcadas pelo consumismo e pelo individualismo, essas redes se tornaram instrumentos importantes na produção de novos significados e novas formas de comportamento, que se diferenciam dos padrões estabelecidos pelas classes sociais dominantes.

Um bom exemplo disso foi a utilização das redes sociais nos eventos da chamada Primavera Árabe, pois elas permitiram aos que lutavam contra governos autoritários (que por décadas exerceram controle sobre a população e reprimiram a oposição) transmitir e divulgar ideias e eventos, superando o bloqueio das mídias oficiais. Assim, conseguiram obter apoio para sua luta política em várias partes do mundo.

WALMOR CARVALHO/FOTOARENA

Mesa de operador de som em rádio comunitária da comunidade Heliópolis, em São Paulo (SP, 2014). Esse tipo de difusão serve para apresentar uma interpretação distinta das difundidas pela indústria cultural.

Considerações sociológicas

Escola: um lugar de controle ou de aquisição de conhecimento?

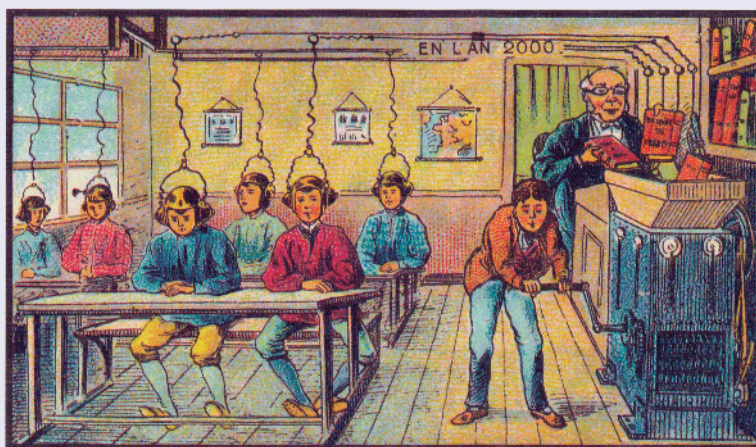
A escola foi sempre um dos temas mais polêmicos na Sociologia, justamente por ter se tornado, ao longo do século XX, uma das instituições centrais no processo de socialização dos indivíduos. A Sociologia contemporânea, porém, observará outras conexões entre escola, educação e sociedade. Uma das teorias mais importantes do século XX, a de Pierre Bourdieu, aponta a escola como um espaço que reproduz as desigualdades sociais, culturais e econômicas. No livro *A reprodução*, Bourdieu e Passeron apontam que, em uma sociedade de classes, as distinções não são apenas econômicas, mas também culturais. Assim, as classes dominantes possuem determinadas características culturais que se distinguem das classes trabalhadoras pelos gostos, modos de se vestir e de falar, entre outros aspectos. Para os autores, a escola seleciona os conhecimentos e valores das classes dominantes como os de maior valor, frequentemente menosprezando os elementos culturais das classes trabalhadoras e auxiliando na reprodução das desigualdades sociais. Dessa forma, os filhos das classes dominantes, já possuindo o patrimônio cultural considerado mais "importante" pelas escolas, tendem a ter maior sucesso escolar do que os das classes trabalhadoras, reproduzindo as respectivas posições sociais das famílias de origem e mantendo a mesma configuração das classes sociais por muitas gerações.

Essa teoria teve amplo impacto na Sociologia, pois enfatiza os aspectos de reprodução das desigualdades e de controle social com base em uma instituição fundamental das sociedades que se intitulam democráticas. Uma vez que a escola é apontada como o espaço de socialização e de manutenção da ordem sem recurso à violência, a teoria de Bourdieu e Passeron leva a refletir sobre o papel da escola e da "violência simbólica" promovida por ela no contexto das sociedades ocidentais.

Diversos sociólogos passaram a repensar a escola com base nas questões levantadas por Bourdieu e Passeron. Alguns criticaram severamente essa visão, pois apontaram que nas instituições existem movimentos contrários que podem mudá-las "por dentro". O sociólogo brasileiro Décio Saes, por exemplo, aponta que no Brasil as classes dominantes também temem que os trabalhadores adquiram "educação demais", pelos possíveis efeitos politizadores a que isso pode levar.

Para os jovens brasileiros, a escola representa uma trajetória obrigatória para realizar algum tipo de mobilidade social. O "diploma" é reconhecidamente importante para todas as famílias de classes populares e médias, pois confere aos indivíduos a possibilidade de receber um salário mais alto e, assim, ter maior mobilidade e reconhecimento sociais. Assim, os jovens procuram, de diversos modos, estar na escola, mesmo tendo de conciliá-la com atividades de trabalho e de ajuda em casa. O controle social e a violência simbólica que a escola lhes impinge são sentidos de maneira ainda mais intensa, por causa da distância entre os conhecimentos teóricos considerados relevantes e as necessidades práticas diárias de sua vida. Isso cria neles uma grande frustração em relação à escola e a uma atitude pragmática que se distancia do potencial de reflexão que ela poderia promover: o mais importante para esses estudantes-trabalhadores é o diploma, que terá para eles algum uso prático na vida social.

Ilustração de 1899 tenta prever como seria a escola no ano 2000. Para os jovens, a escola representa um caminho para ascender socialmente e conquistar um salário mais alto.

COLEÇÃO PARTICULAR

Direito e sociedade

Sociologia e direitos individuais

Uma das questões centrais na sociedade contemporânea diz respeito ao papel da sociedade e do Estado no desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido, tendo como eixo a questão da educação, é possível constatar que ao longo das últimas décadas diversas normas legais tentaram apontar caminhos e definir obrigações que envolvessem respectivamente o Estado, a sociedade e os indivíduos.

A Constituição de 1988, elaborada no contexto da redemocratização política, recuperou e ampliou esse debate, apontando a educação como direito social. Dessa forma, o art. 6º preleciona que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/1990) explicita esse novo contexto afirmando que:

"Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...]

Art. 19º Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes".

A legislação projetou também para a sociedade a obrigação de formar novos indivíduos, incorporando ao aparato legal a noção de que os indivíduos se formam por meio da interação social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) vem tornando ainda mais específica a legislação que incorpora essas premissas, constituindo um instrumento legal que ampara os processos de socialização formal existentes na sociedade brasileira.

Nesse contexto, há que se registrar que ao longo dos anos 1990 e 2000 as disputas pela obrigatoriedade da educação se dividiram em pelo menos duas grandes propostas políticas. Por um lado, uma parte da sociedade acha necessário que o Estado promova uma educação pública, gratuita e de qualidade. Por outro, o Estado neoliberal submete as contas públicas a cortes, que invariavelmente afetam os serviços públicos como a saúde e a educação.

Tomada de decisão

Tendo a realidade educacional brasileira como referência, vemos que não é difícil criticar a administração pública em qualquer dos seus níveis (união, estados ou municípios) pelos inúmeros problemas da educação. Por outro lado, também não é difícil defender, no plano da retórica, a efetivação dos direitos sociais, bem como sua ampliação para todos os brasileiros. Mas por certo não é fácil administrar um ente público ou garantir esses direitos. Muitos dos que criticam (com ou sem razão) os administradores públicos teriam dificuldades em decidir o que é melhor para as localidades nas quais residem. Tendo a tomada de decisão como referência, propomos a seguinte atividade:

a) Formem grupos.

b) Coletem dados do seu município, que podem ser obtidos na prefeitura de sua cidade ou no *site* do IBGE.

c) Coletem dados do país, obtidos no *site* do IBGE, para fins de comparação e perspectiva.

d) Destaquem os principais problemas do município: sugere-se educação, saúde, trabalho, moradia e assistência aos desamparados, presentes no rol do art. 6º da Constituição.

e) Cada grupo define o destino dos recursos disponíveis (que não podem ultrapassar 20% do PIB total do município, medido pelo IBGE) e explica suas decisões para a classe.

f) Os direitos sociais foram contemplados? Ou não? Discuta com os colegas as dificuldades para decidir onde alocar os recursos.

Atividades

Reflexão e revisão

Questão 1

Ao longo deste capítulo, discutimos as diferentes faces do processo de socialização e de controle social. Vimos algumas análises sociológicas sobre o tema e de que maneira elas nos ajudam a compreender a realidade social e o modo como os indivíduos e grupos agem na sociedade. Tendo por base os conteúdos estudados, responda às perguntas a seguir.

1. Em que consiste o processo de socialização e quais tipos de socialização podem ser identificados?
2. Explique a diferença entre grupos e instituições sociais.
3. De que modo o controle social permite estabelecer uma previsibilidade no comportamento dos indivíduos e grupos sociais?
4. Analise o impacto das tecnologias da informação nos processos de socialização e de interação social atualmente.

Questão 2

> "Segundo a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos estados com o maior número de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, destaca-se o estado de São Paulo, um total de 7.069 jovens internos (50% das internações no Brasil) [...] Nos últimos dez anos, avalia-se que as reformas no sistema socioeducativo no estado de São Paulo permitiram o aumento dos encarceramentos de jovens, não em decorrência do aumento da criminalidade, mas sim em virtude da construção de instituições destinadas à punição e também pela implementação de medidas socioeducativas em meio aberto."

TEIXEIRA, Joana D'Arc. Punição e controle social da juventude: políticas contrárias aos direitos humanos. *Anais do Encontro Fazendo Gênero*. Florianópolis, 2008.

A vida de muitos jovens brasileiros, em particular os de classes populares urbanas, é marcada pelo encarceramento e por uma sociabilidade violenta, em que a força se torna o princípio organizador das relações sociais. Com base nos conceitos de socialização e controle social, pode-se dizer que (marque a opção correta):

a) Muitos desses jovens vivem em ambientes violentos e, portanto, agem de maneira violenta, ameaçando a convivência social. Cabe ao Estado restabelecer a ordem social, com o uso de prisões.

b) O aumento da taxa de jovens encarcerados indica, por um lado, problemas no processo de socialização dos jovens que não são integrados às normas sociais vigentes e, por outro, uma tentativa do Estado de utilizar a punição como modo de controle social diante dos problemas relacionados à formação social da juventude.

c) O cárcere representa uma forma de controle social do crime, em que o Estado atua como agente de proteção dos demais membros da sociedade.

d) O cárcere substitui a escola para muitos desses jovens, sendo, portanto, uma instituição que transmite um conjunto de regras que podem ajudar a recuperar jovens criminosos.

Questões para debate

MARTYNOVA ANNA/SHUTTERSTOCK

Questão 1

Observe a imagem e responda: qual é a importância das atividades lúdicas das crianças no processo de socialização? De que modo essas atividades auxiliam na preparação para o exercício do papel social?

Questão 2

Tomemos como objeto de estudo as relações amorosas na atualidade: a expressão "ficar", surgida espontaneamente nas dinâmicas relacionais juvenis, representativa de um comportamento de experimentação afetiva descompromissada e superficial, generalizou-se de tal modo que passa a ser modelo de um comportamento considerado normal e até desejável entre adolescentes e jovens. Diante dessa consideração, podemos identificar o "ficar" como instituição social?

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, 2013)

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra civil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou Quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.

Nabuco, J. *O abolicionismo* (1883). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual

a) copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
b) incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais.
c) optava pela via legalista de libertação.
d) priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
e) antecipava a libertação paternalista dos cativos.

Questão 2

(Enem, 2013)

ALEXANDRE AFFONSO

A charge revela uma crítica aos meios de comunicação, em especial à internet, porque

a) questiona a integração das pessoas nas redes virtuais de relacionamento.
b) considera as relações sociais como menos importantes que as virtuais.
c) enaltece a pretensão do homem de estar em todos os lugares ao mesmo tempo.
d) descreve com precisão as sociedades humanas no mundo globalizado. E concebe a rede de computadores como o espaço mais eficaz para a construção de relações sociais.
e) concebe a rede de computadores como o espaço mais eficaz para a construção de relações sociais.

Questão para pesquisa

"Nos últimos anos, e de forma cada vez mais intensa, podemos observar que os jovens vêm lançando mão da dimensão simbólica como a principal e mais visível forma de comunicação, expressa nos comportamentos e atitudes pelos quais se posicionam diante de si mesmos e da sociedade. É possível constatar esse fenômeno nas ruas, nas escolas ou nos espaços de agregação juvenil, onde os jovens se reúnem em torno de diferentes expressões culturais, como a música, a dança, o teatro, entre outras, e tornam visíveis, através do corpo, das roupas e de comportamentos próprios, as diferentes formas de se expressar e de se colocar diante do mundo.

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões, assumem um papel de protagonistas, atuando de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. Nesse contexto, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza. Muitos deles deixam de ser simples fruidores e passam também a ser produtores, formando grupos musicais das mais diversas tendências, compondo, apresentando-se em festas e eventos, criando novas formas de mobilizar os recursos culturais da sociedade atual além da lógica estreita do mercado."

DAYRELL, Juarez. O *rap* e o *funk* na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <www.scielo. br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

Em grupo, pesquisem quais são as maneiras de socialização na cidade onde moram. Avaliem o papel da música na socialização dos jovens de hoje. Comparem com as gerações de seus pais e apresentem um painel apontando semelhanças e diferenças entre essas formas de socialização.

CAPÍTULO 5

Raça, etnia e multiculturalismo

JABIN BOTSFORD/THE WASHINGTON POST/GETTY IMAGES

Manifestação em Baltimore, nos Estados Unidos, em abril de 2015. O preconceito e a discriminação étnico-racial são causa de conflitos sociais historicamente construídos em relações de dominação.

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender os conceitos de raça, racismo, etnia e etnicidade e suas inter-relações.
- Discutir criticamente os temas do racismo, do preconceito e da discriminação como resultado das relações e práticas sociais estabelecidas historicamente.
- Identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais.

MARCEL GAUTHEROT/INSTITUTO MOREIRA SALLES

O preconceito e a discriminação da população negra em nosso país são produzidos por um "racismo silencioso"; as causas das desigualdades raciais no Brasil são ocultadas pelo mito de que vivemos em uma democracia racial. Na imagem, *Casamento coletivo*, de Marcel Gautherot, c. 1940, Bom Jesus da Lapa (BA).

COLEÇÃO PARTICULAR

As teorias espúrias do racismo científico se valeram de interpretações religiosas e da ideologia da dominação colonial para defender o branqueamento da população brasileira no século XIX. *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos, 1895. Óleo sobre tela, 199 × 166 cm.

Questão motivadora

Por que o racismo persiste no Brasil e como podemos combatê-lo?

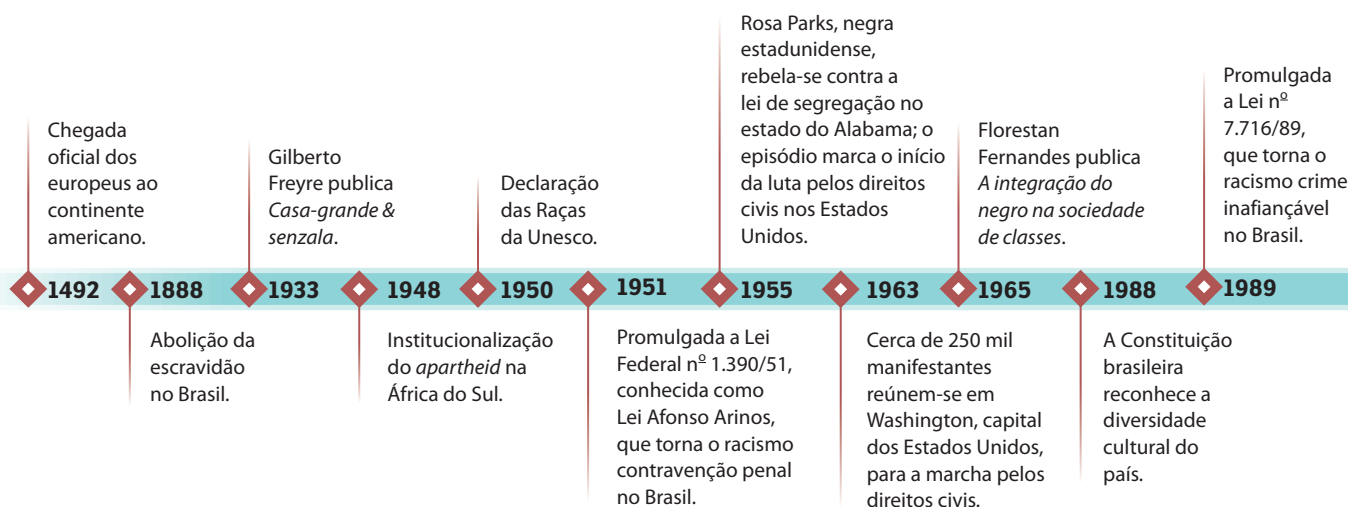
Primeiras palavras

Em março de 2015, a situação vivida pelo editor estadunidense Jonathan Duran, 42 anos, em frente a uma loja na rua Oscar Freire, na cidade de São Paulo (SP), repercutiu nas redes sociais. O editor acusou a vendedora de ter sido racista com seu filho, uma criança negra de oito anos, expulsa da frente da loja. A atendente pensara tratar-se de um vendedor ambulante. O editor publicou em rede social: "Em certos lugares em São Paulo, a pele do seu filho não pode ter a cor errada".

Você já parou para pensar em quantas vezes no dia a dia ouvimos expressões do tipo "só podia ser preto", "isso é coisa de mulherzinha" ou, ainda, "programa de índio"? Percebe-se que tais sentenças têm um tom de recriminação, ou seja, pressupõem a inferioridade de mulheres, negros e indígenas. Ao longo deste capítulo, veremos que teorias científicas e regimes políticos buscaram manter as desigualdades raciais e sociais fundamentando-se em pretensas diferenças raciais e étnicas. Veremos também que as relações entre culturas diversas fizeram com que se desenvolvesse no país um racismo "à brasileira". Diferentemente de outros lugares – como os Estados Unidos até os anos 1960 e a África do Sul até 1994, em que a desigualdade racial foi institucionalizada –, no Brasil ela acontece de modo dissimulado, no cotidiano, ainda que não exista amparo legal.

Preconceito, discriminação e segregação

Preconceito, discriminação e segregação são conceitos com definições diferentes. O significado de cada termo tem a ver com as disputas de poder político, territorial, institucional e simbólico em diferentes períodos históricos, cada qual com suas circunstâncias socioculturais.

Preconceitos de classe, de crença, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de etnia, de cultura, entre outros, servem de suporte para diferentes formas de discriminação e segregação. Essas práticas, que expressam estruturas hierárquicas socialmente construídas, valorizam certos grupos sociais em detrimento de outros. Assim, os métodos de discriminação e segregação materializam processos ideológicos fundamentados em preconceitos que refletem a hegemonia de um grupo social e a consequente subordinação dos demais.

Preconceitos, discriminações e segregações serviram e ainda servem de base, critério e referência para a manutenção das desigualdades sociais. Entretanto, para a construção de sociedades fundamentadas não em preconceitos, mas nos direitos humanos e na valorização da diversidade étnico-cultural, é preciso questionar e investigar as bases dos pensamentos preconceituosos e dos comportamentos racistas, discriminatórios e segregacionistas.

Refletir sociologicamente sobre esses conceitos significa discutir de modo crítico a formação histórica, social, econômica e política, bem como a identidade nacional brasileira. Assim, devemos questionar continuamente nossos próprios valores e nossas condutas diante das diferenças culturais e das desigualdades sociais presentes no Brasil e no mundo. É necessário compreender melhor o contexto em que esses valores e essas condutas são produzidos, para que nossas opiniões e atitudes não reproduzam preconceitos passados, mas sejam ações conscientes e comprometidas com os fundamentos do Estado democrático.

Preconceito

Preconceitos são atitudes negativas e desfavoráveis contra uma pessoa, um grupo, um povo ou uma cultura diferente daqueles que os manifestam. Fundamentadas em **estereótipos** negativos – generalizações superficiais e depreciadoras do outro –, tais atitudes servem de base para julgamentos prévios.

A legislação considera crime qualquer forma de preconceito. Contudo, infelizmente persistem na sociedade brasileira preconceitos relacionados a diferentes aspectos sociais, quase imperceptíveis por serem socialmente naturalizados – isto é, aceitos como naturais, comuns e permanentes – e por estarem profundamente enraizados no cotidiano das práticas culturais. Por que os preconceitos persistem nas sociedades e por que passaram a ser combatidos?

Para o antropólogo congolês radicado no Brasil Kabengele Munanga, a classificação dos grupos étnicos também pode cumprir a função social de valorizar elementos como língua, religião, visão de mundo e outros aspectos da cultura de seu grupo, comunidade, etnia ou nação. Essa valorização, por sua vez, promove a unidade, a solidariedade e a identidade que garantem a sobrevivência do grupo. Entretanto, quando se valorizam apenas traços culturais correspondentes a uma identidade sociocultural específica em detrimento de outras, passa-se a depreciar integrantes e práticas de grupos diferentes, desqualificando-os. Portanto, sociologicamente, as classificações e diferenciações entre as etnias resultam das interações entre indivíduos e entre grupos sociais, funcionando como mediadoras das relações sociais.

Estereótipo
Caracterização de um indivíduo ou de um grupo social feita com base em generalizações e ideias superficiais que rotulam comportamentos e características. Trata-se de uma imagem simplista, que não corresponde à realidade; entretanto, sua influência sociocultural interfere fortemente no modo pelo qual as identidades sociais são definidas.

1994 – Eleição de Nelson Mandela como presidente da África do Sul põe fim ao regime do *apartheid*.

1997 – Promulgada a Lei Federal nº 9.504/97, que estabelece uma cota destinada às mulheres de 30% das vagas para candidaturas eleitorais nos partidos políticos brasileiros.

2001 – Conferência mundial da ONU contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas, realizada em Durban, África do Sul, condena a discriminação e a intolerância e aprova um programa de ação para combater o racismo em nível internacional, regional e nacional.

2002 – Lei Federal nº 10.558/2002 cria o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação.

2003 – A Lei Federal nº 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de Educação Básica.

2003 – A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) adota o sistema de cotas raciais e sociais com a aprovação da Lei Estadual nº 4151/2003.

2004 – A Universidade de Brasília aprova a adoção de cotas para negros, indígenas e afrodescendentes.

2012 – O Supremo Tribunal Federal confirma a constitucionalidade da Lei de Cotas Raciais. A Lei Federal nº 12.711/2012 estabelece reserva de 50% de vagas no ensino superior e ensino técnico públicos para estudantes oriundos de escolas públicas.

2014 – A Lei Federal nº 12.990/2014 reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para o serviço público federal.

2015 – Novos protestos marcam a persistência da tensão racial na cidade de Ferguson, no Missouri (Estados Unidos), um ano depois da morte do jovem negro Michael Brown por policiais brancos.

O humor pode ajudar a generalizar preconceitos.

Uma torcida de futebol cantando, comemorando e torcendo por seu time em um estádio é uma imagem positiva da existência de uma relação de identidade comum entre diferentes indivíduos e grupos. No entanto, o enfrentamento entre torcidas em decorrência da exacerbação dessas especificidades demonstra que esse sentimento também pode resultar em preconceito, segregação e violência.

Para a professora e pesquisadora em Educação Vera Maria Candau, do Rio de Janeiro, os preconceitos, sob o ponto de vista afetivo, são difundidos, arraigados e renovados na sociedade por meio dos mecanismos educativos. Mas é importante deixar claro que eles também são difundidos em ambientes mais amplos do que o sistema educacional formal, como os meios de comunicação, a família, a religião, o esporte, o lazer etc. O processo de socialização nessas diferentes instituições influencia escolhas, crenças, gostos e gestos, ocasionando atitudes negativas, que são, assim, socialmente construídas e emocionalmente internalizadas pelas pessoas e pelos grupos.

Há casos em que o preconceito é imperceptível até para a própria vítima. É o que ocorre, por exemplo, quando um garoto negro que caminha na rua com outros, não negros, vê como normal o fato de ser o único a ser revistado pela polícia.

Isso mostra que o preconceito está muito difundido nas interações sociais, a ponto de se tornar aceitável tanto por aquele que o comete quanto por quem sofre seus efeitos perversos. Essa naturalização do preconceito deve ser sempre questionada.

Quando um humorista cria um personagem fictício que reproduz um preconceito contra mulheres, negros, homossexuais ou os naturais de alguma região ou cidade, muitas vezes a sociedade e os próprios grupos envolvidos nessa caracterização preconceituosa se divertem e consideram aceitável essa ridicularização. Nesse contexto, o caráter humorístico do personagem pode disfarçar o preconceito e dificultar sua percepção.

Discriminação

As diferentes formas de preconceito podem levar a várias práticas de discriminação (socioeconômica, religiosa, cultural, étnica, etária, relacionadas à orientação sexual, ao gênero, à nacionalidade etc.). Discriminação é a negação da igualdade de tratamento transformada em ação concreta. Ocorre pela ação de agentes diversos – indivíduos, grupos e instituições – e pode ser, na maioria das vezes, observável e mensurável. Embora se caracterizem como fenômenos sociais distintos, a discriminação e o preconceito estão inter-relacionados no convívio social.

Discriminação é a atitude ou o tratamento diferenciado em relação a outra pessoa e que acaba por prejudicá-la. Discriminar é estabelecer algum tipo de distinção que, generalizada contra determinado grupo ou indivíduo no convívio social, pode levá-los a marginalização ou à exclusão, isto é, à estigmatização e ao isolamento social.

REPRODUÇÃO/AGÊNCIA O DIA

> PATRÃO PODE ESCOLHER CANDIDATA PELA 'CÚTIS' OU 'ETNIA' NO SITE OU POR TELEFONE

Empresa oferece babás e diaristas pela cor da pele

DENÚNCIA Critérios que confrontam o Estatuto da Igualdade Racial vêm sendo utilizados para contratar mão de obra. Com sede em São Paulo, a empresa Resilar, de Recursos Humanos, usa a cor da pele para apresentar funcionários domésticos a seus clientes. Repórter de **O DIA** se fez passar por um contratante e confirmou a polêmica forma de oferta profissional. > P. 26 e 27

Repórter.: *Posso escolher pela foto?*
Atendente: *(...) O senhor vai passar justamente os detalhes. Se gosta de* **alta, baixa, gorda, magra, feia, bonita**, *e vamos escolher pelo perfil da pessoa, baseado naquilo que o senhor me passou.*
R: *De que tipo de informação você precisa?*
A: *(...) Tem que me dizer o serviço que ela vai exercer na residência, a idade, alguma* **preferência de etnia**, *alguma coisa assim. A pessoa tem que me falar também, senão vai constranger ambos.*

Denúncia na imprensa, na primeira página do jornal *O Dia,* em 2011. Também no mercado de trabalho o racismo persiste no Brasil, mesmo sujeito a sanções criminais.

A discriminação pode ser direta e visível, passível de reprovação imediata, mas também pode ocorrer de maneira indireta e sutil, de difícil percepção. É o caso dos anúncios para recrutamento de funcionários em empresas que solicitam o currículo do candidato acompanhado de fotografia. Assim, a empresa pode selecionar candidatos por sua aparência, abrindo espaço para discriminação étnica, social etc.

Saiba mais

REPRODUÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil, em edição do Senado Federal.

A Constituição brasileira

A Constituição do Brasil prevê em seu preâmbulo uma sociedade que "assegure o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias". Tal sociedade exige a reflexão crítica, a renovação do pensamento e a construção de comportamentos que efetivamente reconheçam a riqueza caracterizada pela diversidade humana presente no país.

Quem escreveu sobre isso

U.DETTMAR/SCO/SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Kabengele Munanga foi o primeiro antropólogo de seu país, a atual República Democrática do Congo, e trabalha no Brasil desde 1980.

Kabengele Munanga

Nascido em 1942, em Bakwa Kalonji, na República Democrática do Congo, é pesquisador sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no município de Cachoeira. Sua experiência de pesquisa concentra-se na área de Antropologia das Populações Afro-Brasileiras. Atua principalmente nos temas racismo, identidade, identidade negra, África e Brasil. Entre seus estudos vale destacar o artigo "As facetas de um racismo silenciado", no qual defende que elementos preconceituosos pouco explícitos podem ser dotados de alta eficácia discriminatória.

JOSÉ PATRÍCIO/ESTADÃO CONTEÚDO

Estádio do Pacaembu, em São Paulo (SP, 2012). A relação de identidade entre os participantes de uma torcida de futebol estabelece laços positivos.

GERALDO BUBNIAK/FOTOARENA/FOLHAPRESS

Briga entre torcidas na partida entre Atlético-PR e Vasco, na Arena Joinville, em Joinville (SC, 2013). Uma relação positiva de identidade em torno de um grupo pode resultar em conflito com outros grupos em decorrência de preconceito, segregação e violência.

Livro

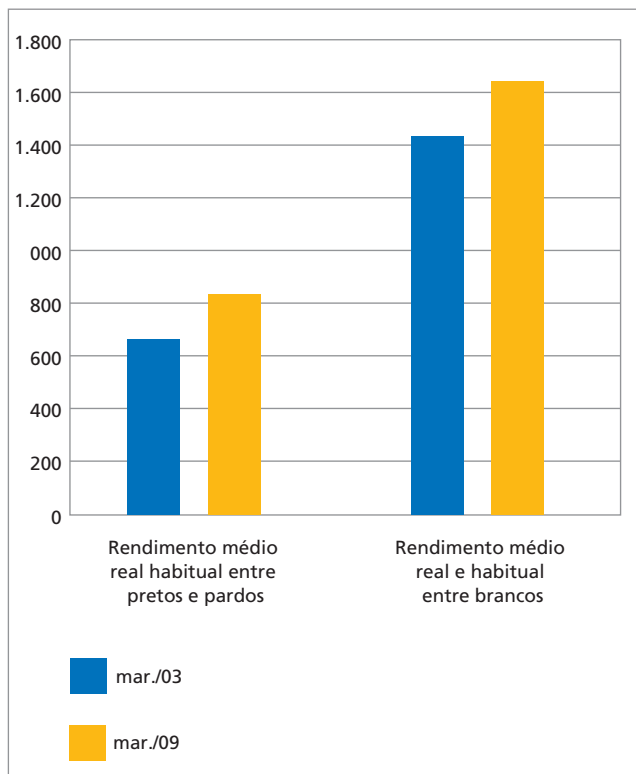
- ***Cotas raciais*: por que sim?**

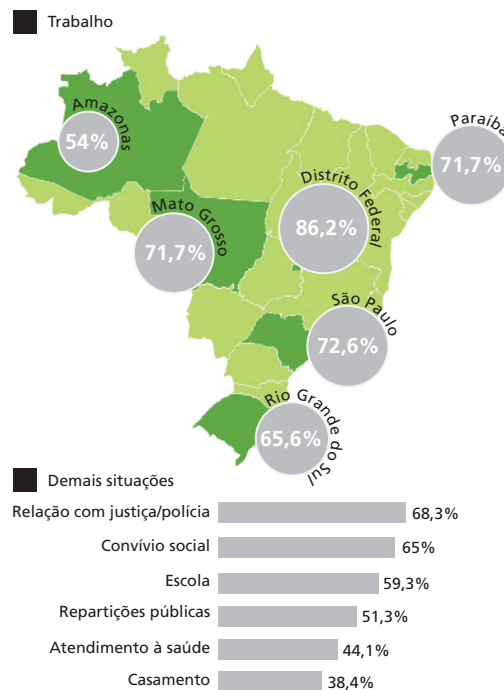
3. ed. Rio de Janeiro: Ibase/Observatório da Cidadania, 2008.

Cartilha elaborada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em conjunto com o Observatório da Cidadania sobre ações afirmativas e sistema de cotas. Oferece, em tom esclarecedor, a resposta para dúvidas a respeito da questão racial no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo que justifica a implementação das políticas públicas de ação afirmativa.

O Brasil em preto e branco

Fonte: As cores da desigualdade. *Correio Brasiliense*, 24 nov. 2013.

Rendimento médio real habitual, por cor ou raça – março de 2003 e março de 2009

Fonte: IBGE. *Censo 2010*: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Sinais de preconceito

Fonte: Pesquisa das características Étnico-Raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. IBGE, 2011.
*Percentual de respostas de pessoas de 15 ou mais anos de idade entrevistadas em cerca de 15 mil domicílios.

Saiba mais

Discriminação contra nordestinos

O racismo e a xenofobia podem ser exemplificados pelos ataques e pelas ofensas aos nordestinos. Durante as duas últimas campanhas eleitorais para a presidência do Brasil, bem como no último pleito para a prefeitura de São Paulo, várias manifestações desse tipo foram registradas nas redes sociais. Nordestinos sofreram uma série de agressões calcadas em estereótipos e preconceitos.

Para compreender o alcance do problema, vale ler a reportagem a seguir, sobre a discriminação em relação a eleitores da presidente Dilma na região Nordeste.

Tumblr reuniu *posts* discriminatórios de eleitores que associam a expressiva votação de Dilma aos programas sociais do governo federal na região Nordeste do país

Com o resultado das eleições presidenciais no 1º turno, uma onda de comentários racistas tomou conta das redes sociais. O tumblr **Esses Nordestinos** reuniu *posts* do Twitter repletos de ódio e discriminação vindos de eleitores de outras regiões do Brasil. Eles associam os votos dados à candidata Dilma Rousseff (PT) aos programas sociais promovidos pelo governo federal no Nordeste do país.

"Esses nordestinos pobres acham que a Dilma vai aumentar o Bolsa Família deles", disse uma internauta. "Espero que nunca mais chova lá, seca para sempre", afirmou outra. "Por mim, separa o Nordeste do Brasil" foi também uma das frases preconceituosas divulgadas pelo tumblr.

Em 2010, a estudante de direito Mayara Petruso foi condenada a um ano e cinco meses de prisão por mensagens como essas, na época das eleições. A pena, no entanto, foi convertida em prestação de serviços comunitários e pagamento de multa.

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou a estudante por crime de discriminação ou preconceito de procedência nacional, com base no artigo 20 da Lei nº 7.716/89. Ela apoiava o candidato José Serra (PSDB) e publicou as ofensas ao criticar a vitória de Dilma Rousseff (PT) na disputa à Presidência. "Nordestino não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado", escreveu.

Disponível em: <www.revistaforum.com.br/blog/2014/10/resultado-das-eleicoes-desperta-preconceito-contra-nordestinos/>. Acesso em: set. 2015.

Já a discriminação direta pode ser comprovada quando verificamos que para uma mesma função os salários variam de acordo com o sexo e a cor ou "raça".

Desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no Brasil – 2010	
Sexo	Rendimento médio
Homens	R$ 1.390,99
Mulheres	R$ 983,37

Fonte: IBGE. *Censo 2010*: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Observando a tabela sobre desigualdade de rendimento, como explicar que a renda média das mulheres seja menor que a dos homens? Uma justificativa possível: as mulheres sofrem discriminação no mercado de trabalho. Em alguns casos, é vedado a elas o acesso a determinados cargos em empresas e instituições. Isso pode ocorrer de maneira explícita, como nas Forças Armadas, instituição que apenas recentemente passou a admitir mulheres entre seus quadros, ou de maneira implícita, como em diversas empresas nas quais se escolhem homens para os cargos executivos e de melhor remuneração. Socialmente, essas discriminações são justificadas por uma pretensa competência maior dos homens para cumprir determinadas tarefas e exercer funções mais valorizadas. Há os que justificam de forma ostensiva tal desigualdade pelo fato de a mulher supostamente ter um vínculo maior com os problemas domésticos, poder engravidar e ter direito à licença-maternidade, fatores que, dependendo do ramo da empresa, afetariam a produtividade. Assim, o mercado de trabalho é segmentado conforme o gênero, tendo as atividades destinadas às mulheres remuneração menor que a atribuída aos homens.

Estabeleça uma relação entre posição ocupada no mercado de trabalho e salário recebido. É possível utilizar recortes de jornais ou dados de pesquisas oficiais, como as do IBGE (rendimento, ocupação por sexo), para demonstrar que as profissões e os cargos com maior remuneração e prestígio profissional são ocupados majoritariamente pelos homens. Inicie um debate, que será aprofundado no capítulo 14 – Gêneros, sexualidades e identidades –, sobre as origens e razões sócio-históricas do fenômeno.

Em algumas situações, a discriminação pode ser acompanhada pela segregação, com o objetivo de separar e isolar grupos considerados minorias, isto é, grupos marginalizados e vulneráveis que vivem à sombra da cultura majoritária ou dominante.

Livro

- **ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*.**

Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Com base em relatos pessoais e episódios verídicos de preconceito e segregação, mas também na vida pública – como artista, empresário, pesquisador ou secretário de Segurança Pública – dos cariocas MV Bill (*rapper* e Cidadão do Mundo da ONU), Celso Athayde (produtor artístico da cena *hip-hop* e fundador da Central Única de Favelas – CUFA) e Luiz Eduardo Soares (antropólogo, pesquisador e ex-secretário nacional de Segurança Pública), o livro oferece em textos curtos, ambientados em todo o Brasil, relatos e interpretações sobre temas como racismo, preconceito, violência, reconhecimento social, cultura jovem e direitos sociais.

Saiba mais

21 de março – Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

Em mensagem sobre a data, emitida em 2011, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, comentou essa importante iniciativa quanto ao racismo:

[...] O Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial é comemorado anualmente em 21 de Março. Naquele dia, em 1960, a polícia abriu fogo e matou 69 pessoas em uma manifestação pacífica, em Sharpeville, África do Sul, contra o *apartheid "pass laws"*. Ao proclamar o Dia em 1966, a Assembleia Geral exortou a comunidade internacional a redobrar os seus esforços para eliminar todas as formas de discriminação racial (resolução 2142 (XXI)).

O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". O Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial lembra-nos da nossa responsabilidade coletiva de promover e proteger este ideal.

A discriminação racial

A discriminação racial e étnica ocorre diariamente, dificultando o progresso para milhões de pessoas ao redor do mundo. O racismo e a intolerância podem assumir várias formas – como indivíduos negando os princípios básicos da igualdade para alimentar o ódio étnico, que podem levar ao genocídio – que pode então destruir vidas e fraturar comunidades. A luta contra o racismo é uma questão de prioridade para a comunidade internacional e está no cerne do trabalho do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

As Nações Unidas têm se preocupado com este problema desde a sua fundação e a proibição de discriminação racial está consagrada em todos os principais instrumentos internacionais de direitos humanos. A ONU impõe obrigações aos Estados-membros com tarefas de erradicação da discriminação nas esferas pública e privada. O princípio da igualdade também exige que os Estados devam tomar medidas especiais para eliminar as condições que causam ou contribuem para perpetuar a discriminação racial.

Em 2001 a Conferência Mundial contra o Racismo produziu o programa mais confiável e abrangente para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata: a Declaração de Durban e Programa de Acção. Em abril de 2009, a Conferência de Revisão de Durban examinou o progresso mundial [na superação] do racismo e concluiu que ainda há muito a ser alcançado.

Sem dúvida, a maior realização da conferência foi o renovado compromisso internacional com a agenda antirracismo.

[...]

Disponível em: <http://ajonu.org/2012/10/17/dia-internacional-para-aeliminacao-da-discriminacao-racial-2103>. Acesso em: mar. 2016.

Segregação

A segregação é o estabelecimento de uma fronteira social ou espacial que aumenta as desvantagens de grupos discriminados. É imposta por leis e caracteriza-se como ação política que busca manter a distância indivíduos e grupos considerados inferiores ou indesejáveis. Portanto, é um ato de violência de alguns grupos sobre outros. A segregação é colocada em prática de maneira consciente e institucional, com base em falsas ideias, como a superioridade de uma etnia, gênero, classe social ou nacionalidade sobre outras. O exemplo contemporâneo mais significativo de segregação foi o regime do *apartheid*, que vigorou na África do Sul durante boa parte do século XX.

No Brasil, apesar dos avanços legais que criminalizaram diferentes formas de discriminação, ainda são numerosos os episódios de atitudes preconceituosas. A reincidência dessas atitudes produz, em indivíduos e grupos sociais, a consolidação de estigmas, que podem resultar em situações de violência extrema.

Saiba mais

Apartheid – exemplo de segregação

O *apartheid* foi a política oficial de segregação racial da África do Sul. Para seus formuladores, tratava-se de desenvolvimento separado dos colonizadores europeus e da população negra nativa. Apesar de já contar com uma legislação segregacionista que criava áreas restritas para negros e brancos e proibia relações afetivas inter-raciais desde o começo do século XX, somente a partir de 1948, com a vitória do Partido Nacional Africâner (formado por descendentes dos colonizadores holandeses que desenvolveram na África do Sul uma cultura específica, com idioma e hábitos próprios), houve a institucionalização do *apartheid* como projeto nacional.

Para sua implantação, um conjunto de atos jurídicos legalizou o racismo e promoveu a segregação racial no país. As primeiras leis do *apartheid* foram o *Mixed Marriage Act* (Lei do Casamento Misto), de 1949, e o *Immorality Act* (Lei da Imoralidade), de 1950, que proibiam casamentos e relações sexuais e afetivas inter-raciais.

O *Group Areas Act* (Lei das Áreas de Grupos), instituído também em 1950, designava os locais de residência e de trabalho nas cidades de acordo com a raça de seus habitantes, e foi o fundamento do sistema de *apartheid* urbano. A lei impedia que não brancos vivessem em certas cidades ou bairros e trabalhassem em áreas economicamente mais viáveis.

Em 1953, o governo decretou o *Reservation of Separate Amenities Act* (Lei da Conservação de Diversões Separadas) e instituiu a separação espacial das categorias raciais em relação ao lazer. Espaços públicos, como praias, piscinas, banheiros, teatros, cinemas, ginásios de esportes, além de meios de transporte e bibliotecas, passaram a ser restritos de acordo com as categorias raciais estabelecidas pela Lei de Registro da População (*Population Registration Act*), que dividia a população em grupos "raciais": *white* (brancos), *coloured* (mestiços e indianos) e *native* (negros).

O regime segregacionista sul-africano terminou em 1994, com a eleição de Nelson Mandela, o principal líder da resistência ao *apartheid* na África do Sul. Mandela esteve preso de agosto de 1962 a fevereiro de 1990 e, ao ser libertado aos 72 anos – em virtude das pressões políticas e sociais exercidas sobre o regime sul-africano por países de todo o mundo –, continuou a luta contra a segregação sofrida pelos negros em seu país. Foi presidente da África do Sul de 1994 a 1999 e comandou a transição do regime do *apartheid* para uma África do Sul democrática e multirracial. Na atualidade, apesar do fim do regime de segregação, a crise econômica e a desigualdade social fazem com que a maior parte da população (da qual os negros são maioria absoluta) ainda viva em condições de pobreza e miséria. Dados do relatório da ONU *O estado das cidades do mundo 2010* colocam as cidades sul-africanas Johanesburgo, Ekurhulen e Buffalo City como algumas das cidades mais desiguais do mundo.

BERNARD BISSON/SYGMA/CORBIS/LATINSTOCK

Mulher negra limpa banheiro público de Johanesburgo, em 1985, reservado para brancos.

TREVOR SAMSON/AFP

Homem exibe jornal que anuncia a libertação de Nelson Mandela em 11 de fevereiro de 1990.

PETER TURNLEY/CORBIS/LATINSTOCK

Campanha para a eleição de Nelson Mandela à presidência da África do Sul em 1994.

3 Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos

Ao longo da história da humanidade, foram frequentes os encontros entre grupos sociais cujas diferenças eram percebidas principalmente pelos traços físicos. Essas características passaram a servir, então, como critério para classificar os grupos humanos.

A partir do século XV, os europeus lançaram-se à exploração do mundo. Nessa época, as diferenças entre os grupos humanos com base no fenótipo – conceito da Biologia que define o conjunto de características físicas de um ser vivo –, associadas aos interesses econômicos e políticos das elites das metrópoles, serviram como critério para justificar a exploração das populações nativas da Ásia, da África, da Oceania e das Américas pelos colonizadores europeus (espanhóis, ingleses, franceses, portugueses e outros). Por apresentarem características físicas e culturais diferentes, os nativos passaram a ser considerados inferiores e, em alguns casos, desprovidos de humanidade.

Nesse contexto, as diferenças físicas foram utilizadas como rótulo qualificativo e indicativo de suposição de superioridade e de inferioridade, diferenciando colonizadores e colonizados sob a premissa do etnocentrismo.

Estavam criadas as condições para especular sobre as diferenças com base na cor da pele, inicialmente atribuída à maior ou menor intensidade da luz solar. No século XVIII, a cor da pele foi transformada no principal critério classificatório das hierarquias raciais produzidas pelas Ciências Naturais. Controlado pelos interesses econômicos e políticos das elites metropolitanas europeias, o processo de colonização buscou subordinar as populações nativas da Ásia, da África, da Oceania e das Américas explorando ao extremo seus recursos humanos e naturais. Os europeus justificaram suas ações com a ideia de que esses povos eram inferiores porque possuíam características físicas e culturais diferentes. Construía-se, assim, uma forma de agir perante o outro que conhecemos como racismo e que envolve toda ação preconceituosa, discriminatória ou segregacionista perpetrada contra quaisquer indivíduos e grupos por causa de sua origem étnica ou racial.

NATIONAL ARCHIVES, WASHINGTON

Escravo mostra cicatrizes resultantes do açoitamento, nos Estados Unidos, em 1863.

Como teoria, tentava-se justificar uma superioridade europeia com base em supostos atributos herdados biologicamente. Tratava-se de uma visão de mundo carregada de ideologias (pensadas como falsa consciência da realidade) que escondiam um fato não confessado: a relação de poder e dominação de determinados grupos sobre outros.

A ideologia do racismo baseou-se em estudos do comportamento humano que procuraram explicar as diferenças sociais e culturais apoiando-se nos conceitos das Ciências Naturais. Tais estudos influenciaram a criação de teorias raciais e eugênicas que buscavam justificar a ideia da existência de povos “inferiores” e “superiores”. Essas teorias ainda estão na base do pensamento que sustenta o racismo.

Teorias raciais e eugênicas

Entre final do século XIX e início do século XX, a ideia de superioridade entre os grupos étnicos e raciais, isto é, de que existem grupos humanos fortes e fracos segundo características físicas herdadas biologicamente, foi associada a traços intelectuais e morais. Essa soma de suposições deu suporte para a difusão de argumentos pretensamente científicos que justificaram ações políticas de controle social exercidas pelas elites dominantes sobre as populações dominadas, negras e indígenas.

Para estudiosos da época, o termo "raça" definia um grupo humano com características próprias – físicas, psicológicas e culturais –, transmitidas pelos antepassados. De acordo com essa visão, as diferenças humanas são determinadas essencialmente pelo fator biológico, e os indivíduos são herdeiros dos traços físicos e das aptidões de seu grupo social de nascimento.

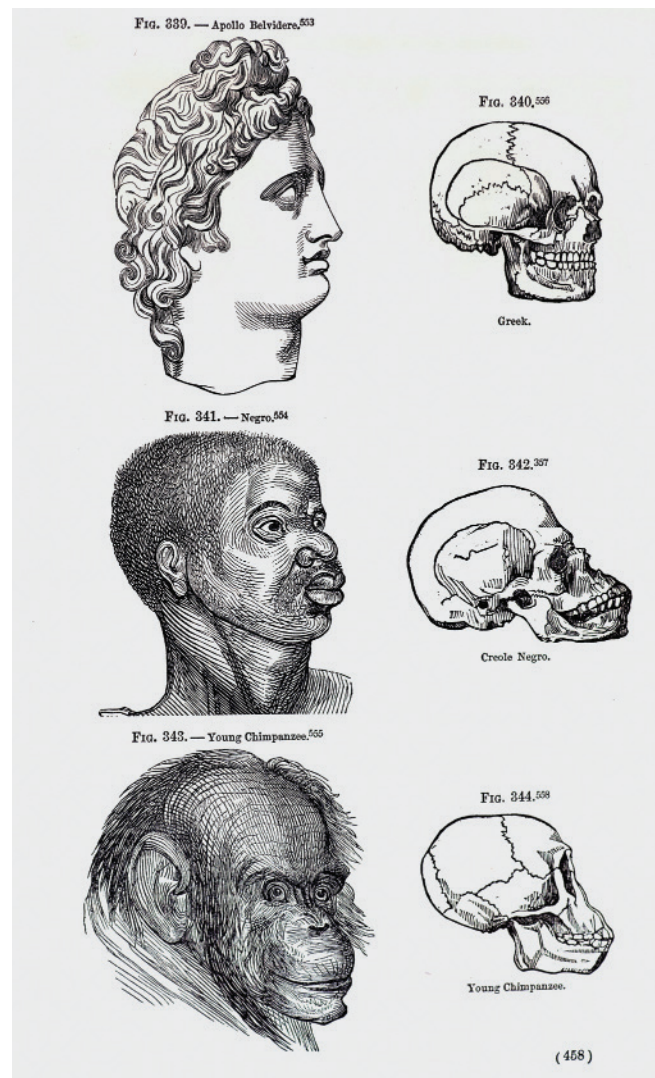
O chamado racismo científico e a tese da **eugenia**, bem como seus defensores, surgiram nesse contexto. Entre os representantes dessa linha de pensamento europeu que tiveram forte influência no Brasil estão o ensaísta francês Arthur de Gobineau (1816-1882) e o médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909).

Eugenia
Termo desenvolvido pelo inglês Francis Galton (1822-1911) que significa "bem-nascido". Propõe o melhoramento da espécie humana pela reprodução de indivíduos com características desejáveis.

Segundo Gobineau, existiriam três raças puras: branca, negra e amarela. As demais variações seriam consequência de miscigenação entre elas. Seu principal argumento era que cada raça apresentava características físicas, psicológicas e sociais próprias, e a mistura entre elas resultaria na degeneração daquela considerada mais desenvolvida (a branca), embora ajudasse as outras raças inferiores (negra e amarela) a se desenvolver. Quanto mais uma nação fosse miscigenada, como o Brasil, maior seria o grau de degeneração observado. Com base nessa interpretação, alguns pensadores passaram a defender o "branqueamento" da população brasileira como solução para o desenvolvimento do país, nos moldes da sociedade europeia. Entre eles destacam-se o médico e antropólogo Nina Rodrigues e o jurista e historiador Oliveira Vianna.

Para Cesare Lombroso, a diferença entre uma pessoa honesta e uma pessoa criminosa estaria relacionada a aspectos físicos. Seus estudos procuraram no organismo humano características próprias dos criminosos. As ideias de Lombroso tiveram grande repercussão em diversas áreas do conhecimento, influenciando pesquisadores na Europa e na América Latina.

A difusão dessas ideias contribuiu para a efetivação do racismo como ação política e ideológica. O critério racial passou a ser elemento explicativo de diferenças de aptidão, de modos de viver e de ocorrências de tendências criminosas. A combinação das características físicas herdadas por uma pessoa com certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura indicaria a existência de raças humanas naturalmente inferiores ou superiores a outras. Essa falsa ideia levou muitos a acreditarem num determinismo dos caracteres biológicos, herdados da natureza, sobre os traços da personalidade e da cultura.

PAUL D STEWART/SCIENCE PHOTO LIBRARY/LATINSTOCK

A ilustração, originalmente publicada em 1854 no livro *Types of mankind* (*Tipos de humanidade*), de Josiah Nott e George Gliddon, justifica a diferença evolutiva entre os europeus (representados pela escultura grega de Apolo) e os africanos, comparados aos chimpanzés.

Livro

- **LOPES, Nei.** ***O racismo explicado aos meus filhos.***

Rio de Janeiro: Agir, 2007.

Estruturado com base em diálogos entre dois adolescentes e seus pais, o livro de Nei Lopes discute temas como o racismo no Brasil e nos Estados Unidos, o antissemitismo, a escravidão, o *apartheid*, as políticas de cotas, entre outros.

O racismo supõe a existência de "raças" humanas e a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. Além disso, também é uma modalidade de dominação ou uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outros inspirada nas diferenças fenotípicas da espécie humana.

A ideologia racial teve grande sucesso no Brasil do século XIX. A ideia da superioridade dos brancos europeus foi bem-aceita por parte dos intelectuais da época, especialmente médicos, advogados e políticos, os quais desejavam construir um país à semelhança da Europa. O movimento abolicionista e mesmo a abolição da escravidão, em 1888, não foram capazes de alterar essa ideia. Os negros e mestiços se viram, em sua maioria, relegados a posições subalternas na sociedade brasileira, e suas práticas culturais, como o samba, a capoeira e o candomblé, foram muitas vezes criminalizadas.

Como consequência os grupos dominantes implementaram um conjunto de políticas de imigração que favoreciam a mão de obra europeia com instrumentos legais (leis, decretos etc.). Além das razões econômicas, buscou-se estimular a miscigenação da população brasileira com a europeia para promover o "branqueamento" da sociedade.

Para aqueles que pensavam assim naquela época, o negro e o mestiço representariam o atraso da sociedade brasileira rumo ao progresso e à modernidade, bem como um empecilho para a construção da identidade nacional.

A teoria da democracia racial

A partir da década de 1930, no contexto de construção de uma identidade nacional que valorizasse a interação social entre as diferentes etnias formadoras da população brasileira, desenvolveu-se uma nova perspectiva acerca da questão racial. Tendo como expoente Gilberto Freyre, firmou-se a noção de que o Brasil seria uma sociedade na qual, em vez da discriminação e da segregação raciais absolutas, haveria miscigenação, o que possibilitaria o convívio harmonioso entre as diferentes "raças". Para a chamada **democracia racial**, o fenômeno da **mestiçagem** era consequência da convivência "salutar" e "democrática" entre pessoas de "raças" diferentes.

Os estudos de Freyre sobre a mestiçagem e sua visão da convivência racial harmoniosa no Brasil provocaram uma revisão das teorias raciais, que condenavam sociedades com grandes contingentes de mestiços, e ofereceram uma visão mais otimista da realidade brasileira: uma nacionalidade marcada pela miscigenação de três raças. Esse olhar despertou o interesse das elites políticas e intelectuais, nacionais e internacionais, em um

Filme

- **12 anos de escravidão**

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 2013.
Direção: Steve McQueen.
Duração: 133 min.

O tema do filme é a autobiografia de Solomon Northup, negro estadunidense, casado, fazendeiro, violinista, que nasceu livre, mas foi sequestrado por mercadores de escravos. A história perpassa esse período de escravidão.

Quem escreveu sobre isso

ESTADÃO CONTEÚDO

Gilberto Freyre foi um dos principais estudiosos das relações sociais no Brasil.

Gilberto Freyre

Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo, antropólogo e historiador pernambucano, é considerado um dos mais importantes pesquisadores da cultura e da identidade nacionais no Brasil. A principal contribuição de Freyre para a discussão sobre as relações raciais é a interpretação do Brasil com base nos aspectos positivos da miscigenação, rompendo com as teorias racistas que predominaram no século XIX.

cenário marcado pela ascensão e queda do nazismo. A partir de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) passou a financiar estudos sobre o caráter positivo das relações raciais no Brasil, possibilitando novas análises das questões relacionadas à situação do negro e aos preconceitos raciais na vida social brasileira. Freyre não ignorava a dimensão conflituosa das relações entre as matrizes europeia, ameríndia e africana. Contudo, procurou enfatizar o fato de as três terem contribuído para a constituição da identidade nacional brasileira.

A perspectiva positiva de um comportamento racial tolerante no Brasil fortaleceu a crença de que no país não haveria preconceito nem discriminação racial, mas sim oportunidades econômicas e sociais equilibradas para as pessoas de diferentes grupos raciais ou étnicos. O Brasil foi tomado como modelo a ser seguido, quando comparado com outros países em que a segregação era visível social e legalmente. Um dos exemplos que ilustram essa tese foi a promulgação, em 1951, da Lei Federal nº 1.390/51, conhecida como Lei Afonso Arinos, que tornou o racismo contravenção penal no Brasil. O pequeno alcance punitivo dessa lei era reflexo de um pensamento segundo o qual o ato racista não era uma ação disseminada na sociedade, mas apenas uma manifestação individual. Se no Brasil não se percebia o racismo como um problema, não havia por que puni-lo de modo mais severo.

Site

◆ **www.seppir.gov.br**

Acesso em: fev. 2016.

Criada em 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial desempenha papel importante na adoção de políticas de combate à discriminação étnica e no reconhecimento de ações afirmativas relacionadas à luta do movimento negro no Brasil. Nesse endereço eletrônico encontram-se legislações, políticas e diversos artigos e informações sobre o debate e a efetivação de políticas públicas que promovam a igualdade racial no Brasil.

O mito da democracia racial

Essa visão de convívio harmonioso entre as raças foi desconstruída pelos estudos de Florestan Fernandes – que participou das pesquisas financiadas pela Unesco com Roger Bastide –, que redundaram no livro *A integração do negro na sociedade de classes*. Nessa obra, publicada em 1965, o autor analisa as particularidades do caso brasileiro e afirma ser a democracia racial um mito, uma imagem idealizada, que serve para garantir a manutenção da posição inferior do negro na sociedade brasileira. Como principal argumento, defende que os negros libertos no período pós-abolição não ameaçavam política e socialmente a posição de poder (e os privilégios) dos brancos, sendo desnecessárias medidas formais para promover o distanciamento entre negros e brancos.

Ao longo dos anos 1960 e 1970, inspirado pelos estudos de Florestan Fernandes, o movimento negro brasileiro assumiu como bandeira política a luta contra a teoria da democracia racial. Ressalte-se ainda que esse movimento sofreu influência da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960.

Quem escreveu sobre isso

WILSON MELO/FOLHAPRESS

Florestan Fernandes

Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo paulista, publicou em 1965 *A integração do negro na sociedade de classes*, obra na qual construiu uma crítica sociologicamente fundamentada na teoria da democracia racial brasileira. Professor da USP cassado em 1968 pela ditadura militar, foi deputado federal por dois mandatos (1987-1994). Contribuiu para a construção da teoria sociológica brasileira e participou ativamente dos movimentos sociais pela educação pública.

Florestan Fernandes contribuiu para a teoria social e atuou politicamente em defesa da democracia brasileira.

A partir de então, passou a fundamentar sua ação nas conclusões sociológicas de Fernandes sobre as condições de desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil.

Saiba mais

A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram vistos como o modelo de sociedade a ser seguido pelos países capitalistas. Considerada por muitos a terra das oportunidades e da igualdade, a nação escondia relações sociais internas marcadas pelo preconceito e pela discriminação. Essa situação opressiva ficou evidente em 1955, com a repercussão do ato praticado por uma mulher negra, Rosa Parks, ao se recusar a cumprir uma determinação legal do estado do Alabama que obrigava a separação entre brancos e negros a bordo dos ônibus. Presa, seu caso serviu de estopim para o início da luta pelos direitos civis e pela igualdade racial nos Estados Unidos. O movimento culminou com a marcha em Washington, D.C., em 1963, quando cerca de 250 mil pessoas foram acompanhar a aprovação das leis dos direitos civis, que suprimiram as leis segregacionistas em todos os estados do país. Ao entrar em vigor, em 1964, a lei dos direitos civis produziu mudanças estruturais na sociedade estadunidense e permitiu outro olhar sobre o problema do racismo naquele país e no mundo, servindo de base para a luta por igualdade de diversas minorias sociais.

As desvantagens dos negros e mestiços são confirmadas estatisticamente por muitas pesquisas acadêmicas, como se pode observar nos dados sobre a distribuição de renda no Brasil mostrados nas tabelas a seguir. Apesar de representarem a metade da população brasileira, os pretos e pardos constituem 74,2% da população mais pobre do país e apenas 16% da mais rica.

A posição de desvantagem econômica dos negros (pretos e pardos) fica evidente quando notamos que a proporção de negros na população pobre do país é muito superior à de brancos, e, inversamente, que a proporção de negros que compõem a minoria rica do país não chega à quinta parte desta.

População brasileira por raça			
População brasileira	**Brancos**	**Pretos e pardos**	**Amarelos, indígenas e sem declaração**
190.755.799	91.051.646	96.795.294	2.908.859
	47,7%	50,7%	1,1%

Fonte: IBGE. *Censo 2010*: resultados gerais de amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Rendimento do trabalho por raça		
População com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas (%)		
Branca	**Preta**	**Parda**
25,4	9,4	64,8
Com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas (%)		
Branca	**Preta**	**Parda**
82,5	1,8	14,2

Fonte: IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Os pretos e pardos constituem metade da população total, mas representam a grande maioria da população pobre. Some-se a isso o fato de que essa desvantagem econômica ocorre em quase todas as esferas da vida social, como no acesso às oportunidades culturais e educacionais, e no que se refere à participação política. Embora a população negra desempenhe papel importante na vida cultural e na produção de riquezas no Brasil, seu acesso a bens e serviços continua a ser mínimo se comparado ao da população branca.

No caso brasileiro, as populações indígena, afrodescendente e mestiça continuam a ser tratadas de maneira preconceituosa e desigual, confirmando as críticas de Florestan Fernandes ao tratamento dado à questão racial brasileira, bem como as limitações da tese da democracia racial. Contudo, esta última também tem seu valor. Se por um lado a tese de uma miscigenação pacífica e isenta de conflitos pode e deve ser criticada, já que não se confirma na realidade, por outro ela teve e ainda tem papel essencial na crítica às teses eugênicas e de superioridade racial.

Ainda hoje, em um contexto científico no qual o conceito de raças foi abandonado, essas teorias racistas continuam a ser defendidas por diversos grupos sociais, como os neonazistas. Cabe lembrar que as obras de Gilberto Freyre foram produzidas em um momento histórico no qual as teorias eugênicas alcançavam seu apogeu, com a ascensão do nazismo na Europa. É certo, porém, admitir que no Brasil o racismo está bastante enraizado nas práticas sociais, o que impede que a população perceba conscientemente seus efeitos destrutivos para a sociedade.

Para tentar combater o problema, o movimento negro brasileiro pressionou o governo e, em 1989, conseguiu que fosse promulgada a Lei nº 7.716/89, que tornou o racismo crime inafiançável. No entanto, a criminalização do racismo como prática social pela criação de leis tem se revelado insuficiente. Dificilmente os casos denunciados resultam na punição do agressor. Desde cedo, se aprende a discriminar discreta e silenciosamente, sem deixar provas. E sem provas não há punição.

Os casos de racismo no futebol dão ideia da extensão do problema. Nesse esporte, o Brasil destaca-se pelos títulos mundiais e por revelar alguns dos melhores jogadores negros do mundo. Mesmo assim, casos de racismo se repetem constantemente nos gramados nacionais e internacionais. E não ocorrem apenas no esporte, mas também nos diferentes espaços e nas relações sociais.

◆ **www.palmares.gov.br**

Acesso em: fev. 2016.

Site da instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura. Nele, é possível acessar diferentes informações acerca do movimento negro no Brasil e de políticas oficiais voltadas para as populações afrodescendentes. Desenvolve ainda estratégias diversas de preservação da cultura afro-brasileira.

CELSO PUPO/FOTOARENA

Faixa contra o racismo durante partida entre Vasco e Flamengo, no Maracanã, no Rio de Janeiro (RJ, 2014). Clubes, jogadores e federações esportivas têm procurado conscientizar os torcedores, condenando o racismo no esporte.

Filme

Histórias cruzadas

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, Índia, Emirados Árabes Unidos, 2012.
Direção: Tate Taylor.
Duração: 156 min.

A produção trata da conscientização do valor social de mulheres negras numa sociedade extremamente racista. Trabalhadoras domésticas a serviço da elite branca local têm suas histórias narradas à jornalista, uma escritora branca que, ao dar voz às vítimas da opressão, evidencia a importância dessas mulheres na sociedade local.

Etnia: o reconhecimento das diferenças

Um dos meios contemporâneos de abordar a dinâmica da interação entre os diferentes povos e grupos sociais que compõem a população mundial é o conceito de etnia. Podemos defini-la como um conjunto de seres humanos que partilham diferentes aspectos culturais, os quais vão da linguagem à religião. São características sociais e culturais; portanto, são aprendidas, e não inatas.

O termo "etnia" está diretamente associado à diversidade cultural, elemento mais apropriado para identificar os diferentes grupos humanos. O uso desse termo se refere principalmente aos processos históricos e culturais construídos por meio da interação social e enfatiza que as características biologicamente herdadas são pouco significativas para categorizar os grupos sociais humanos.

A etnicidade, nesse caso, é a consciência de pertencer a determinada comunidade étnica, construindo uma identificação com grupos sociais específicos em uma dada sociedade. Diferentemente do termo "raça", que evoca uma distinção dada pela origem biológica, etnia e etnicidade referem-se às práticas socioculturais e históricas de diferentes grupos humanos que interagem entre si. Essas práticas pressupõem a aceitação e a percepção da diversidade cultural humana como elementos positivos e em processo constante de renovação.

O fato de pertencer a uma etnia não significa que um indivíduo seja biologicamente mais ou menos predisposto a se comportar de determinada forma. De fato, a cultura e as interações socioespaciais vivenciadas por ele moldam sua maneira de ser e sua visão de mundo, distinguindo e singularizando sua identidade individual e a de seu grupo social.

Saiba mais

IGOR STEVANOVIC/SHUTTERSTOCK

REPRODUÇÃO

Em 10 de dezembro de 1948, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1950, estabeleceu que nessa data seria celebrado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A Unesco e a questão racial

Em 18 de julho de 1950, ainda sob o impacto das consequências da Segunda Guerra Mundial e do racismo nazista, a Unesco emitiu a Declaração das Raças, assinada pelos principais pesquisadores da época no campo da Antropologia Cultural, da Biologia, da Filosofia e da Sociologia. Foi uma tentativa de esclarecer o debate científico sobre raça e também uma condenação ao nazismo. O documento foi revisado em 1951, 1967 e 1978 (quando passou a ser denominado Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais). Na primeira versão, a declaração afirmava:

"Os grupos nacionais, religiosos, geográficos, linguísticos ou culturais não coincidem necessariamente com os grupos raciais, e os aspectos culturais desses grupos não têm nenhuma relação genética demonstrável com os caracteres próprios à raça. Os graves erros ocasionados pelo emprego da palavra 'raça' na linguagem corrente tornam desejável que se renuncie completamente a esse termo quando se tratar da espécie humana e que se adote a expressão de 'grupo étnico'".

Por não carregar sentido biológico, o termo "etnia" colabora para combater a ideia equivocada de que a humanidade se dividiria em "raças superiores" e "raças inferiores". Isso porque o conceito de etnia enfatiza a cultura e coloca a questão da diferença cultural. Quando usado, faz supor que o indivíduo pode pertencer a um grupo e aprender as características desse grupo, ou mesmo contribuir, criando novas práticas ou inovando as já existentes.

É bastante comum que um mesmo país abrigue diversas etnias. Por exemplo, estima-se que existam aproximadamente 238 etnias indígenas no território brasileiro, segundo levantamentos do Instituto Socioambiental (ISA) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Com base na noção de etnia, estudos sobre a desigualdade social brasileira passaram a indicar como as relações sociais historicamente construídas no Brasil foram marcadas pelas injustiças vivenciadas pelas vítimas do racismo, do preconceito e da discriminação, sustentadas pela ideia equivocada de raças humanas. Isso foi um passo importante, pois, até meados do século XX, as explicações biológicas ainda eram empregadas por boa parte dos estudos sobre as desigualdades sociais.

A ênfase dada à etnia e à ideia de diversidade ou pluralidade cultural colocou em xeque as fundamentações biológicas do comportamento humano. Apesar disso, o termo raça ainda se encontra presente no cotidiano das relações sociais em sociedades complexas como a brasileira, tendo em vista que nesse tipo de sociedade ele foi construído social e historicamente como uma categoria político-ideológica. Porém, os estudos sobre a diversidade cultural passaram a compreender que, quanto mais etnias há, mais plural e rico é o país culturalmente. A difusão desse argumento nas sociedades contemporâneas pelos inúmeros movimentos sociais tem contribuído para a existência de políticas públicas que valorizem e respeitem as diferenças culturais e combatam os preconceitos, o racismo e as desigualdades. No Brasil, esse debate também tem contribuído para o uso combinado dos termos etnia e raça por meio da expressão **étnico-racial**.

Étnico-racial
Etnia e raça são termos intimamente relacionados e considerados em conjunto quando se busca compreender o que representa a construção das identidades étnicas em sociedades complexas como a brasileira. A questão do negro aqui se insere num contexto amplo de construção das diferenças entre os vários povos que edificaram a nação, presentes na história, na política, na economia e na cultura. Portanto, é importante levar em conta tanto a dimensão cultural quanto a dimensão racial quando nos propomos a pensar o racismo no Brasil e a combatê-lo. Nesse sentido, o termo étnico-racial tem sido o mais utilizado pelos especialistas no assunto e pelo movimento negro nacional.

4 Multiculturalismo, interculturalidade e ação afirmativa

O conceito de multiculturalismo surge nas sociedades contemporâneas como um meio de combater, por um lado, a ideia de homogeneidade cultural fundamentada na visão de superioridade dos povos colonizadores europeus e, por outro, as desigualdades sociais e as diversas formas de racismo, de preconceito e de discriminação social. A ideia de homogeneidade cultural afirma que a cultura, o modo de vida e a visão de mundo dos europeus são universais e únicos, sobrepondo-se aos dos demais povos. Disseminada mundialmente, essa concepção tem papel central no desenvolvimento da **xenofobia**, fenômeno que, na atualidade, afeta principalmente a Europa.

Por ser um termo para o qual se aceitam muitas definições, o conceito de multiculturalismo não é único nem homogêneo; varia conforme o contexto sócio-histórico e compreende diferentes pontos de vista. Segundo alguns autores, o termo **multiculturalismo** designa o fato de determinadas sociedades serem formadas por culturas distintas. Para outros, esse conceito descreve uma política que visa a coexistência pacífica entre grupos étnica e culturalmente diferentes. Há ainda quem considere o multiculturalismo um movimento teórico e político em defesa da pluralidade e da diversidade cultural que reivindica o reconhecimento e a valorização da cultura das chamadas minorias.

Como movimento político e social, o multiculturalismo é legítimo e diz respeito às reivindicações de grupos culturais dominados no interior dos países de capitalismo avançado (Inglaterra, Estados Unidos, França, entre outros) para terem suas culturas reconhecidas e representadas na cultura nacional, destacando a luta dos negros americanos, a partir do início dos anos 1960, pelo acesso a direitos e pelo combate à segregação e ao racismo.

Xenofobia
Desconfiança, aversão, medo ou profunda antipatia em relação a pessoas estranhas ao seu meio ou a indivíduos que vêm de outro país. Pode se manifestar de várias maneiras e é comumente associada ao repúdio a outras culturas e etnias.

Livro

◆ **ALLENDE, Isabel.** ***A ilha sob o mar*.**

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Por meio da trajetória de Zarité e de outros personagens fictícios, Isabel Allende percorre a densa história da escravidão no Haiti. Cruzando a ficção com a realidade, a autora leva para a trama personagens reais e fatos históricos que revelam o duro processo de segregação social existente na ilha durante sua colonização por franceses e espanhóis, ao mesmo tempo que mostra o movimento de resistência negra e suas lideranças.

Saiba mais

Crime de racismo e xenofobia em universidade paulista

Em abril de 2012, a imprensa divulgou a seguinte notícia de práticas de intolerância, racismo e xenofobia em uma universidade paulista:

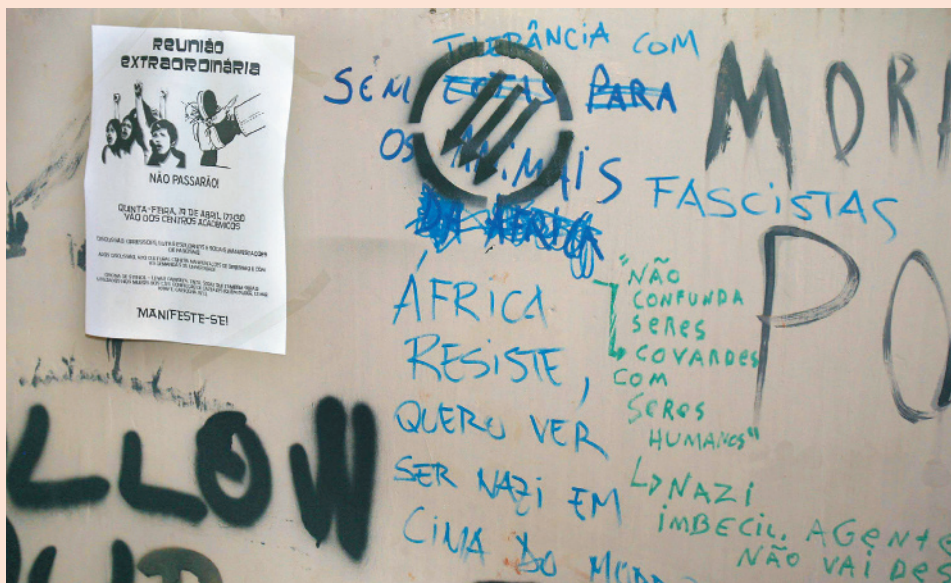
"A Unesp vai pedir à Polícia Federal que apure dois crimes no *campus* de Araraquara (SP): xenofobia, que é a antipatia contra estrangeiros, e discriminação contra um grupo de estudantes africanos. Além disso, a direção da Faculdade de Ciências e Letras, onde ocorreu a manifestação, irá comunicar o fato ao Ministério Público.

O *campus* conta com 26 estudantes oriundos da África, sendo 23 na Faculdade de Ciências e Letras, dois no Instituto de Química e um na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que vieram estudar no Brasil por meio de um convênio internacional.

A inscrição 'sem cotas aos animais da África' revoltou professores e alunos da unidade. Algumas frases de repúdio foram escritas no mesmo lugar. Na universidade, há um espaço aberto aos estudantes.

Os universitários africanos registraram boletim de ocorrência por discriminação no 4º Distrito Policial. 'Eu fiquei muito triste em saber que tinha gente que ainda tem esse tipo de pensamento negativo', observa Fiston Angembe, que estuda Economia. 'É inexplicável sofrer um ato de racismo e xenofobia. É um ato desumano', completa Alfa Embalo, estudante de Ciências Sociais".

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia/2012/04/unesp-pede-pf-que-apure-caso-de-racismo-e-xenofobia-em-araraquara.html>. Acesso em: ago. 2015.

EDSON SILVA/FOLHAPRESS

Pichação com conteúdo racista nas paredes da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Araraquara (SP, 2012): crime de racismo e xenofobia.

Minorias
Na Sociologia, as minorias são definidas, sobretudo, por sua posição econômica e politicamente desvantajosa, apesar de o termo ter múltiplos significados (numérico, político, indicativo de grupos étnicos e raciais, religiosos, de gênero etc.). Por sua dubiedade, é pouco utilizado nas análises das relações interétnicas.

Nesses cenários, as expressões do multiculturalismo se faziam presentes nas artes, nos movimentos sociais, em políticas, que implicavam o reconhecimento da diferença e o direito a ela, colocando em questão o tipo de tratamento dado às identidades minoritárias, antes de serem introduzidas no campo educacional. Assim, o multiculturalismo tem representado um importante instrumento de luta, transferindo para o terreno político a compreensão da diversidade cultural que esteve restrita durante muito tempo ao campo da Antropologia e que passou a ter uma associação mais efetiva na afirmação da diversidade, na produção das identidades e na construção política das **minorias**, como as políticas de ações afirmativas.

Na Antropologia, a perspectiva multicultural compreende a sociedade como uma convergência de diferentes culturas que, em vez de se submeterem a um padrão único, se misturam de modo original, formando diversos mosaicos culturais.

O encontro das diferenças nem sempre é interpretado como manifestações convergentes. O multiculturalismo também pode caracterizar a sociedade como constituída de identidades plurais, com base na diversidade de etnias, gêneros, classes sociais, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outras características.

O multiculturalismo, em uma visão mais crítica – que compreende a sociedade com base nos conflitos sociais –, enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência. Compreende a diversidade dentro de uma política comprometida com a justiça social, questionando a construção das diferenças e dos preconceitos contra aqueles percebidos como diferentes e marginalizados.

Entre as críticas ao multiculturalismo se destacam aquelas que apontam seu caráter eurocêntrico e denunciam que as várias culturas coexistentes na sociedade são reconhecidas de maneira subordinada, sem questionar a ordem hegemônica atribuída à cultura ocidental.

A **interculturalidade**, de modo diverso, aponta a comunicação e a interação entre as culturas como meio de produzir novos conhecimentos e outras interpretações simbólicas do mundo. A síntese dos aspectos positivos da valorização da diferença e da resistência ao colonialismo cultural constitui uma nova maneira de ver o mundo, reconhecida como multiculturalidade/interculturalidade.

A interculturalidade não pode ser vista apenas como uma teoria, mas antes como um movimento e um projeto político. Seu significado está relacionado a um projeto de transformação para superar a discriminação das culturas minoritárias. Contra a discriminação e a situação de inferioridade às quais foram submetidos, esses grupos minoritários devem ter seu valor criativo publicamente reconhecido. Por isso, essas culturas precisam ser amparadas e protegidas pela lei para consolidar suas singularidades, assim como serem reconhecidas por sua capacidade de produzir conhecimento. Nesses termos, o direito passa a ser uma ferramenta fundamental para criar as condições de uma sociedade multicultural.

A sociedade brasileira apresenta relações de grande desigualdade entre os descendentes dos povos que lhe deram origem. Os afro-brasileiros, descendentes da diáspora africana, e os indígenas, descendentes das populações nativas, estão em maior desvantagem no contexto atual das relações sociais no Brasil. Entre nós, segundo o sociólogo Ahyas Siss, no campo da educação, o multiculturalismo vem se configurando desde o final do século passado como um novo olhar analítico sobre as múltiplas relações que permeiam os processos de discriminação racial como forma de exclusão, a construção da cidadania, a formação de subjetividade e o papel que a educação desempenha nesses processos.

Desde as últimas décadas do século passado, diversos grupos, organizações e movimentos sociais reivindicam melhores condições econômicas e sociais. Grupos como os de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, entre outros, lutam pelo reconhecimento, pelo respeito e pela valorização de sua cultura e de suas diferenças. No caso dos negros brasileiros, buscam também reparação pelas injustiças causadas no passado pelos diversos meios de exploração e discriminação (escravidão negra), fazendo emergir o que passou a ser denominado ação afirmativa.

As **ações afirmativas** começaram a ser adotadas nos Estados Unidos, nos anos 1930, e multiplicaram-se de diferentes maneiras em vários países, incluindo os da Europa. Elas são maneiras de intervenção política que visam coibir quaisquer discriminações ou implementar mecanismos de compensação com o propósito de combater as diversas desigualdades no mercado de trabalho, na política, na economia e na cultura, entre outras áreas.

Alerta contra o racismo

REPRODUÇÃO

Aplicativo do Ministério da Cultura do Peru que tem como objetivo proporcionar aos cidadãos peruanos um canal de comunicação e de denúncias sobre discriminação étnico-racial. A plataforma também disponibiliza aos usuários informações, notícias, artigos, vídeos e direitos. Para acessar o aplicativo, é preciso entrar no *site* <www.alertacontraelracismo.pe>. Acesso em: fev. 2016.

Ações afirmativas
Medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo poder público ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar ou reduzir desigualdades historicamente acumuladas, garantindo oportunidades e tratamento iguais, e para compensar perdas causadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Quem escreveu sobre isso

ARQUIVO PESSOAL

O sociólogo Ahyas Siss, estudioso das relações étnico-raciais.

Ahyas Siss

O sociólogo brasileiro Ahyas Siss é fundador, pesquisador e professor do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Leafro) e do Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais (GPESURER), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Estudioso das temáticas do multiculturalismo, das ações afirmativas, das relações étnico-raciais brasileiras e da educação, tem apontado em suas análises que um dos principais desafios colocados pelo multiculturalismo hoje, no Brasil, é o de saber como se educar para uma sociedade multicultural, para o respeito à diferença, o que implica mudança radical de atitudes, de valores e de respeito ao outro, e não um mero exercício de tolerância.

Para ele, reconhecer o caráter multicultural da nossa sociedade é muito pouco, bem como reconhecer a diversidade da clientela da nossa escola, seja por gênero, por classe, por grupo étnico ou pelo fato de que ela inclui culturas diferentes, não é o bastante, pois a simples presença física dos alunos evidencia isso. Portanto, o fundamental é que esse reconhecimento seja acompanhado de políticas de respeito aos diferentes e de uma mudança de atitude em relação a eles, a fim de que a escola seja capaz de criar mecanismos potentes para transformar as relações de dominação e de exclusão, tanto no seu interior quanto na sociedade ampliada.

O sistema de cotas é a ação afirmativa mais comum nos diversos países que adotaram essas políticas. Também é a mais polêmica, por estabelecer determinado número ou percentual a ser ocupado (reserva de vagas) por grupo(s) definido(s) com base em critérios variados (etnia, cor, sexo, rendimento familiar etc.). No Brasil, por exemplo, foram adotadas cotas para as minorias sociais. Nas últimas décadas, também foram colocadas em prática diversas políticas de combate à desigualdade, como as cotas para mulheres nos partidos políticos ou para pessoas com deficiência nos concursos públicos. Essas políticas públicas, porém, são ainda, muitas vezes, descumpridas ou questionadas.

As ações afirmativas também constituem um conjunto de instrumentos políticos, institucionais e jurídicos aplicados nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) para instituir as bases de uma política de promoção da igualdade racial. No que se refere ao sistema legal, duas decisões recentes indicam outra abordagem do tema no país. Em 2010, a Lei Federal nº 12.288 criou o Estatuto da Igualdade Racial. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade do sistema de cotas, e o governo brasileiro estabeleceu a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico para estudantes das escolas públicas, afro-brasileiros e indígenas em todo o país (Lei Federal nº 21.711/2012).

Se por um lado as políticas de ações afirmativas na modalidade cotas têm servido para que mais pessoas negras ingressem nas universidades e apresentar à sociedade as questões vividas pelos indígenas, por outro não produziram a alteração necessária na estrutura social que mantém as desigualdades étnico-raciais e todas as outras formas de desigualdade no Brasil.

No caso específico da questão racial, é importante compreender que ela se localiza no campo que inclui a construção social, histórica, econômica, política e cultural das diferenças em nossa sociedade. Portanto, as ações afirmativas podem ser o início de um longo caminho rumo a uma sociedade fundamentada no respeito às diferenças e aos direitos humanos.

Filme

Um conto chinês

REPRODUÇÃO

Espanha, Argentina, 2011.
Direção: Sebastián Borensztein.
Duração: 100 min.

O filme discute o encontro de culturas: a ocidental e a oriental. Um argentino excêntrico de meia-idade e um chinês que não tem para onde ir encontram-se e vivem situações as mais diversas, as quais vão transformando os personagens, ao mesmo tempo que mostram a capacidade de compreensão entre pessoas diferentes.

Considerações sociológicas

Um debate sobre as cotas raciais

Em 13 de novembro de 2002, foi promulgada a Lei Federal nº 10.558/2002, que criou o Programa Diversidade na Universidade. Como determina seu artigo 1º, o objetivo da lei é "implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao Ensino Superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros".

No ano seguinte, as universidades brasileiras adotaram progressivamente a estratégia de destinar parte das vagas concorridas em seus vestibulares para os grupos sociais mencionados na lei, o que ficou conhecido como política de cotas raciais.

Desde então, um debate vem sendo travado em diferentes esferas da sociedade. De um lado, estão aqueles que afirmam que a desigualdade racial no Brasil é um fato e defendem que a adoção de políticas como as de cotas nas universidades e em concursos públicos é um passo em direção à resolução do problema. De outro, os que são contrários a essa medida, para quem a política de cotas fere o princípio da igualdade previsto na Constituição, considerando inadequada a abordagem do problema, segundo os padrões das relações entre as diferentes etnias que compõem a população do país.

Muitos cientistas sociais são contrários à política de cotas raciais. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, eles fazem uma crítica às cotas: "A Pnad de 2006 informa que 9,41 milhões de estudantes cursavam o Ensino Médio, mas apenas 5,87 milhões frequentavam o Ensino Superior, dos quais só uma minoria de 1,44 milhão estava matriculada em instituições superiores públicas. As leis de cotas raciais não alteram em nada esse quadro e não proporcionam inclusão social" (*Cidadãos antirracistas contra as leis raciais*, 2008).

Entre os muitos argumentos contrários à aceitação de cotas raciais nas universidades brasileiras está a ideia de que não existe comprovação científica da existência biológica de raça. Outra justificativa é que, em vez da adoção de cotas, é preciso melhorar a qualidade do ensino público, ou mesmo adotar cotas para escolas públicas, já que os negros são maioria.

Contrários à afirmação de que no Brasil não existe racismo, pesquisadores e intelectuais apontam que "a desigualdade racial no Brasil tem fortes raízes históricas e esta realidade não será alterada significativamente sem a aplicação de políticas públicas específicas. A Constituição de 1891 facilitou a reprodução do racismo [...]. Enquanto se dizia que todos eram iguais na letra da lei, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, que hoje podem ser lidas como ações afirmativas, foram aplicadas para estimular a imigração de europeus para o Brasil" (*Manifesto a favor das cotas raciais*, 2006).

Entre os argumentos favoráveis à aceitação das cotas está a ideia de que a adoção das ações afirmativas não está sujeita à existência biológica das categorias raciais, uma vez que visa combater os efeitos do preconceito racial, ou seja, a discriminação e as desigualdades raciais. Sem contar que as políticas de cota são uma modalidade de política pública afirmativa. A adoção das cotas não implica, obrigatoriamente, a restrição a outras políticas oficiais, como a melhoria do sistema público de educação ou a aceitação de cotas para escolas públicas também.

O MEC adotou em agosto de 2012 a política de cotas sociais e raciais no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Nas universidades e institutos federais, o número de vagas para estudantes de escolas públicas cresceu 33% em 2013, 43% em 2014 e 47% em 2015, segundo os dados oficiais. Em 2015, 67% dessas Instituições Federais de Ensino (IFES) já haviam atingido a meta da Lei das Cotas prevista para 2016, isto é, o mínimo de 50% das vagas reservadas para estudantes de escolas públicas. Entre os que disputam essas vagas tem aumentado o ingresso de estudantes que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas (PPI) nos cursos de graduação superior no país.

Nos concursos, a parte de negros subiu 30% de 2003 a 2014, segundo a Pnad, do IBGE.

Direito e sociedade

Ensino de História da África e dos negros no Brasil

A formação do brasileiro está intimamente ligada à diversidade de três povos. A população nativa, os indígenas, representados por várias etnias, com hábitos, costumes e tradições diferentes. Os europeus, que chegaram ao litoral do continente americano no século XV trazendo suas línguas e práticas culturais. E, finalmente, os africanos, vindos como mão de obra escrava e trazendo também a impressionante riqueza cultural das muitas etnias que chegavam no Brasil.

Com a consolidação do sistema de educação no país no século XX, o que se percebeu é que os currículos privilegiavam de maneira significativa a história dos europeus. Nesse sentido, pode-se afirmar que, durante muitos anos, a visão da história que se estudava no Brasil era eurocêntrica, o que implicava negligenciar toda a riqueza da história e da cultura dos povos africanos e também dos povos indígenas.

Tal omissão histórica da educação brasileira é extremamente negativa. Essa ausência de abordagens sobre as lutas dos povos negros e índios fere a autoestima dos jovens afro-brasileiros e descendentes de indígenas, sem mencionar que esconde da memória da população brasileira importantes momentos da nossa história. Além disso, conta-se a história tomando por base apenas uma visão, o olhar do europeu.

Os desafios para mudar essa realidade são enormes. As principais medidas a serem tomadas consistem em aumentar a quantidade de material didático (com a aquisição de livros por parte de bibliotecas escolares), divulgação e pesquisa sobre os conteúdos (incentivo à investigação dos diversos assuntos e matérias) a serem lecionados e qualificação dos professores de História e Sociologia sobre essas temáticas.

As reivindicações dos movimentos negros e indígenas no que diz respeito ao reconhecimento da produção de conhecimento e da educação pautada nos princípios da interculturalidade resultaram na alteração da LDB pela Lei nº 10.639 em 2003, ampliada em 2008 pela Lei nº 11.645. Com isso, a LDB passou a vigorar com nova redação, a saber:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena."

O documento exalta as reivindicações dos grupos afro-brasileiros e indígenas pela valorização da diversidade e para a ressignificação de expressões como "raça", "negro" e "indígena", bem como aponta para a mitigação da perspectiva eurocêntrica de interpretação da realidade brasileira.

ANTHONY PAPPONE/GETTY IMAGES

Cerimônia da nação Dogon, que vive no Mali e em Burkina Fasso (África), em foto de 2013. Conhecimentos africanos e asiáticos foram apagados da história da Ciência pela colonização europeia.

Construção de argumentos

A educação brasileira enfrenta de fato grandes problemas e, com isso, é comum destacar as falhas do governo, responsabilizando-o. Vale lembrar, no entanto, que o exercício do poder envolve muitas dificuldades, e uma delas é a busca de um equilíbrio entre as várias forças sociais e políticas. Adicionalmente, é preciso reconhecer que os direitos sociais podem ser conseguidos ou ampliados em decorrência de uma ação baseada na cidadania. Embora muitas pessoas tendam a fazer críticas, elas próprias poderiam encontrar dificuldades se os problemas de sua comunidade, por exemplo, lhes fossem apresentados e delas cobrada uma solução. Assim, para trabalhar com o desafio da tomada de decisão, propomos a seguinte atividade:

1. Entreviste profissionais da educação e responsáveis em sua escola e procure descobrir qual é a visão deles sobre a inclusão do ensino de História da África e dos negros e indígenas no Brasil.
2. Identifique quais são as principais ideias apresentadas e organize-as em uma apresentação na qual se debata o assunto. Traga pesquisas realizadas em jornais e na internet sobre essas ideias. Aproveite as diferentes posições assumidas pelos entrevistados para formar sua própria visão sobre o assunto.
3. Por fim, formem grupos e, com auxílio do professor, produzam um texto argumentativo sobre o tema.

Interfaces Biologia, Educação Física e Física

Raça e desempenho esportivo: uma falsa polêmica

A existência de poucos recordistas olímpicos negros na natação é fonte de uma falsa polêmica. Argumentos sem fundamento científico pretendem explicar esse fato com base em elementos genéticos e na anatomia de negros e brancos como determinantes de tal fenômeno.

No entanto, as pesquisas genéticas demonstram que não existem raças humanas e que o fenótipo humano no qual se baseia a ideia de raças é definido por pouquíssimos pares de genes. Portanto, características físicas que definem massa corporal, estatura e envergadura de atletas de alto desempenho podem estar presentes em pessoas de qualquer cor. Isso significa que a cor não determina o biotipo; alguém com braços curtos nunca será campeão de natação, seja negro, seja branco.

Em 2008, o jornalista esportivo Juca Kfouri escreveu em seu *blog*:

"E um mistério ainda precisa de uma boa explicação: por que não temos grandes campeões negros na natação? Meu pai dizia que, no Brasil ao menos, os negros eram barrados no exame médico mesmo nos clubes populares como o Corinthians e por isso não podiam frequentar as piscinas. Provavelmente uma realidade do tempo dele e que não imagino perdurar nem aqui nem muito menos em países majoritariamente negros, como os africanos. Seja como for, fica a pergunta: por que não se vê uma Serena Williams nas piscinas?".

Ele recebeu dois comentários de internautas. Um afirmava com base no senso comum que "a resposta não é o preconceito, haja vista que a própria Serena é líder no tênis e o Tiger no golfe, dois esportes elitistas. A questão é física. Na piscina, entre outras coisas, quanto menos atrito houver do atleta com a água, ou seja, quanto mais flutuabilidade houver, melhor será o seu rendimento. O biotipo negro tem o quadril mais proeminente (força glútea) do que as outras raças (o que, porém facilita em alguns esportes). Essa carga maior, na região glútea, faz com que o peso seja grande nessa região, afundando mais o atleta dentro d'água. Por isso, ele tem mais atrito com a água e menos flutuabilidade". Outro internauta dizia, também com base apenas em sua experiência como jornalista esportivo: "Com bastante bagagem e experiência no assunto, posso afirmar que natação no Brasil é um esporte para poucos. Para os que podem pagar. O fato de haver poucos negros com destaque na natação não é pelas teorias genéticas de massa muscular (que rejeito totalmente e acho que isso é puro preconceito e desculpa)".

Atividade

Podemos fazer essa discussão à luz das Ciências Humanas e da Natureza, como a Sociologia e a Biologia. Convide seus colegas e professores (de Sociologia, Biologia, Educação Física e Física) para debater o tema em questão. Levantem os argumentos do senso comum e depois avaliem sob a perspectiva científica se eles se sustentam. Avaliem as condições sociais de negros e brancos em diferentes países e em que medida sua situação socioeconômica se relaciona com sua trajetória profissional. Levando em consideração o que foi apresentado ao longo do capítulo, organize o debate tendo em mente os seguintes pontos:

- Quais argumentos lhes parecem mais adequados?
- Há artigos científicos que fundamentem cada posição? Eles são respaldados pela comunidade científica?
- É possível estabelecer uma correlação entre as teorias apresentadas no capítulo e as duas opiniões sobre o desempenho de negros na natação apresentadas pelos internautas citados?
- Como se posicionaram os professores e convidados nesse debate?

SIMON BRUTY/GETTY IMAGES

O surinamês Anthony Nesty, medalha de ouro na modalidade 100 metros borboleta em Seul, em 1988, durante treino na Universidade da Flórida (Estados Unidos), em 1992.

Atividades

Reflexão e revisão

Nos estádios e campos de futebol, nas boates, nas escolas ou em praças e ruas, inclusive nos ambientes universitários e escolares, o sentimento e a prática racista constituem uma dura realidade no Brasil e no mundo. Considerando a leitura e os estudos realizados ao longo deste capítulo, reflita sobre o assunto e responda às perguntas a seguir:

1. Por que o racismo é tão difícil de ser superado?
2. Ao longo do capítulo foram apresentadas diferentes teorias sobre a questão racial. Que teorias foram essas? Indique a ideia central de cada uma delas.
3. As ações afirmativas são a principal estratégia para combater e superar as práticas racistas. Dê exemplo de uma dessas ações e discuta seu impacto na sociedade brasileira.
4. O texto propõe caminhos para a superação do racismo? Identifique-os.

Questão para debate

Em 2014, vários episódios envolvendo atitudes racistas tomaram conta do noticiário. Em 9 de agosto, um policial branco matou a tiros o jovem negro Michael Brown, de 18 anos, em Ferguson, município estadunidense localizado no Missouri. A partir de então, várias manifestações tomaram as ruas da cidade, a polícia local agiu de forma violenta contra os manifestantes, o prefeito decretou toque de recolher e até recorreu à Guarda Nacional. Cientistas sociais que analisaram o caso apontaram as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros existentes nos Estados Unidos como o pano de fundo das manifestações.

Também em 2014, numa partida do campeonato espanhol, a atitude de um torcedor que jogou bananas sobre o brasileiro Daniel Alves teve enorme repercussão. Na ocasião, o jogador comeu a fruta e, logo depois, o atacante Neymar, também brasileiro e companheiro de time de Daniel Alves, lançou uma "campanha", postando nas redes sociais uma foto ao lado de seu filho comendo bananas, com a frase "Somos todos macacos" e convocando todos os que tivessem se indignado com aquela situação a fazer o mesmo. Depois da partida, Daniel Alves havia declarado: "Tem que ser assim! Não vamos mudar. Há 11 anos convivo com a mesma coisa na Espanha. Temos que rir desses retardados". Tanto a declaração como a campanha do colega de clube foram intensamente criticadas por militantes do movimento negro e intelectuais, uma vez que naturalizar posturas racistas e afirmar que não é possível superá-las é colocar por terra anos e anos de luta dos movimentos sociais contra o preconceito, a discriminação e a segregação relacionados ao racismo.

Com base no referencial teórico apresentado ao longo do capítulo, debata com os colegas o porquê das diferenças entre a reação dos habitantes de Ferguson, nos EUA, e a dos brasileiros diante de fatos que evidenciam o racismo persistente em pleno século XXI.

Exame de seleção

(Uerj, 2013)

Há exatos cem anos, saía da vida para a história um dos maiores brasileiros de todos os tempos: o pernambucano Joaquim Nabuco. Político que ousou pensar, intelectual que não se omitiu em agir, pensador e ativista com causa, principal artífice da abolição do regime escravocrata no Brasil.

Apesar da vitória conquistada, Joaquim Nabuco reconhecia: "Acabar com a escravidão não basta. É preciso acabar com a obra da escravidão", como lembrou na semana passada Marcos Vinicios Vilaça, em solenidade na Academia Brasileira de Letras.

Mas a obra da escravidão continua viva, sob a forma da exclusão social: pobres, especialmente negros, sem terra, sem emprego, sem casa, sem água, sem esgoto, muitos ainda sem comida; sobretudo sem acesso à educação de qualidade.

Ainda que não aceitemos vender, aprisionar e condenar seres humanos ao trabalho forçado pela escravidão – mesmo quando o trabalho escravo permanece em diversas partes do território brasileiro –, por falta de qualificação, condenamos milhões ao desemprego ou trabalho humilhante.

Em 1888, libertamos 800 mil escravos, jogando-os na miséria. Em 2010, negamos alfabetização a 14 milhões de adultos, negamos Ensino Médio a 2/3 dos jovens. De 1888 até nossos dias, dezenas de milhões morreram adultos sem saber ler.

Cem anos depois da morte de Joaquim Nabuco, a obra da escravidão se mantém e continuamos escravocratas.

Somos escravocratas ao deixarmos que a escola seja tão diferenciada, conforme a renda da família de uma criança, quanto eram diferenciadas as vidas na Casa Grande ou na Senzala.

Somos escravocratas porque, até hoje, não fizemos a distribuição do conhecimento: instrumento decisivo para a liberdade nos dias atuais.

Somos escravocratas porque todos nós, que estudamos, escrevemos, lemos e obtemos empregos graças aos diplomas, beneficiamo-nos da exclusão dos que não estudaram. Como antes, os brasileiros livres se beneficiavam do trabalho dos escravos.

Somos escravocratas ao jogarmos, sobre os analfabetos, a culpa por não saberem ler, em vez de assumirmos nossa própria culpa pelas decisões tomadas ao longo de décadas. Privilegiamos investimentos econômicos no lugar de escolas e professores.

Somos escravocratas, porque construímos universidades para nossos filhos, mas negamos a mesma chance aos jovens que foram deserdados do Ensino Médio completo com qualidade.

Somos escravocratas de um novo tipo: a negação da educação é parte da obra deixada pelos séculos de escravidão.

A exclusão da educação substituiu o sequestro na África, o transporte até o Brasil, a prisão e o trabalho forçado. Somos escravocratas que não pagamos para ter escravos: nossa escravidão ficou mais barata e o dinheiro para comprar os escravos pode ser usado em benefício dos novos escravocratas. Como na escravidão, o trabalho braçal fica reservado para os novos escravos: os sem educação.

Negamo-nos a eliminar a obra da escravidão.

Somos escravocratas porque ainda achamos naturais as novas formas de escravidão; e nossos intelectuais e economistas comemoram minúscula distribuição de renda, como antes os senhores se vangloriavam da melhoria na alimentação de seus escravos, nos anos de alta no preço do açúcar.

Continuamos escravocratas, comemorando gestos parciais. Antes, com a proibição do tráfico, a lei do ventre livre, a alforria dos sexagenários. Agora, com o bolsa família, o voto do analfabeto ou a aposentadoria rural. Medidas generosas, para inglês ver e sem a ousadia da abolição plena.

Somos escravocratas porque, como no século XIX, não percebemos a estupidez de não abolirmos a escravidão. Ficamos na mesquinhez dos nossos interesses imediatos negando fazer a revolução educacional que poderia completar a quase-abolição de 1888.

Não ousamos romper as amarras que envergonham e impedem nosso salto para uma sociedade civilizada, como, por 350 anos, a escravidão nos envergonhava e amarrava nosso avanço.

Cem anos depois da morte de Joaquim Nabuco, a obra criada pela escravidão continua, porque continuamos escravocratas. E ao continuarmos escravocratas, não libertamos os escravos condenados à falta de educação.

Fonte: http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2010/01/nos-escravocratas-261989.html.

"Acabar com a escravidão não basta. É preciso acabar com a obra da escravidão" (l. 5-6)

No início do texto, o autor cita entre aspas as frases de Joaquim Nabuco para, em seguida, se posicionar pessoalmente perante seu conteúdo.

Para o autor, a obra da escravidão caracteriza-se fundamentalmente por:

a) manter-se através da educação excludente.
b) atenuar-se em função da distribuição de renda.
c) aumentar por causa do índice de analfabetismo.
d) enfraquecer-se graças ao acesso à escolarização.

Questão para pesquisa

A piada e o humor não se encontram no vazio das relações sociais e por isso muitas vezes dialogam com estereótipos e preconceitos. Os alvos do humor, em muitos casos, são justamente as parcelas da sociedade desprovidas de direitos, tratamento e oportunidades de maneira equitativa.

Em grupos, desenvolvam uma pesquisa tendo como orientação o preconceito por meio do humor. Cada grupo ficará responsável por um segmento que seja constantemente alvo de piadas preconceituosas. Pesquisem em revistas, *blogs*, *sites*, televisão, piadas que desqualificam o grupo estudado e analisem-nas.

No segundo momento, pesquisem em jornais, revistas, *blogs*, *sites* e dados estatísticos, informações sobre o grupo estudado e de que forma seus integrantes lutam contra o preconceito que é reforçado nas piadas.

Ao final, façam um cartaz em que respondam às seguintes perguntas:

a) De que forma o grupo estudado é desqualificado pela piada?
b) Quais estereótipos são associados ao grupo?
c) Quais são as reivindicações e a forma de mobilização dos grupos tratados de forma estereotipada pelas piadas?

Apresentem o trabalho em sala e posteriormente para a comunidade escolar e/ou em feiras de conhecimento.

MovimentAção

Congresso – Diversidade cultural, preconceito e discriminação na escola

Ao longo da Unidade 2, discutimos diferentes aspectos sobre cultura e ideologia. Considerando todos os conteúdos e atividades debatidos e propostos nos capítulos 3, 4 e 5, sugerimos a realização de um congresso que envolva escola e comunidade, como atividade de conclusão.

Um congresso é uma reunião formal de pessoas interessadas em uma mesma área, que tem por objetivo apresentar temas específicos, debater e obter conclusões. No evento, assuntos relacionados ao tema central podem ser apresentados de formas diferentes, como montagem de painéis, realização de palestras, **simpósios**, exposições etc. Os trabalhos devem ser apresentados por escrito, com a antecedência prevista, para que sejam reunidos em um documento que será entregue aos congressistas. Esse relatório será composto pelo professor e fundamentará publicações e estudos futuros sobre o tema central.

Apesar dos avanços recentes, o respeito à diversidade ainda é uma meta a ser alcançada em nosso país. Diferentes formas de preconceito e discriminação são observadas e denunciadas a cada dia. O espaço escolar, ambiente onde a diversidade se faz muito presente, propicia a ocorrência dessas situações cotidianamente e, por isso, favorece a multiplicidade de pontos de vista, o que enriquece a argumentação sobre o assunto. Sendo assim, a proposta visa a uma grande discussão sobre o tema, que deve envolver a comunidade escolar como um todo e seu entorno.

O objetivo aqui é realizar uma compilação das ideias de todos os participantes no que diz respeito aos diferentes meios que levam à naturalização e à aceitação da diversidade cultural e étnica, seguida de um grande debate, que culminará na realização das mesas-redondas do congresso.

Simpósio
Vários expositores com a presença de um coordenador discutem um tema científico. Após as apresentações, a plateia participa com perguntas à mesa. Objetivo: analisar, discutir e estudar determinado assunto sob diversos ângulos.

Passo a passo

1. Como tarefa escolar, pode-se fazer um trabalho com os conteúdos estudados na forma de um **sarau**, realizado na própria escola. A atividade pode ser aberta à comunidade escolar (corpo docente, direção, familiares e amigos). Pode-se também convidar representantes de diferentes grupos (movimentos sociais, ONGs, autoridades etc.) para participar do projeto desde o início.
2. As apresentações artísticas evidenciarão similaridades e disparidades de ideias entre os alunos. De acordo com essas afinidades, os participantes formarão, ao fim do sarau, grupos de trabalho (GTs), sem limitação de número de integrantes. Todos os convidados poderão participar dos GTs. A consolidação e o registro das ideias dos grupos devem ser feitos com o cuidado de evitar posições racistas, preconceituosas ou qualquer tipo de intolerância.
3. Uma vez definidos os GTs, eles devem se reunir e organizar as apresentações. Cada grupo deverá escolher um moderador, que ficará responsável por preparar e conduzir as discussões e orientar o debate para que ele não fuja do tema principal.
4. Aproveitando-se dessas discussões e das reflexões de cada GT, vocês podem organizar uma campanha contra as formas de preconceito e discriminação em sua escola. Podem ser elaborados materiais como jornais, cartazes, vídeos etc. que promovam o respeito à diversidade cultural humana.

Outra forma de dar início ao congresso pode ser a organização de um simpósio. Neste, vários expositores discutem, com a presença de um coordenador, um tema específico. Após as apresentações, a plateia participa com perguntas dirigidas à mesa. O objetivo é analisar, discutir e estudar determinado assunto sob diversos pontos de vista. Tal como no sarau, as apresentações e debates no simpósio irão evidenciar as diversas ideias presentes sobre o tema em debate. Para partir desse ponto, a fim de dar continuidade ao congresso, basta seguir os itens 2, 3 e 4, sugeridos acima.

Sarau
Evento cultural no qual as pessoas se encontram para se manifestar artisticamente. Um sarau pode envolver dança, poesia, leitura de livros, música acústica e também outras formas de arte, como pintura e teatro.

UNIDADE 3

Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

A escultura *Os guerreiros*, do artista plástico Bruno Giorgi, popularmente conhecida como "Os dois candangos", está no centro da Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), sede das funções legislativa, executiva e judiciária do Brasil. Representa os trabalhadores de diferentes partes do país que colaboraram na construção da capital federal. Foto de 2014.

CAPÍTULO 6

Poder, política e Estado

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender os conceitos da Ciência Política: poder, política, Estado e governo.
- Identificar as inter-relações entre o poder, a política e o Estado, bem como suas influências no cotidiano.
- Analisar como as relações de poder afetam e compõem todas as esferas da vida social.

ARQUIVO/CPDOC JB/FOLHAPRESS

A Praça dos Três Poderes tomada por tanques em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar que instaurou um regime responsável pela violação de direitos políticos e civis.

MARCIO ARRUDA/FOLHAPRESS

A Praça dos Três Poderes é também palco de manifestações populares. A pressão exercida pelo povo foi fundamental no *impeachment* do presidente Fernando Collor. Na foto, ato realizado em 29 de setembro de 1992, em Brasília (DF).

LULA MARQUES/FOLHAPRESS

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva recebe a faixa presidencial de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, no Parlatório do Palácio do Planalto, em Brasília (DF, 2003).

◆ Questão motivadora

A política e o Estado são capazes de assegurar justiça e direitos a todos os cidadãos?

FOLHAPRESS

FOLHA DE S.PAULO

VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT!

Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje

1 Primeiras palavras

O *impeachment* de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito após 29 anos sem eleições diretas para o cargo, mostra que a legitimidade do Estado depende de diversos fatores sociais para sustentar o poder de seu maior representante. Collor foi eleito por um partido pequeno, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN, atual Partido Trabalhista Cristão), governou o país por meio de medidas provisórias impopulares e foi alvo de denúncias de corrupção. Em pouco tempo, ele se viu confrontado com intensas manifestações de rua, que exigiam que seu mandato fosse interrompido e que compuseram o chamado movimento Fora Collor, caracterizado pela atuação dos jovens "caras-pintadas". Em 1992, Collor renunciou após a Câmara dos Deputados ter votado pelo seu *impeachment*.

Ao discutirmos o tema "poder, política e Estado", identificaremos as definições de cada termo, mostrando as relações entre eles e as diferentes práticas sociais, bem como a importância da participação política de cada cidadão.

Capa do jornal *Folha de S.Paulo*, de 30 de setembro de 1992, com a notícia do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

CAETO

O governo Fernando Collor perdeu sustentação política desde sua posse em 1990. No início de 1992, diversas denúncias de corrupção culminaram no seu impedimento. As mídias impressa e televisiva exerceram importante papel nesse processo.

Cronologia

- **1651** – Thomas Hobbes publica *Leviatã*, em defesa do absolutismo.
- **1789** – Tomada da Bastilha, início da Revolução Francesa e do fim do absolutismo francês.
- **1871** – É criada a Comuna de Paris.
- **1917** – A Revolução Russa cria a República Socialista Federativa Soviética da Rússia.
- **1922** – Benito Mussolini assume o poder na Itália, iniciando o regime fascista.
- **1933** – Adolf Hitler assume o poder na Alemanha, dando início ao regime nazista.
- **1936** – Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil*. John Maynard Keynes publica *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.
- **1939** – Início da Segunda Guerra Mundial.
- **1964** – Golpe civil-militar no Brasil destitui o governo eleito democraticamente e dissolve o Congresso Nacional.

2 Poder, política e Estado

Muitas vezes, os termos política, poder e Estado são utilizados como sinônimos. No entanto, do ponto de vista sociológico, ainda que exista profunda ligação entre eles, são analisados como elementos distintos. Podemos entender o poder como a possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros em determinada relação social (como veremos adiante, o poder perpassa diferentes relações sociais, mesmo as de amizade e as familiares). A política pode ser vista como os *meios* pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, exerce o poder ou o conquista. Já o Estado é um modo específico de exercício do poder e a forma como se organiza o sistema político na maioria das sociedades modernas. Existem sociedades tradicionais nas quais o Estado não existe; do mesmo modo, o pensamento anarquista defende a autogestão sem a presença dominadora do Estado para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Poder

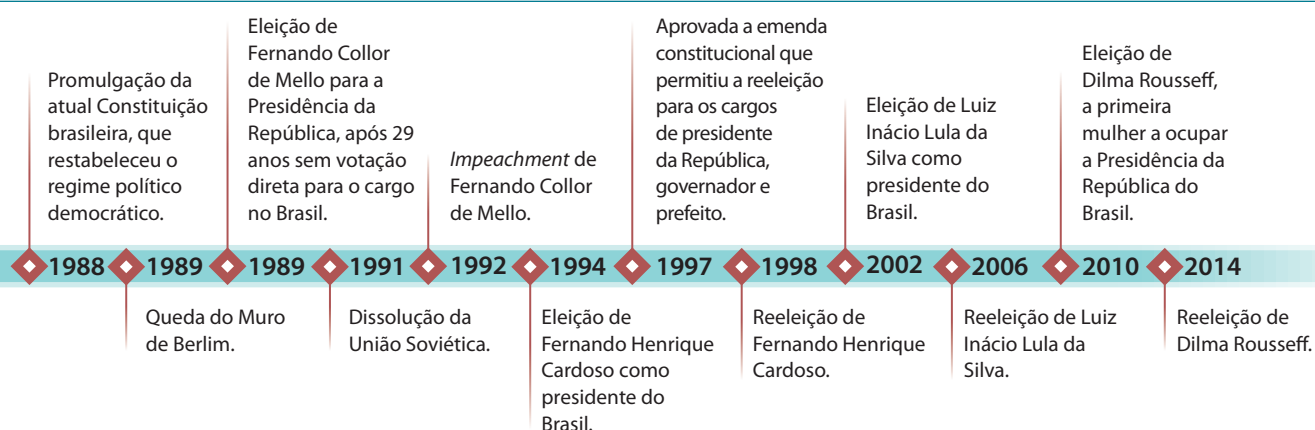
De acordo com o sociólogo alemão Max Weber, o poder refere-se à imposição da própria vontade numa relação social, mesmo quando há resistência alheia. Nesse sentido, todas as relações sociais que estabelecemos com indivíduos, instituições e coletividades são também relações de poder, que podem se apresentar de maneira explícita ou não.

Por exemplo, as relações familiares são relações sociais carregadas de poder. Os membros de um núcleo familiar exercem poder uns sobre os outros em diferentes níveis. Os filhos, em várias situações, agem com base nas orientações e vontades dos pais. Quando um adolescente é convidado para uma festa de amigos, o horário em que deve retornar pode obedecer a uma orientação ou determinação dos progenitores, embora pessoalmente ele desejasse ficar mais tempo na comemoração. Esse poder familiar pode ser caracterizado como direto (explícito), quando o horário de retorno é claramente determinado pelos responsáveis – "Você pode ir, mas deve retornar até meia-noite" –, ou indireto, no caso em que, apesar de não ter sido dito de maneira clara, o horário de retorno da festa é determinado em função dos responsáveis – "À meia-noite tenho de estar em casa, senão meus pais vão ficar preocupados". Nos dois exemplos, a conduta do adolescente foi condicionada pelos responsáveis, que impuseram sua vontade: o jovem deveria estar em casa em um horário específico.

Livro

- **COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFIELD, Denis. *Por que virei à direita*.**

São Paulo: Três Estrelas, 2012.

O livro é composto de três ensaios, onde cada autor (dois filósofos e um jornalista e cientista político) desvelam as razões de suas opções políticas conservadoras. Por meio de análises teóricas e também da observação do cotidiano político, discutem o papel do sujeito em governos de esquerda e questionam a garantia da existência da liberdade na democracia.

WAVEBREAK MEDIA/EASYPIX

ASIA IMAGES/MASTERFILE/LATINSTOCK

Os membros de um grupo familiar exercem poder uns sobre os outros, o que se manifesta nas práticas cotidianas, como em uma conversa entre mãe e filha ou uma ida às compras.

O inverso também ocorre. Em muitos casos, a conduta dos pais é influenciada direta ou indiretamente pelos filhos. Quando uma criança pede um presente aos pais e eles atendem ao pedido, há um exercício de poder explícito sobre eles. Quando os pais ou adultos de uma família compram o presente para a mesma criança, levando em conta um possível desejo dela – “Vou comprar esse brinquedo porque ele (ou ela) vai adorar” –, o mesmo processo está em curso; ou seja, há o exercício de poder da criança sobre os pais, só que agora de modo indireto.

No caso da análise das relações familiares, temos um exemplo de poder que é reconhecido legalmente. Há situações em que esse reconhecimento é somente social, mas isso não diminui sua efetividade. Não há norma legal que indique a necessidade de agir conforme a vontade de um amigo ou uma amiga, ou ainda do grupo do qual faz parte. No entanto, muitas vezes a conduta de um indivíduo é pautada pelo atendimento à vontade, explícita ou não, de alguém por quem ele tem apreço. Por exemplo, muitas vezes assistimos a um filme ou a uma peça de teatro não por gostarmos, mas por influência de um amigo ou uma amiga. Nessa situação, há o exercício de poder de um indivíduo sobre outro. Ainda que não sejamos obrigados a fazer isso, essa atitude constitui uma forma de agir para obter reconhecimento social e desenvolver o sentimento de pertencimento a um grupo.

RICH BOWEN/ALAMY/GLOW IMAGES

Grupo de amigos em confraternização durante um festival de música. As relações de amizade também contêm elementos de poder. Ser acolhido ou rejeitado define o reconhecimento ou o isolamento de uma pessoa em seu ambiente social, o que pode ampliar ou limitar o campo de atuação de um indivíduo em relação a seus pares. Londres (Reino Unido, 2012).

Perceptível nas relações privadas, o poder apresenta contornos ainda mais claros na esfera pública. As relações de classe, o controle social, o exercício da autoridade, as leis e normas sociais, o poder dos governantes sobre os governados e a indústria cultural são exemplos do exercício de poder na sociedade. Essas formas de poder se caracterizam pela capacidade de influenciar, simultaneamente, a conduta coletiva de uma grande quantidade de pessoas.

Quando um empresário estabelece as normas de conduta para os trabalhadores de sua empresa, ele exerce poder sobre eles na medida em que define o modo de agir desses indivíduos no espaço da empresa e no exercício de suas atividades profissionais. A legitimidade para o exercício desse poder são as relações de produção da sociedade capitalista, que permitem ao patrão determinar a conduta dos empregados desde que não infrinja as normas previstas na legislação.

Quando um governante, no exercício de sua função, estabelece normas e regras sociais que devem ser cumpridas por todos, também se configura uma relação de poder. Por exemplo, a decisão de um prefeito sobre os locais onde é permitido o estacionamento de automóveis interfere na conduta dos motoristas. A demarcação de vagas especialmente destinadas a idosos e a portadores de necessidades específicas da mesma forma indica a regulamentação do espaço público, no caso visando atender a demandas de um grupo social definido. O respeito a essas vagas especiais depende da aceitação social de que aquele direito deve ser reconhecido.

ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA

As leis de trânsito são exemplos de relação de poder e de definição de usos do espaço público. Na imagem, desrespeito à lei de uso da ciclofaixa, estabelecida pela prefeitura do município de São Paulo (SP, 2015).

Formas de exercício do poder

As relações de poder estão disseminadas por toda a sociedade. Como vimos no tópico anterior, estão presentes nas relações mais simples (entre dois indivíduos) e nas mais complexas (em uma empresa, cidade ou país). Têm em comum o fato de serem meios de influenciar a conduta alheia.

São numerosas as formas de exercício do poder. Podemos destacar três predominantes: o poder econômico, o ideológico e o político. O primeiro se baseia na posse de bens materiais, como os meios de produção (o poder do patrão sobre o empregado). O segundo se serve de ideias ou de informações para influenciar comportamentos (o poder dos meios de comunicação sobre as pessoas). O último se vale de instrumentos e de técnicas para influenciar a conduta alheia (o poder de convencimento de partidos e candidatos sobre os eleitores durante um pleito político), por exemplo.

O poder econômico consiste na utilização de bens materiais como forma de exercer influência sobre a conduta de indivíduos, instituições e sociedades. Nas últimas décadas, a primazia desse poder coube ao capital financeiro. Desse modo, os banqueiros exercem grande influência nas decisões econômicas das sociedades, direcionando as ações de indivíduos, grupos e governantes nos mais diferentes níveis. Podemos destacar que o debate atual sobre o Estado aponta para o predomínio do poder econômico sobre as decisões de Estado. Esse predomínio leva à perda de soberania fundamentada nos interesses coletivos da maioria da população, que fica submetida aos interesses privados das grandes corporações econômicas (quer sejam financeiras, quer sejam industriais).

O poder ideológico consiste na capacidade de influenciar a formação de ideias e práticas sociais para construir padrões de comportamento que reproduzam determinado modo de perceber o mundo. Nas sociedades contemporâneas, esse poder é mais facilmente percebido nos meios de comunicação de massa e nas diferentes formas de educação, assim como nos discursos científico e religioso. Como elementos centrais no processo de construção das identidades sociais, eles influenciam o modo como indivíduos e grupos interpretam os fatos e agem em seu cotidiano. O controle sobre esses elementos permite o exercício do poder ideológico.

Filme

- **Arquitetos do poder**

Brasil, 2010.
Direção: Alessandra Aldé e Vicente Ferraz.
Duração: 90 min.

As relações entre mídia e política no Brasil mostradas por meio de depoimentos e imagens de arquivo.

NEW YORK STOCK EXCHANGE/ZUMAPRESS/GLOW IMAGES

Pregão da Bolsa de Valores de Nova York (Estados Unidos, 2013). Um dos principais centros do capital financeiro global, capaz de influenciar as políticas de Estado em todo o planeta.

O poder político se refere à possibilidade de uso da força como último recurso para a imposição da vontade sobre determinada coletividade. Não se baseia somente na coação física, mas na produção de consenso acerca dos instrumentos que devem ser utilizados para impor essa vontade. De acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio, o monopólio legítimo desses instrumentos constitui o poder político, ou seja, o consenso social de que aquele que detém o poder político pode fazer valer sua vontade sobre a coletividade em determinadas condições sociais e históricas preestabelecidas.

Quem escreveu sobre isso

Estabeleça com os alunos possíveis relações entre este conteúdo e as discussões realizadas na Unidade 2 sobre ideologia e controle social.

LUCA BRUNO/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Norberto Bobbio

Professor universitário, o italiano Norberto Bobbio concluiu o curso de Direito na Universidade de Turim, em 1931, e se engajou no movimento de resistência que combateu o fascismo. Produziu vasta obra, que abrange as áreas de Filosofia do Direito, Filosofia Política, Ética, História das Ideias, entre outras. Em 1984, foi nomeado senador vitalício pelo então presidente da Itália, Sandro Pertini.

Norberto Bobbio, em foto de 1996, analisou e sistematizou as relações entre Estado e democracia.

O poder legítimo e as formas de dominação

As formas de exercício do poder podem ser legítimas ou não. Segundo Max Weber, elas são legítimas quando a influência exercida é aceita por aqueles que se submetem à vontade do outro, como no caso dos moradores de uma cidade ante as decisões da prefeitura. E não são legítimas quando pressupõem apenas o uso da força para imposição da vontade, como no caso das ditaduras. O exercício legítimo do poder é chamado por Weber de dominação. Quando o poder é exercido exclusivamente com o uso da força, a dominação não é legítima. Para a Sociologia, o que importa é a análise da dominação legítima, aquela em que o dominado aceita as condições em que o exercício do poder acontece.

Saiba mais

Patriarcalismo

Significa o poder e a preponderância do homem na organização social, seja na família, seja em um grupo religioso ou político. As pessoas devem obediência à autoridade masculina, o patriarca, cabendo a ele o poder de decisão de modo inquestionável. Na história brasileira, o senhor de terras assume o caráter do patriarca, que domina os meios de produção e em torno do qual se agrupa a população dependente, além de exercer o político na esfera pública.

MUSEU CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

A cultura política brasileira mistura elementos modernos com permanências de sua formação colonial sustentada na dominação masculina sobre a família patriarcal e na economia escravocrata. Na imagem, a litografia que ficou conhecida como *Um jantar brasileiro*, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), da série Viagem pitoresca ao Brasil. Litografia, 15,7 cm × 21,8 cm.

De acordo com Max Weber, existem três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a racional-legal. A tradicional consiste na crença em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se baseiam nos costumes para exercer a dominação. São exemplos desse tipo de dominação as relações feudais, o patriarcalismo e o coronelismo.

A dominação carismática é estabelecida quando os dominados possuem a crença de que há qualidades excepcionais em determinado indivíduo, algo que o torna superior aos outros e lhe permite exercer liderança ou controle sobre eles. Pode ser ilustrada por figuras de lideranças religiosas ou políticas com grande poder de influência social. Para Weber, a dominação carismática se contrapõe à dominação tradicional e propicia a transformação social, visto que a crença nas qualidades excepcionais do líder permite a ele estender suas ações para além dos limites das normas vigentes. No Brasil, figuras como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Lula são exemplos de lideranças carismáticas.

A dominação racional-legal, fundamentada em normas e regras aprovadas e aceitas por todos, tem como exemplo a burocracia. Na concepção weberiana, esse tipo de dominação caracterizaria o Estado moderno, no qual as relações entre cidadãos e Estado seriam marcadas pela impessoalidade, ou seja, com base em regras e normas convencionadas e seguidas por todos os membros de uma coletividade, sem nenhuma distinção.

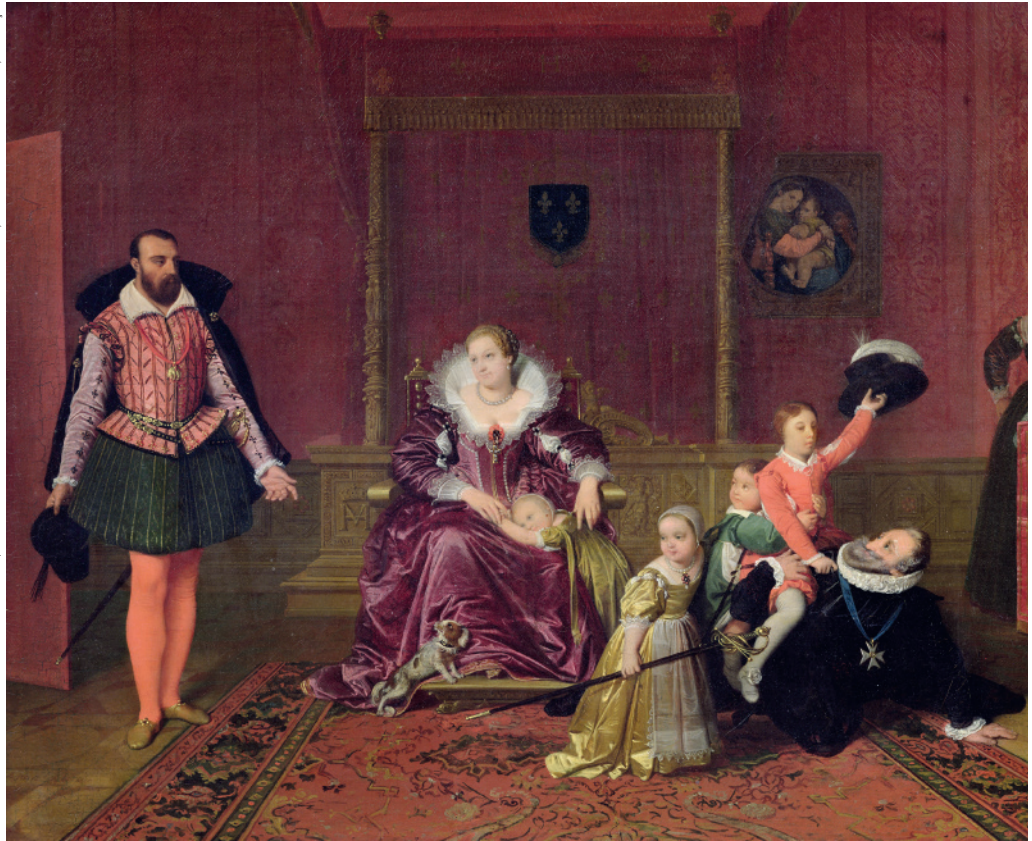
Filme

A onda

REPRODUÇÃO

Alemanha, 2008.
Direção: Dennis Gansel.
Duração: 107 min.

Com base em experiência realizada por um professor em sala de aula, o filme propõe reflexões sobre o totalitarismo político, a servidão voluntária à dominação carismática e a disciplina das massas como meio de manutenção de uma ordem política fundamentada na hierarquia e na submissão.

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEE DE LA VILLE DE PARIS, MUSEE DU PETIT-PALAIS, FRANÇA

Também presente em outras sociedades, o patriarcalismo baseia-se na tradição para exigir obediência à autoridade masculina, representada pelo patriarca, como ilustrado no quadro de Jean-Auguste Dominique Ingres chamado *Henrique IV brincando com seus filhos*, de 1819. Óleo sobre tela, 39 cm × 50 cm.

No Brasil, como em outras nações, há graves e variados casos de corrupção política, situações nas quais integrantes do Estado, muitas vezes eleitos pela população, fazem uso indevido de verbas públicas, empregando-as para fins privados. Isso indica que mesmo em regimes democráticos, guiados por leis que criminalizam tais práticas, ainda há muito a ser feito para que as condutas de representantes políticos obedeçam ao princípio de impessoalidade determinado pela democracia moderna.

Política

Na Grécia antiga, a palavra política (do grego *politikós*) referia-se às questões relativas à vida da cidade. A política não era uma atividade qualquer: dela dependia a organização cotidiana e o futuro da pólis (**cidade-Estado** grega). Por isso, participar da política era uma atividade constitutiva do cidadão, ou seja, o indivíduo não seria um cidadão se não se interessasse pela política e não a praticasse. Tal concepção foi divulgada na obra *Política*, de Aristóteles, o primeiro tratado sobre a natureza do governo, suas configurações e funções. Por séculos, a palavra política foi empregada para indicar as obras que tratavam das atividades ligadas à cidade-Estado.

Cidade-Estado
Cidade independente e com governo próprio, bastante comum na Antiguidade, principalmente na Grécia antiga, onde recebia o nome de pólis. O conceito de Estado mais próximo do seu sentido atual foi utilizado por Maquiavel no século XVI para designar um território independente com governo próprio, como a pólis.

A partir das revoluções liberais do século XVIII, a palavra passou a ser empregada para designar as atividades relativas ao controle do Estado. A Ciência Política começou a investigar tal fenômeno como sendo específico do comportamento humano, diferente dos demais fenômenos sociais. Max Weber elaborou uma definição até hoje bem-aceita de política. Para ele, a prática política significa exercer um papel de liderança no Estado, ou na luta pelo poder, seja entre Estados, seja entre grupos dentro do Estado. Dessa forma, política e poder estão diretamente relacionados, pois o poder é recurso inerente para o exercício da política.

Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/LATINSTOCK - PALAZZO VECCHIO, FLORENÇA

Ao escrever como o Estado e os governos são de fato e não como deveriam ser, Maquiavel deu o primeiro passo para que a filosofia sobre a política se tornasse Ciência Política.

Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel (1469-1527), historiador e diplomata florentino, foi um dos fundadores do pensamento político moderno. O Estado, para ele, tem como principal finalidade manter a prosperidade e a grandeza, e essa finalidade está além do bem e do mal. Como expressa em seu livro *O príncipe* (escrito em 1513 e publicado em 1532), "os fins justificam os meios". Para esse autor, não havia um juízo moral nessa orientação de conduta. A ideia central é que existem "razões de Estado" que se justificam por si mesmas.

Segundo Maquiavel, o príncipe deve promover a unidade política em seu reino para evitar que ele se fragmente ou perca força na competição com outros Estados. Para tanto, é melhor que o príncipe seja "temido" do que "amado" por seus súditos. Por essas e outras razões, seu pensamento acabou sendo mal compreendido. Maquiavel pode ser lido como um ideólogo da formação do Estado republicano, e não necessariamente do Estado absolutista. Em seu livro *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, ele define república como o Estado em que o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto, conduzindo os negócios públicos de modo equilibrado para que possam resistir à passagem do tempo. Ao defender esse tipo de governo, o pensador italiano afirma que a representação das três bases sociais (príncipe, aristocratas e povo) confere ao Estado maior estabilidade, pois a competição entre elas promove a busca pela boa legislação.

Discuta a separação entre Estado e Igreja e aproveite para destacar o papel que a última teve na legitimação do poder dos reis, bem como apontar a progressiva separação entre as instituições. Aborde a prática de alguns políticos na atualidade de utilizar argumentos religiosos para legitimar suas propostas. Se achar conveniente, use reportagens para ilustrar a discussão.

Estado

Uma característica marcante do modelo de organização do Estado moderno é a racionalização da gestão do poder. Isso se consolidou a partir da separação das esferas política e religiosa, que se tornou um princípio das revoluções liberais do século XVIII, destacadamente a Revolução Francesa. Assim, o poder deveria ser amparado por uma estrutura administrativa e burocrática composta de um corpo qualificado de técnicos que operam conforme procedimentos preestabelecidos e idealmente impessoais, para evitar a pessoalidade nas relações entre governantes e governados. Contudo, contemporaneamente temos observado a crescente participação de representantes de entidades religiosas também como líderes políticos, que, dessa forma, passam a ter acesso ao voto e à elaboração de leis em diferentes instâncias jurídicas do Estado. Isso indica que, apesar de o Estado brasileiro ser laico, o sistema eleitoral permite que líderes ou representantes religiosos ocupem cargos políticos.

Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república

A autoridade que administra o Estado é o governo. A **forma de governo** é o meio pelo qual é instituída a relação entre governantes e governados (estruturas e relações de poder).

A monarquia e a república são as formas básicas de governo. A categorização feita por Aristóteles na obra *Política*, escrita por volta do século IV a.C., compreendia três formas de governo: monarquia (governo de um só), aristocracia (governo dos melhores) e democracia (governo de muitos). Essa categorização subsistiu até a sistematização feita por Maquiavel, para quem o Estado era principado (monarquia) ou república.

Site

- **http://flacso.org.br/**

Acesso em: fev. 2016.

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) foi fundada em 1957 pelos Estados latino-americanos, que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Desenvolve atividades de docência e pesquisa, disponibilizando vasta biblioteca, vídeos e dados de seus projetos.

Originalmente, a monarquia significava o governo de um só, podendo ser definida como o Estado dirigido segundo a vontade de um indivíduo, o rei. Com diversas particularidades, esse sistema foi predominante na Europa até meados do século XVIII. Nas monarquias, o cargo de chefe do Estado é hereditário e vitalício. Hoje, as monarquias são em sua maioria limitadas e constitucionais: o poder do soberano é restrito, e o monarca tem de aceitar o papel e a ação de outros órgãos, como o Parlamento.

A forma republicana de governo é oposta à monárquica. A república é uma conquista idealmente democrática que se concretizou com a Revolução Francesa e se destaca pela rejeição aos governos aristocráticos ou oligárquicos. Nas repúblicas, o chefe de Estado geralmente é eleito por períodos determinados. Assim, há alternância de poder e igualdade formal entre todos os cidadãos. Contudo, é importante lembrar que há muitas repúblicas não democráticas, marcadas por regimes ditatoriais.

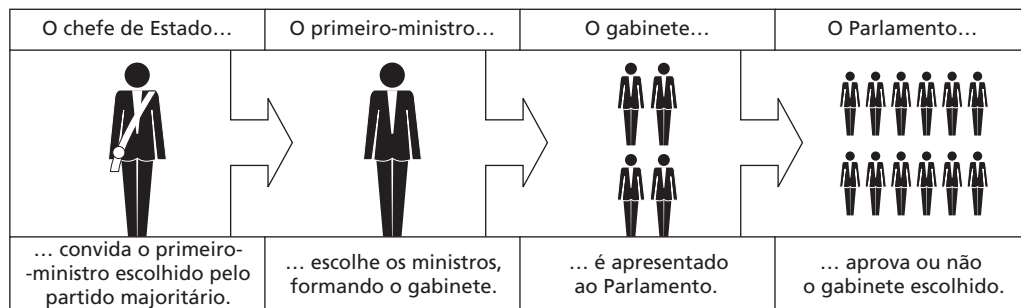
Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo

O sistema de governo depende do relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. O modo como esses poderes interagem no exercício de suas funções constitucionais caracteriza os dois sistemas de governo que predominam no mundo ocidental: o presidencialismo e o parlamentarismo.

No sistema presidencialista, o presidente costuma ser eleito, direta ou indiretamente, para um mandato determinado, durante o qual exercerá a função executiva. Ele acumula a chefia do Estado e do governo. Todo o Poder Executivo se concentra no presidente, que tem como prerrogativa escolher seus ministros, que são gestores das diferentes políticas públicas. E existe independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois a constituição deles é separada já na origem, isto é, a eleição dos representantes de cada um deles é independente. Esse fato confere ao chefe do Executivo uma posição de autonomia política perante os demais poderes.

Ao contrário do presidencialismo, no sistema parlamentarista há uma forte interação entre o Executivo e o Legislativo, fundada na distinção entre chefe de Estado (monarca ou presidente) e chefe de governo (chanceler ou primeiro-ministro). No parlamentarismo, quem governa é o Parlamento, por meio do gabinete formado pelo primeiro-ministro (geralmente oriundo do partido majoritário) e demais ministros. O primeiro-ministro é eleito para exercer a função de chefe de governo e depende da maioria parlamentar para governar. A relação entre Executivo e Legislativo é marcada pelo princípio da responsabilidade ministerial e pelo direito de dissolução. O princípio da responsabilidade ministerial refere-se à demissão do governo em caso de retirada de confiança (voto de desconfiança) por parte do Parlamento, que pode ser **unicameral** ou **bicameral**. O direito de dissolução – dissolver o Parlamento e convocar novas eleições – representa a contrapartida da responsabilidade ministerial, ou seja, o meio que possibilita a ação do governo sobre o Parlamento, evitando assim que este seja manipulado por partidos políticos majoritários.

◆ **www.ipea.gov.br**
Acesso em: fev. 2016.

As atividades de pesquisa do Ipea fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e a reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

No parlamentarismo, quem governa é o Parlamento, valendo-se de um gabinete formado pelo primeiro-ministro e pelos demais ministros escolhidos por ele.

Saiba mais

Unicameral e bicameral

O Parlamento ou o Congresso formado apenas por um órgão legislativo, sem divisões, é chamado de unicameral. É o caso, por exemplo, da Grécia e de Portugal. No bicameralismo, ocorre a divisão do Legislativo, como no Brasil (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e nos Estados Unidos (Câmara dos Representantes e Senado).

No caso brasileiro, a divisão do Legislativo tem origem na Constituição de 1824, outorgada por dom Pedro I. O Senado, cujos membros são eleitos pelo voto majoritário, tem a função de representar os estados-membros no Congresso Nacional; a Câmara dos Deputados, cujos integrantes são eleitos pelo voto proporcional, representa a população. Atualmente, são 513 deputados federais e 81 senadores.

IAN TROWER/ALAMY/GLOW IMAGES

Na arquitetura criada por Oscar Niemeyer para o Congresso Nacional, aqui em foto de 2014, a cúpula côncava, à esquerda, representa o caráter mais reservado, ponderado e elitista que caracteriza o Senado como câmara alta do Legislativo em oposição à cúpula convexa, à direita, que representa o caráter aberto e ampliado do debate que a Câmara dos Deputados deve assumir.

Site

- **www12.senado.gov.br**

Acesso em: fev. 2016.

O Senado Federal é uma das casas do Congresso Nacional, ao lado da Câmara dos Deputados. No *site*, é possível conhecer a história e as atribuições do Senado, desde aquelas mais amplas – como a de legislar sobre temas de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos – até as de sua exclusiva competência.

As formas (monarquia e república) e sistemas de governo (presidencialismo e parlamentarismo) estudados podem ser combinados: monarquia parlamentar (Reino Unido, Suécia, Países Baixos), república presidencialista (Brasil, Argentina, Estados Unidos) e república parlamentar (Alemanha, Portugal).

Formas de participação política: partidos e sistemas eleitorais

Os partidos políticos são organizações alicerçadas em uniões voluntárias orientadas para influenciar ou conquistar o poder do Estado. Sociologicamente, são estruturas fundadas na ideologia da representação política. Juridicamente, são organizações de direito privado que congregam cidadãos com afinidades ideológicas. De fato, são forças políticas que contestam (oposição) ou sustentam (situação) os governos e que estão em permanente tensão na luta pelo poder institucionalizado.

Desenvolva um debate sobre a estrutura partidária estadunidense para mostrar a existência de outros partidos além dos dois mais representativos.

Filme

◆ **O candidato honesto**

Brasil, 2014.
Direção: Roberto Santucci.
Duração: 110 min.

Comédia nacional sobre um deputado desonesto e muito popular que está à frente nas pesquisas eleitorais do segundo turno para a Presidência da República e poucos dias antes da eleição não consegue mais mentir e passa a dizer somente a verdade.

O sistema dos partidos influi na conformação do poder, de modo que interfere na formação do governo e age sobre o regime da separação dos poderes. Sua tipologia básica é:

a) **monopartidário**: o poder está concentrado no comitê dirigente do partido ou em seu secretário-geral. Um exemplo é o Partido Comunista Chinês;

b) **bipartidário**: quando atuam apenas dois partidos. O bipartidarismo pode ser real, quando existem apenas dois partidos que hegemonizam as disputas eleitorais, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, ou formal, quando há interdição legal de existência de outras agremiações, como aconteceu no Brasil, mais especificamente entre 1965 e 1979, com a formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB);

c) **multipartidário**: quando vários partidos disputam as esferas governamentais, como ocorreu e vem ocorrendo no Brasil após a redemocratização.

A existência de partidos políticos requer o estabelecimento de regras pelas quais os representantes são escolhidos. Esse conjunto de regras é o sistema eleitoral. Nesse sistema, a legislação eleitoral é o conjunto de regras que disciplina as eleições e estabelece normas, datas e horários para sua realização. Em geral, tais regras são diferentes para a disputa de cargos do Executivo (presidente, governador e prefeito) e do Legislativo (senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores).

No Brasil, a votação para o Poder Executivo é sempre majoritária, isto é, elege-se o candidato mais votado. Para o Legislativo a votação é, na maioria das vezes, proporcional, ou seja, o voto vai para o partido ou frente partidária e, mediante aplicação do coeficiente eleitoral (divisão do número de votos válidos pelo número de vagas), transforma-se em cadeiras legislativas.

Uma virtude dos sistemas majoritários é que eles permitem uma base mais sólida para a formação do governo, na medida em que há uma tendência menor de divisão dos votos entre os diferentes partidos concorrentes. Já o sistema proporcional tem, entre suas principais qualidades, a expressão eleitoral dos mais diferentes segmentos sociais, abarcando os grupos minoritários.

No Brasil, atualmente, os cargos do Executivo e do Senado Federal são preenchidos mediante eleições majoritárias. Já os cargos do Legislativo, com exceção do Senado, são preenchidos por eleições proporcionais. O Congresso Nacional brasileiro é bicameral, sendo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O sistema eleitoral também regula o método pelo qual são escolhidos os candidatos que concorrerão à eleição. Pelo regime de lista fechada, o partido seleciona e enumera a relação dos candidatos à eleição. Cabe ao eleitor votar na lista, e não no candidato individual. Isso permite aos dirigentes partidários um controle maior sobre os políticos e sobre o eleitorado. Pelo regime de lista aberta, o partido seleciona seus candidatos, mas eles disputam livremente o voto individual do eleitor. Esse sistema confere maior independência ao candidato e à escolha do eleitor, mas limita o controle do partido sobre o comportamento do político.

Em resumo, o sistema eleitoral vigente no Brasil, definido principalmente pela Constituição de 1988, manteve alguns problemas de representação. No sistema proporcional de lista aberta, há incentivo à coligação entre os partidos. Esse fenômeno, essencial para a sobrevivência dos partidos pequenos, provoca maior fragmentação partidária, dificulta a formação de maiorias estáveis nos parlamentos e obriga o partido no Poder Executivo a negociar alianças e coalizões para poder governar. Há também dificuldades com as listas abertas, pois os candidatos adquirem grande autonomia de campanha, contrariando, muitas vezes, orientações e objetivos coletivos do partido. Como a disputa eleitoral é mais centrada em candidatos do que em partidos, estes últimos perdem prestígio diante dos eleitores.

As relações de poder na sociedade contemporânea

O termo **Estado moderno** ou **Estado-nação** representa um modo de organização do poder que surgiu na Europa, como meio de superação do regime feudal. Esse ordenamento político se difundiu por outros continentes e assumiu diferentes configurações ao longo dos séculos. Contudo, podemos afirmar que o Estado moderno possui cinco grandes características, genericamente presentes nos componentes históricos de sua formação: povo, território, governo, finalidade e soberania.

O vocábulo **povo** designa tanto o conjunto de habitantes do Estado (considerando os nacionais e os estrangeiros) quanto aqueles que compartilham a língua, os costumes e a história. No primeiro caso, povo tem um significado igual ao de população. No segundo, a palavra adquire significado de nação. Mesmo no caso dos **Estados plurinacionais**, como Bolívia e Equador, há elementos comuns que criam a noção de pertencimento nos indivíduos, os quais adquirem um sentimento nacional genuíno e passam a se identificar como um único povo, ainda que heterogêneo em sua composição.

O território identifica os limites físicos do Estado. Para que se possa definir o território de um Estado nacional, é importante considerar não somente a porção terrestre, mas também o espaço aéreo e o mar territorial. Há, contudo, diversos Estados que não possuem mar territorial, como Áustria, Bolívia, Chade e Mongólia.

O governo designa a esfera máxima da função executiva de um Estado. Um Estado nacional pode ter diferentes níveis de governo. No Brasil, por exemplo, temos a União federal, os estados federados (como Acre, Goiás e Rio de Janeiro) e os municípios. Os governos também podem ser definidos pelo modo de exercício da autoridade. Assim, podemos ter governos democráticos ou autoritários, de acordo com o grau de liberdade e de participação dos cidadãos na esfera política.

Já a finalidade está relacionada aos propósitos que justificam a existência do Estado. No Brasil, esses propósitos estão listados no art. 3º da Constituição: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Por fim, a soberania refere-se à prerrogativa de que o Estado deve estabelecer normas e condutas que pautarão a vida coletiva, em nível interno, bem como o comportamento externo do Estado. Essa prerrogativa não pode estar submetida aos interesses particulares de grupos sociais intermediários domésticos, como a família e a Igreja, nem às necessidades de outros Estados nacionais. Assim, por exemplo, uma colônia (como o Brasil antes da independência) tem povo, território, governo e finalidade, mas não é um Estado nacional, pois não possui soberania.

Não há um conceito universalmente válido para definir o Estado moderno. Existem diversas definições para esse modo de organização, que passaremos a chamar simplesmente de Estado. Segundo afirma Bobbio, em *Estado*, *governo* e *sociedade*, trata-se de uma organização social complexa, caracterizada pela centralização do poder, fundamentada "na afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e sobre a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político". Essa centralização, que se opõe ao policentrismo do sistema feudal, é definida por Max Weber como o "monopólio da violência legítima" em um território delimitado.

Estado plurinacional
É aquele que diferencia a nacionalidade política, conferida a todos os cidadãos, e a nacionalidade étnica, que deriva do grupo histórico e cultural do qual provém o indivíduo. Assim, em um Estado plurinacional, a igualdade jurídica e política que a todos confere direitos e deveres não oculta a identidade étnica de cada um dos grupos que formam a sociedade.

Livro

- **BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo; SOARES, Luiz Eduardo. *Elite da tropa*.**

Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

O livro apresenta um panorama da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, explicitando a violência policial no trato da criminalidade como política de segurança do Estado.

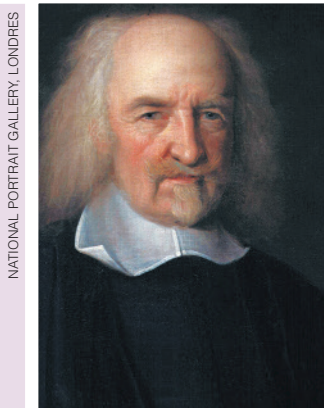
Para Weber, o Estado detém o controle de todas as fontes legítimas de violência, por meio de instituições como a polícia (violência para manter a ordem dentro do território e controlar os cidadãos) e as forças armadas (violência contra outros Estados). Como podemos observar no quadro presente na página 158, o Estado assumiu ao longo do tempo diferentes formas e características. A seguir, apresentamos algumas das mais comuns, tendo como referência a história política ocidental.

Estado absolutista

A primeira manifestação histórica do Estado moderno foi o absolutismo, caracterizado pela unidade territorial e pela concentração do poder na figura do rei. O Estado absolutista, que predominou na Europa entre os séculos XVI e XVIII, fundamenta-se na centralização do controle das atividades econômicas, da prática da justiça e do comando sobre o exército nacional. Um exemplo do poder absoluto conferido aos soberanos ocorreu na França, no reinado de Luís XIV, o "Rei Sol", cuja concentração dos poderes ficou imortalizada na frase *L'État c'est moi!* (O Estado sou eu!).

Um dos principais pensadores do Estado absolutista foi Thomas Hobbes. Ele afirmou que o ser humano é egoísta, pois coloca o bem do outro em segundo plano. Essa índole é elaborada com base no que Hobbes denomina "estado de natureza", em que o mais forte impõe-se ao mais fraco: "O homem é o lobo do homem".

Segundo Hobbes, o estado de natureza retrata uma situação em que todos estão contra todos, em permanente guerra. Assim, a função do Estado seria assegurar a paz e a vida dos súditos e evitar a predominância da violência inerente ao estado de natureza. Isso exigiria que cada indivíduo transferisse para o Estado (personificado por um rei ou por uma assembleia) sua liberdade natural, por meio de um contrato ou pacto social. Por submeter todos à vontade soberana do Estado, dizemos que o pacto social, na perspectiva de Hobbes, é um pacto de submissão.

Quem escreveu sobre isso

NATIONAL PORTRAIT GALLERY, LONDRES

O filósofo e teórico político inglês Thomas Hobbes em óleo sobre tela, de John Michael Wright, datado de c. 1669-1670.

Thomas Hobbes

Thomas Hobbes (1588-1679) foi um filósofo e teórico político inglês. Em sua obra mais conhecida, *Leviatã*, publicada em 1651, defendeu o absolutismo e a elaboração da tese do contrato social. No período em que viveu, a Inglaterra dava início a seu império.

Estado liberal

O Estado liberal ou burguês foi inspirado pelos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Esses princípios moveram as lutas políticas da burguesia contra o absolutismo na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Os fundamentos do Estado liberal são a **soberania popular** e a **representação política**, ou seja, o poder é do povo, que o exerce por meio de representantes (partidos políticos e pessoas).

O também inglês John Locke (1632-1704), ao se posicionar em relação à natureza humana e ao absolutismo, atribui o controle das liberdades individuais e a defesa da propriedade privada ao Estado. Por associar autoridade e liberdade, Locke é considerado um dos principais teóricos do liberalismo político.

Por sua vez, o político e filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido como Montesquieu, elaborou a ideia de divisão dos poderes ou funções do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). O objetivo era contestar as ideias absolutistas, que justificavam a concentração dos poderes nas mãos do soberano, pois a vontade do líder se confundia com as necessidades do Estado. A separação desses poderes definiu as diferentes limitações e dimensões do poder político do Estado.

Na esfera econômica, a principal crítica da burguesia ao absolutismo estava na interferência do Estado. Essa classe defendia que o Estado deveria agir como “guardião da ordem”, zelando pela segurança e pela manutenção da propriedade privada. Ou seja, o Estado deveria manter a ordem para todos poderem desenvolver livremente as próprias atividades. Dessa forma, estabelecia-se a separação entre as esferas pública (aquilo que era de interesse comum e suscetível à interferência do Estado) e privada (o que dizia respeito exclusivamente aos indivíduos, não passível de intervenção do Estado).

O economista e filósofo escocês Adam Smith, ideólogo do liberalismo econômico, postulava haver uma “mão invisível” que regularia a quantidade e o preço das mercadorias, sem a intervenção do Estado. O lema *laissez-faire, laissez-passer* (deixai fazer, deixai passar) expressava a concepção de que as atividades econômicas se autorregulariam exclusivamente por meio da oferta e da demanda.

MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Por meio da Revolução Francesa, se estabeleceram a república contemporânea e o Estado laico. Tendo como bandeira a tríade “liberdade, igualdade e fraternidade”, essa revolução desencadeou o movimento pelos direitos humanos e a formação da visão liberal do cidadão. Na imagem, o quadro *A Liberdade guiando o povo* (óleo sobre tela, 260 cm × 325 cm), de Eugène Delacroix, de 1830, evidencia a força dos ideais para os revolucionários de 1789.

Moldado para atender aos interesses da burguesia, o Estado liberal permitiu a superação do regime absolutista. Entretanto, promoveu uma acirrada competição entre as empresas, dificultou o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, concentrou o capital nas mãos de poucos proprietários e intensificou o surgimento de crises econômicas. Com a repetição dessas crises e o aprofundamento das desigualdades sociais, o Estado começou a ser questionado, repensado e reestruturado, como veremos adiante.

Quem escreveu sobre isso

COLEÇÃO PARTICULAR

Adam Smith

Adam Smith (1723-1790) é considerado o maior teórico do liberalismo econômico. Em sua obra mais famosa, conhecida como *A riqueza das nações* (1776), procurou demonstrar que o crescimento econômico dos países resultava da atuação de indivíduos movidos apenas por interesses próprios. Defendia que a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental.

Para Adam Smith, o liberalismo não é totalmente antiestatal. O Estado teria como finalidade a garantia das liberdades civil e política (liberdade de expressão, religiosa e de associação), da igualdade jurídica (igualdade perante a lei) e da ordem pública (estabilidade interna e proteção contra inimigos externos).

Estados socialistas

O socialismo foi a primeira reação sistemática ao Estado liberal. Trata-se de um tipo de sistema político que questiona a propriedade privada dos meios de produção e denuncia a divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais: a burguesia e o **proletariado**.

O socialismo defendia a transformação das condições de produção e a apropriação da riqueza por toda a sociedade. O primeiro Estado socialista surgiu com a Revolução Russa em 1917. Inspirados nas teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, os revolucionários **bolcheviques** conseguiram derrubar o regime czarista durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O lema bolchevique era “pão, terra e liberdade”.

A Revolução Russa visava superar o capitalismo, abolir a propriedade privada e socializar os meios de produção. O Estado teria um papel histórico transitório, que consistiria em estruturar a sociedade e permitir a livre organização do povo. Marx e Engels enfatizaram que o processo de superação do capitalismo e a construção da sociedade comunista necessitariam da expansão da revolução socialista em outros países. Contudo, isso não ocorreu. Com a morte de Lenin e a ascensão de Stalin, em 1924, foram estabelecidos o Estado centralizado e a economia planificada, cujas diretrizes eram impostas pelo Partido Comunista.

O modelo ditatorial implantado por Stalin foi “exportado” pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (nome adotado pela Rússia e nações anexadas após a consolidação do socialismo, em 1922), particularmente após a Segunda Guerra Mundial. O socialismo foi instaurado em países do Leste Europeu, como Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Alemanha Oriental, com a ocupação pelas tropas do Exército Vermelho logo após 1945. Em outros países da África (Moçambique e Angola), da Ásia (China, Coreia do Norte e Vietnã) e da América Latina (Cuba), a instauração do socialismo se deu graças às lutas populares contra ditaduras ou pela independência das potências coloniais.

ROGER VIOLLET/GETTY IMAGES

Iosif V. Dzhugashvili (1879-1953), conhecido como Stalin, defendeu a tese de que o socialismo poderia ser construído em um só país. Decisivo na derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, Stalin implantou políticas genocidas na Ucrânia e em outros países do Leste Europeu, sendo responsável pela morte de milhões de opositores políticos, entre eles Leon Trotski, seu antigo correligionário.

Proletariado
Na tradição marxista, o proletariado corresponde ao conjunto dos trabalhadores assalariados, ou seja, aqueles que, expropriados dos meios de produção, têm de vender sua força de trabalho. Em sua origem romana, o proletariado correspondia às camadas mais baixas da sociedade, que nada ofereciam ao Estado senão sua prole.

Bolchevique
O termo designava os membros do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que haviam conquistado o controle do partido (porque formavam a maioria) após o II Congresso do POSDR, em 1903. Os bolcheviques adotavam uma vertente mais ortodoxa do marxismo e criticavam as teses revisionistas dessa teoria, defendidas pelos mencheviques (minoria dentro do POSDR).

Quem escreveu sobre isso

FINE ART IMAGES/HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES

Lenin

Político e pensador russo, Vladimir Ilyich Ulyanov, conhecido como Lenin (1870-1924), foi o comandante da fração bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo e uma das principais lideranças da Revolução Russa. Assumiu a direção do governo revolucionário, retirou a Rússia da Primeira Guerra Mundial e enfrentou o período de guerra civil entre “brancos” (contrarrevolucionários russos e estrangeiros) e “vermelhos” (adeptos da revolução socialista).

Lenin foi um dos líderes da primeira revolução socialista vitoriosa da história.

No final do século XX, acentuou-se o processo de decadência política e econômica da URSS. Limitada pela aliança entre a burocracia e a elite militar, criticada pela falta de liberdade democrática e sufocada pela força econômica dos países capitalistas, a URSS implodiu. No entanto, os referenciais teórico-crítico e valorativo do socialismo ainda são um contraponto ao Estado liberal, estando presentes nos programas de vários partidos políticos do Ocidente.

Saliente como diversos partidos políticos contemporâneos apresentam ideias socialistas como referencial de seus programas de governo e/ou estatutos.

Estados nazista e fascista

O **nazismo** e o **fascismo** foram movimentos antiliberais e anticomunistas. Por suas semelhanças, tornaram-se conhecidos pela expressão "nazifascismo". Neles, o Estado pairava acima de todas as demais organizações, públicas ou privadas, e suas expressões morais desdobravam-se sobre todas as esferas da vida social, principalmente a educação. No plano econômico, buscaram nacionalizar a economia e se afastar de grupos financeiros e industriais estrangeiros.

PAUL POPPER/POPPERFOTO/GETTY IMAGES

Benito Mussolini (1883-1945), aqui em foto de cerca de 1940, ostentava o título de *Il Duce* e foi o líder do Partido Nacional Fascista. Tornou-se primeiro-ministro da Itália em 1922 e liderou o país na Segunda Guerra Mundial.

O fascismo foi um movimento político surgido na Itália entre 1919 e 1920, liderado por Benito Mussolini. Nacionalista, fundamentava suas origens no restabelecimento das glórias romanas, com objetivos de expansão imperialista. O fascismo teorizou um sistema peculiar de poder no qual o Estado, personificado em um partido único, de massa e hierarquicamente organizado, era o único criador do direito e da moral, não havendo limites à sua autoridade. Toda oposição era proibida, estando sujeita à ação da justiça (controlada pelo Executivo). Para o fascismo, a nação era uma unidade moral, política e econômica que se realizava integralmente no Estado. O regime fascista desprezava os valores do individualismo liberal e se colocava em oposição frontal ao socialismo.

Já o nazismo foi um movimento político que surgiu na Alemanha também nos anos 1920, fundamentado na ideologia formulada por Adolf Hitler em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta). O Estado nazista esvaziou o Parlamento, dissolveu a oposição utilizando-se da violência e submeteu toda a sociedade ao Partido Nazista.

Quem escreveu sobre isso

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Jurista e filósofo, Carl Schmitt é considerado um controverso especialista em direito constitucional e internacional por ter sido um adversário convicto da democracia liberal.

Carl Schmitt

O jurista e filósofo alemão Carl Schmitt (1888-1985) foi um forte opositor da democracia liberal e um dos principais ideólogos do regime nazista. Professor de prestigiosas universidades alemãs, como Bonn, Berlim e Colônia, o "jurista de Hitler" ingressou no Partido Nazista em 1933 e nele permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial, sem jamais retratar-se de sua ligação com o **III Reich**. Negando as bases teológicas sobre as quais acreditava estarem fundadas as teorias modernas do Estado, Schmitt criticou as políticas liberais, apontou a incompatibilidade entre liberalismo e democracia, legitimou as estruturas do totalitarismo – afirmando que todo governo deve fixar um elemento ditatorial em sua Constituição – e redefiniu o conceito de soberania ao afirmar que "soberano é quem decide sobre o estado de exceção".

III Reich
Palavra alemã utilizada para designar império, reino ou nação. Na história alemã, o I Reich (962-1806) corresponderia ao Sacro Império Romano-Germânico; o II Reich (1871-1918) compreenderia o período entre a unificação alemã e o final da Primeira Guerra Mundial; e o III Reich seria o período marcado pela ascensão de Hitler, para quem esse novo Império Alemão perduraria por mil anos.

JEFF J MITCHELL/GETTY IMAGES

O aumento do número de neonazistas entre a extrema-direita no continente europeu revela a nova face do conservadorismo. Na foto, protesto em Kiev (Ucrânia), em 2014, que incluiu manifestações antissemitas e xenófobas.

PHOTO12/UIG/GETTY IMAGES

Adolf Hitler (1880-1945) foi militar e líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Foi preso em 1923 após uma tentativa frustrada de golpe de Estado. No cárcere, onde passou 13 meses, escreveu *Mein Kampf* (Minha luta), obra que veio a ser o programa político e ideológico do nazismo. Posteriormente, ascendeu ao comando da Alemanha em 1933 e foi o principal pivô da Segunda Guerra Mundial.

O termo nazismo vem do alemão *Nationalsozialismus*. Traduzido para o português como nacional-socialismo, é usado para se referir à doutrina do Partido Nacional-Socialista Alemão e à experiência do movimento nazista na Alemanha. O nazismo é uma ideologia política caracterizada pelo nacionalismo, ou seja, a reconstituição das nações e de seus povos originais, considerados “raças superiores”. O nazismo se diferenciou do fascismo em função de seu caráter racista, que pregava a supremacia da raça ariana, da xenofobia (aversão ao estrangeiro) institucionalizada e da perseguição étnica a judeus, ciganos, comunistas, homossexuais e deficientes físicos e mentais.

Embora esse modelo de Estado tenha perdido força depois da Segunda Guerra Mundial, ainda é possível encontrar diversos grupos e partidos que defendem os ideais nazistas. Esse fenômeno pode ser observado no crescente fortalecimento dos partidos ultranacionalistas e de movimentos neonazistas em várias partes do globo.

Estado de bem-estar social

O **Estado de bem-estar social** (Ebes), também denominado *Welfare State*, foi o modelo adotado pelas grandes economias liberais na primeira metade do século XX. A crise capitalista de 1929, o desemprego, a inflação, o crescimento do movimento operário, a emergência dos regimes antiliberais e a competição entre as grandes corporações monopolistas foram alguns dos fatores que contribuíram para sua emergência.

Quem escreveu sobre isso

HULTON-DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/LATINSTOCK

John Maynard Keynes

John Maynard Keynes (1883-1946) foi um importante economista britânico. Após a Segunda Guerra Mundial, diversos países da Europa acabaram adotando sua teoria como prática de governo, com o objetivo de reestruturar as economias internas e atender às diferentes demandas sociais.

John Maynard Keynes acreditava que o Estado interventor seria o grande agente dos avanços econômicos e sociais.

Explique que o *New Deal* e o sistema de previdência da Grã-Bretanha são práticas do Ebes. A utilização de imagens e tabelas que demonstrem o aumento de investimento do Estado auxiliará na compreensão dos alunos.

A base intelectual do Ebes é a obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda,* publicada pelo economista britânico John Maynard Keynes em 1936. Contrariando a ortodoxia liberal, Keynes afirmava que o Estado deveria intervir no domínio econômico para garantir o pleno emprego, estimular a produção e o consumo, mediar as relações de trabalho e ampliar a política de assistência.

O Ebes desenvolveu uma política intervencionista, voltada ao atendimento dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, trabalho, salário, transporte e previdência social. O pilar desse Estado estaria na política do pleno emprego: o Estado deveria enfatizar políticas de geração de emprego, com o objetivo de criar o vínculo social necessário para a estabilidade, a coesão social e a democracia.

No âmbito político, o Ebes representou uma resposta das economias capitalistas para criar uma sociedade menos vulnerável às crises do sistema e aos apelos do socialismo, que passaram a crescer em todo o mundo com o advento da Segunda Guerra Mundial. Seus defensores afirmavam que um Estado que atendesse às reivindicações por direitos de cidadania da classe trabalhadora produziria funcionários mais dispostos e empenhados. O Ebes seria, portanto, fruto de um pacto social entre as diferentes classes sociais e os partidos políticos para priorizar a manutenção da democracia.

No final da década de 1960, o Ebes começou a sofrer críticas diante da inadequação dos gastos públicos com a previdência, causados pelo aumento do desemprego e pela recessão econômica mundial, que culminou na crise do petróleo de 1973. Apesar das críticas, permanece como modelo de Estado em alguns países da Europa ocidental, em especial na Dinamarca, na Noruega e na Suécia.

Estado neoliberal

Na década de 1980, os Estados Unidos e a Inglaterra aplicaram grandes choques em suas estruturas econômicas, com o argumento de que o Ebes não foi eficaz em reduzir a pobreza e distribuir melhor a renda, e de que as melhorias ocorridas resultaram mais das riquezas produzidas pelos países do que da política de bem-estar social. Os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, foram os precursores dessa crítica ao Ebes e da reestruturação desse modelo de Estado.

Margaret Thatcher foi primeira-ministra da Inglaterra pelo Partido Conservador. A política do governo Thatcher (1979-1990) foi orientada pela desregulamentação da economia, diminuição dos gastos públicos com educação, habitação e previdência social, privatização das empresas estatais e flexibilização das leis trabalhistas. Margaret Thatcher ficou conhecida como "Dama de Ferro" por sua política de enfrentamento dos movimentos sociais e de oposição ao socialismo.

Jogo

◆ **Men of War**

REPRODUÇÃO

Esse jogo de estratégias bélicas tem como diferencial permitir que o jogador dê um novo rumo ao fim da Segunda Guerra Mundial. O realismo e a fidelidade da ambientação permitem que os alunos compreendam a brutalidade dos embates que destruíram parte da Europa, situando-os dentro da dinâmica dos conflitos entre as nações. O jogo é encontrado no *site* <http://men-of-war.softonic.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

MIKE SARGENT/AFP

Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em 1987, em frente ao Salão Oval, em Washington, Estados Unidos. Os dois governantes estão entre os precursores da adoção das políticas neoliberais.

O governo de Ronald Reagan (1981--1989) assumiu postura semelhante à do governo Thatcher: menor intervenção do Estado na economia, redução dos gastos públicos e redução dos impostos. As mudanças tiveram por base valores como **livre mercado** e **livre iniciativa**, além do estabelecimento do consumo e da riqueza como metas primordiais. Os teóricos dessa corrente, como o economista austríaco Friedrich Hayek e o economista estadunidense Milton Friedman, respectivamente autores de *O caminho da servidão* (1944) e *Capitalismo e liberdade* (1962), foram denominados neoclássicos ou neoliberais. Os teóricos neoliberais afirmavam que somente a liberdade econômica produziria indivíduos e sociedades livres. A desvinculação entre economia e política seria o caminho para a prosperidade econômica, conduzida pela diminuição progressiva da participação estatal na economia.

As teorias neoliberais não ficaram restritas às experiências estadunidense e britânica. Em novembro de 1989, em Washington, aconteceu uma reunião entre as principais instituições econômicas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com o objetivo de adotar medidas econômicas para os países em desenvolvimento, tendo em vista a contenção da dívida externa, da inflação e da estagnação econômica. Denominadas de Consenso de Washington pelo economista inglês John Williamson, as orientações econômicas a serem seguidas pelos países em desenvolvimento incluíam itens como privatização das empresas estatais, flexibilização das leis trabalhistas, aumento dos investimentos estrangeiros sem restrições fiscais, redução dos gastos públicos (em particular nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social) e adesão à economia de mercado.

O compromisso firmado pelos países em desenvolvimento com a política neoliberal comprometia a ação governamental e a autonomia desses países, pois havia forte fiscalização dos agentes econômicos e financiadores internacionais para o direcionamento da aplicação de recursos.

BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK

GEORGE ROSE/GETTY IMAGES

Friedrich Hayek, à esquerda, e Milton Friedman desenvolveram as bases do pensamento neoliberal.

Concerto para comemorar o primeiro aniversário do movimento *Occupy Wall Street*, na cidade de Nova York (Estados Unidos, 2012).

A crise econômica de 2008 ampliou a contestação às políticas neoliberais. Nesse período, inúmeras empresas privadas dos países desenvolvidos receberam vultosos recursos públicos com o objetivo de evitar falências. Os efeitos da crise econômica geraram grandes manifestações populares em vários países europeus (Espanha, Portugal, Grécia, França, Itália) e nos Estados Unidos, com destaque para o movimento *Occupy Wall Street* (Ocupe Wall Street), que começou em Nova York, em setembro de 2011, e se espalhou para várias cidades dos Estados Unidos e do mundo com a ocupação de praças e ruas para denunciar as falhas do sistema financeiro internacional e as desigualdades econômicas e sociais.

Ao utilizar este boxe, discuta a presença do Estado nas sociedades contemporâneas e compare as sociedades sem Estado com sociedades estruturadas com base nesse tipo de instituição política. Organize uma discussão com os alunos sobre as composições societais existentes na América Latina antes do processo de colonização europeia. Isso permitirá reconhecer a presença de inúmeros povos que viviam na região e possuíam formas de organização peculiares, as quais, em grande medida, foram perdidas em decorrência do processo de dominação colonial.

Saiba mais

O Estado é uma instituição política necessária?

Ao longo deste capítulo, vimos que o Estado se organiza de diferentes maneiras. Entre aqueles que estudam e analisam as diferentes formas de poder, de política e de Estado, não há unanimidade teórica ou conceitual, nem no passado nem atualmente. O debate sobre que tipo de Estado deve ser adotado ou rejeitado por cada sociedade é antigo e contemporâneo. Também é possível nos perguntarmos se o Estado é necessário e se todas as sociedades humanas necessitam dessa instituição política.

A Antropologia demonstra, em variadas etnografias, que o Estado não é um dado da existência humana. Numerosas sociedades se estruturaram politicamente e criaram sua produção material e cultural sem a existência do Estado. Nesses modos alternativos de organização política, é comum a presença de integrantes que assumem papéis sociais de líderes, ou representantes ou, ainda, que possuem funções de maior responsabilidade dentro das comunidades, sejam elas nômades, indígenas ou outras.

Um interessante estudo etnográfico sobre as composições sociais de grupos indígenas sul-americanos encontra-se na obra *A sociedade contra o Estado*, do antropólogo francês Pierre Clastres. Nesse estudo, Clastres defende que para estudar as sociedades não ocidentais é inadequado o uso de termos como “estrutura política”, “poder” ou “autoridade”. A reflexão proposta por esse autor nos faz repensar as formas de organização das sociedades contemporâneas. Trata-se de um contraponto interessante para aprofundar a compreensão sobre a temática poder, política e Estado e que oferece alternativas válidas para projetos de transformação política e social.

Algumas formas históricas do Estado moderno						
	Estado absolutista	**Estado liberal**	**Estado nazifascista**	**Estado socialista**	**Estado de bem-estar social**	**Estado neoliberal**
Economia	Mercantilismo; controle absolutista da economia.	Capitalismo concorrencial; *laissez-faire, laissez-passer* (economia autorregulada pelo mercado); crescente monopolização do mercado.	Economia de mercado autoritariamente regulada pelo Estado.	Economia planificada regulada pelo Partido Comunista.	Economia de mercado democraticamente regulada pelo Estado.	Economia de mercado com progressiva exclusão do Estado (Estado mínimo).
Política	Centralização da estrutura de governo (Forças Armadas, judiciário, tributação); indistinção entre o público e o privado.	Separação entre o público e o privado; soberania popular; Estado mínimo garante direitos individuais (segurança, propriedade, liberdade).	Projeto totalitário expansionista; ideologia de direita (exaltação da tradição).	Projeto de participação política da classe trabalhadora; ideologia de esquerda; desvio burocrático; conflito entre classe dirigente (PC URSS) e dissidentes (social-democratas, anarquistas).	Projeto social-democrata: investimentos e distribuição de renda e serviços para garantir os direitos e o bem-estar da população; ideologia de centro (controle dos conflitos do capitalismo mediante garantia dos direitos sociais e ampliação do acesso ao mercado de consumo).	Retorno das teorias liberais; desregulamentação dos direitos trabalhistas; economia conduz a política pelo poder das grandes corporações; proclamação do fim das ideologias.
Sociedade	Conflito entre estamentos: burguesia nascente × clero e nobreza. Eventos que marcam seu fim: Revolução Francesa e Revolução Industrial.	Conflitos entre classes trabalhadora e capitalista. Evento que marca seu fim: Primeira Guerra Mundial (conflito entre nações imperialistas).	Redução dos direitos civis e políticos. Evento que marca seu fim: Segunda Guerra Mundial.	Corrida armamentista. Atraso tecnológico na indústria e no campo em comparação às sociedades capitalistas a partir da década de 1970. Evento que marca seu fim: queda do Muro de Berlim.	Ampliação dos direitos sociais e do consumo de bens. Evento que marca seu enfraquecimento: choque do petróleo em 1973 e crise fiscal.	Redução dos direitos trabalhistas, baixo investimento na área social; consumidores × cidadãos. Evento que marca seu enfraquecimento: crises econômicas sistêmicas (1995, 1998, 2000, 2008, 2011).

Formação do Estado brasileiro

Para analisar sociologicamente a formação do Estado brasileiro, é importante destacar algumas características que marcaram a vida das instituições políticas no país. Entre essas características podemos citar o **patrimonialismo**, que se apresenta ao longo de nossa história pela indistinção entre esfera pública e privada, o coronelismo e o clientelismo.

Patrimonialismo
Modelo tradicional de dominação, cujas bases estão na manutenção dos vínculos entre as esferas pública e privada, viabilizando a manutenção de privilégios das elites em ambas as esferas.

O período colonial

Quando falamos em formação do Estado, não podemos esquecer que o Brasil é fruto da expansão marítima das potências europeias, principalmente de Portugal. O fato de o país ter sido inserido no sistema internacional como colônia de exploração é fator importante para nosso estudo. No âmbito econômico, o período colonial teve três grandes ciclos: pau-brasil (1500-1530), açúcar (1532 até o século XVII) e ouro (século XVIII).

Além desses, também é importante o ciclo da pecuária, primeiro no Nordeste (século XVII) e depois no Sul (séculos XVII e XVIII).

O período colonial brasileiro (1500-1822) foi marcado pela exploração. Portugal não tinha interesse em construir no Brasil uma sociedade política organizada. Segundo o sociólogo Oliveira Vianna, o Brasil era formado por vários núcleos privados e independentes, e cada um tinha sua própria vida econômica, jurídica e moral. Desenvolveu-se nesse núcleo privado um individualismo de natureza anárquica, sem identificação com a ordem pública. No ensaio *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna chama a atenção para esse cenário, presente desde a formação do Brasil, que impossibilitava a constituição de uma sociedade moderna. Para o autor, somente um Estado forte e centralizado seria capaz de criar o sentimento de pertencimento público e encerrar os vínculos privados.

Seguindo a preocupação em entender a formação da sociedade e do Estado brasileiro, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, no capítulo "O homem cordial", do livro *Raízes do Brasil* (1936), explica que um dos traços do brasileiro é a propensão a sobrepor as relações familiares e pessoais às relações profissionais ou públicas. O brasileiro, assim, tenderia a rejeitar a impessoalidade dos sistemas administrativos em que o público é mais importante do que o indivíduo (ou o privado). O autor enfatiza uma característica marcante do modo de ser do brasileiro: a dificuldade de cumprir os ritos sociais que são rigidamente formais e de separar, com base em uma racionalização desses espaços, o público e o privado.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

Oliveira Vianna

Nascido em Saquarema (RJ), Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) foi professor, jurista, historiador, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras. Suas obras versam sobre a formação do povo brasileiro e foram as primeiras a abordar o tema com base em estudos sociológicos. Formado pela antiga Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ) em 1906, foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo o primeiro titular da cadeira de Direito Social, hoje cadeira do Direito do Trabalho.

Oliveira Vianna foi um dos primeiros pensadores a escrever sobre a formação do povo brasileiro com base em estudos sociológicos.

Quem escreveu sobre isso

ESTADÃO CONTEÚDO

Sérgio Buarque de Holanda

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foi historiador e professor universitário paulista. Formado em Direito pela atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1925, viveu na Alemanha entre 1929 e 1936, onde teve contato com a obra de Max Weber. Em 1947, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro e passou a lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP). Em 1958, obteve a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo (USP). Ali, aposentou-se em 1969, em solidariedade aos colegas cassados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1980, foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para Sérgio Buarque de Holanda, pai do cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, a cordialidade, a hospitalidade e a generosidade representam um traço definitivo do caráter brasileiro.

Saiba mais

Além de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, vários outros autores ajudaram a interpretar as raízes da sociedade, da cultura e da política no Brasil. Entre esses podemos citar Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. **Gilberto Freyre** é autor de *Casa-grande e senzala*, de 1933. Segundo seus críticos, Freyre dá origem ao mito da democracia racial, tese segundo a qual no Brasil prevaleceria uma relação harmônica entre os diversos grupos étnico-raciais que compõem o povo brasileiro. Já o paulista **Caio Prado Jr.** (1907-1990), após cursar Direito, assumiu variadas atividades, entre elas a de militante político e a de historiador. Notabilizou-se com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942. Objetivando decifrar a dinâmica histórica da formação do Brasil com base em um enfoque marxista, Prado Jr. teve seu pensamento marcado por uma proposta política modernizante, visando a superação da continuidade de traços coloniais que permaneciam na estrutura da sociedade brasileira. Sua obra identifica-se profundamente com o nacionalismo econômico que emergiu no país entre os anos 1920 e 1930.

A reflexão sociológica sobre o Brasil, contudo, não parou no século XX. Hoje, pesquisadores como Jessé Souza (1960-) continuam esse trabalho. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Souza critica autores como Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso, afirmando que políticas patrimonialistas e racistas não individualizam o Brasil e seu povo, já que existem em muitos outros países no mundo, incluindo os Estados Unidos, e consignando que um dos grandes problemas do Brasil é sua incapacidade de garantir direitos e real cidadania a todos os brasileiros.

O período imperial

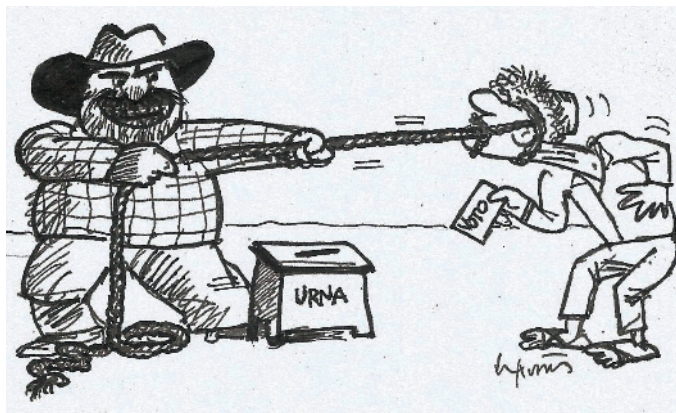
O período colonial finda em 1822 com a proclamação da Independência. Assim, ocorre a transposição das estruturas do Estado português para o Brasil, que reforçam o tipo de relação existente entre Estado e sociedade civil, na qual o primeiro predominaria sobre a segunda. A primeira Constituição brasileira (1824) concedeu grandes poderes ao imperador, que detinha os poderes Executivo e Moderador (e este último se sobrepunha aos demais). A Carta Imperial também instituiu uma série de direitos formais, inspirada nos princípios liberais que sopravam da Europa para as Américas desde a independência dos Estados Unidos, mas que não tinham influência no cotidiano brasileiro, já que grande parte da população estava excluída da cidadania recém-constituída. Os escravos, por exemplo, nem sequer eram citados na Constituição.

O movimento republicano mobilizou setores progressistas da sociedade urbana no período final do Império, que associavam a República à construção de uma representação política efetiva de todos os cidadãos, à garantia dos direitos individuais, ao federalismo e ao fim do regime escravista. Mesmo assim, a República foi proclamada em 1889 por meio da ação política das elites oligárquicas das províncias da região Sudeste e das elites intelectuais e militares influenciadas pelo positivismo. Como a independência, a proclamação da República foi uma transformação social construída de cima para baixo, que excluiu as camadas populares.

República Velha

O primeiro período republicano brasileiro, conhecido como República Velha, foi marcado pela consolidação das elites provinciais rurais, acostumadas a desconsiderar qualquer autoridade constituída e a fazer valer a própria vontade em sua área de influência.

Nesse período, o desafio da constituição de uma República esbarrava na divisão do país em domínios de "coronéis", que colocavam em disputa a validade e a legitimidade das leis. Entre as abordagens clássicas sobre o coronelismo, destaca-se o estudo de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (1949). Para o autor, o coronelismo é um fenômeno consolidado a partir do momento em que o poder público fortalecido opta pela manutenção dos antigos chefes locais (poder privado). O município seria a esfera pública predominante do continuísmo e do predomínio da esfera privada sobre a esfera pública.

CLAUDIUS

O "voto de cabresto" foi a mais completa tradução da manipulação das eleições durante a República Velha. Contudo, ainda hoje, a compra de votos, o abuso da autoridade e a utilização da máquina pública em favor de um candidato fazem parte do cotidiano político e eleitoral brasileiro.

As bases políticas desse sistema eram garantidas pelas relações estabelecidas entre os chefes locais (os "coronéis"), os antigos presidentes das províncias (que passaram, com a República, a ser designadas como estados da federação) e os representantes do poder central (União).

As relações entre o coronel e o eleitorado rural baseavam-se no "voto de cabresto", tendo em vista a manutenção da política vigente. Victor Nunes Leal afirma que a população se via submetida aos mandos e desmandos do potentado rural. O homem do campo vivia em estado de pobreza e ignorância, sem possibilidade de alfabetização nem acesso à informação. A dependência e as relações de favor colocavam o roceiro em estado de subserviência.

Qualquer tipo de manifestação contrária era fortemente reprimida pela figura do jagunço ou da própria polícia, sempre a mando do coronel. O processo eleitoral era viciado pelas fraudes em larga escala, entre outros motivos pela inexistência do voto secreto, sendo o resultado das eleições sempre previsível. Mais do que expressar as preferências dos eleitores, as eleições serviam para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais. Quando a República foi instituída, aboliu-se a exigência de renda para ser eleitor ou candidato. Votavam, de forma facultativa, apenas os homens maiores de 21 anos alfabetizados. As mulheres e os analfabetos, que representavam 50% da população, não tinham direito ao voto.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, RECIFE

Delmiro Gouveia (1863-1917), aqui em foto tirada no final do século XIX, foi um dos poucos exemplos de coronel esclarecido, tendo sido um dos pioneiros da industrialização do país.

Quem escreveu sobre isso

ESTADÃO CONTEÚDO

O jurista Victor Nunes Leal em Brasília (DF), em 1956. Para esse pensador, o coronelismo é um sistema de reciprocidade: votos em troca de favores.

Victor Nunes Leal

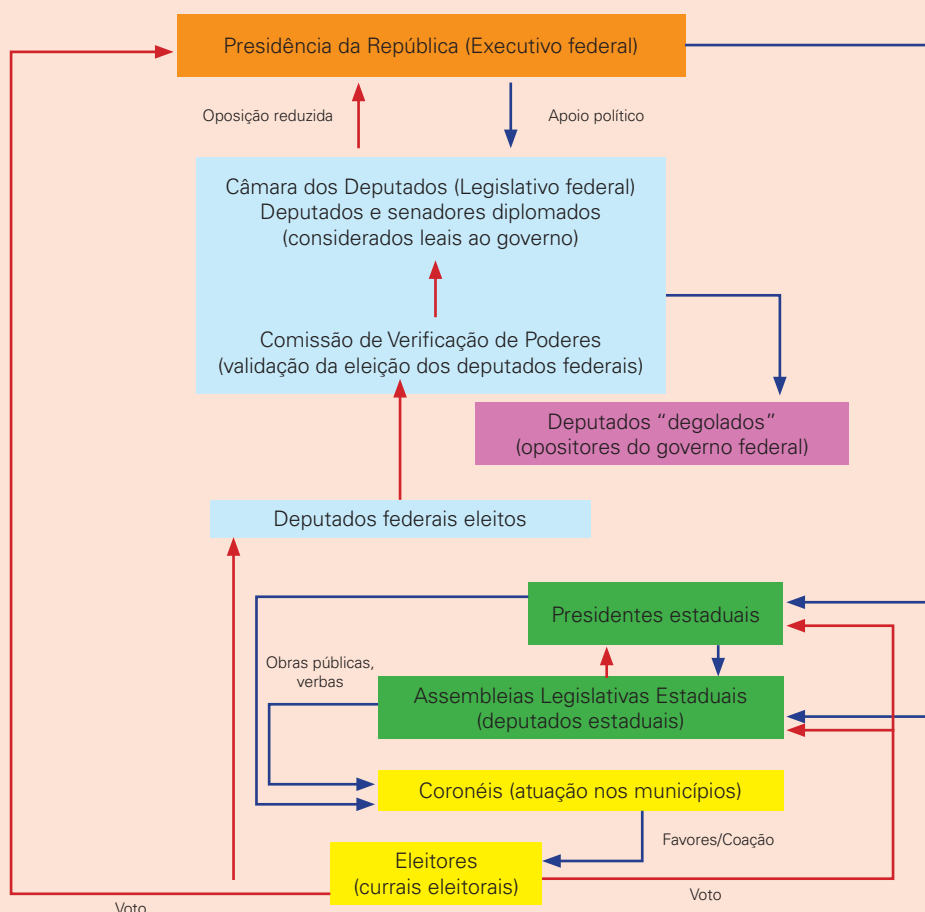
O jurista mineiro Victor Nunes Leal (1914-1985) foi professor da Faculdade de Direito da atual UFRJ, chefe da Casa Civil da Presidência da República (1956-1959) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1960-1969) até ser cassado pelo Ato Institucional nº 5. Leal desenvolveu sua principal tese no livro *Coronelismo, enxada e voto* (1949), com base no argumento de que o coronelismo é um sistema de reciprocidade. De um lado, os líderes políticos e os coronéis, que conduzem o "rebanho" de eleitores; de outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe dos recursos, dos favores e da força policial.

Saiba mais

Coronelismo

Tendo suas raízes na tradição patriarcal e na estrutura latifundiária brasileiras, o termo "coronel" se origina das patentes da Guarda Nacional concedidas pelo imperador dom Pedro II (depois também pelos presidentes de província) principalmente aos membros das elites rurais. A corporação (criada em 1831 e que incluía todos os eleitores) era responsável pela defesa da integridade do Império e, depois, da Constituição federal.

Com o tempo, a patente de coronel tornou-se equivalente a um título de nobreza. Os coronéis adquiriam, dessa forma, autoridade para impor a ordem social em seus redutos, com o uso da violência (se o eleitor votasse em outro candidato, podia perder seu emprego, ser surrado e até assassinado a mando do coronel) e pela troca de favores: nesse caso, o coronel oferecia ao eleitor e aos seus dependentes alimentos, remédios, segurança, vaga em hospital, dinheiro emprestado, emprego etc. Tal prática ainda persiste e é alvo de investigação de instituições como o Ministério Público.

Outra prática política vigente durante a República Velha foi a "política dos governadores", uma forma de relação entre a União e os poderes regionais na qual a alternância na Presidência da República era assegurada pelos governadores, como se pode ver no quadro abaixo.

A política dos governadores foi um acordo firmado no governo do presidente Campos Sales (1898-1902), em que ele e as oligarquias dos estados comprometiam-se a manter uma relação de apoio mútuo, criando, como consequência, uma dependência política recíproca.

A Era Vargas

A Revolução de 1930, que teve participação das camadas médias e dos militares, alçou ao poder o caudilho (termo que caracteriza o líder político-militar que comanda de modo autoritário) gaúcho Getúlio Vargas. Em 1932, a Revolução Constitucionalista, apesar de ter capturado o imaginário popular graças ao apoio de rádios e jornais, foi basicamente um movimento promovido pelos cafeicultores. Contudo, mesmo sufocado, o movimento forçou uma flexibilização do poder por parte de Vargas e propiciou o surgimento da terceira Constituição brasileira, promulgada em 1934.

O Estado Novo, no entanto, outorgou a Constituição de 1937. Sob o autoritarismo do governo Vargas, o Estado modernizou suas estruturas e instaurou uma nova ordem política, social e econômica, inspirada no nacional-desenvolvimentismo. Com sua liderança carismática, e especialmente com sua astúcia política, Vargas buscou atender às reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros (regulamentação da jornada de trabalho, férias remuneradas etc.). Assim, conquistou o apoio do proletariado e da burguesia industrial ao estabelecer o compromisso entre o governo e as elites urbanas para industrializar o país. Esse acordo incorporava as massas emergentes de modo controlado e subordinado. O Estado foi o principal agente e investidor do processo, e a concepção instituída por Vargas continuou pelos anos seguintes, chegando aos dias atuais.

Livro

- **DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. *Golpe de Estado*: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil.**

São Paulo: Geração Editorial, 2015.

O livro mostra as marcas da ditadura militar instaurada no país no ano de 1964 e que permanece até os dias atuais. Por meio dos depoimentos de quem viveu esse tempo sombrio, reflete sobre os atos desumanos e sua herança, revelando uma memória vívida desse período cujas sombras continuam sobre nós.

Democracia populista

Após a queda de Vargas em 1945, a promulgação da Constituição de 1946 engendrou um Estado influenciado pelos ideais democráticos vigentes em grande parte do Ocidente, em especial nos Estados Unidos. Porém, o período entre 1945 e 1964 foi turbulento, apesar do desenvolvimento econômico verificado particularmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Essa foi uma fase de breve experiência democrática, contudo manteve restrições políticas aos cidadãos e limitou a construção de um Estado de bem-estar no Brasil.

Com a Constituição de 1946, foram mantidos os direitos sociais e garantidos os direitos civis e políticos. O último governo democrático foi o de Jânio Quadros, que renunciou em agosto de 1961. Na sequência, assumiu o vice João Goulart (conhecido como Jango). Por sua proximidade com o movimento sindical e o Partido Comunista, o governo de Jango sofreu forte pressão da oposição, que era contrária à sua posse, pressão essa que foi mitigada somente com a instituição da segunda experiência parlamentar no Brasil, em 1961 (a primeira havia ocorrido em 1847, durante o reinado de dom Pedro II). O Plano Trienal instituído por Jango, com suas reformas de base (agrária, educacional, fiscal e urbana), não obteve sucesso, e, em 1964, os militares tomaram o poder e iniciaram o mais recente período autoritário da história brasileira.

A ditadura militar

O golpe civil-militar de 1964 foi resultado de uma longa conspiração entre políticos da oposição e líderes militares. Com forte viés anticomunista, interrompeu violentamente a experiência democrática do país com o apoio das elites empresariais, dos setores conservadores da Igreja, das camadas médias urbanas e dos grandes produtores rurais. A ditadura militar estendeu-se por mais de 20 anos. Foi um regime marcado pela repressão, que violou duramente os direitos políticos e civis e promoveu práticas como tortura e assassinatos políticos.

Do ponto de vista da economia, o período entre 1968 e 1973 ficou conhecido como "milagre econômico", por causa das taxas de crescimento do PIB, que alcançaram 10% ao ano em média. Esse surto de crescimento também ficou conhecido como "modernização conservadora", por conta dos níveis de concentração de renda criados pelo "milagre".

Nova República

Após a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, que impediria a incriminação daqueles que haviam cometido crimes políticos (assassinatos, tortura e ocultação de cadáveres, entre outros) no período anterior, teve início a abertura política, que culminaria no fim do regime civil-militar, em 1985. O Estado brasileiro entrou em uma nova fase democrática, cuja maior expressão foi a promulgação da nova constituição, em 1988. Dessa vez dentro dos limites institucionais, a manifestação popular esteve presente em todos os momentos da transição política. Movimentos como o das Diretas Já contribuíram para a instalação do novo regime democrático, com eleições regulares, pluralidade partidária, liberdade de expressão, igualdade jurídica etc. Sem o povo nas ruas, nada teria mudado.

No início dos anos 1990, o Estado brasileiro passou por um duro teste: o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por eleições diretas desde 1960. Sob acusações de corrupção, o governo Collor perdeu o apoio de políticos e empresários e foi duramente combatido nas ruas por significativos contingentes populares, em especial os “caras-pintadas”, estudantes que exigiam a cassação do presidente.

Temendo a cassação pelo Congresso Nacional, Fernando Collor renunciou ao cargo em dezembro de 1992. Mesmo assim, seus direitos políticos foram suspensos por oito anos. Por causa da renúncia, o vice Itamar Franco assumiu o poder e nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) como ministro da Fazenda. O governo Itamar conseguiu superar a crise política e a hiperinflação, e o Brasil aprofundou as reformas iniciadas no governo Collor.

O governo de FHC seguiu as políticas de privatização e de regulação dos gastos públicos para atingir o *superavit* primário (quando as receitas são maiores que os gastos), seguindo as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, estabelecidas no Consenso de Washington. Apesar da estabilidade econômica decorrente do plano Real, as consequências das políticas neoliberais adotadas, como a redução da atividade econômica e o aumento do desemprego, somadas ao contexto de crise energética e à recessão nos planos nacional e internacional, levaram à derrota do PSDB, o partido governista, nas eleições de 2002.

Por reivindicar transformações políticas que trouxeram de volta a população às ruas, o movimento dos “caras-pintadas” foi protagonizado pela juventude brasileira, que, por vezes, fazia referência aos chamados “anos rebeldes” da década de 1960. Na foto, uma multidão toma a avenida Brigadeiro Luís Antônio, na região central da capital paulista (SP, 1992).

EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO CONTEÚDO

JUCA MARTINS/PULSAR IMAGENS

O movimento social Diretas Já apoiava o projeto de lei proposto pelo deputado federal Dante de Oliveira, que instituiria a realização de eleições diretas para presidente. O movimento teve a participação dos mais variados setores da sociedade e apontava claramente para o esgotamento da ditadura militar no Brasil. Na foto, manifestação de funcionários de estatais, na capital paulista (SP, 1984).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro no qual um ex-operário se viu alçado ao poder. Líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula buscou o apoio de uma ampla aliança política que reunia empresários, sindicalistas, camadas médias e inúmeros artistas e intelectuais militantes.

Ao suavizar as políticas neoliberais, o governo Lula avançou em programas sociais de redistribuição de renda, cuja maior expressão foi o programa Bolsa Família. Além disso, seu governo privilegiou o mercado interno e consolidou os fundamentos macroeconômicos do país. Essas conquistas projetaram fortemente a imagem do Brasil no mundo.

Contudo, o governo Lula foi marcado por práticas de clientelismo e corrupção, cuja maior expressão foi a Ação Penal 470, também conhecida como *Mensalão*. Apesar disso, em 2010, os altos índices de aprovação do governo Lula levaram à eleição da ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que assim se tornou a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil.

Ex-integrante de grupos que atuaram na luta armada contra o regime militar, Dilma prometia, em seu primeiro mandato, erradicar a pobreza e modificar o sistema tributário brasileiro, bem como flexibilizar os fundamentos macroeconômicos vigentes desde o governo Itamar Franco. Nenhuma dessas ações foi exitosa. Além disso, eventos como as manifestações populares de 2013 e os protestos contra os elevados gastos públicos para a disputa da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, atingiram seu governo e sua popularidade. Assim, foi com grande dificuldade que ela superou o senador Aécio Neves (PSDB) nas eleições de 2014.

Em seu segundo mandato, Dilma enfrentou graves dificuldades políticas e econômicas, bem como fortes escândalos de corrupção, na maioria ligados ao pagamento de propinas nas licitações de grandes empresas controladas pelo Estado, como a Petrobras.

A Operação Lava Jato, deflagrada em 14 de março de 2014, pela Polícia Federal, investigou a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas que envolvem grandes empreiteiras organizadas em cartel que pagavam propinas a diretores e gerentes da Petrobras e a políticos de vários partidos.

Os desafios da história política brasileira apontaram então para a necessidade de uma nova consciência de cidadania e participação popular. O combate à corrupção e a separação entre o público e o privado se mostraram condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática mais igualitária e justa. O nepotismo (favorecimento de parentes por quem detém cargo público), por exemplo, é um típico exemplo de mistura e predomínio do privado sobre o público e, embora oficialmente proibido, é um mal que ainda não se extinguiu.

Assim, a transformação do Brasil em um país mais justo e democrático é responsabilidade de todos aqueles que sonham com uma sociedade melhor para todos e que lutam por ela. Vamos encarar esse desafio? Afinal, sem mobilização social nada se transforma.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/ GOVERNO FEDERAL

Programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, chegaram a atender mais de 50 milhões de pessoas em todo o território nacional.

Considerações sociológicas

O quarto poder

A mídia tem desempenhado um papel de destaque na política brasileira, influenciando as ações do governo e o comportamento da sociedade. Muitas vezes, extrapola a função de levar informação ao povo. Atualmente, as disputas políticas são ininteligíveis se não considerarmos a influência da mídia, que, com frequência, atua para construir ou destruir a credibilidade de políticos, de acordo com os interesses dos grupos que a controlam. Graças a essa capacidade de manipular a opinião pública e de influenciar escolhas e comportamentos dos indivíduos, passou-se a utilizar, informalmente, a expressão "quarto poder" – em alusão aos três poderes característicos do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário) – para se referir aos meios de comunicação de massa.

A televisão é o meio de comunicação de maior alcance no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aparelho de televisão está presente em 96,9% dos domicílios, uma ocorrência maior do que a de outros bens duráveis, como geladeira (95,4%), máquina de lavar roupa (51,3%) ou filtro de água (53,4%).

Essa difusão é amplamente utilizada pelos políticos como forma de conseguir apoio popular. Embora seja proibido pela Constituição federal, muitos dados apontam para um estreito vínculo entre a mídia e os políticos.

Conforme o artigo 54 da Constituição federal, deputados e senadores não podem "firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público". Essa determinação aplica-se, por extensão, aos deputados estaduais e prefeitos. O artigo seguinte determina que, no caso de infração ao artigo 54, o parlamentar perderá o mandato. No entanto, uma pesquisa realizada pela Agência Repórter Social, que buscou identificar os parlamentares federais eleitos para atuar no quadriênio 2007-2010 que possuíam vínculo com rádio ou televisão, apontou 53 deputados federais e 27 senadores com algum tipo de controle sobre veículos de comunicação. Essa quantidade representava 10% da Câmara e um terço do Senado.

O artigo "Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito", publicado em 2005 por Suzy dos Santos e Sergio Capparelli (disponível em <http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy_coronelismo.pdf>; acesso em 26 fev. 2016), aponta que, na época, 128 emissoras de televisão e 1.765 retransmissoras estavam nas mãos de políticos. Em *sites* como o do projeto Donos da Mídia e da organização Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social –, é possível encontrar listagens de políticos vinculados aos meios de comunicação.

A capacidade da mídia de manipular informações em benefício de interesses políticos pode ser exemplificada pela cobertura jornalística das manifestações pela volta das eleições diretas, em 1984. Nesse contexto de reivindicações, um dos eventos reuniu centenas de milhares de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. O noticiário de uma grande emissora, no entanto, apresentou o evento como parte das comemorações pelo aniversário da cidade, fazendo apenas uma rápida menção à reivindicação pelas eleições diretas para presidente. No mesmo período, muitos outros eventos em defesa da causa foram omitidos pelas grandes redes de televisão.

Fica evidente, portanto, que a atuação desse "quarto poder" muitas vezes se sobrepõe aos princípios estabelecidos pela Constituição e interfere de maneira não regulada nas esferas de atuação política. Dessa forma, a discussão sobre política, acesso à informação e mídia torna-se urgente e fundamental para a garantia da democracia.

O direito ao voto dos adolescentes: a participação dos jovens na vida política brasileira e a reforma política

Uma das formas centrais de participação na vida política em uma democracia consiste no voto. A Constituição federal de 1988 prevê o voto obrigatório a partir dos 18 anos, porém estabelece o voto facultativo a partir dos 16 anos. Outras formas de participação popular são também previstas na Constituição, como os referendos e plebiscitos. O artigo 14 afirma que "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular".

Os jovens constituem cerca de 24% da população votante do país, e, de acordo com pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude, em 2013, 54% dos jovens consideravam a política algo "muito importante". Os jovens brasileiros têm se tornado protagonistas na vida política do país. Embora vistos como "desinteressados", têm participado da vida política não apenas pelos meios institucionais, mas também construindo intervenções originais e novas formas de ativismo.

Um dos momentos de maior protagonismo dos jovens foi durante o *impeachment* de Fernando Collor. Naquela ocasião, integrantes do movimento estudantil foram às ruas denunciar a situação política do país. Mesmo antes, durante as Diretas Já e na luta contra a ditadura, os jovens se destacaram pela sua organização política em defesa da democracia.

Nos últimos anos, as formas de ativismo que usam a internet, assim como as mais horizontais e apartidárias de organização política, parecem ser as que mais atraem os jovens. As pautas ligadas ao consumo consciente, feminismo, criminalidade, meio ambiente, direitos dos animais, direito à cidade e a seus equipamentos urbanos refletem alguns dos engajamentos contemporâneos dos adolescentes. Em 2013, as manifestações de junho levaram ao questionamento de propostas importantes no Congresso. Uma delas foi a de reforma política, que discute mudanças constitucionais nas regras eleitorais. Um dos debates mais polêmicos dessa reforma é a forma de financiamento das campanhas eleitorais, já que, historicamente, as eleições são financiadas tanto pelo Estado (fundo público) quanto pela sociedade (por meio das doações privadas).

A reforma pretende alterar ou aprimorar as regras previamente estabelecidas nos seguintes dispositivos: Lei nº 9.096/95 (alterada pela Lei nº 11.459/07) que regulamenta os artigos 14 e 17 da Constituição de 1988, criando critérios de distribuição do Fundo Partidário; Lei nº 9.504/97, a Lei das Eleições, que prevê a prestação de contas das campanhas eleitorais; Lei nº 11.300/2006 (alteração da Lei nº 9.504/97), que proíbe a distribuição de brindes e a realização de showmícios, além de fixar limites a gastos de campanha em cada eleição, para cada cargo.

Atividade

Para compreender os motivos pelos quais muitos adolescentes não votam, realizem uma enquete entre os estudantes de sua escola ou ano. O universo da enquete pode ser limitado aos jovens entre 16 e 18 anos.
Desenvolva a atividade da seguinte forma:

1. Divisão da turma em duplas;
2. Elaboração do questionário, que pode conter, por exemplo, as seguintes perguntas:
   - Você acredita que adolescentes entre 16 e 18 anos estão aptos a votar?
     Sim. / Não. / Não sabe. / Não respondeu.
   - Pretende votar nas próximas eleições?
     Sim. / Não. / Não sabe. / Não respondeu.
   - Se você não pretende votar nas próximas eleições, qual é o motivo?
     Preguiça. / Falta de tempo. / Desconhecimento dos candidatos. / Outro. Qual?
3. Cada dupla ficará responsável por entrevistar aproximadamente 20 pessoas.
4. Encerrada a etapa de aplicação dos questionários, será feita a tabulação das perguntas, ou seja, o levantamento dos percentuais de respostas.
5. Elaboração dos quadros de resultados, que podem ser expressos por meio de gráficos, tabelas, relatórios etc.
6. Debate dos resultados.

Vale lembrar que as redes sociais são espaços muito interessantes para a realização de enquetes. Quem desejar conhecer mais sobre as enquetes virtuais, pode acessar o seguinte *site*:

- <www.enquetes.com.br>. (Acesso em: fev. 2016.)

Atividades

Reflexão e revisão

É imprescindível a compreensão de que os três conceitos norteadores deste capítulo – poder, política e Estado – estão intimamente relacionados. Suas definições e desdobramentos nos permitem analisar de modo mais abrangente as diferentes possibilidades de relações existentes entre as esferas sociais, independentemente do contexto histórico.

A formação dos estados modernos proporcionou a construção de novas relações de poder, nas quais suas formas de organização acabaram por fundamentar diferentes atores políticos.

Considerando tal afirmação e os estudos realizados no decorrer do capítulo:

1. Diferencie os tipos de dominação legítimas, segundo a proposição de Max Weber, dominantes nos modelos de Estado absolutista e liberal.

2. Relacione o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação com a construção do poder ideológico. Não deixe de apresentar exemplos concretos que ilustrem seu raciocínio.

3. Explique de que modo Sérgio Buarque de Holanda percebe o desenvolvimento das relações entre público e privado na realidade brasileira.

Questão para debate

É possível aperfeiçoar o sistema político brasileiro?

Considerando os resultados da pesquisa sobre reforma política no Brasil, reúna-se com seus colegas para discutir os limites e as possibilidades representadas pelos projetos em pauta e realize um debate que contemple o seguinte roteiro de questões:

a) Reformar o sistema político brasileiro pode ser uma solução para os problemas do país?

b) Quem deveria participar da discussão sobre a reforma política? Os membros do Congresso Nacional? Uma constituinte exclusiva composta somente para esse fim? Os próprios cidadãos, por meio de plebiscitos?

c) Em sua opinião, quais os principais entraves para a realização de uma reforma que possa trazer mudanças efetivas para o sistema político brasileiro?

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, 2001) Adaptada

Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o *estado de natureza* é um *estado de guerra* universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, *o estado de paz* é a sociedade civilizada. Entre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto abaixo.

> II – Nem todas as guerras são injustas e, correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.
>
> BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Comparando as ideias de Hobbes com a tendência exposta no texto, pode-se afirmar que:

a) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.

b) para Hobbes, a paz é inerente à civilização, e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.

c) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto, e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.

d) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.

e) para Hobbes, a paz liga-se à natureza, e, de acordo com o texto II, à civilização.

Questão 2

(Enem, 2009)

Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.

A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se:

a) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.

b) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
c) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
d) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
e) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

Questão 3

(Enem, 2012)

> Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.
>
> Em nome da verdade. In: *O Estado de São Paulo*, 3 fev. 1976. Apud. FILHO, I. A. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida durante o regime militar, em 1975, levou a medidas como o abaixo-assinado feito por profissionais da imprensa de São Paulo. A análise dessa medida tomada indica a:

a) certeza do cumprimento das leis.
b) superação do governo de exceção.
c) violência dos terroristas de esquerda.
d) punição dos torturadores da polícia.
e) expectativa da investigação dos culpados.

Questão 4

(Enem, 2015)

> A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestadamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.
>
> HOBBES, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles:

a) entravam em conflito.
b) recorriam aos clérigos.
c) consultavam os anciãos.
d) apelavam aos governantes.
e) exerciam a solidariedade.

Questões para pesquisa

Questão 1

Estudamos neste capítulo que houve, ao longo do século XX, a crescente adoção do presidencialismo como forma de Estado. Contudo, ainda existem monarquias em alguns países. Faça um levantamento de quatro países que adotam o sistema monárquico e pesquise dados sobre a estrutura política de Estado de cada um deles. Em seguida, realize as seguintes atividades:

a) Explique de que modo a presença de um soberano interfere nas decisões da estrutura de Estado de cada uma dessas nações.
b) Realize uma análise comparativa entre os casos dos quatro países estudados por você e responda: a manutenção desses postos de poder político tradicional (monárquico) colabora para a ampliação de direitos democráticos para a população de cada uma dessas nações? Ou acaba sendo um empecilho para essa ampliação?

Questão 2

Reforma política no Brasil

Pesquise em jornais, revistas e *sites* matérias relacionadas ao debate sobre a reforma política no Brasil atual e procure identificar os pontos que geram maior controvérsia a respeito, os atores que se posicionam contra ou a favor de determinadas propostas e seus principais argumentos.

Em sua pesquisa, tente conhecer a identidade dos autores dos textos lidos, sua formação acadêmica e sua área de atuação profissional. Dê preferência a textos produzidos por pesquisadores da área da Ciência Política, que mantenham vínculo com instituições de ensino e pesquisa, como universidades ou laboratórios de investigação especializada. Dessa forma, você poderá traçar um panorama das principais questões relacionadas ao tema da reforma política e apresentá-lo ao professor na forma de texto com a devida indicação das fontes consultadas.

CAPÍTULO 7

Democracia, cidadania e direitos humanos

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Identificar a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos nas sociedades contemporâneas.
- Analisar de que maneira as mudanças na concepção de cidadania são fundamentais para a luta pela institucionalização dos direitos humanos.
- Compreender que os direitos de cidadania são conquistas historicamente construídas e que a participação política é indispensável para a ampliação desses direitos.

DANIEL CASTELLANO/AGP/AGÊNCIA DE NOTÍCIAS GAZETA DO POVO/FOLHAPRESS

Ruas de Curitiba tomadas por manifestantes em protesto contra os gastos desmedidos para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo (PR, 2013).

Manifestantes enfrentam a tropa de choque em protesto contra o aumento das passagens do ônibus e por melhores condições de saúde e educação, em Salvador (BA, 2013).

Manifestantes em frente ao palácio Antônio Lemos, sede da prefeitura de Belém, depois de realizarem uma passeata pedindo a redução das tarifas do transporte público (PA, 2013).

◆ Questão motivadora

Considerando a expansão da cidadania e o respeito aos direitos humanos, podemos afirmar que o Brasil é uma sociedade democrática?

1 Primeiras palavras

Em junho de 2013, manifestações populares em todo o Brasil reuniram milhões de pessoas nas ruas de muitas cidades. No Rio de Janeiro, cerca de 100 mil pessoas se juntaram, a princípio, para protestar contra o aumento das passagens dos ônibus municipais; depois, outras reivindicações foram acrescentadas, principalmente no campo da saúde e da educação. Assim, a população entendeu que era o momento de manifestar indignação diante da negligência do Estado na gestão dos interesses públicos. A indignação popular cresceu com a percepção de que, em várias capitais, tinha havido abuso na ação policial, que reprimira os cidadãos com gás lacrimogêneo.

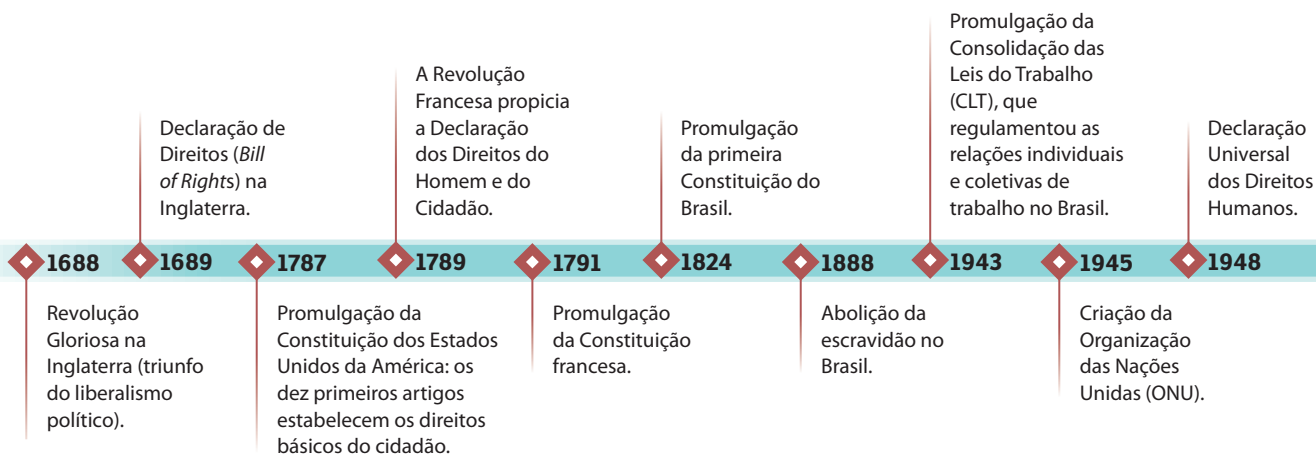
Nas sociedades contemporâneas, a palavra democracia é comumente utilizada para designar uma estrutura de organização da sociedade na qual a população participa de diversas maneiras das esferas de poder social. Neste capítulo, estudaremos as diferenças conceituais e ideológicas relacionadas à democracia, suas diversas configurações históricas (democracia direta, representativa e participativa) e os principais pensadores das teorias democráticas modernas e contemporâneas.

Na concepção usual de democracia, há um vínculo estreito entre esta e os conceitos de cidadania e direitos humanos. Mas nem sempre foi assim: estudaremos a árdua trajetória de lutas e conquistas pelos direitos de cidadania (civis, políticos e sociais) e o que significa ser cidadão hoje. Refletiremos também sobre o surgimento do conceito de direitos humanos e sobre como a luta pela afirmação desses direitos se estabelece, pois a simples declaração de um direito não faz com que ele seja implementado na prática, o que é exemplificado pelas lutas de diversos grupos sociais.

No Brasil, a construção de uma sociedade democrática foi marcada por percalços no passado e ainda o é no presente. Se no passado vivemos momentos em que a participação popular foi suprimida por diferentes governos autoritários, no presente essa participação continua limitada pela repressão estatal e pela negação dos direitos básicos de cidadania e dos direitos humanos, principalmente aos jovens pobres da cidade e do campo.

Discutir democracia, cidadania e direitos humanos é compreender como nosso cotidiano está relacionado à nossa participação efetiva na construção da sociedade.

Ao contestarem o aumento das tarifas de ônibus, milhões de pessoas protestaram em todo o país. A luta inicial pela redução das tarifas e pelo passe livre levou a outras demandas sociais, como o fim da violência policial, a democratização das decisões de gastos públicos e a universalização dos direitos de cidadania.

Cronologia

Centenas de indígenas ocupam o Congresso Nacional para protestar contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que dá ao Congresso Nacional poderes para demarcar terras indígenas. Brasília (DF, 2013).

2 Democracia

O conceito de democracia como "poder do povo" surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos *demos*, "povo", e *kratos*, "poder". A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.

No entanto, o exato significado de "poder do povo" depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, assim como de diferenças conceituais e ideológicas. Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras a aplicam também a áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde).

Aplicativo

Helping Hand

Fornece orientação aos imigrantes sobre entidades de seu interesse, como nomes, endereços e contatos de agências internacionais, assistência jurídica, centros de apoio, comunidades e sociedades, templos religiosos, órgãos governamentais, consulados e embaixadas governamentais etc., facilitando o exercício da cidadania por esses indivíduos. Há outros aplicativos com nome semelhante. Encontre-o no endereço <www.helpinghandapp.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

- **1948** – Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.
- **1965** – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- **1979** – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.
- **1988** – Promulgada a Constituição brasileira atualmente em vigor.
- **1989** – Convenção sobre os Direitos da Criança.
- **1997** – A Lei nº 9.455 define os crimes de tortura.
- **2006** – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- **2009** – Lançado o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III).
- **2010** – Sancionado o Estatuto da Igualdade Racial. A Lei nº 12.288/10 significou um avanço na luta para aprimorar a democracia, a cidadania e os direitos humanos no Brasil.
- **2013** – Mobilizações sociais aconteceram por todo o país. Conhecidas como Jornadas de Junho, elas tiveram como um dos seus estopins a contestação do aumento das tarifas de transporte público, mas rapidamente passaram a questionar a condução política e econômica no Brasil.

GUILHERME ARTIGAS/FOTOARENA

A construção de uma sociedade democrática depende da luta dos grupos excluídos pela garantia de seus direitos. Na imagem, protesto contra a redução da maioridade penal em Curitiba (PR, 2015).

Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social. Há ainda casos de nações que pretendem impor seu sistema de democracia a outros povos, como ocorre nas intervenções armadas estadunidenses em outros países.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, em nossa sociedade, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero, sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, que buscam reconhecimento e aceitação, bem como o atendimento de seus interesses.

O conceito de povo como coletividade que compartilha direitos e deveres considerados essenciais surgiu no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começa com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A partir do momento em que os seres humanos passam a ser vistos como juridicamente iguais é que se pode pensar em democracia, em um governo de todos, “do povo, pelo povo e para o povo”.

A democracia, no entanto, não foi o sistema político predominante na história. Desde sua formulação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos a adotaram e, nos últimos séculos, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista das sociedades, não uma concessão das classes dominantes.

Expressões históricas da democracia

Somente a partir do século XX, a democracia passou a ser considerada por muitos um critério de legitimação da vida política. Ao longo de sua trajetória, o pensamento democrático se modificou, incorporando e abolindo diferentes elementos. Desse modo, duas expressões da democracia, a direta e a representativa, tiveram lugar na história ocidental.

Democracia direta

Na democracia clássica, em Atenas, todos aqueles que fossem considerados cidadãos podiam e deviam participar da criação e da manutenção de uma vida em comum. O *demos* (povo) era a autoridade soberana para exercer funções legislativas e judiciárias. Ou seja, a cidadania ateniense requeria a participação direta dos cidadãos nos assuntos da *pólis* (cidade).

Saiba mais

Ostracismo, uma prática da Grécia antiga

Com atual significado de isolamento, exclusão ou afastamento das próprias funções, a prática do ostracismo era uma forma de desterro na Grécia antiga. De tempos em tempos, ocorria uma votação em que os indivíduos considerados uma ameaça à comunidade podiam ser deportados. Utilizando de um pedaço de cerâmica (*ostraka*, em grego), os cidadãos anotavam o nome da pessoa impopular para que ela fosse banida por dez anos. Apesar da punição, não havia prejuízos para o condenado no que se referia a direitos e bens.

A virtude cívica, princípio de compromisso de todos os atenienses, implicava dedicação à cidade republicana e subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem comum. Nesse modelo, o conceito de cidadão está associado à participação, pois cada cidadão interfere diretamente nos interesses do Estado.

COLEÇÃO PARTICULAR

Esta pintura do século XIX mostra Péricles, político ateniense que viveu entre 500 a.C. e 429 a.C., falando na ágora para filósofos, poetas e cidadãos de sua cidade-Estado.

Na prática, o exercício da democracia direta consiste na discussão, sem intermediários, das principais questões de interesse comum. Na Grécia antiga, as assembleias populares reuniam os cidadãos na ágora, praça pública onde se deliberavam leis, impunham-se sanções etc. Esse modelo, entretanto, dificilmente seria possível em comunidades mais numerosas do que as das cidades-Estado gregas, nas quais o conceito de "cidadão" era aplicado a um número restrito de pessoas.

Democracia representativa

O conceito moderno de democracia representativa surgiu com as revoluções burguesas da Europa, entre os séculos XVII e XIX, especialmente com os ideais iluministas de liberdade e primado da razão, bem como da independência dos Estados Unidos, no século XVIII. O pilar desse modelo é a noção de soberania popular, que se efetiva pelo exercício do voto. Além dela, outras instituições políticas foram criadas e se tornaram indispensáveis para caracterizar um regime como democrático: a separação dos poderes, o respeito às leis, a livre manifestação do pensamento e a cidadania.

JASPER JUINEN/GETTY IMAGES

Em muitos países, o povo tem protestado contra a postura dos representantes. Na foto, protesto contra medidas de austeridade do governo e cortes de gastos, em Madri (Espanha, 2012).

O modelo se caracteriza pela representação política. Na democracia representativa as deliberações coletivas não são tomadas diretamente pelos cidadãos, mas por pessoas eleitas para tal finalidade. A participação dos cidadãos é indireta, periódica, formal e se expressa por meio das instituições eleitorais e dos partidos políticos.

Nas últimas décadas, em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, surgiram questionamentos ao modelo representativo, na medida em que, em muitos casos, os representantes eleitos pelo voto popular costumam agir em defesa de interesses de grupos dominantes.

Democracia participativa

Em muitos países ocidentais, como os da América Latina, a democracia representativa mostrou-se incapaz de fazer que os governos agissem de acordo com os interesses da maioria dos cidadãos. Então, a democracia participativa surgiu como alternativa de superação das deficiências do sistema representativo, já que os dois não são necessariamente antagônicos. Suas principais propostas buscam ampliar a participação cidadã nos assuntos públicos e reduzir a distância entre representantes e representados.

Apesar de não ser amplamente adotada, a democracia participativa visa propiciar uma ação política mais igualitária, baseada em grande número de grupos sociais, que, articulados em rede, contribuem para orientar as ações governamentais no sentido de atender às necessidades da maioria dos cidadãos.

Um dos exemplos desse modelo de democracia é o orçamento participativo, que tem o intuito de sujeitar o uso dos recursos municipais à opinião pública. Por meio de reuniões comunitárias, propostas são coletadas, prioridades são votadas e, com base nessas emendas, é elaborada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que depois é encaminhada ao Poder Legislativo para votação. Nesse caso, a sociedade civil passa a preencher espaços que antes eram ocupados por uma elite burocrática, muitas vezes distante da realidade da população local e que atende a outros interesses.

A possibilidade de os cidadãos opinarem sobre o orçamento é um dos procedimentos de exercício da democracia participativa. A imagem mostra audiência pública na prefeitura da cidade de Rio Claro (SP, 2012).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

De acordo com o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a democracia participativa é exercida por mecanismos que buscam ampliar a participação social. Essa maneira de atuação do cidadão procura superar falhas do modelo representativo, já que este se tornou um método de formação de governo quando deveria ser uma prática social que inserisse na política os atores sociais excluídos.

3 Teoria democrática moderna

Em meados do século XVI, surgiu a ideia de autonomia do indivíduo, que deu origem ao individualismo e ao liberalismo político. A concepção de democracia que se desenvolveu com base nesses princípios assumiu um perfil bastante diferente daquele utilizado na Grécia antiga.

Se antes a democracia estava diretamente ligada à ideia de igualdade, em sua nova versão passou a se relacionar primordialmente com a ideia de liberdade. Em decorrência dos ideais desenvolvidos naquele momento histórico, o principal dilema político fundamentava-se na limitação do poder do soberano (que às vezes se confundia com o próprio Estado) e na ampliação das liberdades individuais, como o direito a dispor da propriedade material e a defender-se judicialmente. Até hoje, grande parte do debate político tem como tema a defesa dos ideais liberais ou a crítica a eles.

Na perspectiva do filósofo inglês Thomas Hobbes, a constituição e o funcionamento de uma sociedade pressupõem que os indivíduos cedam, por transferência, seus direitos naturais (mantendo somente o direito de conservarem sua vida) ao soberano. O autor entendia que os seres humanos, em estado de natureza (isto é, compartilhando do direito a tudo o que existe, em razão de não haver limitação legal), tendem a agir pela força e pela violência para conseguir o que desejam, o que acabaria provocando uma guerra contínua entre todos.

APA IMAGES/ZUMAPRESS/GLOW IMAGES

Para Hobbes, a justificativa para o poder absoluto dos reis residia na compreensão de que os homens em estado de natureza se encontrariam em constante conflito. Na foto, palácio na Arábia Saudita, em 2012, uma das poucas monarquias absolutas da atualidade.

Por isso, para disciplinarem a si mesmos e garantirem o bem-estar físico e material, seria necessário que os indivíduos firmassem um contrato social regulado por uma autoridade soberana. Hobbes manifestou preferência pela monarquia absolutista, pois acreditava que as assembleias e os Parlamentos estimulavam os conflitos graças às disputas entre diferentes facções e partidos.

O poder absoluto defendido por Hobbes se justificava pela transferência dos direitos dos indivíduos ao soberano. É em nome desse contrato social que o poder deve ser exercido, e não para a realização da vontade pessoal do soberano. Por conta dessa perspectiva, Hobbes não pode ser considerado defensor da democracia. Entretanto, seu pensamento é importante, pois serve de parâmetro para as reflexões sobre a organização do poder construídas posteriormente.

No século XVII, John Locke, também filósofo inglês, propôs uma reflexão bem diferente da de Hobbes. Para ele, o poder soberano deve permanecer nas mãos dos cidadãos, que são os melhores juízes dos próprios interesses. Cabe ao governante retribuir a delegação de poderes ao garantir as prerrogativas individuais: segurança jurídica e propriedade privada. Assim, o contrato social teria como função garantir os direitos naturais para todos. Esse pensamento é uma das bases do liberalismo político. Entretanto, deve ser ressaltado que sua implantação não permitiu a construção da igualdade propagada por Locke, mas foi uma das estruturas de consolidação do poder da burguesia.

FIVEPOINTSIX/SHUTTERSTOCK

As ideias de Locke são uma das referências para o desenvolvimento da democracia representativa. Na imagem, vemos o palácio de Westminster, em Londres, onde estão situadas as casas do Parlamento e ocorrem as principais decisões políticas do Reino Unido.

Filme

- **V de vingança**

REPRODUÇÃO

Inglaterra, 2006.
Direção: James McTeigue.
Duração: 132 min.

Em meio a uma Inglaterra futurística, mergulhada no caos e dominada por um governo ditatorial, que se vale da opressão para manter a ordem, surge o revolucionário "V", que lidera a oposição ao governo na tentativa de resgatar os valores massacrados pela ideologia imposta pelo Estado.

Para Locke, o princípio da maioria é fundamental para o funcionamento das instituições políticas democráticas, assim como as leis, que devem valer para todos. Por isso, segundo o filósofo, a elaboração das leis precisa estar a cargo de representantes escolhidos pelo povo, que exerceriam o papel de legisladores no interesse da maioria: o regime político proposto por Locke é, portanto, uma democracia representativa.

O escritor e filósofo político suíço Jean-Jacques Rousseau se preocupou com o problema da legitimidade da ordem política. Para ele, a desigualdade ocasionada pelo advento da propriedade privada é a causa de todos os sentimentos ruins do ser humano. No contrato social, é preciso definir a questão da igualdade e do comprometimento de todos com o bem comum. Se a vontade individual é particular, a do cidadão, que vive em sociedade e tem consciência disso, deve ser coletiva e voltada para o bem comum.

A participação política é, portanto, ato de deliberação pública que organiza a vontade geral, ou seja, traduz os elementos comuns a todas as vontades individuais. Esse seria, portanto, o núcleo do conceito de democracia. Em seu livro ***Do contrato social***, Rousseau afirma que a democracia só pode existir se for diretamente exercida pelos cidadãos, sem representação política, pois a vontade geral não poderia ser representada, apenas exercida diretamente. Para Rousseau, a democracia direta é o único sistema legítimo de autoridade e de ato político.

Em *O espírito das leis*, o filósofo e político Montesquieu, estudado no capítulo 6, afirmou que igualdade na democracia é algo muito difícil de garantir plenamente. Partindo do princípio de que é necessário um controle externo para que os sistemas políticos funcionem bem, esse pensador defende a criação de regras que estabeleçam limites aos detentores do poder a fim de manter a liberdade dos indivíduos. Por isso, propôs a divisão da esfera administrativa em três poderes ou funções independentes entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

De maneira resumida, cabem ao poder Legislativo as funções de fiscalizar o poder Executivo, votar leis de interesse público nas instâncias relativas (municipal, estadual e federal) e, em situações específicas, julgar autoridades como o presidente da República ou os próprios membros do Parlamento. O Executivo é o poder do Estado que, nos moldes da Constituição de um país, tem por atribuição governar a nação e administrar os interesses públicos, colocando em prática políticas públicas e leis, e garantindo o acesso aos direitos. Por fim, o poder Judiciário é exercido pelos juízes, que têm a capacidade e a prerrogativa de julgar com base nas regras constitucionais e nas leis criadas pelo poder Legislativo.

Contrato social
Acordo entre os membros de um grupo, pelo qual reconhecem igual autoridade de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante sobre todos.

Quem escreveu sobre isso

MUSEU NACIONAL DO PALÁCIO DE VERSALHES

Jean-Jacques Rousseau

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), escritor e filósofo político suíço, é considerado um dos precursores do Iluminismo. Foi para Paris em 1742, onde passou a conviver com filósofos iluministas, como Diderot e Condillac. Escreveu diversos verbetes na *Enciclopédia*, coordenada por Diderot. Seu livro *Do contrato social* (publicado originalmente em 1762) foi uma das obras que marcaram o ideário da Revolução Francesa.

Para Rousseau, a democracia só existe se for exercida diretamente pelos cidadãos.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Para Montesquieu, a democracia não pode prescindir da divisão entre os poderes.
Na imagem, foto da Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), em 2013.

A democracia, na perspectiva de Montesquieu, seria garantida pelo equilíbrio entre os três poderes, assegurando assim maior liberdade aos indivíduos. A liberdade, porém, só existiria com moderação, o que equivaleria a fazer tudo o que as leis permitissem (pois, se um cidadão pudesse fazer tudo o que as leis proibissem, não teria mais liberdade, porque todos poderiam fazer o mesmo).

Karl Marx e Friedrich Engels acreditavam que um governo democrático seria inviável numa sociedade capitalista, pois a regulação democrática da vida não poderia se realizar com as limitações impostas pelas relações capitalistas de produção. Seria necessário, portanto, mudar as bases da sociedade para criar a possibilidade de uma política democrática. Para entender a posição desses autores com relação à democracia, é necessário entender como eles percebem a função do Estado na sociedade capitalista.

Para Marx e Engels, os princípios que protegem a liberdade dos indivíduos e defendem o direito à propriedade tratam as pessoas como iguais apenas formalmente. O movimento em favor do sufrágio universal e de igualdade política é reconhecido por Marx como um passo importante, mas, segundo esse autor, seu potencial emancipador está limitado pelas desigualdades de classe. Desse modo, as democracias liberais seriam cerceadas pelo capital privado, que restringiria sistematicamente as opções políticas. De acordo com esse olhar, a liberdade nas democracias capitalistas é, portanto, puramente formal, pois a desigualdade de classe prevalece. Nas palavras de Marx: “Na democracia liberal, o capital governa”.

Quem escreveu sobre isso

MUSEU NACIONAL DO PALÁCIO DE VERSALHES

Montesquieu

Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu (1689-1755), foi um escritor e filósofo político francês. Em 1716, tornou-se presidente da Câmara de Bordeaux e, em 1728, foi eleito para a Academia Francesa. Seu livro *O espírito das leis* (1748) foi publicado em dois volumes, em Genebra, na Suíça, para evitar a censura na França.

Montesquieu propõe a divisão da esfera administrativa em três poderes ou funções independentes entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Teoria democrática contemporânea

A partir do século XIX, a teoria democrática foi desenvolvida com base no confronto entre duas doutrinas políticas: o liberalismo e o socialismo. O liberalismo é um projeto que defende as limitações dos poderes governamentais, buscando a proteção dos direitos econômicos, políticos, religiosos e intelectuais dos membros da sociedade. Ou seja, para os liberais o poder do Estado deve ser limitado, pois eles acreditam que a verdadeira liberdade depende da menor interferência possível do Estado e das leis nesses direitos.

A defesa do liberalismo tem como principal representante Benjamin Constant. Membro da Assembleia Nacional Francesa, escreveu a obra *A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos*, na qual afirma que a liberdade dos modernos, que deve ser promovida e desenvolvida, é a liberdade individual na relação com o Estado (ou seja, as liberdades civis e políticas), enquanto a liberdade dos antigos, que se tornou impraticável, é a liberdade de participação direta na formulação das leis.

Outros autores, como o francês Alexis de Tocqueville e o inglês John Stuart Mill, defenderam a ideia de que a única estrutura democrática compatível com o Estado liberal seria a democracia representativa. Uma passagem interessante para nosso debate sobre a democracia é o princípio do dano, de Stuart Mill. Por esse princípio, cada indivíduo tem o direito de agir como quiser desde que suas ações não prejudiquem outras pessoas. Se a ação afeta diretamente apenas a pessoa que a está realizando, a sociedade em tese não tem o direito de intervir, mesmo que o indivíduo esteja prejudicando a si próprio. Contudo, se os indivíduos fazem algo ruim para si mesmos ou para sua propriedade podem indiretamente prejudicar a coletividade, já que ninguém vive isolado, devendo por isso ser impedidos de fazê-lo. Stuart Mill isenta desse princípio aqueles que são incapazes de se governar.

Quem escreveu sobre isso

MUSEU CARNAVALET, PARIS

Benjamin Constant

Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830) foi um pensador, escritor e político suíço. Vivenciou a Revolução Francesa, o governo de Napoleão Bonaparte e a restauração da monarquia. Entre 1814 e 1830, foi membro da Assembleia Nacional Francesa.

Benjamin Constant foi um ferrenho defensor da liberdade dos indivíduos ante o Estado.

Quem escreveu sobre isso

MUSEU NACIONAL DO PALÁCIO DE VERSALHES

Alexis de Tocqueville

Alexis Henri Charles Clérel, o visconde de Tocqueville, foi um pensador político, historiador e escritor francês que viveu entre 1805 e 1859. Após estudar Direito, ingressou na magistratura em 1827. Em 1831, foi enviado pelo governo francês para os Estados Unidos, onde conheceu a economia e o sistema político daquele país, escrevendo o livro que se tornaria clássico: *Da democracia na América* (publicado em 1832).

Alexis de Tocqueville defendia a democracia representativa do modo como era praticada nos Estados Unidos.

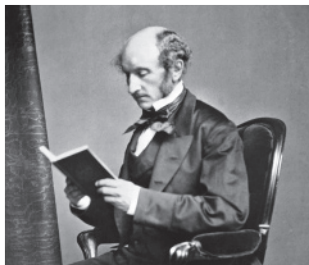
Livro

- **PERNALETE, Luisa Cecília. *Democracia, participação, cidadania*.**

São Paulo: Loyola, 2006.

Livro que trata da necessidade de participação da população na vida pública, dos direitos humanos, do educador-cidadão e da formação da cidadania nos centros educacionais.

Quem escreveu sobre isso

THE GRANGER COLLECTION/ OTHER IMAGES

Para John Stuart Mill, cada indivíduo tem o direito de agir como quiser, desde que suas ações não prejudiquem outras pessoas.

John Stuart Mill

John Stuart Mill foi um filósofo e economista inglês que viveu entre 1806 e 1873. O principal objetivo de sua filosofia consistiu em renovar a lógica, considerada perfeita e acabada desde Aristóteles. Em 1865, foi eleito para a Câmara dos Comuns, onde lutou ardorosamente pelo sufrágio feminino e pelo reconhecimento da igualdade das mulheres na vida pública. Liberal e defensor do individualismo, propôs a reforma da sociedade de seu tempo, de modo que o bem individual coincidisse com o bem coletivo, mas sem choques.

Site

- **www.mndh.org.br**

Acesso em: fev. 2016.

Site do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, fundado em 1982 e composto de diferentes entidades de promoção e luta pelos direitos humanos no Brasil.

Em síntese, todo o processo de democratização, como se deu nos Estados liberais democráticos, consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. Ou seja, o avanço da democracia nesses regimes ocorre em duas direções: no alargamento gradual do direito do voto e na multiplicação dos órgãos representativos.

Para a doutrina socialista, o sufrágio universal é apenas o ponto inicial do processo de democratização do Estado, enquanto para o liberalismo é o ponto de chegada. Alguns dos principais teóricos do socialismo, como Antonio Gramsci e Rosa Luxemburgo, afirmam que o aprofundamento do processo de democratização na perspectiva das doutrinas socialistas ocorre de dois modos: por meio da crítica à democracia representativa (e da retomada de alguns temas da democracia direta) e pela ampliação da participação popular e do controle do poder por meio dos chamados “conselhos operários”.

Em outras palavras, a diferença crucial entre a democracia dos conselhos e a democracia parlamentar é que a primeira reconhece ter havido um deslocamento dos centros de poder dos órgãos tradicionais do Estado para a grande empresa, na sociedade capitalista. Por isso, o controle que o cidadão pode exercer por meio dos canais tradicionais da democracia política não é suficiente para impedir os abusos de poder. Logo, o controle deve acontecer nos próprios lugares da produção, e seu protagonista é o trabalhador real, não o cidadão abstrato da democracia formal.

Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Rosa Luxemburgo

Filósofa e economista polonesa, Rosa Luxemburgo viveu entre 1871 e 1919. Estudou na Universidade de Ciências Aplicadas, em Zurique, na Suíça. Em 1898, obteve o doutorado com a tese intitulada “O desenvolvimento industrial da Polônia”. No mesmo ano, mudou-se para Berlim e começou a militar no Partido Social-Democrata da Alemanha. Em 1914, com Karl Liebknecht, fundou a **Liga Espartaquista**. Em 1918, foi uma das fundadoras do Partido Comunista Alemão.

Para Rosa Luxemburgo, o controle do poder deve acontecer nos próprios lugares da produção e seu agente é o trabalhador.

Liga Espartaquista
Movimento revolucionário de esquerda, organizado na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Faz alusão a Espártaco, líder da maior rebelião escrava da Roma antiga. Pretendia incitar a revolução socialista na Alemanha por meio da distribuição de panfletos.

Site

- **www.armazemmemoria.com.br**

Acesso em: fev. 2016.

O movimento Armazém da Memória se dedica à construção de um acervo de materiais digitais que resgatam a memória histórica do Brasil, com enfoque em direitos humanos. É uma importante fonte de pesquisa para alunos e professores.

Mais recentemente, na metade do século XX, surgiu a corrente pluralista. Os pluralistas, em particular Robert Dahl, cientista político estadunidense, não procuravam estabelecer uma definição abstrata e teórica acerca da democracia, mas, por meio da observação de experiências de sistemas políticos, estipularam alguns requisitos mínimos: funcionários eleitos, eleições livres justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para associações e cidadania inclusiva.

Com base nesses critérios são caracterizadas quatro estruturas de governo: hegemonias fechadas, que são regimes em que não há disputa de poder e a participação política é limitada; hegemonias inclusivas, regimes em que não há disputa de poder, mas ocorre participação política; oligarquias competitivas, regimes nos quais há disputas de poder, mas com limitada participação política; e poliarquias, regimes em que há disputas de poder e participação política ampliada.

Joseph Schumpeter (1883-1950), economista austríaco, criticou as teorias clássicas de democracia, especialmente na relação estabelecida entre democracia e **soberania popular**. Para o autor, a definição clássica de democracia supõe duas ficções incapazes de resistir a uma análise realista: a existência do bem comum e a universalidade da racionalidade dos indivíduos. Para Schumpeter, a unidade da vontade geral, que constituiria o bem comum, e a racionalidade dos indivíduos seriam mitos, porque, para ele, esses elementos se tornaram irracionais por não conseguirem definir coerentemente suas preferências diante da influência da propaganda e de outros métodos de persuasão.

Soberania popular
É a doutrina pela qual o Estado está sujeito à vontade das pessoas, que são a fonte de todo o poder político. Esse princípio está consagrado na Constituição de 1988, no parágrafo único do artigo 1: "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio dos representantes eleitos ou diretamente [...]".

Dessa forma, Schumpeter rompe com a ideia de democracia como soberania popular para propô-la como método, um tipo de arranjo institucional (de governos) para alcançar decisões políticas. Assim, sugere a superação do impedimento provocado pela irracionalidade das massas, reduzindo sua participação na política ao ato da produção de governos (ato de votar). As atribuições político-administrativas ficariam a cargo das elites eleitas. Essa é uma postura polêmica, na medida em que propõe uma redução da participação popular.

Contrário a essa visão, o cientista político canadense C. B. Macpherson (1911-1987) sustenta que a liberdade e o desenvolvimento individual só podem ser alcançados plenamente com a participação direta e contínua dos cidadãos na regulação da sociedade e do Estado.

Macpherson defende uma transformação estruturada em um sistema que combine partidos competitivos e organizações de democracia direta, que criam uma base real para a existência da democracia participativa. Mas, para que esse modelo pudesse se desenvolver, seria necessário que os partidos políticos se democratizassem, com princípios e procedimentos de democracia direta, complementada e controlada por organizações geridas por pessoas comuns, em seus locais de trabalho e nas comunidades locais.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

Robert Dahl

Robert Alan Dahl (1915-2014) nasceu em Iowa, nos Estados Unidos. Cientista político e professor emérito da Universidade de Yale, foi um importante teórico da democracia contemporânea. Sua concepção metodológica tinha por objetivo descrever a realidade na qual os princípios democráticos são aplicados. Assim, ele não pretendia postular como a democracia deveria ser, mas descrever como ela se realiza na prática.

Para Robert Dahl, definir como a democracia se concretiza no dia a dia é mais importante do que afirmar como ela deve ser.

ANDROMACHI/SHUTTERSTOCK

Na teoria das elites, o poder político pertence ao restrito círculo de pessoas que toma e impõe decisões a todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer, como ação radical, à força.

Ainda na doutrina liberal, mas opondo-se ao pluralismo, existem os elitistas, que utilizam o termo "elite" como referência a grupos sociais superiores de vários tipos. O termo seria empregado no pensamento social e político somente no final do século XIX. Essas teorias sociológicas, propostas pelos pensadores Vilfredo Pareto (1848-1923), sociólogo e economista francês Gaetano Mosca (1858-1941), cientista político italiano, e Robert Michels (1876-1936), sociólogo alemão radicado na Itália, defendem que em toda sociedade existe apenas uma minoria, que, por diversos motivos, vem a se tornar detentora do poder. Pareto afirmava que existe uma "circulação das elites", ou seja, uma minoria de pessoas que se alternam no poder.

Mosca justifica o poder das elites governantes pelo fato de serem uma minoria articulada e organizada, enquanto os governados seriam uma classe numerosa, mas dividida e desorganizada. Ao estudar as formações partidárias, Michels destacou como a própria estrutura das organizações favorecia o surgimento das elites e sua longa permanência no poder. Nas palavras de Michels, essa estabilidade das elites no poder é a "lei de ferro das oligarquias".

Como vimos neste tópico, ao longo dos últimos séculos foram construídas diversas interpretações e teorias acerca dos objetivos e conteúdos da democracia. Na prática, a democracia pode ser um modelo de governo que amplia as capacidades de desenvolvimento social, político e econômico, com base em princípios de igualdade e cidadania, ou se tornar uma simples "regra" para formar governos que não priorizem necessariamente o atendimento das demandas sociais. Nos próximos tópicos, veremos como a construção de uma sociedade democrática é resultado das lutas dos grupos excluídos pelos seus direitos.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

C. B. Macpherson

O cientista político canadense Crawford Brough Macpherson, conhecido como C. B. Macpherson, viveu entre 1911 e 1987. Em 1935, tornou-se professor da Universidade de Toronto. Entre outros livros publicou, em 1962, *A teoria política do individualismo possessivo*, no qual examinou a função desse tipo de individualismo: ele impediria o livre desenvolvimento das verdadeiras habilidades dos indivíduos, como o poder de racionalidade, de julgamento moral e de contemplação.

C. B. Macpherson afirma que a liberdade e o desenvolvimento individual só podem ser alcançados com a atuação direta e contínua dos cidadãos.

Site

- **www.dhnet.org.br**

Acesso em: fev. 2016.

Portal que reúne diferentes materiais e *sites* com informações, pesquisas e discussões sobre direitos humanos no Brasil e no mundo.

Livro

- **VIEIRA, José Carlos.** ***Democracia e direitos humanos no Brasil*.** São Paulo: Loyola, 2005.

Apresenta uma releitura crítica da questão dos direitos humanos nos contextos latino-americano e brasileiro, bem como uma análise exaustiva e criteriosa da relação entre direitos humanos e governo, que na maioria das vezes ocorre sob tensão.

5 Cidadania e direitos humanos

Como dissemos no início, há uma vinculação direta entre democracia, cidadania e direitos. Uma sociedade será mais democrática à medida que os direitos de cidadania se ampliarem para uma quantidade maior de seus membros. Nesse sentido, qual é o critério utilizado para definir o grau de expansão da cidadania em uma sociedade?

Cidadania

Com base na trajetória histórica inglesa, o sociólogo T. H. Marshall estabeleceu uma divisão dos direitos de cidadania em três estágios. O primeiro ocorre com a conquista dos direitos civis (garantia das liberdades individuais, como a possibilidade de pensar e de se expressar de maneira autônoma), da garantia de ir e vir e do acesso à propriedade privada. A conquista desses direitos foi influenciada pelas ideias iluministas e resultou da luta contra o absolutismo monárquico do Antigo Regime. Esse processo teve como resultado maior o advento da isonomia, ou seja, da igualdade jurídica.

O segundo estágio refere-se aos direitos políticos, entendidos como a possibilidade de participação da sociedade civil nas diversas relações de poder presentes em uma sociedade, em especial a possibilidade de escolher representantes ou de se candidatar a qualquer tipo de cargo, assim como de se manifestar em relação a possíveis transformações a serem realizadas. Os direitos políticos têm relação direta com a organização política dos trabalhadores no final do século XIX. Ao buscar melhores condições de trabalho, eles se utilizaram de mecanismos da democracia – por exemplo, a organização de partidos e sindicatos – como modo de fazer valer seus direitos.

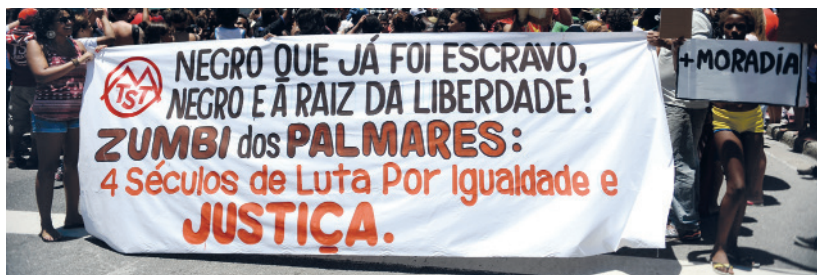
Por fim, o terceiro estágio corresponde aos direitos sociais vistos como essenciais para a construção de uma vida digna, tendo por base padrões de bem-estar socialmente estabelecidos, como educação, saúde, lazer e moradia. Esses direitos surgem em decorrência das reivindicações de diversos grupos pela melhora da qualidade de vida. É o momento em que cidadãos lutam por melhorias no sistema educacional e de saúde pública, pela criação de áreas de lazer, pela seguridade social etc.

Por ter sido construída tendo como referência o modelo inglês, a tipologia cronológica de Marshall recebeu críticas ao ser aplicada como modelo universal. Veremos adiante como alguns pensadores brasileiros questionaram a possibilidade de transpor o modelo inglês para a análise da realidade de outros países.

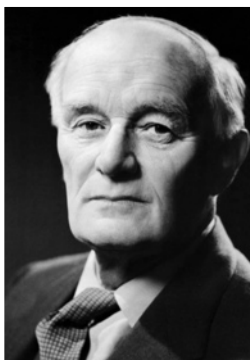
Ao longo desse percurso, muitas constituições, como a estadunidense (1787) e a francesa (1791), preconizaram o respeito aos direitos individuais e coletivos, o que hoje é incorporado pelas constituições de diversos países. Podemos destacar outras iniciativas que tinham o mesmo objetivo, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

O direito de organização política é um exemplo de direito político. Na imagem abaixo, manifestação de estudantes em frente ao Palácio de La Moneda, sede do governo chileno, contra as mudanças no sistema educacional do país. Santiago (Chile, 2014).

MARTIN BERNETTI/AFP

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

O direito de ser tratado com equidade é um exemplo de direito civil. Na imagem acima, passeata de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que vivem na ocupação Zumbi dos Palmares, em São Gonçalo (RJ, 2014), em comemoração ao Dia da Consciência Negra.

Quem escreveu sobre isso

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE

T. H. Marshall

O sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), mais conhecido como T. H. Marshall, publicou em 1950 o livro *Cidadania, classe social e status*, no qual analisou o surgimento dos direitos de cidadania no contexto europeu por uma perspectiva histórica. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1959-1962) e da Associação Britânica de Sociologia (1964-1969).

Marshall estudou a sequência histórica dos direitos de cidadania dividindo-os em civis, políticos e sociais.

E o que define hoje um cidadão? De acordo com Marshall, cidadão é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva. Percebe-se que o conceito de cidadania está em permanente construção, pois a humanidade se encontra sempre em luta por mais direitos, maior liberdade e melhores garantias individuais e coletivas. Ser cidadão, portanto, significa ter consciência de ser sujeito de direitos – direito à vida, ao voto, à saúde, enfim, direitos civis, políticos e sociais.

A ideia de direitos tem como contrapartida a de deveres, uma vez que os direitos de um indivíduo são condicionados ao cumprimento de seus deveres. O Estado, por sua vez, tem o dever de garantir os direitos humanos, protegendo-os contra violações (embora, em muitos casos, ele próprio as cometa, desrespeitando a Constituição). No Brasil, a extensão dos direitos de cidadania é bastante restrita. Apenas uma parcela da população tem acesso aos direitos básicos. Diversos grupos sociais têm seus direitos violados constantemente. Exemplos disso são os casos de violência contra a mulher, que muitas vezes são ignorados ou minimizados pela sociedade e pelo Estado.

JOEL SILVA/FOLHAPRESS

O direito à moradia é um exemplo de direito social no Brasil. No entanto, ele não é garantido para a maioria da população. Na imagem, protesto de integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), contra reintegração de posse, em São Paulo (SP, 2014).

Direitos humanos

A ideia de direitos humanos como algo extensivo a todos os indivíduos surgiu após a Segunda Guerra Mundial, diante das barbaridades e dos efeitos destrutivos produzidos pelo conflito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela ONU, criada em 1945 com o objetivo de proporcionar o diálogo e impedir conflitos entre os países por questões políticas, econômicas ou culturais. A Declaração teve por base os direitos essenciais à vida e à liberdade e o reconhecimento da pluralidade como meio de combater ações discriminatórias.

REPRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um exemplo de violação dos direitos e de negação da cidadania. Na imagem, cartaz de campanha, veiculada em 2014, que mostra que muitas mulheres sofrem com essa violência ao redor do mundo.

Saiba mais

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Veja a seguir alguns trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Artigo 1º

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo 3º

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

[...]

Artigo 6º

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

[...]

Human Rights. Disponível em: <www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html>. Acesso em: fev. 2016.

Uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adotados desde 1945 expandiram o corpo do direito internacional sobre os direitos humanos. Eles incluem a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

Os direitos humanos são valores que visam ao respeito mútuo em detrimento dos privilégios restritos a determinados grupos, por isso não devem ser pensados como benefícios particulares ou privilégios de grupos elitizados. Como sabemos, a simples declaração de um direito não faz necessariamente que ele seja implementado na prática, mas abre espaço para sua reivindicação. Uma das características básicas dos direitos humanos é o fato de estabelecerem que a injustiça e a desigualdade são intoleráveis.

É preciso perceber que os indivíduos não são apenas beneficiários no processo histórico de afirmação dos direitos humanos, mas também autores responsáveis pela construção e pela reivindicação da expansão e da garantia desses direitos. Todas as conquistas relacionadas aos direitos humanos são resultado de processos históricos, das mobilizações e de demandas da população.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

A prática de esportes e o lazer são direitos essenciais para a formação adequada da juventude. Entretanto, falhas na atuação do Estado nem sempre permitem que os jovens tenham acesso a esses direitos. Na imagem, crianças jogam futebol à beira-mar na Praia Redonda em Icapuí (CE, 2014).

Assim, as lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos e abriram espaços de reivindicação para a criação dos direitos sociais, dos direitos das chamadas "minorias" – mulheres, idosos, negros, homossexuais, jovens, crianças, indígenas – e do direito à segurança planetária, simbolizado pelas lutas ecológicas e contra as armas nucleares. Já as lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura; direito de fiscalizar o Estado por meio de associações, sindicatos ou partidos políticos; direito à informação sobre as decisões governamentais.

A divisão entre direitos civis, políticos e sociais não deve nos levar a perder de vista uma característica intrínseca aos direitos humanos: sua indivisibilidade. Isso equivale a dizer que os direitos não podem ser exercidos de maneira parcial. Todas as pessoas devem gozar do conjunto total de direitos e de cada um na sua totalidade. De acordo com a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993, todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Portanto, devem ser tratados de modo global, justo e equitativo. Embora as características específicas de local, contexto e cultura precisem ser levadas em consideração, é dever do Estado promover e proteger todos os direitos humanos de maneira integral, independentemente de qual seja seu sistema político, econômico e cultural.

6 Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil

O sistema político brasileiro preenche, formalmente, os requisitos mínimos de uma poliarquia, ou seja, um sistema democrático em que o poder é atribuído com base em eleições livres e em que há ampla participação política e concorrência pelos cargos eletivos. Esse sistema implica disputa pelo poder, tolerância à diversidade de opiniões e oposição política.

No entanto, o que se percebe na sociedade é que essa estrutura formal não garante a democratização dos recursos socialmente produzidos, como bens, direitos e serviços básicos proporcionados pelo Estado. Assim, destaca-se que a questão democrática vai além do estabelecimento das regras formais que caracterizam esse tipo de regime. É necessário retomar o conteúdo social da democracia e ampliar os direitos de cidadania para reduzir a distância entre as esferas formal e real; afinal, a cidadania plena é condição indispensável para a concretização dos direitos humanos.

Filme

◆ **Democracia em preto e branco**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.
Direção: Pedro Asbeg.
Duração: 87 min.

O documentário trata de um período da história brasileira em que o regime ditatorial instaurado em 1964 já demonstrava esgotamento. Ambientada em 1982, a obra mostra como a música, o futebol e a política se revelaram uma mistura genial na luta contra a opressão e a censura e pela volta da democracia.

Quem escreveu sobre isso

MARCO ANTÔNIO REZENDE/FOLHAPRESS

José Murilo de Carvalho

José Murilo de Carvalho, cientista político e historiador brasileiro nascido em 1939, produziu trabalhos relevantes na tentativa de compreender a construção política e social brasileira, como *Cidadania no Brasil*: o longo caminho e *Os bestializados*. Além de atuar como professor em diversas universidades do mundo, é membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a construção do ideal de cidadania no Brasil foi estabelecida de cima para baixo.

GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

No Brasil, a distância entre a democracia formal e a real é significativa. Nesse contexto, milhões de cidadãos têm seus direitos de cidadania desrespeitados. Na imagem, artesanato indígena numa calçada em Santa Maria (RS, 2010).

A estruturação dos direitos de cidadania no Brasil esteve constantemente vinculada aos interesses das elites socioeconômicas e políticas; poucas vezes foi resultado de um projeto com ampla participação popular e voltado para a inclusão social. Com base nessa constatação, o historiador mineiro José Murilo de Carvalho desenvolveu a teoria de que vivemos uma "estadania", pois muitos de nossos direitos seriam resultantes de uma "concessão" relativa do Estado, feita de cima para baixo a uma população muitas vezes desinteressada da "coisa pública". Dessa forma, os direitos costumam ser vistos como concessões ou benefícios oferecidos pelos grupos dominantes ao restante da população.

Ainda de acordo com o autor, a construção da cidadania no Brasil inverteu a ordem cronológica apontada por T. H. Marshall, uma vez que primeiro foram estabelecidos os direitos sociais e ampliados os direitos políticos, durante o período ditatorial do Estado Novo, para depois serem implementados os direitos civis, o que gerou a formação de uma pirâmide invertida dos direitos.

Já o cientista político carioca Wanderley Guilherme dos Santos utiliza o conceito "cidadania regulada para identificar a concessão dos direitos por parte do Estado como maneira de mediar possíveis conflitos entre classes. Nesse caso, o Estado controlaria os grupos sociais por meio de práticas regulatórias, que variam entre o aumento da participação (proporção de indivíduos que possuem acesso aos direitos) e a redução da liberalização (capacidade das instituições sociais de garantir a consolidação dos direitos). Aqui, o governo Vargas deve ser mencionado, uma vez que Santos cita, como políticas desse período, a criação das leis trabalhistas e o controle dos sindicatos. Como consequência, a classe trabalhadora conquistou direitos, mas perdeu poder de contestação.

No entanto, identificam-se na história do Brasil alguns momentos em que as mobilizações políticas ganharam destaque, em geral tendo como referência a luta por direitos sociais e liberdade. Com base em um conjunto de práticas repressivas, a ditadura militar, iniciada em 1964, impôs um retrocesso à construção da democracia e dos direitos humanos no país. E foi então que movimentos populares e sindicais do campo e da cidade passaram a exigir distribuição justa dos bens produzidos pelo trabalho e maior participação social nas decisões sobre os rumos adotados pelo país.

Além disso, foi pela resistência à ditadura e durante a redemocratização formal do Brasil que diversos grupos se fortaleceram para as lutas subsequentes em prol dos direitos humanos. Em meio ao processo de redemocratização, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que contou com destacada participação social em sua elaboração e incorporou diversas reivindicações populares, sobretudo no campo das liberdades civis e políticas.

A Constituição brasileira estabelece alguns mecanismos de participação política, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (artigo 14), para garantir, ao menos no âmbito formal, a democracia participativa. Outro exemplo é o orçamento participativo, modelo em que cidadãos, por meio de uma complexa ferramenta de gestão pública, participam da elaboração e da fiscalização do orçamento, principal instrumento de distribuição dos recursos públicos.

Outro momento de mobilização política de nossa história recente foram as Jornadas de Junho, que aconteceram em 2013, nas quais parte da população saiu às ruas para lutar pela efetivação de alguns direitos, como transporte público de qualidade e gratuito, e para questionar o funcionamento da democracia.

Livro

- **EISENBERG, J.; POGREBINSCHI, T.** ***Onde está a democracia?***

Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

Escrito por cientistas políticos, o livro apresenta elementos centrais para a compreensão da democracia e da estrutura política brasileira.

Quem escreveu sobre isso

ALEXANDRE DURÃO/FOLHAPRESS

Wanderley Guilherme dos Santos

Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político brasileiro nascido em 1935, notabilizou-se por refletir sobre as relações de poder presentes no Brasil e na América Latina. Em sua obra *Razões da desordem*, empregou o conceito "cidadania regulada" para representar a construção dos direitos em nosso país.

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos utiliza o conceito de "cidadania regulada" para identificar a concessão dos direitos por parte do Estado brasileiro.

Filme

◆ **Estamira**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2006.
Direção: Marcos Prado.
Duração: 115 min.

O documentário conta a história de Estamira, senhora de 63 anos acometida por distúrbios mentais, que mora e trabalha há mais de 20 anos no aterro sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Tendo como temas a loucura, a miséria e a desigualdade social, o filme permite refletir sobre o caráter excludente de nossa sociedade e da situação de precariedade e alijamento de direitos em que vive uma parcela da população.

A socióloga fluminense Maria Victoria Benevides chama de democracia semidireta as formulações institucionais firmadas pela Constituição de 1988. O objetivo do modelo participativo de democracia proposto pela Constituição não é "substituir" o sistema representativo, mas possibilitar a conscientização social, essencial para a efetivação da cidadania, que só é possível com uma participação política permanente, plena e ativa de todos os cidadãos. Contudo, a Constituição ainda apresenta muitas limitações, em especial no que se refere às dimensões social e econômica. Nessas dimensões residem os principais obstáculos à construção e à concretização dos direitos humanos e da cidadania na vida social brasileira.

Na verdade, há grande diferença entre a cidadania formal e a cidadania real no Brasil. A cidadania formal é a que está presente nas leis, imprescindível para a liberdade e para as garantias individuais; sem ela, estaríamos à mercê da vontade de qualquer grupo dominante. Ou seja, ela garante a igualdade de todos perante a lei. Já a cidadania real, aquela do dia a dia, mostra justamente o contrário, isto é, que não existe igualdade entre os seres humanos e que prevalece a desigualdade em todas as dimensões da sociedade.

Apesar da luta de diferentes setores da sociedade, principalmente aqueles ligados às minorias sociais, no dia a dia percebemos que a maioria da população tem seus direitos desrespeitados. Portanto, apesar de existirem formalmente, a democracia, a cidadania e os direitos ainda são bastante restritos. Respondendo à pergunta inicial do capítulo, podemos dizer que o Brasil é uma democracia em construção, em todos os sentidos. O rumo e o alcance que ela terá vão depender da participação da população brasileira, em especial da juventude, nas lutas pela implantação dos direitos humanos para todos os cidadãos.

ANDRÉ BORGES/FOLHAPRESS

A mobilização popular é essencial para a conquista de direitos. Na foto, manifestantes ocupam a parte externa do Congresso Nacional durante as Jornadas de Junho (DF, 2013).

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

A violação dos direitos de cidadania é uma prática disseminada na sociedade brasileira e a universalização desses direitos ainda é um desafio. Somente com participação política efetiva da sociedade essa realidade pode ser modificada. Na foto, crianças lavam roupa na lagoa do Parque Estadual Padre João Câncio, em Serrita (PE, 2010).

Considerações sociológicas

Cidadania formal e cidadania real no Brasil.
Para quem são os direitos em nosso país?

Desde o final da ditadura militar, em 1985, vivemos no Brasil um estado democrático de direito. Isso implica dizer que o respeito às liberdades civis, aos direitos humanos e às garantias fundamentais deve ser constante no cotidiano da sociedade. Será?

Em seu livro *Cidadania no Brasil*: o longo caminho (Editora Civilização Brasileira, 2001, p. 214), o historiador José Murilo de Carvalho cita uma série de fatos ocorridos nas últimas décadas para demonstrar que entre a cidadania formal (a que está nas leis) e a cidadania real (a que vivemos no dia a dia) há uma grande diferença. Diz ele: "Em 1992, a polícia militar paulista invadiu a Casa de Detenção do Carandiru para interromper um conflito e matou 111 presos. Em 1992, policiais mascarados massacraram 21 pessoas em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Em 1996, em pleno centro do Rio de Janeiro, em frente à igreja da Candelária, sete menores que dormiam na rua foram fuzilados por policiais militares. No mesmo ano, em Eldorado dos Carajás, policiais militares do Pará atiraram contra trabalhadores sem-terra, matando 19 deles. Exceto pelo massacre da Candelária, os culpados dos outros crimes não foram até hoje condenados. No caso de Eldorado dos Carajás, o primeiro julgamento absolveu os policiais. [...]".

Em todos os casos, uma semelhança. Os mortos eram cidadãos pobres, marginalizados e representantes de grupos sociais que constantemente têm seus direitos violados. Também em todos os casos os agentes da violação dos direitos representavam o próprio Estado, que deveria ser o primeiro a garantir os direitos de todos.

O sociólogo Ignácio Cano afirma que o Brasil convive com altos níveis de impunidade, violência e abuso contra os direitos humanos. A construção de uma sociedade democrática passa pela inversão dessa tendência, que propende a gerar nos cidadãos uma constante sensação de que sua integridade pode ser atingida.

Os dois autores constatam aquilo que os moradores das favelas, das periferias e das áreas rurais já sabem há tempos. Os direitos no Brasil são seletivos. Educação, saúde, segurança pública, moradia e outros direitos humanos estão disponíveis apenas para uma parcela da população, e quem mais desrespeita esses direitos é o próprio Estado.

Carvalho afirma que no Brasil a cidadania é hierarquizada. Há uma minoria que não somente tem acesso a todos os direitos previstos na cidadania formal como em determinados casos se coloca, por conta do poder financeiro, de modo que a lei não a atinja. De outro lado, há os cidadãos de "segunda classe", para quem a cidadania só é alcançada por meio de muitas lutas. Como consequência, temos uma sociedade na qual a cidadania plena é um sonho distante para a maioria das pessoas.

São os jovens as principais vítimas da negação dos direitos. O *Mapa da violência 2013 – mortes matadas por armas de fogo*, estudo coordenado pelo sociólogo Julio Waiselfisz, aponta que quase metade das mortes de jovens no Brasil tem como causa o homicídio. Se pesquisarmos exclusivamente entre os jovens negros, esse índice atinge níveis alarmantes. Entre as mulheres, a violação dos direitos é uma realidade preocupante, por conta de essa transgressão ser ainda maior. Os índices de assassinatos de mulheres jovens (16 a 24 anos) são superiores à soma de homicídios em todas as demais faixas etárias.

A correspondência entre a cidadania formal e a cidadania real só será estabelecida por meio de uma constante luta para a implementação dos direitos tanto por meio de ações da sociedade civil quanto de políticas públicas. O que fazer? Esconder-se atrás das paredes ou dos muros de nossas casas? Ou participar ativamente na luta, a fim de que os direitos sejam uma realidade para todos os cidadãos?

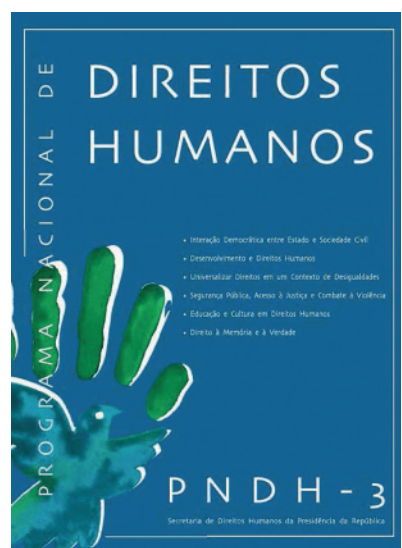
Direito e sociedade

Programa Nacional de Direitos Humanos

Em maio de 1996, o governo brasileiro lançou a primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I), que tratava apenas de direitos civis e políticos. O PNDH-II foi editado em maio de 2002, incorporando ao primeiro direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O PNDH-III, de dezembro de 2009, tratou de direitos universais, como saúde, educação, desenvolvimento social, agricultura, meio ambiente, segurança pública, acesso à justiça e à informação, entre outros.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 mostra o Brasil na 79ª posição no *ranking* dos 187 países pesquisados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede a qualidade de vida dos habitantes de um país; no Brasil, é de 0,744. Ele é composto de três subíndices: longevidade (expectativa de vida), renda e educação. Embora em nosso país as pessoas vivam em média 73,9 anos e a taxa de matrículas escolares atinja 97% das crianças entre 7 e 14 anos, números relativamente bons, a concentração de renda e de riqueza compromete o IDH e é a principal responsável pela colocação do país no referido *ranking*. Esse fator situa o Brasil como o 9º país mais desigual de uma lista de 187 nações. Isso pode ser verificado nos números: enquanto os 10% mais pobres da população detêm 1% da renda, os 10% mais ricos se apropriam de 50%. Quando se trata da riqueza – que engloba, além da renda, o patrimônio –, verifica-se que 10% da população detêm 75,6% de toda a riqueza nacional, sobrando 24,6% para os outros 90%, mais de 165 milhões de brasileiros. Com base nesses números, podemos ter uma ideia de como a cidadania real é vivenciada pela maioria da população do país.

Tendo como elemento norteador a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira prevê a garantia dos três tipos de direitos de cidadania. O objetivo é fazer que, de fato, a cidadania e os direitos humanos sejam estendidos a todos. Entretanto, pesquisas realizadas por diversos órgãos e pelo Programa Nacional dos Direitos Humanos têm indicado que a realidade ainda está bem distante do ideal promulgado na Carta Magna.

REPRODUÇÃO

Atividade

E na comunidade em que você vive, como os direitos humanos são efetivados? Há violações de direitos? De quais grupos? Realize a seguinte atividade para medir o grau de efetivação dos direitos humanos no lugar onde você mora.

Para a elaboração da atividade, proceda da seguinte maneira:

1. Formem grupos, cada um composto de um quarto dos alunos da turma.
2. Cada grupo escolherá dois direitos previstos na Constituição Federal.
3. Consultando jornais impressos e a internet, façam um levantamento, no município ou no bairro em que residem, de violações dos direitos que escolheram.
4. Caso exista uma Secretaria municipal e/ou estadual de direitos humanos, uma comissão de direitos humanos na Câmara dos Vereadores ou na Assembleia Legislativa, ou movimentos sociais ou ONGs de defesa dos direitos humanos na região pesquisada, entrevistem seus integrantes a fim de obter material informativo e saber quais providências estão sendo tomadas para que essas violações cessem.
5. Exponham o material elaborado.

Reflexão e revisão

A construção de um ambiente democrático nas sociedades contemporâneas se refere à existência e à consolidação de diferentes modelos de direitos. Por mais que o conceito de democracia tenha surgido em um contexto histórico e social diferente do dos tempos atuais, seu desenvolvimento acompanhou as transformações ocorridas no mundo. Ainda que as diversas perspectivas de análise sobre esse conceito sejam notórias, não devemos nos equivocar condicionando a existência do ideal democrático apenas ao fato de uma sociedade ter a possibilidade de eleger seus representantes.

Tomando como ponto de partida a leitura desse trecho e dos debates do capítulo, realize as atividades a seguir.

1. Com base no entendimento do conceito de democracia, faça uma comparação entre o contexto de seu surgimento e o seu sentido atual.

2. Identifique e caracterize os direitos presentes na tipologia proposta por T. H. Marshall. Não deixe de citar exemplos ilustrativos sobre cada um desses modelos.

3. É possível confirmar a existência de democracia e de cidadania plena no Brasil? Justifique sua resposta com argumentos e exemplos concretos.

Questão para debate

O jovem brasileiro e a política depois de junho de 2013

O mês de junho de 2013 no Brasil ficou fortemente marcado por uma série de manifestações de rua que reuniram milhares de pessoas, originalmente motivadas pela insatisfação com o aumento do preço das passagens de ônibus em diferentes cidades do país.

Tais manifestações se repetiram por vários dias e foram ganhando cada vez mais adeptos, observando-se também uma progressiva diversificação das causas expressas em cartazes confeccionados artesanalmente por manifestantes, em sua maioria jovens. A maior parte das reivindicações fazia referência às deficiências nos serviços públicos de maneira geral, com destaque para educação, saúde, moradia e mobilidade urbana, mas muitas delas também apresentavam críticas diretas ao governo da presidente Dilma Rousseff ou à atuação do Estado.

Desde então, o fenômeno das Jornadas de Junho tem sido analisado de diferentes pontos de vista por muitos pesquisadores, jornalistas e ativistas. Uma das questões amplamente exploradas diz respeito às novas e às antigas maneiras de envolvimento dos jovens brasileiros com as questões políticas de sua cidade e de seu país e às novas possibilidades colocadas pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação.

Uma pesquisa que recebeu o título Sonho Brasileiro da Política, feita pela Box1824, empresa que realiza pesquisas relacionadas ao comportamento jovem, elaborou uma classificação quanto às formas de envolvimento de jovens com idade entre 18 e 32 anos com a política, no que diz respeito aos níveis de interesse, ação e mobilização dessa faixa etária. Considerando apenas aspectos como participação nas manifestações de junho, adesão a alguma causa ou bandeira de luta, autodeclaração como "engajados" e atuação em projetos voltados para a transformação social, os pesquisadores utilizaram as seguintes categorias: *alheios* (39%); *à deriva* (17%); *críticos* (28%); e *agentes e hackers da política* (16%).

Depois de visitar o endereço eletrônico <http://sonhobrasileirodapolitica.com.br> (acesso em: 29 fev. 2016), onde estão publicados os resultados dessa pesquisa, faça com os colegas um debate em sala de aula, de modo que avaliem aspectos da investigação acima apresentada. Para isso, é aconselhável que discutam as seguintes questões:

a) Relate de que modo você vivenciou os episódios que a imprensa acabou chamando de Jornadas de Junho ou como tomou conhecimento deles. Que significado esse movimento teve para você? Converse com os colegas e pergunte a eles como vivenciaram essas manifestações.

b) O que você pensa sobre as categorias utilizadas pela pesquisa? É possível identificar essas tendências de comportamento entre seus conhecidos da mesma faixa etária?

c) Que outras categorias poderiam ser utilizadas para classificar o envolvimento do jovem com a política?

d) De modo geral, você considera que o envolvimento do jovem com a política sofreu alguma mudança depois das manifestações de junho de 2013? Em caso positivo, pense em quais áreas essa mudança se faz notar na atualidade.

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, 2013)

É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.

b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade das leis.

c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.

d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.

e) ao direito de o cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

Questão 2

(Enem, 2013)

Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

a) exercício de tutela sobre as atividades jurídicas e políticas.

b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.

c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.

d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.

e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

Questões para pesquisa

Questão 1

"Acessar, Digitar, Interagir!!! Esse é o novo grito proclamado pelas vozes do silêncio, pelos navegantes democráticos, pelos marginalizados tecnológicos, pelos infonautas do desejo."

A frase acima foi proclamada pelos integrantes do movimento dos sem-tela em 1996, portanto, há mais de 20 anos. Nesse manifesto, além das denúncias contra a manipulação das informações, reivindicava-se a democratização da internet e do acesso à rede como um direito.

Nesta atividade, propomos a vocês que escolham uma turma e pesquisem quantos estudantes têm acesso à internet, em quais condições esse acesso ocorre, como eles lidam com as informações obtidas no ciberespaço e como as compreendem e as incorporam. Ao final, realizem um debate para avaliar se os objetivos do movimento dos sem-tela foi atingido.

Questão 2

Com base nas questões levantadas no debate sobre as manifestações de junho de 2013 e os modos como jovens se relacionam com a política, reúnam-se em grupos e elaborem um questionário para ser aplicado em uma amostra de pelo menos 30 pessoas com idades entre 16 e 23 anos. Os questionários devem ser elaborados com a ajuda do professor e podem ser divididos entre os integrantes da turma a fim de que sejam aplicados e, em seguida, novamente reunidos para análise conjunta dos resultados obtidos. O objetivo da pesquisa é indicar, sem pretender generalizar, tendências observáveis no comportamento da juventude atual quanto à sua relação com a política, maneiras de ação, filiação a ideologias partidárias, entre outras questões.

CAPÍTULO 8

Movimentos sociais

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender que os movimentos sociais são manifestações coletivas históricas com algumas características estruturais que permitem seu estudo e sua teorização.
- Identificar movimentos sociais existentes na própria realidade.
- Distinguir os elementos que conferem identidade aos movimentos sociais, bem como seus objetivos e adversários.
- Reconhecer as transformações dessa estrutura de luta social de acordo com as mudanças da sociedade, diferenciando os chamados movimentos tradicionais dos novos.
- Avaliar os desafios e as perspectivas das lutas sociais no mundo atual.

RODOLFO BUHRER/LA IMAGEM/FOTOARENA

Manifestação de professores em greve no Paraná, em 27 de abril de 2015. Dois dias depois, o conflito entre polícia e manifestantes deixaria como saldo 213 pessoas feridas.

Na foto, manifestante picha muro no centro da capital do estado de São Paulo, em ato contra o aumento das tarifas de ônibus, em 2013.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento social que organiza trabalhadores urbanos na luta contra a especulação imobiliária e pela reforma urbana. Na imagem, passeata de integrantes do MTST, em uma tentativa de pressionar a Câmara Municipal a votar o Plano Diretor e também de criticar a influência política do mercado imobiliário no legislativo municipal. São Paulo (SP, 2014).

◆ Questão motivadora

Qual é o papel dos movimentos sociais na transformação política e na ampliação e manutenção dos direitos de cidadania da população?

1 Primeiras palavras

Em 16 de julho de 2015, cerca de 12 mil membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) caminharam da estação Morumbi, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), até o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, para reivindicar moradia popular e a resolução de pendências com os órgãos estaduais. Uma comissão foi recebida pelo secretário da Casa Civil e pelos presidentes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), e trataram de questões relativas à utilização de terrenos para construção de conjuntos habitacionais. Essa mobilização foi um dos exemplos de luta do MTST, um dos movimentos sociais mais atuantes no Brasil na década de 2010.

Mas o que é um movimento social? Em geral, as pessoas consideram os movimentos sociais sob apenas um ponto de vista: o das reivindicações. Já os estudiosos do tema levam em conta diversas dimensões dos movimentos: crenças, valores, história e diferenças internas, bem como suas ações e práticas sociopolíticas.

O tema dos movimentos sociais se entrelaça com o da cidadania. A história desses movimentos é a história de grupos, em geral desprivilegiados, que tentaram (ou tentam) ampliar os direitos de cidadania e o alcance dos protestos, de modo a se estenderem dos limites locais aos âmbitos nacional e global.

A luta por moradia é o principal objeto de reivindicação de diversos movimentos sociais da atualidade.

MARCIO MALTA (NICO)

Movimentos sociais, portanto, são ações coletivas com o objetivo de manter ou de mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou de parceria com o Estado. São uma poderosa força de mudança social. Tal força pode ser exercida "de baixo", por meio de atividades construídas por pessoas comuns em graus diversos de associação, ou pode vir "de cima", por iniciativa de membros da elite (legisladores, governantes, dirigentes, juristas, administradores, intelectuais etc.).

Neste capítulo, serão apresentados os principais aspectos dos movimentos sociais e suas diferentes manifestações, tanto no Brasil quanto no mundo. A compreensão de suas características e de sua importância para a construção da cidadania e da justiça social permitirá identificar os obstáculos a serem vencidos no processo de edificação da democracia.

Cronologia

1789 – Na luta contra o absolutismo, que ainda predominava em quase todos os países europeus, camponeses, artesãos e trabalhadores de outros segmentos sociais, liderados pela burguesia, foram às ruas clamar por direitos civis e políticos. O marco referencial desse processo, que se estendeu para o século seguinte, foi a Revolução Francesa.

1888 – Lutas em torno da questão escravista culminam na abolição da escravatura no Brasil.

1937 – Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

1964 – Golpe civil-militar e início da perseguição política a lideranças de movimentos sociais.

1968 – Manifestações estudantis começam na França e se espalham por vários países.

1979 – Promulgação da Lei da Anistia. Retomada das lutas pela redemocratização do Brasil.

1984 – A Campanha popular pelas Diretas Já defende o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República. Fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

1985 – Fim do regime civil-militar.

2 Movimentos sociais como fenômenos históricos

Ao longo da história, os movimentos sociais foram percebidos e estudados de diferentes maneiras. Nos anos 1950 e em parte dos anos 1960, eram compreendidos apenas no contexto específico das mudanças sociais. Na época, ainda prevalecia a noção de que mudanças repentinas constituíam fonte de desordem. Assim, os movimentos sociais eram vistos principalmente como causa de conflitos e instigadores de revoltas e revoluções, portanto, considerados anômalos e nocivos para a ordem social.

Representante dessa corrente de pensamento que dispensava a análise histórica, o sociólogo estadunidense Talcott Parsons afirmava que qualquer tipo de greve, manifestação ou protesto perturbaria o bom funcionamento e o equilíbrio da sociedade.

Outra corrente de análise dos movimentos sociais, predominante na Europa durante o século XX, fundamentava-se na perspectiva marxista. Desse ponto de vista, a trajetória dos movimentos era interpretada por meio dos conceitos de classe social e luta de classes. Tais conceitos envolviam uma explicação histórica e estavam compreendidos, na análise contemporânea, no desenvolvimento do capitalismo.

Movimento social no passado: na Passeata dos Cem Mil contra o regime militar, o líder Vladimir Palmeira discursa para os estudantes na Cinelândia, no Rio de Janeiro (RJ, 1968).

ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO

Os estudos críticos das diferentes estruturas de movimento identificadas no século XX (ainda sob o impacto recente da Segunda Guerra Mundial) preocupavam-se em entender as possibilidades de transformação de uma sociedade, o que ocorreria, de acordo com eles, por meio de reformas políticas e sociais ou por uma revolução.

Em meados dos anos 1960, as manifestações pelos direitos civis nos Estados Unidos e a eclosão de rebeliões estudantis, primeiro na Europa e depois em outros países, mudaram o cenário anterior e ampliaram o campo de atuação dos movimentos sociais, bem como a maneira de estudá-los.

Nos 1970 e 1980, manifestações contra os regimes autoritários eclodiram na América do Sul, marcando a luta pela democracia e pelo retorno dos direitos.

1989 – Eleições diretas para a Presidência da República após 29 anos de privação do direito ao voto.

1992 – *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, que contou com grande participação do movimento estudantil.

1999 – Início das lutas dos movimentos antiglobalização ou altermundialistas.

2001 – 1º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS).

2002 – Eleição para a Presidência da República do ex-operário metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

2011 – O movimento *Occupy Wall Street* promove a ocupação de espaços públicos em várias cidades dos Estados Unidos e da Europa para denunciar o efeito corrosivo que o poder de grandes bancos e corporações multinacionais exerce sobre o processo democrático.

2013 – No mês de junho, milhares de pessoas foram às ruas em diversas cidades brasileiras para, entre outras coisas, protestar contra o aumento das passagens de ônibus, a má utilização de recursos públicos nas obras para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, e lutar por melhorias nos serviços públicos, assim como pelo combate à corrupção.

Livro

- **SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*.**

São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

O livro aborda as lutas empreendidas pelos movimentos sociais urbanos desde o final da década de 1970, analisando seu surgimento, sua organização e seus desdobramentos.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

Talcott Parsons

Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979) foi um sociólogo estadunidense que tentou elaborar uma teoria geral das Ciências Sociais para explicar todo e qualquer fenômeno social e predizer o comportamento do indivíduo e da sociedade. Completou seu doutorado na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, em 1926. Regressando aos Estados Unidos, lecionou Economia e Sociologia na Universidade de Harvard entre 1927 e 1973. Presidiu a Associação Americana de Sociologia em 1949.

Talcott Parsons foi um dos mais importantes sociólogos estadunidenses do século XX.

A partir dos anos 1990, os movimentos sociais passaram a se apresentar de maneira difusa, organizados em redes nacionais e internacionais que reuniam bandeiras de reivindicações locais e globais. Desse modo, os sociólogos se viram diante da tarefa de encontrar semelhanças e diferenças entre movimentos existentes desde o século XVIII em lugares muito diferentes, como França, Bolívia, Polônia e Brasil.

A História será sempre um elemento fundamental para a compreensão desses movimentos, mas a apuração de seus aspectos estruturais se tornou indispensável para compará-los no tempo e no espaço. São os aspectos estruturais que possibilitam identificar as transformações que eles promoveram e as mudanças pelas quais passaram.

Em 28 de agosto de 1963, mais de 250 mil pessoas participaram da Marcha sobre Washington em prol dos direitos civis da população afro-americana. Um ano depois, foi aprovada a Lei dos Direitos Civis. Na foto, manifestação contra a discriminação racial em Detroit (Estados Unidos, 1963).

FRANCIS MILLER/TIME LIFE PICTURES/GETTY IMAGES

RODRIGO BALEIA/FOLHAPRESS

O navio Rainbow Warrior, do Greenpeace, chega a Manaus, no início de um *tour* pela Amazônia e pela costa brasileira para dar suporte às campanhas a favor da Lei do Desmatamento Zero e do uso de energias renováveis (AM, 2012).

Saiba mais

Criminalização dos movimentos sociais

A ideia de que os movimentos sociais são uma fonte de desordem social manifesta-se quando os grupos sociais dominantes, ao sentirem seus privilégios ameaçados pelas reivindicações populares, associam as lutas e a militância desses movimentos à criminalidade e à marginalidade. Tal distorção de sentido promove uma visão que considera os militantes engajados nas lutas sociais uma classe "perigosa", que precisa ser contida e reprimida. A criminalização dos movimentos sociais desprestigia as lutas em defesa dos direitos humanos e dos interesses das classes populares, o que dificulta tais conquistas.

3 Características estruturais dos movimentos sociais

Ao estudar os movimentos sociais em suas mais diferentes manifestações, podemos encontrar características comuns entre eles.

Esses movimentos podem ser classificados pelo caráter de suas ações, que são voltadas para a transformação da sociedade ou para a conservação de determinadas conquistas. Geralmente, trata-se de manifestações coletivas e duradouras, que reivindicam ou fiscalizam direitos até então não efetivados ou garantidos pelo Estado. Os movimentos podem também fiscalizar o trabalho do Estado. Entretanto, duas características comuns devem ser lembradas: a) eles não apresentam coordenação única, pois comportam diversidade muito grande de ideias e valores, bem como de atuação e de organização; b) suas ações se desenvolvem em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, para criar uma nova forma de interação e relacionamento.

BRUNO FERNANDES/FOTOARENA

Professores ocupam a Universidade São Francisco durante protesto realizado na região central da capital paulista (SP, 2015).

Muitas vezes, o Estado é visto como adversário na luta política, e, portanto, a relação entre ele e a população é de confronto. Outras vezes, porém, ele é o único aliado capaz de concretizar as demandas dos movimentos; nesses casos, Estado e movimentos sociais se unem em uma relação de parceria.

Esses movimentos se pautam por um repertório formado pelos recursos por meio dos quais chamam a atenção da sociedade para a causa ou os procedimentos usados na luta, a fim de tornar a reivindicação uma realidade. Greves, passeatas e panfletagens estão entre as práticas mais comuns aos repertórios de diferentes movimentos sociais.

A organização dos movimentos sociais varia de acordo com o grau de burocratização, o que pode levá-los a adotar meios institucionais de luta política – como é o caso de movimentos que se tornam partidos políticos ou a eles se ligam –, ou a assumir uma posição desvinculada do poder estabelecido, como acontece com as organizações não governamentais (ONGs).

A Parada Gay é realizada anualmente em várias cidades do Brasil e do mundo. Organizado por civis, o movimento LGBT se considera apartidário e conta com manifestantes de diversas regiões do país. Na foto, vista da Parada do Orgulho Gay, realizada no parque Dona Lindu, em Recife (PE, 2014).

CARLOS EZEQUIEL VANNONI/AG. JCM/FOTOARENA/FOLHAPRESS

Filme

◆ **Terra para Rose**

REPRODUÇÃO

Brasil, 1987.
Direção: Tetê Moraes.
Duração: 84 min.

O filme retrata a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1980, quando começam a se organizar para lutar por seus direitos. Em particular, abarca a trajetória pessoal de Rose, que vive um drama pessoal sem, no entanto, perder a esperança.

◆ A relação com o Estado: parceria e confronto

Graças ao caráter emancipador, ou seja, de libertação de algum tipo de dominação, e também de busca pela equiparação de direitos, típico da maioria dos movimentos sociais, por muito tempo acreditou-se que sua relação com o Estado só poderia ser de confronto. Mas isso ocorre unicamente quando o Estado é centralizador e autoritário ou dominado por apenas um grupo ou pela elite nacional, como ocorreu durante o regime civil-militar no Brasil (1964-1985).

A situação social e política de uma sociedade ajuda a definir o perfil dos movimentos, ao mesmo tempo que oferece as bases para identificar as causas do seu surgimento. O estudo das bases sociais em relação à revolta e à obediência revela que situações de repressão política podem ter efeito imediato, mas são de difícil manutenção a longo prazo, porque geram ainda mais revolta. A violência do Estado é um elemento que dificulta a proliferação dos movimentos sociais como forma de reivindicação, porém, nos regimes democráticos, esses movimentos tendem a se desenvolver valendo-se das garantias constitucionais de direitos civis e políticos.

Quando o Estado é mais aberto às demandas da sociedade civil, ampliam-se as possibilidades de que a relação entre esses atores políticos não seja apenas de confronto. Muitas vezes, os movimentos buscam justamente que suas demandas sejam consideradas pelo Estado e transformadas em leis ou em políticas públicas. Da mesma forma, o Estado pode procurar os movimentos sociais a fim de atender melhor às necessidades da população ou, simplesmente, legitimar a autoridade estatal diante da sociedade.

◆ Objetivos: transformação e conservação

Outra maneira que a Sociologia encontrou para compreender os movimentos sociais foi identificar as consequências que suas demandas trariam para toda a sociedade se fossem atendidas.

Os movimentos lutam por causas que vão além dos interesses particulares, e seus objetivos, quando alcançados, transformam a vida de muitas pessoas, além daquelas envolvidas diretamente nas ações. Isso ocorre pela universalização das conquistas, que afeta pessoas em um mesmo espaço político (como um país, por exemplo), e pela sua sedimentação em forma de leis, que estende essas conquistas para futuros cidadãos.

Essa característica comum aos movimentos sociais permite verificar se as demandas dos grupos organizados buscam superar uma ordem social estabelecida, propor maior rigidez do sistema político ou servir de apoio à busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos. Um exemplo do primeiro caso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo objetivo é mudar uma estrutura de uso e distribuição da terra, historicamente excludente, por meio da reivindicação da reforma agrária e usando as ocupações como instrumento do repertório de suas ações políticas.

No que se refere a movimentos sociais que estabelecem relação de parceria com o Estado, pode ser citada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 19 de março e em 2 de abril de 1964, respectivamente, organizada por grupos conservadores contra a "ameaça vermelha", ou seja, o comunismo, e o então presidente João Goulart.

FERNANDO GOMES/AG.RBS/FOLHAPRESS

Integrantes do MST ocupam fazenda em Tapes durante a Jornada Nacional de Lutas do MST pela Reforma Agrária (RS, 2015).

Filme

◆ **O sonho de Rose**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2000.
Direção: Tetê Moraes.
Duração: 92 min.

Dez anos depois de seu primeiro filme (*Terra para Rose*), a diretora Tetê Moraes reencontra os personagens daquele primeiro assentamento e traça um panorama de suas trajetórias pessoais e coletivas.

ESTADÃO CONTEÚDO

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na região central de São Paulo (SP, 1964). Os manifestantes pediam a deposição do então presidente da República, João Goulart, por meio de um golpe militar.

Sugira uma pesquisa sobre as conquistas dos movimentos sociais que relacione a ampliação dos direitos às lutas sociais.

Na busca por ampliação e manutenção dos direitos de grupos específicos enquadram-se os esforços históricos dos trabalhadores e as lutas pela cidadania de mulheres, negros, homossexuais e outras minorias sociais, que foram responsáveis por avanços nessas conquistas. Atualmente, as lutas são travadas pelo exercício desses direitos, ou seja, por sua existência concreta e sua conservação.

A longo prazo, os objetivos de transformação ou de conservação da organização social levaram os movimentos sociais a serem classificados como revolucionários ou reformistas.

Movimentos revolucionários visam promover uma reorganização radical de toda a sociedade e transformar, assim, não apenas as leis internas que estruturam o Estado, mas também as próprias bases que legitimam sua autoridade e permitem seu funcionamento. Já os movimentos reformistas aceitam a estrutura das instituições sociais e políticas, embora a considerem passível de melhorias e objetivem eliminar abusos de determinados setores sobre os demais.

4 Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta aspectos como sistemas de organização, tipos de relações estabelecidas por seus integrantes, orientações desenvolvidas com as instituições sociais e estruturas a serem transformadas, entre outros aspectos. A reflexão sobre tais elementos deve sempre ser acompanhada de contextualização histórica e espacial em relação ao surgimento e ao desenvolvimento dos movimentos sociais.

Um primeiro modelo mostra os chamados movimentos sociais tradicionais, que se constituíram principalmente com base nas lutas dos trabalhadores desde a consolidação do capitalismo. Esses movimentos se caracterizam por apresentar organização vertical e rígida estrutura hierárquica, e neles os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente. Tais movimentos travam fortes embates políticos com o Estado porque buscam transformações nas estruturas econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Os movimentos tradicionais, em grande parte, pretendem assumir o controle do Estado ou, ao menos, transformar sua estrutura.

Site

- **www.mst.org.br**

Acesso em: fev. 2016.

Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que são divulgadas ações e reivindicações dos trabalhadores rurais, textos e vídeos sobre o MST e outros movimentos sociais.

JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Assembleia de metalúrgicos do ABC no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP, 1979).

Os movimentos tradicionais podem também ser identificados por suas demandas, como as dos trabalhadores por melhores salários, condições dignas de trabalho, redução da jornada e estabilidade de emprego; as dos grupos que se organizaram na luta por moradia, saneamento, transporte público ou educação; e também as daqueles que se dedicaram a combater estruturas autoritárias de governo, bem como sistemas econômicos e políticos que as sustentam.

Esses movimentos deram origem aos sindicatos, às associações nacionais e internacionais de trabalhadores e aos partidos políticos trabalhistas ou dos trabalhadores. Foram responsáveis também por muitas conquistas sociais permanentes referentes a direitos trabalhistas e garantias sociais.

A identidade dos indivíduos, porém, aspecto necessário para o surgimento de um movimento social, muitas vezes não decorre das relações de produção. Sendo assim, outros objetivos de reivindicação passaram a ser incorporados pela sociedade civil, abarcando os mais variados segmentos sociais, motivados pelo exemplo de conquistas dos movimentos tradicionais.

A identidade e os direitos das minorias sociais, como mulheres, negros e homossexuais, a conservação do meio ambiente e a coexistência de diversas expressões culturais são algumas das novas reivindicações que ganharam força no final do século XX.

Os chamados novos movimentos sociais redirecionaram o centro das demandas sociais do âmbito da economia para o da cultura, pela formação de movimentos inspirados em relações horizontais: seus integrantes têm maior autonomia, e não deixam somente nas mãos do Estado a responsabilidade de atender suas reinvindicações, buscando também transformar comportamentos e valores dos diversos segmentos sociais.

Livro

- **GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros.**

São Paulo: Loyola, 1997.

O livro retrata as lutas de diferentes movimentos sociais em busca dos próprios direitos em períodos distintos da história brasileira republicana.

O movimento dos trabalhadores: luta pelos direitos sociais

Os movimentos sociais podem ser caracterizados pela organização, pela consciência coletiva e por objetivos políticos. Esse sistema de expressão pública foi precedido por manifestações de mobilização social que ainda não tinham caráter político explícito nem linguagem própria para expressar seus objetivos. Por isso, tais manifestações assumiam as mais variadas estruturas. Na Europa, por exemplo, durante a Antiguidade e a Idade Média, apresentaram-se como revoltas de escravos, seitas sociais anticlericais e levantes camponeses, entre outros. As representações de luta social com organização política explícita surgiram na modernidade.

A Idade Moderna é marcada pela substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, atrelado ao crescimento do comércio e das cidades. Nesse tipo de economia, caracterizado pela acumulação de capital e pela propriedade privada, os trabalhadores não são os proprietários dos meios de produção dos recursos essenciais à sobrevivência (esse tema será aprofundado nos capítulos 9 e 11). Foi nessa época que eles começaram a receber um salário em troca de sua força de trabalho, o que inaugurou a sociedade de classes. De acordo com Karl Marx, a modernidade é marcada pelas relações antagônicas entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (trabalhadores assalariados), em que os interesses de um grupo se opõem aos de outro.

Assim, a vida comum nas fábricas e nos bairros operários e as experiências cotidianas compartilhadas produziram solidariedade e consciência dos interesses comuns no conflito de classes, característico da modernidade. As relações sociais que emergiram das condições concretas de vida e da maneira como estava esquematizada a produção levaram os trabalhadores a desenvolver a consciência de classe, fator importante para a organização dos movimentos que buscavam transformar a estrutura social.

Autores clássicos que inauguraram o estudo sobre os trabalhadores no moderno mundo capitalista e inspiraram ou protagonizaram revoluções, Marx, Engels e Lênin influenciaram muito as teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, sobretudo quando definiram a ação política essencialmente como processo de interação entre trabalhadores, capitalistas e Estado. Essa concepção levou muitos teóricos a não reconhecer como movimentos sociais as manifestações que não contestavam a estrutura social e a organização do Estado.

O movimento dos trabalhadores foi responsável pela conquista de muitos direitos trabalhistas e desempenha até hoje importante papel nas disputas políticas e nas ações do Estado.

Filme

◆ **Junho: o mês que abalou o Brasil**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.
Direção: João Wainer.
Duração: 72 min.

O documentário aborda as manifestações que eclodiram no Brasil em junho de 2013, com depoimentos de diversos atores sociais envolvidos e que refletem sobre o momento social e político vivido no país.

Oriente uma pesquisa a ser feita utilizando conteúdo do noticiário impresso ou da internet, sobre o papel dos estudantes nas diversas manifestações de massa que vêm ocorrendo no mundo.

◆ O movimento estudantil: a juventude assume seu papel na construção da sociedade

Diferentemente do movimento dos trabalhadores, o movimento estudantil é policlassista, visto que seus militantes são oriundos de diferentes classes sociais. Outra característica é a transitoriedade dos protagonistas, já que há constante renovação dos alunos nas instituições de ensino. No entanto, o movimento teve e continua a ter papel importante em momentos cruciais de transformação social.

Ações estudantis são citadas desde o século XVIII, mas o movimento ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, em especial na década de 1960, quando se envolveu efetivamente em manifestações de massa em diferentes partes do mundo, enfrentando governos e lutando por transformações no sistema educacional e na sociedade.

ESTADÃO CONTEÚDO

Passeata dos Cem Mil, grande manifestação de estudantes, trabalhadores, artistas e intelectuais contra o regime civil-militar, realizada no Rio de Janeiro (RJ, 1968).

MARTIN BERNETTI/AFP

Estudantes chilenos reivindicam ampla reforma educacional que estabeleça a gratuidade nas universidades públicas do país. Na foto, a polícia utiliza jatos de água para dispersar manifestação estudantil em Santiago (Chile, 2015).

A luta pela liberdade e pela igualdade espalhava-se pelo mundo na segunda metade dos anos 1960, época das utopias revolucionárias, da revolução sexual, da música engajada, dos protestos contra a Guerra do Vietnã, da luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos contra as leis de segregação racial, da **Primavera de Praga**, do Maio de 1968 na França, quando estudantes e trabalhadores saíram às ruas reivindicando mudanças políticas, culturais e sociais. Tudo isso ecoava, no Brasil, na luta contra a ditadura civil-militar. O setor estudantil foi um dos setores sociais mais aguerridos da resistência democrática da época.

O movimento estudantil brasileiro, capitaneado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), participou ativamente da luta pelas reformas de base na primeira metade dos anos 1960 e da luta contra a ditadura a partir de 1964. Sofreu repressões, foi colocado na ilegalidade e teve muitos de seus líderes presos ou assassinados.

Nas últimas décadas, o movimento estudantil esteve presente em diversos momentos históricos da vida política brasileira (luta pela anistia dos presos políticos, Diretas Já, Fora Collor, manifestações contra as privatizações). Em muitos outros países, não vem sendo diferente: os estudantes têm sido protagonistas na defesa da democracia, dos direitos humanos e das minorias.

Primavera de Praga
Breve período de liberalização política que vigorou na Tchecoslováquia entre janeiro e agosto de 1968 e que foi interrompido com a invasão das tropas do Pacto de Varsóvia, lideradas pela União Soviética.

Os movimentos contemporâneos: identidade e direitos difusos

A partir dos anos 1970, o século XX testemunhou transformações significativas em relação às demandas publicamente encampadas pelos movimentos sociais tradicionais. Nessa época, ganharam destaque os movimentos feminista, negro e ambientalista, entre outros. A emergência dos novos movimentos sociais mudou o foco dos critérios de análise antes utilizados para os movimentos tradicionais. Nesse contexto, a ação política foi redefinida como uma dimensão que abarca todas as práticas sociais e não apenas gravita em torno do Estado.

Com o reconhecimento de uma escala microssocial da política, pela análise de camadas menores e mais homogêneas, formadas por laços sociais sólidos, as análises dos movimentos não se concentram apenas em suas formas de ação, mas também na identidade coletiva dos grupos, que, na maioria das vezes, entravam em conflito com as identidades sociais preconcebidas.

Em sua maioria, os novos movimentos sociais estão mais preocupados em garantir a consolidação de direitos aos grupos minoritários. Seus procedimentos de atuação não envolvem políticas de cooperação com agências estatais, nem mesmo com sindicatos. Preferem, muitas vezes, ações diretas que visam usar a mídia para ampliar seu público e, assim, mudar valores que reproduzem preconceitos e práticas discriminatórias e opressivas, manifestações de uma cultura que nega direitos básicos a grandes contingentes da população.

Um exemplo concreto é a trajetória do movimento negro, que vem construindo lutas pela ampliação dos direitos por meio de um debate institucional (defesa das políticas de ação afirmativa), mas sem deixar de lado o desafio de fortalecer sua identidade e transformar as relações sociais no cotidiano (combate às práticas racistas).

Entretanto, em uma escala macrossocial, que abrange camadas mais heterogêneas, nas quais os laços sociais não são tão sólidos, esses movimentos criticam a nova configuração econômica e cultural do capitalismo tardio: expansão das relações de mercado para diferentes esferas da vida pessoal e cultural, padronização produzida pelos meios de comunicação de massa, burocratização da vida cotidiana e insegurança no mundo do trabalho, por exemplo.

Em grande medida, podemos dizer que a análise dos novos movimentos sociais permite destacar as seguintes características:

a) atuação como uma rede de troca de informação e cooperação, em contraponto à centralização dos movimentos tradicionais, com hierarquia vertical de líderes e militantes;

b) tendência de a base social de militantes ir além da estrutura de classes, reunindo em torno de uma mesma causa ativistas de diferentes posições na estrutura social;

c) emergência de novas dimensões de identidade, a exemplo do que acontece com o movimento feminista, com o movimento negro ou com os movimentos pelos direitos dos homossexuais;

d) incorporação de aspectos íntimos e individuais da vida humana em suas agendas de ação;

e) alternativa aos canais convencionais de participação das democracias ocidentais que vêm sofrendo com seguidas crises de credibilidade, como partidos políticos e organizações sindicais.

Essa nova linha de organização política acompanha uma concepção de sociedade civil, que aceita a existência legítima de um espaço ocupado por uma série de instituições que não estão no Estado ou no mercado, mas em um novo lugar entre essas duas instâncias. Esse espaço vem sendo ocupado principalmente pelas ONGs, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Nele, ocorre a mediação entre grupos de indivíduos e o sistema governamental sob os princípios da ética e da solidariedade, em uma perspectiva liberal, na qual relações pessoais e diretas dispensam a participação de líderes e mediadores.

Essa configuração deu origem a uma esfera da existência social que ficou conhecida como "esfera pública não estatal". Os novos atores políticos configuram uma alternativa à organização e à atuação da sociedade civil e passam a agir na esfera pública, antes exclusiva do Estado. Tal configuração pode ser analisada mediante duas visões antagônicas: por um lado, como redefinição das formas de organização dos diferentes setores da sociedade, pela ocupação de espaços nos quais a atuação estatal não era suficiente (ou simplesmente não existia); por outro, apenas como mais um eufemismo para a privatização da esfera pública que se consolida com as políticas neoliberais.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Cerca de 300 integrantes do movimento negro e simpatizantes participam da II Marcha Internacional contra o Genocídio do Povo Negro, em Brasília (DF, 2014).

Malcolm X

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 1992.
Direção: Spike Lee.
Duração: 202 min.

Cinebiografia do ativista do movimento negro dos anos 1960, Malcolm X, que retrata sua luta pelos direitos dos negros estadunidenses.

Aplicativo

Movimento Passe Livre – MPL

Aplicativo desenvolvido pelo Movimento Passe Livre. Traz informações, acesso às redes sociais virtuais, vídeos e fotos que mostram manifestações ocorridas no Brasil. Pode ser encontrado no endereço <www.androidpit.com.br/app/com.appbuilder.u270003p539286>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Considerações sociológicas

Os movimentos de legalização das drogas: o caso da maconha

Os movimentos sociais favoráveis à descriminalização das drogas ressaltam a ideia de que a "guerra às drogas" – política de repressão policial e militar adotada por vários países, inclusive pelo Brasil – representa, na realidade, uma "guerra aos pobres" disfarçada, uma vez que os setores atingidos pelo combate às drogas são os que produzem e revendem, ou seja, os elos mais frágeis, em sua maioria representados por jovens, negros e pobres. Do mesmo modo, argumentam que há mais mortes decorrentes do conflito armado pela repressão ao tráfico do que pelo abuso direto da droga. Além disso, sabe-se hoje que a incidência de óbitos relacionados ao abuso de drogas está concentrada nas drogas lícitas, como álcool e cigarro, segundo dados do Ministério da Saúde, que abrangem os anos de 2006 a 2010.

Alguns países já iniciaram mudanças nas políticas de drogas, como Holanda, Portugal, Espanha, Marrocos, Uruguai, além de alguns estados estadunidenses. A maconha tem sido a primeira droga a ter seu caráter ilícito questionado, principalmente com o avanço das pesquisas científicas sobre os benefícios do uso de suas substâncias em tratamentos de indivíduos soropositivos (para estimular o apetite), portadores de câncer (para aliviar os sintomas da quimioterapia), de glaucoma (para controlar a pressão intraocular) e de esclerose múltipla ou de epilepsia, entre outros.

A Marcha da Maconha é um dos principais movimentos sociais favoráveis à legalização que acontece em todo o mundo e que teve início durante a década de 1990, nos Estados Unidos. No Brasil, ela é realizada desde 2002, ao lado da mobilização de entidades e organizações que promovem debates a fim de aprofundar e esclarecer o assunto. A maconha é proibida, apesar de algumas mudanças recentes na legislação relativas aos direitos dos usuários (2006) – a Lei nº 11.343/2006 não estabelece mais pena de prisão para usuários, mas advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo – e à reclassificação do canabidiol, substância química encontrada na maconha, para fins medicinais (2015).

Os efeitos nocivos da maconha e a própria história de proibição fazem que a criminalização permaneça como política de Estado, gerando ainda controvérsias e posições contrárias à legalização.

CHARLES OMMANNEY/THE WASHINGTON POST/GETTY IMAGES

Alguns estados legalizaram o cultivo de maconha nos Estados Unidos. Na imagem, de 2015, usuária rega a planta em sua residência no distrito de Washington.

A legislação e os movimentos sociais

Os movimentos sociais são organizações que se colocam ora em posição de embate com o Estado, ora como colaboradores, apoiando-o, organizando demandas ou mesmo a implementação de políticas públicas. No entanto, não fazem parte da estrutura estatal, e a legislação direcionada à regulação de órgãos públicos não se aplica às ações desses movimentos.

Em um Estado democrático de direito, os movimentos sociais devem observar os dispositivos legais que restringem as liberdades individuais e garantem a manutenção da ordem pública. Assim, a legislação busca assegurar a ampla liberdade de expressão de indivíduos e de grupos organizados, como podemos observar em alguns dispositivos constitucionais. Para refletirmos mais sobre a questão, leia o texto a seguir.

Conflitos fundiários e o Judiciário

Todos os dias ocorrem reintegrações de posse na cidade de São Paulo. Na maior parte das vezes, ficamos sabendo ou porque o noticiário avisa que a ação está atrapalhando o trânsito ou porque mostra cenas de violência em casos que envolvem forças policiais em conflito com famílias sem teto.

Em 2012, milhares de pessoas que durante oito anos moraram em uma área abandonada em São José dos Campos foram expulsas violentamente – a força utilizada pela polícia na ocupação Pinheirinho foi tão desmedida que chamou a atenção de defensores de direitos humanos não apenas no país, mas no exterior.

O Pinheirinho foi um caso emblemático, que atravessou o silêncio e a invisibilidade que cercam a execução de decisões judiciais de reintegração de posse – com ou sem o uso da força – em áreas ocupadas por grupos vulneráveis, sem qualquer preocupação com a segurança e o destino das famílias envolvidas, muito menos com uma solução de moradia digna que possa atendê-las definitivamente.

De acordo com o Tribunal de Justiça de São Paulo, só de janeiro a maio deste ano já foram propostas 1 500 ações de reintegração de posse no Estado. Na maior parte dos casos, os juízes sequer tomam conhecimento de quem e por que está ocupando o imóvel.

A regra que impera é verificar a documentação da área, constatar quem é "o verdadeiro dono" e determinar a reintegração de posse, solicitando apoio das forças policiais para executar a ação.

Mas apenas isso não é suficiente para lidar com a complexidade dos direitos presentes nessas situações. Vale lembrar que nossa Constituição garante não apenas o direito de propriedade, mas também sua função social, além dos direitos civis, políticos e econômico-sociais de todos os brasileiros, o que inclui os moradores de ocupações.

Considerando as reiteradas situações com grande potencial de explodir em violência em casos de reintegração de posse, o TJ-SP criou um grupo de trabalho interinstitucional para analisar a questão.

[...]

Obviamente, a simples criação de uma vara especializada não resolve os conflitos fundiários. No entanto, essa pode ser uma proposta interessante, uma vez que os casos de reintegração de posse seriam analisados e decididos por juízes especializados [...].

Raquel Rolnik. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/07/1660704-conflitos-fundiarios-e-o-judiciario.shtml>. Acesso em: fev. 2016.

Atividade

Com base na análise das leis e do texto acima, dividam-se em dois grupos e sigam as orientações a seguir.

1. O primeiro grupo deverá debater a possibilidade de remoção das famílias e apontar os interesses envolvidos dos atores/agentes presentes na disputa (Estado, construtoras, governantes e ocupantes). É importante trazer recortes de jornais e revistas, bem como informações extraídas da internet, a fim de obter maior pluralidade de opiniões. Deve-se produzir um relatório a partir das discussões do grupo.

2. O segundo grupo deverá debater a possibilidade de permanência das famílias em função das leis e a solução para os interesses envolvidos. É importante apresentar recortes de jornais, revistas e informações encontradas na internet para ampliar os pontos de vista. Deve-se produzir um texto com base no debate.

3. Depois, cada grupo vai ler para a turma o material criado pelo outro grupo. Em seguida, a turma produzirá um terceiro documento que sintetize o posicionamento de todos sobre a questão das remoções forçadas, suas consequências e possíveis soluções. O resultado da pesquisa e do debate poderá ser exposto para os demais alunos da escola.

As manifestações veganas e os direitos dos animais

Vimos ao longo do capítulo que a partir da década de 1970 novas causas e um novo tipo de ativismo passaram a mobilizar movimentos sociais que se somaram àqueles mais especificamente ligados à luta de classes e ao mundo do trabalho. Um bom exemplo é o veganismo e os movimentos de defesa dos animais. Os veganos são conhecidos por terem uma dieta estritamente vegetariana, rechaçando o consumo de quaisquer produtos de origem animal (carnes, leites, derivados do leite, ovos etc.), e por não usarem vestimentas e sapatos de couro, camurça ou pele de animais. Além disso, defendem o boicote a empresas de produtos de limpeza, cosméticos e remédios que façam testes em laboratórios com animais, nos quais são aplicadas substâncias que provocam doenças e sofrimento. Portanto, muito mais que uma dieta restritiva, o veganismo representa o ativismo em defesa dos direitos à vida e à liberdade de todos os seres sencientes (capazes de sofrer, sentir medo ou angústia etc.), sendo também uma forma de luta contra todo tipo de exploração existente nas sociedades contemporâneas. O veganismo acredita que todos os seres têm o direito de viver para seus próprios interesses, e não para atender aos interesses dos humanos, servindo-lhes de matéria-prima (seja para uso, seja para lucro).

Os veganos mostram que a produção de carnes, leites e derivados pela indústria agropecuária voltada para o consumo humano gera, além do sofrimento animal, sérios impactos ambientais. Hormônios, antibióticos e outras substâncias são aplicadas, a fim de que os animais se desenvolvam mais rapidamente (e essas substâncias acabam prejudicando também os consumidores desses produtos). Todo tipo de crueldade pode ser registrado, como o abate precoce de bezerros e separação de mães e filhotes logo após o nascimento, a fim de que o leite da amamentação seja direcionado à comercialização. Soma-se a isso a devastação do meio ambiente, já que extensões consideráveis da Amazônia e do Cerrado brasileiros têm sido queimadas para criação de gado ou para monocultura da soja, voltada à produção de ração para os animais destinados para abate. Portanto, a causa vegana vem ao encontro da dos ambientalistas.

Diante da restrição na dieta, os veganos são frequentemente questionados a respeito da carência nutricional, especialmente no que tange à proteína de origem animal. Entretanto, estudos mostram ser possível compensar a ausência das proteínas animais pela ingestão de proteínas vegetais e, mais do que isso, pela diversificação e pelo equilíbrio da dieta: para a saúde, ingerir grãos, vegetais e frutas ricos em carboidratos complexos é mais importante que atingir valores exatos de proteína. Sendo assim, não há, segundo o veganismo, risco à saúde, nem mesmo no caso das crianças, desde que seja dada atenção especial a uma dieta balanceada e variada.

Ativistas carregam nos braços corpos de animais mortos pela indústria da carne, leite e ovos em protesto em Berlim (Alemanha, 2014).

CHRISTIAN DITSCH/ULLSTEIN BILD/ GETTY IMAGES

Atividade

Agora que você já sabe um pouco sobre o veganismo, aprofunde-se na análise da filosofia vegana e dos procedimentos de atuação dos veganos. Com colegas e professores, organize um evento para discutir o veganismo e apresentá-lo aos outros alunos da escola.

- Convide os professores de Biologia, Química e Geografia para colaborar trazendo conhecimentos de suas respectivas áreas e experiências de sua atuação profissional fora da escola, a fim de debaterem, por exemplo, os impactos ambientais desencadeados pela criação de gado nas grandes empresas de comercialização de carne bovina (emissão de gases na atmosfera e desmatamento), a classificação dos grupos alimentares ou a utilização de animais em laboratórios.
- Se na sua escola houver refeitório, você pode convidar as cozinheiras (merendeiras) e nutricionistas para um debate sobre o veganismo. É possível que, em alguns aspectos, os conhecimentos e experiências dessas profissionais se aproximem das ideias que os veganos defendem. Contudo, também é possível que haja divergências, o que contribuirá positivamente para o debate.
- Se houver condições, investigue o consumo de alimentos na escola: que alimentos são comercializados? Os consumidores preferem produtos de origem vegetal ou animal? Discutam as razões desses resultados e as consequências desse tipo de consumo alimentar.

O objetivo da atividade é que os alunos se envolvam no tema para além dos movimentos sociais em defesa dos animais e do próprio entendimento da filosofia vegana. O assunto abre espaço para diferentes debates, como as questões alimentar, ambiental, social, política e econômica.

Reflexão e revisão

Questão 1

Os movimentos sociais configuram-se em uma estrutura de organização e participação coletiva da sociedade civil na construção da realidade. Percebe-se, assim, que a atuação desses movimentos esteve sempre conectada aos fenômenos históricos de diferentes realidades, sobretudo no decorrer do século XX.

Com base nas informações presentes no capítulo:

1. Apresente exemplos da atuação de movimentos sociais no século XX.
2. Relate como os movimentos sociais se formam e atuam na construção de realidades democráticas e cidadãs.
3. Identifique diferenças entre os movimentos sociais tradicionais e os novos.

Questão 2

O que é feminismo

É difícil estabelecer uma definição sobre o feminismo, pois este termo traduz um processo que se constrói no cotidiano, e não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. O feminismo ressurge num momento em que outros movimentos denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais se organizam em torno de sua especificidade e se completam na busca da superação das desigualdades sociais. Esta complementação não implica uma fusão desses movimentos, que mantêm a sua autonomia e formas de organização. Entretanto, não são movimentos desvinculados, pois as fontes da discriminação não são isoladas. Existem conexões significativas entre tais movimentos, que se somam na busca de uma nova sociedade.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. p. 7-8. (Adaptado).

Nas últimas décadas, o fenômeno social de que trata o texto tem buscado:

a) recursos para a manutenção do *status quo*.

b) garantir os direitos das minorias sociais que atuam isoladamente.

c) defender minorias com organização e demandas próprias.

d) desvincular as minorias que têm demandas distintas.

e) ampliar os direitos das mulheres.

Questão 3

MIGUEL PAIVA

MAURICIO SILVA

As características dos movimentos sociais destacadas nas charges são:

a) lutar pelos direitos das minorias e serem aceitos pelas forças policiais.

b) manter direitos injustificáveis das minorias e a repressão das forças policiais.

c) conturbar a sociedade e ser apoiados pelas forças policiais.

d) garantir os direitos das minorias e serem contra o Estado.

e) acabar com a sociedade e serem reprimidos pelas forças policiais.

Questão para debate

Leia o texto a seguir.

"Rolezinho", capitalismo e gente bonita

Pelo que me relataram meus pais, no tempo deles era o *footing* nas praças do interior ou na Rua Augusta em São Paulo, onde jovens desciam a rua com carrões e outros passeavam pelas calçadas.

Quando eu estava na pré-adolescência foi inaugurado o *Shopping* Ibirapuera, local destinado para passear, entre aulas cabuladas.

Eram meros passeio e paquera. Expressavam as desigualdades sociais de nosso país, na época maiores que hoje? Sim, por óbvio. Tais desigualdades são e foram expressas em nossos hábitos cotidianos. [...]

O que mudou a partir da sociedade moderna capitalista é que essa se pretende democrática e igualitária, ao menos do ponto de vista formal. [...]

Tais valores se traduziram em normas jurídicas, no caso brasileiro, de foro constitucional. Todos têm direito a ir e vir, limitados pelas restrições que o direito de um ocasiona no do outro. É o que determinam os princípios constitucionais da liberdade e igualdade. [...]

No capitalismo moderno distinções infundadas de classe, étnicas, religiosas, de gênero etc. são abolidas do direito posto e da ética das relações entre particulares e o Estado e entre particulares quando esteja envolvida o uso de ambiente de caráter público, mesmo que privado. Posso exigir que em minha lanchonete as pessoas venham vestidas de um modo socialmente aceitável (regra geral), mas não posso impedir que pobres, mulheres ou afrodescendentes a frequentem (regra discriminatória).

Tenho sobre minha loja direito de propriedade e não "propriedade". Direito de propriedade e propriedade são conceitos distintos. Propriedade é uma possibilidade plena, direito de propriedade é a ideia de limitação e restrição por direitos de terceiros, como estabelece toda ordem jurídica capitalista conhecida.

O que os jovens da periferia pretendiam com seus "rolezinhos" era um *footing* num dos poucos espaços públicos que têm segurança e que desde minha pré-adolescência são substitutivos das praças e da Rua Augusta, já que celebração, sedução e paquera juvenil, felizmente, ainda não se conseguiu acabar. [...]

Classe social, hábitos de vestimenta ou forma corporal não são critérios logicamente fundados, ou seja, legítimos, para impedir alguém de frequentar um ambiente comercial público. Não se pode explorar economicamente tal tipo de espaço comercial ou de serviços condicionando o acesso apenas para "gente bonita". [...]

Não era um protesto contra os males do mundo, era uma forma de procurar espantá-los por algumas horas de forma segura, alegre e num ambiente valorizado pelos desejos de consumo que todos temos.

A reação de donos de *shoppings*, polícia e Judiciário é que trouxe à tona o debate público sobre as distinções sociais inconstitucionais e inaceitáveis existentes no cotidiano de práticas comerciais desprovidas de qualquer pudor humano ou democrático, feudais mais que capitalistas. Descabido na sociedade moderna presumir violência ou criminalidade na pobreza, seja na revista policial, seja no acesso ao *shopping*.

Gente bonita e descolada tem de saber acatar as leis e regras do jogo capitalista. Inconstitucional e eticamente inaceitável um centro comercial não permitir um encontro coletivo pacífico de pessoas por conta de sua condição social, étnica, de gênero, orientação sexual, padrão de consumo etc. [...]

A vida contemporânea, no Brasil e fora, é tolerante com discriminações sociais e estéticas infundadas. [...]

Por outro lado também é um equívoco querer enxergar no "rolezinho" qualquer conduta anticapitalista. O "rolezinho" é, ou era para ser, antes de tudo um momento lúdico de afirmação do consumo e dos valores estéticos do mercado capitalista. Um desejo de inclusão nele, e não de sua extinção.

Pedro Estevam Serrano. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/rolezinho-capitalismo-e-gente-bonita-6318.html>. (Adaptado.) Acesso em: fev. 2016.

Nos anos de 2013 e 2014, jovens, sobretudo das periferias, organizaram visitas aos *shoppings* de diversas cidades do Brasil. Como exposto no texto, tais eventos não tinham cunho revolucionário, de crítica ao capitalismo. Contudo, sua contribuição foi colocar em aberto os abismos de nossa sociedade, mostrando que o direito de ir e vir reivindicado pelas classes médias nem sempre é tão caro quando se trata de setores das camadas populares. Tendo isso em mente, responda:

1. Quais são as motivações dos "rolezeiros"?

2. Os "rolezinhos" podem ser considerados movimentos sociais? Por quê?

3. Que movimentos sociais existentes no seu bairro ou na sua cidade você conhece? Quais são suas características? Quais são seus modos de organização e táticas de mobilização? No que diferem dos "rolezinhos"?

A voz do cidadão

Frequentemente, passamos pelas ruas e encontramos problemas na pavimentação e iluminação de vias públicas, no saneamento básico, na coleta de lixo, no transporte público, entre outros. Como vimos nos capítulos desta unidade, a efetivação desses direitos de cidadania parte diretamente da ação dos movimentos sociais, como as associações de moradores. Essas associações civis obtêm informações e formam suas diretrizes com o auxílio dos meios de comunicação. As informações relacionadas aos movimentos sociais que circulam na imprensa são de extrema importância para a reflexão sobre a democracia, já que se mostram fundamentais para as mudanças nos modos de participação da sociedade no poder político em curso atualmente.

Com frequência, os meios de comunicação apresentam resultados de pesquisas de opinião. Esse instrumento é utilizado para atingir diferentes fins, que variam desde a verificação do trabalho de representantes públicos por parte dos eleitores até avaliações de marcas de bens de consumo pelos compradores. Assim, esse tipo de investigação é um instrumento relativamente barato, aplicado por empresas especializadas (entre as mais conhecidas no Brasil estão Ibope, Datafolha e Vox Populi).

Uma pesquisa de opinião é um questionário aplicado a um grupo reduzido de pessoas, que compõem, por sua diversidade, uma amostra fiel de um público maior, cuja opinião se quer conhecer. Utilizam-se questionários estruturados, em que o entrevistado dá respostas precisas, geralmente com perguntas de múltipla escolha ou com resposta única, mas objetivas ("Em quem pretende votar para prefeito?"). Assim, a pesquisa de opinião é quantitativa.

Então, vamos à luta! Como proposta de atividade em grupo, vocês montarão um jornal (pode ser virtual) para discutir e pensar ações que solucionem os problemas da comunidade. A montagem se organizará da seguinte maneira:

Passo a passo

1. Escolha do nome e do método

Escolher o nome do jornal tem potencial mobilizador e é um passo importantíssimo para sua implantação na escola. O ideal é que se procure o método mais participativo de escolha, integrando todos os envolvidos, por meio da coleta de sugestões em uma urna. Depois de determinado período, uma comissão formada por professores e alunos escolhe o nome. Feito isso, deve-se definir, em grupo, a estrutura do jornal. Quais serão os temas abordados, por quais grupos, bem como a amostra da pesquisa. Cada tema ficará sob a responsabilidade de mais de um grupo. Os materiais serão escolhidos conforme o terceiro passo. O jornal poderá também conter resultados de pesquisas de opinião feitas pelos alunos.

2. Coleta de dados

No segundo momento, serão realizadas as entrevistas com os moradores, recolhendo os depoimentos com críticas e sugestões para a melhoria do bairro, da rua e/ou comunidade. Os entrevistadores deverão fotografar os principais problemas apontados pelos moradores e/ou elaborar textos e charges.

É interessante que cada matéria tenha um tema como foco, de modo que o jornal, quando concluído, represente um panorama da situação do local escolhido. Por exemplo, um grupo pode fazer o diagnóstico da mobilidade urbana, outro da educação, enquanto um terceiro grupo concentra as perguntas das entrevistas e fotos na situação dos hospitais e postos de saúde da região.

3. **Seleção dos textos**

Para concluir o conteúdo do jornal, é necessário que o professor selecione os textos, os desenhos e as fotos em conjunto com os alunos e os entregue ao coordenador do jornal. A seleção coletiva, feita em sala com a participação de todos, é um estímulo à cidadania e confere mais legitimidade às produções selecionadas.

4. **Diagramação do jornal**

A diagramação consiste na distribuição dos textos e desenhos no jornal, organizando o conteúdo de acordo com o espaço disponível. Ela é feita no computador, com o auxílio de programas específicos. O coordenador do jornal pode escolher as matérias e os desenhos para cada página e repassar a diagramação para alguém mais familiarizado com a informática ou realizar ele mesmo a tarefa.

5. **Distribuir o jornal**

Recomendamos à escola que promova um evento com a comunidade e os pais dos alunos para marcar o lançamento do primeiro número do jornal. Também é possível aproveitar algum evento já previsto no calendário escolar para a distribuição da publicação, como a semana da leitura.

6. **Uso do jornal em sala de aula**

Depois de impresso, o jornal vira um material didático. Com ele é possível realizar exercícios de leitura, de reescrita, gincanas e debates sobre os conteúdos.

O objetivo do trabalho é que todas as pessoas da escola, do bairro, da rua e da comunidade tenham acesso ao que foi produzido pelos grupos. É interessante estar sempre em movimento, levando novas questões para o jornal, seja um comentário, seja um artigo etc. Esse pode ser o grande veículo de comunicação entre os moradores para as futuras melhorias do bairro. Pense nisso!

EDUARDO SANTALIESTRA

UNIDADE 4

Mundo do trabalho e desigualdade social

PRENSA MALBA/HANDOUT/DPA/CORBIS/
LATINSTOCK - MALBA, BUENOS AIRES

Detalhe de *Manifestación*, obra do argentino Antonio Berni (1906-1981), que aborda a pobreza e o desemprego decorrentes da crise dos anos 1930, entre outros temas. A obra original, feita em óleo sobre tela, data de 1934 e mede 180 × 249,5 cm.

CAPÍTULO 9

Trabalho e sociedade

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Entender que o mundo do trabalho é constituído de fenômenos mutáveis, suscetíveis à interferência de diferentes atores políticos e sociais.
- Associar as transformações do mundo do trabalho às modificações que ocorrem na dinâmica da produção capitalista.
- Avaliar a importância das transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos trabalhadores, nos sentidos do trabalho e na organização social.

LEWIS W. HINE/ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Trabalhadores da construção civil almoçam em viga de arranha-céu de Manhattan, em 1932. No período da Grande Depressão – grave crise econômica mundial que se iniciou depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova York (Estados Unidos), em 1929 –, houve forte aumento do desemprego.

FOTO: DÁRIO OLIVEIRA/CODIGO19/FOLHAPRESS

Trabalhadores protestam contra o projeto que regulamenta a terceirização (PL 30/2015) em São Paulo (SP, 2015). A ampliação das terceirizações é vista por segmentos da classe trabalhadora como um meio de supressão de direitos trabalhistas.

TOMOHIRO OHSUMI/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

Linha de montagem da empresa de motocicletas da empresa Honda, no Japão, em foto de 2014. Apesar das mudanças que as tecnologias trouxeram ao mundo do trabalho, a produção e a montagem dos produtos ainda são feitas em fábricas que exigem longas horas de trabalho repetitivo em troca de baixos salários.

◆ Questão motivadora

Por que a tecnologia, apesar de aumentar a produtividade, não garante necessariamente melhores condições de vida e de trabalho para a maior parte dos trabalhadores?

1 Primeiras palavras

Leonardo Marchetti, 32 anos, formado em Gestão de Comércio Eletrônico, já trocou de emprego em busca de novos desafios, mas atualmente sofre com o desemprego, depois de a empresa em que trabalhava ter realizado um corte de vagas. Ele tem encontrado dificuldade para voltar ao mercado de trabalho, continua na busca por uma colocação, mas cogita passar a trabalhar por conta própria, abrindo uma microempresa.

Muitos jovens nascidos entre as décadas de 1980 e 1990, no Brasil, enfrentaram o desemprego, que se acentuou por volta de 2015. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, entre maio de 2014 e maio de 2015, o desemprego subiu de 4,9% para 6,7%, e que esse crescimento atingiu com mais força os jovens de 18 a 24 anos. Nessa faixa, a taxa de desocupação passou de 12,3% em 2014 para 16,4% em 2015. Ainda de acordo com o IBGE, em maio de 2014 e maio de 2015, o grupo de 18 a 24 anos representava 32% da população desocupada, e o de 25 a 49 anos, 51,1%. O indivíduo desempregado, de modo geral, sofre pressões sociais por não ser considerado bem-sucedido. Mas será que a valorização do trabalho só diz respeito à sociedade contemporânea?

Na história das sociedades ocidentais, o trabalho foi usado para classificar pessoas. A atividade intelectual sempre teve valor maior que a atividade braçal, estabelecendo uma hierarquia entre os indivíduos. Na Grécia antiga, o trabalho braçal era associado à escravidão. Os romanos viam os escravos como instrumentos de trabalho, dividindo-os conforme a seguinte classificação: *instrumentum vocale* (escravo), *instrumentum semivocale* (animal) e *instrumentum mutum* (ferramenta). Se verificarmos a origem latina da palavra "trabalho" (*tripalium*, antigo instrumento de tortura), vamos confirmar o valor negativo atribuído às atividades laborais.

Mosaico romano do século III a.C. mostra trabalhos braçais realizados no passado por escravos na Grécia e em Roma. Culturalmente marginalizados, esses trabalhos eram destinados àqueles que não podiam se dedicar às atividades intelectuais. Mosaico romano do século III, 99 × 206 cm.

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEE NATIONAL DU BARDO, LE BARDO, TUNISIA

Cronologia

1801 – Invenção do tear mecânico pelo inglês Edmund Cartwright.

1857 – A manifestação por melhores condições de trabalho, organizada pelas trabalhadoras da indústria têxtil Cotton, em Nova York, no dia 8 de março, teve resultado trágico. As tecelãs foram duramente reprimidas pela polícia e refugiaram-se dentro da fábrica, que foi trancada e incendiada: 130 trabalhadoras morreram carbonizadas.

1906 – Fundação da Confederação Operária Brasileira (COB).

1929 – Primeira grande crise do capitalismo, motivada pela superprodução (excesso de oferta) e em consequência da desvalorização das ações na Bolsa de Valores de Nova York. A crise atingiu o auge em 29 de outubro e deu início ao período conhecido como Grande Depressão.

1931 – Entra em vigor o Decreto-Lei nº 19.770, que legaliza os sindicatos. Na visão do governo Vargas, os sindicatos eram "órgãos de conciliação de classe, e não de luta social".

1935 – O governo Vargas cria a Lei de Segurança Nacional, que, entre outras medidas, proíbe o direito de greve e dissolve a Central Sindical Unitária Brasileira (CSUB), criada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE DO BRASIL - LEEDS LIBRARY AND INFORMATION SERVICE, LEEDS, REINO UNIDO

Mulheres trabalham em fábrica por volta de 1939. A divisão do trabalho e a introdução das máquinas no processo produtivo modificaram as relações sociais de produção. Nessa época, era corrente o emprego da mão de obra feminina em condições aviltantes.

CULTURE CLUB/GETTY IMAGES

Na Idade Média, a sociedade era essencialmente agrária. Portanto, possuir terra significava riqueza. Além da terra, os senhores feudais detinham o poder político e militar. A imagem, uma iluminura de autor desconhecido, criada por volta de 1515, mostra servos preparando as terras de um senhor feudal para cultivo.

Na Idade Moderna, o surgimento do capitalismo promoveu transformações profundas nessa perspectiva desfavorável do trabalho. Nas principais economias do mundo ocidental, o trabalho deixou de ser visto como uma atividade repugnante e se transformou em algo capaz de dignificar o ser humano. De acordo com Max Weber, a Igreja protestante desempenhou papel fundamental nessa transformação ao pregar o ascetismo, isto é, a vida regrada e a inclinação para o trabalho como caminho para a salvação.

1943 — O governo Vargas, com o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio, institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1966 — A ditadura militar cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e põe fim ao direito à estabilidade no emprego após dez anos de trabalho.

1980 — Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

2002 — Eleição para a Presidência da República do ex-operário metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT.

2006 — Lula é reeleito presidente da República, pelo PT.

2015 — Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei nº 4.330/04, conhecido como PL da Terceirização. É sancionada pela presidente da República a lei complementar nº 150/2015 que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos, garantindo à categoria benefícios, como seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche, adicional noturno, obrigatoriedade do recolhimento de FGTS por parte do empregador e seguro contra acidentes de trabalho.

Terceirização
É o fenômeno pelo qual uma empresa contrata, por meio de outra, os trabalhadores necessários para realizar determinadas atividades. A empresa tomadora do serviço se beneficia da mão de obra necessária para a realização de suas atividades, mas não estabelece nenhum vínculo duradouro com o trabalhador.

O progressivo desenvolvimento do capitalismo promoveu a reorganização social, cultural e econômica da sociedade europeia. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ideologia capitalista instituiu a orientação para o trabalho como modo de realização individual e social. Contudo, a degradação, a exploração e as péssimas condições de trabalho contradiziam esse modelo.

No século XX, a sociedade capitalista ocidental intensificou o ritmo da produção industrial. A crescente demanda por produtos industrializados, característica da sociedade de consumo, fez com que a produção se acelerasse, assim como o trabalho, o que alterou drasticamente a vida do trabalhador, considerado, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo (consumidor).

Na sociedade contemporânea, o temor do desemprego e a precarização das relações trabalhistas, resultado de práticas como a **terceirização** e as atividades informais, têm gerado incertezas e inconstâncias no mundo do trabalho.

Embora o conceito de trabalho tenha assumido diferentes significados ao longo da história, essa atividade sempre foi indispensável na vida das pessoas, pois é por meio dela que o ser humano cria as condições para sua sobrevivência.

Livro

- **CAMPOS, Anderson. *Juventude e ação sindical.***

Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010

O livro problematiza a situação vivida pelos jovens em sua inserção no mundo do trabalho e analisa a precarização das relações de trabalho e das lutas desenvolvidas para melhorar essa condição.

Filme

- **Terceirização – a escravidão em versão neoliberal**

Brasil, 2005.
Realização: Sindieletro-MG.
Duração: 24 min.

O documentário trata da terceirização e da precarização do trabalho na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Em 1995, parte das ações da empresa foi privatizada e a contratação de terceirizados ganhou amplo espaço. Contudo, como mostra o vídeo, as condições de trabalho entre funcionários contratados e terceirizados eram bem diferentes.

A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim

Para a Sociologia, a vida cotidiana é marcada profundamente pelo modo como as relações de trabalho se apresentam em determinado momento histórico. É impossível dissociar a esfera de trabalho dos tipos de relação social vigentes em cada contexto. Como vimos, as transformações no mundo do trabalho acompanharam as intensas mudanças que ocorreram ao longo da história, sendo condicionadas pelas visões dominantes de cada período.

Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim dedicaram parte central de suas teorias à reflexão sobre o mundo do trabalho capitalista. De modos diferentes, esses expoentes do pensamento sociológico elaboraram análises que ainda hoje ajudam a compreender a sociedade em que vivemos.

Karl Marx e a história da exploração do homem

Karl Marx examinou o universo do trabalho na caracterização e na compreensão da vida social. Para ele, a divisão social do trabalho (diferenciação dos grandes ramos da produção social – agricultura, indústria etc. – e do trabalho individualizado em uma oficina ou fábrica) acompanha o desenvolvimento das sociedades: seus estágios variam de acordo com os diferentes modos de produção existentes ao longo da história. A divisão da sociedade em classes é definida essencialmente pela posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo, ou seja, proprietários ou não dos meios de produção (máquinas, ferramentas, terras, matéria-prima), que correspondem, respectivamente, à burguesia e ao proletariado.

Marx identifica três elementos no processo de trabalho: a força de trabalho (o potencial humano), o objeto de trabalho (aquilo que será modificado pela atividade humana) e o meio de trabalho (os instrumentos utilizados para produzir os itens ou o espaço em que são produzidos). Nas sociedades capitalistas, o trabalho serve para produzir uma mercadoria com valor de troca (destinada à venda). Como essa mercadoria é propriedade do burguês, o excedente econômico – lucro – obtido com a troca ou venda dessa mercadoria também fica com ele.

O principal mecanismo utilizado pelos donos dos meios de produção para obter o lucro foi denominado por Marx de **mais-valia** – excedente de valor obtido pela exploração do trabalho. Mas como isso acontece? A transformação de uma matéria-prima por meio do trabalho agrega valor ao produto. Ou seja, o trabalho, no processo produtivo, gera valor. A força de trabalho, sendo pensada como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada, quando empregada na transformação de um objeto, acrescenta valor a ele. Esse valor, no entanto, não é adequadamente pago ao trabalhador, sendo apropriado pelo dono dos meios de produção. Em outras palavras, mais-valia é a diferença entre a quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria e o que o trabalhador efetivamente recebe como salário para produzi-la.

Há dois modos de gerar mais-valia. O primeiro está relacionado ao aumento de horas trabalhadas, o que permite ao burguês se apropriar do aumento de riqueza gerada pelo proletário, já que este passa mais tempo trabalhando e, portanto, aumenta a produção – mais-valia absoluta. O segundo modo é aquele que deriva da incorporação de tecnologia ou de organização do trabalho que aumente a produtividade do trabalhador. Nessa situação, não há necessariamente aumento no número de horas trabalhadas, mas se produz mais riqueza em um período de tempo igual – mais-valia relativa. Portanto, uma coisa é o valor pago pelo burguês pela força de trabalho, isto é, o salário, e outra é o quanto esse trabalho rende ao capitalista.

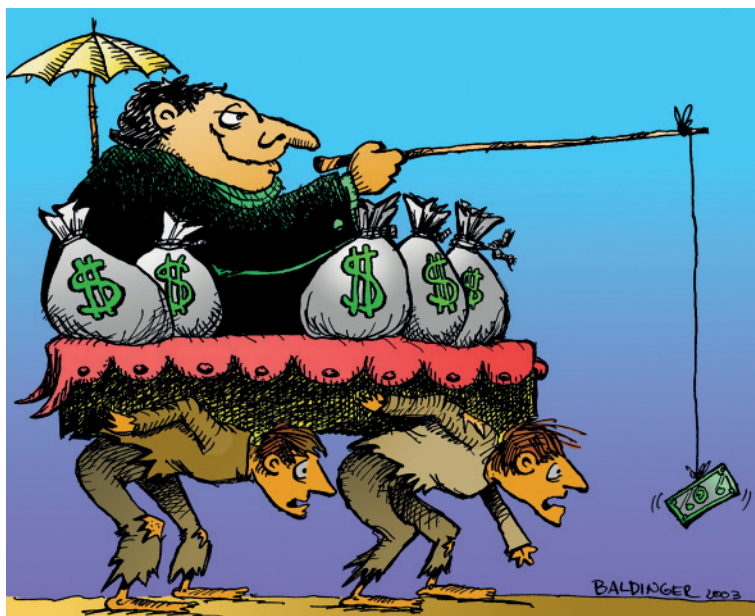
Para Marx, a exploração do trabalhador começa com a expropriação dos meios de produção. Do processo de trabalho no qual os homens coletivamente transformam e produzem itens restou ao trabalhador somente a força de trabalho, que é, então, vendida ao capitalista como mercadoria. O proletariado é explorado pela burguesia quando ela se apropria do excedente da produção, o que configura e inicia uma forma de desigualdade social. O caráter contraditório das relações de trabalho está no fato de que o aumento de produtividade não melhora a vida dos trabalhadores; ao contrário, o que ocorre é um processo de pauperização e de proletarização da sociedade, do qual uma das consequências é a desigualdade social.

Como consequência da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, o trabalhador fica sujeito a um processo de alienação. Esse processo está relacionado à desapropriação dos meios de produção, à falta de controle sobre o processo de trabalho e à sua dificuldade de se apropriar das mercadorias que resultam de seu trabalho.

Livro

- **ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

No livro, o autor discute as diferentes definições do trabalho, destacando que o sentido atribuído pelo capital ao trabalho não é o mesmo atribuído pela humanidade. Além disso, ele chama a atenção dos leitores para a possibilidade de concluirmos, precipitada e equivocadamente, que o trabalho perdeu a centralidade e a importância para a compreensão do mundo contemporâneo.

BALDINGER

A exploração dos trabalhadores é uma marca do capitalismo. O combate à desigualdade exige uma nova organização do trabalho e da produção.

Max Weber e a ética do trabalho

Ao analisar o tema trabalho, Max Weber partiu de pontos de vista diferentes dos de Marx. Weber propõe uma compreensão do capitalismo que parte do âmbito cultural em vez do econômico. Para ele, o capitalismo industrial tem sua gênese na ideologia puritana e calvinista. No século XVI, com o advento da Reforma protestante, a Igreja católica perdeu o monopólio religioso na Europa e surgiram diferentes vertentes do protestantismo. Weber analisou os puritanos e os calvinistas, seguidores da reformulação da doutrina cristã que ocorreu na Inglaterra no século XVI.

Site

- **www.oit.org.br**

Acesso em: fev. 2016.

Site da Organização Internacional do Trabalho, agência da Organização das Nações Unidas que tem por missão promover o acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade e dignidade.

- **Assassin's Creed Syndicate**

A trama principal envolve dois irmãos que fazem parte de gangues de Londres no século XIX. A história se passa no contexto da Revolução Industrial e as desigualdades e a exploração nas fábricas inglesas são o pano de fundo do enredo. Vários personagens históricos aparecem na trama, entre eles Karl Marx. O conflito de classes é um dos elementos da história.

Havia uma presença muito significativa de protestantes entre os empresários e os trabalhadores qualificados nos países capitalistas mais industrializados. Weber imaginou que deveria existir uma relação entre certos valores calvinistas e puritanos e a gênese do capitalismo moderno.

Ao apontar as conexões entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia – o que ele chama de espírito do capitalismo –, Weber fez uma associação entre o trabalho e a possibilidade de salvação espiritual. A mudança de valores e atitudes graças ao surgimento do protestantismo criou a predisposição ao trabalho como modo de salvação da alma. A partir desse momento, este passava a ser visto como algo voltado para a glorificação de Deus e como a principal fonte de salvação. E o trabalho deveria se tornar um valor em si, assim como a própria finalidade da vida, ordenado por Deus.

Diante dessa doutrina, os seguidores deveriam desenvolver, além da “vocação” para o trabalho, um comportamento social comedido, ou seja, uma prática metódica e racional de busca pelo desenvolvimento espiritual. Essa ascese, isto é, a negação do prazer para atingir a salvação, passou a ser uma ação racional para o protestante. Nesse sentido, a perda de tempo seria o primeiro o principal de todos os pecados. O puritanismo condenava o ócio, o luxo e a preguiça.

A fim de relacionar os comportamentos engendrados pela associação entre religião e economia, Weber buscou na história da racionalização do trabalho a explicação para o surgimento das relações de trabalho capitalista, em que o trabalho se torna um valor em si mesmo, uma vocação.

Ele afirma que, para os protestantes, é com base no sucesso profissional que o indivíduo recebe a indicação da salvação: o sucesso no trabalho é o sinal divino de que a pessoa será salva. Como isso “explicaria” a existência de ricos e de pobres? Os ricos seriam disciplinados e imbuídos de espírito empreendedor, ao passo que os pobres se deixariam levar pela imprevidência e pela preguiça, motivo pelo qual estes não prosperariam. Assim, Deus abençoaria seus escolhidos por meio do sucesso no trabalho.

Para Weber, a riqueza seria o sinal da salvação e a ética seria o nexo de causalidade entre a conduta humana e a prosperidade. Assim, a ética protestante concorria para que os frutos do trabalho fossem direcionados à acumulação, e não ao consumo nem a gastos supérfluos. Essa ética seria um fator cultural determinante para o desenvolvimento do capitalismo.

Émile Durkheim e o trabalho como gerador de solidariedade

H. TOM HALL/NATIONAL GEOGRAPHIC/GETTY IMAGES

As sociedades pré-capitalistas seriam caracterizadas pela solidariedade mecânica, com pouca divisão do trabalho, como mostra a figura, que retrata um vilarejo maia.

Assim como Marx e Weber, o contexto de desenvolvimento do pensamento de Émile Durkheim foi a Europa em processo de industrialização. Porém, ao contrário da visão crítica estabelecida por Marx, Durkheim argumenta que a divisão social do trabalho se consolida como um dos fatores que possibilitam a existência de coesão social.

O trabalho representa uma esfera primordial para a existência da solidariedade em uma comunidade. Diferentemente do senso comum, que costuma definir solidariedade como sinônimo de ações altruístas, Durkheim desenvolve a ideia de que o trabalho representa todo tipo de elemento ou característica que explica a harmonia entre os indivíduos de uma sociedade. Segundo ele, a maior ou menor intensidade da especialização da divisão do trabalho pode gerar dois modelos de solidariedade, como vimos no capítulo 2.

A **solidariedade mecânica**, de acordo com Durkheim, é típica de sociedades pré-capitalistas, nas quais a coesão social se constrói por meio da forte identificação dos indivíduos com as tradições e os costumes culturais da comunidade, pois a divisão do trabalho pouco influencia as relações. Nesses casos, a consciência coletiva exerce intenso poder de coerção nas ações individuais.

PAULO FRIDMAN/PULSAR IMAGENS

A intensa divisão do trabalho aumenta a interdependência entre os trabalhadores, o que dá origem à solidariedade orgânica. Na foto, trabalhadores costuram sacos para serem usados na exportação de café na cidade de Manaus (AM, 2013).

A **divisão social do trabalho** é um processo de especialização de funções que torna os indivíduos interdependentes. Para Durkheim, a modernidade é caracterizada pela predominância da solidariedade orgânica, sendo que a divisão do trabalho produz um elo entre os indivíduos. Já nas sociedades capitalistas, caracterizadas pelo alto grau de divisão do trabalho e por uma maior heterogeneidade cultural, Durkheim aponta a existência da **solidariedade orgânica**. A grande diversidade de funções e de trabalhos produzidos nessas sociedades faz com que se fortaleça a interdependência entre os integrantes. Nesse caso, a coesão social não é garantida pela rigidez de uma consciência coletiva (coercitiva), mas baseia-se na exigência de suprir as necessidades individuais tendo em mente o que é produzido pelos outros membros do grupo.

Nesse caso, Durkheim interpreta as tensões sociais criadas pela exploração capitalista como um problema moral, isto é, se a divisão do trabalho não produz coesão social é porque as relações entre os diversos setores da sociedade não estão adequadamente regulamentadas pelas instituições sociais existentes, o que gera anomia.

3 As experiências de racionalização do trabalho

Com o crescimento da industrialização, o método de controle da produção de bens materiais passou a ser um componente cada vez mais expressivo do antagonismo entre os interesses de burgueses e os de proletários. A partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se uma área do conhecimento científico fundamentada em normas e funções que visavam organizar o espaço produtivo e aumentar a produtividade do trabalho. Entre as diversas teorias que surgiram, ganhou destaque a do engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor, que propunha estratégias gerenciais fundamentadas em um rigoroso controle de tempo e de movimentos, na especialização das atividades e na remuneração por desempenho.

A principal característica desse método é a separação entre o planejamento e a execução das atividades. Esse sistema organizacional, chamado de **taylorismo**, busca a padronização de todas as atividades de produção, definidas pela administração e posteriormente repassadas aos trabalhadores. O objetivo do sistema é o aumento da produtividade por meio de mecanismos que permitam às administrações controlar e intensificar o ritmo e, assim, aumentar o lucro dos donos dos meios de produção.

Filme

- **Tempos modernos**

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 1936.
Direção: Charles Chaplin.
Duração: 87 min.

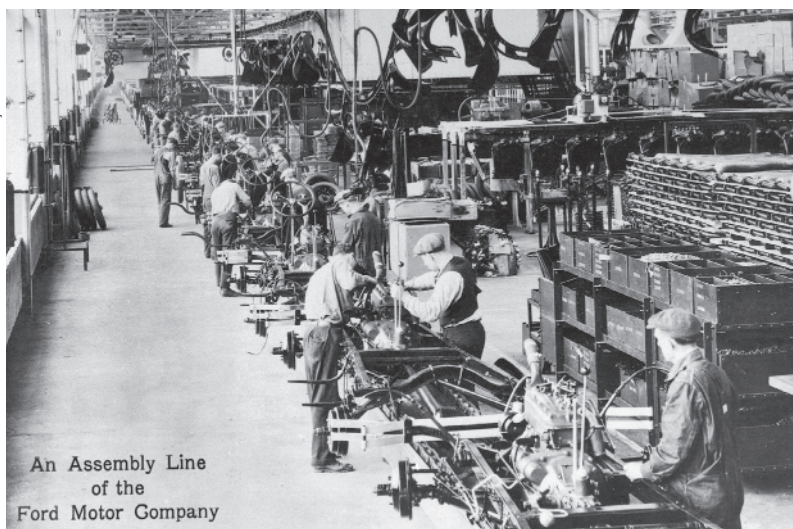
O filme retrata a dura realidade vivida pelos trabalhadores no período da Grande Depressão de 1929 e é uma crítica às relações e às condições de trabalho no sistema capitalista.

Filme

◆ **A classe operária vai ao paraíso**

REPRODUÇÃO

Itália, 1971.
Direção: Elio Petri.
Duração: 125 min.

O filme mostra a trajetória de Lulu Massa, operário italiano do período áureo do fordismo, que se dedica inteiramente à linha de produção até sofrer um acidente e começar a questionar toda a estrutura da fábrica e o próprio sistema capitalista.

Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Frederick Taylor desenvolveu métodos científicos para a administração de empresas.

Frederick Taylor

Frederick Winslow Taylor (1856-1915) nasceu na Filadélfia, nos Estados Unidos. Formou-se em Engenharia Mecânica em 1883. Considerado o pai da administração científica, procurou desenvolver métodos científicos para a administração de empresas, visando à eficiência operacional na administração industrial. Em seu livro *Princípios de administração científica*, de 1911, defendeu a racionalização das tarefas que cabiam à administração e à produção, com o intuito de obter maior rapidez e precisão no trabalho, o que aumentaria a produtividade nas fábricas.

Um modelo prático de organização da produção que se baseou no taylorismo foi o **fordismo**. Seu criador, Henry Ford, desempenhou papel fundamental na difusão do sistema de organização do trabalho que aliou o esquema taylorista às suas próprias ideias. Proprietário da Ford Motor Company, em Detroit, Estados Unidos, Ford inovou o cenário industrial a partir de 1914, ao produzir veículos padronizados e em grandes quantidades – o que barateava os custos de produção –, para alcançar o consumo em massa. Para isso, foi criada uma linha de montagem em série, na qual os trabalhadores se fixavam em seus postos e os objetos de trabalho se deslocavam em trilhos ou esteiras. Cada trabalhador deveria ser especializado em uma única tarefa, e o ritmo era ditado pela velocidade da linha de produção. Ao repetir movimentos iguais incessantemente, o operário atuava como uma peça da máquina, alienado do conjunto de seu trabalho.

Os ganhos de produtividade – e a exploração da força de trabalho – foram bastante significativos. A ênfase na separação entre a concepção (gerência) e a execução (trabalho) ampliou a alienação do trabalho. Partia-se do princípio de que os trabalhadores eram pagos para executar, não para pensar.

O modelo **taylorista-fordista** ocasionou alto índice de rotatividade, sobretudo nas áreas mais próximas às linhas de produção, com baixo nível de qualificação educacional e profissional dos operários, o que os tornava descartáveis. Esse sistema de organização do trabalho se expandiu para o mundo e passou a ser amplamente utilizado no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, a partir do grande crescimento econômico produzido pelo consumo de massa.

No contexto atual, a organização do trabalho experimenta uma nova estrutura, apoiada na flexibilização das relações de trabalho e dos processos produtivos, além da intensa utilização de tecnologias da informação. Esse novo padrão surge como necessidade de adaptação às transformações do sistema capitalista. O mercado globalizado forçou o desenvolvimento de novas estratégias de racionalização e de redução de custos, que tiveram também sérias implicações na quantidade e na qualidade do emprego.

COLEÇÃO PARTICULAR

Linha de produção dos carros modelo T, da Ford, nos Estados Unidos, entre 1910 e 1920.

Sistemas flexíveis de produção

O cenário de crise econômica global nos anos 1970 e 1980 desferiu um duro golpe nos investimentos produtivos industriais, concomitantemente à expansão das atividades ligadas ao setor de serviços. Isso fez com que a indústria tivesse de se reorientar em relação a um mercado consumidor mais segmentado, que passou a exigir maior oferta, maior qualidade e menor preço. O modelo fordista, que tinha se desenvolvido para atender ao mercado de massa com produtos padronizados e com pouca possibilidade de flexibilização, passou a sofrer críticas.

A crise que atingiu o capitalismo a partir da década de 1970 criou um ambiente favorável ao surgimento de mudanças que representam o afastamento radical dos princípios fordistas, caracterizado como pós-fordismo. Nesse contexto, passa a se destacar um sistema de organização do trabalho denominado **toyotismo** (ou **ohnismo**), desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno, da Toyota Motor Company. Apesar de a Toyota ter adotado o modelo na década de 1950, só 20 anos mais tarde ele se tornaria paradigma do sistema industrial mundial. Suas características básicas são: flexibilidade na produção, com a capacidade de rápida alteração dos modelos a serem produzidos; organização da produção e da entrega no momento e na quantidade exatos, de modo a torná-las mais rápidas; importância da qualidade dos produtos; baixos preços com base na lógica de empresa "enxuta"; estoques baixos; e número reduzido de trabalhadores.

O toyotismo promoveu a passagem dos sistemas de produção "estáticos" para os "flexíveis". A flexibilidade na produção está ligada à ideia de fábrica "enxuta", pois rompe com o modelo de produção em série que necessitava de muitos trabalhadores. O toyotismo pôde dar conta de pedidos pequenos de mercadorias, feitas especialmente para um único cliente, bem como da **customização em massa**. Hoje em dia, pode-se identificar esse modo de produção nas empresas que não possuem lojas físicas e vendem o produto ao cliente antes mesmo de fabricá-lo, o que só ocorre depois de as especificações serem definidas pelo consumidor na loja virtual.

O sistema *just in time* adotado pelo toyotismo baseia-se na coordenação minuciosa de entrega de produtos ou matérias-primas para a produção, ou seja, um sistema de terceirização pelo qual não é preciso estocar produtos. Essa **produção sob demanda** permite que a empresa venda o produto antes de comprar as matérias-primas necessárias para fabricá-lo. Caso ocorra qualquer problema na entrega da matéria-prima, toda a produção estará comprometida.

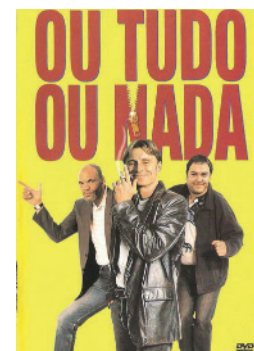
Esse modelo gerou ganhos para os consumidores e para a economia em geral. Proporcionou também melhora significativa na organização capitalista do trabalho, principalmente na descentralização, na aproximação dos níveis hierárquicos e na ampliação da autonomia do trabalhador, mas manteve as relações de controle e poder. Enquanto no sistema taylorista-fordista o trabalhador se tornava especialista em uma única, simples e rotineira função, o toyotismo desenvolveu a figura do trabalhador "polivalente" ou "multifuncional", que deveria aprender várias funções. Apesar de favorecer os aspectos ligados à criatividade do trabalhador, à produção em equipe, à qualificação, entre outros, esse modelo ainda esbarra nos limites do **trabalho alienado**, ou seja, o trabalhador continua a ser explorado e a não dominar todo o processo produtivo.

Dessa forma, se por um lado o toyotismo provocou grande aumento da produtividade do trabalho, por outro conservou o mesmo nível de controle sobre o trabalhador – e em algumas situações o controle até aumentou. Um exemplo disso ocorre quando os empregados estão em situação de concorrência por aumento de produtividade. Ao contrário da verticalização do controle taylorista-fordista, com sua rígida hierarquia de comando, o trabalho em equipe do toyotismo gera uma horizontalização do controle, pois cada operário fiscaliza o outro para o correto cumprimento das tarefas.

Customização em massa
Produção em grande quantidade que atende a demandas específicas individuais a custos semelhantes aos dos produtos fabricados em massa.

Filme

Ou tudo ou nada

REPRODUÇÃO

Reino Unido, 1997.
Direção: Peter Cattaneo.
Duração: 92 min.

O filme conta a história de alguns amigos desempregados que procuram uma alternativa incomum e bem-humorada para seus problemas financeiros, tendo como pano de fundo as transformações econômicas do final do século XX, na Inglaterra.

Outro fenômeno que surgiu com o toyotismo foi o sindicalismo de empresa, no qual o sindicato estabeleceu uma relação que favorece a aplicação de uma política sindical propícia a alinhar-se com a estratégia de negócios da empresa, gerando uma convergência de objetivos. Esse modelo passou a rivalizar com o sindicalismo combativo – de confronto, de classe e de luta –, típico do sistema taylorista-fordista.

KAZUHIRO NOGI/AFP

Apesar dos novos modelos de gerenciamento de mão de obra e da ideologia do ambiente confortável de trabalho, a imensa maioria dos trabalhadores está submetida a uma rotina massificante, marcada pela competitividade e pela insegurança quanto à continuidade no emprego. Operários em fábrica de automóveis, em foto de 2014, na província de Aichi, no Japão.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as características do toyotismo listadas anteriormente, associadas ao sindicalismo de empresa, às ferramentas gerenciais – o *just in time* (JIT) e a *kanban* (cartela na qual o trabalhador antecedente indica onde parou) – e à robotização da produção, alteraram profundamente a matriz da empresa fordista e geraram novos fenômenos no âmbito da flexibilização do trabalho. Por exemplo, o que o sociólogo estadunidense Richard Sennett chamou de "corrosão do caráter", referindo-se às expectativas impostas aos trabalhadores, que dispensam aspectos do caráter – como lealdade, objetivos de longo prazo, confiança e comprometimento – e valorizam a flexibilidade, o trabalho em rede e a possibilidade de cada um ser capaz de se reinventar o tempo todo.

O desafio atual apresentado ao trabalhador é lidar com objetivos de longo prazo em uma sociedade que enfatiza o curto prazo.

Saiba mais

Sindicalismo

Os sindicatos são organizações que têm como objetivos a organização da classe operária e a intermediação da relação entre patrão e empregado.

O sindicalismo no sistema taylorista-fordista

No sistema taylorista-fordista, a exploração do operário na linha de produção intensificou a atuação e a resistência sindical. Os sindicatos atuavam para garantir melhores condições de trabalho e aumento de salários de acordo com a produtividade geral. Nos Estados Unidos, o fordismo, associado ao estado de bem-estar social, visto no capítulo 6, possibilitou boas condições de atuação aos sindicatos e a garantia de direitos trabalhistas.

O sindicalismo no toyotismo

A flexibilização produtiva e as novas formas de trabalho modificaram a atuação e a importância dos sindicatos. A terceirização, os contratos temporários, o trabalho informal e o doméstico fizeram com que muitos trabalhadores perdessem o vínculo com o local de trabalho, uma vez que se tornaram apenas prestadores de serviços. Tome-se como exemplo uma escola em que os faxineiros, merendeiros, seguranças e secretários sejam terceirizados e parte dos professores ou outros profissionais da educação trabalhe sob contrato temporário. Nesse cenário, observa-se que os trabalhadores da escola estão vinculados a uma empresa. De um dia para o outro, esses funcionários poderão ser transferidos para outro local determinado pela empresa. Sem vínculo direto com o local de trabalho, muitos trabalhadores não se engajam na luta em prol da melhoria da escola. A atuação do sindicato fica comprometida pela dificuldade de mobilização dos profissionais, que estão em constante rotatividade. Dados de 2008, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicam que a taxa de sindicalização no Brasil é de 19,1%, um aumento pequeno em comparação ao de 1992 (18%) e ao de 1998 (16,7%). Em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de sindicalização da população ocupada adulta era de 17%. As baixas taxas de sindicalização apontam para uma crise socioinstitucional dos sindicatos, que necessitam se adaptar às novas condições de trabalho e produção.

5 Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos

Os processos de liberalização econômica (que possibilitaram maior participação do capital, em especial do estrangeiro, em setores antes regulados pelo Estado), de incremento tecnológico (como a introdução da robótica) e de renovação das relações de trabalho (terceirização, trabalho temporário etc.), implantados a partir dos anos 1990, resultaram no aumento do desemprego em relação às duas décadas anteriores, em diversas nações industrializadas do mundo.

Mas não é tão simples analisar os impactos do desenvolvimento da tecnologia nos processos e nas relações de trabalho. Se por um lado a automação (em bancos, escritórios, telecomunicações etc.) eliminou empregos para trabalhadores qualificados, por outro, propiciou aumento de postos de trabalho em setores da economia antes pouco expressivos, como o de tecnologia da informação.

Os dois primeiros elementos, liberalização econômica e incremento tecnológico, ocasionaram o fenômeno conhecido como desemprego estrutural. Essa modalidade de desemprego é resultado de profundas transformações na estrutura do mercado laboral, que o impedem de absorver a mão de obra disponível por longos períodos, fato que o diferencia do desemprego conjuntural, provocado por fases pontuais de recessão do ciclo econômico. Assim, tanto os trabalhadores qualificados (que perderam funções na indústria) quanto os mais jovens – por ainda não terem qualificação – são vitimados por esse fenômeno.

Nesse sentido, o crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e vinculado à economia informal, mesmo nos países industrializados ricos, parece confirmar a tese de que o trabalho está sofrendo uma degradação ou precarização, processo chamado de **informalização do trabalho**.

O quadro de informalização faz emergir uma realidade em que no trabalho formal prepondera o setor de serviços, o chamado setor terciário, que consiste, em linhas gerais, na concentração dos trabalhadores nas atividades econômicas que envolvem a comercialização de produtos em geral e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais etc.

No caso brasileiro, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, mais de 57% dos trabalhadores estavam ocupados no setor de serviços. Nesse mesmo ano, 24% da população economicamente ativa (PEA) trabalhava na indústria e apenas 18,4%, na pecuária, na caça e na pesca.

Desde a década de 1980, somente o setor terciário tem crescido no total da ocupação nacional. O setor primário seguiu diminuindo seu peso relativo no total dos postos de trabalho, de 32,9% para 18,4%, entre 1980 e 2008, enquanto o setor secundário se manteve relativamente estabilizado em quase 25% da ocupação nacional.

Entre os processos que influenciam esse cenário estão propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada e de desindustrialização. Esses fenômenos, que pelo menos até 2015 vinham sendo fortemente impulsionados, são exemplificados pelo contrato por tempo determinado, pelo banco de horas, pela redução de encargos sociais e de direitos trabalhistas.

Direitos trabalhistas assegurados pela lei, como o seguro--desemprego, tornam-se cada vez mais difíceis. Na foto, centenas de pessoas buscam o benefício na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, em São Luís (MA, 2013).

KARLOS GEROMY/OIMP/D.A PRESS

Subproletariado
São trabalhadores à margem da organização de classe, que oferecem sua força de trabalho (mesmo sem garantias trabalhistas) sem encontrar interessados que paguem por ela um valor que assegure condições básicas para a sobrevivência dessas pessoas.

Apesar do crescimento de 3,6% no número de empregados com carteira assinada em relação ao ano de 2012, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2013, o **subproletariado** do mercado informal cresceu. Provavelmente em consequência disso, o movimento sindical tornou-se mais defensivo. Em alguns países, como o Brasil, houve diminuição do número de greves, o que fragilizou os sindicatos como entidades de representação de interesses de classe.

Apesar de representar os trabalhadores do mercado formal, os sindicatos passaram a enfrentar uma crise de credibilidade, pois não defendem satisfatoriamente os trabalhadores diante da fragilização resultante do retrocesso em relação a direitos trabalhistas.

Mesmo no Brasil contemporâneo, é possível observar formas extremas de degradação no trabalho. Para minimizar o desemprego, é fundamental que empresas e autoridades governamentais criem e instituam formas de qualificação profissional que garantam maior absorção de trabalhadores, com remuneração justa e respeito aos direitos trabalhistas.

Saiba mais

Precariado: nova classe ou velho proletariado?

A globalização do capitalismo tem elevado as condições de vida dos países mais pobres e mantido direitos nos países de estado de bem-estar social? O que temos visto é a contínua degradação das condições de trabalho em todas as regiões do mundo, ao contrário do que se previa com o desenvolvimento das nações mais pobres. O mundo do trabalho passa a ser flexível, e as condições de trabalho se reorganizam sob o signo da precariedade. Mesmo nos setores mais modernos de produção, observa-se que a cadeia produtiva global pode conter, ao mesmo tempo, trabalhos altamente remunerados, trabalhos precariamente protegidos por leis e trabalhos em situação análoga à escravidão.

Com esse cenário, alguns sociólogos têm observado que a precariedade não é apenas uma nova condição do trabalho para todos os trabalhadores. Com a globalização, reorganiza-se a estrutura de classes em âmbito global, o que leva ao surgimento de uma nova classe: o precariado. Isso é o que afirma o sociólogo inglês Guy Standing. Ele analisa o grupo de pessoas em trabalhos altamente instáveis e com salários muito baixos, que emergem como uma nova classe social, diferente do assalariado protegido legalmente e pertencente à classe média. O sociólogo divide o precariado em três tipos: os *atávicos*, em geral não instruídos e atraídos por ideologias de extrema-direita para dar sentido às suas frustrações; os *nostálgicos*, tipo basicamente formado por migrantes e minorias sem nenhuma relação mais fixa, que politicamente se manifestam em explosões isoladas; e os *boêmios*, seção mais instruída do precariado, que tem possibilidades de agir em função de maiores transformações.

No Brasil, a ideia de precariado tem ganhado força, principalmente graças aos escritos dos sociólogos Ruy Braga e Giovanni Alves. Os sociólogos brasileiros criticam a visão europeia sobre os trabalhadores precários, pois entendem que eles formam uma parcela do proletariado, não estando fora das relações sociais capitalistas assalariadas. Para Ruy Braga, o precariado pode ser situado entre aquilo que Karl Marx chamou de "superpopulação relativa", estando no "coração do próprio modo de produção capitalista", porém sem acesso a trabalhos seguros e mais bem remunerados, dos quais muitos trabalhadores assalariados puderam usufruir durante o estado de bem-estar social. O autor distingue ainda as diferenças entre os conceitos de "subproletariado" – que consistiria nos trabalhadores enquadrados em vínculos mais precários, com pouca ou nenhuma possibilidade de organização política – e de "precariado".

Embora concorde com as críticas de Ruy Braga à sociologia europeia, que enxerga o precariado como "fora" da relação salarial, o sociólogo Giovanni Alves admite que o precariado é algo historicamente novo. Ele o define como uma "nova camada da classe social do proletariado", correspondendo aos trabalhadores urbanos precarizados, jovens adultos escolarizados, porém com inserções precárias no trabalho e na vida.

STEPHNAE DE SAKUTIN/AFP

Em Paris (França, 2006), jovens protestam contra a precarização do trabalho e a utilização abusiva da mão de obra dos estagiários.

Vale, por fim, mencionar uma curiosa e bem-humorada passagem do autor de ficção científica russo Isaac Asimov: "A fábrica do futuro só vai precisar empregar um homem e um cachorro: o homem será necessário para alimentar o cachorro, e este, para manter o homem longe das máquinas". Trata-se, obviamente, de um exagero. É preciso postular a importância do ser humano no mundo do trabalho (aqui representado pelo setor produtivo, que tem as fábricas como carro-chefe). Isso porque, citando o sociólogo brasileiro e professor da Unicamp Ricardo Antunes, "máquinas não recebem salários, não consomem e, por isso mesmo, não participam do mercado". Sendo assim, a "utopia" presente na ficção científica de Isaac Asimov, de exclusão do ser humano, levaria o sistema de produção ao colapso.

Saiba mais

Economia solidária

Como vimos, a flexibilização dos processos de produção e das relações de trabalho e de consumo ocasionou a precarização das relações de trabalho, marcadas pela fragilidade contratual e pela redução do controle público sobre as conquistas trabalhistas. Essa precarização, associada à crescente automação, penalizou o trabalho e elevou as taxas de desemprego, empurrando uma parcela significativa da população para a informalidade. O deslocamento dos postos de trabalho formais para os informais tem levado ao crescimento de cooperativas, do trabalho domiciliar e familiar e das pequenas empresas.

Nesse contexto, desenvolveu-se a economia solidária, que se baseia em um modo de produção caracterizado pelo equilíbrio de poder entre todos os trabalhadores, o que proporciona um ambiente democrático e cooperativo. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), economia solidária é o conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão, sejam essas atividades de produção, de distribuição, de consumo, de poupança ou de crédito. A autogestão significa que não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos ao mesmo tempo.

Sendo assim, os empreendimentos econômicos solidários têm como característica a supressão da relação de dominação do patrão sobre os empregados, em que o primeiro detém o controle sobre os outros, sendo responsável pelas decisões, enquanto aos demais cabe apenas a execução das ordens. Além da autogestão, da igualdade entre os trabalhadores e da democracia interna, outro elemento fundamental para a caracterização dos empreendimentos solidários é o comprometimento com melhorias na comunidade e com relações de comércio e de troca justas.

A economia solidária contempla ainda a defesa de um novo modo de consumo, que valorize a produção local, preocupe-se com o meio ambiente e não beneficie as empresas que exploram a mão de obra e o ambiente de modo irresponsável.

De modo mais amplo, a economia solidária pode ser compreendida como um movimento social que busca a instituição de um modelo de desenvolvimento pautado pela igualdade, pela cooperação e pela evolução da condição humana. Constitui-se, portanto, em um projeto político de sociedade.

Trata-se, assim, de um movimento que busca modificar as relações entre economia e sociedade, com base nos princípios de: solidariedade, democracia, igualdade, cooperação, direitos humanos e conservação ambiental.

Nesse movimento, desencadeiam-se processos de articulações políticas, protagonizados por organizações e redes de diversas práticas associativas, que resultam na construção de espaços coletivos, como a criação do Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), em 2003, com a finalidade de articular e mobilizar as bases da economia solidária em todo o país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas.

- **SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.**

Rio de Janeiro: Record, 2000.

O livro discute a formação das personalidades e das identidades sob as novas relações de trabalho do capitalismo do final do século XX. O autor procura demonstrar como essas relações, caracterizadas pela flexibilidade, impactam o modo como os indivíduos conformam seu caráter em nossos dias.

- **www.telacritica.org**

Acesso em: fev. 2016.

Endereço eletrônico coordenado pelo professor de Sociologia Giovanni Alves, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Marília (SP), que discute temas da Sociologia, em especial os relacionados ao mundo do trabalho, por meio da análise de filmes dos mais diferentes gêneros, origens e épocas.

Considerações sociológicas

Uma breve radiografia da terceirização no Brasil

MARCIO RIBEIRO/BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados estão mais sujeitos a acidentes por terem piores condições de trabalho; trabalham, em média, três horas a mais por semana, recebem menores salários e têm menos direitos trabalhistas em relação aos trabalhadores contratados diretamente pelas empresas. São Paulo (SP, 2015).

As pesquisas mais recentes sobre terceirização, em várias regiões do Brasil, têm chegado, invariavelmente, aos mesmos resultados, confirmando uma epidemia sem controle.

Conforme observado por Druck e Franco (2007), nos anos 2000, a terceirização cresceu em todas as direções, destacadamente no setor público e nas empresas estatais. No caso do setor privado, atingiu as áreas nucleares das empresas e passou a usar novas modalidades, a exemplo das cooperativas, das empresas pejotizadas e do trabalho em domicílio, também chamado de teletrabalho. Os diversos setores pesquisados nestes anos, como bancários, *telemarketing*, petroquímico, petroleiro, além das empresas estatais e privatizadas de energia elétrica, comunicações, assim como nos serviços públicos de saúde, revelam, além do crescimento da terceirização, as múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados em todas estas atividades: nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical.

É sabido que não há estatísticas precisas sobre a terceirização no Brasil, dada a dificuldade de captá-las junto às empresas, mas o Dieese, através da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), estimou, para as principais regiões metropolitanas, que, em 2009, 11,6% dos empregados urbanos eram subcontratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalhavam para empresas. Em estudo mais recente (Dieese-CUT, 2011) registrava que em 2010 os setores “tipicamente terceirizados” correspondiam a 25,5% dos empregos formais no Brasil. Nesse mesmo estudo, um conjunto de indicadores revela as desigualdades entre trabalhadores terceirizados e os demais, pois a remuneração dos empregados em setores tipicamente terceirizados é 27,1% menor do que a dos demais empregados; a jornada de trabalho é de três horas a mais para os terceirizados; o tempo de permanência no emprego é 55,5% menor do que o dos demais empregados; e a taxa de rotatividade nas empresas tipicamente terceirizadas é de 44,9%, enquanto nas demais empresas é de 22,0%.

Para o estado de São Paulo, Pochmann (2012) mostra a evolução do número de trabalhadores formais em atividades tipicamente terceirizáveis, que salta de 110 mil em 1995 para mais de 700 mil em 2010. No período 1996-2010, o crescimento médio anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% ao ano e de 12,4% o aumento médio anual do número de empresas. [...]

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra? *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 79, n. 4, p. 222, out./dez. 2013.

Regulamentação do trabalho

O trabalho é uma das dimensões mais fundamentais do ser humano. Na vida em sociedade, ele confere identidade e pertencimento aos indivíduos. Em qualquer sistema político e econômico, o trabalho é regulamentado por leis e dispositivos jurídicos. No sistema capitalista, a livre concorrência é uma diretriz de organização. Mas livre concorrência não significa ausência de regulamentação. No Brasil, o trabalho é regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/5/1943. Esse conjunto de leis é uma das principais ações de promoção de cidadania e de garantia de direitos aos trabalhadores brasileiros. Vamos ver algumas passagens importantes da CLT:

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
TÍTULO I [...]

Art. 2º – Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º – Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados.

[...] Art. 3º – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. [...].

A regulamentação do trabalho é fundamental para que práticas abusivas, mesmo no contexto de uma economia capitalista, possam ser combatidas. Uma dessas práticas é o trabalho escravo, ou aquele que lhe é assemelhado. Veja a matéria a seguir.

Trabalho escravo: MPF já denunciou 19 pessoas à Justiça no Pará em 2015

[...]

6/8/2015

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou à Justiça, de janeiro até o fim de julho deste ano, 11 processos que denunciam 19 pessoas pela submissão de trabalhadores em condições análogas à escravidão no Pará. As ações, ajuizadas nos municípios de Belém, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí, pedem que os acusados sejam condenados a até oito anos de reclusão, além do pagamento de multas.

As principais irregularidades encontradas [...] foram a contratação de mão de obra sem documentação, falta de registro de empregados e ausência de pagamento de salários regulares, acomodação dos trabalhadores em locais sem condições mínimas de conforto, saúde e higiene, ausência de instalações sanitárias e água potável, local impróprio para as refeições e preparação dos alimentos, ausência de equipamentos de proteção individual e utensílios de trabalho, além do isolamento geográfico e servidão por dívida.

[...]

MPF no combate ao trabalho escravo – [...] De 2010 para cá, houve um aumento de mais de 800% nos procedimentos extrajudiciais instaurados. [...] O trabalho escravo contemporâneo se caracteriza por ameaças de morte, castigos físicos e dívidas que impedem o livre exercício do ir e vir, além de jornadas que ultrapassam 12 horas por dia, sem alimentação ou água potável.

[...]

Fonte: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/imprimir?&UID=2037e5bff514c61dfcb84ad70f9fb290&keepThis=true&TB_iframe=true&height=400&width=700>. Acesso em: mar. 2016.

Atividade

Reúna-se com três ou quatro colegas. Façam uma pesquisa sobre casos de trabalho análogo à escravidão que ocorreram no Brasil (ou em sua região) nos últimos anos. É importante trazer o recorte de jornal ou o texto retirado da internet para a sala de aula.

Com esse material em mãos, leia para a turma o caso selecionado pelo seu grupo, pontuando de que forma ocorreu o processo e as características de trabalho análogo à escravidão. Cada grupo deverá trocar de matéria com outro e então produzir um texto que resuma a matéria recebida e a comente à luz dos artigos da lei trabalhista. Nesse texto, procure utilizar as discussões em sala sobre o capítulo, além de partes da Consolidação das Leis do Trabalho, que pode ser obtida facilmente na internet.

Reflexão e revisão

Questão 1

A noção de trabalho não pode ser vista de modo generalista e universal. Cada sociedade, em contextos históricos determinados, produziu significados distintos para a existência e a reprodução dessas atividades. Assim, a Sociologia buscou não apenas compreender a imensa gama de significados do trabalho em contextos diferenciados, mas também como diversos pensadores abordaram conceitos relacionados ao "mundo do trabalho". Essas análises ajudam a compreender a evolução das atividades laborais desde os tempos antigos até a contemporaneidade.

Com base nessas afirmações, realize as atividades a seguir.

1. Compare a origem latina do termo **trabalho** com seu significado no mundo atual.
2. De que modo Marx e Durkheim abordam a noção do trabalho na sociedade capitalista?

Questão 2

Leia o texto a seguir.

Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho

Nem todas as mudanças do mundo do trabalho ocorreram de maneira radical, considera Marco Aurélio Santana

Por Patricia Fachin

[...]

Marco Aurélio Santana – Independente dos conceitos ou da nomenclatura que se queira usar, que podem estar baseados em determinados aspectos que se queira valorizar, não há dúvidas acerca das mudanças que atravessaram o mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX. Num cenário semovente de economia altamente globalizada e competitiva, as empresas buscaram se reestruturar para enfrentar os tempos novos e instáveis. Esta reestruturação teve lastro na chamada revolução microeletrônica, mas também, em alguns casos mais fortemente, em novas formas de organização da produção. Como diziam seus promotores, no mundo enxuto, produzir-se-ia mais, e melhor, com menos gente. Passaram a estar presentes [...] temas como flexibilização, desregulamentação, empregabilidade etc. Nesse sentido, a entrada do capitalismo em um novo momento, baseado em novas formas de acumulação, mudou a paisagem que se tinha até ali em termos da vida no trabalho e fora dele, e que havia caracterizado o que se convencionou chamar de fordismo. Mas tal processo se particulariza em termos nacionais. Assim, precisamos ter cuidado com um tipo de visão de que tudo mudou de forma tão radical, em todos os países, da mesma forma. Tomando nosso país como exemplo, ainda que se possa constatar a emergência de um novo padrão de organização do trabalho alternativo ao fordismo, não seria correto dizer que já teria ocorrido uma ruptura com os princípios fordistas, seja em termos práticos da empresa, seja em termos da teoria. Assim, em muitos casos, o que temos nos países "periféricos" seria um quadro no qual métodos e práticas tayloristas, utilizados em processos de produção estandardizada, sem muita preocupação com a qualidade, conviveriam com experiências pontuais de inovação organizacional e tecnológica.

IHU-ON-LINE – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, ano 8, n. 256, 24 abr. 2008. Disponível em: <www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1760&secao=256>. Acesso em: out. 2015.

Considerando as discussões sobre o mundo do trabalho atual, é correto afirmar que no texto:

a) O entrevistado defende que o processo de reestruturação produtiva é semelhante em todos os países, visto que é um fenômeno global.
b) O entrevistado defende que o processo de reestruturação produtiva, apesar de global, deve ser analisado com base nos contextos nacionais.
c) O entrevistado defende que o fordismo é um sistema obsoleto e que não é mais encontrado em nenhum país que tenha experimentado o modelo de acumulação flexível.
d) O entrevistado defende que no Brasil não houve influência do processo de reestruturação nas relações de trabalho, pois no país o fordismo continua reinando absoluto.
e) O entrevistado defende que não houve ruptura no sistema de produção e de organização do trabalho nas últimas décadas e que a chamada acumulação flexível é uma utopia.

Questão para debate

O esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal. Uma violação particularmente

flagrante do compromisso mútuo muitas vezes ocorre quando novas empresas são vendidas pela primeira vez. Nas empresas que estão começando, exigem-se longas horas e intenso esforço de todos; quando a empresa abre o capital – quer dizer, oferece ações publicamente negociadas –, os fundadores podem vender e pegar o dinheiro, deixando atrás os empregados de níveis inferiores. Se uma organização, nova ou velha, opera como uma estrutura de rede flexível, frouxa, e não com um rígido comando de cima para baixo, a rede também pode afrouxar os laços sociais.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 24.

O texto identifica uma consequência das novas relações de trabalho no capitalismo: a inconsistência dos laços sociais oriundos da experiência no mundo do trabalho. Considerando essas discussões e o conteúdo deste capítulo, debata com seus colegas as seguintes questões:

1. Por que as novas relações de trabalho não permitem a construção de laços consistentes entre trabalhadores ou entre eles e as empresas nas quais trabalham?
2. É possível afirmar que essa ausência de laços afetivos na esfera do trabalho também se reproduz nas relações estabelecidas no âmbito dos jovens nas instituições educacionais? Justifique sua resposta com argumentos concretos e, se possível, com exemplos práticos do seu cotidiano.
3. Seria possível pensar em possíveis características concretas para transformar a ausência de laços afetivos tanto no ambiente de trabalho como nas relações sociais como um todo? Não deixe de apresentar exemplos de tais mudanças.

Exame de seleção

(Enem, 2011)

Estamos testemunhando o reverso da tendência histórica da assalariação do trabalho e socialização da produção, que foi característica predominante na era industrial. A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, ao trabalho individualizante e aos mercados personalizados. As novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (adaptado).

No contexto descrito, as sociedades vivenciam mudanças constantes nas ferramentas de comunicação que afetam os processos produtivos nas empresas. Na esfera do trabalho, tais mudanças têm provocado

a) o aprofundamento dos vínculos dos operários com as linhas de montagem sob influência dos modelos orientais de gestão.
b) o aumento das formas de teletrabalho como solução de larga escala para o problema do desemprego crônico.
c) o avanço do trabalho flexível e da terceirização como respostas às demandas por inovação e com vistas à mobilidade dos investimentos.
d) a autonomização crescente das máquinas e computadores em substituição ao trabalho dos especialistas técnicos e gestores.
e) o fortalecimento do diálogo entre operários, gerentes, executivos e clientes com a garantia de harmonização das relações de trabalho.

Questão para pesquisa

De fato, a questão do emprego para os jovens de 15 a 24 anos tem sido um dos principais temas da discussão sobre o novo mundo do trabalho. Para aprofundar a discussão sobre o tema, pesquise a situação do desemprego entre os jovens de sua região seguindo estas orientações:

- Consulte dados oficiais sobre o número de jovens de 15 a 24 anos existentes em sua cidade.
- Depois, seguindo as orientações do professor, faça uma pesquisa com jovens dessa faixa etária em sua cidade ou em seu bairro. Procure verificar as taxas de desemprego entre esses jovens. Aproveite para estabelecer alguns parâmetros de análise que considerem sexo, origem étnica e escolaridade. Verifique se há diferenças nas taxas quando se analisa cada um desses critérios separadamente.
- Apresente os dados em gráficos e debata o tema com os colegas e o professor.
- Busque apresentar possíveis e diferentes causas para explicar esse fenômeno. De preferência, apresente tais dados tendo por base as diferentes regiões do país e compare-as com os dados nacionais.

CAPÍTULO 10

Estratificação e desigualdades sociais

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender as características fundamentais das diversas formas de estratificação e desigualdades sociais.
- Avaliar a dinâmica das mudanças e permanências da desigualdade social no Brasil.

IMAGEBROKER/ALAMY/GLOW IMAGES

Luxo e opulência se revelam nesta estação de águas com propriedades medicinais localizada em Budapeste (Hungria, 2013). A seleção de frequentadores pela condição econômica acaba por se constituir em indicador de estratificação social.

JOÃO FERREIRA VILELA

Imagem de criança branca com ama de leite, em foto de 1860. Muitas das desigualdades sociais a que os negros eram sujeitos não terminariam com o advento da abolição da escravatura.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Garis fazem manifestação saindo da sede da companhia de limpeza, na Tijuca, em direção à prefeitura, situada na região central da cidade do Rio de Janeiro (RJ, 2014).

◆ Questão motivadora

Qual é o impacto da desigualdade social na trajetória da juventude brasileira?

1 Primeiras palavras

João e José nasceram no mesmo dia e na mesma cidade. João é filho de trabalhadores informais. A mãe trabalha como diarista em diversas casas na zona nobre da cidade. O pai era operário fabril, mas, com a crise, perdeu o emprego e passou a executar pequenos serviços de reparos na vizinhança. A família mora numa comunidade localizada em um bairro da periferia. José é filho de uma médica e de um empresário. A família reside num bairro de classe média alta numa área muito valorizada da cidade. João estudou em escolas públicas e saiu poucas vezes da cidade. Como mora distante do centro, frequenta muito pouco os pontos turísticos e os museus. José, por sua vez, viajou bastante e conhece, inclusive, museus de outros países. Será que João e José têm expectativas iguais para o futuro? Caso elas sejam iguais, as possibilidades de elas se concretizarem são semelhantes?

As situações narradas acima são fictícias, porém, dialogam diretamente com a realidade com que nos deparamos todos os dias no Brasil e no mundo. Como explicar diferenças tão grandes entre jovens nascidos na mesma cidade e no mesmo dia? Para compreender esse fenômeno, vamos estudar neste capítulo as diferentes formas de estratificação e de desigualdades sociais presentes nas sociedades modernas e contemporâneas.

Sociedade de castas da Índia

Cronologia

- **1789** – Inspirada nos ideais da Revolução Francesa, surge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- **1848** – Karl Marx e Friederich Engels publicam o *Manifesto do Partido Comunista*, no qual defendia a substituição do capitalismo pelo comunismo e a igualdade social entre as pessoas.
- **1888** – Abolição da escravatura no Brasil.
- **1948** – Após as terríveis atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, a ONU aprova e adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- **1949** – A Constituição indiana abole o sistema de castas em todo o território do país.
- **1964** – Aprovação das leis de direitos civis nos Estados Unidos, o que pôs fim à segregação racial em locais públicos e privados.
- **1966** – Criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Os noticiários da televisão e os discursos dos principais governantes democráticos e das instituições internacionais em defesa dos direitos humanos frequentemente citam a **desigualdade social** como algo a ser superado. O conceito refere-se, em linhas gerais, à privação de direitos ou de acesso a recursos para uma pessoa ou um grupo, o que cria distinções entre os indivíduos. Há várias formas de desigualdade: econômica, de gênero, racial, digital etc. Por isso, nas Ciências Sociais, falamos em desigualdades sociais, no plural. Essas diferentes possibilidades de privação de direitos geralmente não se apresentam isoladas. Ao contrário, em muitos casos estão relacionadas entre si e se reforçam mutuamente. Portanto, para combater um tipo de desigualdade é preciso combater também os outros.

Para estudar as desigualdades sociais, é importante estar atento a três elementos centrais: a **estrutura**, a **estratificação** e a **mobilidade social**. A **estrutura social** é determinada pelo modo como se organizam os aspectos econômico, cultural, social, político e histórico de uma sociedade. É por meio da análise dessa estrutura que as Ciências Sociais buscam explicação para os fenômenos que dizem respeito às sociedades. A sociedade brasileira, por exemplo, fundou-se sobre as bases do trabalho escravo, do patrimonialismo e do patriarcalismo. Esses três elementos estruturais influenciam o cenário da sociedade brasileira contemporânea e comprometem as possibilidades de negros, indígenas e mulheres terem acesso a bens e a direitos, dificultando a ascensão social dessas e de outras parcelas da população, e ajudam a compreender os motivos que levaram ao uso do Estado para fins privados.

Filme

Quem quer ser um milionário?

REPRODUÇÃO

Estados Unidos/Reino Unido, 2009.
Direção: Danny Boyle.
Duração: 120 min.

Jamal Malik é um jovem que viveu em meio à miséria e à violência. À procura de uma alternativa de vida, inscreve-se num programa de televisão chamado “Quem quer ser um milionário?”. Sem nenhuma formação escolar sólida, ele busca nos dramas de sua vida as respostas para as questões que lhe são apresentadas a cada etapa do programa.

Pirâmide da sociedade açucareira no Brasil colonial

PAULO MANZI

As pirâmides sociais são uma maneira de representar a estratificação social.
O topo da pirâmide representa o grupo que tem mais acesso a bens, riquezas e poder.
As imagens retratam a estratificação social em três sociedades distintas.

1985 — Realizado o concerto de *rock* Live Aid, no Wembley Stadium, em Londres, com o objetivo de arrecadar fundos em prol das pessoas que passavam fome da Etiópia. A seca, combinada aos ajustes estruturais da dívida externa do país, teria provocado a morte de quase 1 milhão de pessoas.

1988 — Promulgada a mais recente Constituição da República Federativa do Brasil.

1990 — O Pnud publica o *Relatório de Desenvolvimento Humano*, no qual aparece pela primeira vez o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o desenvolvimento de uma nação considerando três dimensões: renda, saúde e educação.

1992 — O grupo político Talibã assume o governo do Afeganistão e reduz os direitos das mulheres afegãs quanto à participação social, econômica, cultural e política.

1994 — Fim do *apartheid*, regime de segregação racial que vigorava oficialmente na África do Sul desde 1948.

2000 — Assinada por 189 países, a Declaração do Milênio das Nações Unidas estabelece como metas erradicar a pobreza extrema e a fome, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil e garantir a sustentabilidade ambiental, entre outras medidas.

2015 — Asiáticos e africanos de diversas procedências fogem de guerras, perseguições políticas e crises econômicas fazendo uma arriscada travessia do Mediterrâneo, a fim de chegar à Europa em busca de melhores condições de vida. Essa situação retrata uma das faces mais cruéis da desigualdade social.

Saiba mais

Desigualdade digital

Um olhar sobre o mundo atual permite perceber um novo tipo de desigualdade: a digital. A revolução digital trouxe para o cotidiano a presença impositiva de novas tecnologias. Celulares, computadores pessoais, internet e redes sociais são algumas das muitas maneiras de utilizar a tecnologia como ferramenta de estudo e de trabalho e, principalmente, como meio de comunicação.

Entretanto, o acesso ao mundo digital não é igualitário. As diferenças econômicas, geralmente acompanhadas de desigualdade de escolaridade, fazem com que alguns se tornem consumidores de toda e qualquer tecnologia disponível, enquanto muitos outros continuam dependendo das iniciativas de governos ou de Organizações não governamentais (ONGs), ou, ainda, de locais que disponibilizem o acesso à internet mediante pagamento por hora para conseguir utilizar essas tecnologias. A diferença de escolaridade também contribui para a desigualdade digital, pois pessoas com dificuldades de leitura e escrita podem ter mais dificuldade de se apropriar dos novos recursos tecnológicos.

Ao mesmo tempo, a desigualdade digital acaba reforçando outras formas de desigualdade, pois o domínio da tecnologia facilita o acesso a bons empregos.

O termo **estratificação** diz respeito ao modo como cada sociedade está dividida. No caso, trata-se das camadas sociais que se sobrepõem umas às outras. Essa divisão costuma ocorrer de acordo com diferentes critérios sociais e históricos, que estabelecem uma espécie de hierarquia. Conforme a posição que um indivíduo ocupa nessa hierarquia, ele terá mais ou menos acesso a direitos e recursos. Além disso, a posição na qual se encontram os indivíduos determinará a quantidade de poder que poderão ter. Sendo assim, a desigualdade social também é fruto das relações de poder, o que implica dominação e exploração de alguns grupos por outros.

Dessa maneira, chegamos ao terceiro conceito fundamental que nos permitirá a compreensão da desigualdade: a **mobilidade social**, determinada pela possibilidade de um indivíduo mudar de posição na hierarquia social. No passado, houve, em algumas sociedades, uma estrutura de estratificação excessivamente rígida, que não permitia aos indivíduos deixar de pertencer a um estrato social ou passar a pertencer a ele. Nos tempos atuais, em quase todas as sociedades, existe sempre a possibilidade formal ou jurídica de haver mobilidade, mas a ascensão social não costuma ser fácil, pois as camadas inferiores em boa parte das vezes enfrentam várias restrições de acesso aos recursos, justamente o que acaba por distingui-las das demais classes.

2 Formas de estratificação

A estratificação social e as desigualdades que ela produz não são naturais. Ao contrário, são geradas histórica e socialmente, emergem de uma diversidade de situações e influenciam de maneira direta ações e relações estabelecidas na vida em sociedade. Há inúmeros modelos de estratificação no mundo, mas analisaremos três: as **castas**, os **estamentos** e as **classes**. Essa tríade apresenta nuances, subdivisões e, por vezes, “camadas” constitutivas que representam elementos políticos, econômicos e culturais determinantes para o curso da vida cotidiana da coletividade.

Castas: um sistema de estratificação muito antigo

Oficialmente reconhecido até há poucas décadas, o sistema de castas regulou a vida de centenas de milhões de pessoas na Índia. Apesar de ter existido também em outros locais do mundo (como no Japão), em lugar nenhum esse sistema consolidou-se tão fortemente como naquele país.

Livro

- **BOULET, Marc.** ***Na pele de um dalit.***

2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Romance de 1994 inspirado em fatos reais. O autor se metamorfoseou em um intocável na Índia e viveu por algumas semanas como um indigente da mais baixa casta indiana.

O sistema de castas da Índia, apesar de abolido juridicamente na década de 1950, continua a ser um referencial cultural e político para a sociedade indiana, o que amplia as situações de desigualdade social no país. Na imagem, mulheres de castas mais baixas protestam por melhores condições de vida próximo ao Parlamento em Nova Délhi, em 2013.

RAVEENDRAN/AFP

Em geral, as castas constituem comunidades fechadas e de compartilhamento de características sociais hereditárias, como a ocupação profissional ou o poder político e econômico. Apesar de não estarem restritos a uma área definida, os grupos podem se organizar obedecendo às limitações sociais e econômicas derivadas de sua posição social. A hereditariedade é a base para a divisão da sociedade, sem nenhuma possibilidade de ascensão social: aqueles que pertencem a castas inferiores não podem manter contatos sociais com os grupos superiores. Normalmente, a estratificação é reconhecida pelo sobrenome, mas, em algumas regiões, pode-se perceber a casta de um indivíduo por meio do dialeto falado, pelos alimentos que consome ou pelas vestimentas e acessórios que usa.

Todo modelo de estratificação social apresenta características próprias de controle social. No sistema de castas indiano, o **hinduísmo**, esse controle se pauta pelo comportamento do indivíduo em uma vida anterior: se sua conduta foi considerada boa, será recompensado nascendo em uma casta mais elevada na próxima vida; se não, será punido nascendo em uma casta mais baixa.

Estamentos: estratificação social de um mundo em transição

Durante cerca de dez séculos, aproximadamente do século V ao século XV, a Europa ocidental viveu o período conhecido como Idade Média. Organizada em torno da vida rural, essa época caracterizou-se pela intensa influência da cultura cristã, representada pela Igreja católica romana, que ditava as normas de conduta e de convivência para as populações europeias.

A divisão da sociedade apoiava-se em dois parâmetros: a posse de terras e a "ordem de importância" perante Deus. Sendo assim, a sociedade se compunha de quatro partes: clero, nobreza, comerciantes e camponeses. Cada uma dessas partes era chamada **estamento** e cada um deles era caracterizado por um conjunto de direitos e deveres considerados naturais, determinados por Deus e sustentados legalmente. Dizemos que são partes interconectadas, pois, para entender as "determinações divinas", é indispensável compreender o modo pelo qual conceitos como tradição, linhagem, vassalagem e honra predominavam no pensamento e na ação das pessoas e na sua relação direta com a propriedade de terras.

Hinduísmo
Tradição religiosa originada na Índia, caracteriza-se por uma diversidade de cultos, de deuses e de seitas. É frequentemente citado como a religião mais antiga e teve, no passado, grande influência na organização social das castas daquele país.

Saiba mais

O sistema de castas na Índia

O sistema de castas (e de subcastas) indiano existiu oficialmente durante milhares de anos e se baseia numa hierarquização estabelecida de acordo com religião, etnia, cor, hereditariedade e ocupação. Em um primeiro momento, existiam somente quatro tipos de casta: a dos *brâmanes* (sacerdotes), a dos *xátrias* (militares), a dos *vaixás* (fazendeiros e comerciantes) e, a mais baixa, a dos *sudras* (pessoas que deveriam servir às castas superiores). Os indivíduos que não faziam parte de nenhuma dessas castas eram denominados *dalit* ou *párias* (intocáveis) e formavam um grupo de excluídos, cuja incumbência era realizar trabalhos considerados deploráveis. Ao longo do tempo, o sistema se tornou mais complexo, o que fez crescer muito o número de castas.

Imagem do século XV mostra servos trabalhando nas terras do senhor feudal. Esse grupo social não possuía privilégios, e a possibilidade de mobilidade social era quase inexistente.

Os camponeses e os artesãos trabalhavam para sustentar a nobreza e o clero. Charge de autor desconhecido, datada de 1789, ano inicial da revolução que derrubou o Antigo Regime.

Os membros do clero detinham mais benefícios, pois se consideravam responsáveis pela proteção espiritual de toda a sociedade. Por isso, eram isentos de impostos e arrecadavam o dízimo. A nobreza era dona das terras e arrecadava impostos dos comerciantes, artesãos e camponeses, dividindo-os com o clero. A quarta camada social, formada pelos servos (camponeses) e pequenos artesãos, devia taxas e tributos aos senhores e não gozava de nenhum privilégio.

Numa comparação com o sistema de castas, o sistema estamental é "mais aberto": impõe rígidos obstáculos, mas não impossibilita a mobilidade social. Como analisa Max Weber, os estamentos representaram um momento de transição na Europa: o sistema social mudava de uma sociedade fechada, estável e organizada por castas para uma sociedade de classes. No entanto, traços de um sistema costumam permanecer em outro sistema hegemônico. Para o jurista e sociólogo gaúcho Raymundo Faoro, a sociedade brasileira foi moldada de acordo com critérios estamentais, o que é exemplificado pela prática do patrimonialismo, tipo tradicional de dominação no qual os governantes agem em benefício privado.

Livro

- **POCHMANN, Marcio et al. (Org.). *Proprietários*: concentração e continuidade.**

São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Atlas da nova estratificação social no Brasil, v. 3.)

A coleção à qual pertence o livro, produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), contou com a participação de vários economistas da entidade. Uma das conclusões apresentadas na obra é que os meios de produção de riqueza do país estão concentrados nas mãos de 6% dos brasileiros.

Classes e desigualdades sociais

As classes sociais podem ser entendidas como agrupamentos de pessoas que surgem em razão das desigualdades sociais, mas que têm como base a igualdade formal entre os indivíduos. Ou seja, a partir das desigualdades criadas socialmente, em que todos são formalmente iguais perante a lei, surgem as classes. Do ponto de vista histórico, só se pode falar de classes sociais depois das revoluções burguesas do século XIX.

Uma característica do sistema de classes é a possibilidade de mobilidade social, que pode ser de dois tipos: vertical e horizontal. No primeiro caso, altera-se a classe social, o que pode acontecer de modo ascendente (de uma classe baixa para outra superior) ou de modo descendente (de uma classe alta para outra inferior). No outro, a mobilidade opera-se dentro da mesma "camada", como a provocada por fatores geracionais ou profissionais. A Sociologia costuma privilegiar as abordagens concebidas por Karl Marx e Max Weber sobre as classes sociais.

Aumento de renda e melhores oportunidades de trabalho levaram 32 milhões de brasileiros para a classe média

Os perfis de renda das classes são uma das maneiras mais comuns de analisar a mobilidade social.

Fonte: Centro de Políticas Sociais/Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <www.revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10070-15228,00.html>. Acesso em: maio 2016.

Classe para Marx

Os trabalhos de Karl Marx representam a primeira grande teoria sociológica da estratificação social. Valendo-se do conceito de classe social, o autor critica de modo contundente a ideia de igualdade política e jurídica proclamada pelos liberais, entendidos como aqueles que, orientados pelos interesses da burguesia, defendem a democracia representativa e o livre mercado.

Para Marx, os direitos inalienáveis de liberdade e justiça – propostos pelos liberais – não resistem às evidências das desigualdades sociais promovidas pelas relações de produção capitalistas, que dividem os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção. Dessa divisão se originam duas classes sociais centrais: o proletariado – aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário – e a burguesia – dona dos meios de produção sob a forma legal da propriedade privada, que se apropria do produto do trabalho dos operários e lhes paga um valor inferior ao que foi gerado pelo uso da mão de obra. Essas duas classes possuem interesses em constante conflito.

Por exemplo, durante uma greve, os trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho e de remuneração, enquanto os patrões têm interesse em atingir o maior lucro possível, o que só pode ser obtido se eles explorarem ainda mais os trabalhadores. E o atendimento das reivindicações destes leva à diminuição do lucro dos patrões. Isso demonstra a oposição entre os interesses de classe.

A polarização entre essas duas classes não significa para Marx que não existam outras, como as dos pequenos proprietários rurais, comerciários e diferentes tipos de profissionais liberais. Estas, no entanto, exercem um papel intermediário no conflito entre o proletariado e a burguesia, aproximando-se ora de uma, ora de outra, dependendo do momento. Assim, para Marx, a classe social de um indivíduo é determinada pela posição que ele ocupa no processo produtivo, como proprietário ou como trabalhador.

Filme

- **Preciosa: uma história de esperança**

Estados Unidos, 2009.
Direção: Lee Daniels.
Duração: 105 min.

O filme aborda a exclusão e a desigualdade social tendo por base a história de uma jovem negra estadunidense (Claireece "Preciosa" Jones) que sofre as mais diversas privações e violências. A jovem cresce pobre, maltratada, analfabeta e sem amor. Violentada pelo pai e grávida do segundo filho, Preciosa é convidada a frequentar uma escola alternativa, na qual vê a esperança de conseguir dar novo rumo à sua vida.

A greve de trabalhadores é um exemplo da oposição entre trabalhadores e patrões. Na imagem, assembleia dos metroviários de São Paulo que decidiu manter a paralisação das atividades (SP, 2014).

Burocracia
Para Weber, a organização burocrática é resultado da racionalização que coloca a organização puramente técnica como superior a qualquer outra forma de organização. É caracterizada pela existência de cargos hierárquicos e canais de comunicação entre seus níveis; esferas de autoridade claramente definidas, determinadas por regras comuns e pela separação das atividades oficiais dos assuntos privados. A burocracia é característica do Estado moderno, assim como das empresas capitalistas, pois estas demandam um modo estável, duradouro, objetivo e racional de administração pública e privada. Uma vez estabelecidas, dificilmente deixam de existir.

Classe para Weber

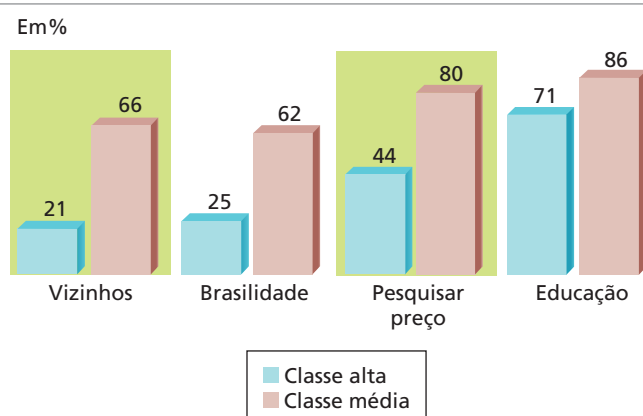
Max Weber afirmou que a estratificação social não se resume às determinações econômicas das classes sociais, mas decorre das diferentes maneiras de distribuição de poder em uma sociedade. Para ele, a estratificação decorrente dessa diferença de poder acontece de acordo com pelo menos três dimensões: econômica, política e social. Portanto, diferentemente da base teórica marxista, a estratificação da ordem social não se organiza apenas com base no poder econômico, mas também em termos de distribuição de poder político e de prestígio. Por isso, além da classe, a divisão da sociedade pode ser observada em outros fenômenos de distribuição de poder, como o partido e o *status*.

Weber definiu as classes sociais como o conjunto de probabilidades típicas de propriedade de bens, de posição externa (*status*) e de destino pessoal. Uma classe se forma por interesses e oportunidades. Contudo, esse autor não pensava que um critério único (posição no processo produtivo) determinasse a posição de classe: esta seria definida pela "situação de mercado" da pessoa, o que incluía não somente a posse de bens, mas também outros fatores, como o nível de escolaridade e o grau de habilidade técnica.

Expandindo sua teoria da estratificação, Weber tipifica, além da classe, outros dois grupos: círculos de *status* e partidos. Conceitua o grupo *status* como coletividade que se diferencia pelo prestígio ou pela honra social de que goza e por seu estilo de vida. Desse modo, não se pode explicar adequadamente a aquisição de *status* examinando somente características individuais, como anos de estudo e ocupação dos pais. Deve-se, também, verificar as características dos grupos. Por exemplo, os "novos ricos", mesmo tendo conquistado riqueza igual ou até superior à de outros grupos privilegiados, são vistos com certo desprezo pelos ricos, cujas fortunas são anteriores a eles mesmos, provenientes de famílias consideradas "tradicionais".

Já os partidos, na terminologia de Weber, não são apenas grupos que disputam eleições, e sim, mais propriamente, organizações que procuram impor sua vontade aos outros. O controle de partidos, em especial de grandes organizações burocráticas, não depende apenas de riqueza ou de outro critério de classe: alguém pode dirigir uma **burocracia** militar, científica ou de outro tipo e não ser rico, da mesma maneira que é possível ser rico e ter pouco prestígio.

A teoria weberiana de estratificação é importante para mostrar que outras dimensões além da classe (econômica) influenciam a vida das pessoas. O autor chamou a atenção para a interação complexa entre grupos de *status* e partidos, e para o fato de que eles operam separadamente, ampliando os fatores envolvidos nas análises de estratificação social.

Valores: classe média × classe alta

Fonte: MEIRELLES, Renato. *Consumo na nova classe média brasileira*. São Paulo: Instituto Data Popular, 2013. p. 14.

Vendedor de óleo de babaçu na feira livre no distrito de Marcolino Moura, na cidade de Rio de Contas (BA, 2014), local com pessoas de renda e valores identificados como a "nova classe média", classe que mais cresceu no Nordeste, segundo estudo realizado em 2011 pelo órgão de pesquisa Data Popular. Para Weber, não é a inserção no processo produtivo que determina a classe, mas a situação do indivíduo em relação às oportunidades de consumo e ao *status* decorrente dessa inserção.

Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário de mudanças e permanências socioeconômicas

As concepções naturalistas da pobreza

No Brasil, as primeiras tentativas de explicação da pobreza datam do final do século XIX. As justificativas, geralmente naturalistas, relacionavam a pobreza à suposta influência do clima (o calor deixaria as pessoas "preguiçosas") ou à "incapacidade" inata dos brasileiros para a construção do saber (a miscigenação diminuiria a inteligência natural do branco europeu).

Como afirma o sociólogo Renato Ortiz (1947-), nossa história foi apreendida em termos deterministas, de modo que clima e raça eram utilizados para explicar suposições como a natureza indolente do brasileiro, as manifestações inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do negro.

TARSILA DO AMARAL EMPREENDIMENTOS - ACERVO ARTÍSTICO-CULTURAL DOS PALÁCIOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

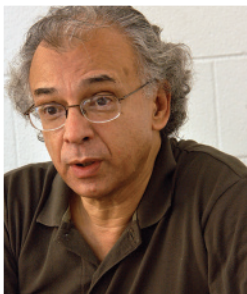
Os primeiros estudos sobre a pobreza no Brasil responsabilizavam o povo, em especial a mestiçagem, pelo não desenvolvimento econômico e social do país. Tarsila do Amaral, *Operários*, 1933. Óleo sobre tela, 150 × 205 cm.

Por essa óptica, o povo brasileiro era tachado de acomodado e pouco afeito ao trabalho. A frase atribuída ao escrivão Caminha, "nesta terra em se plantando tudo dá" (entendendo-se a generosidade da natureza em prover frutos, plantas, solo fértil etc.), explicaria por que a industrialização não era necessária. Complementando essas explicações, havia o problema da raça e da mestiçagem. O povo brasileiro, como resultado do encontro das matrizes indígena, branca e negra, estaria fadado à "degeneração e falência da nação", como notavam criticamente Sílvio Romero (1851-1914) e Nina Rodrigues (1862-1906), ou, ainda, de acordo com Euclides da Cunha (1866-1909), apresentava-se "decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais europeus".

Deixando de lado essas concepções, é preciso reconhecer que nas sociedades contemporâneas podem existir diferentes maneiras de desigualdade. De modo resumido, elas são agrupadas em torno das categorias de **classe**, de **gênero**, de **geração**, de **raça** (ou de **etnia**) e de **orientação sexual**.

Essas desigualdades são identificadas, em intensidades diversas, também no sistema de castas e no de estamentos. Contudo, na sociedade de classes, com sua concepção de igualdade jurídica entre todos os cidadãos, esse fenômeno se torna uma preocupação e coincide com as lutas e conquistas de múltiplos direitos de cidadania.

Quem escreveu sobre isso

ANTONINHO PERRI/ASCOM/UNICAMP

Renato Ortiz

Professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Renato José Pinto Ortiz (1947-) concentra suas pesquisas nas áreas de cultura, ideologia e modernidade, além de discutir sobre identidade e globalização/mundialização.

Renato Ortiz optou pela Sociologia depois de uma trajetória acadêmica sinuosa, que incluiu Zootecnia e Engenharia.

Site

- **www.dominiopublico.gov.br**

Acesso em: fev. 2016.

Site do Ministério da Educação que disponibiliza diferentes materiais educacionais produzidos em *software* de uso livre. Oferece muitos materiais de apoio para a discussão sobre estratificação e desigualdade social no Brasil.

www.ibge.gov.br

Acesso em: fev. 2016.

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) responsável pelo censo no Brasil e por diferentes pesquisas sobre as condições socioeconômicas na sociedade brasileira, entre elas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

As desigualdades de gênero e de raça no Brasil

No conjunto de ideias e conceitos com base em crenças e tradições compartilhadas que denominamos **imaginário coletivo**, há um modelo de indivíduo e de sociedade no qual as diferenças culturais e biológicas têm função hierarquizadora em espaços distintos da vida social. É assim, por exemplo, que a mulher é percebida como "naturalmente inferior" ao homem. Essa concepção, base da discriminação presente nas relações de gênero, coloca a mulher em desvantagem nas diversas maneiras de relação social. A desvantagem se intensifica se associada a outro modo de desigualdade, como classe ou raça. No mundo do trabalho, por exemplo, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE, em 2011 as mulheres ganharam, em média, até 28% menos do que os homens para desempenhar as mesmas funções.

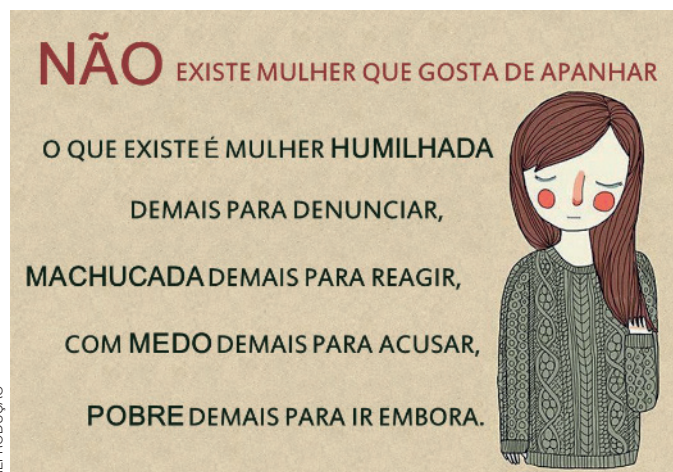
Apesar de a legislação determinar que não haja diferenças salariais entre os sexos, tanto na Constituição quanto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pesquisas (como as da empresa Catho, líder em recrutamento *on-line*) demonstram que de 2002 para cá, em algumas regiões metropolitanas brasileiras, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho (na liderança das empresas, por exemplo, o crescimento foi de cerca de 109%) e melhoraram o grau de instrução em relação aos homens, mas continuam recebendo menos do que eles. Quando se trata de mulheres negras, tal diferença supera os 170%.

Essa relação desigual aparece também fora do mundo do trabalho. Boa parte das mulheres exercem dupla jornada, no emprego e em casa. E, ainda que tenham ocorrido avanços nessa relação, os casos de exploração, violência e discriminação são comuns.

O *Global Gender Gap Report* é um relatório do Fórum Econômico Mundial que considera índices obtidos nas áreas da educação, saúde, economia e na possibilidade de acesso a cargos políticos para aferir as desigualdades de gênero no mundo. De acordo com a edição de 2014, mais de 80% dos países melhoraram alguns de seus indicadores em matéria de igualdade de gênero, mas, em outros itens, como a igualdade social, a situação piorou. No *ranking* da igualdade social, o Brasil encontra-se na 84ª posição, último colocado da América do Sul (Cuba está em 1º lugar na região e em 20º no mundo). Um dos problemas mais graves em nosso país, de acordo com o relatório, é a disparidade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo.

Relatora da ONU que tem se debruçado sobre o direito das mulheres à moradia e à terra, a urbanista e professora Raquel Rolnik (1956-) faz um alerta para um aspecto dramático dessa questão: a violência doméstica. De acordo com a estudiosa, muitas mulheres não conseguem romper o ciclo da violência porque não possuem alternativas economicamente viáveis de moradia. Os salários mais baixos para a mesma atividade também impactam a dependência financeira que elas têm dos companheiros ou familiares e, portanto, limitam sua autonomia.

MARCEL IBALDO

Por conta da desigualdade de gênero, as mulheres "recebem" menos que os homens no mercado de trabalho, mesmo quando possuem a mesma qualificação e exercem as mesmas funções.

A violência doméstica é uma das faces mais cruéis da discriminação sofrida pelas mulheres no Brasil. Na imagem, campanha de conscientização sobre violência física contra mulheres, comum nas redes sociais.

Outra manifestação recorrente da desigualdade social no Brasil é aquela sofrida por negros, indígenas e seus descendentes desde o período colonial. O fim da escravidão não significou para os negros sua inserção em condições de igualdade na sociedade brasileira. Para o sociólogo paulista Octavio Ianni, o que ocorreu foi a transformação do negro de escravo em mão de obra livre e subalterna. O processo de privação material e de dominação ideológica empreendido desde então exemplifica o tratamento desigual dispensado aos negros na sociedade brasileira.

Do ponto de vista material, todas as pesquisas demonstram um tratamento diferenciado entre brancos e negros. Por exemplo, a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE de 2013, realizada em algumas regiões metropolitanas brasileiras, constatou que um trabalhador negro ganha em média 57,4% do que recebe um trabalhador branco, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 140 — **Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal segundo a cor ou raça, por Regiões Metropolitanas (em reais)* – a preços de dez./2013**

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Branca							
2003	1.875,19	1.644 ,33	2.704,03	1.780,80	1.853,34	1.969,62	1.466,41
2004	1.858,43	1.622,76	2.589,50	1.774,23	1.838,33	1.957,11	1.473,53
2005	1.903,28	1.723,67	2.429,72	1.830,09	1.918,53	2.001,34	1.454,34
2006	1.960,69	1.684,26	2.534,58	1.885,77	1.941,84	2.092,21	1.506,10
2007	2.039,54	1.703,94	2.555,53	1.967,98	2.076,56	2.156,57	1.579,73
2008	2.103,88	1.696,98	2.734,98	2.092,29	2.186,29	2.201,92	1.617,00
2009	2.170,31	1.693,65	2.742,73	2.177,39	2.253,73	2.268,86	1.680,08
2010	2.248,81	1.925,98	2.779,09	2.249,20	2.448,26	2.276,74	1.797,26
2011	2.295,08	1.847,88	2.893,18	2.386,63	2.571,61	2.274,89	1.847,47
2012	2.361,92	1.928,21	2.998,31	2.582,06	2.591,43	2.358,09	1.881,36
2013	2.396,74	1.892,33	2.523,49	2.555,19	2.656,86	2.408,31	1.975,26
Preta/parda							
2003	907,98	824,27	872,41	901,69	957,89	932,83	885,99
2004	909,64	802,19	883,83	893,47	947,12	947,37	881,27
2005	922,26	798,35	909,56	904,32	954,00	965,38	881,85
2006	978,82	824,50	954,56	986,35	998,01	1.028,53	921,42
2007	1.011,52	857,17	993,25	1.034,65	1.035,41	1.041,89	969,93
2008	1.068,22	850,56	1.049,78	1.092,97	1.105,53	1.103,77	998,57
2009	1.115,76	886,63	1.120,89	1.147,21	1.164,65	1.137,21	1.076,39
2010	1.191,27	989,18	1.221,22	1.222,65	1.245,37	1.196,08	1.105,70
2011	1.243,80	1.044,48	1.282,77	1.267,00	1.298,65	1.244,43	1.161,15
2012	1.325,97	1.150,18	1.326,48	1.391,34	1.361,41	1.328,65	1.232,59
2013	1.374,79	1.193,19	1.290,92	1.415,89	1.458,49	1.388,46	1.305,48

* Médias das estimativas mensais.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Livro

◆ **JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada.**

São Paulo: Ática, 2009.

Carolina Maria de Jesus foi uma catadora de papel e moradora da favela do Canindé (São Paulo, SP) na década de 1950. Com os pedaços de papel que encontrava no lixo e um velho caderno, escreveu suas anotações relatando o cotidiano de sua realidade de dificuldades com os três filhos, os sonhos e as tensões sociais por ela vividas. A obra, que permanece atual em todos os seus aspectos, foi traduzida em 13 idiomas, tornando-se um *best-seller* internacional.

Quem escreveu sobre isso

JOSÉ SABINO/ FOLHAPRESS

Na análise de Octavio Ianni, os escravos libertos foram incorporados à sociedade de classes como mão de obra subalterna.

Octavio Ianni

Nasceu em 1926 na cidade de Itu, interior de São Paulo. Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) em 1954; depois, cursou mestrado sob orientação de Florestan Fernandes. Em 1961, recebeu o título de doutor, também pela USP, com a tese *O negro na sociedade de castas*. Foi professor da referida universidade, aposentando-se em 1969 durante o regime militar. Suas pesquisas concentram-se nas áreas de raça, Estado, América Latina, revoluções e classes.

Outro aspecto da desigualdade sofrida pela população negra são os casos de discriminação e violência dos quais são vítimas. O *Mapa da violência de 2014* (disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>, acesso em 3 mar. 2016), apresenta dados alarmantes. Os jovens negros constituem a maioria das vítimas de homicídio. Entre 2002 e 2012, enquanto a taxa de brancos assassinados caiu de 19.846 em 2002 para 14.928, o número de negros mortos subiu de 29.656 para 41.127 no mesmo período. De acordo com o coordenador da pesquisa, o sociólogo Julio Waiselfisz (1941-), os dados indicam o caráter seletivo das mortes. Uma pesquisa da Universidade de São Carlos divulgada em 2014 demonstrou que 58% das mortes provocadas por policiais no estado de São Paulo têm como alvo a população negra, que, por sua vez, corresponde a apenas 34% da população do estado.

No que se refere à juventude negra, outro dado importante são as diferenças no acesso à educação. Os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (Pnad) de 2011, detalhados no gráfico abaixo e abrangendo a população de 18 a 24 anos de idade, demonstram que os jovens negros entre 18 e 24 anos possuem inserção escolar desigual em relação à população branca. Isso se explica pelas dificuldades encontradas pela população negra de entrar e permanecer na escola. Ainda que se tenha observado melhora nos índices relacionados à juventude negra, quando comparados com os da juventude branca, verifica-se que eles são muito inferiores. Essa inserção desigual tem consequências, por exemplo, no mercado de trabalho. Os dados da Pnad de 2012 indicaram que, dos trabalhadores desempregados, 59,9% eram negros, um aumento em relação ao ano anterior, cujo percentual era de 57,6%. Na Pnad seguinte, esse índice subiu para 60,6%.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é realizada pelo IBGE e tem como objetivo obter informações anuais sobre os aspectos socioeconômicos e demográficos da população brasileira. Por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas: educação, trabalho, rendimento, habitação, fecundidade, saúde, entre outras. Outros temas podem ser incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação do país.

Desigualdade entre os jovens

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

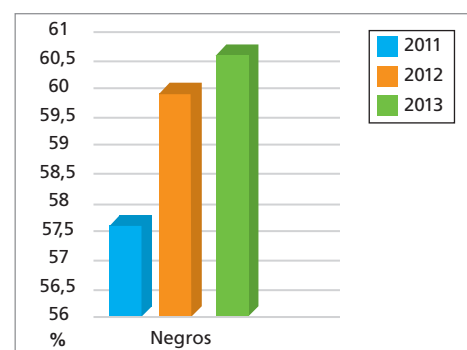
ROGÉRIO REIS/PULSAR IMAGENS

Diversos projetos públicos e privados desrespeitam os direitos dos povos indígenas. Na imagem, indígenas diante de faixa de protesto durante uma cerimônia de Quarup, em Gaúcha do Norte (MT, 2012).

Assim como a população negra, os povos indígenas vivem em um contexto de profunda discriminação e desigualdade. Pelo censo do IBGE de 2010, foram contabilizados pouco mais de 896 mil indígenas, que, em sua maioria, vivem em condições de pobreza e sujeitos a diferentes tipos de violência. Segundo S. James Anaya, conhecido por sua atuação como relator especial da ONU para Situação dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, eles sofrem com a negação efetiva de seus direitos de autodeterminação e das condições materiais para que possam desenvolver-se economicamente. Além disso, são vítimas constantes da violência praticada por grupos que se interessam por suas terras.

Um exemplo desse tratamento desigual pode ser encontrado no constante desrespeito às tradições dos povos e nações indígenas. Projetos governamentais, como a construção de barragens em terras ocupadas por essas populações, desconsideram os efeitos da inundação dessas áreas para a cultura e a sobrevivência autônoma dos indígenas.

Percentual de negros na população desempregada

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: Pnad 2013.

A desigualdade na distribuição da riqueza

A questão da pobreza e da distribuição de renda e riquezas no Brasil (entendendo-se renda como o montante recebido em um dado período de tempo e riqueza como o que se possui, o patrimônio propriamente dito) apresenta grandes disparidades. O conceito de **pobreza** pode ter diversas elaborações. A que será discutida aqui combina a carência de bens e serviços essenciais (como alimentação e moradia) com a falta de recursos econômicos (renda e riqueza) e carência social, caracterizada pela exclusão social (problemas que levam à discriminação e impossibilitam a inserção do indivíduo em alguns espaços, como os educacionais e os parlamentares).

Retrato da pobreza no Brasil. Pessoas catando lixo em Castanhal (PA, 2014). Compreender as causas desse fenômeno é essencial para modificar a situação.

RAIMUNDO PACCÓ/FRAME/FOLHAPRESS

A má distribuição de renda reflete na paisagem urbana: o casario pobre da comunidade do Morro do Papagaio, em Belo Horizonte (MG), contrasta fortemente com os luxuosos prédios que se estendem ao fundo. Foto de 2011.

BRUNO MAGALHAES/NITRO

Filme

◆ **Ilha das Flores**

REPRODUÇÃO

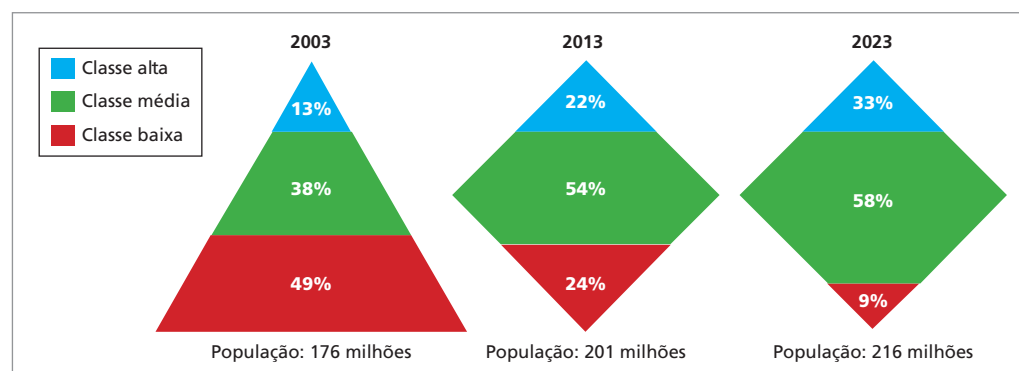
Brasil, 1989.
Direção: Jorge Furtado.
Duração: 15 min.

O documentário faz uma crítica ácida e contundente à estrutura econômica da sociedade capitalista pelo relato da trajetória de um tomate, desde a plantação até o lixão onde foi descartado.

Apesar de não haver um consenso sobre qual critério deve ser adotado como linha de pobreza, costuma-se, para efeito de pesquisa, distinguir pobreza absoluta (ou extrema) de pobreza relativa. A primeira, de acordo com a ONU, é "uma condição caracterizada por grave privação de necessidades humanas básicas, como alimentos, água potável, instalações sanitárias, saúde, residência, educação e informação. Isso depende não só do rendimento, mas também do acesso aos serviços". Um exemplo de indicador de pobreza absoluta ou extrema é a percentagem de pessoas cuja ingestão diária de calorias é inferior ao mínimo necessário (2.000/2.500 quilocalorias) e que vivem com menos de 1,25 dólar por dia. Estima-se que 1 bilhão de pessoas estejam nessa condição e que 2,7 bilhões tenham renda inferior a 2,5 dólar por dia. Já a pobreza relativa é uma situação em que o indivíduo, em comparação com a média, não tem nenhum atributo desejável, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego. Os especialistas consideram teto para a pobreza relativa o valor correspondente a um quinto da renda média *per capita* por mês.

Por distribuição de renda entende-se, de modo simples e direto, a maneira como a renda é distribuída pelos habitantes de um país ou uma região. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divide essa distribuição em duas categorias: a distribuição funcional da renda, que analisa a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) – a riqueza produzida no país durante um ano – entre proprietários de capital e trabalhadores assalariados, e a distribuição pessoal de renda, que verifica os rendimentos que as pessoas e famílias recebem.

Projeção e distribuição das classes sociais no Brasil

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: MEIRELLES, Renato. *Brasil Emergente*: valores, visão de mundo e perspectiva de consumo. São Paulo: Instituto Data Popular, 2013. p. 10.

A visão positiva das estratégias de distribuição de renda no Brasil projeta que haverá uma queda no percentual de pobres no país.

Na produção científica sobre o tema, pesquisas de grandes institutos, como IBGE, Ipea e Dieese, indicam que o Brasil tem conseguido há alguns anos reduzir a desigualdade na distribuição de renda, mas ainda é o quarto país com maior discrepância da América Latina, conforme dados do estudo *Estado das cidades da América Latina e Caribe:* rumo a uma nova transição urbana, divulgados pela ONU em 2012.

Com base em uma concepção positiva desse período, com melhor distribuição de renda, a tradicional divisão de classes sociais em A, B, C, D e E sofreu um rearranjo, pois a estrutura passou de uma forma piramidal para outra do tipo losango, que mostra o expressivo crescimento da classe denominada C, com redução quantitativa das classes D e E.

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925) — RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 9 DE JULHO DE 2006 • ANO LXXXII • Nº 26.634 • www.oglobo.com.br — ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Fitas ligam deputados à máfia das ambulâncias

• Gravações feitas pela Polícia Federal flagraram 17 deputados em conversas nas quais discutiam emendas e fraudes com Darci José Vedoin e Luiz Antônio Vedoin, apontados como chefes da organização acusada de vender ambulâncias superfaturadas. João Caldas (PP-AL), quarto secretário da Mesa da Câmara, trata Darci Vedoin como "amigo" e é chamado de "patrão". Página 12

Parlamentares denunciados vão às urnas

REVISTA DA TV

Elenco de primeira grandeza estréia em 'Páginas da vida', de Manoel Carlos

REGINA DUARTE, a nova Helena — ANA PAULA ARÓSIO será Olívia

!Revista

Cabeça de babynauta

• Educadores avaliam os efeitos dos cursos de informática, de DVDs multissensoriais e de programas de TV no cérebro de crianças menores de 3 anos.

SEGUNDO CADERNO — **Diogo Vilela entra na alma de Cauby**

MORAR BEM — **Aumenta o crédito para casa própria**

BOA CHANCE — **Irregularidades em concursos públicos**

Sete milhões de pessoas sobem para classe média

Com reação de emprego e salário, consumo cresce R$ 31 bilhões

AGÊNCIA O GLOBO

Manchete de jornal de 2006 destaca a ascensão de 7 milhões de pessoas para a classe média. Os que defendem a ideia de que teria havido uma redução significativa na desigualdade e, consequentemente, uma ampliação da mobilidade social no país baseiam-se sobretudo nos índices de consumo das classes sociais.

Essa visão otimista em relação à redução da desigualdade social no Brasil defende que um conjunto de políticas públicas implementado nos anos 2000, especialmente os chamados programas sociais, elevou o perfil de renda das classes pobres e, com isso, possibilitou a mobilidade social de setores das chamadas classes C e D. Para alguns analistas, esse fato configuraria o surgimento de uma "nova classe média".

Essa posição, no entanto, não é um consenso nas discussões sobre o tema. O sociólogo Jessé de Souza (1960-) aborda o que chama de uma "classe social nova e moderna", resultado das transformações recentes do capitalismo mundial, uma "nova classe trabalhadora". Souza entende que não é possível determinar classes sociais por renda, mas sim pela visão prática de mundo que mostra os comportamentos e atitudes com exemplos concretos. Para ele, chamar os trabalhadores brasileiros de "nova classe média" é uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições da vida desses indivíduos, como se o capitalismo financeiro fosse bom e sem defeitos. Ao associar classe à renda, esquece-se da transmissão afetiva de valores, processo invisível oriundo da socialização familiar que forma indivíduos com capacidades muito diversas – o que Pierre Bourdieu denominou **capital cultural**.

Outra crítica que pode ser feita à concepção positiva é que, ao associar a ascensão social exclusivamente à melhora na renda e à ampliação da capacidade de consumo, ela desconsidera que o advento de uma crise econômica possa realocar as pessoas nas condições socioeconômicas anteriores. Nesse aspecto, há que se considerar, juntamente com a melhora da renda, condições adequadas de acesso à saúde, à educação e ao lazer que, no caso brasileiro, estão longe de serem ideais.

VINICIUS PEREIRA/FOLHAPRESS

RAQUEL CUNHA/FOLHAPRESS

As condições de acesso à educação e à saúde continuam restritas para a maioria da população. Acima, fila de pacientes por falta de médicos no Hospital do Servidor Público Estadual, na capital paulista, em 2013. Ao lado, quadra em péssimas condições na Escola Municipal Leonardo Villas Boas, em São Paulo (SP, 2014).

FERNANDO NASCIMENTO/FOTOARENA/FOLHAPRESS

Consumidores brasileiros, muitos dos quais pertencentes à “nova classe média", aproveitam liquidação em loja de departamentos em São Paulo (SP, 2012).

O economista Marcio Pochmann tem uma posição intermediária sobre o tema. Ele salienta que não se trata de uma nova classe, muito menos de uma classe média, mas sim de novos segmentos no interior da classe trabalhadora. Os empregos gerados na primeira década do ano 2000 – ofertados não pela indústria, mas pelo setor de serviços e com remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo – fizeram surgir uma classe trabalhadora consumista, individualista e despolitizada. Pochmann destaca ainda que a maior parte dos ocupados na base da pirâmide social permanece excluída da proteção social e trabalhista e apresenta baixa taxa de sindicalização (menos de 13%).

O autor conclui que os trabalhadores da base da pirâmide ampliaram sua dimensão e tornaram-se protagonistas de um importante movimento durante o período recente. Essa alteração na estrutura ocupacional foi acompanhada de elevação real das remunerações, o que possibilitou a potencialização da mobilidade social e a inclusão no mercado de bens de consumo sem, no entanto, permitir afirmar que se constitua uma nova classe média.

Igualdade de oportunidades × desigualdade de condições: um longo caminho a percorrer

Apesar de algumas avaliações otimistas e da melhora em certos índices, dados do último Censo Demográfico, em 2010, mostram que a desigualdade de renda ainda é bastante acentuada no Brasil. De acordo com o economista Marcelo Neri, a baixa escolaridade da população brasileira mantém o país entre as dez nações mais desiguais do mundo.

O Índice de Gini (ou Coeficiente de Gini), um importante **indicador social**, é a ferramenta estatística mais utilizada para estudar desigualdade de renda. O Gini é uma medida, e seu valor varia de 0 a 1. O valor 0 (zero) indica que cada unidade familiar de um país ganha exatamente a mesma quantidade de dinheiro – é a completa igualdade de renda. No polo oposto, o índice com valor igual a 1 indica que uma só família ganha a renda nacional inteira – completa desigualdade de renda. Esses são extremos teóricos: na realidade, a maioria dos países tem índice de Gini entre 0,2 e 0,5. O do Brasil era de 0,527 em 2011, segundo o Ipea, o que o colocava entre os 12 países mais desiguais do mundo.

Como exemplo, a Pnad 2013 apurou que o rendimento médio mensal real do trabalho das pessoas de dez anos ou mais de idade cresceu 4% no último biênio estudado. Também apurou que o perfil dos desocupados de 15 anos ou mais de idade compõe-se, em mais da metade, de mulheres, e que mais de um terço (33,9%) do total tinha entre 18 e 24 anos de idade, sendo predominantemente negros ou pardos e com Ensino Médio incompleto.

Esses dados são importantes porque confirmam que as desigualdades de gênero e raça continuam a ocorrer no Brasil, apesar da implantação de políticas públicas e ações afirmativas voltadas para esses segmentos sociais.

Outro indicador importante na questão social é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Criado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), esse índice é usado como referência da qualidade de vida e desenvolvimento. Sem se prender apenas a índices econômicos, baseia-se em dados como expectativa de vida, escolaridade e renda média.

O Brasil tem progredido também nesse índice, e sua posição geral, 79º lugar em 2014, com 0,744 na escala que vai de 0 a 1, inclui-o no grupo de alto desenvolvimento humano, mas ainda longe do grupo com desenvolvimento considerado “muito alto” – lista que compreende 47 países e é encabeçada pela Noruega.

Indicador social
Medida quantitativa dotada de significado social. É um recurso metodológico que informa sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estejam ocorrendo. Pode ser de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas).

Hoje, apesar do contexto de consolidação da democracia, é possível constatar que a desigualdade socioeconômica brasileira está muito associada à desigualdade de oportunidades e de condições. Ou seja, existem diferenças nas circunstâncias que afetam o sucesso das pessoas e que não dependem de seus esforços nem de suas decisões pessoais. Essas circunstâncias incluem o grau de escolaridade e a ocupação dos pais, a qualidade da escola que o indivíduo frequenta, seus ambientes de socialização, além de outros elementos, como cor da pele.

Ao tomar como exemplo a juventude brasileira pobre, vemos que a desigualdade social ajuda a explicar diferentes realidades vividas por esse segmento da população. Seja no plano econômico, seja nos aspectos de gênero, de etnia ou de orientação sexual, nem sempre valorizados igualmente, esse segmento sofre com uma série de discriminações particulares e com a desigualdade de condições.

A situação de desigualdade tem sido, por vezes, considerada natural, dada sua longa existência. Um fator, porém, que deve ser destacado é o binômio igualdade de oportunidades/desigualdade de condições, que é em si uma contradição. Atualmente, em boa parte dos países vigora o pressuposto de igualdade de oportunidades, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, vetando-se diferenciações arbitrárias e discriminações – como consta do art. 5º da Constituição Federal de 1988, que afirma serem “todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Esse pressuposto consagra o princípio da igualdade de oportunidades.

Entretanto, essa proposição de igualdade esbarra na imensa desigualdade de condições, por exemplo, na hora de iniciar e continuar os estudos ou de garantir uma alimentação adequada. Esses são dois elementos, entre outros, que demonstram o impacto representado pelas desigualdades sociais sobre a geração de possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Claro está, portanto, que há um grande desafio quando se fala em reduzir a distância entre a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade real de condições. Em linhas gerais, esse desafio seria o aprimoramento das políticas e dos programas sociais destinados a redistribuir renda, fundados em regras de funcionamento claras e abrangentes, e que, sobretudo, sejam políticas de Estado, e não de governo, ou seja, que tenham continuidade, independentemente de quem ocupe o Poder Executivo. Por outro lado, há urgência na ampliação das oportunidades para que os jovens possam encontrar maneiras reais de mobilidade social, o que significa melhores condições de acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e uma redução da violência da qual são vítimas, principalmente aqueles que representam as minorias sociais discriminadas, como mulheres, negros e indígenas.

Aplicativo

◆ **oBem App**

Esse aplicativo de celular permite a organizações não governamentais (ONGs) receberem doações do programa Nota Fiscal Paulista, do governo do estado de São Paulo. Outras informações estão disponíveis no *site* <http://www.obemapp.com.br/>. Acesso em: mar. 2016.

MICKYWISWEDEL/SHUTTERSTOCK

A juventude negra encontra muitas dificuldades de inserção social. Ainda que juridicamente não haja diferenças, na prática, as oportunidades, quando comparadas às da juventude branca, não são as mesmas. Na imagem, jovens conversam sentados em uma ponte sobre um rio na Cidade do Cabo (África do Sul, 2012).

Considerações sociológicas

Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate

De acordo com Grusky, "a tarefa de identificar as dinâmicas principais por trás das mudanças sociais tem sido fundamental para a Sociologia, mas em nenhum lugar este interesse é mais bem desenvolvido ou mais essencial do que no campo das análises de desigualdades". [...] Não é possível, portanto, falar em transformações sociais sem levar em consideração as mudanças nas formas de distribuição de riqueza e nos processos de alocação dos indivíduos na estrutura social. Ainda mais verdadeira é esta afirmação se considerarmos que a desigualdade é a marca mais expressiva da sociedade brasileira e apresenta-se como um fenômeno multidimensional, transversal e durável. Por este motivo, é um tema tão relevante para a compreensão de nossa sociedade, na medida em que se expressa em inúmeras dimensões, resulta de diferentes fatores e tem consequências variadas.

Por este motivo, o debate sobre o enfrentamento das desigualdades conduz a uma discussão mais abrangente sobre políticas sociais e projetos de nação. E, no Brasil, coloca a necessidade de analisar as condições em que as desigualdades surgem e se reproduzem historicamente, levando a uma discussão sobre quais são as condições necessárias para que as oportunidades sejam mais bem distribuídas.

Sabemos que a desigualdade não é um fato natural, mas sim uma construção social. Ela depende de circunstâncias e é, em grande parte, o resultado das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade. Mas também sabemos que todas as sociedades experimentam desigualdades e que estas se apresentam de diversas formas: como prestígio, poder, renda, entre outros – e suas origens são tão variadas quanto suas manifestações. O desafio não é apenas descrever os fatores e componentes das desigualdades sociais, mas também explicar sua permanência, e em alguns casos seu aprofundamento, apesar dos valores igualitários modernos. O que torna o Brasil um caso especial é a sobrevivência de desigualdades históricas em meio a um processo de modernização acelerado. Mais ainda, nossos níveis de desigualdade de renda são extremamente elevados. Apesar da queda constante do Gini na última década, ele ainda permanece num patamar bastante alto, até mesmo para um continente tão desigual quanto a América Latina. [...]

É importante ressaltar que, num contexto de extrema desigualdade como o que temos no Brasil, até mesmo a cidadania, entendida aqui como participação, é desigualmente distribuída. Esta é uma conjuntura que coloca em xeque o conceito de "sociedade civil", ou pelo menos o seu uso no singular. Cada vez mais os atores sociais são chamados à participação, porém as condições dessa participação são claramente definidas a partir das possibilidades e oportunidades de inserção na arena pública. E essas possibilidades e oportunidades não são, de fato, iguais. Devemos considerar que, quando os custos e as chances de participação são tão desiguais, em geral nos defrontamos com uma situação em que os incluídos aumentam suas vantagens relativas sobre os excluídos, se apropriando de forma mais efetiva dos benefícios gerados pela sociedade ou pelo Estado. Portanto, a dinâmica da relação entre Estado e sociedade, na qual se inscreve a prática das políticas públicas, é atravessada por desigualdades na distribuição de poder: seja ele político, econômico, social, intelectual ou simbólico.

Fonte: SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. In: *Contemporânea*. Revista de Sociologia da UFSCAR, n. 1, p. 49-68, jan.-jun. 2011.

A esfera habitacional é um dos setores em que as desigualdades sociais podem ser observadas no Brasil. Na imagem, palafitas de comunidade ribeirinha no rio Capibaribe, em Recife (PE, 2015).

DIEGO HERCULANO/FOTOARENA

Direito e sociedade

PEC das domésticas

A extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos, consolidada na Lei Complementar 150 de 1º de junho de 2015, gerou inúmeras controvérsias na sociedade brasileira. De um lado, estavam os que tinham sido contrários à lei, argumentando que se criaria uma situação insustentável do ponto de vista econômico, pois oneraria a classe média e poderia levar ao desemprego da categoria.

De outro, houve os que defenderam sua aprovação afirmando que a lei fora resultado de décadas de uma luta pela regulamentação formal da categoria. Em 2013, o sociólogo Joaze B. Costa, da Universidade de Brasília, foi contundente ao classificar os opositores da lei como produtores de um discurso "eticamente insustentável, encharcado de herança escravagista, baseado na exploração principalmente de mulheres negras".

Para muitos, o debate é resultado de décadas de luta para que os trabalhadores domésticos fossem equiparados aos demais trabalhadores. Esquecida pelas leis trabalhistas da década de 1940, a categoria, constituída em sua imensa maioria de mulheres negras, não pode ter sua trajetória desvinculada da questão racial no Brasil. Em muitos casos, a função é uma derivação direta das tarefas exercidas pelos negros no período anterior à abolição. A função de propriedade do patrão é destacada por Creuza Maria de Oliveira, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas em 2012. "Se você pega um jornal, vê: precisa-se de empregada que não estude e que durma no emprego. É um objeto na casa do empregador", diz ela.

De acordo com Joaze B. Costa, "o Brasil não pode submeter trabalhadores domésticos a um tratamento desigual, com privação de direitos, para garantir o conforto da classe média". No entanto, ele chama a atenção para o fato de que a legislação é apenas um caminho na construção de uma nova representação das trabalhadoras e trabalhadores dessa categoria.

Passados alguns anos, cabe avaliar. Será que somos capazes de perceber a vinculação entre a situação das domésticas e as questões de gênero e raça que marcam a desigualdade social no Brasil? Até que ponto temos sido capazes de construir um novo olhar sobre o trabalho doméstico no Brasil? Ou a luta apenas começou?

OSCILLOSCOPE LABORATORIES/EVERETT COLLECTION/EASYPIX

Trabalhadoras domésticas comemoram a ampliação de seus direitos. Na imagem, cena do filme *Que horas ela volta?*, que retrata a relação entre empregadas domésticas e patrões.

Atividade

Forme um grupo com os colegas de turma e, após uma programação inicial, realize uma pesquisa com trabalhadoras domésticas.

1. Procure identificar se a legislação em vigor é cumprida pelos seus empregadores.
2. Verifique se na percepção das domésticas a lei modificou efetivamente suas condições de trabalho.
3. Peça que façam uma comparação entre a situação anterior e a atual.

Os subterrâneos do mundo do trabalho

Leia com atenção o texto a seguir.

[...] Todos os anos, importantes organizações internacionais como ONU e OIT, além de ONGs como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, divulgam relatórios denunciando a situação precária dos trabalhadores em minas de carvão, minério de ferro, cobre, magnésio, manganês, prata, ouro, diamante, entre outras. Jornais também frequentemente reportam acidentes nos quais mineradores morrem ou passam dias soterrados, como o que ocorreu em uma mina de cobre em Copiapó, no Chile, em 2010. Ou em minas de carvão na China em 2010, 2013 e 2014. A China é, inclusive, a campeã mundial em acidentes em minas de carvão. [...]

Ainda, as jazidas, em geral isoladas, fazem brotar um comércio ao seu redor, atraindo comerciantes, em sua maioria mulheres. Estas mulheres trazem consigo seus filhos, que acabam virando empregados nas jazidas. Além das péssimas condições de saneamento, elas também estão sujeitas a todo tipo de violência, especialmente abusos sexuais.

Nas jazidas, os turnos chegam a ser de 24 horas e é comum que algum trabalhador, em geral menor de idade, sofra acidentes sérios ou até mesmo fatais. Um entrevistado de apenas 17 anos disse que sofreu uma queda em um poço fundo junto com outros dois colegas. Ele foi o único que sobreviveu. Há ainda uma enorme frequência de doenças relacionadas ao contato direto dos garimpeiros com mercúrio – um metal altamente tóxico usado para facilitar a "limpeza" do ouro. A exposição ao mercúrio por longos períodos leva a graves problemas respiratórios e, em alguns casos, ao envenenamento. [...]

Os problemas relacionados à ausência de leis rígidas e fiscalização nas jazidas não se limitam à exploração e desrespeito aos trabalhadores. A exploração desenfreada de metais também causa um enorme impacto negativo ao meio ambiente e às comunidades em torno das jazidas, como é o caso de Moçambique, onde está presente a empresa brasileira Vale. A falta de fiscalização também torna estes locais verdadeiros paraísos para diversas atividades ilegais, como lavagem de dinheiro, tráfico humano, de drogas e de armas.

De quem é a culpa?

[...] Primeiramente é necessário compreender a importância da indústria extrativa para o mundo atual. Não se trata apenas de benefícios econômicos a um ou outro país, mas sim de sua importância para a população mundial. O minério de ferro, por exemplo, é a principal matéria-prima para produção do aço, que por sua vez é utilizado "na produção de ferramentas, máquinas, veículos de transporte, linhas de transmissão de energia elétrica, como elemento estrutural para a construção de edifícios e casas, além de possuir uma infinidade de outras aplicações".

[...]

Os governos dos países onde as jazidas estão localizadas têm interesse em atrair grandes empresas, compradores e investidores para seus territórios. As multinacionais querem explorar ou comprar produtos primários a preços baixos a fim de aumentar vendas de seus produtos finais. Até mesmo os consumidores possuem interesse, uma vez que querem serviços e produtos baratos.

A "culpa", dessa forma, não é somente de um governo ou de uma empresa, mas de toda uma cadeia produtiva que requer baixíssimos gastos com mão de obra para se manter lucrativa. Apesar de ser possível manter lucros sem cometer violações aos direitos humanos, existe pouco interesse por parte dos envolvidos para promover mudanças. Também existe pouca pressão da sociedade civil. A indústria extrativa é mais agressiva e letal que a têxtil, contudo, não se vê a mesma mobilização para promover boicotes, como no caso das *sweat shops*. [...]

Vivian Alt. Disponível em: <http://politike.cartacapital.com.br/mineracao-e-a-maior-responsavel-por-mortes-no-trabalho-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: fev. 2016.

Atividade

O texto acima faz parte de uma série de reportagens da revista *Carta Capital* sobre a exploração do trabalho no mundo contemporâneo. Ainda no século XXI, características normalmente atribuídas aos primórdios das sociedades industriais (superexploração do trabalho feminino e infantil), bem como situações análogas ao trabalho escravo são presenciadas com muita frequência.

Reflita sobre as consequências das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de minas. Discuta as consequências do contato com o mercúrio e das condições precárias de saneamento, higiene e alimentação sobre a saúde do trabalhador. Discuta também o impacto social e ambiental dessas atividades econômicas.

Atividades

Reflexão e revisão

Questão 1

A análise e a reflexão sobre a desigualdade social sempre ocuparam lugar importante nas obras das Ciências Sociais, uma vez que se trata de um fenômeno presente em todos os contextos da sociedade. Ainda que, pelo senso comum, esse conceito geralmente esteja relacionado apenas à esfera econômica, a desigualdade social pode se configurar com base em múltiplas variantes, uma vez que as sociedades são organizadas e hierarquizadas considerando diferentes aspectos.

Tendo como referência a análise desse trecho e de tudo o que foi debatido no capítulo, realize as atividades a seguir.

1. Identifique algumas das múltiplas variáveis que podem determinar a reprodução das desigualdades sociais no Brasil.
2. Procure avaliar a importância que têm as várias políticas públicas voltadas para as minorias sociais, como mulheres, indígenas e negros no que se refere à mudança nos padrões de mobilidade social no Brasil.

Questão 2

A divisão desigual do trabalho doméstico é uma das faces da divisão injusta de gênero no Brasil.

A charge retrata um fenômeno comum na sociedade brasileira: a desigualdade de gênero. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

a) é tão ínfimo que nos últimos anos deixou de fornecer dados relevantes para os estudos sobre a desigualdade social brasileira.

b) a desigualdade de gênero existente no Brasil permanece restrita aos estratos pobres da população, tendo em vista que nas elites ela não constitui o que se poderia chamar de um fenômeno recorrente.

c) a desigualdade social no Brasil é apenas econômica, de modo que a charge não expressa uma realidade brasileira.

d) a desigualdade de gênero no Brasil é algo que remonta ao período colonial e apesar dos muitos avanços ainda constitui um fenômeno bastante recorrente na sociedade.

e) a desigualdade social no Brasil é apenas de gênero, pois as mulheres costumam ser discriminadas em praticamente todas as esferas sociais, seja na família, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida social e cultural.

Questão para debate

Brasil é 18º em índice mundial de progresso social, diz pesquisa

Na América do Sul, país fica atrás do Chile e da Argentina

País decepciona em itens como "segurança pessoal" e "respeito a mulheres"

O Brasil está classificado no 18º lugar em lista de 50 países que tiveram seu desempenho social e ambiental avaliado em novo indicador lançado nesta quarta-feira (4), chamado Índice de Progresso Social, que foi concebido pelo professor da Harvard Business School, Michael Porter, e pela instituição Social Progress Imperative.

Em primeiro lugar no *ranking* ficou a Suécia, seguida pelo Reino Unido e pela Suíça. Na outra ponta, a Etiópia ficou na última colocação (50ª), antes da Nigéria, na 49ª, e da Uganda, na 48ª.

O índice é uma pontuação calculada de 0 e 100. Para ficar na 18ª colocação, o Brasil teve pontuação 52,27. A Suécia, por exemplo, ficou com 64,81 para levar o primeiro lugar e a Etiópia teve nota 32,13 para ficar em último lugar. [...]

Brasil decepciona em segurança

Para a medição, foram analisados dados de 52 fontes, agrupadas em três categorias principais, que são: necessidades humanas básicas, onde o Brasil ficou na 30ª posição, fundamentos de bem-estar, na qual o país ocupou o 20º lugar, e oportunidades, cuja posição foi a 16ª.

Dentro de cada um desses tópicos, há subitens. Em oportunidades, um dos quesitos que puxaram o Brasil para cima é o "tolerância e respeito", onde o país ocupa a segunda posição. Ainda dentro do mesmo tópico, de oportunidades, no subitem "igualdade de oportunidades para minorias étnicas", o Brasil aparece em primeiro lugar.

Na outra ponta, o Brasil foi muito mal em segurança pessoal, que está no tópico "necessidades humanas básicas". Nesse quesito, ficou em 46ª posição e, no quesito "taxa de homicídios", ficou na 47ª.

Em relação ao item "mulheres tratadas com respeito", que fica dentro do tópico oportunidades, o Brasil também ficou muito mal, ocupando o 43º lugar.

De acordo com o especialista, a intenção é que os dados sirvam de parâmetros para os governos pensarem em suas políticas públicas.

O Brasil, por exemplo, está na 30ª posição no item necessidades humanas básicas, em 33ª em acesso ao ensino superior e em 31ª em qualidade da saúde.

De acordo com Porter, para a edição inicial da pesquisa foram levados em conta 50 países que tinham dados compatíveis que pudessem ser cruzados. A intenção é fazer a edição do ano que vem com 100 países.

Disponível em: <g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/brasil-e-18-emindice-mundial-de-progresso-social-diz-pesquisa.html>. Acesso em: fev. 2016.

O texto apresenta os resultados de 2013 e 2015 de um novo índice que avalia, em sentido amplo, as condições de vida das pessoas. Algumas de suas conclusões foram debatidas de maneiras diversas ao longo do capítulo. Com base nessas informações, reflita com os colegas sobre as seguintes questões:

1. O texto mostra a conceituação de progresso social, base da pesquisa. E você? Como definiria progresso social?
2. Quais são os exemplos da realidade social do Brasil que poderiam servir para confirmar ou negar as indicações do texto sobre a noção de progresso social?
3. No texto, informa-se que no quesito "tolerância e respeito" o Brasil ocupa a segunda posição mundial, mas que nos de "segurança pessoal" e "taxa de homicídios" ele acaba por ficar muito mal posicionado: respectivamente, nas posições de número 46 e 47. Quais seriam, na sua opinião, as causas apresentadas pela teoria sociológica para a persistência desses graves problemas sociais?
4. Que consequências causadas pelos problemas apontados pela pesquisa do Índice de Progresso Social podem ser normalmente observadas no cotidiano?

Questão para pesquisa

De acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE, o Brasil, na primeira década do século XXI, apresentou uma melhora nos índices socioeconômicos. Houve melhora na renda, queda na mortalidade infantil e aumento da frequência escolar. Divulgados em 2013, esses índices tiveram diferentes acolhidas na sociedade brasileira. Para alguns setores da sociedade, isso indicava uma mudança de paradigma e o êxito das políticas públicas de inclusão social. Para outros, eram dados que não demonstravam a consolidação da reversão do quadro de desigualdades presentes no país.

Nas Ciências Sociais, uma maneira bastante comum de verificar a precisão das afirmações feitas sobre os fenômenos sociais é investigá-los com pesquisas. Vamos verificar como os elementos destacados no texto se apresentam em nossa cidade, bairro ou região? Para isso, formem pequenos grupos de pesquisadores e, sob orientação do professor, montem um questionário e façam uma pesquisa semelhante à realizada pelo IBGE, que deve respeitar as seguintes etapas:

1. Antes de começar, selecionem os elementos a serem pesquisados.
2. Organizem os grupos de acordo com o número de elementos de pesquisa.
3. Definam o universo e as estratégias de pesquisa a serem adotadas: população-alvo (idade, gênero, etnia, escolaridade etc.) e espaços de abrangência (zona rural ou urbana, parte nobre ou não).
4. Montem os questionários com base na orientação do professor e atentem para a forma de aplicação.
5. Realizem a pesquisa e façam a tabulação dos resultados, de preferência também com a colaboração do professor.
6. Apresentem esses resultados em forma de seminário ou de painéis, comparando-os com os dados apresentados no texto. Em sua região, os dados são semelhantes ou diferentes?
7. Convidem um ou mais professores ou especialistas no assunto (quem sabe até uma autoridade municipal, estadual ou federal) para que venha(m) discutir com os colegas da escola os dados obtidos.
8. Com base nos resultados e no conhecimento acumulado na leitura do capítulo e nos debates com os colegas, elabore por escrito (painel ou cartaz) uma proposta de política pública para os possíveis aspectos problemáticos apurados pela pesquisa.

Festival: música e desigualdade social no Brasil contemporâneo

Como vimos nos capítulos desta Unidade, todas as sociedades apresentam dispositivos de classificação e estratificação social. Sociedades tradicionais, como alguns povos indígenas, possuem modos de distinção baseados em gênero, idade, experiência e sabedoria. Essa estratificação é muitas vezes representada em manifestações culturais, como pinturas corporais, rituais de dança e canções. Na moderna sociedade industrial, a questão do trabalho é um elemento determinante da estratificação social e da reprodução das desigualdades. Na década de 1960, movimentos culturais originados de situações de classe, como o movimento *punk* da classe operária inglesa, transformaram as lutas sociais dos grupos subalternos em temas para sua manifestação artística, principalmente na música, na literatura e nas artes plásticas.

Bandas como Sex Pistols e The Clash traziam em suas letras e em seu visual todo um descontentamento com a estrutura política e cultural da época, englobando temas como repressão policial, críticas à monarquia inglesa, repúdio à indústria cultural e aos costumes conservadores, influenciando grandemente o cotidiano de jovens no mundo todo.

A luta de classes e as desigualdades sociais cantadas naquela época ainda são problemas na atualidade. Essa questão pode ser percebida não apenas no campo econômico, por meio da divisão e da situação de classe, mas também pela existência de uma ordem hierárquica na sociedade, expressa em diferentes escalas de prestígio social, de acordo com as posições relativas a profissão, local de moradia e origem étnica.

Essa permanência também serve de motivação para diferentes manifestações culturais – por exemplo, o movimento *hip-hop* (*break*, grafite e *rap*) – que promovem a crítica social com sua arte e lutam pela igualdade e justiça social ao tematizar situações do cotidiano da periferia e das favelas.

A ideia da igualdade é um princípio fundamental do pensamento moderno; no entanto, não é difícil perceber que nas esquinas, nos telejornais, na internet e até mesmo na sala de aula esse princípio, na prática, ainda é uma utopia em nossa sociedade. Em contraponto, a desigualdade social é bem real e se manifesta por meio de processos de exploração, exclusão e pobreza, constituindo um dos principais problemas da atualidade.

Surgido em Nova York (Estados Unidos), em meados da década de 1970, o movimento *hip-hop* se espalhou pelo mundo. No Brasil, ganhou força a partir da década de 1980, especialmente na cidade de São Paulo, com a formação dos primeiros grupos de *break* (como o Funk & Cia, de Nelson Triunfo) e de *rap* (como a dupla Thaide e Dj Hum e os Racionais MC's). Hoje em dia, as diferentes manifestações da cultura *hip-hop* estão presentes em todas as regiões do país, incorporadas até mesmo a universos considerados eruditos, como galerias de arte (com exposições de grafiteiros) e universidades (com diversas teses e livros acadêmicos).

Agora é sua vez de usar a arte como instrumento para criticar as contradições da sociedade em que vivemos e, com ela, inspirar propostas de reflexão e transformação da realidade.

Passo a passo

Com base nessas considerações, propõe-se uma atividade em que os alunos organizem um festival da canção, com o tema "Música e desigualdade social no Brasil contemporâneo". Para produzir o festival, planejem com o professor as seguintes etapas:

1. Inicialmente, é preciso que cada um saiba seu papel no festival (instrumentistas, cantores, compositores, poetas, produtores, cenógrafos, técnicos de som e vídeo etc.). Apesar da especificidade da função de cada um, o festival é uma realização coletiva e deve ser planejado e realizado em equipe.

2. Com base nos debates das aulas sobre os temas presentes nesta Unidade, serão escolhidas ou elaboradas as canções a serem apresentadas. Elas podem ser inspiradas em situações que demonstrem maneiras de desigualdade social ou nos elementos do "mundo do trabalho" e suas contradições.
3. O dia da apresentação requer preparativos. É necessário escolher um lugar adequado (auditório, teatro, quadra ou mesmo pátio da escola), providenciar os equipamentos de som e os instrumentos, e montar a cenografia para o palco (ou espaço reservado para os artistas), bem como a divulgação do evento (que deve ser feita para toda a comunidade escolar). O horário da apresentação deve ser planejado de modo a possibilitar a presença do maior número de pessoas.
4. O festival pode também abrigar diferentes manifestações artísticas, como painéis, *performances*, esquetes e declamação de poesias. A distribuição das atrações deve ser cuidadosamente planejada pela produção. Também é possível incentivar a formação de "torcidas" e um sistema de votação das melhores atrações com base em categorias definidas, como a mais bem executada, a mais criativa e a mais bem relacionada com o tema (ou qualquer outro critério estabelecido pelo grupo).
5. O festival promove a integração da comunidade escolar ao mesmo tempo que reflete e demonstra o conhecimento dos alunos sobre temas da Sociologia que tratam das desigualdades sociais. É um momento para ser vivido com todos os participantes e registrado como modo de conciliação da expressão artística e coletiva com o saber sociológico.

AMANDA OLIVEIRA/GOVBA

Realizar um festival da canção é uma atividade que rompe com esquemas rígidos de aprendizagem e permite desenvolver a crítica social com base na diversidade de ritmos encontrados no Brasil. Na imagem, Festival Anual da Canção Estudantil, em Salvador (BA, 2015).

UNIDADE 5

Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

PAT LACROIX/THE IMAGE BANK/GETTY IMAGES

Presente em aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, a globalização reconfigura o mundo e abre novas perspectivas para o ser humano. Entretanto, questões importantes a ela associadas, como uma distribuição mais justa da riqueza e do bem-estar, centrais no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ainda se apresentam como desafios para o século XXI.

CAPÍTULO 11

Sociologia do Desenvolvimento

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender a importância dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para a análise do capitalismo como sistema mundial.
- Associar as teorias sobre desenvolvimento com os diferentes momentos sociais e econômicos dos séculos XX e XXI.
- Compreender as relações que são estabelecidas entre países e suas economias com base em diferentes posições de poder.
- Avaliar os limites e as possibilidades da aplicação das teorias e dos conceitos de desenvolvimento no mundo contemporâneo.

CEPAL

Edifício-sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) na cidade de Santiago (Chile, 2011).
A Cepal foi criada em 1948, com o objetivo de estimular o progresso dos países em desenvolvimento na América Latina.

Crianças em favela no bairro de Kallyanpur, na cidade de Dhaka (Bangladesh, 2010), são exemplo dos efeitos da pobreza em países em desenvolvimento.

As imagens que contrastam riqueza e pobreza no mundo nos remetem à oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia. Tal polarização está presente no atual sistema capitalista, marcado por contradições, como as elevadas desigualdades econômicas, tanto entre os indivíduos como entre os países. Aula de matemática numa escola em Arapiraca (AL, 2013).

◆ Questão motivadora

Considerando a persistência da concentração de renda na economia mundial, como conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento social e político de uma nação?

1 Primeiras palavras

Em seu relatório divulgado em 2014, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) chamava a atenção para o fato de que a humanidade, apesar de ter progredido de forma impressionante, continuava a apresentar imensas desigualdades, posto que cerca de 40% da riqueza do mundo estava concentrada nas mãos de apenas 1% da população mundial. Por que isso ocorre? Em que medida a forma como a riqueza é produzida e distribuída no mundo afeta a qualidade de vida das pessoas? O que o crescimento econômico e o desenvolvimento social têm a ver com as desigualdades sociais (pobreza, desemprego, falta de educação, falta de moradia, entre outros itens)?

Com as transformações políticas e econômicas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, foram estabelecidos ideais para que as sociedades que tinham rompido com o Antigo Regime pudessem seguir os trilhos da democracia e da liberdade, do desenvolvimento econômico e do bem-estar. Para isso, também foi necessário definir o que se entendia por liberdade e por desenvolvimento, assim como os demais conceitos que passariam a ser objetivos comuns das sociedades modernas. Os meios para atingir essas metas variavam de acordo com o sistema socioeconômico: planejamento socialista, liberalismo capitalista e outras posições construídas com base em combinações de políticas sociais, regulação econômica e mercado.

As disputas pelos diferentes projetos de desenvolvimento, marcadas pelo conflito entre capitalismo e socialismo, tomaram novos rumos no final do século XX. A partir de 1990, com a dissolução do Estado soviético, o capitalismo tornou-se o modo de organização socioeconômica hegemônico no planeta.

A polarização entre a economia soviética e o modelo de **livre-comércio** deixou de existir, e o debate sobre o modo ideal de produção e distribuição de riquezas tem se restringido à busca do melhor modo de organização e gerenciamento da própria economia de mercado capitalista.

Embora dominante no mundo contemporâneo, o capitalismo está longe de ser um sistema isento de falhas. Por sua própria natureza, ele está sujeito a consequências socialmente graves e necessita de constante aperfeiçoamento.

Livre-comércio
Consiste na circulação de mercadorias, na forma de importação e exportação, sem que sejam submetidas a tarifas. Os que defendem as restrições ao comércio alegam que elas são necessárias para proteger empregos, ajudar a indústria nascente e impedir a concorrência desleal. Já os defensores do livre-comércio afirmam que este, por causa do princípio das vantagens comparativas, será sempre melhor para produtores e consumidores.

Cronologia

1929 – Início da grande depressão econômica, que se estendeu pelos anos 1930. Foi o mais longo período de recessão do século XX. Suas consequências foram altas taxas de desemprego, queda no PIB da maioria dos países, declínio da produção industrial e desvalorização de ações. Com a crise, o liberalismo passou a ser questionado como meio de organização econômica para o desenvolvimento.

1945 – Realizada a Conferência sobre Organização Internacional ou Conferência de São Francisco, que deu origem à Organização das Nações Unidas (ONU).

1948 – Aprovada pela Assembleia Geral da ONU a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organização responsável por avaliar e fomentar as possibilidades de progresso para os países em desenvolvimento da região.

1959 – Criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), iniciativa regional da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. O órgão foi extinto em 2001 e substituído pela Agência do Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Em 2007, a Adene foi extinta, e a Sudene, reimplantada.

1989 – Seminário internacional reúne representantes das principais agências multilaterais do mundo, assim como do governo e do Banco Central dos Estados Unidos, além dos governos de diversos países latino-americanos. Foram propostas recomendações para o desenvolvimento econômico dos países da América Latina – a cartilha neoliberal. O seminário foi denominado "Consenso de Washington".

Fenômenos decorrentes do capitalismo – como a concentração de renda e o aumento da pobreza, a destruição das instituições de proteção social e dos recursos humanos e naturais –, bem como de situações delicadas nele engendradas, acabam gerando crises. Medidas de regulação de seus aspectos destrutivos seguiram diferentes orientações ao longo da história, mas hoje podem ser estudadas pelas teorias do desenvolvimento, que constituem importante capítulo da Sociologia.

2 Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento

Em algum momento em sua vida, em casa ou no noticiário da televisão, você escutou que este ou aquele país está "em crise". Por que essa palavra é tão recorrente? O sistema capitalista é uma forma de organização social e econômica relativamente nova na história da humanidade, mas que com frequência se encontra em crise. Ele resulta de um processo de transformação econômica associado à difusão da ideologia liberal, às mudanças políticas trazidas pela Revolução Francesa e às forças produtivas estabelecidas pela Revolução Industrial. Isso permitiu que a produção e a distribuição da riqueza de um país deixassem de ser geridas pelo monarca e passassem a ser organizadas pela racionalidade técnica e científica, submetidas às leis de mercado.

O capitalismo é um sistema socioeconômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e é movido pelo trabalho livre e assalariado. É também um sistema fundamentado na busca incessante por lucros, obtidos primordialmente com a produção industrial e, cada vez mais, pelos setores de serviços e inovação.

No contexto atual, a economia capitalista não deve ser confundida com a industrialização, que, desde a sua origem, foi o principal meio de desenvolvê-la. Hoje, por exemplo, a gestão capitalista da agricultura também é uma tendência, expressa pela mecanização das grandes monoculturas operadas por mão de obra especializada e assalariada em substituição à agricultura familiar e a outros métodos tradicionais de cultivo. A administração da produção rural pelos fundamentos da economia de mercado e da produção industrial é chamada de **agronegócio**.

Site

◆ **www.pnud.org.br.**
Acesso em: mar. 2016.
Endereço eletrônico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Além de oferecer informações e documentos sobre o combate à desigualdade e à pobreza em nosso país, o *site* detalha parcerias estabelecidas entre governo e sociedade civil com o intuito de promover ações solidárias na sociedade brasileira.

A Revolução Francesa foi abordada no capítulo 6: Poder, política e Estado, e as consequências da Revolução Industrial, no capítulo 9: Trabalho e sociedade. O capitalismo pode ser trabalhado em suas causas e consequências políticas, nas economias doméstica e internacional.

1991 – A dissolução da União Soviética põe fim à polarização entre capitalismo e socialismo na disputa mundial pela melhor estratégia de desenvolvimento. O debate passa a se concentrar na regulação ou maior liberalização do próprio capitalismo.

1998 – Amartya Sen, economista indiano, recebe o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas por suas contribuições para as teorias da decisão social e do Estado de bem-estar social. Foi o primeiro economista de um país em desenvolvimento a receber o prêmio.

2001 – Publicação do relatório *Building Better Global Economics BRICs*, que apontou para o aumento da importância social, econômica, política e militar de Brasil, Rússia, Índia e China, cujas iniciais formam a sigla Bric. Esses países alcançaram índices de industrialização próximos aos dos países desenvolvidos, mas ainda não resolveram seus principais problemas sociais, como a distribuição de renda.

2007 – Lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma série de medidas do governo federal para estimular o crescimento econômico.

2014 – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul oficializam a criação de um novo banco de desenvolvimento. Com capital inicial autorizado de US$100 bilhões, o Banco do Brics pode oferecer créditos para infraestrutura ou socorrer economias em crise, servindo como alternativa para o sistema de gerenciamento econômico internacional definido em 1944 pelas conferências de Bretton Woods.

PAULO FRIDMAN/PULSAR IMAGENS

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

O modo de produção capitalista avança sobre as práticas tradicionais e leva desemprego às áreas rurais, já que privilegia o uso intensivo de tecnologia para aumentar a produtividade e a lucratividade. Acima, à esquerda, colheitadeiras de soja na cidade de Tangará da Serra (MT, 2012); à direita, cultivo em pequena propriedade, em Ibiúna (SP, 2011).

As economias de mercado enfrentam periodicamente momentos nos quais as taxas de lucro ou a acumulação de capital ficam muito baixas, igual a zero ou negativas. Quando isso acontece, dizemos que a economia capitalista está em crise. Os momentos de crise do capitalismo podem ser causados por uma superprodução de mercadorias ou por especulações financeiras. No primeiro caso, as mercadorias produzidas pelas empresas não encontram compradores suficientes, o que leva a perdas constantes e prejuízos; foi o que ocorreu quando da crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Já no segundo, os empresários passam a investir no mercado de ações com expectativa de maiores ganhos futuros, retirando investimentos de outras indústrias. Esse movimento de especulação financeira conduz à criação de "bolhas" – ou seja, valores superestimados das mercadorias em decorrência da alta expectativa de ganhos futuros – que, inevitavelmente, acabam "explodindo", pois os salários não acompanham essa alta nos preços, e as mercadorias ficam inacessíveis para os consumidores.

A diminuição dos investimentos nas indústrias acarreta a diminuição da contratação de mão de obra, da compra de matérias-primas e de máquinas. Por sua vez, as empresas que produzem máquinas e extraem matérias-primas veem seus lucros serem reduzidos, o que as leva a diminuir investimentos e a demitir funcionários. Os trabalhadores desempregados não encontram novos postos de trabalho e, como não têm outra fonte de renda, acabam aumentando os percentuais de pobreza. Nesse cenário de retração, também chamado de *recessão*, é muito improvável que os investidores voltem a atuar e que a economia recupere o dinamismo com base apenas na decisão espontânea dos capitalistas, que preferem guardar seu dinheiro a investir na produção.

As propostas de solução para as crises do capitalismo estiveram, durante muito tempo, centradas na ideia de que somente uma economia planificada, gerida por um sistema político socialista, seria capaz de produzir crescimento com justiça social. Essa conclusão era resultado da experiência que mostrava como as falhas nas leis de mercado levavam um país à estagnação e seu povo à pobreza. Atualmente, a administração das crises do capitalismo obedece à própria lógica do sistema. Desde a falência do liberalismo econômico clássico no começo do século XX, do fascismo e do socialismo soviético, o principal agente capaz de estabelecer os princípios de resolução das crises tem sido o Estado nacional democrático, por meio do **planejamento econômico**.

Planejamento econômico

Para o pensamento econômico clássico, as empresas e as famílias defendem seus interesses no mercado. As sociedades modernas, no entanto, reconhecem a existência de bens não privados, interesses comuns e bens sociais para os quais não existem mercados eficientes. Nesse caso, as decisões devem ser tomadas por um terceiro agente, que em sociedades democráticas é o governo. Ele adota medidas econômicas, monetárias ou jurídicas para atingir seus objetivos. A decisão sobre os gastos públicos e a regulamentação sobre eles exercida é a "mão visível da burocracia", expressão usada para se contrapor à "mão invisível do mercado autorregulado", de Adam Smith. Na prática, o Estado deve disciplinar a atividade produtiva para promover o desenvolvimento econômico e evitar (ou amenizar) os efeitos das crises econômicas.

NSF/ALAMY/GLOW IMAGES

O capitalismo tem se revelado um modo de produção caracterizado por crises cíclicas nas quais os momentos de grande lucratividade são contrastados por períodos igualmente longos de crise, com redução da demanda e dos lucros e aumento da pobreza. Na imagem, fila de desempregados durante a crise de 1929, em Nova York (Estados Unidos).

O conceito de mais-valia foi trabalhado no capítulo 9: Trabalho e sociedade. Deve ser recuperado aqui para facilitar a compreensão da produção da riqueza nesse sistema socioeconômico como resultado das relações entre o trabalho e o capital. A mesma lógica da exploração será reproduzida nas relações internacionais, que levarão ao debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Saiba mais

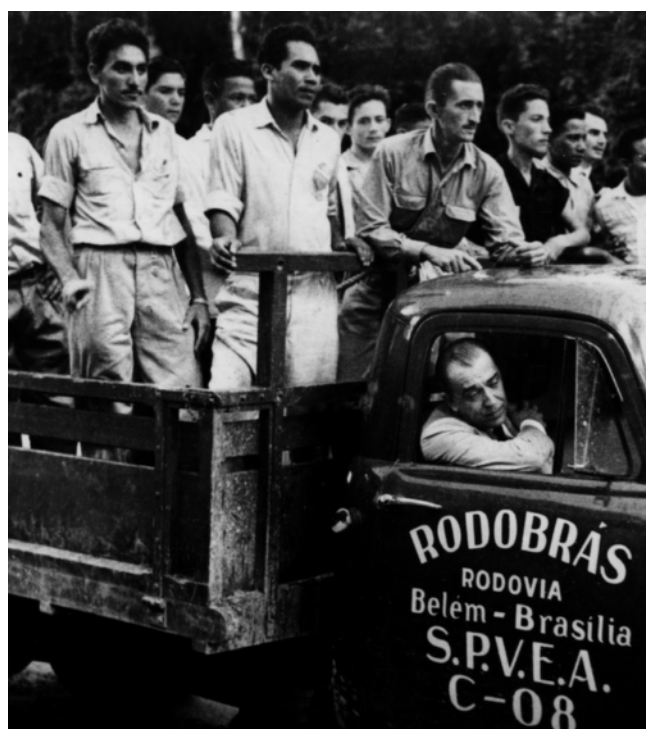
Nação

Compreender o conceito de nação é fundamental para entender as relações políticas contemporâneas. O termo "nação" originou-se no discurso político europeu e ganhou força durante a Revolução Francesa. Nação associa-se a uma ideia de agregação de indivíduos de diferentes segmentos sociais por meio de laços identitários comuns, capazes de vinculá-los a uma única estrutura política governamental. Assim, há uma vinculação entre a ideia de nação (comunidade de indivíduos unidos por laços sócio-históricos e culturais) e a ideia de Estado (entidade política responsável pela administração da vida pública).

A nação é um elemento central para a Sociologia do Desenvolvimento, pois suas teorias empregaram frequentemente essa ideia como meio de obtenção de consenso social para a execução de seus projetos. Com a formação de novos blocos político-econômicos que integram diferentes Estados, é possível que haja uma ressignificação do conceito de nação, uma vez que outras estruturas identitárias podem vir a se configurar.

O debate atual sobre questões socioeconômicas conduz à avaliação dos limites e poderes do Estado quando se trata de evitar ou resolver as crises do capitalismo. Discute-se a respeito de seus possíveis papéis como regulador, fomentador ou simples coadjuvante na esfera econômica. Esse debate pode ser resumido no esforço de definir os papéis e responsabilidades do Estado no processo global de desenvolvimento de uma nação. Portanto, se a crise econômica está associada à queda dos lucros e a suas consequências para capitalistas e trabalhadores, o desenvolvimento resulta da produção da riqueza e da forma como esta é distribuída para atingir os ideais coletivos da sociedade. Compreender os papéis do Estado e do setor privado em contextos de desenvolvimento e de crise é o ponto de partida para aprendermos mais sobre os diferentes fatores que articulam esses agentes.

ACERVO ICONOGRAPHIA

AGÊNCIA O GLOBO

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), o planejamento econômico do Estado decidiu alocar recursos em bens públicos (como estradas) para os quais não havia ainda um mercado eficiente. Outras obras de infraestrutura necessárias para o crescimento do país foram realizadas. Nas fotos, o presidente em caminhão que transportava operários alocados na construção da rodovia Belém-Brasília (1958) e fazendo palestra sobre o desenvolvimento econômico e as metas do governo no Rio de Janeiro (RJ, 1959).

3 Abordagens e perspectivas do desenvolvimento

Nas economias de mercado, a produção e a distribuição de mercadorias são idealmente reguladas pela lei da oferta e da procura, e sua eficiência é responsável pelo crescimento econômico. Segundo essa perspectiva, o conceito de progresso é avaliado pelo aumento da produção de riquezas viabilizado pelo mercado e medido pelo dinheiro. Para os economistas liberais, o mercado funcionaria de forma independente das instituições responsáveis pela coesão social e pelo bem-estar dos indivíduos. Por isso, diz-se que esse mercado é autorregulado. Assim, bastaria que um país adotasse políticas corretas de mercado para alcançar, de modo linear, o mesmo estágio de desenvolvimento desfrutado pelas grandes economias mundiais.

Reciprocidade
Relação de troca não fundamentada na racionalidade econômica ocidental moderna e na qual valores afetivos e morais orientam as trocas. A doação, para a qual se espera outra doação futura em contrapartida (também chamada, na Antropologia, de "dom e contradom"), pode ser um valor econômico e uma força política de coesão que regula as relações em uma sociedade.

Do ponto de vista da Sociologia, o mercado é apenas uma das instituições de que uma sociedade precisa para existir. As instituições responsáveis pela socialização garantem que, quando algum cidadão não for capaz de prover sua existência ou a de seus dependentes, diferentes redes de sociabilidade atuarão para evitar sua destruição. Essas redes não funcionam conforme as leis de mercado, mas são reguladas por princípios de **reciprocidade** mediados pelos diferentes laços sociais. Isso significa que, além da escassez dos recursos disponíveis, existem fatores morais e sociais que determinam as escolhas econômicas. Portanto, a economia está imersa tanto em instituições econômicas (entre as quais se encontra o mercado) quanto em não econômicas (como as famílias e as igrejas).

Sociedades liberais, como as que foram construídas na Inglaterra e nos Estados Unidos entre o final do século XVIII e o início do século XX, tendem a colocar em risco a existência da maioria de seus integrantes e dos laços que mantêm a sociedade coesa. Historicamente, podemos verificar que, no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, o sistema econômico estava em conflito com os mecanismos de autoproteção da sociedade.

Saiba mais

Autorregulação do mercado: lei da oferta e da procura

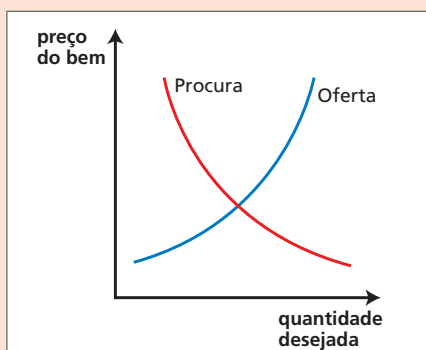
Para os economistas liberais, o livre-mercado existe quando compradores e vendedores transacionam bens, produtos ou serviços, ou seja, quando existe uma produção excedente que é disponibilizada numa relação formal de troca. O mercado será competitivo quando existirem muitos compradores e vendedores. Assim, o comportamento de cada ator econômico (um indivíduo, uma empresa etc.) – suas decisões de comprar e vender – poderá ser desconsiderado na determinação dos preços; isso quer dizer que um único ator econômico não é capaz de alterar os preços nem a quantidade ofertada e demandada.

A curva de oferta e demanda mostra que a quantidade de bens de consumo disponibilizados no mercado depende do preço. Quanto maior o preço, menor a demanda e, por sua vez, maior a oferta (incentivada pela perspectiva de altos lucros). O encontro das curvas é chamado de equilíbrio de mercado. Para a tradição liberal, num mercado perfeitamente livre, o comportamento de compradores e vendedores tenderá ao equilíbrio. Quando a oferta é superior à demanda, os preços tendem a cair e, da mesma forma, quando a demanda é superior à oferta, tendem a subir. Quando oferta e demanda se encontram, estabelece-se o equilíbrio de mercado.

Cruz Marshalliana

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Segundo o diagrama idealizado pelo economista britânico Alfred Marshall, quando a quantidade ofertada de um bem se iguala à sua procura, é atingido o equilíbrio de mercado. Esse é o funcionamento da autorregulação ou "mão invisível do mercado".

Fonte: MARSHALL, Alfred. *Princípios da economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas).

Como, nessa fase, as instituições de regulação social e os laços de reciprocidade estavam enfraquecidos, a concentração de renda e o aumento progressivo da desigualdade social reduziram os meios de assegurar condições mínimas de vida para todos.

Esse fenômeno foi estudado por Karl Polanyi, na década de 1940. Com a sociedade em crise, situação evidenciada pelo número crescente de pobres e miseráveis, tornou-se necessário impor limites à autorregulação do mercado. Como resposta a esse desafio, surgiram propostas de planejamento da economia pelo Estado. Pela via política, foi possível reintroduzir na dinâmica do mercado princípios de sociabilidade capazes de evitar a autodestruição da sociedade capitalista. As crises econômicas, como a deflagrada em 2008 em consequência das bolhas especulativas que se formaram no mercado imobiliário dos Estados Unidos, são exemplos dos riscos presentes em uma sociedade que pauta sua vida econômica exclusivamente pela autorregulação do mercado. Essas crises sugerem que o modelo de crescimento que sacrifica o bem-estar social deve ser revisto.

A crise inaugurada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 teve como resposta a adoção do planejamento econômico pelos Estados Unidos, país símbolo do liberalismo econômico no mundo. A política de intervenção pública na economia estadunidense foi batizada como *New Deal* (Novo Acordo) e tornou-se um modelo de resposta capitalista à crise. A intervenção do Estado consistia em medidas como o aumento dos gastos públicos, o controle dos preços e da produção e a redução da jornada de trabalho, a fim de abrir novas vagas para a massa de desempregados. A sociedade aprendia, pela experiência da crise econômica, que o mercado, por si só, não era capaz de promover o desenvolvimento. A Ciência Econômica acreditava que poderia dar uma resposta capaz de garantir a sobrevivência e o bem-estar da população sem abrir mão do projeto capitalista, ao contrário do ocorrido na União Soviética, que aboliu o capitalismo e adotou o socialismo a partir de 1917.

Os fundamentos teóricos do *New Deal* eram inspirados no modelo proposto pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Favorável à intervenção do Estado na economia com base em uma teoria não ortodoxa, mas sem abrir mão dos princípios do capitalismo (como propriedade privada e trabalho assalariado), o pensamento keynesiano predominou nos Estados Unidos, na Europa e em outras partes do mundo. No segundo pós-guerra, serviu como parâmetro para que muitos países iniciassem seus projetos de reestruturação econômica, administrativa e social.

Filme

A Dama de Ferro

REPRODUÇÃO

Reino Unido/França, 2011.
Direção: Phyllida Lloyd.
Duração: 105 min.

Filme biográfico sobre Margareth Thatcher, tida como a primeira-dama do neoliberalismo. Embora centrado na vida pessoal da personagem, explicita momentos políticos cruciais da Inglaterra, além da insatisfação popular com suas medidas.

Quem escreveu sobre isso

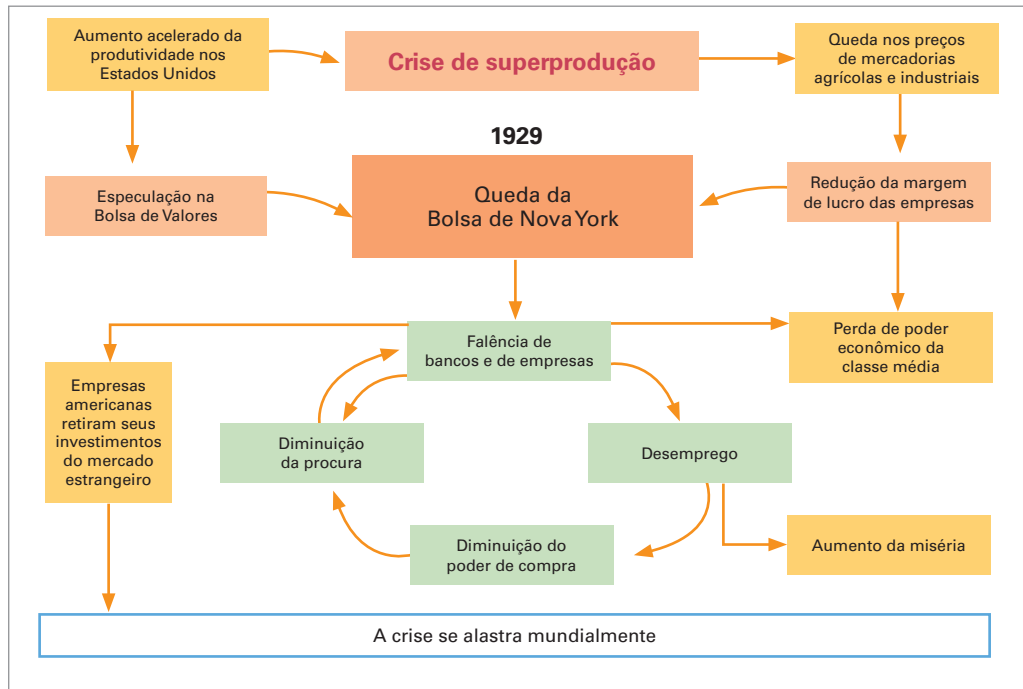
THAIS DE ALMEIDA LIMA

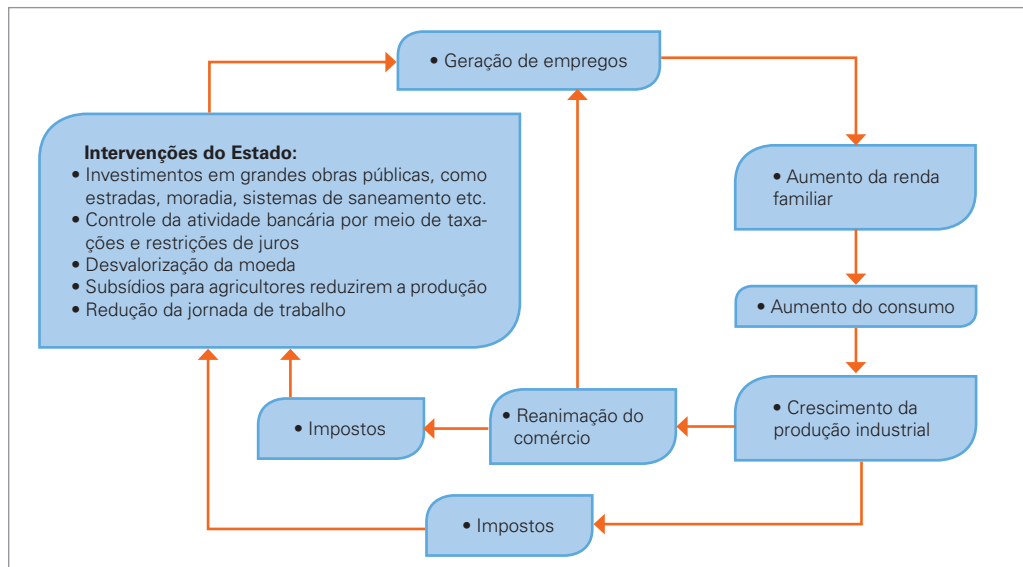
Karl Polanyi pontua que o processo econômico é instituído em diferentes arranjos institucionais (como aqueles que envolvem relações de reciprocidade), e não apenas no moderno mercado autorregulado.

Karl Polanyi

O húngaro Karl Polanyi (1886-1964) foi advogado e professor de História Econômica em Oxford, na Inglaterra, para onde emigrou em 1933 fugindo do nazismo. Em 1944, escreveu sua obra-prima: *A grande transformação: as origens de nossa época*. Um dos pontos principais dessa obra foi a demonstração de que o capitalismo precisa transformar a terra, o trabalho e o dinheiro em “mercadorias fictícias”, sujeitas às relações de mercado. São fictícias porque, apesar de negociadas no mercado, não podem ser produzidas para a venda pelo trabalho assalariado. O trabalho está relacionado à vida humana, à terra e à natureza, enquanto o dinheiro está vinculado a instituições sociais como os bancos e o Estado. É possível queimar uma safra de café para forçar a elevação dos preços, mas não é possível fazer o mesmo com o trabalho (vida), a terra (natureza) ou o Estado (instituição social) sem causar graves consequências para a existência da sociedade. Outros princípios de troca devem reger esses aspectos da sociedade, como a reciprocidade.

As leis de mercado não são suficientes para regular a vida social: a quebra da Bolsa de Valores de Nova York deixou milhares de cidadãos estadunidenses pobres e desprotegidos, o que levou o Estado a rever sua função na economia. Os dois quadros desta página mostram o ciclo mundial da crise e a solução keynesiana, que resgatou a economia capitalista e abriu caminho para o Estado de Bem-Estar Social (Ebes).

Mundialização da crise econômica dos Estados Unidos de 1929

Solução keynesiana para a crise de 1929

ILUSTRAÇÕES: ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Diagramas elaborados pelos autores.

Filme

Um sonho intenso

REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.
Direção: José Mariani.
Duração: 101 min.

Esse documentário aborda questões como desenvolvimento e subdesenvolvimento do Brasil, com base em entrevistas com sociólogos, economistas e historiadores eminentes. Além de apresentar a história do Brasil a partir dos anos 1930, o filme discute uma série de perspectivas sobre a situação do país em termos de desenvolvimento e sobre seu futuro.

Conforme o pensamento keynesiano, o Estado deveria agir em três áreas interligadas. Na economia, coordenaria a produção capitalista, estimulando a poupança, promovendo o desenvolvimento econômico, corrigindo possíveis distorções do mercado, bem como garantindo o pleno emprego e controlando setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, como telecomunicações e petróleo. Na área social, promoveria políticas públicas que garantiriam ao cidadão acesso universal a direitos sociais, como educação e saúde. Por fim, na área administrativa, manteria o controle do funcionamento interno do Estado por meio de uma burocracia tecnicamente qualificada e com tarefas definidas. Em consequência, o desenvolvimento passou a ser compreendido como algo mais amplo do que o simples crescimento econômico, envolvendo transformações econômicas, sociais e políticas mediadas pelo Estado.

Saiba mais

As instituições de Bretton Woods

Em razão da Grande Depressão, que marcou os Estados Unidos, e de suas consequências, associadas ao pensamento keynesiano e aos temores causados pelos regimes nazifascistas, delegados das nações aliadas (entre as quais ainda estava a URSS) reuniram-se na cidade de Bretton Woods (Estados Unidos) para estabelecer as regras comerciais e financeiras que iriam vigorar no mundo a partir do pós-guerra. Das reuniões realizadas em julho de 1944 surgiram as grandes instituições financeiras que até hoje balizam a economia global: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) – posteriormente dividido, dando origem ao Banco Mundial e ao Banco para Investimentos Internacionais – e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde o início, contudo, ficou claro que essas instituições visavam antes atender aos interesses dos Estados Unidos e de seus principais aliados do que promover o equilíbrio econômico e o desenvolvimento social entre as nações. Assim, os países socialistas logo desistiram de participar das instituições de Bretton Woods, ao passo que, no decorrer dos anos, vários países periféricos, como o Brasil, tiveram suas políticas nacionais de desenvolvimento interrompidas quando, em função de problemas econômicos, precisaram buscar socorro nos recursos geridos por essas instituições.

LEANDRO FRANCO

Com sede em Washington (Estados Unidos), o FMI visa promover o emprego e a cooperação econômica, estimular o livre-comércio e favorecer a estabilidade monetária e cambial dos países-membros por meio da disponibilização condicionada de recursos financeiros. Entretanto, tem sido criticado por constituir um forte instrumento de dominação dos países centrais sobre os países periféricos, quer por meio de suas políticas monetárias restritivas, quer por meio dos juros exorbitantes que são cobrados pelos recursos disponibilizados.

No plano ideológico da **Guerra Fria**, esse projeto de fortalecimento das economias de mercado a partir do Estado visava conter a expansão socialista, que, pelo caráter planificado de sua economia, não sofreu tanto com as crises econômicas que abalaram o mundo capitalista no entreguerras. Assim, o aumento da capacidade de consumo e de expansão do comércio, bem como a estabilização das relações econômicas e a consolidação de infraestrutura – enfim, o desenvolvimento –, era um meio de fortalecer os países do bloco capitalista e impedir o avanço do bloco socialista.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o êxito das políticas keynesianas inspirou diversas teorias de matriz liberal-capitalista sobre o desenvolvimento, todas referenciadas na história euro-americana. Uma delas foi a Teoria Estrutural-Funcionalista, construída entre os anos 1950 e 1960. Essa abordagem, que também possui caráter linear, evolucionista, tem no economista e político estadunidense Walt Whitman Rostow (1916-2003) um de seus principais representantes.

Em seu clássico *Etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista*, de 1959, Rostow discorre sobre uma teoria do desenvolvimento estruturada em cinco etapas, sendo a primeira a sociedade tradicional, marcada por uma economia de subsistência, e a última a do consumo de massas, na qual o setor de serviços se torna dominante. Com ênfase na eficácia do livre-mercado, o modelo evolucionista de Rostow converge para a perspectiva keynesiana, pela qual o governo exerce um importante papel no desenvolvimento nacional.

Guerra Fria
Designa o período situado entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da antiga URSS (1991), no qual Estados Unidos e União Soviética disputaram a hegemonia política, ideológica, econômica e militar no mundo. O adjetivo "fria" refere-se ao fato de o poderio nuclear das duas superpotências impedir um confronto direto entre ambas. Entretanto, houve vários confrontos indiretos, como as guerras da Coreia (1950-1953), do Vietnã (1959-1975) e do Afeganistão (1979-1989).

Saiba mais

A ONU e o desenvolvimento global

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Desde o início, a ONU esteve voltada para a manutenção da ordem internacional estabelecida no pós-guerra. Sua função seria a de garantir os direitos fundamentais em todos os países-membros e funcionar como palco para o debate sobre os objetivos e as políticas de desenvolvimento, que trariam à cena conflitos de interesses no plano internacional.

Embora a Assembleia Geral, na qual todos os países-membros estão igualmente representados, seja o principal espaço de debates da ONU, todas as deliberações da organização estão subordinadas ao Conselho de Segurança (CS), seu verdadeiro órgão executivo. O CS é formado por 15 membros, dos quais dez são rotativos e cinco são permanentes. Os membros permanentes – Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia (sucessora da URSS) – possuem poder de veto sobre qualquer matéria, podendo isoladamente bloquear qualquer decisão ou iniciativa da ONU. Isso gera um franco desequilíbrio e alimenta as crescentes demandas pela democratização da ONU e de seu Conselho de Segurança.

ZAPIRO

Embora o Conselho de Segurança da ONU seja formado por 15 membros, os cinco membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, China e Rússia) podem isoladamente bloquear qualquer decisão ou iniciativa da ONU proposta pelos outros membros, o que gera um desequilíbrio de poderes.

As teorias do subdesenvolvimento

A crítica às teorias capitalistas do desenvolvimento, que buscavam nas características internas dos países pobres as razões para sua condição de subordinação e subdesenvolvimento econômico, abriu diferentes possibilidades interpretativas; entre elas estão os estudos de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Na transição dos anos 1940 para os anos 1950, uma nova interpretação do desenvolvimento econômico e social latino-americano foi formulada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – **Cepal**, organização criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Seus fundamentos foram elaborados por Raúl Prebisch, que propôs a divisão do mundo em "centro e periferia". O "centro" englobaria as nações industrializadas, e a "periferia" seria formada pelas nações em desenvolvimento. As desigualdades no sistema centro-periferia resultariam do papel desempenhado pelos países nas relações internacionais. Os países centrais teriam um comportamento ativo, ao passo que as nações periféricas teriam uma conduta passiva, dependente do dinamismo interno e do crescimento das economias centrais.

A compreensão das desigualdades entre países periféricos e centrais dependeria também da crítica à **teoria das vantagens comparativas**, desenvolvida pela economia clássica inglesa – cujos expoentes foram Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Essa foi a primeira teoria a formular os benefícios que o livre-comércio poderia trazer a todos os países que dele participassem.

Cepal
Criada em 25 de fevereiro de 1948, a Cepal tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico da região mediante o compromisso de assessorar as ações realizadas para tal e contribuir para o estreitamento das relações econômicas entre seus países-membros e os demais países do mundo. Recentemente, a Cepal incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social sustentável.

Quem escreveu sobre isso

ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

Raúl Prebisch

O economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) foi membro da Cepal. Ele ganhou notoriedade por ter formulado os princípios que seriam a base da teoria da dependência. Em 1950, escreveu o ensaio *Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico,* que ficou conhecido como "Manifesto latino-americano".

Raúl Prebisch formulou as bases da teoria da dependência e se valeu das ideias de Keynes para defender políticas de desenvolvimento para a América Latina.

Contudo, o princípio das vantagens comparativas não explicava a situação vivida na América Latina. Ao contrário, o livre-comércio beneficiava as economias centrais, que detinham grande poder sobre as economias periféricas. Essa situação resultava em uma distribuição desigual dos benefícios e das tecnologias, gerando um círculo vicioso batizado por Prebisch de "deterioração dos termos de troca". Os países pobres se conservavam pobres, pois não tinham como processar as matérias-primas. Assim, em vez de produzir bens manufaturados de maior valor agregado, continuavam produzindo bens agrícolas primários, cujos preços diminuíam com o aumento da produção, enquanto o valor das mercadorias industrializadas importadas aumentava. Logo, os países não industrializados tinham que produzir cada vez mais matérias-primas para obter igual quantidade de bens industrializados, o que perpetuava sua condição periférica.

Por esse motivo, os autores vinculados à Cepal afirmavam que era necessário pensar a América Latina tendo por base seu próprio contexto histórico. Em outras palavras, para entender a subordinação dos países latino-americanos, era imprescindível compreender as especificidades históricas locais e, consequentemente, rejeitar a aplicação de modelos importados sem relação com a história de cada país.

No que diz respeito ao aspecto político, influenciados pelo pensamento keynesiano, os cepalinos (pensadores responsáveis pela produção intelectual da Cepal) afirmavam que seria necessária uma forte atuação do Estado no incremento da industrialização e na superação da pobreza.

Site

- **www.cepal.org**

Acesso em: mar. 2016.

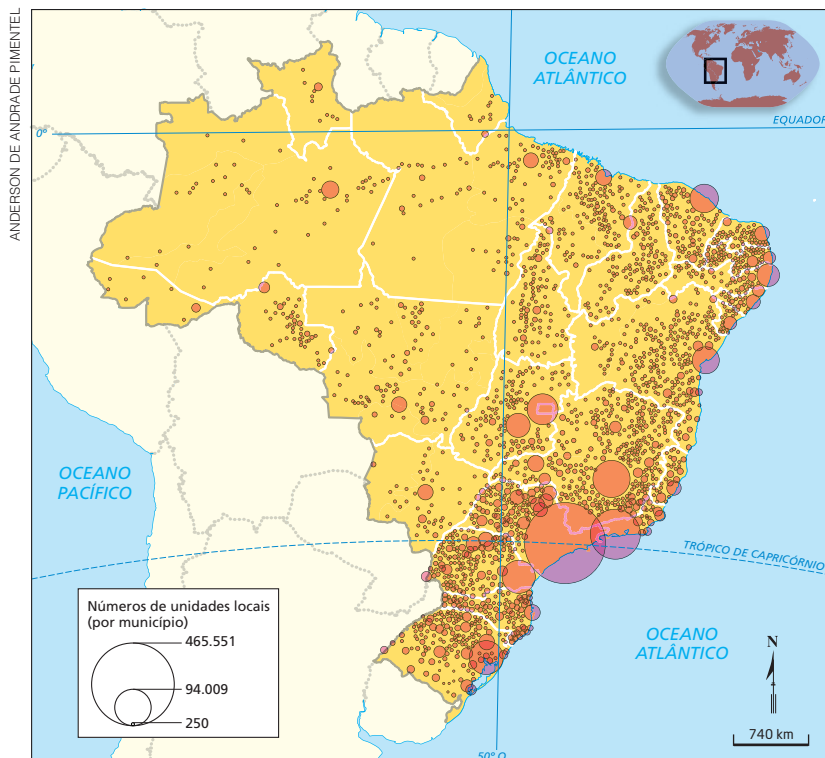
Endereço eletrônico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Ali são encontradas informações sobre a Cepal, bem como artigos, análises e interpretações sobre o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Saiba mais

Princípio das vantagens comparativas

A "vantagem comparativa" resulta da análise daquilo de que cada produtor tem de abrir mão para a produção de determinado bem (isso é chamado de "custo de oportunidade"). O produtor que precisa de menos horas de trabalho, por exemplo, para produzir um bem (isto é, tem menor custo de oportunidade) possui uma vantagem comparativa na fabricação desse bem. Isso significa que cada produtor deve utilizar sua capacidade para produzir um bem em condições vantajosas em relação a seus vizinhos e comprar deles tudo de que precisar. Na formulação original de Adam Smith, o sapateiro fabrica sapatos e compra do alfaiate trajes, enquanto o alfaiate fabrica os próprios trajes e compra do sapateiro sapatos. Esse princípio valeria tanto para a economia doméstica quanto para o comércio internacional.

Localização das indústrias no Brasil (2000)

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

A política de substituição de importações permitiu o desenvolvimento da indústria no país. Nos dias atuais, o Brasil apresenta um nível de industrialização próximo ao dos países desenvolvidos.

Fonte: HERVÉ, Théry; MELO, Neli A. de. *Atlas do Brasil*: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2005. p. 147.

A abertura dos países periféricos aos investimentos estrangeiros também era admitida e incentivada pelos cepalinos, para que esses países pudessem acelerar seu ritmo de industrialização. Nos anos 1950, tais medidas passaram a ser conhecidas como "substituição de importações". Isso significava rejeitar a ideia de que seria mais eficiente manter sua vocação agrário-exportadora (como previa o princípio das vantagens comparativas) e estabelecer um parque industrial capaz de suprir o mercado interno.

A vertente da teoria do subdesenvolvimento iniciada por Raúl Prebisch centrava suas críticas nos aspectos econômicos que sustentavam as desigualdades existentes entre países centrais e periféricos. Pouco esclarecia sobre as estruturas de dominação internacional que emolduravam e mantinham as relações entre centro e periferia. Era preciso estender a análise econômica para os campos da política e da cultura, a fim de traçar um diagnóstico mais preciso da situação do subdesenvolvimento e permitir políticas mais eficazes para sua superação.

No Brasil, a obra de Celso Furtado apresenta um esforço contínuo de caracterização do subdesenvolvimento como condição estrutural da periferia. Com base em estudos históricos, Furtado argumentava que o subdesenvolvimento deve ser compreendido como resultante de um processo histórico que não necessariamente está relacionado às etapas pelas quais passaram as economias centrais. Nesse sentido, o subdesenvolvimento não deve ser caracterizado como um estágio inferior da história econômica mundial, mas um fenômeno que decorre do próprio desenvolvimento atingido pelos países capitalistas centrais.

Quem escreveu sobre isso

GIUSEPPE BIZZARRI/FOLHAPRESS

Celso Furtado contribuiu com ideias originais para a teoria e a política econômica no Brasil e na América Latina.

Celso Furtado

Nascido em Pombal (PB), Celso Furtado (1920-2004) é um dos mais importantes nomes do pensamento social brasileiro. Sua teoria original sobre o subdesenvolvimento rompeu com o pensamento vigente em sua época e abriu caminho para a produção de diagnósticos e políticas nacionais para abordar os problemas da sociedade brasileira e dos demais países periféricos. Trabalhou na Cepal em 1949 e, dez anos depois, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Posteriormente, foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ministro do Planejamento no governo João Goulart, teve os direitos políticos cassados pela ditadura civil-militar de 1964 e seguiu para o exílio na França, onde se tornou professor de Economia do Desenvolvimento na Universidade de Sorbonne. Após seu retorno ao Brasil, foi nomeado ministro da Cultura no governo José Sarney. Sua obra mais importante é *Formação econômica do Brasil*, de 1959.

É nesse momento que Furtado estabelece a diferença entre crescimento e desenvolvimento. A primeira categoria trata do aumento da produção; a segunda consiste nas suas consequências para o conjunto da economia da sociedade. Como forma de superação do subdesenvolvimento, Furtado defende ampla participação do Estado no planejamento da economia, em parceria com o capital nacional. Além disso, também propõe ampliar o desenvolvimento tecnológico. Tudo isso deve ser impulsionado por uma indústria local diversificada e apoiada pela demanda interna.

Teoria da dependência

Com base nas reflexões de Prebisch e Furtado, criou-se uma segunda vertente teórica do subdesenvolvimento, depois denominada teoria da dependência. De início proposta por sociólogos como o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto (1935-2003), que mantiveram a crítica econômica anterior, essa nova vertente avançou progressivamente para uma outra perspectiva, de viés marxista.

Em linhas gerais, a teoria da dependência apontava a importância de analisar as relações entre o **imperialismo** e as classes dominantes locais para a compreensão do subdesenvolvimento. Admitia também que os mercados, a tecnologia e as finanças oriundas dos países centrais colocavam a periferia em situação de dependência.

Na corrente teórica do dependentismo, a interpretação sobre o desenvolvimento passa pela relação entre a economia e as esferas de poder. Para os dependentistas, as escolhas econômicas nunca são neutras e estão sempre pautadas por um princípio político, isto é, privilegiam determinados interesses em detrimento de outros. Nesse sentido, a questão do desenvolvimento envolve o poder, ou seja, a capacidade de decidir até que ponto determinados grupos dominantes podem ter seus interesses contrariados sem que se estabeleça uma crise. Portanto, os caminhos propostos para o desenvolvimento passam pelas disputas políticas e pelos interesses dos grupos dominantes, e as pressões sociais decorrentes desse processo incidem diretamente sobre o Estado e seus projetos.

Livro

- **GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*.**

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

O livro do escritor uruguaio, um clássico latino-americano, explica a conexão das riquezas dos países europeus e dos Estados Unidos com a pobreza das ex-colônias, relacionando a questão do desenvolvimento e da desigualdade à herança da colonização.

Imperialismo
Dominação econômica e política que um país ou região exerce sobre outros povos. Essa relação pode ser formal, mediante acordos e tratados, ou informal, por força das relações comerciais, diplomáticas etc.

Quem escreveu sobre isso

ERNESTO RODRIGUES/FOLHAPRESS

Um dos principais nomes da teoria da dependência, quando presidente (entre 1995 e 2003), Fernando Henrique Cardoso adotou o receituário neoliberal e, na prática, renegou parte expressiva de sua produção intelectual.

Fernando Henrique Cardoso

Nascido no Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso (1931-) é sociólogo e político. Formado pela Universidade de São Paulo (USP), da qual posteriormente veio a ser professor emérito, foi um dos principais nomes da teoria da dependência. Entre suas obras mais significativas, estão *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) e *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), escrita em parceria com Enzo Faletto. Em 1978, ingressou na política como candidato ao Senado por São Paulo. Ministro das Relações Exteriores e, depois, ministro da Fazenda durante o governo Itamar Franco, que durou de 29 de dezembro de 1992 a 1º de janeiro de 1995, foi o principal articulador da equipe que criou o Plano Real. Foi eleito presidente da República em 1994, reelegendo-se quatro anos depois. Intelectual de prestígio internacional, deixou um legado contraditório como presidente. De um lado, está o êxito no combate à inflação e na reestruturação do sistema bancário brasileiro; de outro, estão o aprofundamento da desigualdade social e escândalos de corrupção envolvendo a privatização de empresas estatais.

Quem escreveu sobre isso

NOTIMEX/CARLOS PACHECO/AFP

Theotonio dos Santos é um dos principais formuladores da vertente marxista da teoria da dependência e um dos atuais expoentes da teoria do sistema-mundo (ver seção *Considerações sociológicas*, na página 278).

Theotonio dos Santos

Theotonio dos Santos (1936-) é bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ex-integrante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e professor da UnB, no início dos anos 1960, foi cassado pelo regime civil-militar de 1964, tendo se exilado no Chile em 1966. Com o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende e marcou a ascensão do general Augusto Pinochet, foi para o México, de onde retornou nos anos 1980, após a anistia política. Membro fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), então liderado por Leonel Brizola, Theotonio dos Santos defendeu que a superação do subdesenvolvimento não seria possível com a mera modernização da estrutura econômica e produtiva brasileira, mas dependeria de uma ruptura com o imperialismo capitalista. Entre suas principais obras citam-se *A nova dependência na América Latina* (1970) e *Imperialismo e dependência* (2012).

Por sua vez, os interesses das forças imperialistas externas podem coincidir com os valores, os projetos e as perspectivas dos grupos dominantes (hegemônicos) nos países periféricos, o que configura um sistema de dominação fundado na relação entre duas dimensões de poder: uma doméstica e outra internacional. Nessa visão, a dependência não seria apenas o resultado de uma força estrutural externa, mas também da construção da hegemonia de grupos e classes sociais internos. Em suma, a dependência deve ser vista como um mecanismo de dominação baseado tanto nos interesses dos grupos hegemônicos internos como nos daqueles oriundos do estrangeiro.

Tomando como ponto de partida esse pressuposto, a teoria da dependência introduziu o conceito de dominação na análise econômica e destacou que a exploração e as desigualdades existentes entre os países centrais e periféricos seriam forjadas em outras bases, como o pesado investimento estrangeiro feito pelas grandes corporações multinacionais, a extração das riquezas naturais dos países dependentes, o apoio que os países ricos deram (e ainda dão) aos regimes ditatoriais dos países pobres e o crescente endividamento externo dos países periféricos, que aumenta sua dependência em relação aos países credores. A teoria da dependência nos ajuda a entender que nos países da América Latina as dificuldades estruturais, em princípio, são muito mais graves e socialmente danosas do que aquelas vivenciadas pelos Estados Unidos e pelos demais países do centro do capitalismo mundial.

A abordagem neoliberal do desenvolvimento

Apesar de seus êxitos, a teoria da dependência foi relegada no debate político e econômico dos anos 1990 e 2000, quando o neoliberalismo tornou-se hegemônico. Nesse período, sob o domínio dos países centrais e das **agências multilaterais** por eles controladas, a ação do Estado como agente de desenvolvimento foi rediscutida. Essa rediscussão decorreu, por um lado, da crise econômica internacional dos anos 1970 e 1980 (derivada do aumento dos preços do petróleo e da crise financeira que se abateu sobre países como México, Argentina e Brasil) e, por outro, da crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social.

A busca pela superação da crise dentro do sistema capitalista teve como eixo o resgate dos fundamentos do velho liberalismo e resultou em uma drástica redução do papel do Estado na economia. Privatizações foram estimuladas pelas reformas econômicas associadas às condições impostas pelas agências multilaterais. A maioria dos governos latino-americanos se submeteu ao tripé desregulação, privatização e abertura econômica como receita para a recuperação de suas economias.

Agência multilateral
Também denominada instituição financeira internacional, é um organismo formado por representantes de vários países. A agência multilateral é responsável pelo financiamento de projetos de desenvolvimento e pela concessão de auxílio financeiro aos países em dificuldades econômicas. Exemplos importantes dessas agências são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

DENNY

CARLOS LATUFF

A América Latina, como região periférica e dependente, vem sendo submetida às decisões políticas e econômicas dos Estados Unidos e demais países centrais. Muitas vezes, essa dominação é expressa pela submissão da região a agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI.

Contudo, tal como ocorrera no passado, os princípios (neo)liberais não foram suficientes para a promoção do desenvolvimento. Na dinâmica das relações internacionais, os países centrais continuaram a fornecer auxílio e socorro econômico (financiamentos, empréstimos etc.), quando necessário, mas sob condições. Além disso, como as nações em desenvolvimento em geral não produzem os bens, nem serviços, nem mesmo a infraestrutura de que necessitam, elas estão sempre recorrendo aos capitais, às tecnologias, aos produtos e a outros elementos oriundos dos países desenvolvidos. Assim, os países em desenvolvimento mantêm-se endividados e obrigados a aceitar as condições impostas pelos países centrais e pelas agências multilaterais. Consequentemente, as causas da dependência se mantêm.

Em síntese, vemos que sob a hegemonia neoliberal o subdesenvolvimento continua existindo, e as nações desenvolvidas tendem a manter seu padrão de desenvolvimento (apesar das crises que atravessam, como ocorre desde 2008). Logo, a desigualdade pode ser vista como uma condição inerente à modernidade. A divisão internacional do trabalho e a própria dinâmica das relações internacionais retroalimenta o ciclo vicioso que ainda hoje separa os países entre centro e periferia, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Livro

- **GÓES, José Angelo Wenceslau. *Fast-food*: um estudo sobre globalização alimentar.**

Salvador: EDUFBA, 2010.

O autor apresenta um estudo etnográfico sobre usuários de uma rede de *fast-food* em Salvador, Bahia, partindo para análises e interpretações sobre a cultura de consumo global.

O debate sobre o desenvolvimento a partir dos anos 1990

Com o fracasso das políticas neoliberais, que deixaram milhões de pessoas desempregadas e empobrecidas a partir dos anos 1990, a questão do desenvolvimento e das soluções para os problemas ligados a ele voltou a ser debatida. A industrialização crescente de alguns países, como o Brasil (que antes eram chamados de "subdesenvolvidos" e passaram a ser chamados de países "em desenvolvimento" e, posteriormente, de "emergentes"), levou a uma situação em que o crescimento econômico – cujos principais indicadores são o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, os números absolutos das interações comerciais, do consumo (gasto das pessoas, empresas, Estado) e da produção (de bens e serviços) – convivia com elevados índices de concentração de renda, analfabetismo, fome e mortalidade infantil. Era preciso que as conquistas da economia se refletissem no aumento do bem-estar, que, por sua vez, deveria ser definido e medido adequadamente.

Foi nesse contexto que o pensamento desenvolvimentista voltou a se fazer presente, apontando alternativas para os países e sociedades periféricos. Uma das abordagens contemporâneas sobre o desenvolvimento é aquela proposta por intelectuais como o indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub Ul Haq (1934-1998), que, em 1993, criaram um índice que incluía o ser humano e seu bem-estar na avaliação do desempenho econômico de uma nação: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice, além de levar em conta a renda (o PIB dividido pelo número de habitantes do país, isto é, o PIB *per capita*), considera a expectativa de vida (medida da saúde da população) e os indicadores relacionados à educação (forma de medir as possibilidades de as pessoas se tornarem autônomas para aproveitar as oportunidades criadas pela melhoria das condições de renda e saúde).

Livro

- **CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?* Neoliberalismo e ordem global.**

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Escrito pelo linguista e pensador político Noam Chomsky, o livro apresenta ensaios do autor, em sua maioria sobre o capitalismo atual e a doutrina neoliberal. Além de abordar alguns aspectos históricos do surgimento do neoliberalismo, Chomsky analisa variantes da doutrina e suas consequências práticas.

Filme

- **Privatizações: a distopia do capital**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.
Direção: Silvio Tendler.
Duração: 56 min.

O filme procura apontar os limites da era das privatizações, a partir dos anos 1990, resgatando o papel do Estado no pós-guerra e a ideologia desenvolvimentista para situar o que significou o neoliberalismo. Recorre a opiniões de especialistas, entre os quais sociólogos, géografos e economistas.

Quem escreveu sobre isso

VIPIN KUMAR/ HINDUSTAN TIMES/GETTY IMAGES

Criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Amartya Sen considera que o crescimento deve vir junto com a igualdade social.

Amartya Sen

O economista Amartya Sen (1933-) é um dos mais reconhecidos intelectuais da atualidade e seu pensamento contribui para a construção de meios efetivos que sirvam para orientar o capitalismo rumo a um processo de crescimento com resultados mais justos e igualitários. Ele relacionou o crescimento econômico com a necessidade de a população ter formas de fazer suas escolhas e, assim, exercer de fato a cidadania. Entre suas principais obras estão *O desenvolvimento como liberdade* (2000), *Desigualdade reexaminada* (2001) e *As pessoas em primeiro lugar* (2010).

Assim, uma ideologia baseada no crescimento econômico (neoliberalismo) foi preterida por outra (proposta por Sen e Ul Haq) cujo fundamento estava no desenvolvimento humano. Os diferentes processos de transformação que ocorreram nos anos 1990 e que envolveram tanto a revolução nas tecnologias de comunicação quanto o fim da Guerra Fria (com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991) contribuíram para essa mudança de ideologia. O desenvolvimento voltou a ser debatido e incorporou outras variáveis. Além do ser humano, o meio ambiente passou a ser considerado importante, em razão do uso crescente de recursos não renováveis, da destruição de ecossistemas e da poluição da atmosfera provocada pelo crescimento industrial.

Ainda nos anos 1990, surge o pensamento de Manuel Castells (1942-). Ele sustenta que o modo de desenvolvimento preponderante no futuro próximo não será mais baseado na indústria, mas no conhecimento. Dessa forma, em vez do industrialismo, a sociedade atual viveria na era da informação, o informacionalismo, no qual as tecnologias mais importantes estariam relacionadas à informática, pois possibilitariam a expansão do conhecimento e o aumento do fluxo de informações. O desenvolvimento, na teoria de Castells, está ligado à capacidade de incentivar os avanços da tecnologia e valorizar o conhecimento.

O debate desenvolvimentista continua no século XXI. Uma das novas proposições dos últimos anos é a de Ha-Joon Chang. Segundo ele, para alcançar seu atual *status*, as potências desenvolvidas precisaram contrariar os princípios liberais radicais e operar uma efetiva intervenção estatal na economia. A política econômica que orientou seu desenvolvimento seguiu diferentes princípios de planejamento, como incentivo à indústria nacional, **protecionismo econômico** e fortalecimento de um Estado empenhado em garantir direitos como saúde, educação e habitação.

Chang também demonstra que essas estratégias de desenvolvimento e modernização adotadas pelos países desenvolvidos não foram reproduzidas, desde o início, pelos países periféricos. Ainda hoje, os Estados desenvolvidos impõem àqueles em desenvolvimento políticas liberais e de austeridade fiscal não adotadas por eles em seu próprio processo de formação nacional. Um exemplo de política liberal que hoje se coloca como regra para países em desenvolvimento que buscam superar a pobreza e a estagnação econômica é a prática do livre-comércio. O princípio de trocas comerciais livres de impostos e barreiras, apresentado como solução para países emergentes ou em desenvolvimento, não foi adotado pelos países desenvolvidos. Para crescer com autonomia, esses países se valeram das práticas que hoje condenam, como o protecionismo econômico.

Protecionismo econômico
É um mecanismo usado para salvaguardar as indústrias nacionais da concorrência externa. Essa proteção se dá por meio de aumento da carga tributária sobre a importação de gêneros agrícolas e manufaturados, criação de normas restritivas para a entrada de produtos estrangeiros e utilização de subsídios (créditos, incentivos fiscais etc.) governamentais para baratear os produtos nacionais.

Quem escreveu sobre isso

LIONEL DERIMAIS/CORBIS/LATINSTOCK

O pensamento heterodoxo do economista sul-coreano Ha-Joon Chang influenciou políticas econômicas de países como o Equador, no governo de Rafael Correa (em 2016).

Ha-Joon Chang

O professor sul-coreano Ha-Joon Chang (1963-) ensina Política Econômica na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Escreve desde os anos 1990 sobre economia do desenvolvimento, capitalismo, propriedade intelectual e indústria. Atualmente, é um dos mais reconhecidos economistas heterodoxos, contrário aos princípios liberais de não intervenção do Estado na economia. Sua crítica ao capitalismo contemporâneo decorre da avaliação histórica que faz sobre a evolução desse sistema socioeconômico, que ainda considera como o melhor sistema de produção e trocas criado pelos seres humanos, apesar de suas crises. Em seu livro *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, de 2002, Chang mostra como os países desenvolvidos estão "chutando a escada" pela qual subiram ao topo ao impedir que países em desenvolvimento adotem as políticas e as práticas que eles próprios usaram.

Outro tema importante no século XXI tem sido a questão da segurança. Por causa dos atentados de 11 de setembro de 2001, promovidos pelo grupo terrorista Al-Qaeda, que lançou aviões sobre as torres do World Trade Center e sobre o Pentágono, nos Estados Unidos, o terrorismo internacional passou a ser tema de diversos debates. A promoção do desenvolvimento seria uma forma de dificultar o crescimento do terrorismo.

Além disso, em 2000, a ONU produziu um documento, assinado por mais de 180 países, que criou uma parceria internacional para o desenvolvimento mundial: a Declaração do Milênio. Esse documento fixou vários objetivos relativos ao desenvolvimento, entre os quais eliminar a fome, reduzir a mortalidade infantil, promover a educação universal e a preservação do meio ambiente. Seguindo essa mesma linha, em 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu a Rio+20, uma conferência internacional para que os países da ONU adotem medidas comuns para a promoção do desenvolvimento sustentável. Em 2015, em Paris, foi realizada a 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21), que teve como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Como esse debate acontece nos fóruns globais de discussão, vê-se que o desenvolvimento é tema que está cada vez mais atrelado às novas condições econômicas e políticas que articulam o nacional com o global, ou seja, a política interna dos países com as questões mais amplas das relações internacionais.

REUTERS/LATINSTOCK

Incentivar o desenvolvimento seria uma forma de coibir o avanço do terrorismo e consequentemente de ações de impacto para a sociedade, como as atividades do grupo Estado Islâmico. Na foto, militantes dessa facção desfilam pelas ruas da cidade de Rakka (Iraque, 2014).

Saiba mais

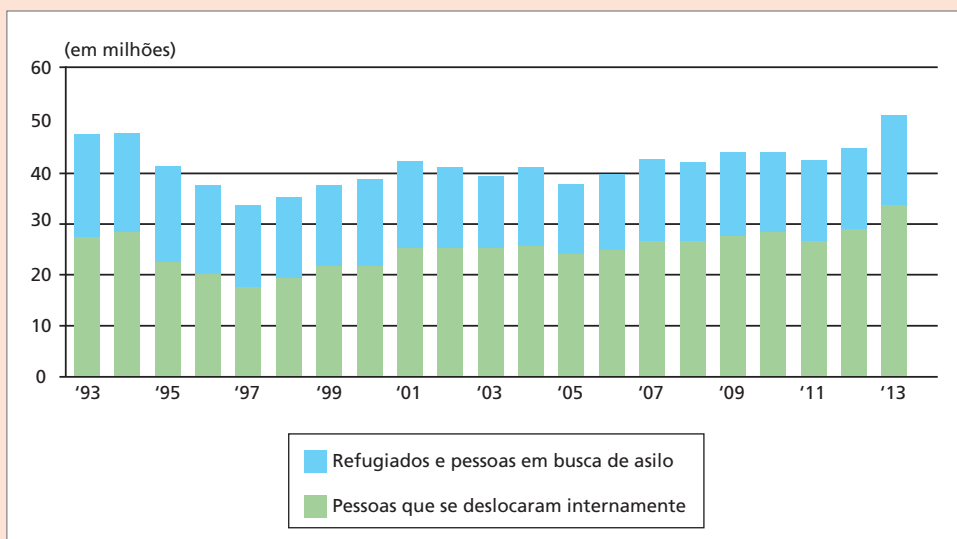
Imigrantes: um novo desafio ao desenvolvimento?

De acordo com a ONU, em 2014 o número de deslocamentos forçados no mundo ultrapassou os 50 milhões de pessoas, sendo maior do que durante a Segunda Guerra Mundial. Além dos refugiados, o mundo conta também com uma série de migrações por motivos econômicos, o que leva a deslocamentos maciços, sobretudo de jovens em idade economicamente ativa.

A chanceler alemã Angela Merkel (1954-) chegou a afirmar, em 2015, que a imigração para a Europa constituía um "problema" maior do que os conflitos no Oriente Médio. Os países daquele continente adotavam então políticas mais duras em relação aos imigrantes, justamente por vê-los como um problema. De acordo com a Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), os países europeus que mais recebiam imigrantes na época eram a Alemanha, a Inglaterra e a França, ou seja, justamente aqueles que empregavam as políticas mais "duras" em relação a eles.

A imigração tem sido considerada prioridade nas políticas de países ricos justamente por colocar em evidência o problema do desenvolvimento capitalista nos países pobres. Os conflitos políticos e religiosos levam famílias inteiras a pedirem asilo, o que torna difícil sua expulsão por parte desses governos. Embora haja países – como Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Noruega – que estimulem a imigração de pessoas com alta qualificação educacional e profissional, quando se trata de jovens oriundos de países pobres, particularmente africanos, as nações desenvolvidas quase sempre coíbem a entrada e a permanência desses indivíduos.

Para os países periféricos, a saída dos jovens também estabelece desafios ao desenvolvimento. Isso ocorre porque grande parte deles constitui uma geração de universitários e pesquisadores que poderiam trabalhar em prol de suas nações: é o que se chama de "fuga de cérebros". De acordo com a Nasac (Rede Africana de Academias de Ciências), cerca de um terço de todos os cientistas africanos trabalham em países desenvolvidos, o que faz com que o continente perca parte do potencial científico e tecnológico capaz de amenizar a dependência de seus países. O gráfico abaixo mostra a quantidade de deslocamentos em uma década.

Deslocamentos forçados em âmbito global (1993-2013)

Fonte: Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. *Custo humano da guerra*: UNCHR Global Trends - 2013. Genebra: UNCHR, 2014. p. 6.

O processo de globalização será discutido no capítulo 12: Globalização e integração regional.

4 O debate sobre desenvolvimento na era da globalização

"Globalização" é uma palavra-chave para os debates sociológicos, econômicos e políticos. Em geral, o termo "global" se refere à nova dinâmica econômica e política do mundo capitalista após os anos 1970-1980, contrapondo-se ao termo "nacional". Esse debate surge com as políticas neoliberais inauguradas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sabemos que o neoliberalismo defende medidas econômicas de controle de gastos do Estado (com redução de subsídios do Estado para políticas sociais), venda de empresas públicas (privatização), combate à luta sindical e incentivo à concentração bancária e financeira, o que conferiu muito poder às agências multilaterais e outras instituições internacionais.

Em poucas palavras, muitos se referem à globalização como perda de poder do Estado nacional e do mercado interno, que abre espaço para trocas comerciais e financeiras internacionais e cede poder para diferentes instituições internacionais, ou seja, empresas, bancos e agências multinacionais. A globalização e suas consequências foram vistas de formas diferentes pelos estudiosos do assunto. De maneira geral, há consenso entre os especialistas de que esse processo acarretou forte redução dos níveis de emprego na indústria, aumento dos níveis de pobreza e redução do acesso a direitos fundamentais e sociais.

Atualmente, inúmeros sociólogos, economistas e outros intelectuais estão estudando a globalização e suas relações com o neoliberalismo e com o desenvolvimento. Como resultado desses estudos, hoje nem todos concordam que o "global" se opõe ao "nacional" e muitos defendem que o desenvolvimento deve ser resgatado como paradigma de atuação do Estado e das próprias instituições financeiras internacionais. Desde o início do século XXI, em especial depois da crise econômica e política que se arrasta desde 2008, voltou à cena o debate sobre os "excluídos" da globalização, isto é, os grupos ou classes sociais mais prejudicados na atual conjuntura econômica, sobretudo os jovens.

Os chamados NEETs (*Not in education, employment or training*: expressão em inglês que significa "fora da escola, do trabalho ou de uma capacitação") são atualmente uma das maiores preocupações nas políticas públicas, pois encontram-se excluídos dos eventuais efeitos benéficos da globalização em razão de uma "ausência estrutural" que apresenta consequências nocivas para o presente e o futuro. Assim, no debate contemporâneo sobre a globalização, o "desenvolvimento" vem sendo resgatado como um paradigma oposto ao "neoliberalismo". Seu propósito seria o de restabelecer níveis de emprego e de "inclusão" desses grupos, deslocados do mercado de trabalho e da esfera de direitos pelas políticas restritivas implementadas sob o ideário neoliberal. O desenvolvimento também é a base de algumas ações políticas inovadoras no cenário internacional, como a proposição do Banco do Brics, uma iniciativa conjunta de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que pretende colocar-se como alternativa às instituições de Bretton Woods no socorro financeiro a países em desenvolvimento e auxiliar na superação dessa posição.

Site

- **www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria**

Acesso em: mar. 2016.

Página do *site* do Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre economia solidária. Fornece informações básicas a respeito de alternativas solidárias de geração de emprego e renda que contam com uma economia mais criativa e coletiva. Além do histórico das ideias a respeito de economia solidária, há textos e publicações para se aprofundar no assunto.

Geopolítica
Ramo da Ciência Política que estuda as relações entre espaço, poder e posição. Fundada no século XIX com base nas ideias do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), a Geopolítica por muitas décadas teve como foco os interesses dos Estados nacionais. Hoje, contudo, a Geopolítica crítica também considera os interesses e as necessidades de atores sociais como sindicatos, empresas, partidos políticos, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil.

Saiba mais

Brics

O acrônimo Bric foi criado em 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill (1957-), executivo do grupo financeiro Goldman Sachs, para se referir aos países que, em sua visão, em poucos anos estariam entre as grandes potências globais. Esses países seriam Brasil, Rússia, Índia e China. A proposição de O'Neill foi imediatamente acolhida pelos próprios países destacados, que, desde então, formam um grupo de cooperação política. Em dezembro de 2010, o grupo acolheu a África do Sul, motivo pelo qual passou a ser conhecido como Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cujo nome, em inglês, é South Africa). Sob o ponto de vista da **geopolítica**, o Brics apresenta-se ao mundo como um bloco marcado pela força militar da Rússia, pelo crescimento econômico da China, pelo desenvolvimento tecnológico da Índia e pelo potencial produtivo do Brasil e da África do Sul. Além disso, reúne países com grande extensão territorial, vasto contingente populacional e situados em quatro diferentes regiões do mundo.

O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento na globalização

A queda do Muro de Berlim e a expansão global do capitalismo a partir dos anos 1990 trouxeram novas perspectivas para a discussão sobre desenvolvimento. Embora o capitalismo já demonstrasse que seu processo de acumulação levava a uma necessária expansão territorial, a diferença do desenvolvimento capitalista entre as nações era o foco das análises das teorias do século XX. Tentava-se, como vimos, compreender essas diferenças como intrínsecas ao capitalismo, dividindo-se os países em uma escala de desenvolvimento ou ainda reconhecendo quais nações poderiam ser consideradas de economia dependente, embora integradas ao sistema capitalista.

Os anos 1990 trouxeram outras correntes sobre o desenvolvimento. Uma delas é a que abrange as teorias das "variedades de capitalismo". A principal proposta dessas teorias é analisar a relação das instituições políticas com o mercado, assumindo que o escopo nacional-institucional é ainda central para a modulação dos mercados. Peter Hall (1932-2014) e David Soskice (1942-) afirmam que as convergências para um modelo neoliberal não se concretizaram de fato: os Estados nacionais moldavam suas economias para entrada na globalização com base em uma complementaridade institucional (o conjunto das instituições em cada país tem um resultado) e das suas vantagens competitivas, impedindo uma convergência rumo a um modelo único.

Antes mesmo desse cenário, outra teoria vinha se desenvolvendo desde os anos 1970 com o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930-). Ele é o precursor da teoria do sistema-mundo, que considera o capitalismo como um sistema global dividido em áreas de desenvolvimento desigual: centro, periferia e semiperiferia. Nessa perspectiva, não existem estágios de desenvolvimento do capitalismo, mas sim zoneamentos criados pelo sistema-mundo capitalista, com diferentes graus de desenvolvimento econômico e social gerados pelas contradições internas do próprio sistema.

Immanuel Wallerstein utiliza-se das teorias da dependência e das pesquisas sobre a independência de ex-colônias africanas para avançar nos estudos sobre o capitalismo mundial. Atentando para a divisão técnica e tecnológica do capitalismo, que gera zonas de maior ou menor grau de lucro nas cadeias de valor, o sociólogo sublinha as trocas desiguais entre nações ou regiões que foram incorporadas na hierarquia do sistema-mundo. O autor salienta que o capitalismo, desde seu surgimento, constituiu-se como um sistema social que incorpora, aos poucos, zonas do globo. Assim surgiriam os Estados-nações e a divisão internacional do trabalho, com o intuito de gerar excedentes com distribuições desiguais.

Diferentemente das teorias da dependência, a teoria do sistema-mundo parte da "totalidade" capitalista e da *incorporação* de regiões no globo, e não da formação das nações e de sua *inserção* em um sistema, que posteriormente se torna global. Entretanto, muitos teóricos da dependência, como o economista brasileiro Theotonio dos Santos e o sociólogo alemão André Gunder Frank (1929-2005), passaram a contribuir para a teoria do sistema-mundo, combinando a análise dos ciclos econômicos e dos ciclos históricos de longo prazo.

Regiões de diferente desenvolvimento (2013)

Mapa ilustrativo das regiões em diferentes estágios de desenvolvimento, segundo a teoria do sistema-mundo.

Fonte: ELWELL, Frank W. *Wallerstein's World-Systems Theory*. Disponível em: <www.faculty.rsu.edu/users/f/felwell/www/Theorists/Essays/Wallerstein1.htm>. Acesso em: fev. 2016.

Direito e sociedade

O Banco do Brics e o desenvolvimento

Desde a realização de sua primeira reunião de cúpula, ocorrida na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, em julho de 2009, os países-membros do Brics procuram coordenar suas ações políticas e avançar na cooperação econômica e financeira.

No campo político, eles buscam ampliar sua participação em agências multilaterais, como o FMI, bem como democratizar a ONU e seu Conselho de Segurança, do qual já fazem parte a Rússia e a China. No campo econômico e financeiro, em que se destacam iniciativas como o financiamento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, a ação mais importante até o momento foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), mais conhecido como Banco do Brics. Estabelecido ao final da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Brics, realizada em julho de 2014 na cidade de Fortaleza (CE), esse banco tem um aporte inicial autorizado de US$ 100 bilhões. Leia, a seguir, um trecho do documento jurídico-diplomático que deu origem ao Banco do Brics.

[...] Os BRICS, bem como outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativas para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento.

BRICS – Ministério das Relações Exteriores. *VI Cúpula do Brics – Declaração de Fortaleza* [item 11]. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/imprensa/comunicados-de imprensa/215-vi-cupula-do-brics-declaracao-de-fortaleza>. Acesso em: fev. 2016.

EYEPRESS/AFP

Os mandatários de Rússia, Índia, Brasil, China e África do Sul posam para uma fotografia oficial na VI Cúpula do Brics, ocorrida na cidade de Fortaleza (CE, 2014).

Atividade

A articulação política e econômica de países fora do eixo América do Norte-Europa ocidental-Japão é um elemento importante para o fortalecimento dos países periféricos, também denominados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Essa articulação é igualmente fundamental para que as grandes instituições internacionais, quer políticas, como a ONU, quer econômicas e financeiras, como o Banco Mundial e o FMI, possam ser mais permeáveis aos interesses e necessidades desses mesmos países. Contudo, sabemos que as relações de dependência que dividem os países em desenvolvidos (centro) e em desenvolvimento (periferia) não podem ser extintas por meros atos de vontade. Assim, discuta com os colegas a importância do Banco do Brics como alternativa para o desenvolvimento autônomo dos países em desenvolvimento e apresente o resultado dessa discussão para os demais colegas. Ao longo dos debates, reflita sobre os fatores que impulsionam os propósitos desse banco, bem como sobre aqueles que podem dificultar a materialização desses objetivos.

Atividades

Reflexão e revisão

Com base nos temas, conceitos e teorias trabalhados ao longo do capítulo, responda às questões a seguir, a fim de consolidar os conhecimentos estudados.

1. Como podem ser definidos os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento? Qual é a relação entre esses conceitos e a organização socioeconômica capitalista?
2. Compare a ideia de desenvolvimento predominante no início do século XX nas teorias de Keynes e na teoria da dependência com aquelas debatidas na atualidade, em especial com o pensamento que opõe o desenvolvimento ao neoliberalismo. Quais são as principais mudanças nesses discursos em relação ao papel do Estado e por que elas ocorreram?
3. Qual é a importância das ideias defendidas por Ha-Joon Chang e Amartya Sen para o debate atual sobre desenvolvimento no Brasil?

Questões para debate

Questão 1

> [...] Compreendamos bem. O decrescimento é uma necessidade: não é, de saída, um ideal, nem o único objetivo de uma sociedade de pós-desenvolvimento ou de um outro mundo possível. Mas façamos das tripas coração, e admitamos, para as sociedades do hemisfério Norte, o decrescimento como um objetivo do qual se pode tirar proveito. A palavra de ordem de decrescimento tem sobretudo como finalidade marcar nitidamente o abandono do objetivo insensato do crescimento pelo crescimento. Em particular, o decrescimento não é o crescimento negativo, expressão contraditória e absurda que traduz bem a dominação do imaginário do crescimento. Isso quereria dizer ao pé da letra: "avançar recuando". A dificuldade em que nos encontramos para traduzir "decrescimento" em inglês é muito reveladora dessa dominação mental do economês, e simétrica, de alguma forma, da impossibilidade de traduzir crescimento ou desenvolvimento (mas também, naturalmente, decrescimento...) nas línguas africanas.
>
> [...]
>
> Uma política de decrescimento poderia consistir inicialmente em reduzir, e até suprimir, o peso sobre o meio ambiente das cargas que não trazem benefício algum. O questionamento do volume considerável dos deslocamentos de homens e de mercadorias através do planeta com o impacto negativo correspondente (portanto, uma "relocalização" da economia), o questionamento do volume não menos considerável da publicidade exagerada e frequentemente nefasta e, enfim, o questionamento da obsolescência acelerada dos produtos e dos aparelhos descartáveis, sem outra justificativa a não ser fazer com que gire cada vez mais depressa a megamáquina infernal, são reservas representativas de decrescimento no consumo material. [...] Entendido desta forma, o decrescimento não significa necessariamente uma regressão do bem-estar [...].

LATOUCHE, Serge. As vantagens do decrescimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 1º nov. 2003. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=887&tipo=acervo>. Acesso em: mar. 2016.

Com base no que vimos ao longo do capítulo e na ideia de decrescimento defendida pelo filósofo e economista francês Serge Latouche, avalie as questões a seguir.

- O crescimento da economia de um país, expresso na elevação constante de seu produto interno bruto (PIB), é condição essencial para o bem-estar de sua população?
- Seria viável e desejável a implementação de uma política de decrescimento econômico?
- Que outras soluções podem ser propostas para o problema gerado pela lógica do crescimento econômico imposta pelo capitalismo?

Questão 2

As sucessivas crises econômicas vividas pelas sociedades capitalistas desde a década de 1970 têm sido um obstáculo para o pleno desenvolvimento econômico e social de quase todos os países do mundo. Nesse contexto, a situação social da juventude tem se agravado paulatinamente no Brasil e no mundo, como visto ao final do capítulo. No Distrito Federal, apesar de o desemprego ter fechado o ano de 2012 em 12,4% (menor taxa desde quando começou a ser medido, em 1992), as taxas de desemprego ainda apresentam grande diferença entre homens e mulheres, com 9,6% e 15,1%, respectivamente. Os jovens são os mais prejudicados com a pressão no mercado de trabalho. O índice de desocupados chega a 27,2% entre pessoas de 16 a 24 anos.

A falta de oportunidade de emprego para os jovens é sinal de um quadro social de crescente tensão. Qual é a relação entre esse fenômeno e as discussões sobre desenvolvimento realizadas ao longo do capítulo? Avalie as possíveis causas das diferenças nas taxas de desemprego entre homens e mulheres, jovens e adultos.

Questão 3

A década de 1980 foi marcada pelo surto da ideologia neoliberal. Ele se iniciou com a vitória de Margaret Thatcher como primeira-ministra da Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos. Nesse período, as políticas econômicas dos países mais poderosos estiveram dirigidas a uma desregulamentação de vários mercados, à privatização de certas empresas, ao aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, tais medidas se complementaram com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes dos gastos sociais.

Esta política termina com a derrota de Bush em 1993, mas renasce com a vitória republicana nas eleições parlamentares de 1995, logo substituída pela reeleição de Bill Clinton em 1997. A queda de Margaret Thatcher em 1991 e a derrota dos conservadores ingleses em 1997 vêm encerrar o ciclo neoliberal. Trata-se de uma excelente oportunidade para analisar o alcance e os efeitos da doutrina e da prática política neoliberais.

SANTOS, Theotonio dos. "O neoliberalismo como doutrina econômica", *Revista Econômica*, v. 1, n. 1, Niterói, 1999, p. 119. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.1_N.1_Theotonio_dos_Santos.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

No final do século passado, quando foi escrito o artigo citado, o autor afirmava que o neoliberalismo chegava ao fim. Hoje, contudo, poderíamos dizer o mesmo? Considerando essa reflexão, forme com os colegas grupos de no máximo quatro alunos. Cada um dos grupos responderá à seguinte pergunta: "A centralidade que o mercado, os agentes econômicos privados, as agências multilaterais, os capitais especulativos e outros elementos possuem na economia mundial, globalizada, permitem confirmar a perspectiva de que o neoliberalismo não é mais o modelo hegemônico de produção capitalista?".

Depois, cada grupo irá expor e debater suas conclusões, que deverão levar em conta o texto do capítulo e outras referências bibliográficas.

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, simulado 2009)

Figuram no atual quadro econômico mundial países considerados economias emergentes, também chamados de novos países industrializados. Apresentam nível considerável de industrialização e alto grau de investimentos externos, no entanto, as populações desses países convivem com estruturas sociais e econômicas arcaicas e com o agravamento das condições de vida nas cidades. As principais economias emergentes que despertam o interesse dos empresários do mundo são: Brasil, Rússia, Índia e China (Bric). Tais países apresentam características comuns, como mão de obra abundante e significativas reservas de recursos minerais.

Diante do quadro apresentado, é possível inferir que a reunião desses países, sob a sigla Bric, aponta para

a) um novo sistema socioeconômico baseado na superação das desigualdades que conferiam sentido à ideia de Terceiro Mundo.

b) a razoabilidade do pleito de participarem do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

c) a melhoria natural das condições sociais em decorrência da aceleração econômica e da redução dos níveis de desemprego.

d) a perspectiva de que se tornem, a médio prazo, economias desenvolvidas com uma série de desafios comuns.

e) a formação de uma frente diplomática com o objetivo de defender os interesses dos países menos desenvolvidos.

Questão 2

(Enem, 2009)

Para Caio Prado Jr., a formação brasileira se completaria no momento em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social – o oposto da interligação com objetivos internos – trazida da colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro. Se passarmos a Sérgio Buarque de Holanda, encontraremos algo análogo. O país será moderno e estará formado quando superar a sua herança portuguesa, rural e autoritária, quando então teríamos um país democrático. Também aqui o ponto de chegada está mais adiante, na dependência das decisões do presente. Celso Furtado, por seu turno, dirá que a nação não se completa enquanto as alavancas do comando, principalmente do econômico, não passarem para dentro do país. Como para os outros dois, a conclusão do processo encontra-se no futuro, que agora parece remoto.

SCHWARZ, R. *Os sete fôlegos de um livro*. Sequências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (adaptado).

Acerca das expectativas quanto à formação do Brasil, a sentença que sintetiza os pontos de vista apresentados no texto é:

a) Brasil, um país que vai pra frente.

b) Brasil, a eterna esperança.

c) Brasil, glória no passado, grandeza no presente.

d) Brasil, terra bela, pátria grande.

e) Brasil, gigante pela própria natureza.

CAPÍTULO 12

Globalização e integração regional

Para melhor compreensão do processo de globalização – ampliação para o âmbito internacional de processos políticos, econômicos e culturais –, remeter aos capítulos que trabalham conceitos sobre esses eixos: o capítulo 3: Cultura e ideologia; o capítulo 6: Poder, política e Estado; e o capítulo 9: Trabalho e sociedade.

ANDRZEJ WOJCICKI/SPL RF/GETTY IMAGES

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender as características fundamentais dos processos de globalização e integração regional.
- Identificar as dinâmicas de integração e de fragmentação socioeconômicas, políticas e culturais presentes no processo de globalização.
- Reconhecer as assimetrias produzidas pelo processo de globalização e as possíveis alternativas presentes no debate político e social.
- Relacionar a integração regional com a realidade brasileira.

Limitada pela dinâmica de expansão do capitalismo, a globalização muitas vezes ratifica a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) vigente no mundo, na qual os Estados Unidos e a Europa ocidental são os principais beneficiários do trabalho desempenhado por diversos povos e países do cenário mundial.

ANTON IVANOV/SHUTTERSTOCK

A Times Square, em Nova York (Estados Unidos), é um dos símbolos do mundo globalizado, no qual as relações capitalistas de produção e consumo possuem um papel absolutamente central. Foto de 2015.

ALFREDO MARTIRENA/CARTOON MOVEMENT

Principal pacto de integração na América do Sul, o Mercosul (Mercosur, em espanhol) está ameaçado tanto pela força dos países desenvolvidos, que buscam continuamente ampliar seus mercados de consumo de produtos industrializados e tecnológicos, quanto pela vitalidade de grandes economias emergentes, como a China, cuja expansão comercial é vista em todas as partes do mundo.

◆ Questão motivadora

Os processos de globalização podem promover oportunidades iguais para todos os povos e países?

Primeiras palavras

O ano de 2015 foi marcado pela questão dos refugiados que tentaram chegar à Europa ocidental, ao Canadá e aos Estados Unidos em busca de condições dignas de existência. Entre as muitas histórias de refugiados provenientes de países periféricos como Congo, Afeganistão, Haiti, Iraque e Síria, uma das mais marcantes foi a de Alan Kurdi, o menino sírio de três anos de idade que morreu afogado quando sua família tentava atravessar de barco da Turquia para a Grécia.

Histórias como a de Alan e de sua família nos fazem perguntar: o que é **globalização**? Essa questão tem sido recorrente desde os anos 1990, quando a percepção das transformações culturais, econômicas e políticas entre os países, que vinham ocorrendo desde os anos 1970, tornou-se mais concreta na mídia e na própria comunidade internacional.

Neste capítulo, estudaremos as transformações que contribuíram para a ampliação das desigualdades internacionais, bem como algumas das alternativas econômicas, políticas e sociais que se apresentam no contexto das Ciências Humanas e Sociais.

Entre vozes favoráveis e contrárias ao processo de internacionalização do capital, daremos especial importância às pesquisas sobre os processos de integração social, de políticas econômicas e sociais, dos movimentos altermundialistas (que propõem um novo rumo para a globalização, mais igualitário) e dos fluxos migratórios internacionais que ajudam a compreender, diagnosticar e propor alternativas aos desequilíbrios criados ou acentuados pelo próprio capitalismo.

Pensamento único

Ao longo da década de 1990, o pensamento neoliberal passou a ser difundido como o único possível para orientar políticas econômicas e sociais. Medidas econômicas heterodoxas, assim como soluções alternativas ao capitalismo neoliberal, eram desqualificadas. Em discurso, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher afirmou: "Não há alternativa" (a frase original em inglês, *There is no alternative*, ficou conhecida no mundo anglo-saxão pela abreviação Tina, e caracterizou um pensamento conservador que não aceitava críticas).

O debate sobre a globalização: um ponto de partida sociológico

A globalização é um fenômeno de múltiplas dimensões – econômica, social, política e cultural. O estudo da globalização vem sendo feito com base na articulação dos conceitos utilizados para explicar a organização e as consequências do capitalismo. Trata-se, portanto, da análise de relações de poder, organização da produção, apropriação de padrões culturais e ideológicos etc., produzidas em escala global, com efeitos importantes em todo o mundo.

Como acontece em todo debate que envolve agentes sociais com interesses conflitantes, a discussão sobre a globalização também produz leituras divergentes sobre seu funcionamento atual e suas possibilidades futuras. O **pensamento único** procura estabelecer a globalização como um processo natural e benéfico para a humanidade. Para o pensamento único, a globalização é um momento de realização do sonho de reduzir o mundo a uma única aldeia global, como imaginou o teórico canadense da comunicação Marshall McLuhan em meados do século XX.

Cronologia

1929 – Primeira grande crise do capitalismo mundial, marcada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, com repercussões econômicas e sociais em todo o mundo capitalista.

1957 – Fundação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com a finalidade de criar um mercado comum na Europa.

1960 – Criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (Alalc) como tentativa de integração regional latino-americana.

1973 – Crise do petróleo: o aumento do preço do petróleo, determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), provocou nova crise no sistema capitalista mundial.

1974 – Fundação do Fórum Europeu de Administração em Davos, na Suíça; em 1987 passou a ser reconhecido como Fórum Econômico Mundial.

2008 – Deflagração da crise econômica nos Estados Unidos, cujos efeitos negativos se fizeram sentir na economia em todo o mundo.

2015 – Estoura a crise dos refugiados, pela qual milhares de pessoas egressas de diferentes países tentam chegar preferencialmente à Europa ocidental, ao Canadá e aos Estados Unidos. Na América do Sul, o Brasil é o principal destino dos refugiados.

Nessa aldeia, a tecnologia permitiria a difusão imediata das notícias e manteria toda a população informada, ao mesmo tempo que tornaria as viagens cada vez mais rápidas, encurtando significativamente as distâncias. Tal mobilidade permitiria o funcionamento de um gigantesco mercado global capaz de tornar homogêneos os diferentes locais do mundo e produzir, assim, uma identidade universal que serviria de fundamento para a instauração de uma verdadeira cidadania global.

Quem escreveu sobre isso

ROLLS PRESS/POPPERFOTO/GETTY IMAGES

McLuhan previu o surgimento da internet 30 anos antes de sua criação e hoje seu trabalho contribui para a análise social dos meios de comunicação.

Herbert Marshall McLuhan

O canadense Herbert Marshall McLuhan (1911-1980) foi um filósofo e teórico da comunicação. Suas pesquisas influenciaram decisivamente a televisão e a publicidade, e seus estudos voltaram a atrair o interesse dos especialistas e do público depois da consolidação da internet, pois McLuhan previu a existência da rede mundial de computadores 30 anos antes de sua criação. Ele previu, ainda nos anos 1960, que a cultura da leitura e da escrita individual seria substituída pela mídia eletrônica, uma cultura audiovisual, e que a identidade individual daria lugar a uma identidade coletiva, em uma nova organização social, que chamou de "aldeia global". Há vários livros de sua autoria traduzidos no Brasil, entre os quais *Guerra e paz na aldeia global* (1971).

Essa visão pura e romântica da globalização é duramente criticada por especialistas da área das Ciências Humanas, como o geógrafo baiano Milton Santos, que procurou desmitificar o pensamento único. Para fundamentar seu argumento, Santos partiu de evidências sociológicas sobre a distribuição da riqueza e do poder que explicam as desigualdades sociais nos planos internacional e local para então demonstrar o caráter ideológico de tal posição sobre o momento atual do capitalismo.

Quem escreveu sobre isso

MARCOS FERNANDES/CB/D.A PRESS

Milton Santos foi um dos principais intelectuais brasileiros. Dedicou grande parte de sua vida a interpretar o fenômeno da globalização.

Milton Santos

O geógrafo baiano Milton Santos (1926-2001) foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros. Trabalhou em universidades e organizações internacionais em diferentes países, como Canadá, Venezuela, Estados Unidos e Tanzânia. No Brasil, atuou como professor titular e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). Seus estudos são diversificados e abordam principalmente urbanismo, espaço, subdesenvolvimento, geografia, globalização e urbanização. Entre os muitos livros que escreveu destaca-se *A natureza do espaço* (1996), no qual reinventa os conceitos de centro e periferia e define o caráter sociológico do espaço e a força política do lugar.

Filme

- **Encontro com Milton Santos – O mundo global visto do lado de cá**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2007.
Direção: Silvio Tendler.
Duração: 89 min.

O documentário tem como fio condutor uma entrevista com o geógrafo brasileiro Milton Santos, gravada meses antes de sua morte, em 2001. Suas falas, intercaladas com imagens que retratam diferentes aspectos econômicos, políticos e sociais do processo de globalização, sugerem uma profunda reflexão sobre o papel do Estado, da mídia e das grandes corporações no mundo atual, com base em uma abordagem crítica que aponta as contradições desse modelo.

Para destacar a relação entre a estrutura social e as desigualdades sociais, em especial as decorrentes do capitalismo, remeter à discussão do capítulo 10: Estratificação e desigualdades sociais.

De fato, a velocidade com que as notícias circulam no mundo nem sempre se traduz em informação para as pessoas. O proclamado encurtamento das distâncias atende apenas os que possuem condições financeiras de viajar. E o grande mercado global tem, cada vez mais, demarcado diferenças regionais e promovido o consumismo. Ignorância, pobreza, desemprego, incapacidade de exercer a cidadania, disputas étnicas e movimentos separatistas são situações ainda comuns no planeta e revelam a dificuldade de aceitar a visão ideológica da globalização como um processo de aperfeiçoamento do mundo.

A crítica a uma globalização livre de problemas também nos leva a pensar sobre a possibilidade de ser estabelecida outra globalização. As bases técnicas que permitem que a globalização intensifique os aspectos negativos do capitalismo internacional podem também ser usadas para promover uma globalização mais humana. O desenvolvimento tecnológico não leva necessariamente a efeitos perversos, evidenciados por desigualdades e violações dos direitos humanos. Tais consequências decorrem da forma como esses meios são empregados pela sociedade. Eles poderiam, portanto, ser utilizados para promover os ideais modernos de liberdade, igualdade e fraternidade no plano internacional.

Há evidências no mundo globalizado que justificariam essa posição, pois é possível reconhecer os potenciais democráticos e libertários que um uso alternativo da capacidade tecnológica e cultural da humanidade permitiria. Essas evidências podem ser percebidas nos seguintes fenômenos:

a) a mistura crescente de povos, culturas e costumes promove outra mistura, de filosofias e pensamentos, que lentamente acaba com a exclusividade do racionalismo europeu na construção das "verdades" do mundo;

b) a aglomeração de pessoas em áreas menores intensifica essas trocas e a produção de ideias e de ações novas, o que foi chamado de **sociodiversidade**;

c) ocorre a emergência da cultura popular, que se apropria dos meios de cultura de massa e imprime valor estético e cultural a um espaço antes ocupado pela lógica do mercado.

Sociodiversidade
Convivência das diferenças em uma sociedade com múltiplas formas de cultura e aberta a todos. Uma sociedade de oportunidades. A sociedade com sociodiversidade é multicultural, tolerante e inclusiva.

Essas evidências apontariam para a sobrevivência e o revigoramento das relações locais, abrindo a possibilidade de usar os avanços tecnológicos em prol da humanidade.

DURSUN AYDEMIR/ ANADOLU AGENCY/AFP

JOHAN ORDONEZ/AFP

Acima, reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça, 2015), evento anual que divulga os efeitos benéficos da globalização. Ao lado, marcha antes da abertura da Cúpula dos Povos, na cidade do Panamá (Panamá, 2015), evento que defende itens como a preservação dos recursos naturais, a segurança alimentar, a universalização do emprego.

3 O mundo se modifica e um novo debate se inicia

As várias facetas da globalização são traduzidas por conceitos como compressão espaço-temporal, interdependência econômica, impressão de encurtamento das distâncias, integração global, reordenação das relações de poder, surgimento de uma cultura global e consciência do aumento das diversidades. Cada uma dessas diferentes facetas é citada nos muitos discursos sobre o tema.

A oposição ao processo de globalização e a seus efeitos também inclui diferentes pontos de vista de movimentos nacionais, alguns com tendências fundamentalistas (que rejeitam a globalização e valorizam a estrutura local com posições conservadoras ou até mesmo xenofóbicas), e de movimentos antiglobalização (que denunciam a globalização como produtora de desigualdade e pobreza) ou altermundialistas.

YANG HOI-SUNG/AFP

Manifestantes protestam nas ruas de Seul (Coreia do Sul, 2010) contra o encontro do G20 – Grupo dos 20, formado pelos ministros da Economia e presidentes dos bancos centrais das 19 maiores potências econômicas, além da União Europeia.

A ideia de globalização passa a sensação de que as pessoas mudaram a forma como vivenciam o cotidiano e como percebem relações mais amplas, que fogem à experiência imediata. É o caso da popularização de telefones celulares, que influem em aspectos da vida privada, bem como das transações comerciais e dos conflitos políticos entre os países na esfera pública. Como explicar essa sensação de ruptura?

Não são novas as ideias de um mundo globalizado, no qual as pessoas iriam além de suas fronteiras nacionais e culturais e compartilhariam valores planetários comuns. É certo que a revolução tecnológica que se iniciou no final dos anos 1960, cujos efeitos só foram difundidos quase 30 anos depois, constituiu o grande diferencial entre o presente e o passado próximo.

Durante a década de 1990, foi intensamente divulgada a ideia de que as fronteiras nacionais perderiam parte do sentido e de que o mundo seria governado pelos princípios das relações comerciais autorreguladas pelas leis de mercado. O avanço tecnológico e a resposta neoliberal às crises econômicas dos anos 1970 foram responsáveis pela reorganização da produção em uma lógica pós-fordista, ao mesmo tempo que a dissolução da União Soviética acabava com o principal modelo alternativo ao capitalismo. Tudo isso fortaleceu a visão da globalização como legitimadora do pensamento único. A internet, usada como veículo de transmissão de notícias e ideias, e também para transações econômicas internacionais, levou a um novo patamar o entrelaçamento econômico, político e cultural das nações. A diversidade de informações disponíveis passou a influenciar os mais variados grupos sociais e criou novas formas de diálogo entre o global e o local.

Exemplos de possibilidades abertas pelas transformações tecnológicas, políticas e culturais decorrentes do surgimento da internet são a capacidade de mobilizar milhares de pessoas para participar de manifestações, como nos eventos da chamada **Primavera Árabe**, e a transferência de grandes quantias de dinheiro de uma parte do mundo para outra usando um computador pessoal ou um aparelho celular. Grupos e organizações de diversos tipos, como a **Al-Qaeda**, o **Anonymous**, o **Greenpeace**, entre outros, ampliaram suas bases de ação e buscam uma identidade que não se restringe a um território nacional, pois agem transnacionalmente.

O cientista político estadunidense Samuel P. Huntington (1927-2008) desenvolveu uma linha de raciocínio chamada "Choque de Civilizações", segundo a qual as identidades culturais e religiosas das populações serão as principais fontes de conflitos bélicos no mundo após a Guerra Fria. A Primavera Árabe foi abordada no capítulo 1.

Primavera Árabe
Manifestações populares ocorridas em países do norte da África e do Oriente Médio que levaram à queda de diversos ditadores nessas regiões.

Al-Qaeda
Grupo fundamentalista islâmico responsável pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Anonymous
Comunidade que atua promovendo ações em diferentes partes do mundo, relacionadas à garantia dos direitos sociais.

Greenpeace
Organização não governamental que promove ações contra a destruição de recursos naturais.

Manifestantes coordenados pelo grupo Anonymous atuam pelo mundo em defesa de diferentes causas. Na foto, eles marcham rumo ao Parlamento, em Londres (Reino Unido, 2012).

O atentado da Al-Qaeda ao World Trade Center, em Nova York (Estados Unidos, 2001) levou um Estado nacional a declarar guerra a um grupo transnacional e inseriu o tema da segurança no debate sobre a globalização.

Assim, ele se coloca na contramão de alguns pensadores, segundo os quais os Estados nacionais seriam as únicas alternativas ideológicas válidas depois do fim da Guerra Fria. Para esse autor, os conflitos de grande intensidade não terão lugar entre as classes sociais, e sim entre os povos pertencentes a diferentes entidades culturais e religiosas.

Essa ideia defendida por Huntington recebeu inúmeras críticas; algumas chegaram a afirmar que o teórico estava induzindo a confrontos por imaginar o choque cultural no contexto da globalização. Porém, a teoria serve de alerta, sendo esse o verdadeiro objetivo do pensador.

O mito da globalização

Para o cientista político argentino José María Gómez, a globalização funciona como um mito, uma ferramenta a serviço das novas estratégias de acumulação do capitalismo internacional.

Como foi produzido esse mito? O termo “globalização” passou a ser difundido no início dos anos 1980, depois de ser cunhado nas escolas americanas de administração de empresas. Contemporâneo da consolidação hegemônica do neoliberalismo, passou a fazer parte do discurso neoliberal depois de ser mencionado em livros de especialistas em estratégia e *marketing* internacional e divulgado na imprensa.

A base do mito, portanto, está na visão das grandes corporações internacionais e de grupos e classes comprometidos com a geração de lucros no universo capitalista; para estes, a globalização é um fenômeno benéfico e irreversível, pois combina as ideias de ampliação das possibilidades de lucro, de velocidade de comunicação e de tomadas de decisão em tempo real, enquanto difunde como inevitável o fato de as grandes corporações privadas ditarem as formas de organização da produção no mundo. Tal afirmação seria legitimada pelo suposto “fim do Estado” como protagonista econômico e político nas relações internacionais, uma vez que o Estado nacional seria o responsável pelas restrições ao livre-comércio que impediriam o capital financeiro internacional e as grandes corporações de agir livremente e gerar prosperidade e bem-estar para todas as nações.

Essa visão otimista e favorável à globalização foi assumida pelo pensamento neoliberal mais radical.

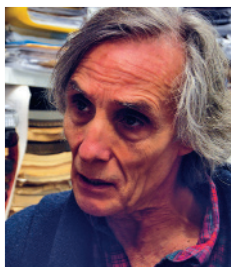
Livro

- **FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano:* uma breve história do século XXI.**

Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Thomas Friedman analisa os efeitos da globalização em linguagem jornalística e pela metáfora do achatamento do mundo. Para o autor, os indivíduos estão percebendo sua capacidade de colaborar e concorrer no âmbito mundial.

Quem escreveu sobre isso

CAMILA GRINSZTEJN

O cientista político José María Gómez, pesquisador de temas como globalização, regionalização e integração.

José María Gómez

O cientista político argentino José María Gómez (1947-) é pesquisador do Brics Policy Center, centro de estudos e pesquisa da prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a Pontifícia Universidade Católica da mesma cidade (PUC-RJ). Atua como professor e pesquisador na área de Relações Internacionais. Suas pesquisas abordam os direitos humanos, o autoritarismo e a ditadura, assim como a globalização, a regionalização e a integração. Estudou ainda o imperialismo contemporâneo, os movimentos altermundialistas, as identidades, o Mercosul e a Comunidade Europeia. O fio condutor de suas pesquisas são a cidadania e as lutas para a garantia de direitos, tanto no plano nacional quanto no plano global.

Por uma outra globalização

Independentemente da difusão do mito, entre os muitos efeitos concretos da globalização pode-se citar o aumento geral do comércio e a maior fluidez das transações financeiras. Uma importante consequência da posição liberal, que entendia esses efeitos como necessariamente positivos, foi a defesa da ideia de que as melhores soluções para as questões sociais estariam nas leis do mercado; por exemplo, quanto mais livre fosse a concorrência, melhor seria a qualidade do produto e menores os preços – o que supostamente aumentaria o consumo da população e, em consequência, a qualidade de vida – ou, ainda, quanto maior fosse a voracidade do empreendedor, maiores seriam a criatividade, a inovação e o ganho do consumidor. Seguindo esse princípio, a cidadania estaria cada vez mais associada ao consumo e cada vez menos relacionada aos direitos sociais conquistados ao longo da História.

Os aspectos negativos dos efeitos da globalização, porém, logo se fizeram notar. Nos países periféricos da economia capitalista internacional, por exemplo, as elites locais geralmente se associam ao grande capital, o que facilita a instalação das grandes corporações multinacionais, que exploram a força de trabalho e os recursos naturais pagando salários cada vez mais baixos e utilizando métodos predatórios. As consequências negativas também se revelam em situações extremas, como na exploração do trabalho infantil, no turismo sexual, que usa crianças e adolescentes, e na destruição do meio ambiente.

As críticas direcionadas ao fenômeno da globalização acabam atingindo outro alvo: a crença irrestrita no progresso, fundamentada na concepção evolucionista da História, segundo a qual o futuro será necessariamente melhor que o passado. Ao evidenciarem as mazelas criadas ou aprofundadas pelo processo de globalização, os críticos contrariam os que defendem o desenvolvimento capitalista como único destino possível para a humanidade com base nessa concepção.

Essas considerações revelam tendências tanto conservadoras e nacionalistas como universalistas e progressistas. São representadas por organizações e movimentos sociais, como ambientalistas, sindicalistas, feministas e defensores dos direitos humanos, e têm em comum a meta de viabilizar outro tipo de globalização, que garanta os direitos de todos, preserve a natureza e utilize os recursos de forma racional e justa. Ou seja, esses movimentos não se opõem ao fenômeno globalizador, mas à globalização no molde capitalista liberal, que privilegia as grandes corporações e as potências econômicas.

Essa discussão sobre relações de poder e modelo de desenvolvimento foi feita nos capítulos 6: Poder, política e Estado e 11: Sociologia do Desenvolvimento. Com base neles, fica mais fácil compreender as propostas do projeto neoliberal de globalização e também as críticas a ele.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. No *loop* da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Coleção Virando Séculos).

O autor trata da aceleração dos processos de transformações tecnológicas na passagem para o século XXI e da emergência de um mundo cada vez mais globalizado. Por outro lado, procura mostrar como, apesar da “síndrome do *loop*”, as transformações sociais do fim do século XX trazem consigo novas possibilidades de crítica e novas formas de luta social.

Filme

The Corporation (A corporação)

REPRODUÇÃO

Canadá, 2003.
Direção: Mark Achbar e Jennifer Abbott.
Duração: 145 min.

O documentário une vídeos institucionais, imagens documentais e entrevistas de personalidades como Noam Chomsky, Milton Friedman e Sir Mark Moody-Stuart (ex-dirigente mundial da Shell), além de artistas, jornalistas e executivos, para investigar a atuação das grandes corporações transnacionais no mundo contemporâneo. Por meio de uma abordagem psicológica, com análise dos crimes praticados por algumas empresas, o filme procura mostrar como o "comportamento" dessas pessoas jurídicas pode ser associado ao que se entende como psicopatologia, devido à sua busca incessante por lucro e realização "pessoal", sem nenhuma preocupação com possíveis danos causados a terceiros.

O debate sobre a globalização e seus limites envolve diferentes enfoques e prioridades, desde a dilapidação do meio ambiente e dos recursos naturais até a ampliação da exploração dos trabalhadores sob condições que lembram as do início do século XIX. As alternativas oferecidas também variam, com destaque para as que priorizam a atuação da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs), para pressionar Estados e empresas em favor das minorias. Outras propostas sugerem que os Estados enfraquecidos se unam em blocos transnacionais, a fim de enfrentar as grandes corporações, de maneira que possam voltar a regular as atividades das grandes empresas.

Nesse contexto, surgem iniciativas de alguns governos, como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), fundada por Cuba e Venezuela, que já inclui Bolívia, Nicarágua e El Salvador. A ideia é fazer frente ao imperialismo estadunidense e ao domínio de organizações internacionais, bem como às grandes corporações transnacionais.

4 Integração regional

Os processos de integração regional estão diretamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo globalizado. Novos **blocos econômicos** surgiram em meados do século XX, o que resultou em diferentes graus de integração entre os países. O diálogo econômico implica integração política. A ideia de complementar de maneira mais satisfatória a relação econômica entre os países de uma mesma região tem como finalidades o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida.

Mas nem sempre isso é possível. A integração regional muitas vezes contempla economias muito distintas. Além disso, países com menor grau de desenvolvimento industrial e tecnológico tendem a perder espaço na concorrência comercial. As ações políticas e econômicas de integração também têm impacto significativo na vida das pessoas, e muitas vezes os resultados sociais são perversos para determinados países e para populações mais vulneráveis economicamente.

A seguir, estudaremos a formação de blocos econômicos tomando como exemplo o Mercado Comum do Sul (Mercosul), uma experiência de integração regional que envolve cinco países da América do Sul, incluindo o Brasil, os quais buscam a cooperação econômica e o estreitamento de relações nos campos político, cultural e social.

A formação de blocos econômicos

A discussão sobre soberania foi feita no capítulo 6: Poder, política e Estado.

A formação de blocos econômicos é uma importante modalidade de organização do sistema internacional. Na América Latina, a procura por políticas de integração econômica tem sido uma marca importante da política externa regional.

Do ponto de vista político e jurídico, a integração a blocos econômicos é um ato soberano do Estado. No entanto, a união de diferentes países, com pesos econômicos também diferentes, que passam a assumir posições e compromissos comuns, pode conduzir a certo grau de perda de soberania ou, pelo menos, de autonomia de alguns deles.

Do ponto de vista econômico, a integração ocorre em diferentes níveis de intensidade. É também um processo político entre dois ou mais países para reduzir, total ou parcialmente, as barreiras comerciais entre eles. Pode-se distinguir pelo menos quatro grandes etapas nos processos de integração econômica:

a) Área ou Zona de Livre-Comércio (ZLC). Tem como objetivo estabelecer uma tarifa zero entre os países-membros, os quais eliminam barreiras ao comércio recíproco, mas mantêm políticas comerciais independentes em relação a outras nações. São exemplos de ZLC o Nafta (*North American Free Trade Agreement* – Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio) e a extinta Alalc (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio).

b) União Aduaneira (UA). Também denominada união alfandegária, é uma ZLC na qual os Estados-membros seguem uma política comercial comum em relação a outros países, mediante a adoção de uma tarifa externa comum (TEC). São exemplos de UA a *Zollverein* dos estados germânicos, de 1834, e o Mercosul, de 1991.

c) Mercado Comum (MC). União aduaneira em que há a livre circulação de fatores de produção (mão de obra, capitais, insumos etc.) entre os países da região, sem restrições legais. O melhor exemplo de MC foi a Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada em 1957.

JIM BOURG/REUTERS/LATINSTOCK

A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec – *Asia-Pacific Economic Cooperation*) apresenta os maiores volumes de negócios do planeta. Na foto, primeira plenária do bloco, em Honolulu (Havaí, 2011).

d) União Econômica ou Monetária (UE). Mercado comum no qual há unificação das políticas monetárias e fiscais. Com o estabelecimento da união econômica, a plena unificação dos mercados é atingida.

A constituição de um bloco econômico é a principal política de integração regional para criar e ampliar espaços internacionais ou supranacionais que permitam maior complementaridade, intercâmbio e incremento da capacidade competitiva dos países-membros em relação ao resto do mundo.

Alguns analistas destacam que essas políticas seriam etapas prévias para um mundo verdadeiramente globalizado. Outros afirmam exatamente o contrário, ou seja, que políticas de integração são reações dos países aos efeitos nocivos da globalização.

O Mercosul

A história das políticas de integração na América Latina remonta a 1815, quando Simón Bolívar publicou a *Carta de Jamaica*, conclamando os povos da região, que antes pertencia ao Império Espanhol, a se unir contra o domínio europeu e a formar uma confederação hispano-americana. Desde então, houve inúmeras iniciativas, nenhuma completamente bem-sucedida. A mais expressiva ocorreu em 1960, quando, sob inspiração da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criou-se a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (Alalc), sucedida pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), de 1980, que hoje só existe formalmente.

Nos anos 1980, no contexto da redemocratização da região, Brasil e Argentina resgataram a ideia de construir políticas de integração regional. O resultado do diálogo, ampliado pela presença do Paraguai e do Uruguai, foi a criação do Mercado Comum do Sul – Mercosul –, pelo Tratado de Assunção, em 1991.

Em 1998, foi assinado o Protocolo de Ushuaia, na cidade argentina de mesmo nome, pelos quatro Estados-membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e mais dois Estados associados (Bolívia e Chile). Nesse protocolo, foi reafirmado o compromisso democrático entre todos os Estados do Mercosul, tanto os membros quanto os associados.

Em 31 de julho de 2012, o Mercosul incluiu seu quinto membro, a Venezuela. Além deles, a instituição conta com Estados associados – os já mencionados Bolívia e Chile, além de Colômbia, Equador e Peru –, todos envolvidos em outros pactos de integração. O México e a Nova Zelândia são Estados observadores, ou seja, ainda não participam, mas pretendem participar em um futuro próximo.

Ao contrário da União Europeia, que apresenta instâncias supranacionais de poder (como ensaia o Parlamento Juvenil do Mercosul), a estrutura do Mercosul é essencialmente intergovernamental, ou seja, tudo o que for votado tem que passar pela aprovação de cada um dos Estados-membros. Dos pactos integracionistas que contam com a presença do Brasil, esse é o mais importante e um dos eixos da política externa do país.

Site

- **http://parlamentojuvenil.educ.ar/?page_id=173**

Acesso em: mar. 2016.

Site do Parlamento Juvenil do Mercosul. Apresenta propostas para o projeto "A escola que queremos". Contém material desenvolvido exclusivamente pelo IIPE (Instituto Internacional de Planejamento da Educação) da Unesco para professores e alunos, que serve de estímulo a debates sobre temas como inclusão, gênero, trabalho, participação e direitos.

A União de Nações Sul--Americanas (Unasul) é uma organização intergovernamental composta de 12 Estados da América do Sul. Criada em maio de 2008, durante a Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília, ela busca construir, em âmbito continental, uma integração cultural, social, econômica e política, respeitando a realidade das diversas nações. Na foto, vários ministros de Relações Exteriores dos países que compõem a entidade posam para foto durante a cúpula na cidade de Quito (Equador, 2015).

RODRIGO BUENDIA/AFP

REPRODUÇÃO

Logotipo da Unasul. Em sua página oficial, a organização aponta como desafios eliminar as desigualdades socioeconômicas, alcançar a inclusão social, aumentar a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir os desequilíbrios existentes, considerando a soberania e a independência dos Estados.

Com base no Protocolo de Ouro Preto, de 1994, o Mercosul tem a seguinte estrutura institucional:

a) Conselho do Mercado Comum (CMC). Órgão superior, responsável pela condução política do acordo. O CMC é formado pelos ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros e se pronuncia por meio de **decisões**.

b) Grupo Mercado Comum (GMC). Órgão executivo, responsável por fixar os programas de trabalho e negociar acordos com terceiros em nome do Mercosul. O GMC é composto dos ministérios das Relações Exteriores e da Economia e dos bancos centrais dos países-membros, e se pronuncia mediante **resoluções**.

c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM). Órgão técnico, responsável por apoiar o GMC no que tange à política comercial do bloco. Pronuncia-se por meio de **diretivas**.

Fim das barreiras e fronteiras?

Embora os processos de integração regional procurem diminuir barreiras comerciais ou culturais em sua área de influência, as fronteiras ainda são muito fortes quando se trata de imigrantes, especialmente aqueles oriundos de países da África, Ásia ou América Latina. No entanto, elas parecem livres quando se trata de circulação de mercadorias.

Para um dos mais importantes sociólogos da atualidade, o polonês Zygmunt Bauman, a mobilidade é uma das novas formas de distinção social. O mundo estaria se tornando, já há algumas décadas, cada vez mais polarizado e, ao mesmo tempo, economicamente integrado. A estrutura social, da mesma forma, estaria cada vez mais polarizada, com as possibilidades de deslocamento no espaço global figurando entre os principais fatores de distinção entre os “de cima” e os “de baixo”.

Segundo Bauman, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado pelas “pessoas que investem” – aquelas que têm o capital necessário para o investimento. Não é difícil perceber que um grande empresário tem mais e melhores meios de mobilidade que seu empregado. Mas o que ele aponta é que essa possibilidade de deslocamento tornou-se um elemento fundamental para distinguir as classes sociais em âmbito global, não só pelos meios com os quais se movimentam, mas também, ou principalmente, pelas restrições e segregações espaciais que isso acarreta.

O debate sobre os refugiados, por exemplo, ganha enorme importância quando são abordadas as questões referentes aos direitos humanos. Um exemplo foi a criação, em 1950, no seio da ONU, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) com o objetivo de proteger e auxiliar as vítimas de perseguição, da violência e da intolerância. Hoje, podemos afirmar que é uma das principais agências humanitárias do mundo.

Em 2015, milhares de refugiados sírios, fugindo da guerra civil, ultrapassaram diversas fronteiras e chegaram a vários países europeus. Tal onda imigratória gerou inúmeros debates, principalmente no que diz respeito à autonomia dos países europeus de escolher entre receber ou não esses refugiados.

Considerando as formas de deslocamento, muitos estudos sobre globalização se concentram nos fluxos migratórios. Em geral, eles indicam um movimento "periferia-centro", o que deixa claro que ainda há um "centro" no capitalismo global, para onde muitos vão em busca de melhores salários: Europa, Estados Unidos e Japão. Uma das características da última década, no entanto, vem sendo a migração sul-sul, em direção a países dependentes que vêm mantendo um dinamismo econômico capaz de atrair mão de obra (como China e Brasil).

Os limites à entrada de imigrantes e as concomitantes políticas restritivas não são a única forma de segregação espacial existente hoje. Mesmo em uma grande cidade, ou do ponto de vista do deslocamento campo-cidade, persistem velhas formas de segregação, enquanto outras são criadas. O alto custo do transporte, por exemplo, é um elemento que ainda pode excluir muitas pessoas dos benefícios que os novos meios de mobilidade oferecem.

5 Juntando e separando países

A construção de blocos regionais e a dissolução de fronteiras no processo de globalização podem ser mais bem compreendidas mediante o debate sobre integração. O princípio de "separar e juntar" (*solve et coagula*), muito importante para que os alquimistas da Idade Média entendessem o processo de transformação dos metais, também é utilizado para indicar as mudanças que ocorrem nas sociedades humanas. Essa analogia ajuda a entender a política em tempos de globalização, sintetizada nos polos: integração e fragmentação das relações internacionais.

Hoje, a integração e a globalização transformam as relações entre países. Enquanto a primeira "junta", a segunda "separa". O processo de integração regional surgiu para agregar o poder dos agentes internacionais de determinada área geográfica em torno de interesses comuns e distribuir o poder entre os diferentes Estados soberanos.

Uma das consequências dessa redistribuição de poder são as mudanças que a nova configuração traz para a compreensão dos direitos. O Estado nacional, na modernidade, define os direitos dos seus cidadãos, que, numa primeira abordagem, estão reduzidos às fronteiras nacionais. Porém, com os processos de integração regional, os direitos passam a ser pensados de duas formas principais: no âmbito do Estado e no âmbito internacional. A maior expressão da segunda forma ficou consolidada como direitos humanos.

É possível perceber que, a partir da "guerra ao terror", lançada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001, a reafirmação da soberania e a busca por ordem e segurança fizeram com que os direitos de muitos cidadãos em vários países fossem suspensos com base em uma posição arbitrária dos Estados Unidos. Esse poder unilateral fica evidente quando organizações internacionais, como a Cruz Vermelha, denunciam a existência de centenas de presos na prisão de Guantánamo (instalada em território cubano), a maioria de cidadania afegã ou iraquiana, ali mantidos sem acusação formal, sem processo constituído e sem direito a julgamento. Esse momento de exceção foi demonstrado por José María Gómez, que analisou os atos dos Estados Unidos durante os dois mandatos de George Bush (1946-), de 2001 a 2009.

Situações como essa revelam a realidade perversa da globalização, diferente do mito da cidadania global e do mundo sem fronteiras. Somada aos conflitos políticos, a competição econômica também exibe uma faceta negativa. O consumo, e não a cidadania, torna-se medida de inclusão social. A competição mediada pelo mercado e pela indústria cultural elimina mecanismos de proteção social, o que pode ter consequências como fome, pobreza, doenças, educação de baixa qualidade etc.

Jogo

Supercrise

Jogo desenvolvido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, baseado no jogo de cartas Supertrunfo, em que dados econômicos (PIB, inflação, taxa de desemprego, juro real e *rating*) de trinta nações são comparados. Além de propiciar o contato com dados de diferentes países, o jogo estimula o participante a refletir sobre os indicadores econômicos de cada país com base em uma perspectiva de comparação global. Para jogar, clique em <http://www.estadao.com.br/infograficos/supercrise-um-jogo-para-testar-seus-conhecimentos-sobre-a-economia-mundial,economia,235094>. Acesso em: mar. 2016.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE/PETTY OFFICER 1ST CLASS SHANE T. MCCOY/REUTERS/LATINSTOCK

O lado perverso da globalização também pode ser visto na atitude dos Estados Unidos de manter na prisão de Guantánamo pessoas de diferentes nacionalidades em condições que violam os direitos humanos e a Convenção de Genebra. Acima, detentos sofrem represálias de soldados na prisão (Cuba, 2002).

MANDEL NGAN/AFP

Diante da Casa Branca, na cidade de Washington (Estados Unidos, 2013), manifestantes pedem o fechamento da prisão de Guantánamo por causa das violações dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, a integração é um processo em que os Estados se reúnem, motivados por interesses, para se defender de uma ameaça comum. As decisões são tomadas de acordo com a soberania de cada país. Esse procedimento pode ser chamado de intergovernamentalismo: os Estados governam com base em princípios definidos entre si, em uma esfera supranacional que não desautoriza nem contraria os princípios nacionais de nenhum deles. Assim, o regionalismo pode ser interpretado como sinônimo de integração.

Em razão de suas contradições, existe certo ceticismo em relação aos benefícios da globalização, ao mesmo tempo que há uma visão otimista. As formas diferenciadas de ver o mesmo fenômeno foram estudadas pelos cientistas sociais britânicos David Held (1951-) e Anthony McGrew, que criaram dois conceitos para definir essas perspectivas: céticos e globalistas. Para os autores, os céticos concentram seus estudos na identidade nacional, na ação estatal, no comunitarismo, no imperialismo e nas assimetrias regionais. Os globalistas, por sua vez, dedicam-se, entre outras coisas, a estudar os fluxos, as redes, o declínio do poder do Estado, o cosmopolitismo e o multilateralismo.

Uma terceira abordagem considera a integração um **fenômeno identitário**. Sob essa perspectiva, países europeus com identidade europeia se reuniriam na Comunidade e/ou União Europeia. Por analogia, brasileiros, argentinos, uruguaios, paraguaios e venezuelanos se reuniriam em um modelo de integração comum, o Mercosul. A integração apresentaria ainda uma tendência de expansão, em vez de ficar restrita a uma região. Isso se daria por dois motivos: o primeiro seria a influência cada vez menor da soberania do Estado nacional nas decisões, já que em instituições ou órgãos internacionais integradores as decisões tenderiam a ser supranacionais, isto é, seriam legitimadas por organizações internacionais, e não por um Estado nacional; o segundo seria o fato de que essas instituições incorporariam cada vez mais Estados, indo além da região de atuação original.

Para o sociólogo libanês Amin Maalouf, o mundo atual precisa resolver os problemas globais produzidos nos últimos anos. A globalização foi conduzida principalmente pelo Ocidente (Europa e Estados Unidos) e está muito distante de atender aos ideais universalistas que ostenta como seu fundamento. Para integrar-se ao espaço defendido pelo discurso universalista, seria necessário abandonar antigas tradições ou posições nacionalistas, por exemplo. Também seria preciso organizar a coexistência, viabilizar o desenvolvimento sustentável e consolidar uma solidariedade global para evitar imposições neoimperialistas dos países centrais e evitar a dissolução das civilizações. Maalouf afirma que isso pode ser uma possibilidade para o futuro, caso o progresso se mantenha e determinadas utopias se concretizem.

Fenômeno identitário
Referindo-se à integração, remete à existência de uma cultura global que unifica pessoas de diversas partes do mundo e facilita o entendimento político entre elas com o estabelecimento de discussões e agendas políticas comuns. Para muitos, também é a identidade que sustenta os princípios de integração, pois permite o apoio de cidadãos à cessão de soberania de seus governos em determinados processos, além de amparar os governantes em decisões intergovernamentais. A identidade nacional auxilia os governantes a dirigir um Estado; a identidade regional os auxilia em um processo de integração.

Quem escreveu sobre isso

MIGUEL RIOPA/AFP

Amin Maalouf, escritor e ensaísta franco-libanês, problematiza o esgotamento das civilizações ocidental e árabe.

Amin Maalouf

O escritor franco-libanês Amin Maalouf (1949-) graduou-se em Sociologia e Ciências Econômicas na Universidade Saint-Joseph, de Beirute, no Líbano, e passou dez anos cobrindo guerras como jornalista, período durante o qual visitou cerca de 60 países. Escritor desde 1985, ficou conhecido por seus romances e ensaios, nos quais aborda antigos problemas nas relações entre Oriente e Ocidente lançando mão de perspectivas diferenciadas. Entre seus trabalhos mais comentados estão *A Cruzada vista pelos árabes* (1983) e seu ensaio *Um mundo em desajuste: quando nossas civilizações se esgotam* (2009), no qual defende que tanto o Ocidente quanto o mundo árabe precisariam, para superar os impasses das crises política, econômica e cultural da atualidade globalizada, reinventar suas crenças e produzir valores universais capazes de conduzir o mundo a um novo momento histórico.

Site

www.cplp.org

Acesso em: fev. 2016.

Site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É um espaço de cooperação e meio para uma ação coletiva, multilateral, nos mais variados setores de atividade, entre eles a educação.

Saiba mais

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Um exemplo marcante de integração política e cultural realizada no contexto da globalização pode ser visto na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização internacional criada no mês de julho de 1996, com sede na cidade de Lisboa, e constituída pelos seguintes Estados: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Os órgãos que a compõem são a Conferência de Chefes de Estado e Governo, o Conselho de Ministros, o Comitê de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo.

Embora muito se discuta sobre a dissolução de laços comunitários ou locais na era global, a formação dessa "comunidade internacional" implica uma importante discussão sobre os significados da globalização: em que medida é possível constituir novos grupos e comunidades globais, novas identidades e formas de se "inserir" na sociedade global? A inserção de nações ou regiões na nova organização geopolítica e econômica mundial é um dos principais pontos nas agendas de diversos governos, uma vez que pode criar laços política ou economicamente vantajosos na nova era da competitividade global.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: CPLP. Disponível em: <www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/bandeiras/Mapa_CPLP.jpg>. Acesso em: 24 mar. 2016.; The World Bank. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country>. Acesso em: 24 mar. 2016.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), que unifica a língua portuguesa e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, obrigatoriamente, para os países da CPLP, é um exemplo de integração cultural com desdobramentos econômicos na área editorial.

Governança
O conjunto das condições que garantem que um Estado seja eficiente. A governança pressupõe que a capacidade de governo não pode ser avaliada apenas pelos resultados da política governamental, mas também pela forma como o poder é exercido. O conceito foi definido pelo Banco Mundial em 1992, como o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo e a maneira pela qual este é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país com vistas ao desenvolvimento.

Com base nesse ponto de vista, o ideal de integração ao qual Maalouf se refere vai além do processo regional conhecido. A questão que se coloca é: como seria possível integrar um mundo completamente esfacelado, desajustado e esgotado pela globalização – em especial no que se refere às relações entre o Ocidente e o Oriente? Com um ponto de vista contrário ao processo de integração, o pensador indo-americano Parag Khanna, especialista em Relações Internacionais, mostra de que maneira está ocorrendo um retorno às relações de poder existentes no mundo medieval. Nosso mundo não seria integrado, mas fragmentado, dotado cada vez mais de conexões dispersas entre o público e o privado, submetido à influência política de organizações globais e de indivíduos de projeção mundial. A integração, portanto, não poderia ser considerada um fenômeno estável e duradouro.

O caminho para a transformação da "nova Idade Média" em um "novo Renascimento" estaria na mudança dos padrões de **governança**. Os atores principais envolvidos nos processos de integração foram os agentes estatais (por meio da diplomacia). Porém, esses mesmos agentes foram os que sentiram mais profundamente a globalização, pois cada vez mais novos atores passaram a intervir em suas decisões, como consequência da globalização das comunicações. Por conta disso, seria necessário mudar a governança, indo além dos meios de exercício do poder existentes nas escalas intergovernamental e supranacional.

Khanna propõe uma "megadiplomacia", mediante a qual uma nova geração (em especial aquela que cresceu após o fim da Guerra Fria) atuaria de forma totalmente interligada, expandindo as relações sociais para além das fronteiras e lidando com os problemas globais de maneira interdisciplinar. Esse tipo de governança seria um novo e interessante caminho para propiciar uma integração e uma (re)ação perante a globalização, uma proposta que se projeta tendo por base os problemas sociais atuais rumo a uma globalização mais humana e democrática.

Filme

◆ **Surplus**

REPRODUÇÃO

Suécia, 2003.
Direção: Erik Gandini.
Duração: 54 min.

O documentário chama a atenção pela forma como as imagens e falas são editadas, num ritmo surpreendente. Trata da questão do consumo no mundo globalizado, com ênfase em realidades distintas. O filme mostra também imagens da Índia para revelar a exploração do trabalho, a degradação ambiental e exemplificar a maneira como a lógica do consumo vem alterando as relações sociais.

Quem escreveu sobre isso

MARCO SECCHI/GETTY IMAGES

Para Parag Khanna, as decisões dos países do Segundo Mundo podem alterar o equilíbrio global do poder.

Parag Khanna

O indo-americano Parag Khanna (1977-), nascido em Kampur, na Índia, é PhD em Relações Internacionais pela London School of Economics. Intelectual global amplamente citado, participa de forma ativa dos meios de comunicação de todo o mundo, tendo vários artigos publicados. Em 2008, foi consultor de política externa da campanha de Barack Obama (1961-) à presidência dos Estados Unidos. Seu primeiro livro, *O Segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global*, publicado em 2008, foi *best-seller* internacional, traduzido em mais de 20 línguas. Nessa obra, Khanna analisa as transformações globais em curso com base na perspectiva dos Estados emergentes e considera a ascensão de um "Segundo Mundo" muito importante para o futuro, na medida em que possibilita uma nova governança global, capaz de fazer a transição de um mundo "neomedieval" para um novo "Renascimento". De acordo com o especialista, na atualidade, a expressão "Segundo Mundo" diz respeito a 40% das nações que têm características do Primeiro e do Terceiro Mundo simultaneamente, como a Índia, a Rússia, o Irã e o Brasil.

Saiba mais

Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial (FSM) surgiu em 2001, na cidade de Porto Alegre, quando representantes de organizações e movimentos sociais de diversos países se reuniram para defender um modelo alternativo de globalização. Desde então, o evento tem ocorrido anualmente em diferentes lugares do mundo (Brasil, Índia, Quênia, Mali, Venezuela, Tunísia) com um público estimado superior a 1 milhão de participantes se somarmos todas as suas edições, tornando-se o contraponto do Fórum Econômico Mundial (FEM), realizado anualmente em Davos, na Suíça, que reúne os representantes das instituições mais poderosas do mundo e os líderes políticos dos países mais ricos.

REPRODUÇÃO

Cartaz da edição de 2015 do Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Túnis (Tunísia).

Entre as principais discussões do FSM está o esgotamento do modelo neoliberal e a proposta de modelos alternativos de organização econômica, política e social. Em 2005, de volta à capital gaúcha, o FSM lançou, como alternativa ao Consenso de Washington, o Consenso de Porto Alegre, um manifesto com propostas de medidas para uma globalização que ofereça autonomia às pessoas e aos povos, com justiça e democracia.

As medidas propostas no manifesto são:

Econômicas

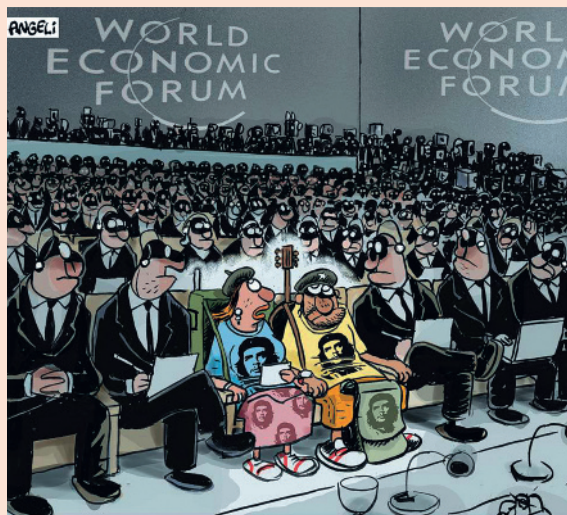
- Cancelamento da dívida externa para os países do sul global (com foco na América Latina e na África).
- Estabelecimento de uma taxa internacional para grandes transações, a fim de evitar a especulação financeira internacional.
- Fim dos paraísos fiscais.
- Direito universal a emprego, proteção social e aposentadoria.
- Promoção da economia solidária e rejeição da economia livre, com ênfase na importância de serviços públicos como educação, saúde, serviços sociais e direitos culturais, que devem estar acima dos direitos comerciais.
- Garantia da soberania alimentar a todos os países, com estímulo ao campesinato e à agricultura familiar.
- Abolição de patentes sobre conhecimento e bens essenciais.

Para a paz e a justiça

- Adoção de políticas públicas para lutar contra o racismo, a discriminação, o sexismo, a xenofobia, o antissemitismo e a intolerância religiosa, além do reconhecimento pleno dos direitos políticos, culturais e econômicos dos indígenas.
- Adoção de medidas para deter a destruição ambiental e amenizar o aquecimento global com base em modelos alternativos de desenvolvimento econômico.
- Desmantelamento de todas as tropas de todos os países, exceto as que estão sob ordem explícita da ONU.

Democráticas

- Garantia do direito à informação e do direito de informar, com descentralização da produção de conteúdo noticioso e enfraquecimento do poder da grande mídia. Garantia de autonomia para os jornalistas das mídias alternativas.
- Reforma de instituições internacionais baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e incorporação do Banco Mundial, do FMI e da Organização Mundial do Comércio (OMC) à ONU.

ANGELI

A charge satiriza a diferença entre as grandes potências do Fórum Econômico Mundial e as alternativas e críticas ao modelo de desenvolvimento vigente.

Considerações sociológicas

Um panorama do debate sociológico sobre a globalização

Néstor García Canclini (1939-), antropólogo argentino radicado no México, escreveu sobre a globalização, definindo-a como "objeto cultural não identificado". Não há consenso acadêmico sobre quando a globalização teria começado, nem quanto à definição de seu conceito. Os autores que situam a globalização no século XVI, no início da modernidade ocidental e da expansão capitalista, privilegiam seus aspectos econômicos. Em contrapartida, os que privilegiam a análise das nuances culturais, políticas e comunicacionais estabelecem o fim da Guerra Fria e o desaparecimento da URSS como marcos para as transformações globais e a expansão de mercados planetários.

Canclini situa o início da globalização na segunda metade do século XX, compreendendo que é resultado de dois processos anteriores: a internacionalização e a transnacionalização. As Grandes Navegações e a abertura comercial da Europa para o Oriente e a América Latina constituíram a internacionalização, que abriu caminho para a transnacionalização com a criação de empresas independentes dos Estados de origem. Como exemplo desse momento Canclini cita as telenovelas mexicanas e brasileiras, que acabaram se tornando muito populares na China e na Itália, além dos filmes de Hollywood, divulgadores da visão estadunidense de mundo.

Sem cair no determinismo tecnológico, Canclini afirma que os novos fluxos comunicacionais, possibilitados pelas tecnologias da informação, forjaram a construção de produtos simbólicos globais e de novas percepções da produção espaço-tempo, o que caracteriza o atual momento globalizado, marcado pela fragmentação e pela coexistência de múltiplas narrativas. A globalização não apenas homogeneíza, mas também fragmenta, desagrega e cria desigualdades, além de espalhar sedução e pânico.

Canclini afirma que pode existir um outro lado desse processo de globalização, não tão homogeneizador, mas também que se adapta e resiste.

Para esse autor, a homogeneização dos padrões referenciais de consumo por parte do mercado pode vir a enfraquecer aspectos materiais e imateriais das culturas locais, tendo, assim, um caráter negativo. Contudo, Canclini reconhece que o acesso a outras expressões culturais pode tanto promover a incorporação de novas referências culturais quanto afirmar a identidade local daquilo que se apresenta como o padrão global, o que teria um caráter essencialmente positivo.

Uma canção de Gonzaguinha (1945-1991) pode ajudar a entender a relação do regional com o global:

From United States of Piauí

A minha prima lá do Piauí
Deixou de fazer renda só pra ver novela
A minha prima lá do Piauí
Não bebe mais garapa, vai de Coca-Cola

Luz de candeia não se usa mais
Luz artificial substitui o gás
Calça de couro, alvorá de brim
Deram seu lugar pra tal de calça Lee

A minha prima escreveu pra mim
E não fala venha cá, só fala *come here*
Vou mandar minha resposta breve
Para o United States of Piauí

GONZAGUINHA. *Gonzagão e Gonzaguinha juntos*. Sony/BMG/RCA, 1991.

Direito e sociedade

Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

As Convenções da OIT, organização criada em 1919, são normas internacionais que procuram promover direitos e coibir práticas perniciosas no mundo do trabalho. Os Estados-membros da OIT assinam e ratificam essas convenções a fim de implementá-las, seja na forma de lei, seja como práticas relacionadas às condições laborais de cada país. A Convenção 29, ratificada pelo Brasil e por outros Estados-membros, proíbe qualquer prática de trabalho forçado ou obrigatório, definido como "todo trabalho ou serviço exigido de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual a pessoa não se tenha oferecido espontaneamente". Segundo a ONU, calcula-se que cerca de 21 milhões de pessoas são vítimas de trabalho forçado, uma prática ligada principalmente, mas não apenas, à migração.

APU GOMES/FOLHAPRESS

O trabalho escravo, que por mais de 300 anos foi a base da força de trabalho no Brasil, ainda está presente em nosso país. Contudo, diferentemente do passado, hoje o Estado atua na repressão a essa forma ilegal de atividade. Na imagem, fiscais do Ministério Público constatam trabalho escravo numa oficina de tecelagem na cidade de Americana (SP, 2013).

Atividade

Leia a matéria de jornal reproduzida a seguir.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) vão apurar a ligação das Lojas Americanas com uma oficina de costura que mantinha trabalhadores em condição análoga à de escravidão. Após realizar uma fiscalização em janeiro, os órgãos flagraram a situação na cidade de Americana (SP).

[...]

A empresa, que fornecia roupas infantis à Lojas Americanas, foi alvo de investigações pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região, que abarca o interior de São Paulo, e MTE no dia 22 de janeiro [de 2013]. Fiscais dos órgãos encontraram cinco bolivianos trabalhando em condições análogas à escravidão em uma oficina de costura contratada pela Hippychick em Americana (SP). De acordo com o MPT, a Hippychick Moda Infantil teria como única cliente a Americanas.

[...] Após a fiscalização, realizada no dia 22 de janeiro, a Hippychick recebeu 23 multas pelas irregularidades encontradas. [...].

A companhia firmou ainda um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), no qual se comprometeu a pagar uma indenização de R$ 5 mil a cada trabalhador encontrado em situação análoga à escravidão. Em caso de descumprimento a companhia pagará multa de R$ 100 mil, que será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

[...].

MENGARDO, Bárbara. Ministério do Trabalho investiga Lojas Americanas. Disponível em: <http://metalurgicos.org.br/noticias/ministerio-do-trabalho-investiga-lojas-americanas/>. Acesso em: mar. 2016.

Em grupo, tentem responder às seguintes questões.

1. Quais foram os crimes realizados pela confecção investigada e denunciados pelo MPT?
2. O trabalho forçado sempre foi criminalizado no Brasil? O que mudou? Qual é a importância da lei na regulamentação das relações entre trabalhadores e patrões?
3. Quais são os motivos de ainda hoje persistirem formas de trabalho análogas à escravidão e que meios poderiam ser usados para combatê-las?

Tensões sociais expressas no muralismo mexicano de Diego Rivera

O homem controlador do Universo (1934), de Diego Rivera. Mural, 4,46 × 11,46 m. O artista mexicano foi um representante do Movimento Muralista.

As obras muralistas de Diego Rivera (1886-1957) demonstram a integração entre a Política e a História por meio de um novo modo de expressão artística que vem ocupar espaços urbanos com o uso de grandes painéis. O Movimento Muralista mexicano, do qual Diego Rivera faz parte, propõe o rompimento com a pintura tradicional, aquela feita em cavaletes e pensada para ser exibida em espaços socialmente delimitados e selecionados, como os museus. Por meio dessa nova proposta, a arte vai até o público nos lugares onde as pessoas circulam, no seu cotidiano. Muros, estações de trem e de metrô, paredes de prédios são espaços em que as obras passam a ter outra magnitude. Isso ocorre porque, tanto por seu tamanho físico como por seus objetivos, tais obras traduzem, por meio de expressão artística visual, uma série de tensões sociais e políticas, explicitando circunstâncias históricas de opressão e incentivando o necessário rompimento com essas conjunturas. Desse modo, o Movimento Muralista está vinculado à Revolução Mexicana, que se deu no início do século XX e expressa a necessidade de o México, assim como os demais países colonizados, alcançar maior autonomia cultural, política e econômica. Ao atingir as massas, o Movimento Muralista assume seu papel social de catalisar processos de crítica à hegemonia imperialista e de promover a discussão sobre aspectos históricos muitas vezes silenciados.

A imagem acima apresentada é uma das obras muralistas de Diego Rivera. Ela começou a ser executada entre 1932 e 1933, no Rockefeller Center, em Nova York (Estados Unidos), mas, por ter conotações revolucionárias, foi censurada. Pediu-se que a imagem de Lenin fosse retirada da pintura. Discordando dessa interferência política em sua obra, Rivera decidiu reiniciar a execução do mural em outro local, situado no México, onde foi concluída (em 1934) e renomeada como *O homem controlador do Universo* (antes se chamava *O homem na encruzilhada dos caminhos*). Nela, encontramos uma síntese da polarização ideológica da época, na qual o capitalismo e o socialismo enfrentavam-se em competição de teor bélico, científico, político e econômico. A obra pintada em Nova York foi primeiro coberta e em seguida destruída.

Atividade

Em grupo, pesquisem sobre um dos temas a seguir e partilhem suas descobertas com a classe.

1. História de vida de Diego Rivera: trajetória pessoal, apresentação de sua formação e de suas principais referências artísticas, sua inserção política na sociedade mexicana.

2. Caracterização do Movimento Muralista mexicano: identificação de suas origens, os principais propósitos e realizações de seus integrantes, a repercussão no México e em outros países.

3. Caracterização da Revolução Mexicana: apresentação dos motivos que levaram à eclosão dessa revolução e as associações entre os interesses dos integrantes da Revolução Mexicana e algumas das obras do Movimento Muralista.

Atividades

Reflexão e revisão

Questão 1

As bases técnicas que permitem que a globalização intensifique os aspectos negativos do capitalismo internacional podem também ser usadas para promover uma globalização mais humana. A internet, a telefonia celular e as comunidades regionais e internacionais são alternativas que ampliam as possibilidades de a humanidade resolver seus problemas de forma conjunta.

Com base na leitura do capítulo e em suas reflexões, realize as atividades a seguir.

1. A globalização costuma ser interpretada de formas otimistas e pessimistas. Defina globalização e apresente argumentos que expliquem essas duas posições.

2. Relacione os meios pelos quais o mito da globalização contribui para reforçar seus aspectos perversos.

3. De que forma os processos de integração regional também produzem fragmentação? Os fluxos migratórios internacionais são exemplo de qual desses processos?

Questão 2

Grande parte dos estudos sobre globalização a definem como um fenômeno contemporâneo, que emergiu em função das inovações tecnológicas que permitiram a intensificação das trocas econômicas e culturais em escala mundial nas últimas décadas do século XX. No entanto, como sugere a charge, é possível entender a globalização como um longo processo que se inicia ainda no século XV, no contexto do expansionismo mercantilista europeu.

DORINHO

A respeito das diferentes fases da globalização, considere as afirmativas a seguir.

I – A formação de uma economia mundializada acabou por trazer consequências negativas para os povos colonizados nos séculos XV e XVI, como a tomada das terras das populações nativas, sua escravização e a imposição de novos valores culturais.

II – O fenômeno da globalização envolve a realização de contatos entre diferentes culturas, contatos estes que têm se dado tanto pela imposição violenta como pela assimilação passiva de elementos culturais pelos povos tradicionais, o que facilita sua inserção nos circuitos da economia global.

III – Segundo uma perspectiva crítica, é possível afirmar que a globalização, em sua fase contemporânea, teria o poder de atualizar as formas de dominação existentes desde o período da conquista do "Novo Mundo" pela Europa, introduzindo novas técnicas na dinâmica de transferência de riquezas dos países pobres para os ricos.

Indique a alternativa que está de acordo com a interpretação sobre a globalização expressa na charge e presente no texto inicial:

a) só a afirmativa I.

b) as afirmativas I e II.

c) as afirmativas II e III.

d) as afirmativas I e III.

e) as afirmativas I, II e III.

Questão para debate

Tudo isso está ocorrendo na era de uma globalização dramaticamente acelerada, que gera crescentes disparidades regionais no nosso planeta. A globalização produz, pela sua própria natureza, crescimentos desequilibrados e assimétricos. Isso também põe em destaque a contradição entre os aspectos da vida contemporânea que estão sujeitos à globalização e às pressões da padronização global – a ciência, a tecnologia, a economia, várias infraestruturas técnicas e, em menor medida, as instituições culturais – e os que não estão sujeitos a ela, principalmente o Estado e a política. A globalização leva logicamente, por exemplo, a um fluxo crescente de trabalhadores migrantes das áreas pobres para as ricas, mas isso produz tensões políticas e sociais em diversos países afetados, sobretudo entre os países ricos da

> velha região do Atlântico Norte, ainda que, em termos globais, esse movimento seja modesto: mesmo hoje, apenas 3% da população mundial vive fora do país de nascimento. Ao contrário do que acontece com as movimentações do capital, das trocas comerciais e das comunicações, os Estados e a política têm logrado, até aqui, impor obstáculos eficazes às migrações dos trabalhadores.
>
> HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 43.

A imigração motivada pela necessidade de emprego é uma realidade no mundo atual. E uma pergunta muito importante que se coloca é: quais são as políticas econômicas e de imigração necessárias para lidar com essa questão, tendo em vista as pressões internas do país (proteger seus trabalhadores), as pressões de vizinhos de projetos de integração (reduzir as restrições alfandegárias e de mobilidade da mão de obra) e o processo de globalização (integração comercial)? Na sua opinião, como um país deve agir com relação a esses três tipos de força quanto à imigração? Escolha um caso e explique ações e/ou reações do Estado com as três forças ou processos citados.

Exame de seleção

(Enem, 2011)

> No mundo árabe, países governados há décadas por regimes políticos centralizadores contabilizam metade da população com menos de 30 anos; desses, 56% têm acesso à internet. Sentindo-se sem perspectivas de futuro e diante da estagnação da economia, esses jovens incubam vírus sedentos por modernidade e democracia. Em meados de dezembro, um tunisiano de 26 anos, vendedor de frutas, põe fogo no próprio corpo em protesto por trabalho, justiça e liberdade. Uma série de manifestações eclode na Tunísia e, como uma epidemia, o vírus libertário começa a se espalhar pelos países vizinhos, derrubando em seguida o presidente do Egito, Hosni Mubarak. *Sites* e redes sociais – como o Facebook e o Twitter – ajudaram a mobilizar manifestantes do norte da África a ilhas do Golfo Pérsico.
>
> SIQUEIRA, C. D., VILLAMÉA, L. A epidemia da Liberdade. *IstoÉ Internacional*. 2 mar. 2011 (adaptado).

Considerando os movimentos políticos mencionados no texto, o acesso à internet permitiu aos jovens árabes

a) reforçar a atuação dos regimes políticos existentes.

b) tomar conhecimento dos fatos sem se envolver.

c) manter o distanciamento necessário à sua segurança.

d) disseminar vírus capazes de destruir programas dos computadores.

e) difundir ideias revolucionárias que mobilizaram a população.

Questão para pesquisa

Visite o *site* do Greenpeace <www.greenpeace.org/brasil/pt> (acesso em: fev. 2016) – e pesquise informações sobre alguma das práticas de militância ecológica realizada por essa organização. As atividades do Greenpeace consistem em utilizar os mecanismos próprios da globalização e do capitalismo para influenciar a política ambiental das multinacionais. Anote:

- A missão dessa organização global.
- Atitudes e propostas que criem uma consciência política planetária e que ultrapassem as políticas nacionais.

Em seguida, formem grupos (de três a cinco alunos) e discutam com os colegas:

- As possibilidades que a internet e as tecnologias móveis e portáteis oferecem aos cidadãos no sentido de uma maior participação política.
- De que forma o conjunto do sistema midiático contemporâneo torna a opinião pública cada vez mais global.

Com os dados da pesquisa, cada grupo apresentará para a turma suas conclusões sobre as seguintes questões:

- Existe um consenso planetário acerca das bandeiras levantadas pelo Greenpeace?
- O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação promove uma visibilidade que pode ser usada para controlar e monitorar os indivíduos. Que reflexões essa questão suscita?
- É possível falar em opinião pública mundial?

Educação sem fronteiras para o desenvolvimento global

A globalização é uma dinâmica social produzida também pelos novos meios de comunicação, que permitem que um número cada vez maior de indivíduos estabeleça contato com pessoas e instituições dos mais diferentes países. Com esse contato, é possível acompanhar as transformações a respeito dos mais variados temas, entre eles o significado e os meios para o desenvolvimento, antes praticamente restritos ao debate nacional. Agora, não são mais apenas os governos que, pelo trabalho de seus agentes diplomáticos, estabelecem as pautas dos debates internacionais sobre o desenvolvimento das nações. Organizações não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e associações com diversos objetivos encontram na arena internacional mais um palco para trocarem informações e organizarem os meios de ação para atingir seus objetivos. Você também pode contribuir para esse debate global. É possível estabelecer contato com pessoas e instituições de outras nações de diferentes maneiras, de acordo com a infraestrutura de comunicação disponível em sua escola ou bairro.

Que tal realizar uma troca de experiências por meio de um intercâmbio com uma escola, um movimento social ou uma instituição estrangeira comprometida com o importante fator de desenvolvimento que é a educação? Existem organizações e instituições que debatem esse tema no mundo inteiro.

São exemplos de instituições interessadas em intercâmbios: grêmios estudantis, uniões de estudantes e comitês de defesa da educação. Essas manifestações de ação coletiva já vivem os benefícios que a internet e a comunicação móvel levaram para a prática de mobilização social e promoção da cidadania.

RENATO S. CERQUEIRA/FUTURA PRESS/FOLHAPRESS

No fim de 2015, os estudantes das escolas estaduais de São Paulo agiram coletivamente para reabrir as escolas que foram fechadas por decisão do governo. Os alunos, por meio das redes virtuais, articularam-se e pediram contribuições da sociedade civil, que passou a participar ativamente do movimento. Depois de aproximadamente dois meses, os estudantes conseguiram manter abertas suas escolas, aprenderam sobre cidadania e participação política, ao mesmo tempo que se mostravam protagonistas no embate político. Na foto, protesto de estudantes da rede pública na Avenida Paulista, em São Paulo (SP, 2015).

Passo a passo

Com a colaboração e a orientação de seu professor, sua turma deverá planejar, executar e avaliar os resultados de um intercâmbio para discutir a educação e o lugar dos jovens estudantes nesse debate.

1. Primeiro, é preciso escolher a escola, a associação ou o movimento social com o qual se estabelecerá o intercâmbio. Isso pode ser feito por meio de uma pesquisa na internet. Considerem as possibilidades de parceiros possíveis e façam uma primeira seleção de eventuais correspondentes para depois escolher aquele ao qual vocês vão propor o intercâmbio. De acordo com as respostas e o desenvolvimento do diálogo, é possível que o intercâmbio se transforme em uma rede internacional dos grupos envolvidos no debate sobre a educação.

2. Uma vez escolhida a escola ou instituição à qual se irá propor o intercâmbio, é preciso estabelecer a forma de correspondência. Em geral, o que mais se presta a isso é a utilização de correspondência eletrônica: por meio da troca de *e-mails*. Outra opção é organizar a criação de um grupo de discussão ou mesmo de um *site* ou *blog* administrado conjuntamente. Trocar cartas escritas à mão com pessoas de tão longe também pode proporcionar uma experiência enriquecedora e fora da rotina da comunicação atual.

3. O grupo deve ter claros, portanto, os objetivos do intercâmbio proposto. Exemplos de pontos para a elaboração dos objetivos poderiam ser a troca de experiências sobre a vida escolar, seus aspectos positivos, as dificuldades e as propostas necessárias para construir "a escola que queremos" (tema de debate no Parlamento Juvenil do Mercosul, cujo *site* está indicado na página 291). Os objetivos devem ser determinados pelo grupo e podem envolver a construção de uma agenda comum de interesses na qual sejam explicitadas semelhanças, diferenças, características locais e globais de cada um dos parceiros. Outro aspecto que não pode faltar nos objetivos da parceria estabelecida consiste na elaboração das possibilidades comuns de ação.

   Um roteiro da atividade poderia ser apresentado da seguinte forma:

   - Questão orientadora (exemplo: como a cooperação internacional pode promover o desenvolvimento da educação local?).
   - Objetivos da atividade (exemplo: integrar a turma ou a escola em redes internacionais de discussão sobre educação; melhorar as condições de estudo na própria escola; desenvolver conhecimentos e habilidades, como escrever cartas, organizar um grupo de discussão eletrônico; organizar debates; planejar campanhas e atividades de conscientização e reivindicação; conhecer os direitos civis em relação à educação; valorizar a diversidade; combater o etnocentrismo).
   - Avaliar os resultados (exemplo: apresentar respostas possíveis para a questão orientadora por meio de palestra de especialista ou apresentação da turma; videoconferência com especialista ou turma estrangeira; *site*, *blog* ou grupo de discussão; assembleia de alunos; publicação impressa ou eletrônica; organização de campanha informativa; comitê de mobilização social pela educação).

Vocês verão que os meios de comunicação atuais tornam o mundo menor e que o aprendizado produzido com as trocas de experiências culturais é enriquecedor e capaz de transformar nossa forma de pensar. Aprender a refletir sobre a experiência dos outros nos permite desenvolver ideias novas, que nunca teríamos sozinhos ou se nos mantivéssemos restritos aos nossos próprios grupos culturais. Quem sabe a resposta para a superação dos obstáculos que impedem, por exemplo, a universalização de uma educação de qualidade não será produzida com base em propostas inovadoras construídas com as ideias geradas pelas diversas culturas envolvidas em um diálogo livre e solidário?!

UNIDADE 6

A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção

ROGERIO REIS/TYBA

A nova configuração das cidades e megalópoles, assim como as transformações no clima e os novos conceitos de gênero e sexualidade, cria desafios para os estudiosos da Sociologia. Na imagem, mulheres operárias trabalham na construção da Vila Olímpica, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro (RJ, 2015).

CAPÍTULO 13

Sociedade e espaço urbano

DADO PHOTOS/SHUTTERSTOCK

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Conhecer as principais teorias sobre os fenômenos sociais que ocorrem no espaço urbano.
- Identificar os interesses e os agentes envolvidos na dinâmica social da cidade.
- Compreender os conflitos urbanos e suas manifestações, como a violência e a segregação.
- Avaliar os princípios que orientam a administração pública das cidades.

A cidade é palco de conflitos de interesses que promovem padrões de ocupação do espaço e de convívio pelos quais a cultura é produzida e transformada. Também é lugar privilegiado para a análise da prática da política e dos obstáculos para a construção da democracia. Na foto, vista aérea da cidade de São Paulo (SP, 2015), maior conglomerado urbano do país.

PAULO PAIVA/DP/D.A PRESS

No mundo contemporâneo, a cidade é também o espaço de convergência de manifestações culturais que envolvem milhares de pessoas. Na imagem, vista aérea do desfile do bloco Galo da Madrugada em Recife (PE), no carnaval de 2015.

MARCELO THEOBALD/EXTRA/AGÊNCIA O GLOBO

Na cidade, as contradições da organização do espaço e os problemas de mobilidade são vividos cotidianamente. Na imagem, vista da plataforma da estação de trem de São Cristóvão, no Rio de Janeiro (RJ, 2014).

Questão motivadora

Como promover o desenvolvimento das cidades conciliando crescimento econômico, gestão democrática e justiça social para todos os seus habitantes?

Site

◆ **www.cufa.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

Site da Central Única das Favelas, organização brasileira que se propõe a construir formas de inclusão social, por meio da promoção de cursos e concursos com a temática urbana e da segregação socioespacial nas regiões periféricas do país.

Desenvolvimento urbano

Mais que apenas desenvolvimento econômico e crescimento da cidade, desenvolvimento urbano é a conquista de melhor qualidade de vida e de justiça social.

1 Primeiras palavras

Juliana aguarda ansiosa a chegada do carnaval. Moradora de uma metrópole brasileira, gosta de participar, assim como tantos outros jovens, dos eventos culturais de sua cidade. No momento, só não conseguiu resolver o problema do retorno para casa após os desfiles, pois mora distante da região central e as principais atrações e eventos ocorrem longe de seu bairro. E sua cidade convive com uma série de problemas, como o sistema de transporte ruim, os casos de violência urbana, o alto custo das moradias e o fato de que o Estado só investe e promove eventos nas áreas centrais. Ela sabe das dificuldades que enfrentará, mas não desiste, pois entende que a cidade deve ser um espaço para todos, e não somente para os que possuem mais dinheiro e poder.

Situações como a vivida por Juliana interessam à **Sociologia Urbana**. Esse ramo da Sociologia compreende um conjunto de conhecimentos teóricos que permitem refletir sobre a realidade dos grandes centros. Somando-se aos estudos históricos e geográficos, a perspectiva sociológica da cidade se concentra nas dinâmicas que a tornam o centro da organização social da modernidade. Por meio desses estudos, é possível compreender como e por que as cidades se desenvolvem como resultado de relações sociais, bem como reconhecer suas diferentes formas.

Os interesses conflitantes nas cidades mobilizam de maneira específica a população, o capital e o Estado, o que afeta diretamente a vida de seus habitantes. Tais embates podem ser percebidos na distribuição espacial de serviços e de infraestrutura, na violência – que não está associada apenas ao aumento da criminalidade, mas principalmente às desigualdades e às contradições presentes na raiz do **desenvolvimento urbano** –, e nas diferentes formas de organização e de atuação política, como a luta pelo direito à cidadania e à moradia.

Cronologia

1859 – A população urbana ultrapassa, pela primeira vez no mundo, a rural, devido ao processo de urbanização desencadeado pela Revolução Industrial.

1890 – Fundação da Universidade de Chicago, na qual surgiu a Sociologia Urbana. Sua perspectiva influenciou as pesquisas sociais sobre a cidade durante a primeira metade do século XX.

1902 – Georg Simmel publica o ensaio *A metrópole e a vida mental*, no qual estuda a vida nas cidades, que se tornam cada vez maiores e com redes de interação cada vez mais complexas.

1960 – Inauguração de Brasília, marco do planejamento urbano no Brasil.

1970 – A população urbana brasileira ultrapassa a rural e representa 56% da população total; no Censo de 2010, do IBGE, a taxa de urbanização chega a 84%.

1972 – Publicação de *A questão urbana*, de Manuel Castells, marco da Nova Sociologia Urbana, que traz para o estudo das cidades uma perspectiva de conflito fundamentada na teoria marxista da luta de classes.

1989 – A política de orçamento participativo é implementada em Porto Alegre (RS). Surgida dos debates ocorridos durante a elaboração da Constituição de 1988, essa prática permite aos cidadãos influenciarem na definição dos orçamentos de seus municípios.

1992 – Distúrbios provocados por ações racistas da polícia ocorrem em diversas cidades dos Estados Unidos envolvendo pessoas negras e policiais, com um saldo de 59 mortos e 2.328 feridos. A segregação e a exclusão opõem policiais e moradores dos subúrbios.

2001 – Com a denominação oficial dada pela Lei nº 10.257, de 10 de julho, o Estatuto da Cidade regulamenta a política urbana brasileira, tendo por princípios básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade.

2009 – A cidade do Rio de Janeiro é escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Também seria uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

2013 – Luta pelo passe livre e pela tarifa zero acende debate sobre o problema da mobilidade urbana e funciona como estopim de manifestações que levam milhares de pessoas às ruas em todo o Brasil.

2 Ordem × conflito: duas perspectivas sobre as cidades

De modo geral, as cidades surgiram como resultado de transformações sociais abrangentes que modificaram as estruturas econômicas, políticas e culturais das sociedades em diferentes momentos históricos.

Como veremos ao longo deste capítulo, o objeto privilegiado de estudo da Sociologia será a cidade industrial moderna. As transformações radicais promovidas pelas revoluções Industrial e Francesa desenvolveram a industrialização capitalista e a democracia liberal representativa, assim como criaram novos modos de vida e conflitos urbanos inéditos na história da humanidade.

As novas relações sociais geraram conflitos de interesses, avidamente defendidos pelas partes beneficiadas, posto que, de um lado, encontravam-se os proprietários dos meios de produção, muitas vezes associados, e, de outro, os sindicatos que representavam os trabalhadores dos mais diversos setores. Ainda hoje, a oposição entre os interesses das classes dominantes e do restante da população é a base de grande parte dos conflitos observados no espaço urbano.

Apesar de continuarmos a utilizar o termo "cidade" para falar de realidades distintas (da Antiguidade e da atualidade), a cidade contemporânea representa um fenômeno historicamente novo, que, por vezes, é traduzido em novos conceitos, como metrópole ou megalópole. Não é por outro motivo que o estudo científico das cidades é concomitante ao desenvolvimento capitalista e à própria Sociologia. Portanto, o estudo das cidades pelas Ciências Sociais é feito com base em relações sociais travadas no ambiente urbano.

Duas abordagens se destacam tendo em vista esse princípio. Uma que enfatiza os aspectos de uma ordem implícita por trás do aparente caos urbano – representada principalmente pela Escola de Chicago – e outra que enxerga nos conflitos sociais contemporâneos a chave para a compreensão da organização social e espacial das cidades – como o pensamento da Nova Sociologia Urbana, de cunho marxista.

Site

◆ **www.uclg.org**

Acesso em: mar. 2016.

Site sobre as "Cidades Unidas", instituição mundial voltada para a cooperação democrática entre cidades, regiões e locais, com sede em Barcelona. A instituição congrega principalmente prefeitos e governadores.

LONDON STEREOSCOPIC COMPANY/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

As cidades industriais do século XIX reuniam multidões e estabeleciam relações sociais próprias dos centros urbanos: trabalho, política e cultura ganharam novas dimensões, que a Sociologia procurou compreender. Londres, Reino Unido, cerca de 1890.

JARBAS OLIVEIRA/FOLHAPRESS

A Polícia Militar e ocupantes da área do Cocó em Fortaleza entram em confronto (CE, 2013). Os manifestantes montaram acampamento para impedir a construção de viadutos pela Prefeitura. A questão habitacional é exemplo de conflito de interesses entre o capital e os trabalhadores.

A influência da Escola de Chicago: ordenamento ecológico da cidade

Relação ecológica
A Ecologia é um ramo da Biologia que estuda as relações entre os organismos e entre estes e o meio ambiente. Esse princípio foi transposto para a vida em sociedade dos seres humanos e constituiu a Ecologia Humana, ou Ecologia Urbana, que pesquisa a relação dos grupos sociais (imigrantes, minorias étnicas, trabalhadores etc.) entre si e entre eles e o ambiente (bairro, gueto, residência etc.).

Você já ouviu falar de analogias entre cidades e selvas, ruas e veias, pessoas e formigas? Durante a primeira metade do século XX, surgiu nas Ciências Sociais uma forma de compreensão do espaço urbano como ecossistema, ou seja, uma visão que defende haver um desenvolvimento de **relações ecológicas** entre seres humanos.

A construção de um pensamento específico sobre a cidade nas Ciências Sociais se desenvolveu por meio do trabalho de um conjunto de pesquisadores que se dedicaram ao estudo das **relações urbanas**, isto é, da relação dos grupos com o espaço construído da cidade e das diferenças entre essas formas de socialização e aquelas típicas do campo.

A teoria sobre o meio urbano foi desenvolvida por um conjunto de cientistas sociais da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Apesar das diferenças de abordagem e das várias teorias mobilizadas para explicar o fenômeno urbano, esses pesquisadores foram identificados como uma "escola de pensamento" sociológico, a Escola de Chicago. Pela primeira vez, pesquisadores usavam as ferramentas das Ciências Humanas para explicar a formação das cidades e os comportamentos específicos de sua população sem recorrer à Teologia ou à moral religiosa.

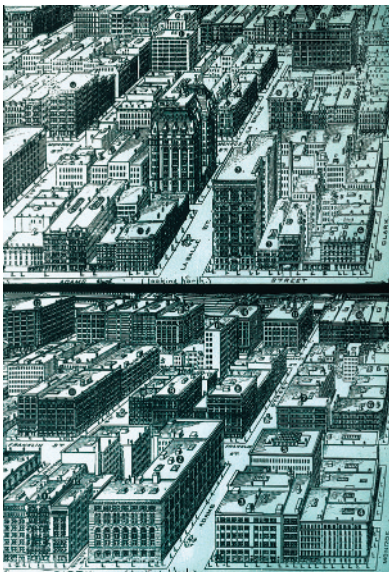
A inspiração dos estudiosos de Chicago veio da Sociologia clássica, em especial do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), que fez reflexões importantes sobre o comportamento do homem urbano na virada do século XIX para o XX. No ensaio *A metrópole e a vida mental* (1902), o autor se debruça sobre a vida nas cidades, cada vez maiores e com redes de interação cada vez mais complexas. Sua proposta é analisar as condições psicológicas criadas por essa situação, na qual se mescla a busca da individualidade com a interdependência entre indivíduos levados a se especializarem cada vez mais em suas profissões, em consequência da fragmentação da produção em escala capitalista. Em outras palavras, a busca pela diferenciação faz com que os indivíduos procurem se especializar em uma determinada função, de maneira que se tornem únicos, mas, ao mesmo tempo, faz com que fiquem cada vez mais dependentes de outras pessoas nos demais aspectos de sua vida.

Ainda segundo Simmel, as rápidas mudanças ocorridas nas cidades exigiriam de seus habitantes uma postura que os protegesse do fluxo incessante de estímulos, a qual se traduziria em certa indiferença e embotamento pelo excesso de sensações, a chamada postura *blasée*, que, de acordo com esse autor, caracteriza um comportamento indiferente em relação às coisas, que deixam de ser significativas, interessantes ou importantes. Para Simmel, o indivíduo metropolitano age com a "cabeça", enquanto no campo se age com o "coração".

Chicago, em 2014, modelo de desenvolvimento estadunidense. Os projetos, datados de 1898, são de Daniel Hudson Burnham, à esquerda, e William Le Baron Jenney, à direita.

THE GRANGER COLLECTION/OTHER IMAGES

CAO HAI/DREAMSTIME/ISUZU IMAGENS

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

A fila pode ser considerada uma das marcas da vida nos aglomerados urbanos e exemplifica a noção de impessoalidade nas relações sociais discutida por Georg Simmel. Na foto, pessoas fazem fila para conseguir emprego em Caetité (BA, 2014).

As relações metropolitanas seriam superficiais por se mostrarem extremamente racionais. Os indivíduos, na maior parte do tempo, são apenas um número, traços da burocracia moderna. Por exemplo, quando alguém vai aos correios ou a um banco, relaciona-se com um funcionário, não com um indivíduo, isto é, pouco importa quais são as características da personalidade de quem o atende, tampouco interessa saber se ele está passando por problemas na sua vida pessoal. Porém, para ser atendido, aquele que acessa qualquer um desses serviços terá de enfrentar uma fila ou pegar uma senha e esperar que seu número seja chamado. Em suma, as relações metropolitanas são, para Simmel, caracterizadas pela impessoalidade.

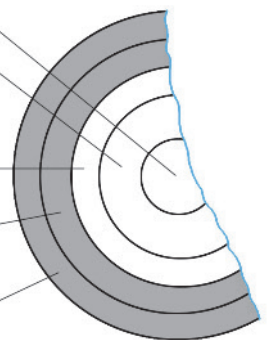
Entretanto, não era apenas a psicologia do morador da cidade que interessava às Ciências Sociais. A **Ecologia Urbana** foi o princípio teórico que norteou as explicações sobre diversos fenômenos das cidades (ocupação por diferentes classes sociais, gangues, atividades ilegais etc.) nos Estados Unidos dos anos 1920, especialmente em Chicago. A teoria utilizava princípios da Biologia para explicar a distribuição espacial das populações urbanas. Assim, a interação social era vista como uma "competição biótica" por vantagem territorial – isto é, uma competição natural, causada pelo organismo ou pela natureza humana, que funcionava, como em qualquer ecossistema, por meio de processos ecológicos de invasão, dominação e sucessão.

Os grupos seriam formados por sua base social (como raiz étnica ou posição de classe) e constituiriam "áreas naturais" ou "morais" na cidade (o centro, marcado pelo desvio, pela criminalidade e pela prostituição; os subúrbios, pela ordem, pela vida familiar e pela dedicação ao trabalho honesto).

Os sociólogos estadunidenses Robert E. Park (1864-1944) e Ernest W. Burgess (1886--1966) formularam a hipótese de que os grupos se distribuíam na cidade em círculos concêntricos: a alta burguesia nos subúrbios e os grupos de trabalhadores informais e operários próximos ao centro. A competição pelas áreas mais valiosas afastadas do centro promoveria a "sucessão étnica" e a "invasão residencial" de grupos que, ao conquistarem novas áreas, expulsavam a antiga população para o círculo seguinte. Ainda que não se aplique ao desenvolvimento urbano europeu ou latino-americano, essa hipótese promoveu outras dezenas de teorias similares que procuraram aperfeiçoá-la ou mesmo substituí-la.

◆ **SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

O livro trata do medo instalado no cotidiano das cidades de nosso tempo. Tal medo, generalizado que é, acaba se convertendo gradativamente em fator de (re)estruturação da vida e do espaço urbanos, restringindo, também aos poucos, a liberdade dos indivíduos.

PAULO MANZI

Fonte: BATISTA, Carlos Roberto Rodrigues. O caminho da ecologia humana para um mundo em crescimento. Disponível em: <www.uff.br/revistavitas/images/Artigo_Carlos_Roberto_Batista_-2013_-O_caminho_da_ecologia_humana_Revis._Prof._Selene_1.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

Os sociólogos Robert E. Park e Ernest W. Burgess criaram um modelo de zonas concêntricas para explicar a cidade.

FILIPE ROCHA

A cidade foi reconhecida pela Sociologia como resultado das relações humanas e, portanto, objeto de estudo científico e de intervenção para transformações baseadas na razão e nos ideais da modernidade.

Apesar de a Ecologia Urbana ter sido superada nas Ciências Sociais por teorias que valorizam mais as relações entre os grupos sociais do que entre os grupos e o meio ambiente, é importante conhecê-la por seu caráter fundador e pela herança que deixou para a Sociologia Urbana. O principal aspecto dessa herança é a metodologia de pesquisa desenvolvida pelos sociólogos formados no período, que abriram mão de ideias preconcebidas a respeito dos comportamentos que se "deveria" ter na cidade. Eles passaram a encarar as cidades como elas eram, e não como os diversos "reformadores sociais" entendiam que elas deveriam ser, de acordo com seus princípios filosóficos e religiosos.

Os estudos de sociólogos como o estadunidense Donald Pierson, formado pela Universidade de Chicago, foram influenciados por esse pensamento. O professor, que trabalhou no Brasil por muitos anos, mostra como o meio urbano constitui uma série de interações sociais que promovem diferenças qualitativas nas relações interpessoais, uma lógica que ficou conhecida como "comunidade-sociedade". A comunidade seria o modelo das relações nas pequenas vilas e aldeias rurais, onde todos se conhecem e interagem uns com os outros. Nesse tipo de socialização, a personalidade individual dos habitantes exerce grande força sobre a coletividade, mas isso acontece à custa da liberdade do indivíduo, que é cerceado pelas forças sociais reguladoras dos comportamentos aceitos na comunidade. A sociedade, por sua vez, resulta da socialização desenvolvida nos grandes aglomerados urbanos, onde os indivíduos desfrutam de muita liberdade e são menos regulados pelas forças sociais, mas ficam mais diluídos no conjunto da população e exercem menor influência individual sobre a sociedade como um todo.

Desde que foi encarada como um laboratório pela Escola de Chicago, a cidade se estabeleceu como um objeto relevante para as Ciências Sociais, com uma configuração própria – não apenas política, mas também econômica e cultural, capaz de determinar comportamentos e relações sociais. Essa visão consolidou o empenho de cientistas sociais pelo estabelecimento de uma "ciência da cidade", nome que passou a figurar ao lado de expressões difundidas inicialmente em língua inglesa e depois traduzidas nos diferentes países do mundo como **urbanismo**. Mais tarde, também agrupou uma série de pesquisas sociológicas sobre a cidade com o nome de Sociologia Urbana.

Urbanismo
Refere-se aos efeitos socioculturais das interações que ocorrem nas grandes cidades, ao mesmo tempo que caracteriza sua especificidade em contraste com as interações da vida rural. O termo é, por vezes, utilizado como sinônimo de planejamento urbano. A palavra "urbanidade", derivada dessa expressão, passou a significar também, no dia a dia, bom trato ou relacionamento com outros indivíduos, podendo de forma geral ser traduzida pelo termo "educação", num sentido popular.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

Sociólogo formado em Chicago, Donald Pierson viveu e lecionou no Brasil entre 1939 e 1959.

Donald Pierson

Donald Pierson (1900-1995) foi um sociólogo estadunidense formado em Chicago. Entre 1939 e 1959, lecionou Sociologia e Antropologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e fez pesquisas sobre relações raciais e formas de socialização no campo e na cidade, principalmente na Bahia. É um dos responsáveis por trazer a teoria da Ecologia Humana para o Brasil. Entre suas obras mais reconhecidas estão a coletânea *Estudos de Ecologia Humana* (1942) e *Cruz das almas: a Brazilian Village* (1951).

A Nova Sociologia Urbana

Nos anos 1970, um grupo de sociólogos passou a ver com outros olhos a problemática urbana. Para eles, atribuir ao ambiente construído a causa de determinados comportamentos e relações sociais era uma psicologização e naturalização das estruturas sociais complexas das sociedades capitalistas. Desse esforço de compreensão das cidades resultou um novo campo de trabalho, conhecido como Nova Sociologia Urbana. Para os pensadores dessa corrente, a cidade só poderia ser compreendida como espaço produzido pelos conflitos inerentes às contradições básicas do capitalismo, não por processos ecológicos análogos aos processos de seleção, ocupação e substituição de populações em ecossistemas naturais.

O esforço de explicação dos fenômenos urbanos por causas "não espaciais", mas concentradas nas relações sociais da sociedade capitalista, foi marca da influente teoria do "consumo coletivo" desenvolvida pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-). A ocupação do espaço e a expansão das cidades seriam determinadas pelas relações sociais. Essas relações (econômicas, políticas e culturais) da sociedade capitalista que se consolidava no final do século XIX, com suas condições de propriedade e de organização da produção, engendraram cidades com base em sua lógica, diferenciando-as, assim, de cidades feudais ou da Antiguidade.

No século XX, o capitalismo passou a depender cada vez mais dos equipamentos e dos serviços urbanos fornecidos pelo Estado para garantir a oferta de mão de obra (os chamados "exércitos industriais de reserva"). O Estado, ao garantir a reprodução da força de trabalho por meio da oferta de escolas, moradia popular, transporte e outros elementos que contribuíam para manter baixos os salários dos trabalhadores e aumentar o lucro do setor produtivo, entrou em conflito com os movimentos sociais urbanos.

Esses movimentos, aliados àqueles dos trabalhadores organizados, passaram a contestar o funcionamento da sociedade capitalista e a lutar contra seus princípios econômicos, que produziam segregação e concentração de riqueza. A lógica econômica utilizada pela teoria marxista para explicar as massas de trabalhadores empobrecidos, os baixos salários, o lucro crescente e os conflitos entre trabalhadores e capitalistas também seria usada para compreender a distribuição das moradias, o mercado imobiliário, as disputas pelos espaços livres e pelos equipamentos urbanos, assim como seria determinante para avaliar o papel do Estado nesse conflito.

Filme

Edifício Master

REPRODUÇÃO

Brasil, 2002.
Direção: Eduardo Coutinho.
Duração: 110 min.

O filme registra o cotidiano de alguns dos moradores de um famoso edifício de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. O prédio, que tem 276 apartamentos e aproximadamente 500 moradores, é o cenário de uma realidade reconstruída por meio dos relatos de 37 entrevistados que contam histórias nas quais se cruzam suas trajetórias pessoais e a da própria cidade, servindo como uma espécie de metonímia da vida no espaço urbano.

PABLO JACOB/AGÊNCIA O GLOBO

Manifestantes da ocupação da Telerj fecham a avenida Presidente Vargas na cidade do Rio de Janeiro (RJ, 2014). A falta de política urbana de habitação torna precárias as condições de vida dos trabalhadores nas grandes cidades brasileiras.

Equipamentos urbanos são as instalações e instituições de utilidade pública – como museus, teatros, escolas, igrejas, bancos etc. – cuja instalação promove a valorização do entorno.

Equipamentos urbanos do centro de Recife (PE)

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: Planta elaborada para esta obra com base em imagem de satélite.

Assim, as cidades modernas se constituíram pelo crescimento da indústria e do comércio, pois os altos contingentes de trabalhadores que deixavam o campo por falta de meios de produção tornavam-se mão de obra assalariada nas fábricas e no comércio urbano. No início do processo, os próprios donos das fábricas eram responsáveis por oferecer moradia e condições de alimentação e transporte para os operários, mas, com o desenvolvimento das relações de trabalho e das forças produtivas, essa função passou a ser desempenhada cada vez mais pelo Estado. As demandas da classe trabalhadora por melhores condições de vida passaram a ser dirigidas também ao Estado, que se tornou um dos importantes personagens envolvidos nos conflitos urbanos contemporâneos.

Saiba mais

Valor de troca e valor de uso das cidades

Os conceitos de valor de troca e valor de uso permitem compreender o conflito entre os interesses do mercado e os dos habitantes, especialmente da maioria, que pertencem às classes trabalhadoras. A cidade apresenta um valor de uso para seus moradores, que é proporcional à sua utilidade e à qualidade dos equipamentos oferecidos, como moradia, lazer e mobilidade. Esse valor de uso tem uma dimensão coletiva, já que o sentido atribuído à cidade é construído nas interações sociais.

Todavia, para a classe detentora dos meios de produção, a cidade não é só o local onde se produz mercadoria, onde esta circula e é consumida, mas ela própria (seu solo e área construída) também se traduz em valor. Dessa forma, a cidade não é apenas utilizada, mas pode ser trocada, negociada como uma mercadoria. O solo urbano, ao ser tomado como uma mercadoria, assume, além de seu valor de uso, um valor de troca.

Os interesses em disputa na cidade, em especial os do setor imobiliário, a busca de lucro no mercado e o interesse da população em usufruir dos equipamentos urbanos não são simétricos. O valor do solo urbano para o trabalhador não é o mesmo que para a incorporadora. Além disso, a análise da atuação do Estado nesse conflito mostra que, nas sociedades capitalistas, o Estado tem servido como legitimador dos interesses do capital, não como mediador e promotor do bem comum.

Diagrama sobre valor de troca e valor de uso

PAULO MANZI

O espaço urbano, como construção social, é uma estrutura definida pelos conflitos entre o interesse da população e as determinações do mercado, bem como pela ação dos agentes públicos.

3 Conflitos urbanos: violência e privatização do espaço público

Segundo as evidências disponíveis, há uma sensação compartilhada por muitas pessoas de que a vida nas grandes cidades é cada vez mais violenta. De acordo com o *Mapa da Violência 2015* (disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>, acesso em: 3 mar. 2016) – resultado de pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Cebela/Flacso) –, 78,6% dos cidadãos brasileiros, especialmente os que vivem nas grandes cidades, afirmam ter muito medo de serem assassinados. Não são cidadãos que trabalham como policiais ou em atividades de risco (o que poderia justificar esse medo), mas trabalhadores urbanos.

ZIGGY, TOM WILSON& TOM II © 1991 ZIGGY AND FRIENDS, INC./ DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

A difusão do medo está ligada não apenas ao crescimento real da criminalidade, mas também a fatores subjetivos, como a dramaticidade de eventos violentos relatados pela mídia.

As consequências sociais desse sentimento compartilhado são, na atualidade, um importante objeto de estudo da Sociologia. O medo tornou-se uma justificativa recorrente para as mudanças na administração dos espaços públicos e privados e nas formas de mobilidade urbana. A veiculação de determinados eventos violentos pela mídia (em geral, com forte apelo dramático) alimenta e reforça a sensação de medo da população, medida em pesquisas de opinião e evidente na diminuição da frequência a estabelecimentos noturnos, de restaurantes a escolas. Ao juntar esses fatores subjetivos aos objetivos (como o aumento de homicídios e assaltos, medido por meio de pesquisas ou dos registros de ocorrência da polícia e do Sistema Único de Saúde – SUS), tanto os indivíduos quanto o Estado e os grandes agentes econômicos orientados pelo mercado procuram construir novas maneiras de viver na cidade.

É em razão de percepções desse sentimento de medo que *shopping centers* se reproduzem como alternativa ao comércio de rua, o qual, ao perder consumidores, tende a diminuir ou mesmo a desaparecer. Também por causa dessa busca de proteção, multiplicam-se os condomínios fechados, que oferecem opções de comércio e de lazer em um ambiente protegido por serviços de segurança privados, o que diminui a circulação de moradores na cidade. Seguindo a mesma lógica, diminui a oferta de serviços noturnos – sobretudo as alternativas de lazer, mas também transporte público e instituições escolares –, que passam a funcionar cada vez mais em estabelecimentos localizados em centros comerciais fechados. Além disso, a vida privada das pessoas é monitorada por sistemas eletrônicos de vigilância, com câmeras e rastreamento individual e de veículos por satélite. Acima de tudo, hoje se vive sob a suposta proteção de grades, muros e até barreiras de arame farpado e cercas elétricas, estas últimas equipamentos de uso prioritariamente militar.

Ao estudar esses fenômenos, a Sociologia contribui para explicar a violência da vida moderna ao compará-la com a de outras sociedades e momentos históricos, assim como avalia suas consequências nas cidades ao desvendar determinadas relações causais e permitir a construção de alternativas que não reproduzam seus efeitos perversos, como a segregação social e o estabelecimento de uma **cultura do medo**.

MARCELO D'SANTS/FRAME/FOLHAPRESS

A sensação de insegurança compartilhada pela população de grandes cidades amplia o espaço econômico e cultural ocupado pelos *shopping centers* no cotidiano. Na imagem, fachada de *shopping* com decoração natalina em São Paulo (SP, 2013).

Cultura do medo
Resultado cultural desagregador que ocorre quando um sentimento difundido de perigo se reproduz na sociedade, diminuindo o grau de coesão entre os indivíduos e facilitando estratégias de dominação autoritárias, que se valem do processo de isolamento e alienação social. Na atualidade, a cultura do medo está fortemente associada à criminalidade urbana e aos valores do senso comum ligados a esse fenômeno.

ELIZABETH SHAFIROFF/REUTERS/LATINSTOCK

Protesto em Nova York (Estados Unidos, 2014), em razão da morte de Eric Garner, um negro de 43 anos que teria sido baleado por um policial branco. Nas últimas décadas, a violência tem vitimado cada vez mais jovens em todo o mundo, principalmente os de minorias sociais e étnicas.

Sabemos que a violência acontece tanto no campo quanto nas cidades, e tanto nas cidades grandes como nas pequenas. Assim, é importante entender o destaque alcançado pela expressão "violência urbana" a partir do final dos anos 1970, termo que qualifica no senso comum a violência nas cidades, mas que também se relaciona com os conceitos sociológicos de "criminalidade", "segregação" e "exclusão". A coincidência dessa percepção com o processo de difusão do pensamento neoliberal e da globalização deve ser levada em consideração para que se possa compreender o contexto social e histórico no qual o debate sobre a violência nas cidades ganha maior relevância.

Segundo a antropóloga carioca Alba Zaluar, o crescimento da violência (medido especialmente pela taxa de homicídios, isto é, o número de assassinatos por 100 mil habitantes) é um fenômeno internacional e foi constatado em países desenvolvidos, como França e Estados Unidos, a partir dos anos 1960. No Brasil, foi constatado apenas 10 anos mais tarde.

Esse processo fez com que os **crimes violentos** (que, no começo do século XX, eram, na maioria dos casos, crimes "de sangue", isto é, vinganças entre pessoas que, em geral, se conheciam, realizadas em espaços privados) passassem, na segunda metade daquele século, a ser predominantemente cometidos por desconhecidos em locais públicos, que vitimavam em especial homens jovens, tendência que continua predominando no Brasil.

Ao longo do século XX, a Sociologia desenvolveu diferentes teorias para analisar a situação de violência nas cidades – em especial entre jovens, faixa etária em que se concentra a maioria das vítimas –, entre as quais estão: a da "Desorganização Social", de matriz evolucionista; a da "Frustração", que atribuía à desigualdade de oportunidades o envolvimento com a criminalidade; a do "Rótulo", que criticava as anteriores e atribuía às instituições governamentais uma ação discriminatória contra jovens de minorias étnicas e pobres; e a "Crítica", que apontava para a necessidade de reforma do sistema penal, acabando com a própria ideia de prisão, a qual se resume apenas a castigo e vingança, sentimentos impróprios para uma organização social moderna.

Todas essas teorias, no entanto, eram incapazes de explicar como percentuais tão significativos de pobres, negros e demais indivíduos pertencentes a minorias étnicas seguiam uma carreira criminosa ou se dedicavam a práticas violentas.

Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA

A antropóloga Alba Zaluar é uma das pioneiras na pesquisa da violência urbana no Brasil.

Alba Zaluar

A antropóloga carioca Alba Zaluar (1942-) é reconhecida como especialista em Antropologia Urbana e Sociologia Urbana. Estudou as organizações recreativas e políticas dos trabalhadores do Rio de Janeiro e pesquisou as formas de opressão sofridas e as estratégias de resistência da população pobre da Cidade de Deus, área segregada da capital fluminense. É fundadora do Núcleo de Pesquisa em Violências (Nupevi), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), onde fez pesquisas quantitativas e qualitativas sobre violência doméstica, policial, urbana e vinculada ao tráfico de drogas. Seu livro *A máquina e a revolta* (1985), fruto de uma pesquisa realizada no bairro Cidade de Deus, é referência em sua área de atuação. O resultado de suas pesquisas ao longo da carreira pode ser conferido na obra *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas* (2004).

Surgiram, então, teorias mais comprometidas com a explicação dos processos de escolhas individuais, que atribuíam aos jovens comportamentos específicos, como se a faixa etária tivesse características comuns, como o romantismo (o gosto pelo imediato, a importância da experiência e da sensação) e o conformismo com o grupo (no que diz respeito à socialização sexual, musical, de comportamento), além do desvio tolerado diante de orientações contraditórias das gerações anteriores.

MARCELO THEOBLD/EXTRA/AGÊNCIA O GLOBO

A juventude das periferias é vista como a nova "classe perigosa". Na imagem, menores que estavam voltando de ônibus da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, a área mais rica, foram detidos e revistados (RJ, 2015).

Apesar de os críticos dessa teoria afirmarem que não há uniformidade nos valores e nos comportamentos dos jovens de um país, essa "Sociologia da Juventude" é recuperada muitas vezes para pensar as organizações juvenis contemporâneas, como as gangues de Chicago, as *galères* dos subúrbios parisienses e as galeras dos bailes cariocas, todas envolvidas, de alguma forma, com eventos de violência amplamente divulgados pela imprensa.

Uma Sociologia de Classe se firmaria sobre a Sociologia da Juventude para explicar as escolhas que levam a manifestações violentas sentidas socialmente, em especial na Europa e, em grande medida, na América Latina.

Os jovens das classes operárias europeias eram identificados nos anos 1960 pela homogeneização de comportamentos por meio das roupas, da música, da sexualidade e do uso de drogas. A partir de então, um conjunto de transformações culturais, políticas e econômicas modificou o perfil dessa juventude, que, sem perder a ligação com sua origem de classe, adquiriu múltiplas formas de expressão e contestação.

Nessa discussão, é importante ressaltar mais uma teoria, a chamada teoria das "classes perigosas". As condições miseráveis da classe operária na cidade europeia do século XIX (especialmente na França, onde a teoria foi pensada) foram associadas à explosão de violência e de criminalidade então deflagrada, o que despertou em seus contemporâneos um grande interesse por essa classe. Esse interesse criou nas classes burguesas um medo crescente e, em consequência, uma preocupação com a segurança.

Essa teoria, utilizada para explicar a relação entre as classes na França do século XIX, foi recuperada a partir dos anos 1980 para explicar as explosões de revoltas nos subúrbios de Paris e em outras cidades do mundo, inclusive no Brasil.

A percepção dos jovens das classes populares e da periferia como "classe perigosa" tem guiado muitas das políticas do Estado brasileiro, principalmente na área de segurança pública. Como resultado, não somente os homicídios são a principal causa de morte entre jovens, como boa parte deles decorre da ação do próprio Estado.

Para entender o aumento dos casos de violência que acontecem no espaço urbano e as mudanças da sua intensidade e letalidade, é necessário levar em conta os meios pelos quais se constrói a coesão social, os valores que determinam os comportamentos considerados desviantes e as possibilidades concretas disponíveis para levar movimentos violentos às últimas consequências.

No campo da Antropologia Social, o cientista social canadense Erving Goffman (1922-1982) é visto como uma das maiores referências para os estudos do desvio e do estigma nas sociedades industriais modernas. Hoje, a teoria do estigma, desenvolvida por Goffman, é uma das mais aceitas e usadas para compreender como são integrados ou segregados determinados grupos sociais. Assim, como podemos ver na imagem desta página, jovens pobres são estigmatizados e tratados como se fossem criminosos, ainda que não estejam cometendo nenhum crime.

Livro

- **CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo.**

São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

Apoiada numa alentada pesquisa, a autora analisa os processos de transformação urbana relacionados ao crime, ao medo da violência e ao desrespeito aos direitos humanos na metrópole. Comparando o aumento da violência com as modificações na arquitetura da cidade, Teresa Caldeira estabelece relações entre as noções de espaço público, democracia e igualdade.

Aplicativo

◆ **Moovit**

Este aplicativo traça rotas de ônibus, metrô e trem para seu destino, permitindo um deslocamento mais racional dentro dos espaços urbanos, usando apenas o transporte público. Disponível em todos os sistemas de celular.

Segregação socioespacial

Nos anos 1970 e 1980, os estudos sobre violência urbana se diversificaram e se renovaram, buscando demonstrar que a "violência urbana" não se restringe aos comportamentos desviantes, mas é também uma violência do Estado e das classes dominantes contra a população mais pobre. A teoria da dominação, inspirada no marxismo e em Weber, foi recuperada para pensar essas formas de violência institucional.

Hoje, o debate sobre a "criminalização da pobreza" procura deixar evidente que o processo de encarceramento e de estigmatização dos mais pobres não se baseia na busca por segurança, mas num "saneamento" social – que, por atingir principalmente os grupos não brancos, já foi comparado, no Brasil, a uma "limpeza étnica", baseada na segregação social dos pobres, cuja população é, em sua maioria, preta ou parda. Vejamos como alguns estudiosos têm questionado a violência e sua relação com a desigualdade de classe, assim como a participação do Estado nesse quadro por meio de seu aparato policial e judicial.

Ao estudar os conflitos urbanos ocorridos na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, o sociólogo francês Loïc Wacquant distingue dois tipos de violência nas cidades contemporâneas: a "violência vinda de baixo" – explosões de revolta que envolvem, principalmente, jovens das áreas pobres da cidade; e a "violência vinda de cima" – traduzida no impacto das políticas econômicas e sociais, ou da ausência delas, sobre as condições de vida das populações.

As diferenças que marcam nossas cidades são gritantes quando observamos os bairros diversos, as formas de moradia e sua população, o grau de conservação dos equipamentos públicos e de acesso aos meios de transporte. É possível ver nessas diferenças um importante aspecto territorial do processo da formação social brasileira: a **segregação espacial urbana**.

Como vimos no início deste capítulo, a segregação está associada à camada da população que passa a habitar lugares distantes do centro urbano (que concentra o comércio e as possibilidades de trabalho), nos quais a infraestrutura de serviços públicos é deficiente ou mesmo inexistente.

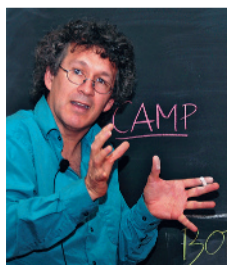
Livro

◆ **SOARES, Luiz Eduardo.**

***Justiça*: pensando alto sobre violência, crime e castigo.**

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Em diálogo com o leitor jovem e não especialista, o sociólogo Luiz Eduardo Soares usa eventos da realidade, as Ciências Sociais, a Filosofia e as práticas institucionais para refletir sobre o fenômeno da violência em sua face mais concreta nas grandes cidades: o sistema de justiça.

Quem escreveu sobre isso

Inspirado em Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant estuda os aspectos contemporâneos da violência nas cidades.

Loïc Wacquant

Loïc Wacquant (1960-) é um sociólogo francês especializado em Sociologia Urbana, pobreza e desigualdades sociais. Suas primeiras pesquisas compararam os processos de discriminação, de segregação e de violência nos guetos do sul de Chicago, nos subúrbios franceses e nas favelas e periferias de capitais brasileiras, como Rio de Janeiro. Foi aluno e é considerado herdeiro intelectual do também sociólogo francês Pierre Bourdieu, de quem recupera ideias de violência simbólica e violência estrutural. Em seus livros *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada* (2001) e *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2003), ele mostra como mecanismos sociais de exclusão, de estigmatização social – e não deficiências individuais, próprias da meritocracia da Sociologia estadunidense – são responsáveis pela reprodução da pobreza e da segregação nas metrópoles do mundo.

Equipamentos públicos do município do Rio de Janeiro

Município de Seropédica
Município de Nova Iguaçu
Município de Belford Roxo
Município de Duque de Caxias
Município de Mesquita
Município de São João do Meriti
Município de Nilópolis
Município de Niterói
Município de Itaguaí
Baía de Guanabara
Baía de Sepetiba
OCEANO ATLÂNTICO
43° 30' O
23° S
N
5 km
AP1 AP2 AP3 AP4 AP5

AP1
- Arquivos: 1
- Biblioteca: 30
- Teatro/Arenas/Lonas: 30
- Cinema: 8
- Centros Culturais: 28
- Museus: 41
- Pontos de Cultura: 22
- Pontos de Leitura: 3

AP2
- Arquivos: 1
- Biblioteca: 23
- Teatro/Arenas/Lonas: 52
- Cinema: 22
- Centros Culturais: 30
- Museus: 34
- Pontos de Cultura: 29
- Pontos de Leitura: 6

AP3
- Biblioteca: 13
- Teatro/Arenas/Lonas: 14
- Cinema: 10
- Centros Culturais: 4
- Museus: 11
- Pontos de Cultura: 21
- Pontos de Leitura: 4

AP4
- Biblioteca: 1
- Teatro/Arenas/Lonas: 9
- Cinema: 9
- Centros Culturais: 3
- Museus: 2
- Pontos de Cultura: 7
- Pontos de Leitura: 1

AP5
- Biblioteca: 3
- Teatro/Arenas/Lonas: 5
- Cinema: 2
- Centros Culturais: 1
- Museus: 6
- Pontos de Cultura: 6
- Pontos de Leitura: 1

AP: Área de Planejamento

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.rio.rj.gov.br/web/guest/servicos>. Acesso em: fev. 2016.

Uma das características da segregação na cidade é a distribuição desigual dos equipamentos públicos, como a observada no caso da cidade do Rio de Janeiro.

A segregação, nesse sentido, consiste, em especial, na concentração de determinadas classes ou camadas sociais em certas regiões ou bairros da cidade. No Brasil, como em outros países capitalistas, são segregados dessa forma principalmente os pobres (embora os ricos também possam segregar-se em condomínios fechados, por exemplo). Como podemos ver no quadro sobre equipamentos públicos e na foto abaixo, as classes populares ocupam as regiões mais afastadas e com menor número de equipamentos públicos, ou seja, têm menor acesso a direitos como saneamento, saúde, lazer, educação e, além disso, moram distante dos seus locais de trabalho.

Em consequência, a distância social na cidade contribui para a reprodução das desigualdades, na medida em que as oportunidades ficam menos acessíveis àqueles que mais necessitam delas. Além disso, quanto menos conexões há entre os segmentos da população, mais se enfraquecem as redes de sociabilidade e mais se priva cada grupo do contato com as diferenças.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Esgoto a céu aberto no distrito de Icoaraci, em Belém (PA, 2013). A falta de saneamento adequado é um dos problemas enfrentados pelos moradores das periferias das cidades brasileiras.

Saiba mais

Revoltas nos subúrbios franceses: confrontos são fruto de relação tensa entre jovens da periferia e polícia

As noites consecutivas de conflitos entre a polícia e jovens no subúrbio parisiense de Villiers-le-Bel mobilizaram a cúpula do governo francês. O presidente do país, Nicolas Sarkozy, e o primeiro-ministro, François Fillon, reuniram-se com um grupo de ministros para avaliar a situação.

O governo ordenou o aumento da segurança nos subúrbios ao norte de Paris, e a polícia enviou 130 policiais extras para tentar impedir uma terceira noite de protestos. Segundo a Associated Press, o número de policiais nos subúrbios ao norte de Paris chegou a mil ontem. Ainda assim, jovens incendiaram lixeiras e lojas em Villiers-le-Bel. Os conflitos se estenderam até Toulouse, no sul, onde 20 carros e uma biblioteca foram queimados. Ao menos 20 jovens foram presos.

O número de policiais feridos havia chegado a 120 até ontem, seis deles em estado grave. Quatro foram atingidos por armas de fogo, segundo o *New York Times*. Além de Villiers-le-Bel, municípios vizinhos, como Cergy, Ermont, Goussainville, Fosses e Argenteuil também registraram tumultos. Mais de 60 carros foram queimados.

Contenção

Em 2005, quando eclodiram conflitos nas periferias francesas que duraram três meses, Sarkozy, então ministro do Interior, chamou de "ralé" os jovens das periferias, inflando os ânimos dos revoltosos.

"Dessa vez, o governo tem sido extremamente modesto nas atitudes e declarações. Em 2005, o tom foi de provocação", disse à *Folha* Angelina Peralva, professora de sociologia da Universidade Toulouse le Mirail. Graças a isso, Peralva afirma que é possível que a crise não tenha um alcance nacional.

Os confrontos dos últimos dias mostram um embate violento contra as forças policiais. Encapuzados e armados com cacos de vidro, barras de ferro e até uma arma de caça, grupos de jovens afrontaram a polícia nas ruas de Villiers-le-Bel.

Numa visita à cidade na terça-feira, o premiê francês condenou a violência "intolerável" e "incompreensível".

O estopim dos confrontos foi a morte de Moushin, 15, e Larami, 16, que estavam em uma moto quando se chocaram com um carro de polícia.

[...]

Tensão social

Assim como em 2005, a revolta de adolescentes da periferia contra a polícia ressalta o problema da inserção social desses jovens, na sua maioria filhos de imigrantes da África subsaariana e do Magreb. Em um relatório de 2001, o INSEE, órgão de estatísticas do governo francês, já considerava "preocupante" a situação social da região Plaine de France, onde se localiza Villiers-le-Bel.

A região combina altas taxas de desemprego e população com baixo índice de qualificação profissional. No caso dos jovens, a proporção de desempregados encosta em 30%. A média geral francesa é de 8,6%.

Mas Peralva enfatiza que o núcleo da tensão dos subúrbios está na relação entre os jovens e a polícia. "A polícia cristaliza a relação tensa da sociedade com os imigrantes. Nessas periferias há um forte ódio contra a polícia. Há ainda descrença na autoridade policial, que não tem legitimidade aos olhos dessa população", avaliou.

O atual presidente, Sarkozy, vê na questão dos subúrbios um problema policial. A tônica é aumentar a repressão.

CARDOSO, Cintia. *Folha de S.Paulo*, 28 set. 2007.

VICTOR TONELLI/REUTERS/LATINSTOCK

Segregação, discriminação, pobreza e violência: em 2005, as periferias de diversas cidades francesas foram palco de conflitos entre jovens e a polícia, como mostra a foto, feita em Paris.

ROGERIO REIS/TYBA

Distribuição de cestas básicas à população de rua em Juazeiro do Norte (CE, 2015). As políticas de assistência social, apesar de fundamentais em numerosas situações, podem prejudicar a formação crítica e solidária dos cidadãos no sentido de reivindicar direitos permanentes, e não políticas emergenciais e de governo.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

O planejamento de Brasília por setores (comércio, moradia, lazer) é uma forma moderna de segregação. Na foto, vista aérea do setor hoteleiro (DF, 2013).

As crianças e os jovens que nunca saem dos espaços nos quais foram criados, sejam os bairros populares suburbanos, sejam os condomínios fechados das elites, podem ser levadas a ver como naturais as distinções de classe socialmente constituídas, o que pode impedir o surgimento de uma geração de cidadãos críticos das desigualdades e dispostos a se esforçarem para combatê-las.

Outro dado relevante é o fato de que as áreas residenciais mais privilegiadas da cidade produzem uma demanda constante de serviços para a população mais pobre, desde segurança e manutenção predial até atividades relacionadas à jardinagem, à construção civil e aos serviços domésticos. Nos grandes centros brasileiros, essa demanda motivou a população pobre a ocupar informalmente áreas em torno dos locais mais abastados. Outro fator que contribui para a ocupação informal da cidade é a dificuldade de locomoção para o trabalho, pois a rede de transporte público é ineficiente para levar os trabalhadores das áreas mais afastadas para o centro e vice-versa.

Há ainda outra forma de segregação, relacionada às atividades urbanas isoladas em zonas específicas da cidade. Há áreas especialmente destinadas a atividades comerciais, industriais, de lazer, assim como zonas residenciais. Trata-se de um modelo característico de cidades planejadas, como Brasília, no Distrito Federal.

Filme

Distrito 9

REPRODUÇÃO

África do Sul, Nova Zelândia, EUA, Canadá, 2009.
Direção: Neill Blomkamp.
Duração: 112 min.

Em 1982, em plena vigência do *apartheid* na África do Sul, surge uma nave com alienígenas, que se refugiam no planeta Terra. Os anos passam e, em 2010, os alienígenas são deslocados da favela onde se encontram para um campo de refugiados. O filme retrata a segregação social numa cidade, representada pela relação entre humanos e alienígenas, uma metáfora da ausência de humanidade dos processos de separação dos diferentes grupos numa sociedade.

4 Administração das cidades e o mercado

A difusão do *pensamento único* que acompanhou o desenvolvimento da globalização no final do século XX também influenciou o processo de **reestruturação urbana**. A prevalência de uma ideologia neoliberal no cenário internacional imprimiu nas cidades uma nova dinâmica de urbanização, que se apoia em grande parte na privatização do espaço público. Tal processo pode ser compreendido, em linhas gerais, como a aplicação das técnicas de planejamento estratégico de empresas privadas no espaço público da cidade. Em uma analogia com o mercado privado, deve-se considerar dois princípios básicos:

1) a cidade é uma mercadoria a ser vendida em um mercado constituído de todas as demais cidades;

2) a cidade é uma empresa, uma unidade de gestão de negócios.

DIVULGAÇÃO

O uso mercantilizado do planejamento estratégico transforma a cidade em uma mercadoria para ser vendida e deixa em segundo plano sua função social e os princípios democráticos de gestão urbana. Na imagem, reprodução da projeção gráfica do Porto Maravilha, programa de revitalização da prefeitura do Rio de Janeiro (RJ), cujo intuito é o de requalificar a região portuária da cidade.

Assim, dois modelos de cidade são contrapostos: um baseado na lógica de mercado para a distribuição dos recursos urbanos (por exemplo: serviços públicos, como iluminação e esgoto; equipamentos urbanos, como parques, estádios, hospitais e escolas); e outro que valoriza a política como meio de democratização da cidade e resolução dos conflitos sociais que acontecem nela (por exemplo, com decisões tomadas em conjunto com conselhos municipais, por meio de plebiscitos e fiscalização eficiente dos vereadores).

Na perspectiva do planejamento estratégico, é enfatizada a competitividade na relação entre as cidades. Elas funcionam como polos de prestação de serviços e geração de renda e, em uma visão mais econômica que política, gestores públicos procuram tornar suas cidades competitivas na busca por investimentos e na atração de mão de obra qualificada. Assim, em vez de serem vistas como partes de uma região, ou mesmo de uma nação, em uma política regional ou nacional de desenvolvimento urbano, as cidades passam a ser vistas como "agentes" que perseguem "seus interesses" na ordem econômica competitiva. Essa forma de competição também gerou o *marketing* das cidades, que as formalizou como produtos que devem ser atraentes aos grandes investidores dos setores imobiliário, de transportes, hoteleiro etc.

Comparar a cidade a uma empresa significa que ela deixa de refletir sobre deliberações éticas e políticas para obedecer às regras do mercado, e, dessa forma, substitui os princípios da urbanidade, baseados na função social do solo urbano e na democracia, pelos princípios de produtividade, competitividade e subordinação dos fins sociais à lógica simplista do lucro.

A oposição entre centro e periferia é muitas vezes promovida pela especulação imobiliária, que torna mais caros os imóveis nas áreas centrais, mas também é consequência direta de políticas públicas de habitação, que propositalmente afastam os mais pobres do centro e das zonas residenciais mais valorizadas da cidade. Um conceito que explica essa estratégia atualmente é o de **gentrificação**.

Gentrificação
Processo de "limpeza/revitalização" do espaço urbano que promove um encarecimento do custo de vida e torna uma região inacessível aos mais pobres. Ocorre através de políticas públicas ou da ocupação de espaços da cidade por grupos econômicos interessados em lucrar com a especulação imobiliária.

Sociedade civil e a gestão democrática da cidade

O uso mercantil do planejamento estratégico é alvo de críticas quando, por causa dele, a gestão pública deixa de priorizar os interesses sociais e passa a privilegiar os interesses privados. Mas quais são as alternativas políticas a esse princípio de gestão? A administração pública dispõe de instrumentos úteis para promover uma reforma urbana capaz de colocar o interesse público em primeiro lugar, bem como combater a especulação imobiliária, reduzir a segregação espacial e recuperar a capacidade da população de participar das decisões sobre a administração da cidade, entre os quais estão diferentes mecanismos da democracia representativa (como os conselhos, os comitês de mobilização social e a Câmara Municipal) e da democracia direta (como plebiscitos, consultas e audiências públicas).

Além da reforma urbana, outras experiências de participação popular no planejamento, na organização e na administração da cidade podem contribuir para promover a justiça social. Entre essas experiências, duas se destacam: o **orçamento participativo** e a **economia popular**.

Como um modelo ideal, o orçamento participativo é um instrumento de gestão urbana que se propõe a ser um mecanismo para delegar aos próprios cidadãos o poder de decidir sobre onde e como deverão ser feitos os investimentos públicos. Apesar de políticas nesse sentido terem sido experimentadas em alguns municípios no final da década de 1970 e no início dos anos 1980, como em Lages (SC), Pelotas (RS) e Vila Velha (ES), foi a experiência em Porto Alegre (RS), em 1989, que inspirou dezenas de outros municípios no Brasil a realizarem alguma forma de orçamento participativo.

Diante da prestação de contas da prefeitura e da previsão do orçamento para o ano seguinte, a população se organiza nos setores da cidade (o que dá poder de decisão a áreas tradicionalmente excluídas, como favelas e periferias) e elege conselheiros que, assessorados por técnicos qualificados, deliberam sobre o orçamento com base nas demandas reais da sociedade. Em seguida, as demandas são enviadas à Câmara Municipal para serem submetidas a votação e, depois de aprovadas, implementadas pelo poder público.

As principais críticas às experiências de orçamento participativo são a possível incompetência dos conselheiros para decidirem o melhor destino dos gastos (por falta de informação ou mau aconselhamento técnico), a definição prévia dos critérios a serem decididos, realizada por técnicos em gabinetes (que limitam ou manipulam a vontade popular expressa pelos conselheiros), o pequeno percentual de recursos destinados à deliberação pública e a ocupação dos conselhos por funcionários do Estado. O sucesso desse tipo de projeto de participação popular dependerá sempre de muitos fatores, como o compromisso da administração municipal com a iniciativa, a consciência e a capacidade de mobilização da população, bem como os recursos disponíveis para investimento.

A economia popular urbana, também chamada de **economia solidária**, corresponde a uma forma de sobrevivência e organização social da população mais pobre diferente da economia informal e do chamado Terceiro Setor. Trata-se de um conjunto de atividades de caráter econômico que procura estabelecer novas formas de sociabilidade, ao mesmo tempo que garante a subsistência e o desenvolvimento de determinada comunidade pobre da cidade.

Cooperativas e associações de trabalhadores são exemplos de economia solidária na medida em que constituem organizações geridas pelos próprios trabalhadores e que, contando ou não com apoio estatal, compreendem todo o processo produtivo de determinada atividade econômica. No entanto, a maior parte da população pobre não está inserida em experiências bem-sucedidas de economia popular. Isso ocorre tanto pelo desconhecimento das possibilidades de ingresso na chamada economia solidária quanto pela descrença na real possibilidade de superação das desigualdades oferecidas por essas práticas. Apesar disso, a conscientização sobre os conflitos urbanos e a compreensão de suas causas, assim como dos mecanismos para enfrentar as desigualdades produzidas por eles, demonstram que existem meios técnicos e políticos para promover a democracia nas cidades.

EDSON GRANDISOLI/PULSAR IMAGENS

Cooperativas de trabalhadores são exemplo de economia solidária. Na foto, cooperativa de reciclagem em São Paulo (SP, 2014).

Jogo

◆ **CityVille**

REPRODUÇÃO

Neste jogo, o usuário pode construir sua própria cidade, com base em recursos escassos, aumentando investimentos em casas e em empresas. O objetivo do jogo é fazer a cidade crescer com alguns limites de recursos (como energia), incluindo também o índice de satisfação das pessoas com a vida na cidade. Ele se articula com outros usuários de suas redes sociais e pode ser jogado no celular, disponível em todos os sistemas.

Considerações sociológicas

Copa e Olimpíadas: boas ou ruins para a cidade?

Desde a década de 1990, o Brasil vinha pleiteando com insistência o direito de sediar um megaevento esportivo como os Jogos Olímpicos. Em 30 de outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) anunciou que o Brasil seria a sede da Copa do Mundo de 2014. Em 2 de outubro de 2009, foi a vez de o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciar finalmente a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

No discurso oficial, sediar eventos desse porte só traz benefícios para a cidade. Ou seja, é uma grande oportunidade de desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, em uma estratégia mercantil de planejamento estratégico, a cidade vira uma mercadoria que atrai investimentos e turistas. Com base nessa concepção, todos devem colaborar para a realização de eventos que trarão diferentes vantagens para a população: desde o aporte de verbas até a revitalização de algumas áreas da cidade.

Contudo, análises críticas apontam impactos negativos causados por megaeventos. O economista e sociólogo carioca Carlos Vainer, professor e pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), afirma que tais ocasiões geram uma "cidade de exceção", isto é, abre-se uma série de precedentes, como isenção de impostos para investidores e maior permissividade em relação à lei de responsabilidade fiscal, mas os municípios continuam impedidos legalmente de fazer o mesmo para outros fins, como construir e equipar hospitais ou aumentar o salário dos profissionais da saúde e da educação.

Outro aspecto negativo diz respeito ao fenômeno ideológico da propaganda. Afinal, se sediar um evento do porte de uma Olimpíada é visto como uma grande "oportunidade de negócios", não faltarão recursos de *marketing* para "vender" a cidade. Assim, o espaço para críticas e manifestações que explicitem os conflitos e os problemas urbanos pode ficar reduzido ou ausente. A imagem comercializada mascararia a realidade e as questões sociais seriam negligenciadas.

Segundo Vainer, as desigualdades seriam escondidas no discurso e na prática, enquanto comunidades inteiras seriam removidas para localidades muito distantes do centro – o que, na opinião dele, é algo que precisa ser decidido por meio do debate com todos os setores da sociedade.

Vainer propõe então que a população exerça um rígido controle sobre os gastos e os impactos dos projetos, pois boa parte dos investimentos consiste em transferências dos cofres públicos para empresas privadas; logo, é justo que todos saibam qual será o retorno de tais investimentos. Dessa forma, a sociedade não deve se privar do debate. É importante perguntar, por exemplo: é válido gastar tanto com estádios em uma cidade onde muitas casas não possuem esgoto? Quais são as soluções possíveis no caso? O que se pode aprender com experiências como a de Atenas, que até hoje está endividada pelos gastos com as Olimpíadas de 2004? Se a realização de megaeventos vai, como as autoridades costumam afirmar, melhorar a vida dos moradores da cidade, é, então, imperativo que seja a de todos, e não de uma pequena e privilegiada parte.

SINFRÔNIO

Direito e sociedade

Moradia: mercadoria restrita

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS

LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005.

Art. 1º – Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Art. 2º – Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; [...].

A questão habitacional torna visível a exploração dos moradores da periferia. Os programas voltados para a construção de habitações para as classes pobres são precários, deixando um grande contingente de pessoas sem teto. A maioria dos programas habitacionais se concentra na proposta de serem linhas de financiamento de moradias e terrenos, com base em regras de mercado que implicam o pagamento pelas habitações por parte dos que que contraem a dívida. Para isso, deve-se ter comprovação de renda e emprego formal, e é preciso que a casa esteja em terreno com posse legal. Esses requisitos nem sempre são preenchidos por pessoas das classes populares, pois muitos se acham desempregados ou em trabalhos informais.

A qualidade das unidades habitacionais direcionadas às classes populares é precária. Muitas são mal-acabadas, outras precisam de reforma logo que ocupadas pelas famílias. O mutirão, que é quando os moradores usam a própria força de trabalho e os conhecimentos empíricos para que sua habitação seja finalizada, é fato recorrente. E isso tudo depois de uma intensa jornada de trabalho semanal, que muitas vezes pode ultrapassar 40 horas.

Além disso, visando suprir o *deficit* de moradia, o capital imobiliário coloca à venda terrenos situados nas regiões periféricas e, para garantir um lucro maior, pouco investe em infraestrutura. O Estado entra na trama para aumentar as facilidades do capital imobiliário quando assume a responsabilidade pela infraestrutura e pelos serviços urbanos, mas na maior parte das vezes de forma retardada e incompleta. Enfim construída a habitação, tem início a luta dos moradores das periferias pelas conquistas dos direitos sociais necessários para que a unidade habitacional alcance a condição de moradia.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

A participação do Estado mostra-se insuficiente para resolver o problema do *deficit* de moradias. Na imagem, conjunto habitacional em São Sebastião do Paraíso (MG, 2014).

Atividades

1. Apesar de estar instituído na Constituição de 1988 e na lei acima citada, o direito à habitação tem encontrado muita dificuldade para se efetivar quando se trata das camadas mais pobres da sociedade. O fato de a habitação ser uma mercadoria amplia essa dificuldade? Por quê?
2. Com base no texto e nas informações do capítulo, explique o que o Estado pode fazer para mudar a situação do *deficit* habitacional e de que maneira pode fazê-lo.
3. Liste os principais conflitos existentes em torno da questão habitacional nas cidades e quem são os seus agentes.

Atividades

Reflexão e revisão

Ao longo do capítulo, as relações entre o espaço urbano e a sociedade foram analisadas em suas diversas dimensões. Com base no que foi apresentado e nas discussões feitas em aula, reflita e realize as atividades.

1. Foram vistas algumas teorias sobre as cidades, como Ecologia Urbana, Estigma, Desorganização Social, Classes Perigosas, dentre outras. Analise pelo menos duas delas e mostre como abordam o tema das relações humanas na cidade.

2. Violência, segregação espacial, estigma e espaço público são conceitos-chave para entender o espaço urbano. Discorra sobre cada um desses conceitos e as diferentes abordagens sobre eles.

3. A realidade brasileira mudou muito nos últimos anos e isso leva a uma série de análises sociológicas sobre seu meio urbano. Apresente pelo menos um exemplo de planejamento urbano e gestão urbana do Estado e pelo menos um exemplo de atuação do mercado sobre o espaço urbano brasileiro. Demonstre as tensões presentes nos exemplos escolhidos.

Questões para debate

Questão 1

Nós vamos invadir sua praia

Daqui do morro dá pra ver tão legal
O que acontece aí no seu litoral
Nós gostamos de tudo, nós queremos é mais
Do alto da cidade até a beira do cais
Mais do que um bom bronzeado
Nós queremos estar do seu lado
Nós tamo entrando sem óleo nem creme
Precisando a gente se espreme
Trazendo a farofa e a galinha
Levando também a vitrolinha
Separa um lugar nessa areia
Nós vamos chacoalhar a sua aldeia
Mistura sua laia
Ou foge da raia
Sai da tocaia
Pula na baia
Agora nós vamos invadir sua praia

MOREIRA, Roger. Nós vamos invadir sua praia. Intérprete: Ultraje a rigor. In: ULTRAJE A RIGOR. *Nós vamos invadir sua praia*. [S. l.]: WEA, 1985. Disponível em: <www.vagalume.com.br/ultraje-a-rigor/nos-vamos-invadir-sua-praia.html>. Acesso em: jan. 2016.

Embora o sentido da expressão “vamos invadir sua praia”, na letra da banda Ultraje a Rigor, seja mais amplo – em que “praia” significa um lugar que um grupo de pessoas considera especialmente como “seu” –, podemos refletir sobre a mensagem da letra tendo em vista um fenômeno bem específico, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 2015. Trata-se da “invasão” das praias da zona sul carioca por moradores da periferia da cidade, fenômeno esse associado, segundo a leitura da grande mídia e do poder público, à prática de “arrastões” (furtos e roubos em meio a uma grande correria de pessoas) nas areias.

Na ocasião, um fim de semana muito quente do mês de setembro, a reação de alguns moradores da zona sul foi de pânico e ao mesmo tempo de revolta contra aqueles que queriam invadir a “sua praia”. Outros episódios semelhantes já haviam ocorrido nas praias do Rio nos anos 1980, ocasionando reações muito parecidas. Em 2015, como medida de segurança, as autoridades colocaram em prática uma política de controle do acesso de determinado público às praias, sob um discurso de proteção aos jovens e menores em situação de vulnerabilidade.

Parando ônibus de determinadas linhas, revistando e enviando para abrigos públicos jovens (majoritariamente pobres e negros) que se encontravam sem dinheiro e sem documentos a caminho da praia, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro atuou nos dias que se seguiram ao episódio do arrastão, visando bloquear a chegada de supostos “marginais” à zona sul carioca. Tal medida gerou grande polêmica na sociedade, provocando reações e manifestações de pessoas e de grupos ligados à defesa dos direitos humanos, do direito à cidade e dos direitos das crianças e dos adolescentes. Afinal, a cidade é ou não é para todos?

Com base no tema da segregação social nas cidades, realize um debate com os colegas considerando o seguinte roteiro de questões:

1. Se a praia é um lugar público, por que algumas pessoas a “frequentam” e outras a “invadem”?

2. Impedir o acesso de jovens pobres à praia pode ser uma solução para o problema da violência?

3. O pertencimento a uma classe social pode se tornar uma barreira para a livre circulação nos espaços da cidade? Por quê?

4. Por meio de quais medidas o poder público teria condições de contribuir para a superação desse problema?

Questão 2

[...] O *shopping center* é uma organização privatizadora do lazer. Mas é preciso reconhecer que isso acontece e complexifica-se na medida em que não existem políticas públicas que confiram ao fenômeno do lazer o caráter de direito social, direito de todos. Entendo que o *shopping center* só vem aumentando sua participação na esfera do lazer urbano por causa da brecha que a inexistência ou ineficiência das políticas públicas de lazer, sobretudo no Brasil, vem abrindo. A ausência de políticas públicas [...] favorece não só a privatização do lazer pelo *shopping center* como também a segregação social, uma vez que o poder aquisitivo acaba sendo um dos determinantes principais para as tomadas de decisões diante das escolhas existentes [...].

PADILHA, Valquíria. Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do *shopping center*. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 103-119, jul.-dez. 2008. p. 109. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/3227/2416>. Acesso em: jan. 2016.

Assinale a alternativa que melhor sintetiza o argumento apresentado por Valquíria Padilha.

a) O lazer como direito social pode ser assegurado tanto por políticas públicas como pela iniciativa privada.

b) A privatização dos espaços de lazer é uma característica das metrópoles contemporâneas que permite o acesso da população a lugares seguros e limpos.

c) A segregação social é consequência dos processos de privatização do lazer, que tomam por base a perspectiva dos direitos sociais.

d) O poder aquisitivo da classe trabalhadora não permite que esta possa usufruir dos equipamentos urbanos na esfera do lazer.

e) O *shopping center* simboliza a divisão dos espaços da cidade entre as classes sociais e a negação da igualdade de direitos associada à privatização do lazer.

Exame de seleção

(FGV-SP, 2003)

Leia a letra de música a seguir.

Homem na estrada

Equilibrado num barranco incômodo, mal--acabado e sujo,/ porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio./ Um cheiro horrível de esgoto no quintal,/ por cima ou por baixo, se chover será fatal./ Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou./ Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou./ Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas./ Logo depois esqueceram [...].

Disponível em: <www.letrasdemusicas.com.br/racionais-mcs/o-homem-na-estrada/>. Acesso em: mar. 2016.

Entre os fatores que contribuíram para o quadro das grandes cidades brasileiras descrito na música, pode-se destacar:

a) a falta de informações por parte das populações de menor renda, que adquirem terrenos para construir moradias em áreas de declividade, desvalorizando seus imóveis, mas facilitando a circulação de veículos.

b) o aumento do êxodo rural na década de 1990, o que sobrecarregou as finanças das grandes cidades, impossibilitando a expansão da infraestrutura urbana e serviços sociais no mesmo ritmo da expansão das áreas periféricas.

c) o aumento da população nas últimas décadas, em razão da “explosão demográfica” ocorrida na década de 1980, o que provocou o inchaço das grandes cidades e a expansão das áreas periféricas sem infraestrutura adequada.

d) a ausência de políticas habitacionais capazes de incluir as parcelas de menores rendimentos da população das grandes cidades e a falta de instrumentos de controle da especulação imobiliária.

e) a presença de organizações ambientais criminosas com poder paralelo ao Estado, que impedem a atuação dos órgãos públicos nestas áreas, dificultando a implementação de políticas de melhoria habitacional e inclusão social.

Questão para pesquisa

Realize uma pesquisa a respeito da história da construção do bairro ou da cidade onde você mora. Que processos de transformação você tem condições de identificar no período de 100 anos, por exemplo? Procure descrever as transformações políticas, econômicas e sociais que você identificou, detalhando-as e situando-as corretamente no contexto em que aconteceram.

Na sequência do trabalho, tente avaliar a possível existência de conflitos em cada uma das áreas pesquisadas, esforçando-se para identificar seus agentes e descrever os interesses de cada um.

CAPÍTULO 14

Gêneros, sexualidades e identidades

TIAGO MAZZA CHIARAVALLOTI/NURPHOTO/FOTOARENA

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, suas inter-relações e interseccionalidades.
- Identificar e analisar situações de desigualdade e violência que provêm de padrões de comportamento em relação a gênero e sexualidade.
- Avaliar o papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na atribuição de comportamentos ligados ao sexo e à sexualidade.
- Identificar como os movimentos sociais modificaram percepções sobre a sexualidade e criaram novas demandas de direitos na sociedade.

As passeatas LGBT, também conhecidas como Paradas do Orgulho Gay, são manifestações sociais que explicitam algumas das mudanças e conquistas realizadas por movimentos sociais de gênero. Paulatinamente, diversas identidades e orientações afetivas, assim como diferentes formas de viver a sexualidade, ganham espaço, visibilidade e legitimidade, rompendo padrões heteronormativos e binários. Parada do Orgulho Gay, em São Paulo (SP, 2015).

WESTEND61/GETTY IMAGES

Nos últimos tempos, a luta pelo reconhecimento de casais homoafetivos tem resultado em mudanças na legislação e na forma como são vistos pela sociedade.

FEDERAL SPACE AGENCY/YURI KOCHETKOV/POOL - ANADOLU AGENCY/AFP

O mundo tem assistido a diferentes mudanças de paradigma em relação ao gênero. As mulheres assumem vários papéis, assim como os homens e os transgêneros. Na foto, Elena Serova embarca na nave espacial Soyuz TMA 14 M no Cosmódromo de Baikonur, no Cazaquistão, em 2014.

◆ Questão motivadora

Por que gêneros e sexualidades considerados "diferentes" podem causar sofrimento a inúmeras pessoas?

1 Primeiras palavras

Não é fácil discutir um tema tão controverso e tabu em nossa sociedade. Nos últimos anos, procurou-se silenciar esse assunto nas escolas, nas famílias, na mídia. O que se observa, porém, é o crescimento das falas e dos movimentos por reivindicações ligados aos direitos daqueles considerados "diferentes". Este capítulo tem a intenção de ampliar o diálogo e a compreensão sobre as chamadas *questões de gênero*, que vêm sendo marcadas por violência e intolerância em relação às pessoas que não se inserem nos padrões hegemônicos de comportamentos e afetos.

Embora de início esse campo de estudo tenha sido influenciado pelo movimento feminista e, portanto, sua preocupação central tenha sido a questão da mulher e de seus direitos, hoje os estudos de gênero incluem debates muito mais amplos. Identidade e diferença, (trans)sexualidade, movimentos sociais, cultura, desigualdade e violência estão entre os conceitos mais debatidos. As teorias sobre o tema também tentam compreender por que ainda persistem determinadas limitações a mulheres, bissexuais, homossexuais e transgêneros em relação ao direito de serem plenos, ou seja, de viverem de acordo com suas orientações particulares.

Apesar das muitas limitações ainda impostas aos direitos das uniões homoafetivas, é cada vez mais frequente a adoção de crianças por esses casais.

SHESTOCK/GLOW IMAGES

Sem dúvida, o que mais chama a atenção nesse debate é quanto crescem, no mundo todo, os índices de violência contra as mulheres e os não heterossexuais. O que os estudos sobre gênero e sexualidade procuram compreender são as construções simbólicas e sociais que levam à violência contra esses grupos. Com o debate, procura-se também identificar e analisar as formas menos visíveis de opressão que reforçam as situações de menosprezo às quais tais grupos são submetidos em ambientes de trabalho, na mídia, no cinema, na escola, ou seja, em muitas instâncias da vida social.

Cronologia

1492 – Os europeus entram em contato com indígenas da América do Norte que valorizavam indivíduos transgêneros e andróginos, pois os consideravam seres dotados de "dois espíritos".

1791 – Proposta e aprovada na Assembleia Revolucionária, na França, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, elaborada por Olympe de Gouges.

1893 – A Nova Zelândia é o primeiro país do mundo a garantir o direito de voto às mulheres.

1905 – Sigmund Freud publica *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, nos quais desmistifica a homossexualidade como perversão e reconhece a existência da sexualidade infantil.

1913 – O movimento das *suffragettes*, existente desde o século XIX, intensifica a luta pelo direito ao voto feminino na Inglaterra. Muitas ativistas presas entram em greve de fome e são alimentadas à força.

1919 – Bertha Lutz, zoóloga e pioneira no movimento feminista brasileiro, funda, com um grupo de companheiras, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.

1933 – A Alemanha nazista promove o expurgo de bares *gays* na até então liberal Berlim, torna ilegais as publicações de conteúdo sexual e reprime organizações de homossexuais.

1934 – Mulheres conquistam o direito constitucional ao voto no Brasil.

1947 – Alfred Kinsey funda o Instituto de Pesquisa sobre Sexo (Universidade de Indiana, Estados Unidos), e, por meio dos estudos ali realizados, a bissexualidade é reconhecida como orientação sexual cientificamente comprovada.

1949 – Publicação do livro *Le Deuxième Sexe* (O segundo sexo), de Simone de Beauvoir, que produz grande impacto no movimento feminista, sendo uma referência de pensamento feminista ainda hoje.

1969 – Rebelião de Stonewall (a polícia reprimiu com violência os frequentadores do bar *gay* Stonewall Inn, que resistiram à ação durante vários dias), em Nova York, marca o início da organização dos movimentos sociais modernos de grupos de *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBT).

É possível perguntar: será que nos encaixamos em todos os padrões da sociedade considerados "corretos"? Será que nos inserimos nos padrões de beleza, de consumo, de estética? Temos os empregos que são considerados melhores? Temos uma família ideal? Em algum momento, segundo alguns desses padrões e exigências socioculturais, podemos ser considerados "de fora" ou "diferentes". Tudo isso gera agressões e sofrimento. Mas então por que tomar como referência apenas *um* único modo de vida, *um* padrão de beleza, de família, de orientação sexual? A multiplicidade do mundo é cada vez mais inegável: as pessoas reinventam suas identidades e suas vidas para serem mais felizes, fugindo de padrões de consumo e de pressões estéticas para criar outros padrões, no plural.

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

As pressões para nos adequarmos a um padrão "correto" de beleza, de estética e de consumo podem conduzir à conclusão errônea de que aqueles que não se encaixam em tais padrões são estranhos, diferentes, o que frequentemente resulta em variadas circunstâncias de agressão, violência e exclusão social.

1973 – A homossexualidade é reconhecida pela Associação Americana de Psiquiatria como uma forma de sexualidade entre outras, e não mais como uma doença mental.

1975 – No *Ano Internacional da Mulher* (e início da *Década da Mulher*), estabelecido pela ONU, são reconhecidos os direitos da mulher à integridade física, à autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional.

1985 – No Brasil, o Conselho Federal de Medicina retira a homossexualidade da classificação de doenças e desvios.

1987 – Após a decisão de 1973, a homossexualidade deixa de figurar como doença no terceiro *Manual diagnóstico e estatístico dos distúrbios mentais* (DSM III), da Associação Americana de Psiquiatria, nos Estados Unidos.

1988 – A paquistanesa Benazir Bhutto torna-se a primeira mulher muçulmana a vencer eleições, assumindo o cargo de primeira-ministra entre 1988 e 1990.

2004 – O governo federal brasileiro lança o programa Brasil sem Homofobia, legitimando a diversidade sexual no país.

2006 – É sancionada no Brasil a "Lei Maria da Penha" (Lei nº 11.340), aprovada para coibir a violência contra a mulher.

2008 – Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realiza o Projeto Diversidade Sexual na Escola com o objetivo de formar professores capazes de reconhecer, discutir e respeitar as diversidades sexuais e de gêneros.

2010 – Criação da ONU Mulher, órgão internacional cuja finalidade é defender os direitos das mulheres em todo o mundo.

2011 – O Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece juridicamente a união estável entre pessoas do mesmo sexo, com decisão unânime dos juízes.

2015 – A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil aprova a Resolução nº 12, que estabelece parâmetros para garantir as condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino.

2 Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução

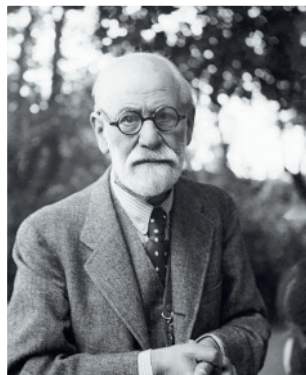
NIKKI KAHN/THE WASHINGTON POST/GETTY IMAGES

O menino transgênero Tyler, de 7 anos, troca as roupas de seu boneco, em Washington (Estados Unidos, 2014). A família ganhou na justiça o direito de mudar o nome dele.

Por que se costuma diferenciar as noções de sexo e gênero e como começou essa distinção? No século XIX, o tema da sexualidade e dos comportamentos humanos em relação a desejos e afetos passou a ser o objeto central de uma nova ciência, a Psicanálise, criada por Sigmund Freud. Segundo ele, a relação entre a sexualidade e o sexo se estabelece pela relação da criança com o pai e a mãe, assim como pelo reconhecimento de ter ou não um *falo* (pênis). Para ele, os comportamentos feminino e masculino se manifestariam a partir do momento em que a criança reconhece que tem ou não um pênis, no chamado estágio fálico. O masculino, portanto, estaria associado ao falo, enquanto o feminino sempre se definiria pela falta e "inveja" deste. Essa diferença ganhou grande espaço na Psicanálise para explicar os comportamentos ditos femininos, causados por essa "castração", e aqueles ditos masculinos, relacionados ao fato de ter um falo.

Ao longo do século XX, a Psicanálise e a teoria de Freud foram revisadas por psicanalistas feministas e também questionadas por feministas ligadas a outras áreas do conhecimento. O fato de atribuir características particulares ao feminino e ao masculino com base na experiência infantil que se tem com os órgãos genitais não convenceu, por exemplo, a filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir, para quem o "destino anatômico" não pode explicar todos os comportamentos associados a esses dois sexos. É preciso observar como o ambiente cultural e educacional é responsável pela construção e imposição de padrões a meninos e meninas. É por esse raciocínio que a filósofa e outras feministas fazem a distinção entre sexo e gênero: o *sexo* corresponderia aos traços biológicos e às genitálias distintas do macho e da fêmea, enquanto o *gênero* teria a ver com as construções e expectativas sociais sobre comportamentos femininos e masculinos. Assim, a identidade de gênero é formada principalmente por elementos culturais, pela sociedade e pela experiência familiar, desde a infância, ou seja, pelo processo de socialização pelo qual adultos influenciam crianças a adotar certos comportamentos e usos do corpo: cabelo curto para meninos e longo para meninas; passividade para meninas, agressividade para meninos; bonecas para meninas, carrinhos para meninos.

Quem escreveu sobre isso

HULTON-DEUTSCH/CORBIS/FOTOARENA

Sigmund Freud

Sigmund Freud (1856-1939), neurologista judeu-austríaco, é conhecido como o fundador da Psicanálise, ciência que tem por objeto o inconsciente e os desejos da psiquê humana. Escreveu inúmeras obras que influenciaram os caminhos de outras áreas científicas, entre as quais se destaca *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), em que trata do desenvolvimento da sexualidade na infância e das polêmicas ideias sobre a inveja do pênis e o complexo de Édipo.

As descobertas de Freud sobre o inconsciente no começo do século XX alteraram a compreensão sobre o ser humano e repercutiram em diversas áreas do conhecimento.

"Ninguém nasce mulher, torna-se mulher." Essa é a famosa frase de Simone de Beauvoir que distingue as duas dimensões da *natureza* e da *cultura*. Assim, o processo de construção de identidade de gênero, embora se relacione com a diferenciação ou identificação com os órgãos genitais, tem com eles uma relação simbólica, ou seja, cultural. Desse ponto de vista, por exemplo, o comportamento menos carinhoso de um homem ou o comportamento maternal de uma mulher não pode ser corretamente explicado pela presença de certos hormônios ou de qualquer outro traço biológico: a explicação se encontra na repressão de desejos e comportamentos imposta pela sociedade.

IMAGE SOURCE/AFP

A distinção entre meninos e meninas, desde antes do nascimento, revela as condições culturais em que o gênero se torna um importante definidor de identidade.

Na Sociologia, até os anos 1970, o conceito de "papéis sociais de sexo", apresentado pela antropóloga cultural estadunidense Margaret Mead (1901-1978), era o termo mais utilizado. É a partir dessa década que as teorias sociais passam a utilizar o conceito de *gênero*, influenciadas pela chamada **segunda onda** do feminismo (período de 1960 a 1980, quando houve ampliação das reivindicações feitas pelas primeiras organizações feministas). Desse modo, o conceito de gênero passa a enfatizar os processos de construção dos comportamentos em relação ao corpo e aos afetos, justamente para superar o "congelamento" das categorias de homem e mulher que advêm de descrições biológicas. Essas novas teorias procuraram desnaturalizar os padrões de "normalidade" que uma visão **androcêntrica** impõe por utilizar a aparência de homens e mulheres para legitimar uma relação de dominação masculina. Isso quer dizer, como afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que as estruturas e instituições sociais partem de uma construção simbólica em que as características masculinas e femininas são biologizadas, naturalizadas e, portanto, dificilmente podem ser desconstruídas.

Androcentrismo
Supervalorização do masculino e naturalização da experiência masculina como princípio universal e normativo da humanidade. Pode ser identificada em expressões convencionais que tomam o homem como representante de toda a espécie (caso de "direitos do homem", "evolução do homem", "ciência do homem"), as quais servem para legitimar o patriarcado.

Para a Sociologia, é importante ressaltar que as nossas identidades se formam nas relações sociais de oposição ou de aproximação. Portanto, nossa identidade de gênero passa por aspectos *relacionais*, sejam anatômicos, sejam psíquicos ou sociais. Mas é nas instituições sociais que podemos observar um processo mais rigoroso e sistemático de normas em relação ao gênero e à sexualidade. A família e a escola podem ser tomadas como duas grandes instituições que são responsáveis por reproduzir marcadores de gênero, assim como estereótipos em relação a homens e mulheres. Na família, a definição da identidade do bebê passa a ser debatida antes mesmo do seu nascimento: todos se perguntam se será menino ou menina, prevendo sua possível personalidade ("vai puxar ao pai/à mãe"), seus gostos e até mesmo sua profissão. Esse fato revela como nossa identidade central será construída de acordo com as expectativas em relação ao nosso gênero/sexo. Na escola, os uniformes se distinguem, assim como as conhecidas organizações de filas para meninos e para meninas. O banheiro, antes compartilhado por toda a família, torna-se um importante marcador de gênero nos primeiros espaços públicos que a criança vai frequentar.

Quem escreveu sobre isso

DANIEL SIMON/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Simone de Beauvoir

Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa francesa, foi uma das mais influentes pensadoras ligadas ao tema do feminismo e à corrente filosófico-literária do existencialismo. Dos inúmeros romances e ensaios que escreveu a obra mais conhecida é *O segundo sexo*, na qual descreve os momentos da vida em que uma pessoa adquire comportamentos considerados femininos.

As ideias de Simone de Beauvoir estão sendo cada vez mais retomadas pelo movimento feminista e reforçadas por outras teorias mais contemporâneas.

DENNIS DRENNER/ALAMY/FOTOARENA

Ainda hoje, muitas escolas adotam a separação entre meninos e meninas. Na foto, crianças numa escola de Battambang (Camboja, 2013).

DAVID BRO/ZUMA PRESS/CORBIS/FOTOARENA

O banheiro "inclusivo", como esse no *campus* de Irvine da Universidade da Califórnia (Estados Unidos, 2015), não faz distinção de gênero.

Para vários sociólogos e antropólogos, as normas e regras em relação aos gêneros podem ser mais ou menos rígidas, variando de acordo com cada sociedade. Nas chamadas patriarcais, aquelas em que o modelo de família é **monogâmico** e **heterossexual**, tendo o poder centrado no *pai* (patriarca), as mulheres são submetidas ao espaço doméstico e a posições inferiores na sociedade. Essa foi a principal "causa" apontada por feministas para explicar a perpetuação de homens em postos de comando e poder. No entanto, tal conceito sofreu modificações e críticas nos últimos anos, o que nos leva a repensar as origens e as formas de continuidade das desigualdades de gêneros.

Saiba mais

Comportamentos de gênero em sociedades diversas

Até o início do século XX, era comum as pessoas associarem o sexo ao gênero, por acreditarem na determinação do fator biológico sobre o comportamento humano. A antropóloga estadunidense Margaret Mead foi a primeira mulher a desbravar o trabalho de campo e, em seu ensaio intitulado *Sexo e temperamento*, datado de 1935, apresentou uma importante contribuição para a ruptura do condicionante biológico sobre comportamentos, hábitos, modo de agir, falar e sentir. Ela estudou três tribos diferentes de Papua-Nova Guiné: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. E tomando como base as construções sociais do mundo ocidental, em que os homens são considerados desbravadores, hostis, agressores, e as mulheres, mais carinhosas e dedicadas a questões familiares e maternas, Mead relatou que, na cultura Arapesh, tanto homens quanto mulheres exibiam comportamentos dóceis, afetivos e sutis, ou seja, um padrão de comportamento esperado de mulheres estadunidenses. Na cultura Mundugumor, a autora constatou que tanto os homens quanto as mulheres tinham comportamento agressivo e dominador, ou seja, um padrão de comportamento esperado dos homens estadunidenses. Já na cultura Tchambuli, a pesquisadora observou a inversão dos papéis: os homens eram dóceis e as mulheres agressivas, além de apresentarem um comportamento dominador e impessoal. Margaret Mead também encontrou indivíduos considerados "inadaptados", ou seja, que não se enquadravam nos papéis sociais atribuídos, e percebeu que estes, por sua vez, assim como na cultura ocidental, também encontravam dificuldades de inserção, o que os levava ao ostracismo e a sanções sociais. Dessa forma, a pesquisa de Margaret Mead contribuiu para a análise de diferentes grupos sociais, evidenciando as construções culturais dos papéis atribuídos a homens e mulheres, rompendo com a perspectiva inata que atribuía os comportamentos e as emoções humanas ao fator biológico.

BETTMANN/CORBIS/FOTOARENA

A antropóloga Margaret Mead em trabalho de campo nas ilhas Manus, em Papua-Nova Guiné, em 1953. Seus estudos influenciaram as primeiras formulações sobre a mulher e sua condição social e individual, que se constituíram em importantes passos para as teorias de gênero e a Antropologia em geral.

3 O patriarcado e seus efeitos

O conceito de patriarcado é um dos principais pontos de partida do pensamento feminista do século XX. Para as teorias feministas, o patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo por submeter as mulheres aos homens e legitimar o poder masculino nas esferas privada e pública, justificando, por exemplo, a violência doméstica e outras modalidades de agressão, perpetuadas pela frequente impunidade nos crimes cometidos contra mulheres, justificados por argumentos que se fundamentam em uma suposta "legítima defesa da honra masculina".

O patriarcado se expressa na ideia de que o homem é superior à mulher e essa hierarquia se espalha por amplos e variados espaços sociais. Embora as definições tradicionais dos papéis de mulheres e homens estejam se diluindo em virtude de um contínuo e crescente processo de oposição de grupos sociais, ainda hoje permanecem as estruturas do patriarcado, que, além de manterem a dominação masculina, reproduzem a violência contra a mulher.

A exploração sexual de mulheres no turismo, as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, assim como a predominância da responsabilidade da mulher nas atividades domésticas e sua exclusão na vida política, são exemplos de que o sistema patriarcal ainda persiste. Seus efeitos podem ser observados também no Código Civil de 1916, no artigo nº 242, que coloca a mulher em segundo plano e em total dependência do marido. Essas determinações só foram alteradas em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada.

A pesquisadora brasileira Neuma Aguiar (1938-) analisou as diferentes perspectivas do pensamento social brasileiro acerca do patriarcado, considerando a importância do fenômeno para a compreensão do arbítrio de poder na família brasileira. Segundo sua avaliação, um dos autores que mais se concentraram no estudo do patriarcado foi Gilberto Freyre: ele entendeu o patriarcalismo como uma estratégia da colonização portuguesa. Nesse contexto, a casa-grande, o ambiente rural, o latifúndio, a escravidão e a exploração sexual das mulheres negras são elementos fundamentais para a compreensão do estabelecimento do poder masculino.

Outro pensador brasileiro analisado pela pesquisadora foi Joaquim Nabuco. Na avaliação dela, Nabuco não enxergava traços de resistência no comportamento das negras escravizadas que abortavam a gravidez resultante de estupro fazendo uso de ervas daninhas e venenos. Ele atribuía a prática à ausência de religiosidade e à falta de instrução dessas mulheres. No entanto, sua descrição revela a crueldade e o pânico moral aos quais essas mulheres eram submetidas e de que forma o concubinato, a negação da paternidade e a cultura do estupro se generalizaram.

Site

- **www.compromissoeatitude.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

O *site* Compromisso e Atitude: Lei Maria da Penha apresenta dados nacionais e mundiais sobre as diferentes modalidades de violência contra a mulher e as jurisprudências que preveem proteção e dignidade às mulheres, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Traz informações sobre o panorama das agressões contra a mulher no Brasil desde a criação da Lei Maria da Penha e disponibiliza serviços àquelas que sofreram violação de seus direitos.

Site

- **www.geledes.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

O *site* apresenta textos, debates e informações que remetem aos temas gênero e raça em questões sobre saúde, mercado de trabalho, violência, preconceito e discriminação.

LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A representação feminina no Congresso Nacional não reflete a força eleitoral das mulheres, que representam pouco mais da metade da população. Isso cria barreiras para a implementação de bandeiras feministas, como a descriminalização do aborto, o aumento da licença-paternidade e o fomento à construção de creches, entre outras. Na foto, bancada feminina faz ato em prol da aprovação de cotas para mulheres no Congresso, em Brasília (DF, 2015).

DOUGLAS PINGITURO/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP

A Marcha das Vadias em São Paulo (SP, 2015). Dedicado ao combate à violência contra as mulheres e à defesa da igualdade de gênero, o evento ocorre anualmente desde 2011, quando foi realizado em Toronto, no Canadá, pela primeira vez. No Brasil, acontece em diversas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Recife, Fortaleza, entre outras.

Mesmo nas cidades em que há maior liberdade sexual para as mulheres, os sintomas da sociedade patriarcal permanecem, como o padrão ambíguo de moralidade que acolhe a poliginia (união de um homem com várias mulheres ao mesmo tempo) e condena a poliandria (união em que uma só mulher é ligada a dois ou mais homens ao mesmo tempo), a atribuição dos trabalhos domésticos à mulher, a prestação de serviços aos homens e as remunerações menores para o trabalho feminino em comparação com salários de homens em funções equivalentes.

Tais sintomas indicam que o patriarcado constitui-se num sistema que dá poder aos homens e fundamenta sua dominação sobre as mulheres. Entretanto, o conceito de **masculinidade hegemônica**, formulado pela socióloga transexual australiana Raewyn Connell, pode significar que existem chances de transformação. Para ela, não há um padrão de masculinidade universal. Ser homem é responder a determinados padrões culturais que podem variar em sociedades multiculturais. Além disso, a masculinidade considerada ideal será dominante e, com base nela, serão classificadas todas as outras expressões masculinas. Assim, ocorre o alinhamento entre o patriarcado e a masculinidade hegemônica, e os homens que se afastam desse perfil perdem *status* e poder. Mas onde estariam as chances de transformação nas relações entre os gêneros? Ao destacar as variações da masculinidade perante o modelo hegemônico, a socióloga menciona a possibilidade de construção de hegemonias positivas, ou seja, de masculinidades, que se mostram receptivas à igualdade com as mulheres.

Site

- **www.onumulheres.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

A ONU Mulheres é uma entidade que foi criada em 2010 pela Organização das Nações Unidas e visa à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres. No portal, é possível ter acesso a documentos, campanhas, eventos globais e regionais.

Quem escreveu sobre isso

PETER HALL

Raewyn Connell

A socióloga australiana Raewyn Connell (1944-), nascida Robert William Connell, é formada em História e doutora em Ciências Sociais. Suas produções iniciais foram influenciadas pelo pensamento de esquerda marxista, particularmente por Antonio Gramsci. Entre seus livros mais famosos está *Gender and power* (Gênero e poder), de 1987, e *Masculinities* (Masculinidades), de 1995, em que desenvolve o conceito de masculinidade hegemônica.

O conceito de masculinidade hegemônica permite identificar a variação nos padrões de masculinidade, de acordo com a especificidade cultural de cada sociedade.

4 A divisão sexual do trabalho: a mulher entre o público e o privado

No Brasil e em quase todos os países do mundo, observamos um progressivo aumento do número de mulheres em postos de trabalho que, antes, eram pouco ocupados por elas, porém ainda com salários menores que os dos homens. Dados estatísticos revelam que no Brasil as mulheres ganham, em média, 30% menos que os homens, ou seja, um dos piores índices de diferença salarial por gênero no mundo.

Além da questão salarial, as mulheres, geralmente, trabalham mais horas que os homens, pois também são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com filhos, avós e parentes doentes. Em situação ainda mais precária vivem as mulheres *trans*. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% desse grupo só encontra trabalho na prostituição e apenas 5% dele está no mercado formal.

A **divisão do trabalho fundamentada nos sexos**, com base na **propriedade privada** e na **família monogâmica**, teria sido, historicamente, a primeira forma de desigualdade de classes, segundo Friedrich Engels (1820-1895), teórico e cofundador, com Karl Marx (1818-1883), do socialismo científico. Com o estabelecimento do patriarcado e da família monogâmica, a mulher passou a ser desvalorizada, assim como seu papel na sociedade: a função do cuidado e da reprodução familiar. Enquanto as funções associadas aos homens – os assuntos públicos e produtivos, que seriam "geradores" de riquezas – passam a legitimar sua dominação, as funções associadas às mulheres – os assuntos domésticos e de reprodução – tornam-se desvalorizadas.

Posição dos países de acordo com o Índice de Igualdade de Gênero

País	Posição
Islândia	1
Finlândia	2
Noruega	3
Estados Unidos	20
Argentina	31
Brasil	**71**
Iêmen	142

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base no relatório *Global Gender Gap*, 2014. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/economies/#economy=BRA>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Brasil

Índice de Disparidade de Gênero 2014

Posição	Pontuação
71	0,694
(entre 142 países)	(0,00 = desigualdade; 1,00 = igualdade)

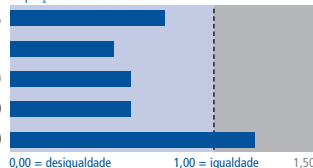
Principais indicadores demográficos e econômicos

PIB (bilhões US$) 1.166,72
PIB *per capita* (paridade de poder aquisitivo) – (2011, dólar) 14,323
População total (milhões) 200,36
Crescimento populacional (%) 0,86
Proporção homens/mulheres na população total 0,97

Pontuação do país

	Posição	Pontuação	Média amostral	Mulher	Homem	Proporção mulher por homem
OPORTUNIDADES E PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA	81	0,649	0,596			
Participação na força de trabalho	81	0,76	0,67	65	85	0,76
Igualdade salarial para trabalho similar (levantamento)	124	0,51	0,61	0	0	0,51
Renda estimada (paridade de poder aquisitivo, US$)	79	0,59	0,53	10.821	18.402	0,59
Legisladores, cargos de chefia e executivos	36	0,59	0,27	37	63	0,59
Profissionais especializados e técnicos	1	1,00	0,65	55	45	1,20

Proporção homens/mulheres — 0,00 = desigualdade; 1,00 = igualdade; 1,50

© 2014 WORLD ECONOMIC FORUM

Os dados do relatório *Global Gender Gap*, realizado pelo Fórum Econômico Mundial, revelam que, em 2014, o Brasil, em termos de igualdade de gênero, encontrava-se na 71ª posição de um total de 142 países. No entanto, em termos de desigualdade salarial, o Brasil ocupava a 124ª posição.

Site

www.spm.gov.br

Acesso em: mar. 2016.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada em 2003 com o objetivo de assessorar a Presidência da República nas políticas de combate ao preconceito e à discriminação contra as mulheres, além de promover a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. No portal da SPM, é possível ter acesso aos sistemas de ouvidoria, como a Central de Atendimento à Mulher em situação de violência, assim como a informações, programas e campanhas.

CARLOS OSORIO/AP PHOTO/GLOW IMAGES

A inserção das transexuais no mercado de trabalho ainda encontra muita resistência por parte dos empregadores, sendo alvo de preconceito e discriminação. Na foto, Arlene Kish, uma mulher de negócios, de 59 anos de idade, em seu escritório na cidade de Warren, estado de Michigan (Estados Unidos, 2010).

Fonte: Relatório Global Gender Gap, 2014. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gendergap-report-2014/economies/#economy=BRA>. Acesso em: fev. 2016.

ZHENGYI XIE/CPRESSPHOTO/CORBIS/FOTOARENA

Embora seja um dos países com maior crescimento econômico no mundo atual, a China emprega milhares de mulheres em fábricas têxteis em condições análogas ao trabalho escravo. Na foto, mulheres trabalham em fábrica de roupas na cidade de Huaibei (China, 2016).

O advento do capitalismo na Europa, em particular a partir do capitalismo industrial, levou mulheres para fora do espaço doméstico, principalmente na indústria. Para o capitalismo, mulheres (e crianças) formavam uma mão de obra genérica e barata que podia ser empregada em funções não especializadas ou naquelas que elas já exerciam no espaço da casa: costura, confecção de tecidos e limpeza. Aliás, essas ocupações industriais empregavam mais mulheres do que homens.

A **divisão técnica e social do trabalho** se desenvolveu rapidamente no capitalismo: as tarefas se tornaram cada vez mais especializadas e fragmentadas. Essa divisão pormenorizada reforçou a divisão sexual do trabalho, porque, progressivamente, dividiu os espaços de "fora" da família como produtivos e aqueles relativos à família como reprodutivos. Se nas sociedades pré-industriais a família era, ao mesmo tempo, uma unidade produtiva e reprodutiva, isso se modificou profundamente com o capitalismo: as tarefas produtivas tornaram-se masculinas, e as reprodutivas, femininas.

No final do século XIX e início do século XX, inúmeras leis de "proteção" à mulher passaram a proibir o trabalho feminino em ocupações consideradas mais pesadas ou perigosas, já que isso havia trazido problemas de ordem "moral" resultantes do fato de as mulheres terem mais mobilidade fora do espaço da casa. Na França, uma lei de 1892 proibia as mulheres de exercer o trabalho noturno. No Brasil, a mesma proibição foi expressa em um decreto de 1932. Embora muitas dessas leis visassem à "proteção" das mulheres, exploradas pela indústria – assim como ocorria com as crianças –, acabaram por confiná-las ao cuidado doméstico e a trabalhos realizados em casa, sub-remunerados.

Durante o século XX, as duas guerras mundiais voltaram a impulsionar a presença das mulheres nas indústrias, pois, nesses momentos, os esforços produtivos eram necessários. No entanto, com o fim do período de guerras, novamente se reivindicou o retorno das mulheres à casa. O modelo de família almejado pela sociedade industrial e fordista do pós-guerra centrou-se, então, no "homem provedor e na mulher cuidadora".

Livro

- **CHANG, Leslie T. *As garotas da fábrica*: da aldeia à cidade numa China em transformação.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

Retrata o caso das operárias nas linhas de montagem e sua relação com o crescimento econômico da China nos últimos anos. Baseado na história de duas jovens, oferece uma interessante narrativa sobre mudanças econômicas, mobilidade social, migração e família.

© GUERRILLA GIRLS, COURTESY GUERRILLAGIRLS.COM

Nesse cartaz feminista, de 2008, questiona-se por que as mulheres entram nos museus apenas nas obras de arte e quase raramente como artistas: "As mulheres têm que estar nuas para entrar no Metropolitan Museum?", questiona o título do cartaz, que se refere ao famoso museu de Nova York, nos Estados Unidos. É importante ressaltar que a escassa presença das mulheres ocorre não apenas nas artes plásticas, mas também na literatura e na música.

Os movimentos de emancipação feminina na Europa, particularmente nos anos 1960, questionaram a falta de liberdade e as normas rígidas adotadas em relação às mulheres. Inúmeras conquistas já haviam sido alcançadas em boa parte do mundo ocidental, como o direito ao voto, à licença-maternidade e ao divórcio. Entretanto, o mercado de trabalho ainda era muito restrito. Foi somente a partir dos anos 1980, com o movimento intenso da globalização, que a participação feminina na população economicamente ativa (PEA) e na população ocupada (PO) cresceu em boa parte do mundo.

A maior participação feminina no mercado de trabalho global trouxe contradições: embora as mulheres tenham adquirido poder financeiro e passado a ocupar empregos que não eram habituais, continuaram a ser responsáveis pelas tarefas domésticas, o que levou a uma dupla jornada (no trabalho e em casa) ou, ainda, a uma tripla jornada (trabalho, universidade ou escola e cuidados com a casa).

Podemos encontrar diversos modelos e padrões de divisão sexual do trabalho de acordo com cada cultura. No entanto, a combinação de colonização e capitalismo fez com que o modelo ocidental fosse exportado para grande parte do mundo. Inúmeras leis e costumes em relação às mulheres estão sendo modificados. Mesmo assim, calcula-se que em mais de 15 países as mulheres ainda são proibidas de trabalhar. Estados como o Irã e o Gabão reconhecem, até hoje, o direito do marido de se opor ao trabalho da esposa.

BRYAN DENTON/CORBIS/FOTOARENA

Em 2015, as mulheres da Arábia Saudita votaram pela primeira vez. Nesse país, a separação entre os sexos é uma norma, e as mulheres são proibidas de dirigir, trabalhar ou viajar sem autorização do marido. Na foto, mulher trabalhando em Riad (Arábia Saudita, 2013).

Saiba mais

A conferência Pequim+20

A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, conhecida como Pequim+20, foi realizada em 1995, com representantes de 189 governos. O resultado do encontro foi o compromisso dos governos perante as Nações Unidas e todo o mundo para o cumprimento de metas relacionadas a 12 áreas de preocupação prioritárias, seguindo as diretrizes da *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim* (que pode ser vista na íntegra no endereço <www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: fev. 2016). Foram listadas na conferência as seguintes áreas prioritárias de atuação com vista ao empoderamento das mulheres.

1. Mulheres e pobreza
2. Educação e capacitação de mulheres
3. Mulheres e saúde
4. Violência contra as mulheres
5. Mulheres e conflitos armados
6. Mulheres e economia
7. Mulheres no poder e na liderança
8. Mecanismos institucionais para o avanço das mulheres
9. Direitos humanos das mulheres
10. Mulheres e a mídia
11. Mulheres e meio ambiente
12. Direitos das meninas

No que diz respeito à pobreza, uma das metas do documento é "elaborar e executar programas contra a pobreza, bem como programas de emprego, que melhorem o acesso das mulheres que vivem em situação de pobreza à alimentação, inclusive mediante a utilização de mecanismos apropriados de formação de preços e de distribuição". No que se refere à educação, uma das metas centrais é a eliminação do analfabetismo entre as mulheres. Já em relação à violência contra a mulher, uma das metas estipula "introduzir e/ou reforçar sanções penais, civis, trabalhistas ou administrativas na legislação, com o fim de punir e reparar os danos causados às mulheres e às meninas vítimas de violência de qualquer tipo, ocorrida no lar, no local de trabalho, na comunidade ou na sociedade".

Quem escreveu sobre isso

ARQUIVO PESSOAL

Importante tendência nas Ciências Sociais, a pesquisa sobre a participação das mulheres nas diversas áreas é o principal objeto de interesse de Helena Hirata.

Helena Hirata

Helena Hirata (1946-) possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Sociologia Política pela Université de Paris VIII. Sua pesquisa é voltada para a área de Sociologia do Trabalho e de Gênero. Estuda os efeitos da globalização na divisão sexual do trabalho, analisando a reorganização do trabalho assalariado e do trabalho doméstico no Brasil e no mundo.

Heteronormativo
Esse termo marca o padrão de comportamento heterossexual, indicando que as orientações sexuais diferentes das heterossexuais são discriminadas, considerando, dessa forma, a opção de heterossexualidade como o padrão para toda a sociedade e pautando como "normalidade" a dualidade entre macho e fêmea.

5 Interseccionalidades: raça, classe e gênero

Como vimos anteriormente, a análise das **feministas radicais** era de que o patriarcado e a dominação masculina colocavam mulheres de culturas e classes sociais diversas em uma mesma situação. Existiria, assim, uma "identidade" entre mulheres com base em sua posição nesse sistema de poder: seria possível, portanto, falar em "mulher" e "homem" como categorias universais de referência. Mas, afinal, existem padrões ou estruturas válidas para todas as culturas que permitam falar em uma identidade feminina ou em uma opressão masculina universal? As mulheres passam pelas mesmas experiências de violência e são igualmente subjugadas apenas por serem mulheres?

As análises e teorias do feminismo, embora criticassem o "essencialismo" biológico da definição homem e mulher, também estavam limitadas por não considerarem a interdependência das relações de poder que perpassam as diferenças de raça, de sexo e de classe. Foram as feministas negras que, no final da década de 1970, criticaram radicalmente o feminismo branco, de classe média e **heteronormativo**. Em contraponto, as lutas sociais deveriam considerar as diferentes identidades, as interseções de raça, de gênero, de classe e de sexualidades.

Nesse momento, surgiram rupturas importantes nas teorias feministas, dando origem a diversas vertentes: para além do chamado feminismo radical, de origem europeia, nos Estados Unidos desenvolveu-se o feminismo socialista, o feminismo negro e, mais tardiamente, o transfeminismo; nos países periféricos, o feminismo pós-colonial. Essas novas vertentes indicavam que as experiências de opressão se davam de formas diferentes em virtude também de fatores como raça e classe. Surgiu, então, o enfoque da interseccionalidade.

O enfoque da interseccionalidade percebe as diferenças de gênero, raça, classe e orientação sexual de forma integrada, considerando suas interações na realidade social e tendo a preocupação de não hierarquizar as diversas formas de opressão. Analisar as diferenças entre homens e mulheres, por exemplo, mostrou-se insuficiente por não se observarem as diversidades específicas que existem entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras.

Enquanto o feminismo branco e ocidental – expressão que as feministas negras e do terceiro mundo usavam para qualificar o feminismo produzido na Europa – ressaltava que os espaços públicos tinham sido dominados pelos homens e os espaços domésticos deixados às mulheres, desvalorizando-os, o feminismo negro perguntava: no espaço doméstico não há ainda a hierarquia da mulher branca que paga à mulher negra ou à imigrante para servi-la?

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Expressões públicas de movimentos sociais feministas de terceira onda, como a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver em Brasília (DF, 2015), são crescentes no Brasil. Reivindica-se a constituição de políticas públicas que atendam às demandas de interseccionalidade.

A escritora e feminista negra estadunidense bell hooks argumenta que as mulheres brancas e de classes mais altas confinaram-se no espaço doméstico como uma forma de recusa à execução de trabalhos normalmente realizados por mulheres negras e de classes populares. Ela destaca ainda que a emancipação de mulheres brancas ocidentais esteve atrelada à subordinação da massa de mulheres de países em desenvolvimento. Um exemplo dessa fala é a necessidade de usar o trabalho de mulheres negras como domésticas e em funções de cuidado como condição para que mulheres brancas e de classes privilegiadas possam ter sua liberdade de trabalhar fora de casa.

As críticas de bell hooks devem muito a outra escritora negra estadunidense, Angela Davis (1944-), que fez parte do grupo Panteras Negras, movimento de orientação socialista em defesa dos direitos dos negros. Feminista e socialista, Davis escreveu um dos livros que mais chamaram a atenção para a condição específica da mulher negra, geralmente renegada nos próprios movimentos feministas, como o das sufragistas. A filósofa, no entanto, acredita que algumas situações aproximaram as mulheres negras das brancas, como a luta pela educação.

Quem escreveu sobre isso

NEWSCOM/FOTOARENA

Martin Luther King Jr., Malcolm X, Erich Fromm e Paulo Freire estão entre as principais referências de bell hooks.

bell hooks

Escritora e professora universitária estadunidense, nascida em 1952, bell hooks é uma das principais militantes e pesquisadoras contemporâneas do feminismo. Autora de dezenas de livros sobre o tema, optou por usar, em vez de seu nome original (Gloria Jean Watkins), o pseudônimo bell hooks, grafado com letras minúsculas, com o objetivo de reforçar o conteúdo de suas obras em detrimento da autoria. Na infância, estudou em escolas destinadas somente a negros, já que a segregação espacial perdurava nos Estados Unidos. Na adolescência e na juventude, continuou sofrendo discriminação racial nos ambientes educacionais. Essas experiências motivaram sua militância política e sua prática pedagógica comprometida com a descolonização e suas investigações sobre raça, gênero e classe (segundo a perspectiva da interseccionalidade). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* é sua primeira obra traduzida para a língua portuguesa, publicada no Brasil em 2013.

Filme

◆ **O sonho de Wadjda**

REPRODUÇÃO

Arábia Saudita/Alemanha, 2012.
Direção: Haifaa Al Mansour.
Duração: 98 min.

O filme conta a história de Wadjda, menina de 12 anos que vive em Riad, capital da Arábia Saudita. Wadjda gosta de usar tênis, *jeans*, escuta *rock and roll* e sonha em comprar uma bicicleta para disputar uma corrida com seu melhor amigo. No entanto, o uso de bicicletas é reservado aos meninos. Mais que retratar as questões culturais, o filme faz um importante questionamento sobre os papéis de gênero.

A contribuição da socióloga brasileira Lélia Gonzalez também enriquece o debate sobre interseccionalidade, fundamentando-se no lugar e nas experiências da mulher afro-americana, chamada por ela de "amefricana". A socióloga apontou os limites do conceito de patriarcado, que, embora seja importante para explicar a dominação masculina, não inclui a questão racial como parte do sistema de opressões que coloca em um lugar específico a mulher negra. Lélia também contempla em suas análises a mulher indígena, que se encontra em situação análoga à das mulheres negras no sistema colonial capitalista e patriarcal.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

As mulheres, particularmente as negras, são as maiores beneficiárias do programa Bolsa Família, iniciado em 2003.

Hoje podemos observar como as reflexões da interseccionalidade são necessárias para interpretarmos as experiências dos grupos na base da pirâmide de desigualdade social. O programa Bolsa Família, que fornece benefícios a famílias em situação de pobreza extrema, traz importantes indícios das relações entre classe social, raça/etnia e gênero: entre os beneficiários do programa, 93% são mulheres, das quais 68% são negras. Ocupando trabalhos sub-remunerados e menos prestigiados, além de contarem, em geral, com um orçamento familiar oriundo de uma única fonte de renda, são as mulheres negras aquelas que enfrentam o ciclo de pobreza com menores condições de mudança.

Quem escreveu sobre isso

CEZAR LOUREIRO/AGÊNCIA O GLOBO

Lélia Gonzalez

A brasileira Lélia Gonzalez foi uma intelectual e militante que viveu de 1935 a 1994. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), destacou-se na formação de uma consciência crítica em relação aos preconceitos contra a mulher negra.

O trabalho de Lélia Gonzalez enfatiza as experiências da mulher afro-americana.

6 Identidade de gênero: sua instabilidade

Como vimos no início deste capítulo, a identidade de gênero é fruto de uma construção social e da normatização de comportamentos que tem como base a divisão entre os sexos. Mas de que forma essas normas se relacionam com os processos subjetivos de formação de identidades, mesmo estando além da vontade dos indivíduos?

Foram os estudos **pós-coloniais** e **pós-estruturalistas**, já nas últimas décadas do século XX, que começaram a colocar um ponto de vista novo em relação a essa questão. Antes de ressaltar que "estruturas" ou instituições impõem comportamentos e regras, as teorias que se desenvolvem nesse campo procuram demonstrar os fluxos de formação de identidade e sua relação com os micropoderes.

Elas chamam a atenção para a formação das subjetividades, que seriam mais fluidas e menos fixas, mais móveis e menos estruturadas: em termos sociológicos, é a tentativa de compreender as *estruturas* por meio das ações dos indivíduos, de modo mais descontínuo e fluido, pela *linguagem* e sua *relação com os corpos*. Discursos, enunciados, falas, signos, símbolos, representações teriam um significado na realidade para poderem transformar estruturas em ações.

Os *hijras* são indivíduos do chamado "terceiro gênero", aceitos culturalmente na Índia e no Paquistão. São intersexuais ou transexuais que, desde 2014, têm reconhecimento oficial na Índia. Na foto, *hijras* em Nova Délhi (Índia, 2015).

THE TIMES OF INDIA/ARJUN KHERA/AFP

A teoria da *Performatividade,* da filósofa estadunidense Judith Butler, pressupõe que a distinção entre o sexo/biológico e o gênero/cultural, algo tão fundamental para o discurso feminista, é também uma construção cultural. Ou seja, ela discute a ideia de que o gênero e a sexualidade derivam de um sexo determinado. O "destino anatômico", para Butler, em nada determina nossos comportamentos: na verdade, é pela repetição, pela performatividade, que naturalizamos uma identidade de gênero. Ao ouvir repetidamente frases do tipo "você não deve fazer isso, pois é menina(o)", a criança vai, aos poucos, assumindo essa identidade. Ao ser estimulada a usar roupas como saias, vestidos e laços, ela vai naturalizando uma identidade dita "feminina"; ou, ao contrário, ao ser estimulada a usar roupas de tons neutros, a ter comportamentos mais sérios e dominantes, naturaliza uma identidade "masculina".

Os estudos de Judith Butler e Michel Foucault influenciaram um novo campo de estudos chamado "teoria *Queer*". Essas teorias defendem a ideia de que a lógica binária (homem × mulher) e heterossexual (homem → outros gêneros) seria reguladora dos comportamentos em relação ao sexo/gênero em sociedades ocidentais.

Livro

- **BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?*** São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros passos.)

Apresenta uma importante reflexão didática sobre a transexualidade, tendo por base questionamentos de gênero, da construção social "masculino" e "feminino", da "normalidade" e da "anormalidade".

Quem escreveu sobre isso

FRANK RUMPENHORST/DPA/CORBIS/FOTOARENA

Judith Butler destacou-se como um dos nomes mais importantes da teoria *Queer*.

Judith Butler

A filósofa estadunidense Judith Butler, nascida em 1956, tornou-se referência internacional nos estudos sobre gênero, sexualidade, identidade, desejo e performatividade. Continuadora da obra de Michel Foucault, ela analisa, critica e desconstrói, de modo radical e original, tanto a heteronormatividade quanto a dualidade sexo/gênero, o que fez dela uma expoente da teoria *Queer*. A primeira de suas obras traduzida para o português, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), é reconhecida como seu trabalho mais importante. Em *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*, publicada no Brasil em 2014, Judith Butler discute as restritas constituições da família tradicional, composição que, segundo ela, atua como obstáculo normativo para novas possibilidades de laços de intimidade.

Filme

- **De gravata e unha vermelha**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.
Direção: Miriam Chnaiderman.
Duração: 86 min.

O documentário apresenta uma discussão sobre as questões de gênero e da expressão da sexualidade, mostrando a complexidade e a diversidade que compõem o tema, seja na expressão corporal, seja nos hábitos ou nos gostos. Por intermédio de depoimentos, é possível romper com estereótipos e rotulagens.

No entanto, é importante atentar para a instabilidade das relações sociais reguladas por esses padrões, que podem e são, em geral, subvertidos pelas crianças, ainda não plenamente autorreguladas em seus comportamentos. Por isso, observamos os tutores da criança (pai, mãe, avós ou outros) insistirem para que elas "aprendam" qual é seu papel de gênero, reproduzindo atitudes e palavras para se referir a si mesmas como "meninas" ou "meninos". Ao mesmo tempo que a repetição tenta fixar identidades e comportamentos, ela nunca é a mesma: sempre adiciona algo de próprio, de subjetivo. Portanto, fala-se de uma descontinuidade ou de um deslizamento no processo de "generificação" do corpo, permitindo um espaço para o questionamento dessas normas.

Se as identidades são menos fixas e mais móveis do que pensávamos, que consequências isso teria no campo político? Se dificilmente é possível falar em "mulher" como algo universal, o feminismo perderia sua base de referência? Como pensar a sexualidade fundamentando-se na ideia de que o próprio corpo pode ser objeto de análise não apenas das áreas biológicas, mas também dos estudos filosófico-sociais? É o que será visto nos próximos tópicos.

7 Sexualidade(s) em transformação

As categorias de gênero e sexualidade têm sido alvo de crescentes discussões no cenário contemporâneo. Uma parcela significativa dos debates sobre tais temas fundamenta-se no questionamento e na crítica de um sistema de classificação binário que ainda dá sustentação a estruturas de comportamento e simbolismos que definem a identidade humana de grande parte da população mundial. Esse sistema de classificação binário foi empregado como o modo de diferenciar grupos sociais humanos e também como o meio efetivo de legitimar a dominação de alguns grupos sociais sobre outros. Desse modo, a ciência ocidental construiu pares de oposição binária, como: Ocidente × Oriente, Velho Mundo × Novo Mundo, brancos × negros, "nós" × "os outros", metrópole × colônia, cristãos × pagãos, civilizados × selvagens, países desenvolvidos × países subdesenvolvidos. Nessa lógica de classificação binária, o ser humano biológico também foi classificado em dois únicos subgrupos: homens e mulheres. Seguindo esse padrão binário, o corpo físico (sexo biológico) foi tomado como base para constituir, também de modo binário e excludente, outros elementos da identidade humana, como as expressões de gênero, a orientação afetivo-sexual, a identidade de gênero e os papéis sociais atribuídos a cada indivíduo.

Em seus diferentes estudos, Michel Foucault buscou compreender como o **corpo humano**, ao longo do tempo, tornou-se o espaço em que diferentes modalidades de poder e de saber atuam. De acordo com a análise de Foucault, sobre o corpo incidem dinâmicas de dominação, normatização, vigilância (por meio do autocontrole e/ou do dispositivo panóptico), instituições disciplinares, confecção de laudos médicos, psicológicos e periciais, além de práticas confessionais (de cunho religioso e/ou científico). Ao analisar os discursos, assim como as modalidades de saber e de poder que normatizam o corpo, esse pensador identifica sistemas de controle eficazes e potentes, diferentes das modalidades de poder que advêm do Estado. Trata-se da "microfísica do poder", capaz de legitimar valores, saberes, comportamentos e práticas sociais atuando diretamente no corpo de cada indivíduo.

O panóptico foi tratado no capítulo 4.

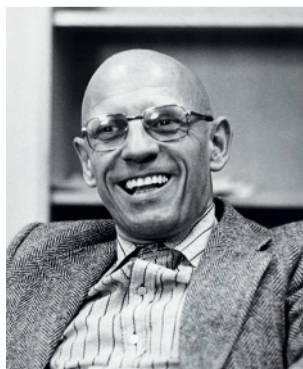
Aplicativo

- **Sai pra lá**

Este aplicativo foi desenvolvido por uma jovem de 17 anos para rastrear casos de assédio. Pessoas que foram assediadas podem acessá-lo, selecionar o tipo de assédio e marcar no mapa. Os assédios são classificados em sonoros, verbais, físicos ou indefinidos. O aplicativo está disponível para sistemas Android e iOS.

Em seus minuciosos estudos, o pesquisador revela que a sociedade moderna é caracterizada por relações que articulam corpos, saberes e poderes. Sobre o corpo atua um conjunto de forças, que podem ser convergentes ou contraditórias, definindo a identidade histórica do indivíduo. Por meio dessa perspectiva, Foucault nega a neutralidade científica, assume que fazer ciência é, necessariamente, fazer política, demonstrando as evidentes correlações entre saberes, poderes e ciência. Assim, torna-se expressiva a afirmação de que "não há constituição de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder", presente em sua obra *Vigiar e punir* (1996, p. 29-30).

Quem escreveu sobre isso

BETTMANN/CORBIS/FOTOARENA

Michel Foucault

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) contribuiu significativamente para as Ciências Sociais. Suas pesquisas estiveram direcionadas e relacionadas aos estudos do poder, das instituições sociais, do conhecimento, do corpo, da sexualidade, da loucura, do controle social e da punição. Entre seus livros destacam-se: *A história da loucura na idade clássica* (1961), *A arqueologia do saber* (1969), *Vigiar e punir* (1975) e *A história da sexualidade* (1976).

Foucault demonstra como o conhecimento e os discursos estão relacionados ao poder e como eles incidem sobre os corpos e a sexualidade.

Compreender que a ciência ocidental e as instituições religiosas modernas contribuíram para normatizar e disciplinar, segundo paradigmas binários, expressões, identidades e papéis sociais de gênero, assim como o sexo biológico e as orientações afetivo-sexuais, é algo que nos permite diagnosticar que tal categorização binária foi historicamente constituída e utilizada em favor de sistemas de dominação específicos, o que favoreceu, por exemplo, a ascendência dos homens sobre as mulheres. Desse modo, questionar e analisar o modelo de sexualidade humana advindo desse sistema binário permite aprofundar nosso entendimento sobre como a identidade de gênero e a sexualidade efetivamente se constituem. Se a heteronormatividade caracterizou, por muito tempo, o padrão "correto" de orientação afetivo-sexual nas sociedades modernas, atualmente esse modelo vem perdendo legitimidade.

As Ciências Sociais, juntamente com segmentos mais restritos da Medicina e da Psicologia, superaram a concepção de que a sexualidade humana é definida por elementos fisiológicos, bioquímicos e hormonais, entendendo-se que componentes socioculturais também são relevantes, na definição dos papéis sociais de gênero. A imagem a seguir mostra algumas das variações contemporaneamente associadas ao gênero, à sexualidade e mesmo ao sexo biológico.

No fim do século XX, emergiu um novo campo científico chamado estudos de gênero. Por meio de novas pesquisas e das significativas contribuições de movimentos sociais de gênero, argumenta-se que o comportamento humano não é naturalmente definido pelo nosso sexo biológico. Reconhece-se que há diferentes possibilidades de orientação afetivo-sexual, e que, além disso, a cada cultura, em diferentes tempos históricos, correspondem expressões de gênero específicas; legitimam-se ou negam-se orientações afetivo-sexuais; atribuem-se identidades de gênero e papéis sociais específicos a seus integrantes.

AGÊNCIA NO CLIMA MARKETING JOVEM/CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIBH

A ilustração apresenta, sinteticamente, quatro elementos que podem ser vivenciados de maneiras diferentes, transcendendo a antiga categorização binária e superando a heteronormatividade. Sexo biológico, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e expressão de gênero podem combinar-se de formas variadas, constituindo múltiplos modos de composição identitária de uma pessoa.

CHARNSITR/SHUTTERSTOCK

Criada pela mulher transgênero Monica Helms, a bandeira do orgulho transgênero foi utilizada pela primeira vez em 2000, na Parada do Orgulho Gay da cidade estadunidense de Phoenix. As listras paralelas simbolizam a equivalência entre as diferentes identidades de gênero. A cor azul faz alusão ao gênero masculino, a cor-de-rosa, ao feminino, e a branca, às pessoas que estão em transição e àquelas que não se sentem pertencentes a um gênero definido.

Adotar o relativismo cultural para reconhecer as diferentes composições identitárias presentes nas sociedades ao longo do tempo e do espaço é admitir que a variedade e a plasticidade são os principais elementos que constituem a humanidade. Assim sendo, acatar ou questionar normatizações culturais, ou, ainda, atribuir um novo significado a elas são possibilidades efetivas de comportamento humano, que fazem com que as culturas estejam em constante movimento.

Novas categorias emergem para nomear elementos relacionados ao gênero e à sexualidade. Quanto ao sexo biológico (dados hormonais, cromossomos e órgãos genitais) original de cada pessoa, empregam-se os termos sexo feminino/fêmea (para pessoas dotadas de vagina), intersexual (para aquelas dotadas de genitália ambígua) ou sexo masculino/macho (para indivíduos dotados de pênis). Já a identidade de gênero está associada ao que é considerado individualmente como mulher, homem ou transgênero/transexual (termos que definem as pessoas que não se identificam com o sexo de nascimento). Nesse caso, chama-se mulher transgênero/mulher transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero feminino e reivindica o reconhecimento como mulher (mas que não nasceu com o sexo feminino). Do mesmo modo, chama-se homem transgênero/homem transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero masculino e reivindica o reconhecimento como homem (mas que não nasceu com o sexo masculino). Quando há a associação entre a identidade de gênero e o sexo biológico de nascimento de uma pessoa, adota-se o termo cisgênero (homem cisgênero ou mulher cisgênero) – ou cissexual – para desnaturalizar a própria noção de sexo e gênero feminino/masculino. Outro elemento a ser considerado como definidor da identidade é o conjunto de expressões de gênero, que caracterizam comportamentos femininos, masculinos ou andróginos socialmente associados a expressões físicas, atitudes, vestimentas e modos de interação.

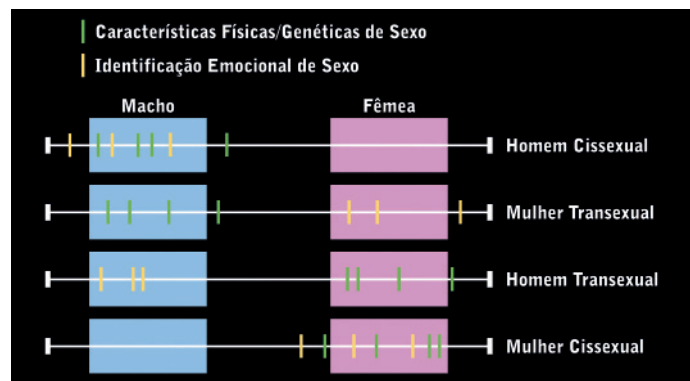
A orientação afetivo-sexual define termos para identificar as diferentes modalidades de atração física/emocional. Quanto à atração sexual, reconhece-se a heterossexualidade, a homossexualidade (*gays* ou lésbicas), a bissexualidade, a pansexualidade (atribuída àqueles que sentem atração por pessoas independentemente do gênero) e também a assexualidade (atribuída às pessoas que não sentem atração nem desejo sexual).

PAULISTA/SHUTTERSTOCK

CLAUDIA FERREIRA

Em 2012, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno psiquiátrico, possibilitando a aceitação desse tipo de sexualidade por parte da sociedade. A ideia binária de "macho" e "fêmea" passou, aos poucos, a ser substituída pela presença de outras possibilidades – dando mais liberdade às pessoas para decidirem sua identidade de gênero – como mostra o símbolo acima da foto ao lado. A cartunista e transexual Laerte (aqui em foto de 2015, no Rio de Janeiro, RJ), há alguns anos, passou a se definir como bissexual no que diz respeito à sexualidade e se tornou figura importante para a discussão atual da liberdade de gênero.

WWW.PORTUGALGAY.PT

Este esquema exemplifica algumas possibilidades de expressão da sexualidade humana, evidenciando o rompimento com a heteronormatividade e também com o sistema binário de classificação de gênero, sexualidade e orientação sexual.

Fonte: PortugalPride.org. Disponível em: <http://portugalpride.org/pp2008.asp>. Acesso em: mar. 2016.

8 Movimentos sociais: feminismo(s) e LGBT

No senso comum, é possível escutar que o feminismo é o contrário do machismo: seria uma tentativa de impor o poder das mulheres por intermédio da força ou das ideias feministas. Nada mais equivocado. Em primeiro lugar, o feminismo nasceu de um movimento de igualdade, e não de superioridade. Em segundo, o mais correto seria falar em *feminismos*, no plural, tendo em vista as diversas concepções e debates que marcam essas teorias.

Para os historiadores, as origens do feminismo ocidental podem ser situadas no século XIX. Segundo a historiadora canadense Marlene LeGates (1943-), falar em feminismo antes desse século é cometer um anacronismo, pois, embora existissem mulheres e homens preocupados com a opressão masculina, o feminismo como movimento social e corrente de pensamento ainda não havia se organizado.

BETTMANN/CORBIS/FOTOARENA

Mulheres em protesto pelo direito ao voto, em Paris (França, 1934).

Alguns historiadores se referem à Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791, redigida por Olympe de Gouges (1748-1793), para lembrar como o feminismo tem origens remotas. Olympe de Gouges foi uma escritora francesa, considerada uma das pioneiras do feminismo, que morreu executada pelos jacobinos, em 1793, por causa de suas opiniões. No entanto, ao se falar das origens do feminismo, normalmente se faz referência à chamada **primeira onda**, que seria constituída pelos primeiros movimentos organizados por mulheres no século XIX, em países ocidentais, em torno de inúmeros direitos, principalmente o direito ao voto.

A historiadora brasileira Céli Regina Pinto lembra que no Brasil as primeiras feministas também se organizaram em torno dos direitos políticos: lideradas por Bertha Lutz (1894-1976) e pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, conquistaram, em 1932, o direito ao voto. No início do século XX, tanto no Brasil quanto na Europa, houve o crescimento de organizações operárias feministas, de influência anarquista ou socialista, assim como de organizações de mulheres de classe média, como associações e clubes.

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

ACERVO ICONOGRAPHIA

Duas feministas de correntes diferentes, porém igualmente importantes: à esquerda, a revolucionária alemã Clara Zetkin (em foto da década de 1890), de orientação marxista, e, à direita, a feminista brasileira Bertha Lutz (em foto da primeira metade do século XX), de orientação liberal e uma das responsáveis pela institucionalização do voto feminino no Brasil.

MUSEUM OF LONDON/HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES

Em 1908, no Reino Unido, sufragistas se exibem em passeata, ainda com suas roupas de prisioneiras, após terem sido libertadas.

O feminismo sempre se combinou com lutas democráticas em todos os lugares do mundo. Assim, nos movimentos socialistas e operários do século XIX, tal como nos movimentos anarquistas, foram inúmeras as organizações de mulheres e lideranças feministas em várias fábricas e no campo. O Dia Internacional das Mulheres, por exemplo, nasceu da iniciativa da líder socialista alemã Clara Zetkin (1857-1933), que propôs em uma Conferência Socialista a adoção do 8 de março para celebrar essa data.

A organização de associações e movimentos feministas diferiu no que concerne não apenas a classes sociais, mas também a termos raciais.

As feministas negras do pós-colonialismo, como já foi dito, afirmaram que as feministas brancas se organizaram em torno de lutas para que tivessem empregos e carreiras, assim como o reconhecimento como cidadãs, sem, no entanto, atentarem para o fato de que as mulheres negras continuavam a ser penalizadas tanto pelo sexismo quanto pelo racismo, não usufruindo das conquistas do feminismo branco. Esses novos feminismos salientavam também que a situação da mulher rica e de classe média não podia ser igualada à de mulheres negras, indígenas ou de países colonizados, tendo em vista que, para estas últimas, o problema não era a monotonia de ser "dona de casa", mas o trabalho pesado, a discriminação (racial e de classe) e a transformação de seu corpo em objeto, que as tornavam vítimas comuns de crimes sexuais.

As modificações nas sociedades ocidentais após as guerras mundiais do século XX levaram a mudanças também no feminismo. Nos anos 1960, surgiu a chamada segunda onda feminista, em que as reivindicações das mulheres passaram a se dirigir ao mercado de trabalho, à divisão de tarefas familiares e aos direitos reprodutivos. Nesse mesmo período, porém, abriram-se divergências no próprio feminismo, o que resultou na criação de diferentes correntes: o feminismo liberal, o feminismo radical, o feminismo negro e o feminismo socialista. Essas divergências não significaram uma decadência do movimento, muito pelo contrário: as correntes do feminismo progrediram graças ao desenvolvimento teórico e filosófico bastante avançado, que permitiu que a pluralidade de situações em relação às mulheres fosse contemplada, e as lutas sociais fossem ainda mais precisas e eficazes.

O feminismo liberal é aquele ligado às questões de maior igualdade nos contextos institucionais. Sem dúvida, foi importante para assegurar leis e reconhecimentos jurídicos para as mulheres, assim como para cobrar do Estado a criminalização do estupro e outros crimes relacionados à mulher.

O feminismo socialista e marxista desenvolve-se hoje no campo teórico, criticando o caráter de classe do feminismo europeu e ressaltando a luta das mulheres operárias e camponesas para demonstrar que o feminismo poderia ter caráter revolucionário. Ressaltam a importância das mulheres na luta revolucionária, enfatizando a destruição do capitalismo como condição prévia para a destruição do patriarcado.

THE ADVERTISING ARCHIVES / EASYPIX BRASIL

As feministas da segunda onda questionavam propagandas machistas como esta, divulgada nos Estados Unidos, na década de 1950, que reforçava a imagem da mulher subordinada ao homem e única responsável pelas tarefas domésticas.

FRED W. MCDARRAH/GETTY IMAGES

O *slogan* “Mulheres de todo o mundo, uni-vos” faz alusão direta à bandeira socialista do Manifesto Comunista. Na foto, mulheres desfilam na Quinta Avenida, em Nova York, nos Estados Unidos, em 1970, para comemorar o 50º aniversário da aprovação do voto feminino naquele país.

O feminismo negro e pós-colonial ressalta a luta das mulheres tornadas invisíveis pelo feminismo branco: as lutas anticoloniais na Ásia, nas Américas e na África, assim como as lutas operárias das quais as mulheres foram protagonistas. Esse feminismo muitas vezes se alinhou ao socialismo, ao marxismo e aos movimentos revolucionários, mas também encaminhou lutas para a conquista de direitos civis, principalmente.

Embora criticado por todas as outras correntes do movimento feminista, o feminismo radical é que vai apresentar a **sexualidade** como tema central para a compreensão dos padrões e das discriminações em torno dos gêneros. As feministas radicais argumentam que a diferença mais importante entre homens e mulheres está na reprodução, e, portanto, é a família, como núcleo reprodutor, que representa a base de opressão das mulheres. Nesse sentido, os direitos sobre o corpo, que incluem a defesa do aborto, a separação entre a sexualidade e a procriação e a abertura para as diferentes sexualidades, são as pautas principais do feminismo radical.

Transformações do movimento feminista		
1ª onda – Voto das mulheres	**2ª onda – Igualdade**	**3ª onda – Emancipação feminina**
✓ Reconhecimento da mulher como cidadã ✓ Denúncia do patriarcado ✓ Aceitação do modelo binário ✓ Movimentos pelos direitos das mulheres	✓ Igualdade de salários ✓ Oportunidades iguais no mercado de trabalho ✓ Direito ao aborto ✓ Meu corpo, minhas regras ✓ Destruição do patriarcado	✓ Contra todos os tipos de opressão ✓ Denúncia dos micropoderes ✓ Contra o modelo normativo binário ✓ Diferenças e ambiguidades são positivas

O feminismo radical influenciou as teorias pós-estruturalistas e *Queer* que compõem a **terceira onda** do feminismo, iniciada nos anos 1980, sendo também influenciado por elas. Esse é um dos momentos mais efervescentes do feminismo, pois os movimentos de *gays* e *trans* transformaram as concepções clássicas sobre sexualidade e política, apresentando o tema da orientação sexual como base de novos movimentos políticos e sociais.

A ideia de uma orientação sexual oposta à da expectativa da sociedade era motivo de aversão, sendo tratada como distúrbio psíquico, fisiológico e moral. Os homossexuais eram marginalizados na sociedade (e ainda são em muitos contextos), e seus espaços de sociabilidade e interação ficavam restritos a bares, tabernas e clubes secretos, que constantemente eram alvo de investigação e repressão policial. Em 28 de junho de 1968, frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova York, enfrentaram uma ação policial no que se tornou um evento emblemático e um marco na luta pelos direitos e reconhecimento do "orgulho *gay*". A década de 1960, de maneira geral, representou um momento marcante de contestação dos costumes, tanto no âmbito político quanto no cultural, simbolizado pelos protestos contra a guerra do Vietnã, o movimento de maio de 1968 na França, os movimentos *hippie* e feminista.

Apesar das mudanças trazidas pelos movimentos de contracultura, as décadas seguintes foram de estigmatização e discriminação em virtude do surgimento da epidemia de HIV/Aids, quando, com base no discurso científico e também religioso, a orientação sexual foi associada diretamente à doença. A ideia de homossexualidade e doença persistiu durante muito tempo. O próprio termo homossexualidade não existia, sendo utilizada a categoria homossexualismo, que pressupõe problemas patológicos. No século XIX e ao longo de parte do século XX, a homossexualidade aparecia na classificação de doenças e somente em 1990 foi retirada da lista internacional da Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 1985, no Brasil, antes mesmo da retirada da lista, o Conselho Federal de Psicologia já não a considerava uma patologia.

O bar Stonewall Inn, situado em Nova York (Estados Unidos, 2012), representa ainda hoje um marco histórico e o símbolo da resistência contra as opressões da população LGBT.

MAREMAGNUM/PHOTOLIBRARY/GETTY IMAGES

O *ranking* foi elaborado pelo *Brasil Post*, jornal em língua alemã publicado semanalmente no Brasil, com base em pesquisa do *Mapa da violência 2014*, do Ipea e do Grupo Gay da Bahia. Segundo agências internacionais, em 2013, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis foram cometidos no Brasil.

Filme

- **As sufragistas**

Reino Unido, 2015.
Direção: Sarah Gavron.
Duração: 106 min.

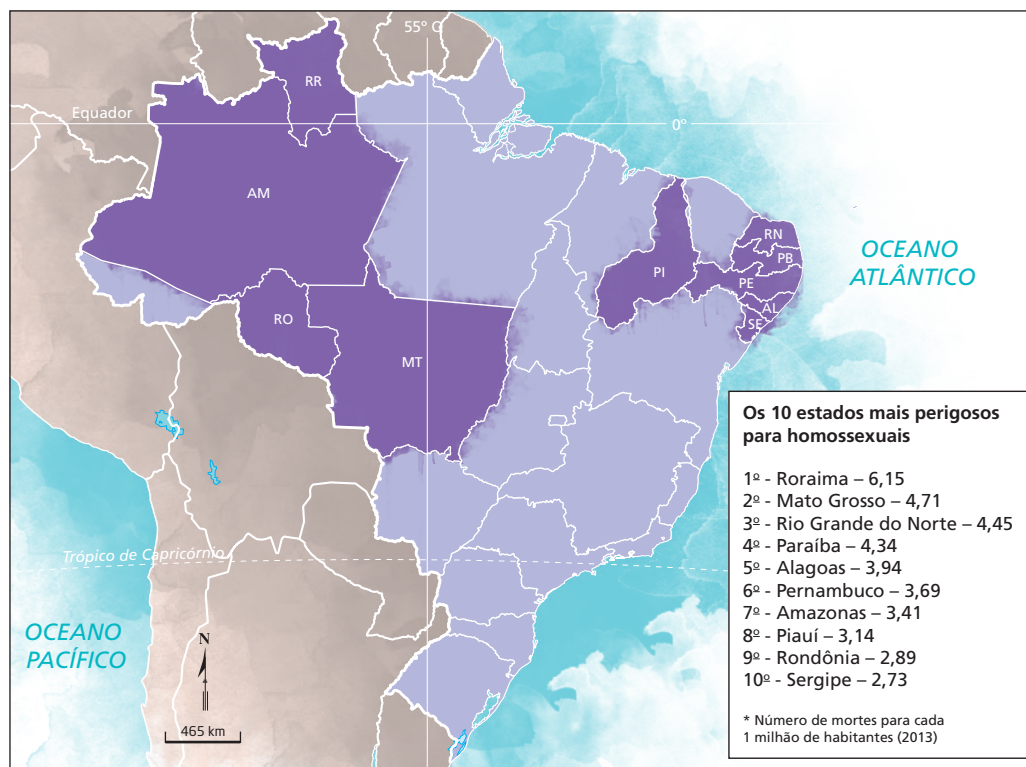
O filme é baseado em fatos reais e narra a ação das mulheres britânicas, que, no início do século XX, resistiram às opressões na luta pelo sufrágio feminino. Faz um resgate histórico da participação das mulheres na atuação por igualdade de direitos.

Livro

- **PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*.**

São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

Apresenta um panorama das lutas feministas no Brasil do final do século XIX até a década de 1990, propiciando uma compreensão histórica das reivindicações do movimento feminista nos embates pela participação política das mulheres em diferentes esferas e pelas igualdades no mercado de trabalho.

Os estados mais perigosos para homossexuais – Brasil (2013)

Fonte: *Brasil Post*. Gabriela Loureiro. Os 10 piores estados do Brasil para ser negro, *gay* ou mulher. Disponível em: <www.brasilpost.com.br/2014/02/28/estados-gay-mulher-negro_n_4876455.html>. Acesso em: fev. 2016.

A partir da década de 1990, com o controle da epidemia de Aids e o maior envolvimento de organizações governamentais e não governamentais, já se percebe uma rearticulação dos movimentos de direitos civis e de combate à discriminação e à homofobia. Essa reorganização do movimento trouxe reflexões importantes, como a descentralização da homossexualidade masculina, dando visibilidade a lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Hoje, várias passeatas e diferentes vertentes do movimento se organizam para resistir aos constantes problemas enfrentados e também para divulgá-los, seja na questão da violência, seja na restrição dos direitos de cidadania. No Brasil, em 2011, algumas conquistas foram asseguradas pela decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o reconhecimento da união estável em famílias homoafetivas. Com essa deliberação, inúmeros direitos foram conquistados e equiparados aos dos casais compostos por homem e mulher: a comunhão parcial de bens, as pensões alimentícias e do INSS, a inclusão de dependentes nos planos de saúde e no imposto de renda, entre outros. Apesar das conquistas, ainda há muitos objetivos no horizonte do movimento LGBT, como as lutas pela criminalização da homofobia e pelo estabelecimento de políticas públicas que promovam a inclusão da população LGBT nos projetos de combate às desigualdades.

Atualmente, os movimentos LGBTQ+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *Queer* e outros) e o feminismo procuram unir suas lutas, mantendo divergências e desenvolvendo percepções políticas e teóricas novas com certa frequência. Entre as teorias mais debatidas no Brasil atualmente, estão a teoria *Queer*, assim como o transfeminismo, movimento que tem sido marcado pela união do feminismo com os movimentos em defesa das mulheres *trans*. O **ecofeminismo** também vem ganhando espaço, especialmente na Índia e nos Estados Unidos. Essa corrente, que se originou de causas ambientais e indígenas, teve certa repercussão no Brasil por meio de estudos científicos, mas com pouca influência nos movimentos sociais.

Duas vertentes: o patriarcalismo no pensamento social brasileiro

Pela leitura da obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, é possível entender a força do patriarcado na formação da sociedade brasileira. Com base no relato de cronistas e viajantes, Freyre enfatiza os aspectos sociais e culturais, no caso a vida íntima. Segundo ele, o patriarcalismo se refletia no papel submisso e de vigilância a que estavam submetidas as sinhás-moças e, principalmente, na violência sofrida pelas mulheres negras/escravas, renegadas ao cativeiro e à prostituição.

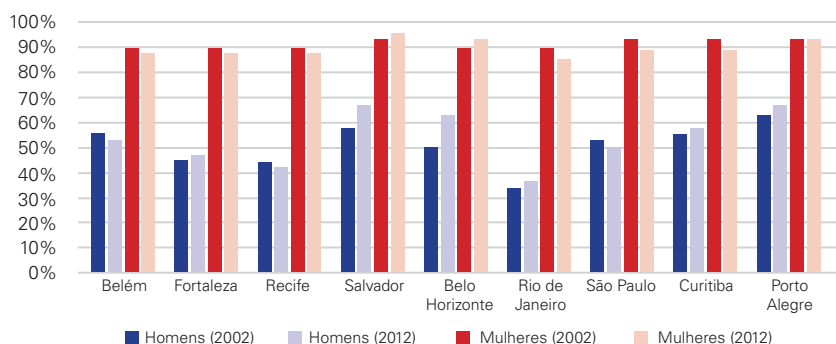
As sinhás-moças viviam sob a tirania dos pais e depois dos maridos. Muitas eram brutalmente assassinadas se ferissem a honra da família, seja no namoro na janela, seja nos olhares sobre os leques. Alguns relatos e documentos contam casos de sinhás-moças casadas que eram internadas em conventos para que seus cônjuges pudessem viver com as amantes.

A exploração da mulher negra, além da prostituição, que incluía meninas de 10 a 12 anos de idade, também se reflete nas chamadas "escravas de ganho", que vendiam alimentos, faziam serviços de carga e depois levavam os lucros para seus senhores.

Freyre oferece uma contribuição importante sobre a diferença entre a mulher branca e a mulher negra na sociedade brasileira. Nos relatos sobre o Brasil, a mulher/senhora branca era descrita como "de uma pureza rara", em contraste com a liberdade com que viviam as mulheres canadenses e estadunidenses. Freyre destaca ainda que as senhoras viviam em "semirreclusão oriental", o que remete à herança árabe nos nossos costumes. A mulher da casa-grande não podia ter contato com outros homens, tanto que ficava reclusa em um quarto separado quando chegava uma visita masculina, um comerciante, por exemplo.

Apesar da contribuição de Gilberto Freyre para a compreensão da sociedade brasileira, muitos críticos afirmam que sua centralidade estava no processo de miscigenação, de convivência harmoniosa e, por sua vez, da ideia de democracia racial. As críticas recaem sobre esse ponto, em que a importância e a contribuição para a democratização não se faz por meio do protagonismo, mas, sim, por intermédio da objetificação, da passividade e da violência.

A socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010) oferece outra leitura sobre o patriarcalismo no Brasil. Enquanto Freyre apresenta uma explicação de cunho cultural, ela se debruça em uma interpretação crítica, marxista, na combinação entre patriarcalismo e classes sociais. A autora procura localizar a dominação patriarcal em um regime de exploração capitalista, não sendo o machismo e o capitalismo duas esferas separadas, indivisíveis. Esclarece que o patriarcalismo antecede o capitalismo, evitando dualismos. Assim, da mesma forma, relaciona o sexismo, o racismo e o capitalismo como as bases da escravidão, sendo que a preservação das mulheres negras servia para a exploração e a reprodução da força de trabalho, e também para os abusos sexuais dos senhores.

A autora trabalha com a tese de que o processo de urbanização contribuiria para a diluição do patriarcalismo, mas que, por sua vez, a industrialização aumentaria o abismo existente entre homens e mulheres. Ela tem como norte a ideia de que a dominação e a exploração estão associadas, e que, além de constituírem o exército de reserva para a indústria capitalista, sem contar sua inserção no mercado de forma precarizada e marginalizada, a mulher ainda realiza o trabalho doméstico, numa lógica patriarcal.

As mulheres ainda ocupam papel central no desempenho do trabalho doméstico e de serviços voltados para o cuidado de maneira geral, o que reforça sua associação com o ambiente privado.

Fonte: Elaborado com dados do IBGE, Pnad 2002 e 2012. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-03-05/90-das-mulheres-fazem-tarefas-do-mesticas-entre-homens-indice--chega-a-40.html>. Acesso em: fev. 2016.

Feminicídio passa a ser considerado crime hediondo no Brasil

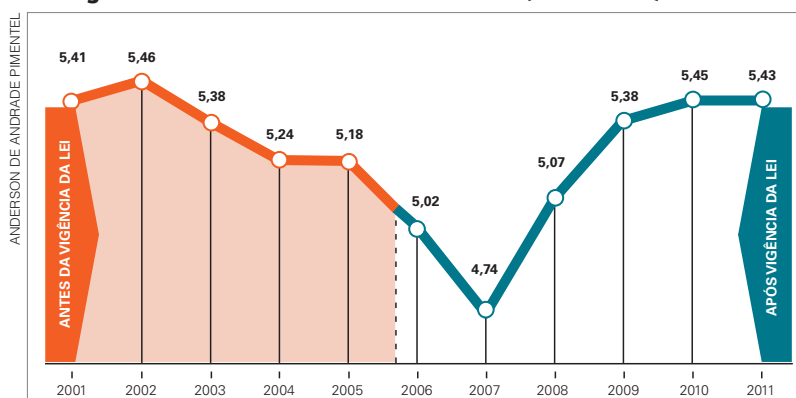
Nos últimos anos, pesquisadores e instituições internacionais têm apontado a persistência e até o aumento de homicídios de mulheres por homens. Em geral, atribuem-se a esses crimes motivações pessoais, podendo eles ser enquadrados em crimes passionais. No entanto, como têm revelado alguns dos estudos mais recentes, esses crimes são, em grande parte, premeditados, motivados por um sentimento de "posse" do homem sobre a mulher. A violência fatal contra as mulheres muitas vezes se desenvolve em um ciclo de violência doméstica, em que o companheiro agride a mulher em resposta às tentativas de separação por parte dela, resultando em sua morte.

Segundo estudo do Ministério da Justiça brasileiro, atualmente existem 14 países na América Latina com leis sobre feminicídio. No Brasil, a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, modificou o Código Penal para incluir o assassinato de mulher por razões de gênero entre os tipos de homicídio qualificado. A lei, elaborada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, considerou a incidência de violência doméstica e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A pena do feminicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto. Também será aumentada se a vítima for menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou se o crime for praticado na presença de descendente ou ascendente da vítima.

Desde 2006, o Brasil já contava com a Lei Maria da Penha. No entanto, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acabou por concluir que a vigência dessa lei não reduziu as taxas anuais de mortalidade feminina.

A necessidade de alteração do Código Penal, inserindo o feminicídio como violência de gênero, e os insuficientes efeitos da Lei Maria da Penha são provas bem expressivas da condição de desigualdade e violência à qual as mulheres estão submetidas no Brasil. Elas ainda precisam ser protegidas. Os assassinos são motivados pela misoginia e pelo sexismo presentes nos relacionamentos. Para além da legislação, existe um caminho de reconstrução dos valores que perpassa a educação, as redes e as agências de socialização.

Taxa de mortalidade, por 100 mil mulheres, antes e após a vigência da Lei Maria da Penha - Brasil (2001-2011)

Fonte: GARCIA, Leila Posenato et al. *Violência contra a mulher*: feminicídios no Brasil. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

Atividade

Em grupos, façam uma pesquisa sobre violência contra a mulher por meio do banco de dados de uma delegacia da mulher ou pela internet. É importante manter o anonimato das pessoas. Como roteiro, sugerimos que se investiguem:

a) o contexto da situação de violência;

b) a frequência dessas situações;

c) as consequências do episódio relatado (se houve denúncia ou separação) e se houve mudança da situação de violência.

Cada grupo deverá ser responsável por pesquisar aproximadamente cinco casos e redigir um texto para cada situação de violência. Se houver dificuldade para encontrar casos de violência contra a mulher, é possível ainda buscar relatos similares em redes sociais. Na aula seguinte, cada grupo deve apresentar os relatos e todos devem realizar um debate discutindo como se pode resolver essa situação ou ajudar as mulheres que passaram ou passam por isso.

Atividades

Reflexão e revisão

Os debates sobre gênero e sexualidade não estão relacionados apenas às questões da identidade e da orientação afetivo-sexual. Abrangem também questões sociais, políticas e econômicas, principalmente sobre o acesso a direitos e mobilidade social. Com base na leitura do capítulo e nas discussões em sala de aula, responda às seguintes questões:

1. Do ponto de vista sociológico, como sexo e gênero estão relacionados?
2. Explique o que é patriarcalismo e relacione-o com o processo de socialização.
3. Apresente dados sobre as desigualdades de gênero, tendo como orientação o acesso ao mercado de trabalho.
4. Explique por que para algumas correntes do feminismo as questões de gênero não podem vir desvinculadas das questões raciais e de classe.

Questão para debate

Quando eu estava no primário, em Nsukka, uma cidade universitária no sudeste da Nigéria, no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder enorme; além disso, ele podia circular pela sala empunhando uma vara, patrulhando a turma do fundão. É claro que o monitor não podia usar a vara. Mas era uma ideia empolgante para uma criança de 9 anos como eu. Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta.

Mas, para minha surpresa, a professora disse que o monitor seria um menino. Ela havia se esquecido de esclarecer esse ponto, achou que fosse óbvio. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. Ele seria o monitor. O mais interessante é que o menino era uma alma bondosa e doce, que não tinha o menor interesse em vigiar a classe com uma vara. Que era exatamente o que eu almejava. Mas eu era menina e ele, menino, e ele foi escolhido. Nunca me esqueci desse episódio.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 15-17.

Esse trecho do livro *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, revela a função da escola na naturalização dos papéis sociais de gênero. Com base em suas experiências na escola, discuta este tema: como é abordada a sexualidade na escola? Como pais e responsáveis reagem a esse tema? A mídia e a internet podem ser igualmente consideradas influências na educação sexual dos jovens?

Exames de seleção

Questão 1

(Enem, 2010)

"Pecado nefando" era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. *Nefandus*: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia "tão péssimo e horrendo crime", tão contrário à lei da natureza, que "era indigno de ser nomeado" e, por isso mesmo, nefando.

NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA L. *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no país.

Disponível em: <www.alemdanoticia.com.br/ultimas-noticias.php?codnoticia=3871>. Acesso em: abr. 2010.

A homofobia é a rejeição e o menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associados

a) à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.

b) à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.

c) à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.

d) a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.

e) a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

Questão 2

(Enem, 2015)

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico

define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

a) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.

b) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.

c) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.

d) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.

e) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

Questão 3

(Unesp, 2013)

A República Islâmica do Irã abençoa e incentiva operações de troca de sexo, em nome de uma política que considera todo cidadão não heterossexual como espírito nascido no corpo errado. Com ao menos 50 cirurgias por ano, o país é recordista mundial em mudança de sexo, após a Tailândia. Oficialmente, *gays* não existem no país. Ficou famosa a frase do presidente Mahmoud Ahmadinejad dita a uma plateia de estudantes nos EUA em 2007, de que "não há homossexuais no Irã". A homossexualidade nem consta da lei. Mas sodomia é passível de execução. [...] Uma transexual operada confidenciou um sentimento amplamente compartilhado em silêncio: "Não teria mutilado meu corpo se a sociedade tivesse me aceitado do jeito que eu nasci".

Samy Adghirny. Operação antigay. *Folha de S.Paulo*, jan. 2013.

O incentivo a cirurgias de troca de sexo no Irã é motivado por:

a) tabus sexuais decorrentes do fundamentalismo religioso hegemônico naquele país.

b) critérios de natureza científica que definem o que é uma "sexualidade normal".

c) uma política governamental fundamentada em princípios liberais de cidadania.

d) influências ocidentais ocasionadas pelo processo de globalização cultural pela internet.

e) pressões exercidas pelos movimentos sociais homossexuais pelo direito à cirurgia.

Questão para pesquisa

Arcebispo diz que casamento gay *abre portas para incesto e poligamia*

Paris, 14 set. (EFE). – O casamento entre pessoas do mesmo sexo pode levar a "uma ruptura social" que abre portas para a poligamia e o incesto, afirmou nesta sexta-feira o arcebispo de Lyon na França, Philippe Barbarin, em um debate sobre a legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Depois de se reunir com o ministro do Interior francês, Manuel Valls, o clérigo afirmou em entrevista à rádio "RCF" que, uma vez adotado o casamento homossexual, "as consequências podem ser incontáveis".

"Depois vão querer formar casais de três ou quatro pessoas. Depois, um dia, a proibição do incesto vai cair", afirmou Barbarin.

O arcebispo definiu o casamento como "uma fortaleza" para proteger "o elemento mais frágil da sociedade, ou seja, a mulher que dá à luz uma criança, e permite todas as condições para que isso ocorra da melhor maneira possível".

Barbarin, que no passado afirmou que o Legislativo não pode substituir "Deus Pai", disse hoje que "para os cristãos, a Bíblia, que diz em sua primeira página que o casamento une um homem a uma mulher, tem mais força e verdade para atravessar as culturas e os séculos do que as decisões circunstanciais e passageiras de um Parlamento".

O governo francês deve apresentar o projeto de lei que autoriza as uniões homossexuais no dia 28 de outubro [2014], embora ainda não tenha definido todos os detalhes.

Concretamente, ainda não se sabe se a lei vai autorizar o direito dos casais de lésbicas a terem o reconhecimento do direito de maternidade das crianças geradas por inseminação artificial.

Fonte: Uol. Arcebispo diz que casamento *gay* abre portas para incesto e poligamia. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2012/09/14/arcebispo-diz-que-casamento-gay-abre-portas-para-incesto-e-poligamia.htm>. Acesso em: fev. 2016.

Selecione na internet alguns argumentos contra a união homoafetiva e a favor dela e discuta: sendo o casamento um direito civil assegurado pelos códigos e por regras de cada país, pode ele ser negado, como direito, a algumas pessoas por causa de sua sexualidade? Isso poderia constituir uma "discriminação" vinda do próprio Estado?

CAPÍTULO 15

Sociedade e meio ambiente

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender que a relação do ser humano com o meio ambiente varia de acordo com o momento histórico e o ambiente cultural.
- Entender os aspectos sociais dos problemas ambientais decorrentes da relação econômica, política e cultural da sociedade capitalista com o meio ambiente.
- Perceber que os conflitos ambientais surgem com o reconhecimento do uso e da apropriação desiguais dos recursos naturais.
- Avaliar as iniciativas globais e nacionais voltadas para agir sobre problemas socioambientais e/ou para promover a justiça ambiental.

ANDRÉ VILLAS-BÔAS/ISA/2015

A relação do ser humano com o ambiente e a forma como este último é tratado e explorado dependem de fatores diversos, entre os quais se incluem a luta pela sobrevivência e os interesses econômicos, que podem causar conflitos. Na imagem, área desmatada na região de Belo Monte, próximo à cidade de Altamira (PA, 2015).

ANDRÉ VILLAS-BÔAS/ISA/2015

Obra de desvio do rio Xingu, parte do processo de construção da usina de Belo Monte, em 2015.

ANDRÉ VILLAS-BÔAS/ISA/2015

O desmatamento é um dos elementos que contribuem para a elevação da temperatura porque a falta de florestas leva ao aumento da quantidade de CO_2, um dos gases que favorecem o efeito estufa. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os alertas de desmatamento cresceram 68% entre agosto de 2014 e julho de 2015 em relação ao período de agosto de 2013 e julho de 2014. Na imagem, área de desmatamento no entorno do Parque Indígena do Xingu, ao norte do estado de Mato Grosso, em 2015.

◆ Questão motivadora

Como conciliar os princípios dos movimentos de proteção ao meio ambiente com as lutas contra as desigualdades sociais e a favor do desenvolvimento econômico e da superação da pobreza?

1 Primeiras palavras

No próximo dia 13 de junho [de 2015], não vai haver a tradicional festa de Santo Antônio, na comunidade de mesmo nome, que existia desde a década de 1970, entre a rodovia Transamazônica e o rio Xingu, em Altamira, no oeste do Pará. Não há mais a comunidade, uma das primeiras a ser dissolvida porque ficava no caminho da usina hidrelétrica de Belo Monte. As 252 casas foram demolidas, e os moradores, agricultores e pescadores que levavam o modo de vida tradicional das comunidades rurais da Amazônia, transferidos para cidades da região, longe do rio Xingu. Onde ficava o campo de futebol da comunidade, há, hoje, um estacionamento para os funcionários da Norte Energia S.A. e do Consórcio Construtor de Belo Monte.

"A destruição do modo de vida ribeirinho e a transformação compulsória de populações tradicionais, que sempre tiraram o sustento do rio e da terra, em moradores desempregados e subempregados da periferia de Altamira é a prova definitiva de que as regras do licenciamento da usina, maior obra civil promovida pelo governo federal, não estão sendo cumpridas", afirma a procuradora da República Thais Santi, que acompanha o descumprimento das condicionantes que Belo Monte deveria seguir. Após receber dezenas de denúncias de ribeirinhos, no escritório do Ministério Público Federal (MPF), em Altamira, a procuradora decidiu convocar várias instituições para fazerem uma inspeção nas áreas atingidas pela obra e verem pessoalmente a tragédia social provocada na região. A inspeção ocorreu entre os dias 1 e 3 de junho de 2015 e constatou a dissolução de famílias, a destruição de comunidades tradicionais e a impossibilidade de que os atingidos possam manter seu modo de vida e reconstruir suas vidas após a remoção.

PALMQUIST, Helena. Remoção forçada de ribeirinhos por Belo Monte provoca desastre social em Altamira. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Dossiê Belo Monte*: não há condições para a Licença de Operação. São Paulo: Instituto Socioambiental, jul. 2015, p. 122.

Site

- **www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/**

Acesso em: abr. 2016.

Site voltado para a divulgação do projeto desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. Apresenta o mapeamento inicial da luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas baseados em uma visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde.

Cronologia

1850 – Publicação da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras. Entre outras medidas, proibia a exploração florestal nas terras devolutas. A lei foi ignorada e houve intenso desmatamento para implantação de cafezais.

1865 – Fundação da organização ambientalista Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society, na Inglaterra.

1872 – Criação do primeiro parque nacional do mundo: o Yellowstone National Park, nos Estados Unidos, exemplo de atitude preservacionista.

1972 – Realização da 1ª Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, um marco para o desenvolvimento de políticas de gerenciamento do ambiente. O Brasil se posicionou contra as decisões do Congresso, pois a degradação ambiental era o custo a pagar para aumentar o PNB (Produto Nacional Bruto).

1979 – Acidente nuclear na usina de Three Mile Island, nos Estados Unidos.

1986 – Acidente nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética.

1987 – Publicação do Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum. Foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que demonstrou a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

1988 – Assassinato de Chico Mendes, seringueiro e líder sindical. O ativista lutou contra a exploração da Floresta Amazônica e conseguiu repercussão internacional para a luta pela conservação do modo de vida dos seringueiros. Propôs a criação das Reservas Extrativistas, iniciativa que unia interesses de indígenas, seringueiros, castanheiros, pescadores, populações ribeirinhas e quebradeiras de coco.

A expressão **meio ambiente** traz de imediato à mente a ideia de natureza. E natureza, no senso comum, está associada sobretudo à vida animal e vegetal. Meio ambiente e natureza remetem a biomas, como a Floresta Amazônica, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado, bem como aos animais e à vegetação de cada ecossistema.

Mas nessa concepção falta o elemento humano, principalmente no que diz respeito a seu caráter social e cultural. O desenvolvimento da cultura humana e a forma como suas diferentes manifestações interagem com o ambiente físico ao redor caracterizam o conceito de meio ambiente para a Sociologia. Nesse sentido, não se sustenta sociologicamente uma concepção de meio ambiente apenas naturalista, dissociada do ser humano e da sociedade.

As transformações e as formas de uso dos recursos naturais dependem do modo de vida dos grupos sociais em determinados contextos, de maneira a atender às diferentes necessidades dos indivíduos, criadas socialmente.

Dessa forma, o meio ambiente natural passa a ser compreendido como parte dos diferentes conflitos oriundos da construção das sociedades ao longo da história.

2 O contexto histórico da problemática socioambiental

As rápidas alterações econômicas e políticas que marcaram a modernidade transformaram sociedades até então predominantemente agrícolas e rurais em sociedades industriais e urbanas. A relação das sociedades modernas com o meio ambiente enfrenta os traumas dessa transição, que criou uma ideia de oposição entre a natureza e o produto da indústria humana.

Essa oposição está relacionada com o uso intenso e crescente dos recursos naturais do planeta, a fim de alimentar o desenvolvimento tecnológico e atender às mudanças nos padrões de consumo, em especial nas sociedades industriais capitalistas e nos países recentemente industrializados, que seguem modelos parecidos de geração de riqueza.

Filme

Uma verdade inconveniente

REPRODUÇÃO

EUA, 2006.
Direção: Davis Guggenheim.
Duração: 106 min.

O premiado documentário baseia-se nas palestras sobre as causas e os efeitos das mudanças climáticas no planeta proferidas por Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos nos dois mandatos do presidente Bill Clinton (1993-2001).

1992 – Realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), também conhecida como ECO 92 e Rio-92. O principal objetivo foi discutir propostas de conciliação entre desenvolvimento socioeconômico e preservação dos ecossistemas do planeta.

1997 – Abertura para assinaturas do Protocolo de Kyoto, tratado internacional para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa.

2002 – Realizada na África do Sul a Rio+10, ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, fórum de discussão das Nações Unidas. A conferência culminou na elaboração da Agenda 21, programa pioneiro de ação internacional para cooperação na busca de soluções para problemas socioambientais e na criação de modelos de desenvolvimento sustentável.

2005 – Entra em vigor o Protocolo de Kyoto.

2007/2008 – Crise mundial de alimentos.

2011 – Acidente nuclear em Fukushima, Japão, após terremoto e *tsunami*.

2012 – Realizada a Rio+20, cujo objetivo era fazer uma avaliação dos avanços e dificuldades enfrentados desde a conferência anterior. Para contestar a forma de organização da Rio+20, que, de modo geral, não contemplou a participação das populações tradicionais e da sociedade civil, vários movimentos sociais promoveram um evento paralelo, chamado Cúpula dos Povos.

2015 – Realizada a 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21), em Paris, que teve como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, com vistas a diminuir o aquecimento global e, em consequência, limitar o aumento da temperatura global em 2 °C até 2100.

O ser humano transforma a natureza para suprir suas necessidades socialmente construídas por meio do trabalho. A importância sociológica do trabalho e das relações sociais nele envolvidas foi discutida no capítulo 9: Trabalho e sociedade.

Preservacionismo × conservacionismo

No movimento ambientalista, destacam-se duas correntes sobre a relação do ser humano com a natureza: o preservacionismo e o conservacionismo. O preservacionismo defende que qualquer interferência humana provoca danos ao meio ambiente e, portanto, deve ser restringida ao máximo. Propõe a criação de áreas de preservação "intocáveis". A essa concepção contrapõe-se o conservacionismo, que defende o uso equilibrado dos recursos naturais, tendo como princípio a prevenção de desperdícios e o benefício, no presente e no futuro, da maioria dos seres humanos. O conservacionismo trabalha com a ideia de que o ser humano é parte da natureza e, portanto, ambos não devem ser pensados de forma separada.

Estudos científicos alertam sobre a impossibilidade de manter o mesmo padrão de produção e consumo das últimas décadas sem arruinar as possibilidades de desenvolvimento futuro. Tais estudos ganham a cada dia mais adeptos e inauguraram um novo campo para a investigação sociológica: as questões socioambientais. Apesar de existir hoje um sentimento novo de urgência em torno desse tema, as questões que entrelaçam as sociedades humanas e o meio ambiente não são novas.

Há cerca de 3.700 anos, os sumérios abandonaram suas terras, "onde foram produzidos os primeiros excedentes agrícolas de que se tem notícia", porque elas ficaram salinizadas e alagadiças. Há 2.400 anos, na Grécia, Platão já alertava para a erosão do solo provocada pelo excesso de pastagens e pelo corte de árvores para obtenção de lenha. A partir do século VII, a civilização maia começou a sucumbir em virtude do desmatamento e da degradação do solo provocada por seus métodos agrícolas. Por fim, a utilização da madeira para a expansão do Império Romano e, posteriormente, para a construção das frotas marítimas das cidades-Estado italianas reduziu drasticamente as florestas costeiras do Mediterrâneo.

O desenvolvimento das diferentes culturas humanas depende da forma como cada sociedade se relaciona com o meio ambiente. A história das sociedades também é, portanto, a história de múltiplas relações com o meio ambiente, pois cada sociedade encontra uma forma específica de satisfazer suas necessidades socialmente construídas. Ao longo dos últimos séculos, a inventividade humana e o consequente desenvolvimento tecnológico produziram um aumento vertiginoso na produção de riquezas, na oferta de alimentos e na expectativa de vida, por meio da submissão da natureza aos caprichos do modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as fontes dos principais recursos que sustentam esse desenvolvimento passaram a apresentar sinais cada vez mais evidentes de esgotamento.

A constatação desse esgotamento acendeu o debate sobre a suposta oposição entre seres humanos e natureza. Tal oposição conduziu a sociedade a adotar uma posição voltada para o **preservacionismo**, que considera o ser humano incompatível com a ideia de equilíbrio ambiental, apoiando medidas como a criação de áreas de preservação inacessíveis. Diante da falência desse modelo, a sociedade começou a olhar para as formas de vida não predatórias, para as práticas das comunidades tradicionais integradas à natureza, a fim de encontrar modelos que mostrem como a vida dos seres humanos pode ser compatível com o equilíbrio ambiental.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

ADRIANO GAMBARINI

O Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (à esquerda, em foto de 2015) é uma Unidade de Proteção Integral, exemplo da ideologia do preservacionismo, segundo a qual a natureza deve ser protegida do contato com as sociedades humanas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, no Amazonas (à direita, igualmente em 2015), concilia a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável em uma unidade que também abriga pessoas.

Os avanços científicos que demandaram e permitiram uma exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais do planeta também revelaram as consequências drásticas da exploração predatória do meio ambiente. A difusão da consciência dos efeitos nocivos da relação do ser humano com a natureza produziu um discurso especializado, com diagnósticos técnicos e possíveis soluções, e mudou a opinião pública a respeito de progresso, dos meios para alcançá-lo e de suas consequências para a sociedade. Embora os princípios que sustentam os padrões de consumo continuem inabalados, essa mudança gerou novos discursos, que agora orientam grupos preocupados em modificar o atual modelo de desenvolvimento.

Nesse contexto, as pesquisas científicas evidenciaram a amplitude da degradação ambiental para um número cada vez maior de pessoas e indicaram que, diferentemente do que se acreditava, a capacidade de recuperação da natureza não era inesgotável. Ao mesmo tempo que as pessoas usufruíam intensamente dos avanços tecnológicos, a ciência revelava as consequências nocivas da exploração desenfreada da natureza.

Essas consequências foram divulgadas pelos meios de comunicação de massa, e os problemas ambientais decorrentes da intervenção humana na natureza, como a chuva ácida, o efeito estufa e a desertificação, puderam ser percebidos de forma mais clara.

Assim, o desenvolvimento tecnológico, tido por muito tempo como uma necessidade da sociedade industrial, passou a ser visto como um problema ambiental. O que antes era um fator de coesão social passou a ser uma ameaça à manutenção de toda a sociedade.

Diferentes setores da sociedade voltaram sua atenção para a dimensão social das questões ambientais. A consciência de que a exploração indiscriminada dos recursos naturais resultaria em problemas compartilhados entre todos os membros de uma sociedade provocou mudanças na relação com o meio ambiente. A partir da segunda metade da década de 1960, os impactos ambientais foram incorporados à discussão política sobre os modelos de desenvolvimento possíveis para a sociedade, em especial pelos grupos críticos do modelo capitalista. O relatório *Os limites do crescimento*, encomendado pelo Clube de Roma, foi importante para a divulgação dos problemas ambientais. Nesse relatório, havia um alerta para a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária, caso fossem mantidos os níveis mundiais de crescimento econômico.

A necessidade crescente de energia para manter a sociedade de consumo levou à construção de usinas nucleares como alternativa ao uso de combustível fóssil para a produção de eletricidade. Desde o final dos anos 1970, ocorreram graves acidentes nucleares, que tiveram grande repercussão internacional em decorrência de suas proporções, como nos casos de Three Mile Island, em 1979, nos Estados Unidos, Chernobyl, na antiga União Soviética, em 1986, e Fukushima, no Japão, em 2011. Esses acidentes e vários outros acentuaram a sensação de que não havia uma fonte segura de energia alternativa ao petróleo e ao carvão.

Jogo

- **Climate challenge (Desafio do clima)**

REPRODUÇÃO

No jogo, o "presidente da Europa" tem de adotar medidas para a redução da emissão de carbono até 2100, como políticas públicas adequadas. Além disso, precisa estar atento ao gasto de água, energia e alimentação. O jogo, criado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e pelo Centro para o Meio Ambiente da Universidade de Oxford, na Inglaterra, pode ser utilizado gratuitamente no *site* da BBC: <www.bbc.co.uk/sn/hottopics/climatechange/climate_challenge/>. Acesso em: fev. 2016.

G1/TV TRIBUNA

Efeito da chuva ácida sobre a vegetação após o vazamento tóxico oriundo de uma empresa do Polo Industrial de Cubatão (SP), em janeiro de 2015, consequência de um modelo de desenvolvimento que causa danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

Saiba mais

O Clube de Roma e o relatório *Os limites do crescimento*

O Clube de Roma foi formado em abril de 1968, pela reunião de um grupo de 30 especialistas de várias áreas (economistas, industriais, pedagogos, humanistas etc.), que tinham como objetivo discutir o tema do meio ambiente e o do **desenvolvimento sustentável**. Esse grupo passou a se reunir periodicamente em Roma e, em 1972, encomendou e publicou o relatório *Os limites do crescimento*, elaborado por uma equipe de especialistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), importante centro de pesquisa científica dos Estados Unidos. O relatório procura projetar como seria o futuro se não houvesse modificações nos modelos de desenvolvimento econômico adotados. O resultado aponta para um possível colapso, decorrente da busca incessante da sociedade por crescimento a qualquer custo e do consumismo irresponsável. Apesar da rejeição por parte de políticos comprometidos com o modelo de desenvolvimento em curso, a publicação conseguiu chamar a atenção de uma parcela da população para a necessidade de se adotar um estilo de vida mais responsável e sustentável.

Desenvolvimento sustentável
De acordo com o relatório *Nosso futuro comum*, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, desenvolvimento sustentável é "aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem prejudicar a capacidade de as gerações futuras virem a satisfazer suas necessidades". Trata-se de promover o desenvolvimento econômico e social (com o objetivo de redução da desigualdade social e eliminação da pobreza) mediante o aproveitamento racional de recursos naturais, de modo a garantir que tais recursos não se esgotem a longo prazo.

A gravidade dos acidentes ocorridos em usinas nucleares revela que estas não podem ser consideradas uma solução segura para a produção de energia, já que qualquer vazamento de material radioativo é extremamente perigoso para os seres humanos e para o meio ambiente. Tanto os grupos envolvidos na produção de energia – e, portanto, interessados em fontes energéticas rentáveis – quanto aqueles preocupados com alternativas para sua produção e o próprio modelo econômico e social passaram a reivindicar outras soluções para evitar que a degradação do meio ambiente coloque em risco a existência humana.

A partir dos anos 1990, motivada pela internacionalização do debate sobre meio ambiente e possíveis fontes renováveis de energia, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu conferências sobre as questões ambientais. Nesse momento, cresceu no mundo a adesão à ideia de que o ritmo de crescimento do capitalismo e da sociedade de consumo é incompatível com a preservação do meio ambiente.

Assim, com o objetivo de encontrar meios para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e a preservação ambiental, em junho de 1992, a ONU promoveu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), que ficou conhecida como Eco-92. Essa conferência reconheceu a responsabilidade dos países desenvolvidos pela degradação do meio ambiente, bem como o princípio de que as necessidades econômicas das nações são diferenciadas. Reconheceu também que os países em desenvolvimento só poderão superar sua condição de estagnação de maneira sustentável com auxílio financeiro e tecnológico da comunidade internacional.

AIR PHOTO SERVICE/HO/AFP

Conforme concluiu uma comissão parlamentar de investigação, o acidente nuclear de Fukushima (Japão), ocorrido em março de 2011, foi "um desastre provocado pelo homem", e não apenas a consequência de um terremoto e de um *tsunami*.

A conferência também destacou a ação da sociedade civil organizada, por meio da participação ativa de organizações não governamentais (ONGs), que passaram a figurar no cenário internacional como atores políticos significativos e influentes no debate sobre questões ambientais.

Na Eco-92, também foi criada a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Em decorrência do encontro, os países se comprometeram a modificar seus modelos de produção para reduzir impactos no meio ambiente e, com isso, amenizar eventuais mudanças climáticas. Esse comprometimento tornou-se explícito anos depois, no Protocolo de Kyoto.

Saiba mais

O Protocolo de Kyoto e o mercado de carbono

O protocolo entrou em vigor oficialmente em fevereiro de 2005, depois de ser discutido e negociado entre diversos países em 1997. No documento, os países se obrigam a reduzir a emissão de gases poluentes – dióxido de carbono, óxido nitroso, gás metano, entre outros – segundo um cronograma. Esses gases foram identificados como a principal causa do aquecimento global. As metas que os países signatários se comprometeram a atingir são específicas para cada país, pois levam em consideração o nível de emissão de gases de cada um; ou seja, quem produzia mais gases arcou com maiores metas de redução.

Durante a conferência, realizada em Kyoto, no Japão, em dezembro de 1997, as 38 nações industrializadas concordaram em reduzir, até 2012, suas emissões de gases de efeito estufa a níveis abaixo dos verificados em 1990. Dados divulgados em fevereiro de 2015 mostram que, dez anos após a consolidação do Tratado (que começou a ser elaborado em 1997), a emissão dos gases poluentes teve um aumento de 16,2%. Contudo, especialistas, mesmo assim, julgam positivo o efeito do tratado, pois calculam que sem a sua existência a poluição certamente teria alcançado escalas ainda maiores. Além disso, o protocolo ainda está em vigor, pois novas metas foram estabelecidas e devem ser cumpridas até 2020.

Nessa conferência, foram também discutidos os "créditos de carbono" ou Reduções Certificadas de Emissões (RCE), cotas de concessões para poluir o ar atmosférico que os países poluidores podem comprar dos países que estão abaixo do limite de emissão estabelecido. Ou seja, quem polui pouco acumula créditos de carbono, que podem ser vendidos a países que poluem muito.

Essa lógica possibilitou a criação de um mercado no qual as áreas de floresta que capturam o carbono causador do efeito estufa são convertidas em títulos financeiros, comercializáveis em bolsas de valores. Tal prática acabou desviando as discussões sobre o modelo de desenvolvimento atual, que deixou de se concentrar na questão do consumo e da restrição da degradação para enfatizar as negociações de créditos. Assim, a natureza se tornou mais uma mercadoria a ser comercializada.

A dificuldade em conciliar o desenvolvimento econômico dos países industrializados ao longo do século XX com a atual agenda ambiental impede o consenso em torno do compromisso internacional para a redução de emissão de gases poluentes que causam o aquecimento global.

PAULO MANZI

O conflito entre desenvolvimento e preservação espelha o interesse desmedido pelo lucro expresso por países industrializados.

Site

- **www.socioambiental.org**

Acesso em: mar. 2016.

Site do Instituto Socioambiental – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) –, que propõe soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

- **www.pnuma.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

Página do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, instituição mundial vinculada à ONU que se dedica a questões sobre o meio ambiente, como mudanças climáticas, biodiversidade, sustentabilidade, redução da poluição etc.

Oriente os alunos a pesquisar sobre as metas estabelecidas durante a conferência e as medidas que foram adotadas para seu cumprimento, assim como sobre os países que conseguiram atingir as taxas estipuladas.

3 Sustentabilidade e a produção de alimentos

A preocupação da Sociologia com a temática ambiental coincidiu com o fortalecimento dos movimentos de protesto contra a degradação dos recursos naturais e com a constatação científica de que o desenvolvimento econômico capitalista está associado à utilização de tecnologias ambientalmente predatórias.

A partir de 1980, a Sociologia passou a tratar especificamente dos temas ambientais, antes abordados de forma apenas superficial pelos estudos sobre os processos de modernização e extinção progressiva das técnicas de produção tradicionais. As consequências sociais da degradação ambiental tornaram-se cada vez mais contrárias aos ideais modernos, que enxergavam no avanço tecnológico os meios de emancipação do ser humano. O consumo acelerado de recursos para manter o processo de industrialização criou problemas para diferentes sociedades. Eliminação de lixo industrial, estabelecimento de indústrias pesadas, produção de energia, instalação de infraestrutura para produção e outras necessidades de consumo das sociedades modernas foram reconhecidos como processos que beneficiam determinados grupos em detrimento de outros.

Muitas vezes, a conscientização em relação aos problemas ambientais, em lugar de promover um movimento de reestruturação do modelo econômico, suscitou a radicalização de diferenças. Por exemplo, as indústrias pesadas, a exploração predatória dos recursos naturais e outras atividades nocivas ao ambiente foram transferidas para países em desenvolvimento. Dessa forma, várias empresas transnacionais implantaram fábricas em locais em que a legislação ambiental é menos rígida e a mão de obra é mais barata, e aumentaram seus lucros por meio da exploração da fragilidade de outros países, o que ampliou a desigualdade.

A mesma lógica pode ser identificada em países em que tanto as relações entre as classes quanto entre os grupos tradicionais de determinados territórios estejam marcadas por assimetrias, para as quais não é possível encontrar equilíbrio nem conciliação sem uma linha de ação ativa de movimentos sociais, políticas públicas e propostas alternativas de organização econômica.

No final dos anos 1960, movimentos de contestação à exploração abusiva dos recursos naturais para o desenvolvimento industrial se fortaleceram. A mobilização da sociedade civil teve apoio de instituições de organização política – como a ONU –, que passaram a tratar do tema em diversas conferências ambientais.

É significativa a participação da ONU no debate sobre as possibilidades e os meios de desenvolvimento das sociedades, já que o tema era considerado, até a Segunda Guerra Mundial, uma prerrogativa de cada Estado nacional. A compreensão de que o modelo de desenvolvimento de um país afeta a comunidade internacional mediante os efeitos planetários do uso dos recursos naturais e da emissão de gases poluentes (assim como seus efeitos nos processos migratórios e no comércio internacional) levou a Sociologia a explorar o significado do desenvolvimento e a responsabilidade de cada país quanto aos meios de sobrevivência das gerações futuras.

Filme

- **O veneno está na mesa**

REPRODUÇÃO

Brasil, 2011.
Direção: Silvio Tendler.
Duração: 50 min.

O filme aborda o trágico efeito do uso de agrotóxicos na agricultura do Brasil, suas consequências nocivas à saúde e suas implicações sociais e políticas.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Mais do que um problema ligado à insuficiência de recursos naturais, a fome, na maior parte das vezes, tem sua origem em questões políticas, sociais e econômicas. Grandes latifúndios, como este, na cidade de Bandeirantes (PR, 2015), priorizam questões econômicas em detrimento dos direitos humanos.

Nesse contexto, a Sociologia passou a se dedicar à análise dos conflitos sociais decorrentes da desigualdade de acesso e usufruto dos recursos naturais (e dos bens advindos de sua exploração), além da relação entre os problemas ambientais e os modelos de organização social e desenvolvimento econômico adotados por uma sociedade. Assim, por envolver diferentes conceitos, métodos e enfoques e estabelecer um diálogo com diversas áreas do conhecimento – como Antropologia, Botânica, Biogeografia, Ecologia, Economia, Fitogeografia, Geografia, História e Zoogeografia –, é que a investigação sociológica cientificamente organizada se torna tão importante.

Concentração de terras e a produção da fome

Uma das discussões sociológicas relacionadas aos problemas socioambientais se desenvolveu no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade: a questão da superação da fome e da pobreza. A ideia difundida no século XIX de que a fome e a pobreza seriam resultado de uma produção de alimentos insuficiente em relação ao crescimento populacional foi criticada e superada ao longo do século XX, trazendo à tona também a discussão sobre o modelo de desenvolvimento associado ao capitalismo.

A persistência da fome é simultânea à existência de grandes propriedades de terra concentradas nas mãos de poucas pessoas e grupos, à produção voltada para o lucro e, contraditoriamente, aos grandes avanços técnicos que permitem maior produção em tempo cada vez menor. Essa simultaneidade demonstra que a fome e a pobreza não resultam da insuficiência técnica para a produção e distribuição de alimentos ou da falta de solos férteis, sendo, na verdade, consequência de problemas políticos, sociais e econômicos.

Apesar do aumento da produção de riquezas e de alimentos na sociedade industrial capitalista, os mecanismos de mercado conhecidos não são capazes de distribuir esses recursos para eliminar a fome e a pobreza. A superação desse cenário envolve políticas de garantia de direitos básicos aos mais pobres e a discussão sobre a construção de outro modelo de desenvolvimento, o qual, para muitos países, deve partir da implantação de uma **reforma agrária**.

Josué de Castro, em seu estudo clássico *Geografia da fome*, analisou de maneira sistemática o fenômeno da fome no Brasil, afirmando que esta não era um problema natural nem um produto da superpopulação, mas das opções políticas e econômicas realizadas pelos países. Ressaltou que nenhum fator era mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que uma estrutura agrária atrasada, sendo, dessa forma, a reforma agrária uma necessidade histórica.

Reforma agrária

A reforma agrária é uma política de reorganização da estrutura fundiária que tem como objetivo democratizar a propriedade da terra e permitir o acesso de todos que quiserem nela produzir. Como as terras produtivas estão centralizadas nas mãos de poucos proprietários, para realizar essa reestruturação é necessário que o Estado desaproprie terras de grandes fazendas, muitas delas improdutivas, e as redistribua entre pequenos agricultores, camponeses sem-terra e trabalhadores rurais.

Quem escreveu sobre isso

ARQUIVO/DP/D.A PRESS

Acadêmico e político, Josué de Castro tornou-se conhecido por seus estudos científicos sobre a fome.

Josué de Castro

O médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro (1908-1973) foi professor da Faculdade de Medicina de Recife (PE), professor catedrático de Geografia Humana da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e deputado federal por Pernambuco (1958-1962). Publicou, entre outros livros, *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951), obras que se tornaram internacionalmente consagradas pelo pioneirismo nos estudos científicos sobre a fome no Brasil e no mundo. Entre 1951 e 1955, foi presidente do conselho executivo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Com o golpe civil-militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1 e radicou-se em Paris, lecionando em universidades francesas.

DELFIM MARTINS/TYBA

Colheita mecanizada de milho em Cornélio Procópio (PR, 2015). Os avanços técnicos e a implementação de métodos de gestão capitalista aumentaram a produção de alimentos, mas a mantiveram atrelada a uma estrutura que busca o lucro, e não o acesso de todos à alimentação.

Vários estudos de Sociologia, Antropologia e Geografia procuram apontar a relação entre o modelo socioeconômico vigente e a existência de milhões de pessoas em situação de pobreza extrema e fome, mesmo com os meios técnicos disponíveis para a superação do problema (os avanços tecnológicos que permitem a produção industrializada de alimentos; o acompanhamento das condições do tempo e a possibilidade de superar as condições climáticas difíceis de algumas regiões; e os subsídios governamentais). Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a visão de que o Estado deveria intervir na economia e garantir os direitos básicos da população tornou-se uma das principais propostas de conciliação de uma economia de mercado com segurança social. A fome passou a ser compreendida como uma das evidências mais claras de que o mercado capitalista não seria capaz de reduzir as desigualdades, mesmo com os meios técnicos disponíveis.

Após as grandes guerras do século XX, o restabelecimento da paz levou em consideração problemas para a reorganização da ordem social e a manutenção da vida humana. A defesa de um Estado de Bem-Estar Social, capaz de garantir os direitos básicos dos povos, pode ser interpretada como uma ação da sociedade para estabelecer condições mínimas de sobrevivência e superar a quebra de laços sociais decorrentes da pobreza. Nesse processo, o Estado foi reconhecido como o agente principal para promoção da coesão social mediante a criação e a garantia de direitos. Com base no conjunto de direitos civis, sociais e políticos, estaria garantido o direito à vida, de acordo com essa concepção.

Remeta à discussão sobre a organização da sociedade com base em direitos feita no capítulo 7: Democracia, cidadania e direitos humanos.

A pobreza e a fome, no entanto, permanecem endêmicas em regiões de populações tradicionais afetadas pela expansão do capitalismo, como em muitas áreas rurais da América Latina e nos territórios da África e da Ásia, onde ocorrem conflitos armados e políticos. Para as organizações internacionais, como a ONU, seriam necessárias políticas mundiais específicas para essas regiões. É importante lembrar também que, para os países capitalistas ocidentais no contexto da Guerra Fria, essas regiões estavam mais vulneráveis à influência do bloco soviético, e era necessário um trabalho de “blindagem” contra essa influência por meio de políticas de redução da pobreza. Assim, as políticas contra a fome e a pobreza foram consideradas (e ainda são) estratégicas por agências multilaterais e tiveram um papel central na evolução do capitalismo desde os anos 1950.

A fome no mundo – 2014

Fonte: FAO. Nações Unidas. Disponível em: <www.fao.org/fileadmin/templates/ess/foodsecurity/poster_web_001_WFS.jpg>. Acesso em: mar. 2015.

A FAO publica, todos os anos, o *Mapa da fome mundial*. A fome é um problema social e político. Os avanços tecnológicos atuais só serão capazes de garantir a segurança alimentar no mundo atual se combinados a políticas públicas de combate à fome.

Segurança e soberania alimentar

O conceito de segurança alimentar desenvolveu-se no período posterior à Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento de políticas agrícolas voltadas para garantir o abastecimento de alimentos nos países em conflito. Ele foi discutido sobretudo na esfera das políticas oficiais, tendo chegado depois ao debate acadêmico.

A ideia consolidou-se na década de 1990 e levou ao princípio de que todas as pessoas têm direito à alimentação sadia e nutritiva, e que é dever do Estado desenvolver políticas públicas para garantir esse direito. Essas políticas valem-se de diversos mecanismos, como distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes-refeição, construção de refeitórios populares e desenvolvimento de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro (caso do Programa Bolsa Família, no Brasil).

Em 1996, durante a Cúpula Mundial sobre a Alimentação, coordenada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), algumas organizações camponesas apresentaram o conceito de *soberania alimentar*, em contraponto ao de *segurança alimentar*. De acordo com a soberania alimentar, o alimento é um direito humano, não apenas uma mercadoria comum. O conceito surge porque, na atual fase do capitalismo, o direito à alimentação saudável, que deveria ser garantido a todos os seres humanos, vem sendo violado por grandes empresas que controlam o mercado de alimentos e condicionam o acesso a eles à renda dos indivíduos. Ou seja, a população pobre fica sem condições de obter alimentos de qualidade.

Dessa forma, soberania alimentar refere-se ao conjunto de medidas que devem ser adotadas por todas as nações, tendo como princípio a ideia de que, para ser protagonista e soberano de sua existência, um povo deve possuir os recursos e o apoio necessários para produzir seus próprios alimentos, com acesso a eles em qualquer época do ano e de modo adequado a seu ambiente e a seus hábitos alimentares. Portanto, políticas públicas e sociais devem ser promovidas para garantir a uma nação os recursos e as condições técnicas necessários para que possa produzir em seu próprio território todos os alimentos básicos de que seu povo necessita.

Soberania alimentar é o direito dos povos a uma produção saudável e culturalmente apropriada, através de métodos agro-ecológicos, e seu direito a definir o seu próprio regime alimentar e sistema agrícola. Colocar os produtores, distribuidores e consumidores no centro das decisões políticas do sistema alimentar em vez das exigências dos mercados e corporações.

Definir os interesses e inclusão da próxima geração. Oferecer uma estratégia de resistência e desmantelamento do actual regime de alimentação corporativa, bem como, orientação para sistemas de alimentação, cultivo, sivicultura e pesca.

projecto270

SOBERANIA ALIMENTAR JÁ!

A soberania alimentar promove negócios transparentes, garantindo uma remuneração justa a todos os intervenientes e o direito dos consumidores de controlar a sua alimentação e nutrição. Assegura que os direitos de uso e manejo das nossas terras, territórios, águas, sementes, pecuária e biodiversidade estejam nas mãos de quem produz os alimentos.

A soberania alimentar dá prioridade ao mercado das economias locais e nacionais e poder aos camponeses, à agricultura familiar, pesca artesanal, sivicultura, e à produção, distribuição e ao consumo alimentar, baseado na economia social e ambiental.

A soberania alimentar implica uma nova relação social livre de opressão e de inequidade entre homens e militares, grupos raciais, classes sociais e gerações.

PAULO MANZI

Movimentos ambientalistas em todo o mundo (como os portugueses Projecto 270, cujas ideias estão expressas no cartaz ao lado, e o partido Os Verdes, de 2011) defendem a prioridade da autonomia de alimentação de um povo em relação ao mercado. A especulação sobre preços dos alimentos cria problemas para sua justa distribuição.

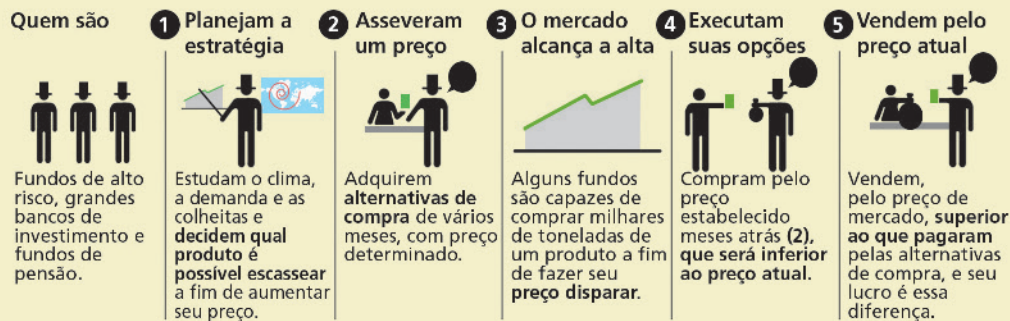
Como demonstraram estudos sobre a relação entre a fome e as características populacionais de cada país, os níveis de subnutrição ou fome endêmica, a baixa escolaridade, a concentração fundiária, as condições de vida e de trabalho precárias e a frágil integração territorial são elementos indissociáveis e interdependentes. Por isso, a superação do problema da fome e a garantia de soberania alimentar não estão restritas à produção de mais alimentos. Pode-se afirmar que a ideia de soberania alimentar apresenta, ao menos, três eixos básicos relacionados à intervenção do poder público na produção e na distribuição de alimentos: acesso, qualidade e educação.

DELFIM MARTINS/TYBA

Catadores em lixão, em Serra Talhada (PE, 2014). Fome e desperdício coexistem no sistema capitalista.

A partir do estabelecimento do conceito de soberania alimentar – assegurar o acesso aos alimentos para todos, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa –, ficou mais presente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas *commodities*, ou seja, matérias-primas para exportação) com qualidade adequada para o consumo humano. Para assegurar preços à população e acesso adequado a uma dieta mínima de nutrientes necessários à vida, é preciso que o Estado crie garantias que vão além da economia de mercado. Se deixados por conta das leis de mercado, a terra e seus produtos serão tratados apenas como mercadorias.

A lógica do mercado e da concentração de terra não garante a diversificação de gêneros alimentícios nem a sustentação de preços adequados para que se acabe com a fome. Em contraposição a essa lógica, somente a implantação de políticas públicas pode garantir que a alimentação seja defendida como uma condição básica para a sobrevivência não apenas física, mas também cultural.

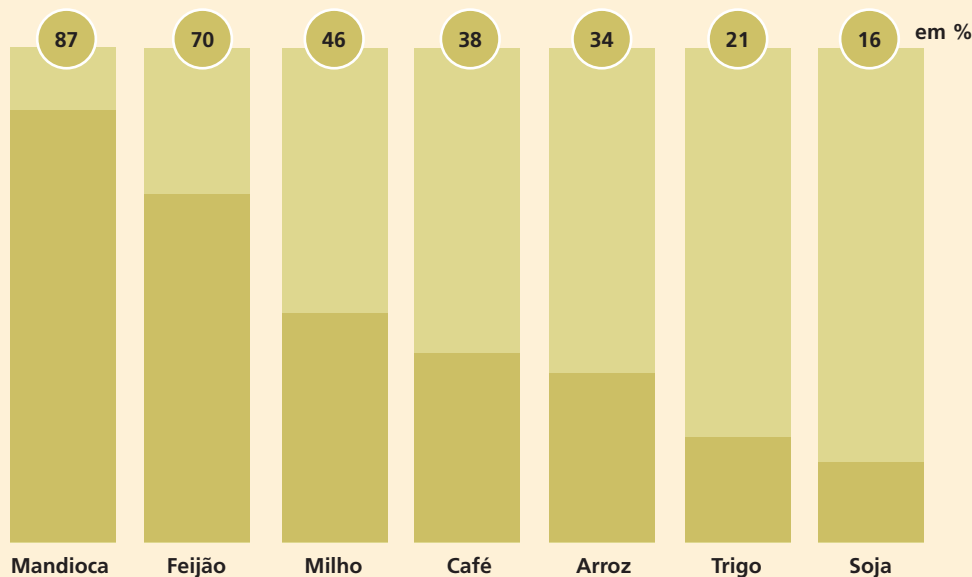
A relação da sociedade com o ambiente em que se vive está intimamente ligada a todos esses questionamentos promovidos nas últimas décadas, em especial ao da produção de alimentos. O surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento e a defesa da reforma agrária, no caso brasileiro, são indissociáveis da discussão sobre a superação da fome e da miséria no país.

Fundos de investimento de atuação global especulam sobre o preço dos alimentos para aumentar seus lucros.

A valorização da agricultura familiar

A participação popular é uma das características básicas dos modelos alternativos de planejamento e gestão urbana, pois a população é afetada pelas decisões governamentais e tem o direito de participar dos processos decisórios, independentemente do seu nível de "competência técnica". E é nesse contexto de valorização da participação popular nas políticas públicas que deve ser proposto o desenvolvimento da agricultura familiar.

O termo **agricultura familiar** diz respeito ao modo de organização da produção agrícola por pequenos proprietários rurais, quando há unidade entre a gestão e o trabalho. É desenvolvida por núcleos familiares, que são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção e a mão de obra das atividades produtivas. Esse modelo de agricultura contrasta com o modelo patronal, realizado em propriedades médias ou grandes, que utiliza trabalhadores contratados, com a gestão separada do trabalho.

A agricultura familiar, em tese, é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, pelas características de maior ocupação de mão de obra e de diversificação de culturas, próprias dessa forma de organização da produção. No entanto, a agricultura sustentável enfrenta muitas dificuldades em razão da organização da produção agrícola no Brasil. Ainda assim, a agricultura familiar representa uma parcela importante da produção de alimentos e do emprego rural no país.

Agricultura familiar e produção de alimentos

Fonte: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF. Disponível em: <www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao/agendas-tem%C3%A1ticas/item/8267>. Acesso em: abr. 2016.

Ricardo Abramovay, economista da Universidade de São Paulo (USP), afirma que, diferentemente do que aconteceu na Europa, onde a agricultura se baseou sobretudo no modelo familiar, no Brasil prevaleceu o modelo de produção patronal. Quando se comparam os dois modelos, fica claro que as regiões onde a agricultura mais prosperou foram aquelas que tiveram como base o modelo familiar. Nos países em que predominou o modelo patronal, a consequência foi uma imensa desigualdade social.

Sabemos que no contexto do capitalismo brasileiro predominou a concentração de terras, o que marginalizou os pequenos produtores e aumentou o desemprego e a pobreza.

A industrialização do campo por grandes transnacionais não permite o desenvolvimento da agricultura familiar, que seria mais sustentável e garantiria melhor qualidade de vida tanto às populações camponesas (que plantam para o mercado) quanto às populações tradicionais (que plantam para sua própria subsistência).

Quem escreveu sobre isso

EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

Ricardo Abramovay é especialista na avaliação dos impactos socioeconômicos provocados pelas mudanças climáticas.

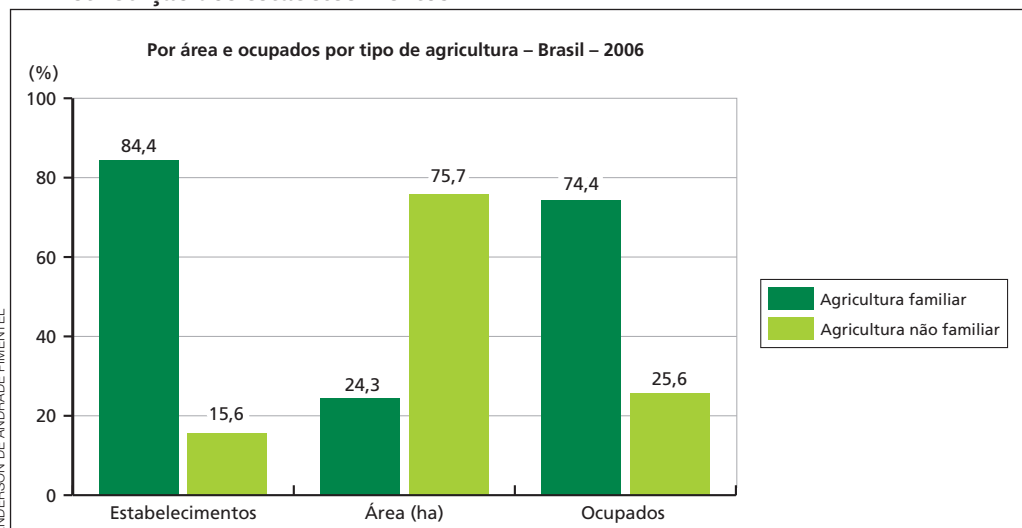
Ricardo Abramovay

Ricardo Abramovay (1953-) é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Relações Internacionais da USP. Coordena um projeto temático sobre impactos socioeconômicos das mudanças climáticas no Brasil e publicou *Muito além da economia verde* (2012), obra na qual aponta a necessidade de se construir uma economia baseada na cooperação social e no esforço para preservar os recursos naturais de que depende o desenvolvimento.

Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo o tipo de agricultura – Brasil – 2006				
	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
Características	**Valor**	**Em %**	**Valor**	**Em %**
Número de estabelecimentos	4.367.902	84	807.587	16
Área (milhões de hectares)	80,3	24	249,7	76
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74	4,2	26
Valor da produção (R$ bilhões)	54,4	38	89,5	62
Receita (R$ bilhões)	41,3	34	80,5	66

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

Distribuição dos estabelecimentos

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatsticas_do_Meio_R-1481281.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

Em 2006, ano que precedeu a uma grave crise de alimentos no planeta (que durou de 2007 a 2008), a agricultura familiar correspondia a 84% dos estabelecimentos produtivos no Brasil, mas ocupava apenas 24% da área cultivada. Era ainda responsável pelo emprego de 74% da mão de obra que trabalhava no campo.

Crise alimentar e a globalização

Os anos 2007 e 2008 foram testemunhas de uma grave crise de alimentos no mundo todo. A crise pode ser definida como o aumento expressivo no preço de produtos alimentícios (arroz, feijão, leite, carne etc.). De acordo com o Banco Mundial, nesse período os preços dos alimentos subiram em média 83%. O índice de preços de seis *commodities*, elaborado pela FAO, subiu 38% entre 2004 e 2007. Como resultado da crise, o preço dos alimentos subiu 40% nos últimos nove meses de 2008.

Essa crise colocou novamente em pauta o debate sobre a pobreza e a fome, tendo em vista a situação de vulnerabilidade das populações mais pobres em relação ao aumento de preço dos gêneros alimentícios. Para a faixa mais pobre da população, a pressão provocada pelo aumento dos preços é bem maior, pois as famílias que ganham até um salário mínimo por mês costumam comprometer mais de 40% do orçamento doméstico com alimentação. E essa situação torna-se ainda mais emergencial por causa da impossibilidade de a maior parte dessas famílias plantar e colher seus próprios alimentos.

Saiba mais

Revolução verde

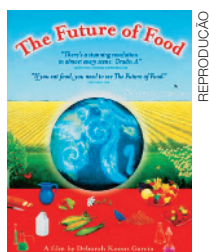
É um modelo idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo e sua lucratividade, principalmente nos países em desenvolvimento, por meio de alterações genéticas de sementes e uso intensivo de insumos industriais (adubos químicos e agrotóxicos), baseado na produção de monocultura para exportação em grandes propriedades, na mecanização e na redução do custo de manejo. No entanto, essas técnicas, apontadas como solução para aumentar a produtividade agrícola, causam muitos problemas ambientais e sociais, como a elevação da concentração da renda e dos meios de produção. Os altos custos de implementação desse sistema e sua alta produtividade inviabilizam a competitividade dos pequenos produtores, que se tornam trabalhadores assalariados nos latifúndios ou migram para os centros urbanos. Além disso, esse sistema provoca a contaminação do solo, do ar e dos alimentos pelo uso intensivo de agrotóxicos. Aos poucos, também elimina a diversidade de espécies de alimentos e substitui conhecimentos e práticas culturais locais por processos de homogeneização produtiva e cultural.

Para os defensores da manipulação dos genes, esse modelo de produção representa um futuro promissor, que vai modernizar as lavouras, expandir a fronteira agrícola e colocar a biotecnologia a serviço do combate à fome. Já para ecologistas e movimentos sociais ligados a pequenos agricultores, a revolução verde amplia desigualdades sociais, causa danos ambientais irreparáveis e oferece sérios riscos à saúde, tanto da população que trabalha diretamente na produção agrícola com uso de agrotóxicos quanto da que simplesmente consome seus produtos.

O Brasil, em 2009, passou a ser considerado o segundo país com maior área de cultivo de transgênicos do mundo e o que apresentava maior taxa de crescimento de plantações desse tipo.

Filme

- **The future of food (O futuro dos alimentos)**

REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 2004.
Direção: Deborah Koons Garcia.
Duração: 88 min.

O documentário investiga as grandes empresas multinacionais que produzem artificialmente modificações genéticas nos cultivos alimentares e patenteiam as sementes resultantes dessas modificações, monopolizando o agronegócio e o mercado global de alimentos, ao mesmo tempo que estimulam monoculturas de transgênicos, o que acarreta perda de biodiversidade e problemas na saúde da população.

Há muitas causas para a alta de preços dos alimentos, mas as principais são:

a) **aumento da demanda por alimentos**: por causa da ampliação do poder aquisitivo nos países mais ricos, desde os anos 1950, e em decorrência do crescimento econômico recente de países como China, Índia, África do Sul e Brasil, um contingente importante de famílias passou a consumir mais alimentos, principalmente grãos. Tornou-se necessária também uma quantidade maior de grãos para abastecer a pecuária;

b) **maior demanda por combustíveis**: em razão do encarecimento do petróleo, Estados Unidos e União Europeia passaram a promover o uso de biocombustíveis com subsídios; assim, plantações que antes produziam alimentos foram destinadas à produção de etanol. Em 2007, quase um terço da produção de milho dos Estados Unidos foi usada para fazer biocombustível. Da mesma forma, o custo dos fertilizantes químicos e do transporte influencia diretamente o preço dos alimentos;

c) **especulação do mercado financeiro**: quando os Estados Unidos diminuíram as taxas de juros, ocorreu uma migração de capital para investimentos mais lucrativos, pois os investidores apostaram na elevação dos preços das *commodities* agrícolas, como o trigo, o arroz, entre outras, nas bolsas de mercadorias de futuros. Entre 2006 e 2008, os investimentos nessas *commodities* saltaram de 46 bilhões para 250 bilhões de dólares;

d) **mudanças climáticas e perdas de safras**: o impacto das mudanças climáticas na agricultura é recorrente. No entanto, a tese do aquecimento global aponta que as repercussões da industrialização e do modelo de desenvolvimento capitalista aprofundaram o desequilíbrio climático do planeta e causaram mudanças nos padrões climáticos, com maiores enchentes e secas mais duradouras. Essas mudanças dificultam as previsões meteorológicas e o planejamento agrícola, levam à perda de safras e ao aumento de preços dos alimentos por diminuição da oferta;

e) **diminuição de terras cultivadas**: uma das consequências da globalização foi o avanço da industrialização em países como Brasil, China, Índia e outras nações da América do Sul, da África e da Ásia, o que acarretou uma intensa migração em direção aos centros urbanos e a diminuição da população economicamente ativa no campo. As consequentes elevações de custos com essas transformações (diminuição das terras cultivadas e aumento do custo da mão de obra) levaram ao aumento dos produtos finais, em especial dos alimentos.

Assim, o desenvolvimento capitalista, em especial no que se refere ao campo, deu evidentes provas de esgotamento pela sua insustentabilidade, seja no que se refere ao uso de recursos, seja quanto aos preços dos alimentos. A globalização, portanto, trouxe também a oportunidade de se discutir modelos alternativos para uma economia sustentável como caminho de superação da pobreza e da fome.

4 Modernização, transformação social e justiça ambiental

A modernização das sociedades é um dos primeiros temas de interesse da Sociologia. Desde o século XIX, os cientistas sociais procuram entender como o mundo moderno substitui as antigas formas de sociabilidade e reconfigura seus aspectos culturais em relação ao meio ambiente. Esse processo de modernização envolve aspectos econômicos, políticos e sociais; está presente na noção atual de indivíduo, na ideia de racionalização em substituição às crenças religiosas, na burocratização das instituições em substituição à organização afetiva tradicional. O surgimento do capitalismo é um fator central para compreender esse fenômeno e os aspectos socioculturais que o acompanharam.

A crítica aos efeitos de desagregação social do capitalismo também considerou seus impactos sobre o meio ambiente. Uma pensadora contemporânea que se dedica a esse tema é a filósofa indiana Vandana Shiva. Valendo-se de sua rede de mobilização social, ela defende um sistema de agricultura que não use sementes geneticamente modificadas. Para ela, a escassez de água e de comida que ainda persiste em diferentes partes do mundo é consequência do consumismo e do materialismo da cultura ocidental. De acordo com Shiva, as grandes corporações, na busca incessante de lucros, aprofundam as crises ambientais. A fim de evitar a degradação ambiental, é necessário reverter os mecanismos de privatização do uso dos recursos ambientais, como água, ar e solo. Vandana Shiva critica o uso privado dos recursos ambientais para obtenção de lucro e propõe uma democracia baseada na sustentabilidade, na paz e na justiça.

Quem escreveu sobre isso

ROSE BRASIL/ABR

Vandana Shiva articula produção intelectual com ativismo político pela causa ambiental.

Vandana Shiva

Física e filósofa indiana (1952-), Vandana Shiva obteve PhD em Física pela Universidade de Ontário Ocidental, no Canadá, em 1978. É responsável pela Fundação de Pesquisa sobre Ciência, Tecnologia e Ecologia, em Nova Délhi. Envolveu-se em diversos movimentos verdes, com intenso ativismo internacional. Seus estudos e sua ação política abordam os seguintes temas: biodiversidade, organismos geneticamente modificados, propriedade intelectual, bioética, biopirataria e ecofeminismo.

Jogo

- **Cidade verde**

REPRODUÇÃO

Chamado de City Rain, no original, o jogo ganhou uma versão gratuita em português para ser utilizada nas escolas. Nele, o aluno é um prefeito que deve administrar a cidade de forma sustentável, atento às demandas sociais e "desenvolvendo a economia com preocupação ambiental". Entre os temas tratados estão: mobilidade, coleta de lixo, tratamento de esgoto, desmatamento, consumo e gestão pública de gastos. A versão de teste do jogo pode ser baixada em: <www.ovologames.com/cityrain/BR/>. Acesso em: fev. 2016.

Livro

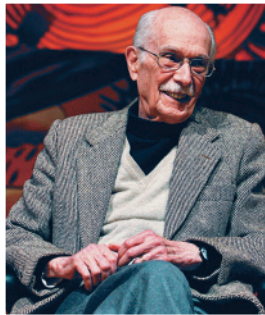
- **SHIVA, Vandana. *Guerras por água*: privatização, poluição e lucro.**

São Paulo: Radical Livros, 2006.

Ensaio sobre os efeitos destruidores do capitalismo na ordem ecológica. O tema principal é a privatização da água motivada pela busca de lucro dos grandes capitalistas. No processo, as populações são privadas de seus direitos e sofrem não só pela escassez de água como pelas catástrofes naturais e pelas guerras derivadas da ação predatória.

São muitas as evidências de que os problemas ambientais afetam as sociedades material e culturalmente. No caso do Brasil, por exemplo, houve a transformação da cultura do interior durante o processo de modernização. O sociólogo Antonio Candido analisou, com base em uma etnografia das comunidades caipiras do interior de São Paulo (nos municípios de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e Bofete), a cultura rústica formada com base na interiorização e no isolamento desse grupo social no processo de colonização do país. Para ele, a sociabilidade caipira tornara-se, desde sua origem, autossuficiente e voltada para a subsistência. As relações humanas nesse ambiente seriam solidárias, e não competitivas. Nas relações de trabalho, por exemplo, os vizinhos cumpririam um papel fundamental para a manutenção da comunidade, ajudando-se mutuamente por meio do mutirão, visto como um ato de amizade, e não como prestação de serviço. Nesse sentido, na sociabilidade caipira, a relação com a natureza também pode ser interpretada como de completo ajuste ecológico.

Quem escreveu sobre isso

LETICIA MOREIRA/FOLHAPRESS

Antonio Candido é uma referência no estudo dos aspectos culturais que marcam a relação da sociedade com o meio ambiente.

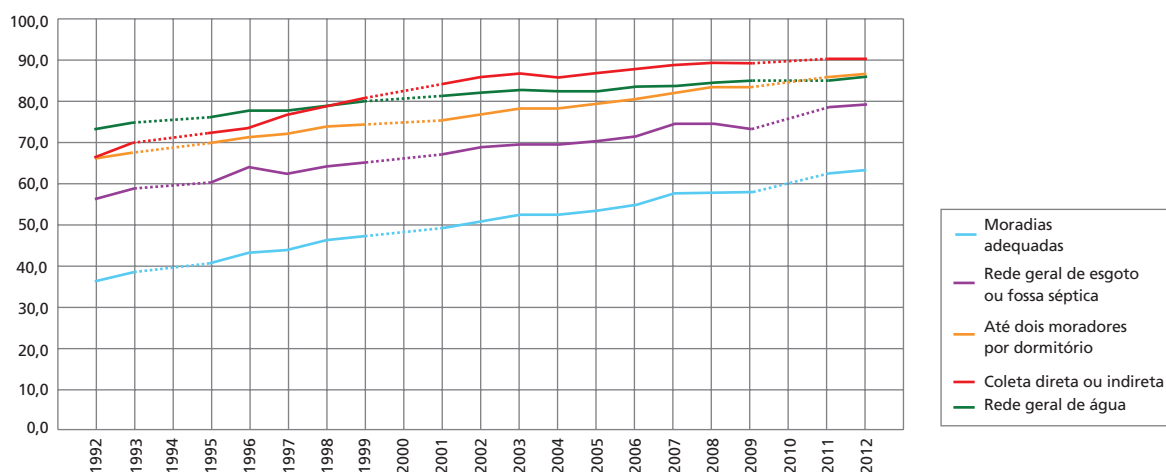
Antonio Candido

Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), em 1941, Antonio Candido (1918-) defendeu seu doutorado em 1954 pela mesma instituição, onde também atuou como professor. Lecionou igualmente na Universidade de Yale e na Universidade de Paris. É uma referência nas Ciências Sociais e na crítica literária brasileira. Entre seus principais livros estão: *Formação da literatura brasileira* (1959) e *Os parceiros do rio Bonito* (fruto de sua tese de doutorado e publicado em 1964). Suas obras tratam da conformação de uma literatura nacional brasileira e de sua relação com a sociedade. Também pesquisou a cultura caipira do interior paulista, apresentando as transformações e continuidades dela com a modernização da sociedade.

Com o avanço do capitalismo, aumenta também a migração do campo para a cidade. Há uma crise no ajustamento da sociabilidade caipira ao meio urbano, pois esta não será mais amparada pelo meio ambiente que a cercava. O mesmo pode ser visto na relação de comunidades tradicionais com a expansão atual da fronteira agrícola.

Na Sociologia, surgiu um campo do conhecimento especializado no desenvolvimento rural, que ficou conhecido como Sociologia Rural. É complementar à Sociologia Urbana no que diz respeito ao estudo sobre a relação entre sociedades e meio ambiente. Os problemas ambientais urbanos também são uma fonte de preocupação para o pensamento sociológico contemporâneo.

A questão da moradia em grandes centros urbanos, que leva à ocupação informal de áreas da cidade desprovidas de instalações sanitárias necessárias, como grande parte das favelas, pode ser entendida como um problema ligado ao meio ambiente.

Em diversas cidades do Brasil e de outros países, as condições socioambientais de moradia irregular apresentam situações de risco para seus moradores por causa do perigo de deslizamentos, inundações e problemas de saúde ligados à falta de saneamento. Nos períodos chuvosos, as habitações erguidas em morros, por exemplo, estão sujeitas a deslizamentos; se estiverem em áreas de várzeas, ficam sujeitas a inundações. As chuvas e enchentes também agravam os riscos de saúde relacionados à falta de saneamento e infraestrutura de escoamento (esgoto, coleta de lixo, rede de águas pluviais). Muitas vezes, essas moradias são construídas bem próximo de vias férreas e rodovias, ou mesmo de fábricas poluentes e de aterros sanitários, o que agrava ainda mais a situação de risco.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: *Indicadores de desenvolvimento sustentável* – Brasil 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

Notas: 1. Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá entre 1992 e 2003; a partir de 2004, a amostra incluiu todo o território nacional, constituindo-se numa nova série.
2. Não houve pesquisa nos anos 1994, 2000 e 2010; dado obtido por interpolação linear.

A questão ambiental nas cidades envolve a inadequação de boa parte das moradias (em 2012, cerca de 38% eram inadequadas), o que acarreta graves problemas ambientais e de saúde.

Essas condições produzem múltiplas situações de risco e configuram o que o sociólogo estadunidense Robert Bullard chama de **zonas de sacrifício**, ou seja, os territórios da discriminação que concentram situações de injustiças ambientais. Chuvas e enchentes podem destruir ou inviabilizar de forma irreversível as moradias em áreas de risco. A única perspectiva dos que vivem nesses locais é a de que os governos (municipal, estadual e federal) desenvolvam mecanismos de redução dos riscos ambientais.

Saiba mais

Justiça ambiental

Conjunto de princípios que assegura que nenhum grupo de pessoas suporte uma parcela desproporcional de degradação ambiental. Esse conceito nasceu nos movimentos sociais dos Estados Unidos, especialmente nas organizações de lutas pelos direitos civis das populações afrodescendentes, a partir dos anos 1960. Dessa forma, entende-se por injustiça ambiental a condição de desigualdade, operada e sustentada por mecanismos sociopolíticos, que destina a maior parte das consequências dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos discriminados, marginalizados e vulneráveis da sociedade.

GABRIEL DE ANGELIS/AGÊNCIA O GLOBO

SANJAY KANOJIA/AFP

As enchentes em lugares tão distantes entre si quanto o Brasil (acima, em 2015, no Acre) e a Índia (ao lado, em 2015) têm efeitos sociais similares. As maiores vítimas são os mais vulneráveis, os membros da população com menor renda, moradores de áreas irregulares.

Quem escreveu sobre isso

RIC FELD/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Robert Bullard é fundador do movimento por justiça ambiental e militante contra o ecorracismo.

Robert Bullard

O sociólogo estadunidense Robert Doyle Bullard (1946-) é tido como o fundador do movimento por justiça ambiental. Além de ser um reconhecido pesquisador e acadêmico nesse campo, atua ativamente contra o que ficou conhecido como **racismo ambiental** ou **ecorracismo**. O termo surgiu quando Bullard apresentou uma pesquisa demonstrando que os aterros sanitários, depósitos e incineradores de lixo da cidade de Houston (Estados Unidos), públicos e privados, não eram instalados segundo critérios técnicos e estavam todos localizados em bairros cuja população era de maioria negra, embora a população negra da cidade não correspondesse a 25% do total.

Assim, a injustiça social e ambiental afeta a população trabalhadora por meio de vários mecanismos articulados: risco ambiental sofrido desproporcionalmente em relação ao conjunto da sociedade, necessidade de arcar com os custos e com a obrigação de construir suas moradias, assim como com o ônus de ter de responder à acusação de ocupar áreas irregularmente. Essa população vulnerável ainda é responsabilizada pelos próprios problemas com que tem de se defrontar, especialmente em campanhas da imprensa voltadas a justificar a remoção de favelas sem debater a precariedade histórica das políticas de habitação para os trabalhadores de baixa renda.

Repensar a questão do espaço urbano, das moradias irregulares e suas condições ambientais e sanitárias sob a ótica da justiça ambiental remete à necessidade de produzir políticas públicas pensadas e construídas tendo como ponto de partida a vozes dos habitantes das comunidades vulneráveis. Esse é, talvez, o principal desafio diante da discriminação sofrida por essa população.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Moradias irregulares, destituídas de saneamento básico, são apenas uma face da complicada questão da justiça ambiental, que exige políticas adequadas, que levem em conta o ponto de vista das populações mais fragilizadas. Na foto, casas instaladas na reserva extrativista marinha de Caeté-Taperaçu, em Bragança (PE, 2013).

CHRIS GRAYTHEN/GETTY IMAGES

O perfil sociodemográfico dos mais atingidos pelo furacão Katrina (maioria de negros e pobres) na cidade de Nova Orleans (Estados Unidos, 2005) e a demora no resgate das vítimas e no auxílio aos desabrigados são exemplos de como os riscos ambientais se mostram desigualmente distribuídos e revelam os danos decorrentes da injustiça ambiental.

Justiça ambiental, “modernização ecológica” e conflitos ambientais no Brasil

Até os anos 1980, os temas relacionados à proteção do meio ambiente eram vistos com desconfiança pelos diferentes atores que participavam do cenário político nacional. As demandas dos movimentos ambientalistas costumavam ser percebidas como menos importantes do que as questões sociais mais prementes, como a superação da pobreza e a luta contra as desigualdades sociais. A “ambientalização” do discurso dos movimentos sociais, partidos políticos, governos e empresas privadas é um fenômeno que só começou a ser notado de forma mais nítida depois das lutas travadas durante a redação e promulgação da Constituição de 1988 e na Eco-92, quando surgiu o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

A questão do desenvolvimento brasileiro, cuja principal inspiração era o processo de industrialização dos países do capitalismo central, foi até então uma fonte de constrangimento para o movimento ambientalista. Isso porque se entendia que a industrialização e a rentabilização do capital serviriam aos propósitos desenvolvimentistas de geração de emprego e renda e, logo, contribuiriam para criar meios de superação do atraso e da pobreza. Da mesma forma, os princípios do protecionismo ambiental, importados de países como Estados Unidos e Canadá, também geravam questões sociais significativas na luta de populações tradicionais para manter suas atividades extrativistas, de seringueiros a pescadores, enquanto denunciavam práticas predatórias de madeireiras e mineradoras.

Essa nova relação entre o meio ambiente e a justiça social serviu de base para a construção de uma agenda comum entre as entidades ambientalistas, o ativismo sindical, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens, assim como entre os seringueiros, os extrativistas, o Movimento Indígena e os movimentos comunitários das periferias urbanas.

Esses grupos estavam identificados com um ecologismo crítico e combativo, interessado em dar a maior visibilidade possível aos conflitos existentes. Assim, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciava o setor elétrico, que lucrava graças à expropriação do ambiente dos atingidos, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) discutia a questão da produtividade ao mostrar como não pode ser considerada “produtiva” uma terra que produza qualquer coisa a qualquer custo. Nesse sentido, uma propriedade que destrói os recursos naturais de fertilidade e biodiversidade com base em uma cultura intensiva químico-mecanizada não cumpre sua função social.

Site

- **www.mabnacional.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

Site do Movimento dos Atingidos por Barragens, organização nacional de luta em defesa dos direitos dos atingidos e pela construção de um projeto popular para o país.

O rompimento de duas barragens de rejeito mineral destruiu o distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG), em 2015, causando mortes e deixando centenas de desabrigados. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciou que a empresa Samarco, controlada pela brasileira Vale S. A. e pela anglo-australiana BHP Billiton, era a responsável pelo rompimento das barragens, por negligência na manutenção.

RAMON LISBOA/EM/D.A PRESS

Saiba mais

Chico Mendes e a luta dos seringueiros

Francisco Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes (1944-1988), nasceu no seringal Porto Rico, em Xapuri (AC). Como líder seringueiro, conseguiu que a luta pela conservação do modo de vida de seus companheiros tivesse repercussão internacional. Criticava o sistema desumano de exploração dos povos tradicionais e dos recursos naturais da Amazônia. Não reivindicava a posse de terra, mas a garantia da possibilidade de os grupos tradicionais extrativistas retirarem dela os recursos necessários para sua sobrevivência, sem destruir a floresta. Suas ações e ideias promoveram profundas transformações no modo como o Estado concebia a reforma agrária e a ocupação de terras na região amazônica.

Os habitantes tradicionais da Floresta Amazônica (índios, seringueiros, ribeirinhos, coletores e outros) têm seu modo de vida baseado na extração de produtos naturais, como borracha, castanha, óleos e essências vegetais. Praticam a caça e a pesca não predatórias e a agricultura de subsistência. Da luta de Chico Mendes em defesa desses povos surgiu a proposta da União dos Povos da Floresta, que integra interesses de índios e seringueiros por meio da criação de reservas extrativistas que resguardem as áreas indígenas e preservem a mata.

A Aliança dos Povos da Floresta foi oficializada com base numa proposta do Conselho Nacional de Seringueiros e da União das Nações Indígenas. A força da entidade resultou na regulamentação das Reservas Extrativistas como uma modalidade específica de regularização fundiária e uso sustentável dos recursos naturais. Atualmente, existem 36 reservas extrativistas na Amazônia, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

NACIONAL — CORREIO BRAZILIENSE — 11

Assassinaram Chico Mendes. É a guerra no campo

IBDF combate garimpo no Pico da Neblina

Chico Mendes, acompanhado de dois seguranças, morreu com um tiro de escopeta

Pastoral põe a culpa nos constituintes e na UDR

A necessidade dos institutos religiosos

Protesto e vigília em Brasília

Gabeira vai ao enterro

ARQUIVO CB/D.A PRESS

Chico Mendes tornou público o caráter social dos conflitos ambientais no Brasil.

Livro

- **ACSELRAD, Henri et al.**

O que é justiça ambiental?

Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

O livro apresenta a construção da problemática, a fundamentação teórica e as práticas sociais em torno da questão ambiental. Demonstra como a relação entre sociedade e natureza reflete as desigualdades políticas, sociais e econômicas relativas a um dado momento histórico e a configuração socioespacial nas escalas local, regional e internacional.

Por outro lado, a adoção do discurso ambientalista por agências multilaterais, empresas poluidoras e governos fez surgir um discurso conciliador, mais pragmático, que passou a ser chamado de "ecologismo de resultados". Esse discurso procurou neutralizar as lutas ambientais e produziu a "ambientalização" também do próprio modelo capitalista de produção de riquezas, em um processo batizado de "modernização ecológica", isto é, um processo que procura conciliar o crescimento econômico e a resolução de conflitos ambientais com ênfase em adaptação tecnológica, economia de mercado e crença na colaboração e no consenso.

Segundo Henri Acselrad, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a questão ambiental apresenta um confronto entre uma posição cultural e uma posição utilitária. Se a posição cultural questionava os valores do consumismo estabelecido na era capitalista e por meio da industrialização químico-mecanizada da agricultura, a posição utilitarista, inaugurada pelo Clube de Roma, estava preocupada em assegurar a continuidade da acumulação capitalista por meio da economia de recursos.

Pela visão utilitarista, o meio ambiente é como um repositório de recursos materiais, sem nenhum componente sociocultural. Em oposição, a visão cultural não se pergunta sobre os meios, mas sobre a finalidade da apropriação dos recursos pela humanidade, já que o meio ambiente é entendido como constituído de uma grande variedade de qualidades socioculturais. Nessa visão, não existe meio ambiente sem sujeito; logo, existem tantos ambientes quanto povos e grupos sociais que lhes atribuem sentido. Assim, segundo o professor Acselrad, o conflito e a desigualdade ambiental são denunciados pelos sujeitos envolvidos e podem, dessa forma, ser definidos como uma exposição desproporcional dos grupos sociais subalternos aos riscos produzidos pelas redes técnico-produtivas da riqueza ou pela perda do seu ambiente por causa da concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos.

Isso quer dizer que os riscos ambientais são diferenciados e distribuídos de forma desigual entre as diferentes sociedades e culturas. Essa desigualdade de exposição aos riscos é a essência dos conflitos ambientais. Nesse sentido, os mais ricos têm uma mobilidade maior e mais condições de escapar dos riscos, diferentemente dos mais pobres, mais propensos a ficar presos em um circuito de risco. Dessa maneira, a poluição, por exemplo, não seria um risco que atingiria da mesma forma diferentes grupos sociais – como defendem aqueles que veem nos problemas ambientais uma questão que afeta a todos igualmente –, demandando colaboração e consenso entre os diferentes grupos para sua superação.

- **www.akatu.org.br**

Acesso em: mar. 2016.

Esse *site* disponibiliza vídeos, textos, jogos e reportagens que possibilitam uma discussão a respeito da questão do consumo e seus impactos sobre o meio ambiente, em razão tanto da acelerada produção de bens quanto do seu consequente descarte.

ANDERSON BARBOSA/FOTOARENA

Outro exemplo de desigualdade ambiental é o dos ribeirinhos que perdem seu meio de vida para as barragens das usinas hidrelétricas. Na foto, protesto de pescadores de Altamira, Vitória do Xingu e de outras cidades que sofrem os impactos das obras da usina de Belo Monte (Altamira, PA, 2013).

LENINE MARTINS/SECOM-MT

O conceito de desigualdade ambiental determina de que forma os pequenos agricultores perdem espaço para a plantação de soja transgênica, como a que se vê nesta imagem de Nova Mutum (MT, 2014).

Sociólogos, como os estadunidenses Raymond Murphy (1943-) e Allan Schnaiberg (1939-2009), e o professor de Relações Internacionais britânico Peter Newell ressaltam a importância das categorias de classe social, raça e gênero para a compreensão da organização internacional da desigualdade ambiental. É possível considerar a existência de "classes ambientais" de acordo com quem ganha com os custos ambientais do desenvolvimento e com quem os paga. Essa postura vai de encontro à posição liberal e conservadora de que os riscos ambientais incidem da mesma forma sobre todos e de que não se pode falar de injustiça quando a população decide voluntariamente aceitar riscos desproporcionais em troca de vantagens econômicas.

Assim, a ideia de justiça ambiental se fundamenta na promoção de uma cultura de direitos e na crítica às consequências da posição ambiental utilitarista, que defende uma modernização ecológica do capitalismo contemporâneo sem abordar a questão social ligada aos conflitos ambientais. A organização das condições materiais e espaciais de produção e reprodução da sociedade deve estar relacionada à construção de uma sociedade mais justa, baseada em uma cultura de direitos. Nesse sentido, promove-se uma união entre a justiça social e a proteção ambiental, prática que entende que, para impedir a ação destrutiva sobre o meio ambiente, é preciso começar protegendo os mais vulneráveis.

No Brasil, a relação estabelecida entre movimentos sociais e ambientais se caracterizará pela defesa dos ambientes culturalmente definidos (como as áreas indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc. – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado), pela busca de proteção social igualitária contra os efeitos de segregação e desigualdade ambiental produzidos pelo mercado e pela defesa dos direitos de acesso igualitário aos recursos ambientais (contra a concentração de terras férteis e das águas nas mãos de poucas pessoas). Nesse espaço, trava-se uma luta pela defesa de todos esses direitos, que impede a transferência dos custos ambientais para os mais pobres; é também uma defesa dos direitos das populações futuras. Para os integrantes da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a promoção da democracia, da justiça social e de um ambiente saudável torna-se parte das lutas sociais da maioria da população, que procura fazer do ambiente um espaço, fundamentalmente, de construção de justiça para todos, e não apenas um espaço mercantilizado para apropriação de riquezas por poucos.

Os custos ambientais do progresso muitas vezes são pagos pelos próprios trabalhadores ou pelas classes menos favorecidas. E mecanismos ligados à globalização acabam por transferir esses ônus para os países em desenvolvimento. Nas fotos, operários em fábrica na cidade de Putain, província de Fujian, na China, em 2015, e imagem da poluição na capital, Pequim, no mesmo ano.

JOHN RUWITCH/REUTERS/LATINSTOCK

DESIGNBYDX/SHUTTERSTOCK

Considerações sociológicas

A "economia verde" como estratégia de mercado

Durante a década de 1970, paralelamente à crítica ao capitalismo e à sociedade de consumo, surgiu o chamado "consumismo verde", que valorizava a natureza e a preservação da diversidade orgânica e paisagística ameaçadas pelo tipo de sociedade vigente. Já no final da década de 1980, o movimento torna-se ainda mais expressivo, configurando a chamada "economia verde". Muitas empresas viram-se ameaçadas por esse fenômeno, em especial aquelas que foram publicamente denunciadas como responsáveis por produtos poluentes e prejudiciais à saúde.

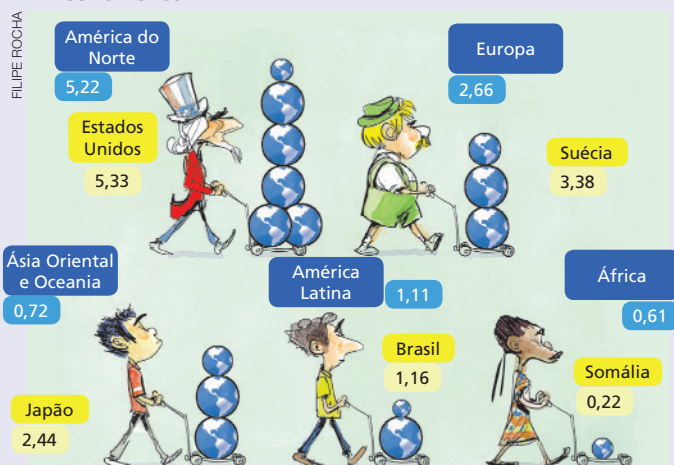
Diante dessa realidade, distribuidores e produtores precisaram se adequar às novas demandas. Para tanto, investiram pesado em pesquisas de mercado que mostravam que os consumidores verdes dispunham de maior poder aquisitivo, além de apresentarem um nível de instrução mais alto que o da média da população. Paralelamente, promoveram a incorporação da questão ambiental à gestão empresarial, isto é, gestores e administradores de empresas deveriam, a partir de então, fazer das preocupações ecológicas um valor agregado a seus produtos, viabilizando o consumo e o lucro.

O "mecenato ambiental" foi outra arma utilizada, isto é, empresas passaram a patrocinar campanhas de proteção ao meio ambiente, fazendo disso uma forma de atrair os ambientalistas. Há ainda o "*marketing* ecológico", que consiste na divulgação do esforço realizado por determinada empresa para minimizar os impactos ambientais e os efeitos nocivos à saúde causados por seus produtos, tendo na mira os consumidores preocupados com a questão ambiental.

O tempo mostrou, no entanto, que muitas dessas empresas diminuíam o impacto ambiental sob um aspecto, mas não totalmente. Havia, por exemplo, empresas que investiam na facilitação da eliminação de um produto no final do seu ciclo de vida, mas utilizavam (às vezes até incentivavam) desmatamento em outros países. Rapidamente, a preocupação desses produtores foi julgada como inautêntica e sua mudança de postura foi vista como um engodo para venderem mais e mais, incrementando a lógica da já criticada sociedade de consumo.

Conforme interpretação do sociólogo francês Luc Boltanski (1940-), a própria mercantilização do discurso ecológico adotado pelas empresas fez com que a população, em especial a mais engajada, desacreditasse da potencialidade da transformação que se esboçara. Finalmente, na década de 1990, movimentos ecológicos mais radicais ganharam a cena criticando o "consumismo verde", pois consideravam que este acabava por alimentar a lógica de produção capitalista e o consumismo, adiando dessa forma o fim desse modelo de sociedade que, afirmam, há muito se mostra saturado e insustentável.

Ainda que a economia verde esteja relacionada à ideia de desenvolvimento sustentável, investindo em atividades menos poluentes, defendendo o aumento da eficiência energética e a prevenção da perda da biodiversidade, ela compreende os bens naturais como bens econômicos e fonte de benefícios. Essa postura é questionada pelos adeptos da justiça ambiental, que consideram a lógica política a que está submetido o aproveitamento desses recursos e criticam a apropriação socialmente desigual de seus benefícios.

Quantos planetas Terra precisaríamos ter para viver e consumir conforme os padrões médios atuais de cada continente

Dados indicam que o planeta em breve não comportará mais o modo de vida e o consumo atuais da população. Além disso, apesar de os riscos consequentes desse modo de vida serem compartilhados por todos, os benefícios não o são. O debate sobre meio ambiente e sustentabilidade não pode prescindir da discussão sobre o consumo e a desigualdade.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *O futuro que queremos*. Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Disponível em: <www.portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016433.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

Discuta com os alunos o discurso da sustentabilidade. É possível tornar o modo de produção capitalista sustentável? O crescimento econômico, nos moldes capitalistas, é compatível com a questão ecológica e com a preservação ambiental? Enfatize o fato de que os impactos socioambientais promovem a destruição ou o desequilíbrio de determinados ecossistemas, afetando diretamente populações inseridas nessas regiões. Outro aspecto a discutir é que, no mundo, os mais pobres são os primeiros a serem afetados por esses fatores e os que mais sofrem suas consequências.

A legislação ambiental

Apesar dos avanços do debate sociológico a respeito, do ponto de vista legal prevalece no Brasil uma concepção naturalista do meio ambiente, como é possível perceber ao se ler a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, artigo 3º, parágrafo I (ora modificada pela Lei nº 12.651/2012): "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Base constitucional

Nas relações do meio ambiente com a sociedade são enfatizadas as atribuições do poder público de proteger os diferentes ambientes naturais de exploração predatória que possa colocar em risco a existência das espécies e a segurança da sociedade. Diz a lei sobre o meio ambiente, em seu capítulo VI:

CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º – Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º – As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º – A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º – São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º – As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

BRASIL. Capítulo VI – Do meio ambiente. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%20 2004>. Acesso em: fev. 2016.

Atividade

O novo Código Florestal "estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos." (art. 1º – A da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Porém, enquanto uns afirmam que ele favorece a devastação ambiental, outros dizem que ele prejudica a produção rural.

Organizem-se em dois grupos para promover um debate. Em seguida, um grupo irá redigir um texto apontando possíveis vantagens e benefícios do novo Código Florestal, enquanto o outro construirá em seu relatório argumentos para criticar esse código. Ao final, os relatórios deverão ser apresentados ao conjunto da classe e será votado qual deles se mostrou mais convincente em relação à polêmica.

Interfaces Educação Física, Física e Geografia

Parkour: um exercício de direito à cidade

O título desta seção faz menção a uma importante e já clássica obra do filósofo francês Henri Lefebvre (1901--1991), *O direito à cidade* (1968). Nela, o autor aponta a urbanização como resultado da industrialização e da propagação do capitalismo, e qualifica a cidade como um espaço segregador que valoriza os indivíduos de forma desigual, evidenciando as diferenças de classe nos seus mais diversos usos. Tais diferenças podem se estender a outras, entre elas a de gênero, a religiosa e a etária.

É comum, nos espaços urbanos modernos, que grupos de jovens sejam estigmatizados quando se reúnem ou se movimentam por certos pontos da geografia das cidades. Em razão de imagens e símbolos que recaem sobre eles, o uso que fazem do espaço pode ser restringido a locais ou horários específicos, determinados ou por legislações (como os horários-limite para a ocorrência de festas e bailes musicais com equipamento de som) ou pela própria sensação de insegurança que vem sendo instalada nas cidades (alguns trajetos tidos como perigosos não são recomendados).

Entretanto, o objeto de nossa discussão é uma prática socialmente incentivada por seu caráter classificado como saudável, integrador de grupos e ambientalmente não danoso: o *parkour*. E seus praticantes são principalmente os jovens de que falamos.

O *parkour* pode ser definido como uma atividade cujo objetivo é se movimentar de modo acrobático o mais rápido e eficientemente possível, usando sobretudo as habilidades do próprio corpo. Assim, a transposição dos obstáculos, que requer muita concentração e consciência (avaliação, capacidade e risco quanto a distâncias e alturas), é o que faz o *traceur* (o praticante desse esporte) se exercitar nesse esporte urbano.

Com um evidente investimento no aspecto da liberdade e da experimentação da cidade, o *parkour* pode ser interpretado pelas Ciências Sociais, especialmente pela Sociologia, como um modo de ser e de estar (como também nos informa seu lema não oficial "*être et durer*": "ser e durar", em tradução livre), que se livra das amarras

PETE MAROVICH/WASHINGTON POST/GETTY IMAGES

Praticante do *parkour* na cidade de Arlington, no estado da Virgínia (Estados Unidos, 2015).

dos percursos preestabelecidos e da regulação do uso dos equipamentos urbanos (escadas, corrimões, rampas) dirigidos aos pedestres. Desse modo, pode-se compreender o *parkour* como prática urbana que transgride as regras do uso dos suportes da cidade: estes, fixos e estáveis, servem à mobilidade, à criatividade dos gestos e à instabilidade positiva dos comportamentos urbanos.

Do mesmo modo, o esporte pode ser compreendido por disciplinas diversas, como Educação Física, Física e Geografia, e isso deve-se tanto à própria fragilidade da análise sociológica em caracterizá-lo suficientemente quanto à riqueza que o *parkour* fornece, provocando um diálogo com as disciplinas citadas e entre elas.

Quanto à Educação Física e à Física, tais disciplinas, associadas, podem explicar não somente a força acionada pelo atleta em seu deslocamento, como o cálculo e a impulsão utilizados para saltar por sobre um obstáculo ou de uma para outra base de sustentação (muro, por exemplo), bem como a relação entre peso e resistência atuantes no movimento.

A Geografia é uma parceira da análise sociológica na medida em que possibilita a discussão sobre o traço da cidade em seu aspecto físico e que condiciona a movimentação dos indivíduos.

Atividade

Pela observação pessoal de praticantes do *parkour* ou da projeção de um filme em que o esporte esteja presente, discuta as teorias sobre a cidade e seus usuários trabalhadas neste capítulo de modo a refletir sobre as condições de vida urbana. Para além dos gestos, movimentos e espaços percorridos pelos esportistas, a dica é atentar para:

a) a composição do entorno.

b) as formas arquitetônicas que revestem a cidade.

c) a noção observável de centro e periferia.

d) a acessibilidade.

e) a degradação ambiental.

Reflexão e revisão

Com base no que foi apresentado ao longo do capítulo, realize as atividades a seguir.

1. Quais são os aspectos mais relevantes das teorias de Antonio Candido e Vandana Shiva para pensar a relação entre modernização e meio ambiente? Que conceitos esses autores utilizam para sua análise?

2. Preservacionismo e sustentabilidade são conceitos-chave para entender questões políticas relacionadas a problemas socioambientais. Defina sociologicamente esses conceitos, com destaque para as diferenças práticas entre eles.

3. Há diferentes temas relacionados à questão alimentar, como agronegócio, segurança alimentar e formas de produção de alimentos. Quais foram os principais debates sociológicos sobre esses temas apresentados no capítulo?

Questão para debate

RICARDO MORAES/REUTERS/LATINSTOCK

O rompimento da barragem da mineradora Samarco provocou grande destruição no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), em 2015, com soterramento de imóveis e veículos, deixando dezenas de pessoas mortas, feridas e desaparecidas, assim como centenas de desabrigados.

Lama que vazou de barragens pode provocar problemas ósseos, intestinais e agravar distúrbios cardíacos

No dia 6 de novembro de 2015, uma catástrofe destruiu o vilarejo de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana, em Minas Gerais. O rompimento de uma barragem de dejetos de mineração fez com que uma avalanche de lama altamente contaminada por resíduos tóxicos (utilizados na mineração) varresse do mapa aquele vilarejo e avançasse em direção a outras cidades. Através do rio Doce, a destruição atravessou parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, donde chegara ao oceano Atlântico. O resultado foi a perda de oito vidas humanas (sem contar os dezenove desaparecidos até aqui); peixes e outros animais da fauna local também foram e ainda serão sacrificados (os resíduos presentes na lama provocam um colapso no sistema respiratório dos peixes, que morrem, mas não vêm à superfície devido à espessura do lamaçal).

A matéria a seguir trata do nível de toxicidade verificado em amostras da enxurrada de lama que foram coletadas cerca de 300 km depois do distrito de Bento Rodrigues:

A água coletada pelo SAAE (Serviço de Água e Esgoto) de [Governador] Valadares [MG] aponta um índice de ferro 1.366.666% acima do tolerável para tratamento – um milhão e trezentos mil por cento além do recomendado, segundo relatório enviado à reportagem [...]. Os níveis de manganês, metal tóxico, superam o tolerável em 118.000%, enquanto o alumínio estava presente com concentração 645.000% maior do que o possível para tratamento e distribuição aos moradores. As alterações foram sentidas a partir de 8h, enquanto o pico de lama tóxica ocorreu às 14h no rio Doce.

[...]

A quantidade de manganês presente na água em quantidade adequada para tratamento é 0,1 mg, mas os técnicos encontraram 29,3 mg pela manhã e 118 mg (1.180 vezes acima) durante a cheia da tarde. O alumínio aparece com 0,1 mg, mas estava disponível em 13,7 mg e 64,5 mg, respectivamente (6.450 vezes superior). A concentração tolerada de ferro é 0,03 mg, mas as amostras continham 133 mg e 410 mg. O nível de turbidez regular é 1.000 uT, mas chegou a 80 mil uT na passagem da enchente.

MENEZES, Enzo. Lama que vazou de barragens pode provocar problemas ósseos, intestinais e agravar distúrbios cardíacos. *Viomundo:* o que você não vê na mídia, 12 nov. 2015. Disponível em: <www.viomundo.com.br/denuncias/informacao-omitida-pela-samarco-lama-que-vazou-de-barragens-pode-provocar-alteracoes-nas-contracoes-musculares-problemas-osseos-intestinais-e-agravar-disturbios-cardiacos.html>. Acesso em: fev. 2016.

Como podemos perceber, os recursos naturais (minerais e hídricos, nesse caso) foram privatizados, bem como o lucro oriundo de sua exploração. O prejuízo, entretanto, foi socializado, tendo a maior parcela recaído sobre os ombros da população local. Um prejuízo gerado pelos riscos assumidos quando, por exemplo, operavam sem uma barragem de emergência e um plano de contingência, conforme criticado pelo biólogo André Ruschi, da Estação de Biologia Marinha Augusto Ruschi, Aracruz, Santa Cruz (ES).

Isso sem falarmos que as cidades onde esse tipo de empresa, voltada para a atividade extrativista, se instala acabam criando uma dependência em relação a ela; os empregos, o comércio local, enfim, o grosso da circulação de capital acaba sendo impulsionado pela empresa ou ficando relacionado a ela. Contudo, quando o recurso se esgota, a empresa se retira rumo a outra região onde possa reiniciar a exploração e deixa para trás um rastro de destruição e verdadeiras cidades-fantasmas, isso quando não acontecem tragédias semelhantes à de Bento Rodrigues.

Como fica evidente em tragédias como essa, a busca do lucro se coloca à frente do respeito à vida de um modo geral. A partir do caso relatado, debata com os colegas:

- É possível pensar em sustentabilidade socioambiental numa sociedade capitalista, em que a busca pelo lucro é um referencial tão forte?
- Como conceitos estudados no capítulo, como o de justiça ambiental, podem ser utilizados nesse debate?

Exame de seleção

(Enem, 2015)

ALIMENTOS CONTAMINADOS COM AGROTÓXICOS

AMARILDO

Na charge há uma crítica ao processo produtivo agrícola brasileiro relacionada ao

a) elevado preço das mercadorias.
b) aumento da demanda por produtos naturais.
c) crescimento da produção de alimentos.
d) hábito de adquirir derivados industriais.
e) uso de agrotóxicos nas plantações.

Questão para pesquisa

Os serviços ambientais (também chamados de serviços ecossistêmicos ou de ecossistemas) correspondem aos benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas. Tais serviços são considerados essenciais para a sobrevivência dos seres humanos e também são importantes para a redução da pobreza. Quando eles são degradados ou superexplorados por razões econômicas, há consequências ruins para a natureza e para todos que dependem dela.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um dos mecanismos por meio dos quais a economia verde pretende realizar a modernização ecológica da economia capitalista. Pela mercantilização dos processos e produtos fornecidos pela natureza, a ideia é solucionar os problemas ambientais com base na lógica do mercado, de forma que as empresas ou pessoas que explorem esses recursos ofereçam algum tipo de compensação pela sua destruição ou utilização inadequada.

Faça uma pesquisa nos *sites* indicados no capítulo e procure informações a respeito do PSA. Você verá que existem posições a favor e contrárias à utilização desses mecanismos, de acordo com cada corrente ambientalista.

Tendo em mente as posições apresentadas no capítulo, a turma deverá pesquisar, em grupos, a posição ambientalista dos atores sociais a seguir:

- um movimento social;
- uma ONG;
- uma grande corporação privada;
- um governo (municipal, estadual ou federal).

Pesquisem a posição de cada ator diante da relação entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e sustentabilidade. Um meio de fazer isso é descobrir quais são os **objetivos** desse ator social, quais são seus **meios de ação**, quais são seus **adversários** e **por quê**.

Com base nos dados obtidos, cada grupo, ao expor as informações, deverá indicar e justificar a posição do ator social pesquisado em relação à estratégia do PSA da economia verde.

Júri simulado: desocupação do Pinheirinho

O capítulo sobre a política urbana nacional da Constituição Brasileira de 1988 garante a defesa da função social da cidade e do bem-estar de seus habitantes diante do uso comercial da terra e do processo de segregação a ele associado. De acordo com a lei, é atribuição do poder público municipal promover o aproveitamento adequado do solo urbano, impedindo sua subutilização ou não utilização em razão de interesses especulativos, sob pena de desapropriação de imóveis privados, como vimos no capítulo 13.

Atualmente, quem reside nos centros urbanos tem visto de perto situações que exemplificam o conflito fundamental que dá origem à proposição dessa lei: de um lado a necessidade de se encontrar uma opção de moradia barata próxima à área central das cidades, por causa das dificuldades associadas ao uso do transporte público e demais equipamentos urbanos administrados por empresas privadas, e, de outro, os interesses daqueles que atuam no mercado imobiliário e desejam investir em terrenos ou prédios que, abandonados, acabam sendo ocupados irregularmente por famílias de sem-teto.

Em 2012, um fato ocorrido no município de São José dos Campos, no interior do estado de São Paulo, teve destaque nos noticiários de todo o Brasil e do mundo: a desocupação de uma área conhecida como Pinheirinho. De propriedade da massa falida de uma empresa administrada pelo investidor Naji Nahas, preso por crimes contra o mercado financeiro e lavagem de dinheiro, o terreno estava abandonado havia mais de dez anos e fora ocupado por mais de seis mil pessoas, famílias de sem-teto que lá construíram suas casas e viveram por cerca de oito anos. Por causa de uma ordem judicial de reintegração de posse, os moradores foram retirados à força do local em uma manhã de domingo, por meio de uma violenta ação policial.

Podemos fazer em nossa escola um julgamento simulado que leve em conta os argumentos em defesa da ação judicial executada pela polícia e aqueles contrários à desocupação. A controvérsia revela uma contradição presente em nossa Constituição, que, ao mesmo tempo que defende a função social da cidade, não deixa de garantir o direito à propriedade privada como um de seus princípios fundamentais. Trata-se de um direito individual frente a um direito coletivo. Qual deve ter prioridade nesse caso? A organização de um julgamento para resolver uma controvérsia como essa pode ser uma boa ideia. Um júri simulado permite que uma questão possa ser analisada por diferentes ângulos e perspectivas, sendo avaliado tanto por aqueles que apresentam seus argumentos quanto pelos que deverão "decidir" sobre a controvérsia.

1. O primeiro passo para deliberar sobre uma controvérsia em um júri organizado pelos alunos consiste na distribuição dos papéis que fazem parte desse colegiado de decisão hoje institucionalizado pelo Estado de Direito. Para a realização da atividade na escola, é importante que estejam presentes as figuras do juiz, dos jurados, da defesa, da acusação e das testemunhas. Os papéis poderão ser desempenhados por grupos a fim de que todos participem do julgamento.

As atribuições de cada papel são as seguintes:

O juiz: é aquele que responde pelo andamento do júri, trabalhando para manter a ordem e garantindo que todas as partes tenham igual direito à palavra (ampla defesa e contraditório).

Os jurados: são os que vão analisar os diversos argumentos expostos pela acusação e pela defesa e, ao final, dar o veredicto, respondendo à pergunta: "A desocupação do terreno do Pinheirinho foi uma ação justa?".

A defesa: no cotidiano do Direito essa função é desempenhada pelos advogados (de defesa) ou pela Defensoria Pública, que garante a assistência para aqueles que não podem arcar com os custos de um advogado particular. Em um júri simulado, em que não exista um réu, mas o debate de um tema polêmico, a defesa vai trabalhar para que o tema proposto seja aprovado. Nesse caso, os advogados deverão argumentar em defesa do direito à posse do imóvel pelo seu proprietário e **contra a invasão dos sem-teto**, com base na lei que garante o **direito à propriedade privada**.

A acusação: nos processos judiciais, essa função é desempenhada pela promotoria e seus eventuais assistentes. Esses profissionais, muitas vezes denominados advogados de acusação, são aqueles que buscam a condenação do réu ou, no nosso caso, a rejeição ou refutação do tema proposto. No exercício de seu trabalho, a promotoria expõe seus argumentos com base

em provas técnicas e testemunhais. Nesse caso, deverá argumentar **contra a desocupação**, com base no princípio da **função social da cidade** explicitado no capítulo da Constituição Federal destinado à regulamentação do uso e ocupação do solo urbano.

As testemunhas: são todos aqueles que, chamados ao processo pela acusação ou pela defesa, fornecem argumentos que permitem julgar o tema objeto do júri. Em um júri simulado, os que fizerem o papel de testemunhas deverão organizar seus depoimentos com base em situações reais ou semelhantes às relatadas pelos envolvidos no caso concreto (há na internet uma série de registros jornalísticos, textuais, visuais e audiovisuais sobre o ocorrido).

Para a realização dessa simulação, podem estar entre as testemunhas:

Da defesa: proprietário do imóvel (interessado em garantir seu direito à propriedade); comerciantes locais (preocupados com a tensão na área); moradores do entorno (preocupados com a desvalorização de seus imóveis); policial que tenha participado da ação de desocupação (defendendo sua atuação no cumprimento de um mandado judicial).

Da acusação: militantes do movimento dos sem-teto (denunciando o descumprimento do Estatuto da Cidade); moradores do entorno (assustados com a violência policial na execução do despejo); ex-morador da ocupação (que tenha sido surpreendido pela ação policial no dia do despejo); membros de organizações internacionais ligadas aos direitos humanos (denunciando casos de violação de direitos ocorridos durante a ação policial).

2. Em um segundo momento, é preciso decidir a duração da atividade para estabelecer o tempo destinados à defesa e à acusação, aos relatos das testemunhas, à manifestação dos jurados e à leitura da sentença pelo juiz. É importante que toda essa organização seja feita com alguma antecedência, a fim de permitir os preparativos adequados para o bom aproveitamento da atividade, como a consulta aos materiais relativos ao assunto – documentários ou reportagens que mostrem imagens da desocupação – e trocar algumas impressões iniciais.

Como sugestão, considerando-se uma aula de 45 minutos, o júri simulado pode ser realizado em seis etapas, após a escolha do tema e a definição dos participantes.

1. Apresentação do processo (três minutos, a cargo do juiz), quando é apresentada de forma breve a controvérsia que vai a julgamento;
2. Argumentos iniciais da acusação e da defesa (cinco minutos para cada);
3. Oitiva (ou seja, escuta) das testemunhas de acusação e de defesa, nessa ordem (limite de até duas testemunhas para cada lado e o tempo máximo de três minutos por testemunha, que será sempre inquirida pelo magistrado ou, se previamente acordado, diretamente pela acusação e pela defesa);
4. Argumentos finais da acusação e da defesa (cinco minutos para cada);
5. Votação dos jurados para apresentação do veredicto (três minutos);
6. Deliberação da sentença e encerramento dos trabalhos pelo juiz (dois minutos).

Também é importante decidir o local da atividade. O júri simulado pode acontecer na sala de aula, com participação restrita aos integrantes da turma. Contudo, se as condições forem favoráveis, é possível usar um espaço maior em que se amplie a atividade de modo a integrar, além de estudantes de outras turmas e séries, amigos, familiares e outros que sejam convidados para assistir ao trabalho realizado.

Além desse, outros temas relacionados aos conteúdos abordados nesta unidade podem ser utilizados para realização de júri simulado, por exemplo:

- Sediar eventos internacionais pode ser uma saída para os problemas de uma grande cidade?
- É necessário que haja mecanismos institucionais e legais específicos voltados para a garantia dos direitos das mulheres em nossa sociedade?
- A homofobia deve ser caracterizada como um crime, tal como é o racismo no Brasil hoje?
- Os projetos de construção de usinas hidrelétricas devem ser suspensos quando geram impactos sobre terras e populações indígenas?

O uso da lei e da razão para resolver os conflitos sociais de forma pacífica é uma conquista da modernidade, que garante a democracia e afasta os perigos da tirania com base na ideia de que nos submetemos apenas às leis que nós mesmos criamos por meio das instituições representativas já consolidadas.

Referências bibliográficas

113 CIDADÃOS antirracistas contra as leis raciais. *Folha de S.Paulo*, 14 maio 2008. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u401519.shtml>. Acesso em: fev. 2016.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped, n. 5-6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia. *Juventude, juventudes*: o que une e o que separa. Brasília: Unesco, 2006. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000185.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia; BEZERRA, Gustavo Neves. O que é justiça ambiental? *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 389-392, 2009.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

______. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 287-295.

______. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

______; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, 15(2), p. 303-330. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922000000200006&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: fev. 2016.

ALMEIDA, M. I. M. de. Guerreiros da noite: cultura jovem e nomadismo urbano. *Ciência Hoje*, v. 34, n. 202, p. 28, 2004.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Fabricio Gomes. Entre a cultura histórica e a cultura historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. *Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS*. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/11048/7322>. Acesso em: fev. 2016.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTOUN, H. Web 2.0 e o futuro da sociedade cibercultural. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 27, p. 235-246, 2009.

______; MALINI, Fabio. Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet. *Revista Fronteiras* (On-line), v. 14, p. 68-76, 2012.

______. Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. *Revista Famecos* (On-line), v. 17, p. 286-294, 2010.

ANTOUN, H; ROSEIRA, E. A agonística entre dispositivo de visibilidade e modos de subjetivação no *blog* da Galera de Capricho. *Culturas Midiáticas*, v. 5, p. 1-12, 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

______. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, out./dez. 2010.

______. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ______ (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Coord.). *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Maria da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Tópicos).

ATHAYDE, Celso; BILL, M. V.; SOARES, Luis Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Octávio (Org.). *Sistema político brasileiro*: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

AZEVEDO, Solange. Racismo nos tribunais. *IstoÉ*. Disponível em: <www.istoe.com.br/reportagens/138230_racismo+nos+tribunais>. Acesso em: fev. 2016.

BARBOSA, Lícia Maria de Lima. Feminismo negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. In: *Seminário Fazendo Gênero* 9, 2010, Florianópolis, GT: Mulheres negras e suas diversas formas de organização nos contextos urbano e rural no Brasil. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>. Acesso em: fev. 2016.

BARREIROS NETO, Jaime. Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2.162, jun. 2009. Disponível em: <www.jus.com.br/revista/texto/12872>. Acesso em: fev. 2016.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1998.

BATISTA, P. N. *O consenso de Washington*: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Pedex, 1995. (Caderno Dívida externa).

BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

______. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMANN, Renato; LACERDA, Juan Carlos. A integração econômica entre Brasil, Argentina e Uruguai: que tipo de integração se pretende? In: ______ (Org.). *Brasil – Argentina – Uruguai*: a integração em debate. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

______. *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos do pensamento na Cepal: uma resenha. In: ______ (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

______. *A formação da antropologia americana*: 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral da política. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

______. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

______. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

______ et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 1998. 2 v.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

BORGES, E.; MEDEIROS, C. A.; D'ADESKY, J. (Org.). *Racismo, preconceito e intolerância*. 6. ed. São Paulo: Atual, 2002.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-liberalismo*: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BORTOLINI, Alexandre. *Diversidade sexual na escola*. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BOULET, Marc. *Na pele de um* dalit. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PEC 171/1993. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. Acesso em: 11 fev. 2016.

______. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia*: Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.

______. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Perguntas e respostas sobre a definição da classe média. Disponível em: <www.sae.gov.br/site/?p=13431>. Acesso em: fev. 2016.

______. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB). Disponível em: <www.sociologia.seed.pr.gov.br/>. Acesso em: fev. 2016.

______. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira*. Sebrae, 2003. Disponível em: <www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/00B55098FC51A92C83256E86005F7E51/$File/NT00048B96.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

BRITO, Juliana Machado. Guerra às drogas e territórios em disputa. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 5, n. 56, 7 mar. 2012.

BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

______. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Jéssica; RIBEIRO, Monique. O número de brasileiros com formação superior cresce em 110%, segundo o MEC. *Portal Digitais PUC-Campinas*. Disponível em: <http://digitaispuccampinas.wordpress.com/2012/05/05/brasileiros-com-formacao-superior-crescem-110/>. Acesso em: fev. 2016.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 147, 2000. Disponível em: <www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/614/4/r147-12.PDF>. Acesso em: fev. 2016.

CAMPOS, Anderson. *Juventude e ação sindical*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

CANCLINI, Nestor G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

______. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

CANDAU, V. M. *Somos todos iguais*: escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CANO, Ignácio. Pacto Federativo e Segurança Pública. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1747>. Acesso em: fev. 2016.

CAPUCHINHO, Patrícia. Células-tronco: a batalha da ciência × religião. *Portal Jornalismo Unip Chácara*. Disponível em: <http://chacara.wordpress.com/2008/06/11/celulas-tronco-%e2%80%93-a-batalha-da-ciencia-x-religiao>. Acesso em: fev. 2016.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2014000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: fev. 2016.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1986.

CARVALHO, Carolina Minardi de; GUIMARÃES, Leonardo Massula; ZANDOMÊNICO, Renan Ribeiro. *Entre* Kultur *e* Civilization: uma análise da formação do conceito de civilização e cultura na transição do feudalismo para o capitalismo, a partir dos textos de Norbert Elias. *Revista História em Curso*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

______. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

______. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CATTANI, A. D. (Org.). *Trabalho e tecnologia*: dicionário crítico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHANTER, Tina. *Gênero*: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHARÃO, Cristina. *O longo combate às desigualdades raciais*. Disponível em: <www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711>. Acesso em: fev. 2016.

CHÂTELET, F.; KOUCHNER, E. P. *As concepções políticas do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. *Geografia cultural*: um balanço. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160/11911>. Acesso em: fev. 2016.

COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

______. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos (1819). In: MORAES, João Quartim (Org.). *Revista Filosofia Política*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: fev. 2016.

COSTA, Albertina et al.; HIRATA, Helena (Org.). *Mercado de trabalho e gênero*: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci*: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

DAHL, Robert. *Poliarquia*: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

______. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DALLARI, Dalmo. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DAVIS, Angela Y. *Women, race and class*. Nova York: First Vintage Books Edition, 1983.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAYRELL, Juarez. O *rap* e o *funk* na socialização da juventude. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp, 2004.

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: fev. 2016.

DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoé*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1994.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Hemus, 1995.

DOMINGUES, José M. *Sociologia e modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOSMAN, Edgar L. *Raúl Prebisch (1901-1986)*: a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. São Paulo: Contraponto, 2011.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984.

______. *As formas elementares de vida religiosa*: o sistema totêmico na Austrália. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

______. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

______. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

______. *Lições de Sociologia*: a Moral, o Direito e o Estado. São Paulo: Edusp, 1983.

______. *O suicídio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

EISENBERG, J.; POGREBINSCHI, T. *Onde está a democracia?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

______. *Mozart*: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

______. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

______. *Os estabelecidos e os* outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAO/ONU. *The state of food insecurity in the world*. Disponível em: <www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

FAYOL, J. H. *Administração industrial e geral*. São Paulo: Atlas, 1989.

FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

______. *Ensaios de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976.

______. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1975. (Originalmente publicado nos *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo, jun. 1954).

FERREIRA, F. I. O.; LIMA, R. M. de. O ensino de Sociologia e a (re)significação das redes sociais *on-line* na escola básica. In: FIGUEIREDO, André Videira de; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; PINTO, Nalayne Mendonça (Org.). *Sociologia na sala de aula*: reflexões e experiências docentes no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. v. 1, p. 263-280.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *História da África*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2010.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, ago. 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

______. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de L. M. Pondé Vassallo. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI/Governo da Bahia, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Liberdade de escolher*: o novo liberalismo econômico. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FRIEDMAN, Thomas. *O mundo é plano*: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FRY, P. H. et al.; SANTOS, V. Ricardo (Org.). *Divisões perigosas*: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 363.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

FURTADO, Celso. Perspectivas da economia brasileira. In: MODENESI, R. L.; MONTEIRO FILHA, D. C. *BNDES, um banco de ideias*: 50 anos refletindo o Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

GAIGER, Luiz. Significado e tendências da economia solidária. In: Central Única dos Trabalhadores – CUT (Org.). *Sindicalismo e economia solidária*. São Paulo: CUT, 1999.

GARCIA, V. G. *Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

______. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLDENBERG. M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓMEZ, José Maria. Soberania imperial, espaços de exceção e o campo de Guantánamo: desterritorialização e confinamento na “Guerra contra o Terror”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 267-308, maio 2008.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. *O jogo das diferenças*: multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1997.

______. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

______. *Concepção dialética da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

______. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAMBURGER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

______. *O Brasil antenado*: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

______. Telenovela em três tempos. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Agenda brasileira*: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 518-529.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

______. *Direito, legislação e liberdade*: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985. (Regras e ordem, v. 1).

______. *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão, 1983.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HINES, Sally. *Transforming gender*: transgender practices of identity and intimacy. Reino Unido: Policy Press, 2007.

HIRSCHMAN, A. *Auto-subversão*: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBES, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores).

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*: educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia*: o pensamento sociológico brasileiro. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

______. *Teorias da globalização*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

IPEA. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. *Comunicados do Ipea*, Brasília, n. 104, 4 ago. 2011.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero*: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

KHANNA, Parag. *Como governar o mundo*: os caminhos para o próximo renascimento. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KONDER, Leandro. *As ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1995.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARANJEIRA, S. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e tecnologia*: dicionário crítico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LENNERT, Ana Lucia; LIMA, Letícia Bezerra de. As obras de M.C. Escher na aula de Sociologia. *Perspectiva Sociológica*. Disponível em: <www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/edicoes-anteriores/jan-jul-2011-no-6-e-7/as-obras-de-m-c-escher-na-aula-de-sociologia/>. Acesso em: fev. 2016.

LESSA, Antonio Carlos. *A construção da Europa*: a última utopia nas relações internacionais. Brasília: Ibri, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

______. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2000.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da internet*: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOMBROSO, C. *Criminal man*. Durham: Duke University Press, 2006.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

LOPES, Nei. *O racismo explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria *Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

LUXEMBURG, R. *Textes*. Paris: Editions Sociales, 1982.

MAALOUF, Amin. *O mundo em desajuste*: quando nossas civilizações se esgotam. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo*, de Hobbes e Locke. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

MALUF, Renato. *Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina*: um roteiro de temas. Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ, 1997.

MANIFESTO a favor das cotas raciais. *Folha de S.Paulo*, 4 jul. 2006. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>. Acesso em: fev. 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 2. ed. Tradução de Roberto Grassi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MARCAGGI, Vincent. *Les origines de la déclaration des droits de l'homme de 1789*. Paris: Fontenmoing, 1912.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARICATO, E. *Brasil, cidades*: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

______. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARQUES, E. A base da violência. Revista *Sociologia Ciência & Vida Especial*: as cidades e a sociedade. São Paulo: Escala, ano 1, n. 1, p. 21-29, jul. 2007.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e* status. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARTINS, Estevão Rezende; SARAIVA, Miriam Gomes (Org.). *Brasil – União Europeia – América do Sul*: anos 2010-2020. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2004.

______. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores).

______. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro: 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

______. *O manifesto do partido comunista*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MATTAR, João; VALENTE, Carlos. *Second Life e Web 2.0 na Educação*: o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec, 2007.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

McLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

McLUHAN, Marshall. *O meio é a mensagem*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. 48. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural*: iniciação, teoria e temas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MISKOLSI, Richard. *Teoria* Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica/UFPO, 2012. p. 80 (Série Cadernos da diversidade).

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaios*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*: o espírito do tempo. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.

______. *Sociologia*: a sociologia do microssocial ao macroplanetário. Lisboa: Mem Martins, 1998.

MOUTINHO, Laura. Condenados pelo desejo? Razões de estado na África do Sul. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 56, p. 95-112, out. 2004.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade étnica e etnia. *Cadernos Pnesb*, Niterói, 2000, n. 5, p. 17-34.

______. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu* (42), Campinas, 2014. p. 201-248. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00201.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

NERI, Marcelo. *A nova classe média*: o lado brilhante dos pobres. Disponível em: <www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

NEVES, J.; NADAI, E. *História geral*: moderna e contemporânea. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. *Sociologia*. Petrópolis: Catedral das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

OLIVEIRA, Francisco José Viana. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Itatiaia, 1949.

VÁRIOS AUTORES. *O livro da sociologia*. Tradução de Rafael Longo. São Paulo: Globo Livro, 2015.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PADILHA, V. Além dos muros do *shopping center*. Revista *Sociologia Ciência & Vida Especial*: as cidades e a sociedade. São Paulo: Escala, ano 1, n. 1, p. 58-65, jul. 2007.

PARIZ, Juliane; MENGARDA, Celito Francisco; FRIZZO, Giana Bitencourt. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: fev. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A crise do Estado*: ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.

PERNALETE, Luisa Cecília. *Democracia, participação, cidadania*. São Paulo: Loyola, 2006.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. *Violência urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003. (Coleção Folha explica).

POCHMANN, Marcio. *A sindicalização no emprego formal terceirizado no estado de São Paulo*. Campinas: Sindeepres, 2007.

______; AMORIM, Ricardo (Org.). *Proprietários*: concentração e continuidade. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Atlas da nova estratificação social no Brasil, v. 3).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUINTANEIRO, T. et al. *Um toque de clássicos*: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, M. P. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 25.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

REDUÇÃO da maioridade penal é aprovada na CCJ. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/reducao-da-maioridade-penal-e-aprovada-na-ccj-7975.html>. Acesso em: fev. 2016.

RELATÓRIO Global da OIT: a liberdade de associação e a liberdade sindical na prática: lições aprendidas. Brasília: OIT-escritório no Brasil, 2008.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política*: quem manda, por que manda, como manda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (*Anais Eletrônicos*), Florianópolis, 2013. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

RODRIGUES, Epitácio. *O conceito de cultura numa perspectiva filosófica*. Disponível em: <http://filosofiaprofrodrigues.blogspot.com.br/2011/04/o-conceito-de-cultura-numa-perspectiva.html>. Acesso em: fev. 2016.

ROSENFIELD, Denis; COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe. *Por que virei à direita*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

ROSSEAU, J. J. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1971.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

______. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. Mais produção, menos trabalhadores: as transformações do mundo do trabalho. *Revista do Instituto Humanista Unisinos*. Disponível em: <www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1760&secao=256>. Acesso em: fev. 2016.

SANTOS, Sales Augusto dos. O debate sobre as ações afirmativas para negros e a questão das cotas nas universidades públicas brasileiras: implantando o terror. *VI Congresso português de Sociologia*, Lisboa, 2008. Disponível em: <www.aps.pt/vicongresso/pdfs/618.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

______(Org.). *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Família e "socialização"*: um aspecto da evolução social contemporânea. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253589K0xTB3uv8Hy76SY8.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro*: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

______. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, Sérgio H.; SANTOS, W. G. dos; COIMBRA, M. A. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

SARAIVA, José F. S. (Org.). *Comunidade dos países de Língua Portuguesa*. Brasília: Ibri, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

______. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

______. *O desenvolvimento como expansão de capacidades*. Lua Nova, São Paulo, n. 28/29, 1993.

SENAES. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária* (Sies): termo de referência. Brasília: Departamento de estudos e Divulgação/Senaes/TEM, 2004.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

______. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*: no *loop* da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: VÁRIOS AUTORES. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis; Abong, 2002.

SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco*: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

______. *The philosophy of money*. 3. ed. Londres: Routledge, 2004.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, políticas de ação afirmativa e educação*: algumas considerações. Anped, 2002. Disponível em: <www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: fev. 2016.

______. *Dimensões e concepções de multiculturalismo*: considerações iniciais. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações raciais e educação*: temas contemporâneos. Niterói: EDUFF, 2002. (Cadernos Penesb, 4).

SCHMITT, C. *Teologia política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 7.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SMITH, A. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPRANDEL, Marcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

SZTOMPKA, Piotr. Os movimentos sociais como força de mudança. ______. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAYLOR, Frederick Wislow. *Princípios de administração científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, Joana D'Arc. Punição e controle social da juventude: políticas contrárias aos direitos humanos. *Anais do Encontro Fazendo Gênero*, Florianópolis, 2008.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOLEDO, Luiz Fernando. Número de haitianos em escolas estaduais cresce 13 vezes em São Paulo. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2015/06/29/numero-de-haitianos-em-escolas-estaduais-cresce-13-vezes-em-sp.htm>. Acesso em: fev. 2016.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TYLOR, Edward Burnett. *La civilisation primitive*. Paris: C. Reinwald et. Cie., 1876. 2 v.

______. *Primitive culture*: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. London: John Murray, 1871.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VENTURA, Zuenir. Por que os jovens não gostam de política? *Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI165449-15230,00-POR+QUE+OS+JOVENS+NAO+GOSTAM+DE+POLITICA.html>. Acesso em: fev. 2016.

VIEIRA, José Carlos. *Democracia e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.

VINHA, Valeria da. Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. *Revista Econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n. 2, 2001.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012*: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. (Caderno Complementar Homicídio de Mulheres no Brasil).

______. *Mapa da violência 2013*: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília: Cebela-Flacso/Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

______. *Mapa da violência 2014*: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro/Brasília: Cebela-Flacso/Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

______. *Mapa da violência 2015*: mortes matadas por arma de fogo. Rio de Janeiro/Brasília: Cebela-Flacso/Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

______. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

______. A política como vocação. In: *Ciência e Política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2006.

______. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70, 2007.

______. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. da UnB, 1999. v. 1.

______. *Economia e sociedade*: fundamentos da Sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. v. 1.

WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2006. v. 1 e 2.

XENOFOBIA se converte em agressões contra imigrantes haitianos. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/xenofobia-se-converte-em-agressoes-contra-imigrantes-haitianos-ef4atki1925lz2d0e34rtiudq>. Acesso em: fev. 2016.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Lisboa: Difel, 2002.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Suplemento do professor

Sumário

1. A Sociologia na escola ontem e hoje

"O homem não se contenta mais em conhecer; conhecendo mais, ele vê a si mesmo conhecedor, e o objetivo verdadeiro de sua pesquisa torna-se um pouco mais, cada dia, esse par indissolúvel formado por uma humanidade que transforma o mundo e que se autotransforma no curso de suas operações."

(Claude Lévi-Strauss)

Hoje, quando o Brasil vive em todas as suas contradições a realidade de uma sociedade democrática, pluralista e multifacetada, a própria Educação tem de se tornar objeto e instrumento de mudança. Nesse sentido, a retomada do ensino de Sociologia é um desdobramento mais do que adequado: ele é necessário. Expressa o esforço da sociedade brasileira para transformar a educação em instrumento de emancipação do indivíduo, de luta contra hegemonias políticas e culturais. Enfim, o conjunto de informações trazidas pelas Ciências Sociais pode ser utilizado como ferramenta de libertação e de construção de um pensamento autônomo.

Nesse contexto, o livro didático constitui significativa contribuição para que haja avanços do fazer pedagógico demandado atualmente pela sociedade brasileira. O livro, contudo, não pode tolher a autonomia do docente, mas servir à criatividade na construção de sua prática. Para tanto, oferece materiais de apoio e atividades compatíveis com os desafios enfrentados pelos jovens na atualidade e os ajuda a formular os questionamentos de nosso tempo, tendo como base o estranhamento diante dos fenômenos sociais e sua desnaturalização.

Para alcançar esses objetivos, a construção do conhecimento é realizada por meio da integração de temas, teorias e conceitos, como sugerem as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) para o Ensino Médio. Nesse sentido, o saber sociológico é mobilizado por meio de recortes da realidade em conexão com outras expressões do conhecimento, e não se restringe ao campo das Ciências Humanas. Assim, o livro propõe uma abordagem das questões cotidianas pela análise de dados estatísticos, manifestações culturais (literatura, música, artes plásticas) e registros históricos, jornalísticos e jurídicos de nossa sociedade. Sobre esses recortes da realidade são trabalhados os conceitos e explicadas as teorias clássicas e contemporâneas consagradas no pensamento sociológico, sempre em uma dimensão contextual, na qual os saberes e as práticas de docentes e discentes devem ser privilegiados.

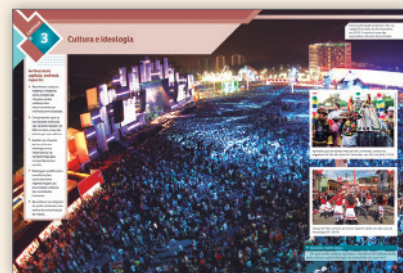
Essa perspectiva epistemologicamente plural e que integra temas, teorias e conceitos tem como objetivo promover o estreitamento dos laços dinâmicos entre o docente e os estudantes, e também entre toda a comunidade escolar. Tal movimento demanda a participação ativa dos diferentes atores da educação escolar e, assim, gera repercussões na confecção dos livros e demais materiais didáticos. Afinal, é possível conceber a escola como núcleo de formação, socialização e construção da autonomia dos estudantes e também como espaço contínuo de aprimoramento das ações pedagógicas dos profissionais de educação. Nesse sentido, é preciso considerar em seu projeto pedagógico a diversidade de sujeitos que a compõem, priorizar a interlocução com as culturas juvenis e reconhecer a constituição de habilidades e competências como meio para formar cidadãos plenos e autônomos, capazes de atuar na sociedade de forma produtiva, crítica e criativa. Certamente, os estudantes não são seres passivos do processo de ensino-aprendizagem, mas sim sujeitos históricos que vivenciam diferentes possibilidades de conhecimento e que precisam ter condições de se expressarem e de participarem dos processos de socialização envolvidos na vida escolar.

Por isso, utilizar esta obra tendo por base um enquadramento teórico fixo e um planejamento pedagógico fechado seria contradizer a dimensão crítico-reflexiva que norteia sua proposta. O livro tem natureza interdisciplinar, dialógica e interativa, sendo composto de bases metodológicas e epistemológicas plurais. Aborda realidades sociais, culturais, econômicas, políticas e jurídicas em constante transformação. Pretende conjugar, assim, diferentes perspectivas teóricas, trabalhos de pesquisa, visões de mundo, referenciais filosóficos, práticas educacionais e metodológicas, além

de vivências muito diversificadas, cujo fundamento comum é a experiência real e cotidiana de seus autores nas salas de aula da Educação Básica.

Desse modo, o ensino de Sociologia assume papel formativo nesse ciclo final da Educação Básica, tornando-se tarefa pedagogicamente motivadora e instigante para docentes e estudantes. Estudar Sociologia é admitir que estamos diante de um campo de saber cujas melhores e mais desafiadoras características são a inexistência de paradigmas únicos, a possibilidade de construção ininterrupta de saberes, símbolos, significados e interpretações. Em outras palavras, é admitir que somos parte de uma realidade dinâmica, da qual devemos participar viva e ativamente.

2. Componentes didático-pedagógicos

Ao longo de cada capítulo, o livro apresenta seções variadas que oferecem suporte ao texto principal e com ele dialogam. Cada seção é um elemento didático-pedagógico que proporciona aos estudantes a possibilidade de complementar as informações trabalhadas no texto, promovendo o contato com casos concretos. À apresentação dos conteúdos curriculares segue-se uma questão motivadora com base na qual diferentes situações-problema podem ser pensadas e em relação à qual o capítulo articula uma reflexão que mobiliza as competências trabalhadas na construção de diferentes respostas. O desafio de formular problemas tendo em mente a questão motivadora possibilita que sejam postos em prática, na sala de aula, os fundamentos da relação dialógica que deve pautar a dinâmica de ensino comprometida com a formação de cidadãos ativos em uma sociedade democrática. Dessa maneira, mediante debates estimulados pelos temas de cada capítulo, as possibilidades de aprofundamento dos conteúdos por meio de pesquisas, filmes, *sites*, assim como conexões com o campo jurídico e com importantes discussões desenvolvidas na atualidade, os capítulos permitem um desenvolvimento flexível, interdisciplinar e eficiente das competências e habilidades necessárias para os estudantes do Ensino Médio.

Objetivos

Na página de abertura de cada capítulo, estão listados os objetivos relacionados ao tema em questão. Tais objetivos são construídos para contemplar todos os domínios cognitivos dos conhecimentos utilizados e, por isso, estão vinculados a esses domínios. Logo, devem servir como parâmetro e não constituem uma norma rígida. O objetivo “identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais” (capítulo 5), por exemplo, não se esgota em si, mas suscita a compreensão do que sejam as relações raciais no Brasil, sugere a utilização desse conhecimento para debater políticas públicas que podem ser aplicadas na escola e induz ao planejamento de medidas criativas para combater as desigualdades produzidas pelas diferentes formas de discriminação racial. A leitura dos textos e a realização das atividades propostas contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para atingir proficiência nos objetivos propostos pelo livro e pelo docente em sua prática.

Questão motivadora

Essa questão, apresentada na abertura de cada capítulo, serve de suporte para a formulação de outras que orientem a abordagem do conteúdo. Com base nela, os estudantes ou o professor poderão propor questões orientadoras, que devem ser provocativas e instigantes, abertas e relacionadas com os interesses reais dos alunos.

Assim, inspirando-se em questões como “Por que o racismo persiste no Brasil e como podemos combatê-lo?” (capítulo 5), os estudantes podem orientar seus estudos com questões derivadas, como: “As cotas para negros nas universidades são uma política pública necessária?”; “Como medir

as consequências do racismo no Brasil?"; "Como o movimento negro contribui para a luta contra o racismo?"; "Qual é o papel da escola no combate a essa forma de discriminação?"; "É possível uma sociedade sem racismo?". Tomando como base a questão motivadora, as questões orientadoras que forem formuladas em sala de aula estarão sempre ligadas ao cerne do tema em estudo e adequadas à matriz curricular da disciplina.

Cronologia

A seção *Cronologia* lista, no início de cada capítulo, eventos importantes relacionados ao tema que será desenvolvido. A proposta é levar os estudantes a perceber que todas as discussões apresentadas fazem parte de um longo processo histórico que pode ser interpretado sociologicamente.

Essa seção de apoio à compreensão do texto, à motivação dos alunos e à fixação dos conteúdos serve igualmente para orientar a pesquisa sobre fatos, acontecimentos ou produção bibliográfica relacionados à discussão proposta no capítulo. Ela também pode ser utilizada como ponto de contato para trabalhos interdisciplinares, com o objetivo de ampliar as discussões em sala de aula. Por exemplo, no capítulo 5, um dos marcos da *Cronologia* é a "institucionalização do *apartheid* na África do Sul", que ocorreu em 1948. Essa informação permite abordar temas contemplados nos programas de diferentes disciplinas, como História e Geografia, para a realização de atividades conjuntas ou concomitantes.

Glossário

Inclui breves definições de conceitos importantes para a compreensão do capítulo. Tais conceitos são fundamentais para a abstração teórica, já que sintetizam em uma palavra ou expressão as complexas questões da realidade e permitem sua identificação, descrição, classificação e demais operações mentais necessárias para o tratamento teórico da realidade. O conceito de "estereótipo", presente na página 111, é indispensável para a compreensão dos processos sociais que levam à discriminação, por exemplo.

Saiba mais

Proporciona aos estudantes um contato mais amplo com o conteúdo por meio de exemplos que servem de base para a compreensão de conceitos e teorias. Isso significa que nessa seção há notícias de jornal, eventos históricos, tabelas com dados empíricos, discussões de conceitos e caracterizações de fatos ou instituições.

Por exemplo, o *Saiba mais*, da página 118, com o título "21 de março – Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial" apresenta uma matéria que relaciona ações de organismos multilaterais e supranacionais, como a Organização das Nações Unidas, para criar instrumentos internacionais de direitos humanos, a fim de combater a discriminação e as desigualdades raciais, o que permite aos estudantes aplicarem uma noção aprendida na dinâmica das relações raciais em diferentes contextos de desigualdade social com o princípio da igualdade e dos direitos humanos. Nesse caso, pode-se utilizar o exemplo para transpor a discussão para o combate aos preconceitos e às discriminações em diferentes contextos culturais e históricos, propondo trabalhos com base em pequenas pesquisas ou relatórios descritivos sobre o respeito e a aplicação desses princípios internacionais.

Quem escreveu sobre isso

Tem por objetivo aproximar os estudantes dos principais pensadores que estudaram o assunto abordado. A finalidade maior é apresentar o autor e as ideias que marcam sua obra. A diversidade de autores ligados à construção do saber sociológico também serve de estímulo para que os estudantes percebam que os cientistas sociais têm diferentes origens socioculturais e desempenham os mais variados papéis na vida pública de seus países (por vezes, internacionalmente também).

Pela indicação das obras, os estudantes poderão ser incentivados a ler os textos originais ou a procurar saber mais sobre algum autor com o qual tenham se identificado. Assim, ao apresentar Florestan Fernandes (capítulo 5, página 121), pode-se discutir o momento histórico no qual ele escreveu, abordar a luta travada por ele contra todas as formas de discriminação e em defesa da democracia e da educação pública, assim como debater o papel político do intelectual em nossa sociedade.

Considerações sociológicas

Nessa seção, presente em todos os capítulos, os estudantes terão contato com o resultado de pesquisas recentes ou textos atuais que traduzem de diferentes formas o papel do saber sociológico na compreensão das transformações e dos conflitos de nossa sociedade.

Com base nela, pode-se propor um estudo dirigido, promover a reflexão em aula, contextualizar os conteúdos abordados e proporcionar o questionamento coletivo com a finalidade de desenvolver a capacidade de análise crítica dos estudantes. Também será possível indicar leituras complementares e até pesquisas empíricas sobre o assunto, utilizando as indicações presentes no capítulo. Além disso, será útil promover um debate em que as diferentes leituras sobre o fenômeno em questão serão confrontadas e os estudantes levados a tomar uma posição e justificá-la. Essa atividade permite a eles avaliarem as contribuições das diferentes perspectivas sociológicas e construir o próprio ponto de vista em relação ao tema abordado. A polêmica em torno da política de cotas raciais para o ingresso em universidades, incluída nas *Considerações sociológicas* do capítulo 5 (página 129), apresenta posições diversas fundamentadas em pesquisas qualitativas e dados estatísticos, além de contar com fundamentos teóricos válidos. O debate acadêmico racional e propositivo deve orientar as questões e posições dos estudantes.

Direito e sociedade

Apresenta uma lei, norma oficial ou diretriz relativa ao tema abordado no capítulo, acompanhada de uma breve discussão que justifique sua aprovação, assim como seus impactos sociais existentes ou potenciais. A seção proporciona aos estudantes o contato com as bases jurídicas que regulamentam a vida em nossa sociedade e que caracterizam a institucionalização de qualquer Estado democrático de Direito. A oportunidade de avaliar as bases legais e institucionais de determinada questão ou problema social contribui para a formação política e para o exercício da cidadania dos estudantes na medida em que percebem que o direito é uma construção social, que se inicia nas relações sociais reais e se concretiza por meio da normatização jurídica, que, uma vez institucionalizada, oferece meios de transformação social.

Os direitos e deveres do poder público e do cidadão poderão ser debatidos com base nesses exemplos, o que permitirá aos estudantes analisarem a importância, as possibilidades e os limites dos mecanismos legais para garantia de direitos à luz dos fatos observados no cotidiano. Outra possibilidade é propor pesquisas em jornais e revistas, pois os estudantes poderão buscar elementos que permitam a verificação dos efeitos gerados pela aplicação de determinada lei, ou por seu descumprimento. O debate em torno da construção do currículo escolar e da obrigatoriedade do ensino da história da África e dos negros no Brasil (capítulo 5, página 130) é um bom exemplo de lei que foi amplamente debatida, suscitou uma série de reflexões sobre o multiculturalismo e o caráter "colonizado" (e mesmo, em alguns casos, racista e elitista) dos currículos no Brasil, mas que ainda não foi amplamente implementada.

Interfaces

Essa seção tem o objetivo de levar os estudantes a compreender que as diferentes áreas de conhecimento e pesquisa possuem significativo diálogo e conexões entre si. Apresentada ao fim de cada unidade, propõe a discussão de um tema central a ser trabalhado de modo interdisciplinar. O texto, acompanhado de atividade de teor interdisciplinar, põe o conteúdo em discussão por meio da articulação de diferentes campos de saber.

◆ Indicações

As indicações de livros, *sites*, filmes, jogos e aplicativos estão distribuídas nas laterais do texto principal como sugestões para a ampliação das reflexões relacionadas aos temas trabalhados.

Os **livros** servem como mais um modo de os estudantes terem contato com determinado assunto por meio de diferentes gêneros, como divulgação científica, literatura, ensaios e pesquisas. Como atividade interdisciplinar, a leitura de um livro pode fazer parte de um projeto articulado ou concomitante com as diferentes disciplinas. A indicação serve também à curiosidade do aluno, que, ao se deparar com um tema de interesse, pode encontrar no livro um primeiro caminho para estender seu conhecimento. Manifestações como essa podem ser incentivadas pedindo-se àqueles que se dispuseram a ler que apresentem o que aprenderam com a leitura.

Os ***sites*** também oferecem matéria tanto para o docente quanto para os estudantes tratarem de determinada temática apoiados nos dados mais atuais disponíveis. Além de servir para pesquisa, o conteúdo ali disponibilizado pode ser usado como material de apoio e referência em sala de aula. Com o acesso aos *sites*, é possível também estabelecer contato com organizações civis e instituições estatais que podem, eventualmente, interagir com a escola e oferecer materiais relevantes para uso pedagógico e/ou colocar à disposição dela um especialista para uma palestra ou mesmo para um bate-papo com os estudantes sobre determinado assunto.

A pesquisa em *sites* pode ser feita no laboratório de informática, se o equipamento estiver disponível, ou por meio da projeção das páginas na própria sala de aula, conforme as possibilidades oferecidas pela estrutura escolar. O objetivo é fazer com que os estudantes saibam reconhecer fontes fidedignas de pesquisa na internet, identificando agentes sociais e instituições e seus respectivos discursos e práticas relativos aos temas estudados.

Os **filmes** (documentais, ficcionais ou de animação) podem ser exibidos na escola ou indicados para que os alunos assistam em casa, visando a uma posterior discussão em sala ou, ainda, como recurso de exemplos e ilustração dos conteúdos trabalhados na rotina de aulas. No caso da utilização em aula, é possível selecionar trechos ou cenas do filme para serem analisados em separado, sobretudo quando se tratar de um longa-metragem. O importante é que seja sempre explicitada aos estudantes a relação que se quer estabelecer entre a produção e o conteúdo estudado no capítulo. Para isso, a elaboração de um roteiro de elementos a serem destacados quando o filme for exibido facilita a condução das atividades. É desejável promover a redação de uma resenha crítica do filme, na qual o conteúdo seja analisado em relação às discussões realizadas nas aulas, aos conceitos e às teorias apresentadas ao longo do capítulo.

As ligações entre as teorias e os conceitos trabalhados no livro também podem ser estabelecidas por meio de **jogos** e/ou **aplicativos** indicados nos capítulos, ao proporcionar uma forma lúdica de compreender os temas relacionados.

◆ Atividades

A seção *Atividades* está organizada nas seguintes propostas de exercícios: Reflexão e revisão, Questões para debate, Questões para pesquisa e Exames de seleção.

Reflexão e revisão

São atividades de fixação dos conteúdos trabalhados cujo objetivo principal é sistematizar o conhecimento e a compreensão da discussão realizada no capítulo. Permitem aos estudantes diagnosticar os pontos do conteúdo que não ficaram claros, além de lhes oferecer a oportunidade de criar uma estratégia de estudo para suprir essa dificuldade. O conhecimento ali manipulado serve de base para os exercícios de análise, síntese e avaliação que se seguem e, portanto, fundamentam a reflexão crítica sobre as teorias e os conceitos trabalhados.

Questões para debate

Diferentemente das questões de conteúdo da subseção “Reflexão e revisão”, essas questões permitem pôr à prova a proficiência dos estudantes nas habilidades relativas aos domínios cogni-

tivos de aplicação, análise, síntese e avaliação. A tomada de posição diante do grupo, com base na utilização de conceitos e teorias trabalhados, contribui também para a consciência da produção coletiva do conhecimento sobre o poder do argumento racional para convencer e ser convencido de qual posição tomar em determinados debates. Utilizadas como atividade individual, essas questões podem servir de elemento dinamizador das aulas, uma vez que oferecem situações a serem analisadas por meio da aplicação dos conhecimentos adquiridos e da construção de uma leitura própria sobre determinado fenômeno social. O docente deve incentivar os estudantes a participarem das discussões e atuar como mediador das várias posições sobre o tema. Os estudantes podem realizar uma autoavaliação considerando suas posições antes e depois do debate e os motivos que os levaram a manter ou mudar sua visão inicial. O registro do debate com os principais argumentos e posicionamentos apresentados constitui, além de uma memória desse parlamento em que se transforma a sala de aula, uma interessante ferramenta para avaliar a condução dos diferentes debates ao longo do ano letivo.

Questões para pesquisa

O item traz sugestões de objetos e métodos de investigação sobre os temas relacionados ao conteúdo estudado no capítulo. A pesquisa é fundamental para o ensino de Sociologia, já que coloca os estudantes em contato com uma prática profissional do campo das Ciências Humanas, ao mesmo tempo que envolve a construção de um olhar sociológico por meio da análise metódica dos fenômenos sociais. Ela também propicia mais uma experiência de trabalho em grupo e de construção de autonomia para a realização de tarefas que vão além dos muros da escola.

A organização de um seminário para apresentação dos resultados das pesquisas, por meio de exposição oral, relatório escrito, fotografias ou vídeos produzidos durante o trabalho, é um excelente estímulo aos estudantes, pois confere relevância e prestígio a seu esforço e ressalta a responsabilidade sobre o trabalho realizado.

Exames de seleção

Reproduzem questões já utilizadas em concursos e vestibulares, seguindo, de modo geral, a orientação proposta pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que desenvolve os modelos de avaliação dos concursos públicos na esfera federal, com destaque para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que se tornou o principal meio de acesso ao Ensino Superior no país. As questões de múltipla escolha exigem habilidades específicas para sua resolução e são mais do que um mero exercício de "acerto" e "erro".

Ao realizar tais atividades, é importante que os estudantes identifiquem os processos (habilidades necessárias e domínios cognitivos específicos) em que encontram maior ou menor facilidade, para que, com o docente, possa desenvolver estratégias a fim de atingir uma proficiência satisfatória nas competências em que sente dificuldade.

MovimentAção

Ao final de cada unidade, será proposta uma atividade para mobilizar as competências e as habilidades relativas ao mais complexo domínio cognitivo: os processos de avaliação e criação. A possibilidade de levar a toda a comunidade escolar atividades fundamentadas nas habilidades desenvolvidas ao longo dos estudos dos capítulos que compõem uma unidade incentiva o protagonismo dos alunos e permite formas de aplicação prática do conhecimento sociológico. Por meio da realização de uma pesquisa de diagnóstico social da comunidade em que estão inseridos, de uma campanha de conscientização, de um sarau temático, de um seminário que envolva a comunidade escolar, da redação e edição de um jornal informativo ou da condução de um júri para deliberar sobre temas polêmicos, os estudantes desenvolverão atividades que vão movimentar a escola e envolver seus diferentes segmentos na produção de eventos científicos, acadêmicos e culturais que levem a reflexão sociológica para fora da sala de aula.

3. Organização e articulação dos conteúdos

A Sociologia expressa na escola brasileira a tradução de um campo científico específico: as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Esta obra parte de temas centrais da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política e os discute com o suporte de conceitos e teorias, procurando sempre articular as dimensões explicativa, discursiva e empírica.

Ao longo do texto, estudantes e docentes encontram os conceitos destacados e contextualizados. Também são descritas as teorias mais relevantes em cada temática discutida, a fim de evitar a adoção de apenas uma vertente explicativa dos fenômenos sociais. Desse modo, o livro proporciona ao docente diferentes ferramentas para desenvolver suas estratégias pedagógicas em sala de aula e permite que ele construa um roteiro adequado à sua realidade escolar, ao mesmo tempo que atua em consonância com as propostas das OCNs para o ensino de Sociologia.

◆ Construção do currículo com base no livro

O advento da modernidade criou as condições para o desenvolvimento das Ciências Sociais na medida em que tornou imperiosa a explicação dos fenômenos sociais com base na análise científica. A alfabetização científica dos jovens nos saberes das Ciências Sociais é, portanto, característica de uma sociedade moderna, que conhece seus problemas e reconhece o lado nocivo dos processos sociais que atentam contra a liberdade e o bem-estar da população. Mais ainda, que sabe que a ciência é uma das ferramentas mais poderosas para criar os meios de superação de processos responsáveis pela pobreza, pela segregação e pela espoliação das pessoas.

A Sociologia é uma ciência privilegiada na produção de diagnósticos dos problemas sociais e, portanto, pode oferecer recursos para que eles sejam superados. Neste livro, são discutidos temas clássicos da história da Sociologia e das Ciências Sociais, como a relação indivíduo-sociedade, cultura e ideologia, Estado e relações de poder, movimentos sociais, trabalho, estratificação e desigualdade social e socialização. Porém, ao mesmo tempo, são apresentados aos estudantes e docentes temas contemporâneos, como direitos humanos e cidadania, raça e etnicidade, gênero e sexualidade, e meio ambiente. Os diálogos entre os autores clássicos e contemporâneos mostram a vitalidade da pesquisa sociológica e despertam nos estudantes a curiosidade sobre os meios efetivos para se conhecer a sociedade e produzir ações que possam de fato transformá-la.

◆ Articulação dos temas

A organização do conteúdo da obra tem como foco os estudantes do Ensino Médio. Por isso, a estruturação e a articulação dos temas levam em consideração a relação sócio-histórica dos estudantes com a disciplina e o papel do professor no desenvolvimento do curso.

Nesse sentido, parte-se das seguintes premissas:

- **O conhecimento é uma construção**, ou seja, não é inato. Depende de uma busca pelo saber, de uma investigação que dê sentido aos fenômenos e aos fatos. Assim, o livro não se limita a estimular a investigação e o aprofundamento das discussões propostas nem a apresentar os debates mais importantes, mas incentiva a pesquisa e a produção de conhecimento autônomo sobre a realidade social por parte dos estudantes.
- **Os estudantes de Ensino Médio são capazes de produzir conhecimento**. Isso significa que o livro deve deixar espaço para que eles, ao interagirem com o material didático, não vejam ali um conjunto de interpretações definitivas da realidade, mas uma ferramenta com a qual possam descobrir quais são as questões sociais relevantes e construir seu próprio entendimento dos diferentes elementos que compõem e estruturam seu cotidiano.
- **O docente tem um papel fundamental no processo de construção do conhecimento** por parte dos estudantes do Ensino Médio. Ele é quem organiza, orienta e indica os caminhos por meio dos quais os estudantes podem explorar todas as nuances que o conteúdo da obra permite e, assim, tornarem-se capazes de desenvolver a autonomia intelectual e o protagonismo nas situações de sua vida social.

O professor, mais do que isso, pode dar aos conteúdos novos sentidos, aproximando-os da realidade de cada escola/turma/estudante, fazendo desse material algo que efetivamente dialogue com sua realidade cotidiana.

Com esses pressupostos, o livro se organiza em seis unidades. Cada uma corresponde a uma temática central das Ciências Sociais.

Unidade 1 – Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo

- **Capítulo 1** – Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas
- **Capítulo 2** – A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade

A primeira unidade tem como objetivo propor uma reflexão inicial sobre as bases que constituem a sociedade em que vivemos. Em particular, a forma como, a partir do século XIX, a realidade social foi tomada como objeto de investigação científica e seu estudo formou o conjunto de disciplinas conhecidas como Ciências Sociais. Discute principalmente como a Sociologia, ciência criada no século XIX, contribui para o desenvolvimento de diferentes interpretações da sociedade contemporânea, em particular da relação entre indivíduo e sociedade.

Essa unidade permite, ao mesmo tempo, introduzir os estudantes no pensamento sociológico, apresentando-lhes as condições sócio-históricas que levaram ao desenvolvimento dessa ciência e os temas centrais, que, naquele contexto, orientaram as reflexões dos autores clássicos da Sociologia. Possibilita ainda a atualização dessa reflexão ao operar com fenômenos e autores contemporâneos.

Unidade 2 – Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas

- **Capítulo 3** – Cultura e ideologia
- **Capítulo 4** – Socialização e controle social
- **Capítulo 5** – Raça, etnia e multiculturalismo

A segunda unidade se organiza em torno da cultura, elemento central para a compreensão da vida social. Composta de três capítulos, a unidade trata de temas que ajudam a compreender ações individuais e coletivas, além de debatê-los.

Alguns aspectos merecem destaque. O primeiro deles é a percepção da cultura como fator de distinção das sociedades humanas em relação às outras formas de organização dos demais seres vivos. A cultura é o fator que permite ao ser humano apreender, explicar e transformar o mundo em que vive, assim como interferir nele. Pode-se dizer que as diferentes culturas representam o depositário de todas as construções realizadas pelos indivíduos e pelas coletividades ao longo do tempo.

Entretanto, a cultura não somente exprime as produções humanas, ela também é o elemento organizador da vida social. É nela que se encontram os códigos e elementos dos quais nos utilizamos para a construção de nossa identidade social. Os códigos pelos quais a cultura se manifesta são construídos em contextos sócio-históricos. É importante ressaltar o papel da ideologia, outro tema estruturante da análise sociológica.

Ainda nessa unidade, vale destacar a discussão da cultura como elemento de construção do indivíduo pelo processo de socialização. Com base nas questões levantadas no debate sobre cultura e ideologia, é feita uma análise dos fatores que interferem na formação do indivíduo como ser social e também dos mecanismos de controle construídos socialmente para conformar os comportamentos e percepções do mundo à ideologia dominante.

Por fim, deve ser salientada também a discussão sobre a cultura como ação e experiência cotidiana com base no debate proposto no capítulo 5, sobre a diversidade cultural humana e seus dilemas, em especial na análise de diferentes nuances da discussão sobre raça e etnicidade.

Com a temática da cultura, que dialoga bastante com a realidade vivida pelos nossos jovens, e as diferentes abordagens que faz do tema, variadas perspectivas e olhares podem ser construídos e trabalhados, considerando em grande medida a experiência social de todos, estudantes e docentes. É oportuno que o docente estabeleça um diálogo entre as disciplinas que constituem o campo das Ciências Sociais, na medida em que os temas são discutidos com base em contribuições da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, e também de áreas afins, como História, Geografia, Pedagogia e Filosofia.

Unidade 3 – Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea

- **Capítulo 6** – Poder, política e Estado
- **Capítulo 7** – Democracia, cidadania e direitos humanos
- **Capítulo 8** – Movimentos sociais

A terceira unidade prolonga os debates anteriores ao pôr em discussão o tema das relações de poder. Ainda que o impacto dessas relações em nosso dia a dia nem sempre seja percebido, o fato é que todas as relações sociais são, em última instância, relações de poder. Nesse sentido, a unidade 3 propõe uma reflexão crítica sobre os ideais e os valores que estão no cerne da sociedade contemporânea e que têm o indivíduo como fundamento central.

Nessa unidade, é desenvolvida uma reflexão sobre as relações de poder dentro do Estado, instituição criada e desenvolvida com a própria modernidade, para responder às seguintes questões: "Qual é o lugar dos indivíduos no Estado?"; "Que relações são estabelecidas entre o Estado e a sociedade?"; "De que modo as diferenças individuais e culturais são administradas pela política?".

É proposto outro debate sobre a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos, que novamente remete à discussão sobre o lugar efetivo que os indivíduos têm na sociedade e no Estado moderno/contemporâneo. Quais dilemas, contradições e desafios ainda existem no século XXI quando se discute a questão da igualdade entre as diferentes sociedades, bem como entre os membros que a compõem e sua cultura? Nessa discussão, destaca-se a luta da sociedade organizada pelo reconhecimento de seus direitos individuais e coletivos no âmbito da sociedade contemporânea.

Unidade 4 – Mundo do trabalho e desigualdade social

- **Capítulo 9** – Trabalho e sociedade
- **Capítulo 10** – Estratificação e desigualdades sociais

A unidade 4 põe em discussão o trabalho e a desigualdade. Pesquisadores de referência na Sociologia brasileira e mundial constroem suas análises com base na reflexão sobre o mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Para alguns, a categoria trabalho foi o elemento sobre o qual se desenvolveram as reflexões sociológicas dos autores clássicos.

Esse tema, tão importante para a compreensão de nossa realidade, é colocado em debate quando se enfoca a nova situação vivenciada no mundo do trabalho nas últimas décadas e suas consequências para os indivíduos e as coletividades. A temática da desigualdade social, por sua vez, tem importância similar no contexto da produção da Sociologia. Ela foi percebida de início como consequência direta das relações de trabalho, mas a essa visão foram acrescentados progressivamente outros aspectos, que fazem com que seja um tema presente nas mais diversas reflexões.

Unidade 5 – Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

- **Capítulo 11** – Sociologia do Desenvolvimento
- **Capítulo 12** – Globalização e integração regional

A unidade 5 parte da realidade criada pelo processo de globalização recente para refletir sobre as abordagens sociológicas das relações entre Estados e seu impacto na vida social das coletividades e dos indivíduos.

Para o docente, a unidade possibilita uma reflexão interessante sobre o processo de mudança social. É uma oportunidade importante para pensar as relações entre os Estados em diferentes momentos históricos e o processo de desenvolvimento proposto e adotado pelo Brasil em diversas épocas de sua trajetória. Pode-se ainda aproveitar os temas da unidade para realizar atividades conjuntas com Geografia e História.

Unidade 6 – A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção

- **Capítulo 13** – Sociedade e espaço urbano
- **Capítulo 14** – Gêneros, sexualidades e identidades
- **Capítulo 15** – Sociedade e meio ambiente

A unidade 6 propõe aos estudantes uma reflexão sobre temas que fazem parte da experiência de viver nos dias atuais. Nesse sentido, recupera as discussões apresentadas nas unidades anteriores por meio de três temas relevantes nas reflexões sociológicas de hoje. A questão do espaço urbano, o debate sobre gênero e sexualidade e o tema do meio ambiente. O propósito é reforçar a proposta que perpassa toda a obra de que a Sociologia é uma ciência que colabora para a compreensão dos fenômenos atuais e constitui instrumento inestimável para os estudantes do Ensino Médio.

O mundo contemporâneo tem sido marcado por intensas e aceleradas transformações. Na cultura, na ciência, na religião e na política, antigas e novas ideologias são mobilizadas na busca de soluções para os problemas deste novo século, no qual grandes inovações científicas e tecnológicas convivem com as mais variadas formas de preconceito e de estigmatização no campo das relações humanas.

Os temas da Sociologia Urbana são abordados por meio de teorias e conceitos utilizados para analisar os problemas característicos dos grandes centros urbanos. As diferentes formas de **violência** presentes no cotidiano das cidades, a luta pelo direito ao uso e à ocupação do solo urbano, os conflitos de interesses em torno do espaço das cidades como fonte do exercício da cidadania na vivência dos espaços públicos, ou como elemento estratégico na busca de lucro por investidores das mais variadas áreas, são tratados como diferentes faces de uma mesma questão e como objetos de estudo.

Outro tema importante para as sociedades atuais ficou conhecido como **questões de gênero**. Entre outros assuntos, ele diz respeito à maneira como é pensada a estigmatização da homossexualidade e suas consequências no campo da cultura, da política e das normas jurídicas. O fortalecimento dos movimentos sociais envolvidos nas questões de gênero e da sexualidade tem sido acompanhado, no Brasil, de significativa reação de setores conservadores da sociedade. As controvérsias presentes no tratamento dessas questões, muitas vezes vistas como tabu, são de fundamental importância para a compreensão e a superação de problemas do nosso tempo, por meio do combate à intolerância e da universalização dos princípios de cidadania.

A temática que encerra o livro põe em foco o **meio ambiente**. Presente em quase todos os discursos voltados para a análise dos problemas contemporâneos, a questão ambiental tem sido abordada na Sociologia em correlação com outros temas (desenvolvimento, globalização, precarização do trabalho) que geram impactos sobre as populações humanas, suas desigualdades, conflitos e interações. A temática ambiental envolve não só a relação do ser humano com a natureza, mas as relações de exploração entre classes sociais e entre países, a relação entre Estado e mercado, e a diversidade das culturas.

Plano de utilização do livro

As unidades 1 e 2 podem compor o primeiro ano do Ensino Médio, pois proporcionam um primeiro contato dos estudantes com a Sociologia e propõem uma reflexão sobre temas cotidianos da sociabilidade e a compreensão dos conceitos e das teorias pertinentes.

As unidades 3 e 4, propostas para o segundo ano do Ensino Médio, apresentam temáticas que ampliam as discussões e as reflexões da disciplina. Nesse sentido, considerando que os estudantes já têm familiaridade com a Sociologia, são propostos temas que remetem à inserção deles como sujeitos ativos no processo de construção da sociedade em que vivem. As unidades 5 e 6 fecham o Ensino Médio e oferecem aos alunos a possibilidade de discutir temas, teorias e conceitos que remetem à realidade social do século XXI. Constituem uma síntese e propõem a reflexão e a ação diante dos desafios que experimentamos atualmente.

Desse modo, a obra pode constituir a base para o desenvolvimento de um currículo de Sociologia para o Ensino Médio. Entretanto, a ordenação proposta não engessa a utilização do livro. Por meio de orientação pessoal ou da realidade experimentada na região em que vive, na escola ou na sala de aula, o docente pode se apropriar da obra e dar a ela outra lógica, sem prejuízo para a utilização de seus conteúdos. Como exemplo, sugerimos no quadro a seguir outro modo de organizar as discussões do livro.

Ano	Plano I	Alternativa
Primeiro	Unidade 1 – *Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo*	Unidade 4 – *Mundo do trabalho e desigualdade social*
	Unidade 2 – *Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas*	Unidade 3 – *Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea*
Segundo	Unidade 3 – *Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea*	Unidade 2 – *Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas*
	Unidade 4 – *Mundo do trabalho e desigualdade social*	Unidade 1 – *Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo*
Terceiro	Unidade 5 – *Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas*	Unidade 6 – *A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção*
	Unidade 6 – *A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção*	Unidade 5 – *Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas*

A proposta alternativa de curso traz para o primeiro ano do Ensino Médio o estudo das relações sociais de desigualdade associado ao da organização do mundo do trabalho, priorizando uma Sociologia que busca compreender e instrumentalizar a formação do estudante trabalhador (unidade 4). Em seguida, apresenta como tema de reflexão os movimentos sociais em uma análise mais detalhada e atual das relações de poder que compõem as sociedades modernas, criando condições para que, desde o início do contato com a Sociologia, os estudantes tenham clareza sobre os limites e as possibilidades dos processos de transformação social conduzidos por organizações da sociedade civil (unidade 3).

No segundo ano do Ensino Médio, são abordados os temas cultura, socialização, ideologia e diversidade étnico-racial, dando prosseguimento ao entendimento das diferentes dimensões das relações sociais de poder (unidade 2) e permitindo que os estudantes compreendam a realidade social como um todo e a dinâmica entre indivíduo e sociedade como objetos de estudo da Sociologia (unidade 1).

Chegando ao terceiro ano do Ensino Médio, conclui-se o curso com o estudo de dilemas e perspectivas que estão postos em dimensão global (unidade 5) e local (unidade 6) para as sociedades contemporâneas, permitindo que os estudantes e docentes tenham contato com um vasto panorama das pesquisas sociológicas e de sua pertinência.

Outras possibilidades podem ser pensadas e implementadas pelos docentes de acordo com os objetivos e as condições em que os cursos de Sociologia são realizados.

4. Práticas de sala de aula

A prática de sala de aula em Sociologia obedece aos princípios gerais do ensino escolar. Requer a delimitação de:

- objetivos a serem alcançados pelos estudantes;
- conteúdo orientador necessário para atingir os objetivos;
- estratégias e recursos para alcançar os objetivos;
- critérios de avaliação.

O curso proposto no livro deve ser planejado para os três anos do Ensino Médio, de acordo com a matriz curricular utilizada em sua escola. A divisão temática das unidades para cada ano obedecerá à melhor estratégia de desenvolvimento dos conteúdos decidida pelo docente ou equipe, como já foi discutido anteriormente.

Os objetivos gerais dos capítulos, mais os objetivos avaliados por meio das atividades propostas, servem ao docente como um guia para seu planejamento semanal e trimestral (ou bimestral, de acordo com a periodicidade de avaliações institucionais da escola). A questão motivadora será a matriz de questões orientadoras para trabalhar os conteúdos a fim de desenvolver as competências e as habilidades fundamentais da Sociologia sugeridas nas Orientações Curriculares Nacionais.

O próprio desenvolvimento do tema e os recortes específicos da realidade escolar de cada docente podem orientar as estratégias de ensino pressupostas na forma de apresentação do livro. As principais estratégias de ensino conhecidas são contempladas com o uso da obra, que foi concebida pensando na autonomia do docente e na necessidade específica de ter em mãos um material que seja um facilitador do seu trabalho. Assim, o docente encontrará no livro orientação e apoio para as mais variadas estratégias que se proponha, entre elas:

a) *aula expositiva.* A partir das questões orientadoras geradas da questão motivadora, da contextualização histórica por meio da cronologia, do conhecimento exposto nos conteúdos apresentados no texto principal;

b) *discussão e debates.* Os diferentes pontos de vista teóricos presentes no texto, os quadros *Saiba mais*, os dados que revelam aspectos importantes da realidade e, mais especificamente, as seções *Considerações sociológicas*, *Indicações* e *Atividades*, com destaque para "Questão para debate", são elementos motivadores para a discussão e o debate organizado e mediado pelo docente em sala de aula;

c) *recursos audiovisuais.* As imagens presentes nos capítulos, as músicas sugeridas, as indicações de filmes, jogos e *sites* são elementos que servem para dinamizar a aula e sensibilizar os alunos para debates ou exposições orais, e também como material de pesquisa;

d) *estudos de caso e dramatizações.* Constituem possibilidades de acesso ao saber prático e de desenvolvimento de objetivos do domínio afetivo sem sair da sala de aula.

Os exemplos que permeiam o texto principal, as "Questões para pesquisa" na seção *Atividades* e, especialmente, a seção *Direito e sociedade* e as atividades que a acompanham foram pensados também para enriquecer as aulas expositivas e envolver os estudantes em atividades de intensa participação, ainda que tenham de ser realizadas em um curto espaço de tempo.

5. A Sociologia em diálogo com as Ciências Humanas

A Sociologia é uma disciplina que favorece o trabalho interdisciplinar, em especial com as disciplinas que compõem o campo das Ciências Humanas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam, nos objetivos educacionais desse campo, os principais elementos para fundamentar atividades conjuntas que favoreçam maior envolvimento dos estudantes, não apenas no seu processo de aprendizagem, mas também em uma posição reflexiva sobre a sua própria capacidade de aprender (a chamada metacognição, o "aprender a aprender") e, principalmente, sua capacidade de realização e produção com base nas competências desenvolvidas.

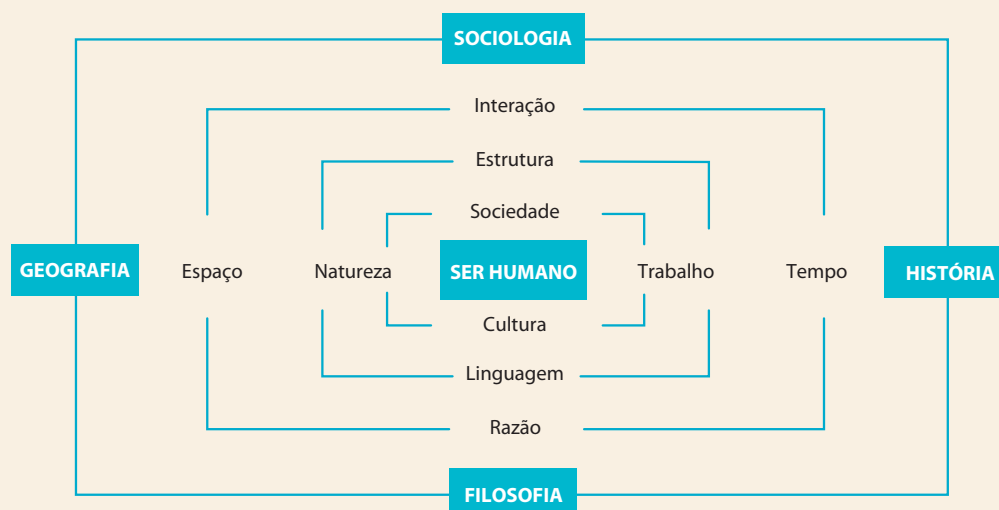
A seleção de alguns desses objetivos já é suficiente para ver a amplitude das possibilidades de trabalhos comuns a serem realizados na escola. No plano da obra, a seção *MovimentAção*, que finaliza cada unidade, apresenta uma proposta que favorece especialmente atividades interdisciplinares capazes de atender aos objetivos gerais da educação em Ciências Humanas.

<table>
<tr><th colspan="2">OBJETIVOS SELECIONADOS – CIÊNCIAS HUMANAS</th></tr>
<tr><th>Representação e comunicação</th><th>Contextualização sociocultural</th></tr>
<tr><td>• Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, a gestão, a organização e o fortalecimento do trabalho de equipe.</td><td rowspan="3">• Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.
• Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.
• Entender o impacto das tecnologias associadas às Ciências Humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.
• Aplicar as tecnologias das Ciências Humanas e Sociais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.</td></tr>
<tr><th>Investigação e compreensão</th></tr>
<tr><td>• Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros.
• Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
• Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver.</td></tr>
</table>

A Sociologia desempenha em relação às demais disciplinas de Ciências Humanas um papel fundamental para integrar trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral como forma de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos estudantes, que, assim, terão as condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania.

O quadro abaixo apresenta o lugar da Sociologia em sua relação interdisciplinar com as demais disciplinas que constituem a formação em Ciências Humanas no Ensino Médio. Toda ciência, técnica, arte e linguagem é produto de uma história, de um espaço, de uma sociedade, de uma cultura e de um modo de pensar. Depreende-se, com base nesse esquema, que o objeto privilegiado da Filosofia e das Ciências Humanas é o ser humano, que pode, assim, ser estudado de diferentes pontos de vista. É importante que fique claro para os estudantes o lugar específico que a Sociologia ocupa nesse quadro de semelhanças.

O estabelecimento de categorias e conceitos comuns às disciplinas de Ciências Humanas permite que atividades comuns (uma atividade realizada por meio da coordenação de diferentes docentes) ou concomitantes (trabalhos sobre um tema comum realizados independentemente por cada docente de cada disciplina) sejam planejadas de forma mais simplificada, bastando identificar os conceitos e os objetivos educacionais que se pretende abordar em determinado período.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Unidade 1 Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo

Capítulo 1

Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedade humanas

1. Apresentação do capítulo

O primeiro capítulo apresenta o tema da produção de conhecimento e propõe uma reflexão sobre as diferentes formas de apreensão e explicação da realidade e dos fenômenos sociais. Didaticamente, pode ser dividido em três partes. Na primeira, tópicos 1 a 3, são apresentadas as formas de conhecimento, com destaque para a relação entre senso comum e ciência, com base na ideia de que ciência e senso comum não são formas de conhecimento excludentes, mas complementares.

A segunda parte do capítulo, tópicos 4 e 5, trata da contribuição da Sociologia na produção de interpretações da sociedade contemporânea. O texto apresenta algumas das mais relevantes reflexões produzidas pela Sociologia sobre o mundo moderno, notadamente dos autores clássicos: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

A terceira parte do capítulo, tópico 6, oferece uma proposta desafiadora, mas que caracteriza bem o papel da Sociologia: buscar formas de interpretação da sociedade do século XXI e apresentar algumas das correntes de pensamento atuais que produzem conhecimento sobre a sociedade.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Conhecimento
- Sistema social
- Fenômenos sociais
- Relações de produção
- Estrutura social
- Desigualdade social
- Sociabilidade

Principais autores abordados no capítulo

- Augusto Comte
- Boaventura de Sousa Santos
- Émile Durkheim
- Karl Marx
- Manuel Castells
- Zygmunt Bauman
- Luiz Antônio Machado da Silva
- Octavio Ianni
- Paulo Freire
- Pedro Demo
- Max Weber

Principais temas abordados no capítulo

- As diferentes formas de conhecimento produzidas pelas sociedades humanas.
- O debate entre as diferentes concepções sobre a relação entre ciência e senso comum e as consequências disso para a compreensão da realidade social.
- A contribuição da Sociologia para a construção de uma interpretação científica da sociedade contemporânea.
- O contexto sócio-histórico em que são criados a Sociologia e os métodos de análise da realidade social desenvolvidos pelos autores clássicos Émile Durkheim (comparativo/funcionalista), Max Weber (compreensivo) e Karl Marx (materialista dialético).
- Os métodos de investigação científica mais utilizados nas Ciências Sociais.
- Algumas das interpretações da Sociologia contemporânea sobre a realidade do século XXI e os fenômenos sociais que nela se desenvolvem.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

Para alcançar os objetivos do capítulo, pode-se fazer uso do texto mediante as seguintes estratégias pedagógicas.

- Mostrar que cada forma de conhecimento utilizada nas sociedades humanas explica apenas aspectos da realidade social. Utilizar os exemplos e as imagens para familiarizar os estudantes com o tema, especialmente com sua realidade cotidiana.
- Demonstrar aos estudantes a complementaridade entre o senso comum e a ciência, explicando que é possível transcender os limites de cada tipo de conhecimento isoladamente. O texto e as imagens colaboram para que os estudantes percebam que a reflexão sociológica procura compreender elementos da realidade concreta. Aproveitar as imagens para estimular a reflexão sobre temas correlatos na realidade local.

- Discutir com os estudantes de que modo a Sociologia se constituiu como ciência e qual é sua relação com a sociedade industrial dos séculos XVIII, XIX e XX.
- Demonstrar que os parâmetros e métodos da reflexão sociológica permitem diferentes interpretações da realidade.
- Apresentar os métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo e demonstrar a contribuição de cada um deles para a produção de conhecimento científico.
- Utilizar os diferentes autores e suas interpretações da sociedade atual para incentivar os estudantes a investigar e debater os temas que aparecerão nos capítulos seguintes. Mostrar que a Sociologia remete a fenômenos vividos hoje.

Nessa trajetória, os estudantes se familiarizam com a disciplina ao mesmo tempo que o docente percebe quais temas são mais pertinentes à realidade social dos alunos e como eles interpretam os fenômenos sociais que vivenciam. Como se trata de um capítulo inicial, é esperado que suscite dúvidas e estranhamentos capazes de despertar interesse pelos capítulos subsequentes.

As informações e instrumentos a seguir são importantes para que o docente possa aproveitar ao máximo o conteúdo do capítulo.

Ao longo da história brasileira, a religião teve grande importância na construção do senso comum. A junção entre ciência e senso comum, quando o tema é religião, tem produzido alterações importantes nesse campo. De um lado, há a busca pela racionalização do conhecimento religioso, que, em muitos casos, apoia parte de suas explicações em dados científicos (por exemplo, quando o estudo dos livros sagrados procura explicar os textos com fundamentos históricos). De outro lado, a ciência analisa as manifestações religiosas e sua influência no modo como a sociedade se organiza. Apesar de a sociedade brasileira ser religiosa (conforme comprovam pesquisas realizadas pelo IBGE), a influência das religiões sobre os comportamentos individuais vem diminuindo pelo contraste entre regras e normas religiosas e pela interpretação que os atores sociais têm feito da sociedade com base em dados científicos.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 34

Uma das discussões mais interessantes nas Ciências Sociais e em particular na Sociologia é a relação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Pode-se aproveitar a seção para demonstrar aos estudantes a diferença entre as Ciências Naturais e Sociais, na medida em que o objeto de pesquisa das Ciências Sociais interage com o pesquisador. É possível usar a pesquisa citada para discutir a relação entre sujeito e objeto de pesquisa.

Direito e sociedade 35

Nessa seção, o tema é a trajetória da Sociologia como disciplina na Educação Básica, importante para discutir o porquê de a disciplina estar na grade curricular e sua relevância nessa fase dos estudos. Pode-se aproveitar ainda para debater as causas da intermitência da disciplina e a relação com o modelo de educação, além de discutir as causas das dificuldades para a oficialização da Sociologia e da Filosofia na grade curricular. Para enriquecimento do debate, o docente pode acessar documentos oficiais, como as Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia e textos acadêmicos de diferentes autores.

Indicações

Livros 30, 33

- *O manifesto do partido comunista.* Karl Marx e Friedrich Engels.

Trata-se de instrumento importante para a análise científica da sociedade. O docente pode dividir o livro em grupos e sugerir uma apresentação das principais ideias expostas. Ou listar as diferentes posições contra e a favor das propostas da obra. Pode ainda trabalhar algumas das ideias de Marx e Engels que foram incorporadas ao senso comum, como a de classe social.

- *Triste fim de Policarpo Quaresma.* Lima Barreto.

Lima Barreto constrói uma análise da sociedade brasileira do início do século XX e faz duras críticas ao Positivismo, ao academicismo e à estrutura política do país. O livro pode ser utilizado para discutir a influência do Positivismo na sociedade brasileira e a desigualdade social da época.

Sites 18, 29

- *<www.sociologia.seed.pr.gov.br>*

O *site* da disciplina de Sociologia, do Portal Dia a Dia Educação, do Paraná, traz diversos materiais para serem trabalhados em sala de aula. São atividades de vestibular, artigos de opinião sobre temas contemporâneos e diálogos da disciplina com áreas artísticas, como o cinema e o teatro – recursos que podem ser utilizados como material complementar pelo professor. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<http://portacurtas.org.br>*

Trata-se de um banco de curtas-metragens do cinema nacional. Os conteúdos podem ser trabalhados com alguns temas da Sociologia com o intuito de ampliar a visão interdisciplinar entre as diferentes áreas de conhecimento, como a Sociologia e a Arte. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 24, 26

- *O óleo de Lorenzo*

O filme serve para ilustrar o debate sobre o conhecimento científico e o senso comum. Os pais de Lorenzo, ao desconfiarem do diagnóstico dado pelos médicos, passam a investigar outros meios de cura da doença do filho. Trata-se

de uma forma de abordar as diretrizes básicas que orientam a construção do conhecimento científico e colocar em discussão a complementaridade entre os dois tipos de conhecimento, ressaltando assim a importância de questionar a supervalorização de um em detrimento de outro.

- *Os miseráveis*

A obra pode ser utilizada para representar o cenário histórico do surgimento do capitalismo, da classe operária e das cidades industriais, e permite que os estudantes visualizem o processo de criação da Sociologia. Vale a pena também falar sobre a importância do livro, escrito no século XIX, e sobre a vida de seu autor, Victor Hugo.

Jogo

32

- *Second life*

O jogo permite explorar as leis sutis que se estabelecem no relacionamento social, assim como as questões de poder dentro das sociedades. Com ele, é possível também trabalhar as novas formas de percepção do outro criadas pelo uso das tecnologias nas sociedades modernas.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão

36

1. Há quatro formas de conhecimento: religioso, filosófico, senso comum e científico. O conhecimento religioso tem como base a crença em explicações cujo fundamento é uma divindade. O filosófico se baseia na procura lógica da essência de todas as coisas. Diferencia-se do religioso por considerar que essa busca está na razão, e não em Deus. O conhecimento de senso comum é oriundo da experiência da vida social. O científico é aquele produzido com base em procedimentos e métodos rigorosos aprovados social e academicamente. É considerado o modo mais adequado de investigar os diferentes fenômenos.
2. A Sociologia é uma disciplina que tem como objetivo compreender os conflitos, as permanências e as transformações das sociedades contemporâneas. Contribui para que os indivíduos e a coletividade aprendam a importância de intervir na sociedade.
3. O senso comum não é uma forma de conhecimento inferior ao conhecimento científico. Ele dá sentido a nossa vida cotidiana, orientando nossas ações, e pode ser considerado complementar ao conhecimento científico.
4. Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a aproximação entre o senso comum e o conhecimento científico permite que o senso comum se torne mais crítico e menos supersticioso, e o conhecimento científico, mais acessível e inteligível a todos.

Orientação para condução da atividade

Essa atividade possibilita que sejam recuperadas as discussões do capítulo. É o momento de incentivar os alunos a reler o texto e apresentar seus comentários. Caso haja interesse e possibilidade, esses exercícios devem ser desenvolvidos com a utilização dos materiais sugeridos nas indicações de filmes, jogos, *sites* e livros. Pode ser também uma oportunidade para fixar informações e apontar caminhos para o estudo do material didático.

Questão para debate

36

Nessa atividade, os alunos devem ser incentivados a buscar informações antes de definir sua posição no debate. É um momento importante para demonstrar a diferença entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento científico. É importante orientá-los para que possam expor de maneira clara suas argumentações e as bases dos respectivos discursos.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Conhecer e identificar as diferentes formas de conhecimento existentes no mundo; compreender a relação entre conhecimento e sociedade.
Domínio cognitivo	Conhecimento, compreensão e análise.

Exames de seleção

37

Questão 1

O docente pode explicar o gabarito do seguinte modo:

a) FALSA. A interpretação de informações por meio de códigos faz parte da cultura, não é exclusiva de crianças.
b) FALSA. A aquisição de conhecimentos variados não torna as crianças mais vulneráveis aos impactos da programação da TV.
c) VERDADEIRA. A construção de uma visão crítica pressupõe conhecimentos complementares à experiência e ao senso comum, como afirmam Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos.
d) FALSA. Os valores morais de tolerância e respeito não tornam crianças mais ou menos vulneráveis à influência da TV na vida social.
e) FALSA. A observação das leis não torna as crianças vulneráveis à influência da programação da televisão, mas indica o tipo de socialização existente em uma sociedade.

Gabarito	C.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Conhecer, compreender e analisar.
Domínio cognitivo	Conhecimento, compreensão e análise.

Questão 2

O docente pode explicar o gabarito do seguinte modo:

a) VERDADEIRA. A bioética une o conhecimento filosófico ao conhecimento científico para orientar a prática dos cientistas no mundo.
b) FALSA. O discurso que afirma o predomínio da espécie humana não faz parte da construção de uma ética científica, mas sim da imposição de uma forma de vida e de conhecimento sobre as demais.
c) FALSA. Relativizar os valores de certo e errado é uma postura desprovida de ética e, portanto, oposta à da bioética.
d) FALSA. A bioética é um campo de reflexão sobre as condutas na produção do conhecimento científico e não cabe a ela estabelecer leis.

e) FALSA. A bioética faz parte da produção de conhecimento filosófico e não diz respeito à técnica biológica e econômica.

Gabarito	A.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Conhecer, compreender e analisar.
Domínio cognitivo	Conhecimento, compreensão e análise.

Questão para pesquisa 37

Orientação para condução da atividade

Esse momento pode ser trabalhado de diferentes maneiras, considerando a realidade local dos estudantes. É interessante criar um modo dinâmico de expor os resultados para que eles fiquem interessados em realizar sua própria pesquisa. Nessa atividade, o docente atuará como um interlocutor, orientando na escolha dos temas (que devem evitar polêmicas ou constrangimentos). Na medida do possível, deve diversificar os temas e propor apresentações dos resultados em seminários coletivos, desenvolvendo, com base neles, discussões e análises sobre a realidade social detectada. O objetivo da atividade é despertar o interesse dos estudantes para a pesquisa em Sociologia.

5. Atividade complementar

Sensibilização e motivação

20 ditos populares

1. A união faz a força.
2. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.
3. Antes tarde do que nunca.
4. Aqui se faz, aqui se paga.
5. As aparências enganam.
6. Cada cabeça uma sentença.
7. Cada macaco no seu galho.
8. Cão que ladra não morde.
9. De grão em grão, a galinha enche o papo.
10. Depois da tormenta, sempre vem a bonança.
11. Desgraça pouca é bobagem.
12. Devagar se vai longe.
13. Dize-me com quem andas e eu te direi quem és.
14. É melhor prevenir do que remediar.
15. Em boca fechada não entra mosca.
16. Em terra de cego, quem tem um olho é rei.
17. Gato escaldado tem medo de água fria.
18. Os últimos serão os primeiros.
19. Quem espera sempre alcança.
20. Uma andorinha só não faz verão.

Entre as expressões mais usuais do conhecimento de senso comum estão os chamados ditos populares, que expressam determinadas "verdades" construídas ao longo do tempo. Apresentamos alguns exemplos de ditos populares no Brasil. O professor pode propor aos alunos a seguinte atividade.

1. Peça aos alunos que leiam cada uma das sentenças e se organizem em grupos para explicar o significado delas.
2. Feito isso, solicite aos grupos que busquem informações concretas da realidade social e montem um quadro, separando as sentenças que podem ser comprovadas cientificamente daquelas que não podem.
3. Ao final, num debate se discutirá se os ditos populares podem ser considerados exemplos válidos cientificamente e quais são seus limites.

Orientações ao professor: os ditos – ou ditados – populares são um modo lúdico e divertido de propor a reflexão sobre as diferenças entre senso comum e ciência. Essa atividade complementar pode ser utilizada em qualquer momento da discussão do capítulo. Os ditos populares podem ser o fio condutor de uma série de atividades relacionadas com o conteúdo. Por exemplo, para incentivar a montagem de uma pesquisa científica na qual os ditos populares seriam investigados à luz do método científico para confirmar ou não sua veracidade. Ou para se conhecer suas origens e as relações sociais que expressam ou, ainda, para verificar quais deles são comuns entre os jovens do século XXI.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

Nesse tópico, são apresentados trechos de obras de alguns dos autores citados para discussão do capítulo 1, com o objetivo de aprofundar debates e temas.

O primeiro trecho apresentado foi extraído do prefácio à primeira edição da obra clássica de Émile Durkheim, *As regras do método sociológico*. No texto selecionado, o autor delimita o caráter científico da Sociologia, tentando diferenciá-la do conhecimento de senso comum.

O tratamento científico dos fatos sociais é tão pouco habitual que algumas das proposições contidas neste livro correm o risco de surpreender o leitor. Todavia, se existe uma ciência das sociedades, é de esperar que ela não se limite a ser paráfrase de preconceitos tradicionais, e, sim, que mostre as coisas de maneira diferente da encarada pelo vulgo; pois o objetivo de toda ciência é descobrir, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões formadas. É preciso que o sociólogo tome resolutamente o partido de não se intimidar com os resultados alcançados pelas pesquisas, quando metodicamente conduzidas, a menos que, em sociologia, se conceda ao senso comum uma autoridade de que há muito tempo não goza nas outras ciências.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. XV.

O segundo trecho é de Max Weber sobre o método compreensivo. Na tentativa de constituir um método

sociológico que possa se diferenciar dos métodos das Ciências Naturais, o autor propõe que a Sociologia realize uma análise compreensiva dos fenômenos sociais.

> [...] deve-se entender por sociologia (no sentido aqui aceito desta palavra, empregada com tão diversos significados): uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social para, desta maneira, explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos.
>
> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 3.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1987.

Capítulo 2

A Sociologia e a relação entre o indivíduo e a sociedade

1. Apresentação do capítulo

O segundo capítulo do livro trata de um tema clássico da Sociologia: a relação entre indivíduo e sociedade. Questão central para a compreensão da sociedade contemporânea, essa temática ainda é objeto de reflexão, pesquisa e debate nas Ciências Sociais e áreas afins. Nesse sentido, o capítulo apresenta as principais concepções e questões sobre o tema. O conteúdo é mostrado em dois momentos. Primeiro, explicita-se a concepção dos autores clássicos Durkheim, Weber e Marx sobre o tema. Em seguida, são apresentadas algumas formulações contemporâneas que buscam construir uma síntese das concepções clássicas, ao mesmo tempo que tentam dar conta das novas questões e dilemas que as sociedades atuais precisam compreender e responder.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Ação social (tradicional, afetiva, racional orientada a valores, racional orientada a fins)
- Imaginação sociológica
- Anomia
- Interação social
- Classes sociais
- Indivíduo
- Coerção social
- Modos de produção
- Coesão social
- Ordem social
- Conflito social
- Propriedade privada
- Determinismo social
- Reflexividade
- Estrutura social
- Relações de produção
- Fatos sociais
- Solidariedade social (solidariedade mecânica e solidariedade orgânica)
- Identidade social
- Valores sociais

Principais autores abordados no capítulo

- Anthony Giddens
- Néstor Canclini
- Charles Wright Mills
- Norbert Elias
- Émile Durkheim
- Richard Sennett
- José Maurício Domingues
- Robert Castel
- Karl Marx
- Stuart Hall
- Max Weber

Principais temas abordados no capítulo

- A relação entre o indivíduo e a sociedade e sua importância para a Sociologia como ciência.
- A concepção durkheimiana da relação entre o indivíduo e a sociedade, que considera que esta tem primazia sobre aquele.
- A concepção weberiana, que considera o indivíduo um elemento central para a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade.
- A concepção marxista, que percebe a relação entre o indivíduo e a sociedade como dialética e determinada pelas condições materiais de existência.
- Os conceitos de fato social, ação social e classe social, essenciais para a compreensão das concepções clássicas da relação entre o indivíduo e a sociedade.
- Algumas das interpretações da Sociologia contemporânea sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, evidenciando a busca de uma síntese, ao afirmar que esses elementos se influenciam reciprocamente.

- Algumas inferências de autores contemporâneos sobre o tema com base na realidade trazida pelas transformações sociais recentes.
- O estabelecimento de direitos individuais e sociais por meio de legislações e declarações, e a compreensão de seus desdobramentos para manter ou redefinir valores e/ou relações sociais.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

Diante dos objetivos do capítulo, pode-se desenvolver o conteúdo abordado de diferentes modos, de acordo com as seguintes estratégias pedagógicas.

- Seguir o roteiro proposto pelo texto, em que a ordem de apresentação seja Durkheim, Weber, Marx e os autores contemporâneos.
- Seguir uma lógica histórica em que os autores, seus contextos e teorias sejam apresentados na ordem em que foram produzidos. Assim, pode-se utilizar as perspectivas de Marx, Durkheim, Weber, Elias, Giddens, Sennett e os demais autores citados.
- Inverter a ordem, partindo dos autores contemporâneos e, em seguida, retornar aos clássicos, evidenciando a importância dessas perspectivas para a composição das sínteses contemporâneas sobre o tema.

Cada uma das opções indica uma abordagem diferente a ser utilizada em sala de aula. A primeira, adotada e indicada, prioriza a sequência em que as teorias são apresentadas da maneira mais usual, o que facilita a exposição e também a compreensão, visto que as teorias que defendem a primazia do indivíduo ou da sociedade são apresentadas antes daquelas que propõem uma reflexão dialética ou sintética do tema.

A segunda estratégia valoriza a exposição histórica das teorias e pode ser indicada nos casos em que a reflexão seja compartilhada com a contextualização histórica. Nesse exemplo, relaciona-se imediatamente a teoria às condições sociais em que ela foi produzida.

A terceira opção propõe um modo pouco comum de se trabalhar o tema, mas que pode ser bastante interessante. Nesse caso, parte-se das teorias contemporâneas e, para melhor compreendê-las, o docente propõe um retorno aos clássicos.

Independentemente da opção adotada, o docente pode priorizar as seguintes ações pedagógicas para abordar o tema central do capítulo.

- Utilizar os exemplos trazidos pelo texto, pelas seções que o acompanham, pelas imagens e legendas disponíveis no livro do aluno. Se necessário, incluir outros casos ilustrativos que se mostrem adequados à realidade dos estudantes.
- Apresentar as teorias de modo contextualizado, com uma breve exposição sobre a trajetória dos autores, em especial os clássicos.
- Discutir os conceitos apresentados à luz da realidade e dos fenômenos sociais, a fim de que os estudantes possam perceber que esses conceitos se referem ao cotidiano.
- Demonstrar que a reflexão sociológica se realiza com base em problemas e questões sociais do dia a dia.
- Propor aos estudantes que sistematizem as possíveis relações entre as diferentes concepções sociológicas apresentadas sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade e as diferentes estratégias de manutenção e/ou redefinição de normas e valores sociais das sociedades modernas.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 54

A constituição do indivíduo e de sua identidade na sociedade da informação é um dos temas estudados por diferentes autores da Sociologia contemporânea. A presença cada vez mais intensa das redes sociais como ferramentas de comunicação e de relacionamentos sociais faz com que a construção da identidade no mundo virtual mereça ser analisada, com detalhes, à luz da reflexão sociológica.

O texto da seção pode ser estudado por meio de uma roda de conversa na qual os estudantes mencionem a importância e os riscos trazidos pela exposição de suas individualidades nas diferentes redes sociais das quais fazem parte. Pode-se remeter os estudantes aos dilemas enfrentados no cotidiano para a construção de sua identidade, em especial o papel do consumo. É possível agregar ao debate a presença constante de propagandas, publicidades, objetos e roupas usados pelos estudantes na escola e fora dela. De que modo somos influenciados por esses instrumentos do mercado? Essa influência é positiva ou negativa? De que modo os autores da Sociologia contemporânea compreendem o consumo como elemento constitutivo da definição das identidades dos indivíduos? Em que medida o poder de escolha individual é resguardado perante a influência das propagandas e a necessidade de exposição pessoal constante nas diferentes redes sociais?

O texto dessa seção pode ser trabalhado, ainda, para discutir o papel do indivíduo na sociedade do século XXI. Somos atores que interferem no processo de construção da sociedade? Quais são os instrumentos que contribuem para isso? Qual é o grau de participação dos indivíduos na sociedade? Com base nos autores estudados, pode-se traçar um panorama de como os temas da seção encontram eco na realidade social vivenciada pelos estudantes como grupo social e também como indivíduos.

Direito e sociedade 55

O tema trabalhado se refere à luta pela garantia dos direitos individuais a partir do século XVIII, um interessante instrumento para fomentar o debate sobre a trajetória da noção de indivíduo e sua relação com determinados direitos. Por meio do acompanhamento e da discussão da legislação pertinente no mundo e no Brasil, é possível perceber que o respeito aos direitos individuais ainda é algo em processo e que seu grau de amadurecimento está relacionado à história e às lutas sociais de cada sociedade. O docente pode agregar ao debate exemplos nacionais de violação dos direitos individuais e, em parceria com as disciplinas de Ciências Humanas, propor aos estudantes que relacionem a legislação em voga, o direito efetivo dos indivíduos e o momento histórico em que isso ocorre.

Interfaces 56

O objetivo dessa seção é esclarecer que a diferença de perspectivas de observação tem como resultado a criação de variadas interpretações de uma mesma realidade social que podem redefinir formas de proceder. O reconhecimento de que diferentes perspectivas disputam a eficácia e a tradução do real tanto no campo da Arte como nas diferentes áreas de conhecimento (e não apenas no que se refere às Ciências Humanas) é um elemento central a ser destacado pelo docente ao utilizar esse texto. Para tanto, propõe-se que os estudantes façam uma pesquisa, em duplas ou trios, sobre as obras de Escher, discutam de que modos algumas delas podem ser compreendidas e apresentem suas conclusões. Ainda nesse sentido, os estudantes podem buscar explicar, por meio de pesquisa sobre a vida e o contexto sociocultural do artista, por que motivos ele propôs esse tipo de questão como a tônica de sua produção.

Indicações

Livros 50

- *Vidas secas*. Graciliano Ramos.

A obra permite discutir a relação entre as escolhas e ações individuais e as condições materiais de existência. É importante também por apresentar um retrato da realidade brasileira ainda presente em nossa sociedade.

- *Mozart*: sociologia de um gênio. Norbert Elias.

Esse livro pode colaborar para a compreensão aprofundada da mútua influência entre o indivíduo e a sociedade, pois demonstra como os aspectos da vida pessoal de Mozart estão relacionados com o contexto social da época.

Site 48

- *<www.ensinosociologia.milharal.org/>*

Trata-se de um *site* elaborado pelos alunos de graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com textos sobre o ensino de Sociologia que podem servir de apoio para a atuação do professor. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 49, 51, 53

- *Última parada 174*

O filme permite discutir com os estudantes as diferentes circunstâncias sociais que interferem fortemente na constituição da identidade de um indivíduo. As tensões sociais e as condições materiais de existência vivenciadas cotidianamente por Sandro Barbosa do Nascimento são analisadas à luz da perspectiva marxista. Complementarmente, o docente pode lançar mão de alguns dos conceitos de Émile Durkheim para compreender as circunstâncias relatadas no filme. Nesse sentido, é possível empregar o conceito de anomia para fazer uma leitura das condições de vida da personagem principal, e usar os conceitos de coerção, ordem e função social para fazer uma leitura da ação policial no referido incidente.

- *A vila*

O filme pode ser utilizado como um meio de os estudantes identificarem, em cada personagem da trama, que tipos de elemento coercitivo atuam para manter seus comportamentos coesos, harmônicos, em respeito às normas e tabus vigentes naquele grupo social. Os questionamentos que levam a moradora a romper o tabu e a atravessar o bosque podem ser identificados e, posteriormente, contrastados com os padrões sociais mantidos pelos demais integrantes da vila. Por meio dessa comparação, sugere-se que os estudantes utilizem os conceitos empregados por Émile Durkheim para compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade.

- *O doador de memórias*

As escolhas, as tomadas de decisão e as diferentes motivações das ações individuais dos guardiões de

memórias podem ser analisadas pelos estudantes como um meio de compreender com mais clareza o aparato conceitual utilizado por Max Weber no que se refere aos diferentes tipos de ação social (tradicional, afetiva, racional orientada a valores, racional orientada a fins). As motivações que levam o jovem protagonista da trama a ter um comportamento individual diferenciado merecem ser analisadas. As consequências de sua ação para a coletividade podem ser associadas à perspectiva weberiana sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade.

MovimentAção 59

Essa seção deve ser utilizada para iniciar os estudantes em atividades de pesquisa e, ao mesmo tempo, incentivá-los ao protagonismo no seu espaço escolar e na comunidade da qual fazem parte. A pesquisa proposta possibilita um contato científico com a realidade local, e cabe ao docente o papel de orientar e fomentar o debate sobre as diferentes descobertas possibilitadas pelos dados obtidos. Paralelamente, pode servir de ponto de partida aos estudantes para que comecem a se organizar de modo permanente e sejam capazes de discutir questões relacionadas ao seu cotidiano, delineando ações coletivas que possam trazer práticas sociais que aproximem o Brasil "de direito" do Brasil "de fato".

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 57

1. A relação entre indivíduo e sociedade é um dos temas clássicos da Sociologia. Para Durkheim, essa relação é marcada pela primazia da sociedade sobre a conduta individual: são as normas e regras coletivas que determinam o modo pelo qual os indivíduos atuam na sociedade. Para Weber, o indivíduo constrói a estrutura social com suas escolhas e ações racionais. Desse modo, desloca-se a primazia da sociedade para o indivíduo. Já Marx entende que a relação entre indivíduo e sociedade é dialética, determinada pelas condições materiais de existência. O que indica o grau de autonomia individual diante das estruturas é sua inserção de classe: a primazia não se encontra na sociedade ou no indivíduo, mas nas condições materiais e de existência.
2. Os conceitos são instrumentos abstratos utilizados para identificar, compreender e explicar a realidade social. Dessa maneira, fato social, ação social e classe social cumprem a tarefa de permitir que os autores que desenvolveram esses conceitos deem conta do problema teórico que se apresenta. Para Durkheim, fato social consiste no conjunto de normas e regras de ação que orienta a conduta dos indivíduos. Ele se caracteriza por ser exterior às consciências individuais, exercer coerção sobre os indivíduos e ser aceito pela maior parte da sociedade. Na visão de Weber, o conceito de ação social indica toda ação realizada pelos indivíduos que leva em consideração o que dela esperam os demais atores sociais. Já classe social, conceito desenvolvido por Marx, indica o conjunto de indivíduos que ocupa a mesma posição econômica ou vivencia as mesmas condições materiais de existência.
3. Para os autores contemporâneos, a análise desse tema deve fugir da percepção de indivíduo e sociedade como elementos em oposição. Na visão desenvolvida por autores como Norbert Elias ou Anthony Giddens, o indivíduo e a sociedade devem ser vistos como complementares e mutuamente referidos.

Orientação para condução da atividade

A atividade de revisão serve para fixar as informações apresentadas, de modo que os estudantes possam perceber as diferentes nuances presentes na relação entre o indivíduo e a sociedade. Deve ainda indicar a percepção vigente na Sociologia contemporânea de mútua interferência, o que é determinante para compreender as questões que emergem em nosso cotidiano.

Questões para debate 57

Questão 1

Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reconheçam nas ações diárias o processo de recriação das estruturas sociais por eles mesmos, compreendendo assim a relação indissociável que há entre indivíduo e grupo social.

Questão 2

O docente pode iniciar o debate coletando respostas iniciais sobre o tema. É comum que em um primeiro momento os estudantes tendam a enfatizar méritos individuais como as únicas causas para explicar o "êxito" de uns e o "fracasso" de outros. Mas logo podem surgir intervenções que remetam às condições socioeconômicas, de onde se pode levar o debate para a importância de considerar também as condições materiais de existência. Além dessas questões, é possível discutir sobre o sistema de ensino, os processos de avaliação e as formas de ingresso no Ensino Superior, com ênfase no caráter restritivo e de descontinuidade. Outro enfoque possível com base no texto, nos gráficos e no resultado das pesquisas é a parcela de jovens e adultos que não têm sequer a possibilidade de ingressar no Ensino Superior. É interessante colocar em debate os possíveis motivos, entre eles a necessidade de alguns de entrar muito cedo no mercado de trabalho. Aqui vale voltar às correntes teó-

ricas estudadas no capítulo, tendo como pano de fundo a temática central do texto. É sempre bom incentivar os estudantes a relacionar sua posição com os dados obtidos nas investigações realizadas.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas pelos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum; produzir novos discursos sobre determinados fenômenos sociais; desnaturalizar concepções por meio da observação e de reflexões realizadas; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que amplie a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações sociais.
Domínio cognitivo	Conhecimento, compreensão e análise.

Exame de seleção 58

a) FALSA. Pois indica que o indivíduo precede a sociedade, o que não corresponde à perspectiva de Norbert Elias, que nega a dicotomia indivíduo e sociedade, "eu" e "nós", bem como "interior" e "exterior", uma vez que reconhece a interdependência entre esses elementos.

b) FALSA. Segundo Elias, a origem do indivíduo não se encontra na racionalidade nem no modelo cartesiano, já que esse modelo indica a anterioridade ou a exterioridade do indivíduo em relação à sociedade.

c) FALSA. Para Norbert Elias, a sociedade não pode ser caracterizada pelo caos, tampouco é resultado direto das intenções e planejamentos individuais ou resultado da soma das partes, indivíduos ou organismos, negando-se tanto o organicismo quanto o individualismo metodológico.

d) FALSA. Para Norbert Elias, não há a decisão livre e deliberada de indivíduos como elemento definidor da sociedade nem a normatização racional por meio de contrato social, mas sim a interdependência entre indivíduo e sociedade.

e) VERDADEIRA. Nesta alternativa se encontra a compreensão de Elias sobre indivíduo e sociedade, segundo a qual há elos e redes de funções e influência mútua, ou seja, para esse pesquisador, não existe superioridade do individual sobre o social nem vice-versa, negando-se tanto o individualismo quanto o estruturalismo metodológico.

Gabarito	E.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Analisar as diferentes perspectivas teóricas sobre os conceitos indivíduo e sociedade, identificando qual delas associa-se àquela adotada por Norbert Elias.
Domínio cognitivo	Análise, avaliação e conhecimento.

Questão para pesquisa 58

Orientação para condução da atividade

Pode-se dividir a turma em grupos e indicar fontes de pesquisa sobre situações cotidianas em que a temática da privacidade seja relevante, como nos *reality shows*, comuns na televisão brasileira. A segmentação da pesquisa dos grupos facilitará a coleta e a análise dos dados. Na apresentação, é possível promover um debate sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade por meio da difusão das tecnologias da informação. Outra estratégia (mas que exige o acesso às redes sociais *on-line*) pode ser a realização de atividade similar, na qual o objeto seja a questão da privacidade na internet.

5. Atividade complementar

Aprofundamento e aplicação

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade
consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural, nada deve parecer
impossível de mudar.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*.
São Paulo: Ed. 34, 2003.

Orientações ao professor: o poema pode ser utilizado como instrumento para unir as discussões dos capítulos 1 e 2. O texto pode ser aproveitado para demonstrar a importância da investigação dos fenômenos sociais, e não a sua naturalização (assunto do capítulo), ao mesmo tempo que permite a reflexão sobre o papel dos indivíduos na sociedade ao propor uma atitude de intervenção na realidade social.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

Os trechos de textos a seguir servem para que o docente aprofunde a discussão sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. No primeiro deles, Marx faz uma análise concreta da conjuntura política francesa tendo como foco os acontecimentos revolucionários ocorridos entre os anos de 1848 e 1851. No segundo, Domingues chama a atenção para a noção de classe social na perspectiva marxiana como contraponto à ideia de indivíduo na perspectiva liberal.

O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1845-1851 pela Montanha de 1793-1793, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário! Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o império romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1749, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.

MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 329 (Os pensadores).

Individualidade, identidade e sociabilidade

A sociologia como disciplina surgiu buscando até certo ponto uma crítica do individualismo. Marx, aquele que se considera hoje o primeiro pai fundador da sociologia, introduziu a noção de classes sociais para criticar a ideia de que os indivíduos seriam a substância das sociedades. Em todas as suas obras, fazendo uso da dialética da singularidade, da particularidade e da generalidade que fora legada por Hegel, Marx buscou mostrar que tanto a sociedade como totalidade quanto o indivíduo, como realidades e valores, tinham de ser analisados pelas ciências sociais; isso não deveria deixar na penumbra um outro elemento, uma particularidade, que faria a mediação entre as duas, os indivíduos como singulares e a sociedade como generalidade: as classes sociais cumpririam esse papel (consubstanciando tipos específicos do que chamei de subjetividades coletivas). Enraizadas na economia, onde estabelecem relações de exploração, elas se concretizavam também em outras esferas sociais – jurídicas, políticas e ideológicas.

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade*: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 34-35.

Orientações ao professor: o docente poderá propor atividades de reflexão que levem os estudantes a discutir como funciona o processo de escolha pessoal diante de determinado momento que exige certa decisão, com base na realidade brasileira, a exemplo do processo eleitoral. Como a tradição, as circunstâncias e as oportunidades influenciam esse processo? O que afinal pesa mais quando se faz uma escolha?

7. Sugestão de bibliografia para o docente

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade*: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Unidade 2 Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas

Capítulo 3

Cultura e ideologia

1. Apresentação do capítulo

O principal objetivo do capítulo 3 é que professores, estudantes e leitores possam se utilizar dos conceitos, exemplos, discussões e imagens presentes no texto e nas atividades como ferramentas para compreender a cultura como produto das relações sociais e de poder que permeiam nosso cotidiano.

Para alcançar as metas estabelecidas, o texto de apresentação foi dividido em três partes, articuladas entre si. O primeiro tópico, denominado “Primeiras palavras”, apresenta a situação dos haitianos no Brasil ao enfrentar problemas com a língua e, dessa forma, trata das principais questões que são discutidas ao longo do texto; em especial, a maneira como a relação entre cultura e ideologia influencia nosso modo de compreender o mundo e agir nele, sobretudo nos dias atuais, marcados pela influência das tecnologias da informação.

A segunda parte, composta dos tópicos 2 e 3, tem como tema principal a discussão sobre cultura. Nela se demonstra que a cultura é um produto social e característica distintiva das sociedades humanas. São apresentados ainda o conceito de cultura e as diferentes escolas antropológicas, bem como suas contribuições para a compreensão, a explicação e o posicionamento diante da diversidade cultural.

A terceira parte do texto trata do tema da ideologia e de sua relação com o comportamento social. São apresentadas duas formas de interpretação do papel da ideologia com base na conceituação dada ao termo por Karl Marx e Antonio Gramsci. Explora-se a relação entre cultura e ideologia, principalmente por meio da discussão sobre a indústria cultural e os meios de comunicação de massa. Nesse ponto do texto, que compreende os tópicos 4, 5 e 6, o que se pretende é debater a influência exercida por grupos que controlam os meios através dos quais são difundidos valores, gostos, padrões de comportamento e de ação social, de acordo com interesses específicos.

O texto termina com uma reflexão sobre o impacto das novas tecnologias da informação na relação entre cultura, ideologia e comportamento social.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Cultura
- Determinismo (biológico e geográfico)
- Evolucionismo
- Hegemonia
- Culturalismo (ou particularismo histórico)
- Cultura popular
- Cultura erudita
- Estruturalismo
- Funcionalismo
- Cultura de massa
- Antropologia interpretativa
- Identidades
- Etnocentrismo
- Tribos urbanas
- Relativismo cultural
- Meios de comunicação de massa
- Ideologia
- Indústria cultural

Principais autores abordados no capítulo

- Michel de Montaigne
- Friedrich Engels
- Edward Tylor
- Theodor Adorno
- Franz Boas
- Max Horkheimer
- Bronislaw Malinowski
- Antonio Gramsci
- Claude Lévi-Strauss
- Paulo Freire
- Clifford Geertz
- Manuel Castells
- Max Weber
- Pierre Lévy
- Karl Marx
- Michel Maffesoli

Principais temas abordados no capítulo

- As diferentes concepções sobre o conceito de cultura.
- O debate entre etnocentrismo e relativismo cultural.
- O conceito de ideologia segundo as teorias de Karl Marx e Antonio Gramsci.
- O papel da indústria cultural nas sociedades capitalistas e a reprodução das ideologias dominantes.
- A cultura erudita e a cultura popular em perspectiva sociológica.
- A formação das identidades nas sociedades contemporâneas e o conceito de tribos urbanas.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

Para atingir os objetivos propostos no capítulo, sugerem-se os seguintes encaminhamentos.

- Apresentação do conceito de cultura segundo a Antropologia clássica e contemporânea pela discussão sobre diversidade cultural.

O docente pode perguntar aos estudantes o que significa "ter ou não ter cultura" e em seguida discutir os exemplos presentes no texto, estabelecendo uma relação com a literatura ao rememorar as abordagens do Romantismo de José de Alencar e do Modernismo de Monteiro Lobato, que, de maneiras diferentes, tratam da questão da superioridade da cultura urbana dominante (que representaria o Brasil moderno e civilizado) sobre a cultura rural. Ao final desse exercício, de caráter transdisciplinar, os estudantes podem ser encorajados a pensar em outros exemplos que revelem essa tendência de hierarquização das culturas, o que levará à reflexão sobre o uso da noção de cultura pelo senso comum nos dias atuais.

Feito isso, será possível passar a uma abordagem sobre os conceitos de cultura fora e dentro das Ciências Sociais, bem como de seus dois usos possíveis, a cultura como juízo de valor e como produção social. Com isso, viabiliza-se um olhar sobre a história da Antropologia, com destaque para a questão dos determinismos (biológico, geográfico), ponto de partida para a construção dos estudos antropológicos ao longo do século XX. Vale, nesse momento, chamar a atenção dos estudantes para o fato de que, nos primeiros estudos sobre diversidade cultural, prevalecia ainda o caráter não científico, com base em pressupostos evolucionistas e etnocêntricos, mais tarde superados pelos estudos detalhados de antropólogos que foram a campo buscar compreender as formas de vida dos diferentes povos.

Em seguida, pode-se apresentar os diferentes autores e perspectivas de compreensão da vida social citados no tópico "Escolas antropológicas", por meio de um quadro comparativo, destacando-se as principais ideias presentes em Tylor até Geertz, passando por Boas, Malinowski e Lévi-Strauss. Por meio da compreensão das diferentes abordagens do conceito de cultura e de diversidade cultural, pode-se passar aos conceitos de etnocentrismo e relativismo cultural.

- Discussão sobre a relação entre cultura e poder para se chegar ao conceito de ideologia.

Assim como foi possível perceber na discussão sobre o eurocentrismo e um dos seus produtos, o etnocentrismo, para falar de cultura e diferenças culturais também é necessário levar em conta as implicações políticas das relações entre culturas, grupos e classes que estão presentes em uma sociedade. Para deixar isso claro, o docente deverá apresentar o conceito de ideologia, primeiro em seu sentido amplo, tal como foi expresso por Cazuza em sua canção sobre o tema, que poderá ser ouvida em sala de aula. Nesse momento, é importante ressaltar o fato de que, dentro de uma mesma sociedade, e em um mesmo período histórico, diferentes ideologias podem conviver e revelar tensões políticas que estão presentes nessa sociedade. O objetivo dessa passagem do conceito de cultura para o de ideologia deverá ficar claro para os estudantes, que compreenderão que a cultura não precisa ser vista como um "todo harmônico", pois existem diferentes grupos sociais que elaboram visões de mundo distintas em convicções filosóficas, religiosas e políticas, que embasam pensamentos e atitudes muitas vezes antagônicos, utilizando recursos variados para influenciar o conjunto da sociedade.

- Apresentação dos diferentes matizes do conceito de ideologia: Karl Marx e Antonio Gramsci.

Depois de discutir o sentido geral de ideologia, sugere-se a audição da canção "Comportamento geral", de Gonzaguinha. Depois de serem estimulados a interpretar a letra da canção, os estudantes deverão compreender que, de acordo com o pensamento de Marx, é a classe dominante que dispõe dos maiores recursos para disseminar na sociedade sua ideologia e difundir uma visão falseada da realidade, promovendo um pensamento conformista em relação aos padrões vigentes, o que obscurece a lógica de exploração subjacente ao sistema capitalista. Ao final da aula, os estudantes poderão ser chamados a expor o que entenderam sobre o pensamento dos autores, se possível traçando paralelos com a sociedade atual e discutindo a validade de tal interpretação para análise da realidade vivida.

Em um segundo momento, deve-se apresentar a visão de Gramsci de ideologia como visão de mundo, ressaltando o fato de que, para esse autor, existe também a ideologia dos dominados, da classe subalterna, que disputa a hegemonia com a classe dominante ao construir sua própria visão de mundo. Com base nas ideias de Gramsci, deve-se passar ao subtópico "As diversas faces da cultura" (página 79) para discutir as relações entre as culturas erudita e popular.

- Apresentação do conceito de indústria cultural, segundo Adorno e Horkheimer.

Deve-se começar com um questionamento sobre o que os estudantes entendem por "cultura de massa". É interessante perguntar a eles, em seguida, de que artistas e obras artísticas eles mais gostam. Os alunos poderão citar músicas, filmes, programas de TV etc. A ideia é perceber se há alguma padronização, alguma tendência mais geral que expresse a influência exercida

pelos meios de comunicação de massa na sociedade atual. Nesse momento, deve-se retomar a questão motivadora apresentada no início do capítulo e debater com os estudantes de que modo as opiniões e decisões são influenciadas pela cultura e pela ideologia da sociedade em que vivemos. Cabe aqui apresentar a reflexão sobre a teoria de Adorno e Horkheimer e pedir aos estudantes que expliquem o que eles entendem sobre a validade de tal abordagem para a compreensão dos fenômenos discutidos (pode-se retomar aqui as ideias de Marx e Gramsci sobre ideologia).

Nesse ponto, a discussão sobre a sociedade da informação, apresentada no subtópico "Cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI" (página 83), pode ser introduzida com o intuito de promover a reflexão a respeito das formas de comportamento público e privado que passamos a cultivar e a sustentar. Sugere-se, para orientar o debate, perguntar aos estudantes se, com todas essas tecnologias difundidas no cotidiano, é possível dizer que temos maior liberdade de escolher aquilo a que vamos assistir ou que vamos ouvir ou ler – enfim consumir. A ideia é sempre incentivar o grupo a citar exemplos com base na experiência cotidiana.

- Discussão sobre a questão da construção de identidades culturais nas sociedades contemporâneas e as chamadas tribos urbanas.

Para abordar esse ponto, pode-se introduzir a discussão sobre as teorias que apontam para o caráter múltiplo e contextual das identidades nas sociedades contemporâneas. Dessa forma, será possível discutir com os estudantes suas possíveis filiações a grupos identitários com base em diferentes clivagens (nacionalidade, etnia, região, time de futebol, gosto musical etc.) e fazê-los perceber como a afirmação de identidades serve de instrumento de lutas políticas ou de reação aos processos de homogeneização cultural, em geral associados ao fenômeno da globalização. O conceito de tribos urbanas deve ser apresentado tendo como base as ideias de Maffesoli e aprofundado por meio do encaminhamento da proposta de pesquisa apresentada no capítulo.

O capítulo traz como ponto de reflexão a questão da influência da cultura e das ideologias, especialmente aquelas veiculadas pelos meios de comunicação, sobre as opiniões e decisões cotidianas. Por meio das questões levantadas ao longo do texto e das aulas, o docente deverá incentivar os estudantes a refletirem sobre a própria realidade para identificar a forma como se relacionam com os meios produtores e difusores de bens culturais, além de perceber o processo de construção das identidades por meio das relações sociais estabelecidas no contato com diferentes agentes de socialização.

3. Orientações para o trabalho com as seções

◆ Considerações sociológicas 85

Faça a leitura do texto com os estudantes em sala e peça que expressem sua opinião sobre os argumentos apresentados, levando em conta os dois lados da questão. Comente a análise da cientista social Esther Hamburger, que considera elementos válidos nas duas perspectivas. De acordo com ela, as novelas de fato ultrapassam os limites da ficção e invadem a realidade social. Em determinados contextos, cumprem o papel de colocar demandas sociais em debate, a despeito dos interesses da indústria. Diante disso, seria interessante pedir aos estudantes que comentem as telenovelas que estejam sendo exibidas e avaliem a pertinência das críticas que apontam para a tendência à reafirmação de padrões e discursos ideológicos.

◆ Direito e sociedade 86

Essa seção apresenta o problema das políticas públicas de promoção da cultura no Brasil. Leia o texto com os estudantes e ressalte o paradoxo da antiguidade das relações entre as manifestações culturais e o Estado e o caráter recente das ações deste em prol da salvaguarda e do fomento à permanência tanto da cultura material quanto da imaterial no Brasil.

Pode-se, assim, pedir aos estudantes que pesquisem, no estado ou região em que moram, outras práticas e manifestações submetidas a registro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como é o caso das feiras de Caruaru, no estado de Pernambuco, e de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, da festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, no Pará, e da produção artesanal de queijo, em Minas. Em seguida, peça que comentem a importância de tais registros para a valorização dos saberes populares, incentivando-os a pensarem de que forma essa cobertura jurídica pode trazer benefícios para a população de modo geral e, em particular, para os sujeitos envolvidos nas referidas práticas culturais.

◆ Indicações

Livros 66, 80, 81

- *O que é cultura*. José Luiz dos Santos.

Esse é um livro introdutório, que pode, por ter uma escrita simples e didática, ser utilizado pelo docente para aprofundar os conceitos trabalhados no capítulo.

- *Culturas híbridas*: **estratégias para entrar e sair da modernidade.** Néstor García Canclini.

A modernidade é o tema desse livro, cujo foco recai sobre alguns países da América Latina no tocante à associação entre seus respectivos processos de modernização econômica e as mudanças culturais. Pode contribuir para o aprofundamento dos debates sobre as relações entre as diferentes culturas e manifestações culturais nos dias atuais, em especial no Brasil. Serve ainda de apoio para a discussão proposta no item *Atividades* "Questão para pesquisa", que tem como tema o *funk*.

- *Ideologia e cultura moderna*: **teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa.** John B. Thompson.

As ideologias de nosso tempo, associadas às dinâmicas sociais em que estamos inseridos, são o objeto dessa obra, na qual se encontra um debate sobre as formas simbólicas que permeiam o mundo social, constrangendo as pessoas e informando sobre os usos e modos da vida em sociedade.

Filmes 72, 78

- *Brava gente brasileira*

Explorando passagens da história do Brasil, o filme discute as formas vigentes, nos séculos passados, do contato entre as culturas branca e indígena, além dos tipos de dominação que permearam a constituição do território brasileiro. Trata-se de um importante recurso para discutir a construção dos valores dominantes em nossa sociedade.

- *A negação do Brasil*

Expõe o lugar do negro nas telenovelas, desnudando as formas de segregação desses indivíduos nos meios de comunicação de massa. O docente pode utilizá-lo para discutir as consequências práticas das representações etnocêntricas de mundo presentes, por exemplo, no racismo. É importante também articular o tema do filme com as discussões que serão (ou foram) feitas nos capítulos 5 e 10.

Jogo 70

Bumba

Esse jogo, inspirado em tradições culturais regionais (Maranhão), enfatiza a descoberta ou o reforço do pertencimento cultural e da identidade regional por meio de ritmos musicais, das paisagens naturais e do folclore. Pode-se discutir esses valores e conceitos, incentivando os estudantes a falarem de sua experiência pessoal.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 87

1. O docente deve demonstrar aos estudantes que a cultura popular se origina nas práticas cotidianas do povo e representa uma alternativa às práticas das elites, denominadas cultura erudita. Tais práticas (populares e eruditas), quando são apropriadas pela indústria cultural e passam a ter como objetivo maior a produção de lucro e de comportamentos padronizados, são chamadas de cultura de massa.
2. Espera-se que os estudantes percebam que a cultura de massa tem como um de seus objetivos principais a geração de lucro, principalmente por meio da vinculação dos elementos dela ao consumo de produtos. Por isso, há uma relação direta entre cultura de massa e consumo.
3. É importante avaliar se os estudantes conseguem identificar que as práticas etnocêntricas ainda são uma realidade, apesar das teorias, leis e pesquisas de diversas áreas que demonstram como essas atitudes são injustificáveis. Como exemplos, podem ser citados as manifestações de racismo e xenofobia e os genocídios ainda recorrentes no mundo e no Brasil. Nesse caso específico pode ser discutida a violência sofrida pelas populações negras e indígenas, assim como por mulheres e homossexuais no cotidiano.
4. É adequado discutir com os estudantes as outras causas que estão por trás do advento da indústria cultural, como a preponderância dos meios de comunicação de massa e a ideia de que a produção cultural deveria ter como finalidade última a geração de lucro.

Questão para debate 87

O docente deve explicar aos estudantes que eles precisam debater os diversos pontos de vista da questão. Por um lado, há os que acreditam que essas produções são importantes para apresentar uma nova face da produção cinematográfica, que foge ao padrão recorrente de reprodução dos valores dominantes, abrindo "brechas" para o questionamento da realidade na qual estamos inseridos. Por outro, há os que afirmam que essas produções, ao transformar esse debate em um meio de auferir lucro, apenas procuram a adesão de setores que rejeitam o modelo mais tradicional de produção da indústria cultural. Nesse sentido, é importante estimular o debate e a construção autônoma do posicionamento dos estudantes. Os filmes citados podem ainda ser articulados com as discussões propostas no capítulo 4 sobre controle social.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Avaliação.

Exame de seleção 87

O docente deve ressaltar que o texto demonstra como os costumes de cada cultura combinam tradições e elementos culturais criados ou presentes em diversas outras culturas. Sendo assim, a única opção adequada à proposta é a letra **d**.

Gabarito	D.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Análise.

Questão para pesquisa 87

O docente deve incentivar a pesquisa por parte dos estudantes. É importante também, ao longo do processo, alertá-los sobre a ligação entre a trajetória do *funk* e as relações, no Brasil, entre cultura erudita, popular e de massa, e como elas representam de certo modo a relação dos valores dominantes da cultura com as camadas populares.

5. Atividade complementar

Sensibilização e motivação

Reportagem: **Índios × pastores** (TV Bandeirantes, 2012)

Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=h1ZDaMaBDHA>. Acesso em: mar. 2016.

Reportagem sobre a luta dos índios guaranis no Mato Grosso do Sul para manter suas tradições religiosas diante da constante proliferação de igrejas pentecostais em suas terras. De acordo com a reportagem, existem hoje cerca de 36 igrejas dentro da reserva indígena, instaladas sem a autorização do governo e que incentivam práticas de intolerância religiosa ao atacar os símbolos e rituais religiosos indígenas, vistos como demoníacos pelos pastores.

Orientações ao professor: pode-se pedir aos alunos que relacionem o conteúdo da reportagem aos conceitos de etnocentrismo e relativismo cultural. Para ampliar a discussão, é possível trabalhar com dados do *Censo de 2010*, que apontam o aumento de evangélicos entre os indígenas no Brasil. Também vale discutir a ideia de preservação e intercâmbio cultural, os efeitos e problemas gerados. Com base na discussão, pode-se pedir ainda aos alunos que busquem outras reportagens sobre casos similares.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

O trecho da obra de Claude Lévi-Strauss pode servir de ponto de partida para uma discussão sobre a dificuldade de se aceitar e conviver com as diferenças, o que revela a importância de combater o etnocentrismo e promover a aceitação da diversidade cultural.

A atitude mais antiga, e que se baseia indiscutivelmente em fundamentos psicológicos sólidos (já que tendem a reaparecer em cada um de nós quando nos situamos numa situação inesperada), consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais: morais, religiosas, sociais, estéticas, que são as mais afastadas daquelas com as quais nos identificamos. “Hábitos de selvagens”, “Na minha terra é diferente”, “não se deveria permitir isso” etc., tantas reações grosseiras que traduzem esse mesmo calafrio, essa mesma repulsa diante de maneiras de viver, crer ou pensar que nos são estranhas. Assim, a antiguidade confundia tudo que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob a mesma denominação de bárbaro; a civilização ocidental utilizou em seguida o termo selvagem com o mesmo sentido. Ora, subjacente a esses epítetos, dissimula-se um mesmo julgamento: é provável que a palavra bárbaro se refira etimologicamente à confusão e à inarticulação do canto dos pássaros, opostas ao valor significante da linguagem humana; e selvagem, que quer dizer “da selva”, evoca também um gênero de vida animal, por oposição à cultura humana. Em ambos os casos recusamos a admitir o próprio fato da diversidade cultural; preferimos lançar fora da cultura, na natureza, tudo o que não se conforma à norma sob a qual se vive.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Antropologia estrutural*. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p. 334.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). *Multiculturalismo*: diferenças culturais e práticas educativas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Capítulo 4

Socialização e controle social

1. Apresentação do capítulo

O capítulo "Socialização e controle social" busca debater os principais conceitos sociológicos sobre a vida em sociedade. Como chegamos a ser membros de uma sociedade? Como vivenciamos o pertencimento a determinado grupo? Como as ideias se generalizam e conformam o comportamento dos indivíduos? Para tanto, iniciamos o debate apresentando, no tópico "Primeiras palavras", dados sobre o aumento do número de pessoas com deficiência, lançando o olhar sobre o tema da inclusão social.

O texto também discute a relação entre as formas de socialização e de controle social e as ideologias. O tópico seguinte trabalha as noções de socialização, conceito básico da Sociologia nessa discussão.

Na sequência, são descritos conceitos como grupo social (primário e secundário), categoria social, interação social (cooperação, competição e conflito), *status* (conceito que informa como grupos e indivíduos ocupam posições associadas a diferentes graus de prestígio, poder, direitos e deveres) e papéis sociais.

Já o tópico "Controle social" trata dos mecanismos pelos quais se garante conformidade à ordem social. É mencionada a teoria de Émile Durkheim, cuja interpretação funcionalista da importância das regras e normas para a coesão social indica que esse controle deve garantir a harmonia social, constituindo-se de estruturas materiais e simbólicas que conformam os indivíduos ao sistema social e preveem punições para os casos em que isso não ocorre. Há também a abordagem proposta pela tradição sociológica encabeçada por Karl Marx e Max Weber, que parte das relações sociais e da realidade delas derivada como constituídas de contradições. Estas, em vez de gerar um todo social harmônico, levam ao conflito. Para esses autores, os mecanismos ou recursos que compõem o controle social estão relacionados à defesa dos interesses de grupos específicos que detêm o controle econômico, cultural e político, o que dá forma à realidade social como a percebemos.

Por fim, a opção do filósofo franco argelino Louis Althusser e sua divisão dos agentes de controle social em aparelhos repressivos (conjunto dos órgãos e instituições que estabelecem o controle social pela repressão ou pela possibilidade de realizá-la) e aparelhos ideológicos de Estado (instituições representadas por religiões, escola, família, sindicatos, sistemas de informação e cultura), que pensa de maneira pessimista a vida em sociedade e os aparatos que a limitam.

Na seção *Considerações sociológicas*, discute-se o papel social da escola como instituição central no processo de socialização dos indivíduos. Na sociedade contemporânea, estaria a escola contribuindo para a autonomia dos indivíduos ou atuando como controladora e reprodutora das desigualdades sociais?

As teorias de Bourdieu e Passeron e suas repercussões são discutidas e as percepções dos jovens sobre a escola são avaliadas. Afinal, diante dos desafios da vida cotidiana, quais são as efetivas contribuições da escola? Qual é o sentido de sua permanência nos dias atuais?

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Aprendizagem
- Cooperação
- Socialização primária
- Socialização secundária
- Competição
- Conflito
- Instituição social
- *Status*
- Grupo social primário
- Grupo social secundário
- Papéis sociais
- Controle social
- Interação social
- Categorias sociais

Principais autores abordados no capítulo

- Carlos Nelson Coutinho
- Louis Althusser
- Émile Durkheim
- Max Weber
- Erving Goffman
- Peter Berger
- Georg Simmel
- Philippe Ariès
- Karl Marx
- Pierre Bourdieu

Principais temas abordados no capítulo

- Compreensão de que a sociedade é uma produção humana e o ser humano é uma produção social.
- Percepção da socialização como um processo de integração dos indivíduos à sociedade e aos diferentes grupos sociais.
- Entendimento do papel das instituições sociais na socialização e no controle social.
- Reconhecimento de que o controle social é um mecanismo de exercício de poder presente em todas as sociedades.
- Compreensão da importância das interações e dos grupos sociais na construção e na desconstrução de padrões sociais.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

O capítulo visa proporcionar aos estudantes o olhar das Ciências Sociais sobre o tema da socialização e do controle social. Ao longo da leitura, os estudantes poderão deixar de ver as regras e normas sociais como algo produzido sem sua participação e perceber que a manutenção delas só é possível pela contribuição inconsciente de todos.

Para o cumprimento desse objetivo, o capítulo sugere as seguintes reflexões.

- Reconhecer a vida em sociedade como definidora do sentido da humanidade das relações sociais.

É importante discutir a existência de formas de controle que estão incorporadas aos comportamentos e demonstrar que os limites desses comportamentos podem estar inscritos nos dispositivos legais que regulam a vida em sociedade. Assim, será possível mostrar as duas faces do controle: a social e a legal. Para tanto, pode-se apresentar situações que, apesar de serem passíveis de aprovação de muitos (como o espancamento e o assassinato de um estuprador pego em flagrante), estão subordinadas a leis (que preveem prisão seguida de julgamento), visto que são consideradas criminosas, enquanto há outras que a legislação não regula, mas que são consideradas impróprias para a vida em sociedade, como ir se banhar na praia de terno.

- Compreender que as formas primária e secundária de socialização propostas pelo sociólogo Peter Berger nos acompanham durante toda a nossa existência, mas têm, entretanto, pesos e intensidades diferenciadas nos estágios que as compõem.

Deve-se fomentar um debate para instigar os alunos a perceberem as formas de comportamento social em espaços diferenciados. Utilizar os extremos: templo religioso e estádio de futebol, solicitando aos alunos que descrevam quais são os comportamentos comuns em cada espaço.

- Perceber as formas de controle social como um exercício de poder de um segmento sobre outro. Contudo, esse poder não é imposto bruscamente e pode se basear em maneiras negociadas de aplicação.

É importante levar os estudantes a perceber a produção de leis como resultado da negociação entre segmentos com interesses diferenciados. Para tanto, com base em jornais e revistas, deve-se debater a forma pela qual se organizam as instâncias do legislativo brasileiro (municipal, estadual e federal) e montar uma atividade em que dois grupos discutem determinada lei, representando setores diferentes da sociedade. Essa lei, que pode ser interessante para uns, mas prejudicial para outros, será formatada com base no debate travado entre os grupos, e determinará, ao final, a adoção de um certo comportamento social.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 104

A proposta é pensar com os estudantes o real sentido de estar na escola, analisar as mensagens que as normas e a disciplina estabelecidas na instituição escolar definem e o quanto elas interferem nas escolhas de cada indivíduo ou grupo participante. Nesse sentido, a escola deve ser explorada como um espaço onde se pode encontrar a possibilidade de estranhamento e desnaturalização da realidade. O título do texto da seção – "Escola: um lugar de controle ou de aquisição de conhecimento?" – pode ser uma questão motivadora para ser respondida e debatida em grupo.

Ao responderem à pergunta, os estudantes devem fazer uma reflexão sobre sua presença na escola. O que aprendem? Como aprendem? Quais são as modificações verificadas no comportamento deles? Dessa forma, os alunos poderão constatar que, além da sistematização do conhecimento, a escola proporciona um território de intensas trocas simbólicas entre pares.

Direito e sociedade 105

A seção *Direito e sociedade* permite, de um lado, pela análise do texto constitucional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o entendimento da importância dos direitos sociais, como a educação e a saúde. Por outro, favorece a reflexão sobre os impactos de uma educação pública gratuita e de qualidade nos rumos da sociedade em geral e, em particular, da juventude.

É necessário direcionar a discussão para a necessidade de alocação de recursos na educação em volume proporcional ao empreendimento político. Na atividade coletiva, pode-se aproveitar o debate para discutir qual é o papel que o Estado e a sociedade dão ao processo de socialização. De que maneira e em que quantidade os recursos são destinados para essas áreas? O docente deve incentivar os estudantes a discutir o impacto de maiores ou menores recursos aplicados nessas áreas para a socialização dos indivíduos.

Indicações

Livros 94, 98

- *Capitães de areia*. Jorge Amado.

O romance, publicado em 1937, descreve a vida de um grupo de meninos moradores de rua na cidade de Salvador. A história de vida desses meninos, que aterrorizavam a cidade, é ressaltada pelo narrador, desvelando a dimensão humana do grupo submetido ao abandono. O livro é adequado para tratar da naturalização de problemas sociais na sociedade brasileira, fundamentada em relações de poder que expressam uma cultura pautada nas distâncias sociais.

- *1984*. George Orwell.

Publicado em 1949, o livro descreve uma sociedade estratificada e sem mobilidade social. São três estamentos: o núcleo do Partido Interno (controlador), o Partido Externo e os Proletários (marginalizados). O partido que domina a sociedade mantém um controle absoluto sobre todas as pessoas. O monitoramento da população é feito por teletelas espalhadas por todos os lugares. A narrativa é feita pelo olhar de um membro do Partido Externo, confrontado por essa realidade asfixiante. A obra possibilita o tratamento de conceitos como sociedade de controle e de ideias relacionadas à democracia, como o direito de desenvolver a própria identidade.

- *O processo*. Franz Kafka.

O livro narra a história de Josef K., detido por um crime que não se sabe qual foi. Tendo sido sempre um funcionário exemplar, o personagem não consegue compreender o motivo da prisão. No entanto, K. permanece preso, o que torna a situação absurda e surreal. A crítica central do livro se dirige à burocracia e ao sistema judiciário, formas disciplinares de controle das sociedades modernas.

Sites 97, 103

- *<www.cafecomsociologia.com>*

Com o objetivo de divulgar uma pluralidade de informações relevantes ao professor de Sociologia, o *blog* tem dicas pedagógicas e didáticas de grande interesse, especialmente sobre o tema socialização. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.donosdamidia.com.br>*

Esse *site* acompanha e fiscaliza a grande mídia no Brasil. O docente pode utilizá-lo para discutir de que forma a mídia influencia a opinião pública e as escolhas políticas dos cidadãos. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 93, 95, 96

- *Bicho de sete cabeças*

Pode servir de base para discutir os mecanismos de repressão da sociedade brasileira e problematizar a instituição familiar na formação dos indivíduos.

- *Divergente*

O filme apresenta um modelo particular de socialização e organização social baseado em facções. O chamado "sistema de facções" divide os grupos de pessoas. O conflito acontece quando os chamados "divergentes" não conseguem se encaixar no sistema de facções. Pode-se propor um debate fazendo uma analogia com o processo de normatização e controle na sociedade atual.

- *Jogos Vorazes*

Os processos de controle social, manipulação e vigilância podem ser observados nesse filme de ficção que projeta um futuro pessimista para o mundo, representado por um país dividido em 12 distritos. A obra possibilita que os alunos compreendam de que forma o poder pode ser estabelecido em diferentes sociedades, tanto pela força quanto por mecanismos repressivos.

Jogo

- *Aritana e a pena da harpia* **92**

Trata-se de um jogo ambientado no meio indígena brasileiro e conta a saga do jovem Aritana para pegar uma pena da harpia conhecida como Uiruuetê. A crença nos poderes mágico-curativos da pena da harpia é típica de várias culturas ameríndias e diz respeito a processos de socialização.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão **106**

Questão 1

1. É o processo por meio do qual os indivíduos internalizam as regras e normas da sociedade em que vivem, integrando-se de forma apropriada aos padrões vigentes. Existem dois tipos básicos de socialização: a primária (aquela em que os contatos caracterizam-se por um alto grau de afetividade, em relações diretas e de forte proximidade) e a secundária (aquela que ocorre a partir do final da infância e continua pelo restante da vida em espaços distintos do doméstico).

2. Grupos sociais são os agrupamentos que se estabelecem por interesses, práticas e valores compartilhados pelos indivíduos que os compõem; já as instituições sociais se referem a padrões e normas que se aplicam aos diferentes grupos existentes em uma sociedade e têm, portanto, um caráter abstrato, como a moral, a fé etc.

3. A previsibilidade dos comportamentos, garantida pelo controle social, acontece pela interiorização das normas e regras sociais com base em dois mecanismos: os formais, como as leis, e os informais, como as regras de conduta não regulamentadas, mas amplamente aceitas. Tais normas e regras sociais instalam um padrão determinado de possibilidades reconhecidas, que dá coerência a comportamentos, relacionamentos e costumes.

4. Essas tecnologias vêm alterando os relacionamentos pessoais de forma inusitada, pois permitem que o contato entre seus usuários não seja mais face a face. O caráter remoto desses contatos amplia as possibilidades de estabelecimento de "amizades" (via redes sociais, por exemplo), porém retira o aspecto humano da interação social. Além disso, as tecnologias inseridas no mundo do trabalho podem impactar fortemente as solidariedades profissionais, uma vez que as máquinas e mecanismos eletrônicos substituem progressivamente os indivíduos como força de trabalho.

Questão 2

A questão pode ser trabalhada por meio da discussão sobre a necessidade de desnaturalizar determinadas visões consolidadas socialmente. O item **a)**, por exemplo, naturaliza a ideia de que o comportamento violento está relacionado ao ambiente violento, o que estigmatiza os jovens das periferias como potenciais agentes contrários à socialização, e os jovens pobres como classe violenta. O item **c)** faz o mesmo ao evocar a ideia de que a prisão e o controle social são ações do Estado que protegem a população dos inadequados. O item **d)** não leva em conta a realidade social efetiva ao considerar que a prisão pode substituir a escola e a sociedade como espaço de socialização. O item **b)** é o único em que os elementos discutidos ao longo do capítulo são expostos adequadamente.

Questões para debate **106**

Questão 1

O processo de socialização ocorre pela internalização, por parte dos indivíduos, dos códigos e normas de sua sociedade. Pode-se dizer que a socialização acontece por meio da aprendizagem de papéis sociais. Na infância, portanto, na socialização primária, brincar significa interiorizar a forma como os outros vivem e se relacionam entre si. Por meio das atividades lúdicas, as crianças apreendem e experimentam a realidade vivenciando seus sentidos.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Elaborar instrumentos conceituais e interpretativos para uma melhor compreensão das relações entre os sujeitos.
Domínio cognitivo	Conhecimento, compreensão e análise.

Questão 2

É possível identificar o "ficar" como instituição social, considerando que adolescentes podem ser cobrados e criticados por não terem ainda "ficado" com alguém. O "ficar", um comportamento que tem se generalizado entre os jovens, pode ser responsável, em algumas camadas sociais urbanas, pelo adiamento das relações mais íntimas, pela seleção de futuros parceiros sexuais ou namorados, que possa indicar uma relação mais duradoura ou mesmo preparatória para o casamento e a formação familiar. A constituição da família é historicamente mediada por regras ritualizadas que são determinadas

e aprovadas por cada cultura. Cada organização social define regras e normas para o casamento ou a escolha de parceiros sexuais.

O conceito sociológico de instituição social não se confunde com um prédio, estrutura material ou organização formal. No sentido sociológico, instituição é um padrão amplamente aceito de ação, que tenta atender às necessidades criadas pelos seres humanos ao longo do tempo. O casamento heterossexual pode ser considerado exemplo de uma instituição plenamente legitimada. Mas o que dizer do casamento entre homossexuais? Quanto a este, poderíamos afirmar que parece tender a institucionalizar-se graças à manifestação dos movimentos sociais e da afirmação da homossexualidade como padrão alternativo de comportamento. No entanto, na perspectiva das instituições dominantes, pode representar uma ameaça aos padrões morais estruturantes da sociedade brasileira.

Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Elaborar instrumentos conceituais e interpretativos para compreender as relações sociais.
Domínio cognitivo	Avaliação, compreensão e análise.

Exames de seleção 107

Questão 1

A questão aborda a abolição da escravidão no Brasil, do ponto de vista do político abolicionista Joaquim Nabuco. Entendendo a escravidão como instituição social, a questão pode ser interpretada à luz do texto de Nabuco, em que ele apresenta argumentação favorável ao processo pacífico e, portanto, legalista para o fim da escravidão.

Gabarito	C.
Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade.
Domínio cognitivo	Análise.

Questão 2

Ao abordar a atualidade dos relacionamentos nas redes sociais *on-line*, a questão confronta o real e o virtual, valorizando a interação face a face e criticando a sociabilidade contemporânea.

Gabarito	A.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, avaliar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade.
Domínio cognitivo	Crítica.

Questão para pesquisa 107

Orientação para condução da atividade

Aproveitando essa atividade como encerramento da discussão do capítulo, pode-se fomentar a reflexão dos estudantes sobre essas formas de agregação e promover um debate sobre o que são, na prática, os modos de socialização de um dado segmento, o juvenil. Assim, pode-se mostrar de forma prazerosa e envolvente, e pelo seu próprio fazer, as teorias discutidas no livro didático. A pesquisa proporciona a verificação da sociedade em perspectiva histórica e, portanto, no seu caráter processual, ao comparar os gostos e as formas de fruição de outras gerações, já que apresenta as mudanças e permanências de uma prática social semelhante.

5. Atividades complementares

Aprofundamento e aplicação

Sugestão de pesquisa empírica

Por meio da formulação de um questionário e da realização de entrevistas com os pais dos estudantes, pode-se produzir um trabalho comparando as características do processo de socialização no mundo contemporâneo e no passado recente. Além disso, é possível discutir as formas de interação social desenvolvidas pelas duas gerações.

Sugestão de atividade

Após a leitura de uma hipotética entrevista de emprego, descrita a seguir, poderá ser feito um questionamento aos alunos.

Mariana Passos, brasileira, solteira, 23 anos, participou de um processo seletivo para o cargo de recepcionista numa empresa de Assistência Médica e Odontológica de porte médio, no Rio de Janeiro. Durante a dinâmica de grupo, foi pedido a cada um dos participantes que, num exercício de autoanálise, descrevesse suas principais qualidades e defeitos. Mariana esforçou-se para realizar a tarefa diante dos outros 11 candidatos. Em um minuto, ficou a pensar em suas atitudes, habilidades e também em

seus pontos fracos. Tratava-se de examinar suas relações com os outros. De fato, era impossível se descrever sem recriar seus relacionamentos e considerar sucessos e insucessos interpessoais. Pensou na infância, na família reunida, na galera da escola de Ensino Médio, onde fizera grandes amizades, que se mantinham até o presente, em seu primeiro emprego de recepcionista no salão de beleza de onde fora demitida, injustamente, após um desentendimento com uma das manicures. Selecionou, então, um pequeno conjunto de qualidades e defeitos, imaginando quais seriam os mais aceitáveis para aquela situação na visão do avaliador.

O professor pode perguntar aos alunos de que forma os acontecimentos e conhecimentos produzidos no passado interferem em decisões presentes e se é possível relacionar nosso processo de socialização com nossas escolhas.

Orientações ao professor: de acordo com a perspectiva sociológica, desde que nascemos somos afetados pelo meio exterior. Sensações de medo, conforto, alegria e espanto provocadas por adultos e pelas condições do ambiente formam o universo em que o bebê, totalmente dependente da relação com a mãe, crescerá e passará a conviver com os que o cercam. Peter e Brigitte Berger afirmaram que “a biografia do indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com outras pessoas”. É na interação com os outros que os indivíduos aprendem a viver e conviver em sociedade, assimilando os padrões culturais de seu grupo ou absorvendo-os como referências para novas definições de comportamento. Pode-se, portanto, afirmar que interação social é a ação recíproca de ideias, atos ou sentimentos entre indivíduos, entre grupos ou ainda entre indivíduos e grupos. Dessa forma, a interação social forma a base de toda vida em sociedade.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

Os trechos a seguir ressaltam questões importantes levantadas em relação aos processos de socialização e controle social apresentados no capítulo. No primeiro, o historiador francês Philippe Ariès revela a indiferença da noção de idade e de criança na escola medieval. No segundo, o pensador francês Louis Althusser ressalta a função da escola como aparelho ideológico de Estado na sociedade capitalista.

Descrevendo o ambiente escolar do século XV, o historiador francês Philippe Ariès afirma:

E essa escola, com uma grande multidão de alunos, jovens e velhos, estava lendo o capítulo sobre as construções (do Doctrinal de Alexandre la Villedieu, sucessor de Priscien e predecessor de Despeuteres). Como poderia ser de outra forma, se não havia gradação nos currículos, e os alunos mais velhos simplesmente haviam repetido mais vezes o que os jovens haviam escutado apenas uma vez, sem que houvesse outras diferenças entre eles? E essa mistura de idades continuava fora da escola. A escola não cerceava o aluno. O mestre único, às vezes assistido por um auxiliar, e com uma única sala à sua disposição, não estava organizado para controlar a vida cotidiana de seus alunos. Estes, terminada a lição, escapavam à sua autoridade. Ora, originariamente, essa autoridade era a única que eles reconheciam. “Velhos ou jovens”, os alunos eram abandonados a si mesmos.

Alguns, muito raros, viviam com os pais. Outros viviam em regime de pensão, quer na casa do próprio mestre quer na de um padre ou cônego, segundo as condições fixadas por um contrato semelhante ao contrato de aprendizagem. Estes últimos eram os mais vigiados ou ao menos os mais seguidos. Pertenciam a uma casa, à família do clérigo ao qual haviam sido confiados, e nesse caso havia uma espécie de compromisso entre a educação pela aprendizagem e a educação escolar de tipo moderno. Essa era a única forma de internato conhecida. Mas a maior parte dos alunos morava onde podia, com o habitante local, vários em cada quarto. E é preciso admitir que aí também os velhos se misturavam com os jovens. Longe de serem separados pela idade, suas relações deviam ser reguladas por tradições de iniciação que uniam com laços estreitos os alunos pequenos aos maiores.

Essa promiscuidade das idades hoje nos surpreende, quando não nos escandaliza. No entanto, os medievais eram tão pouco sensíveis a ela que nem a notavam, como acontece com as coisas muito familiares. Mas como poderia alguém sentir a mistura das idades quando se era tão indiferente à própria ideia de idade? Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos.

Essa confusão era tão inocente que passava despercebida. Era um dos traços mais característicos da antiga sociedade e também um de seus traços mais persistentes, na medida em que correspondia a algo enraizado na vida. Ela sobreviveria a várias mudanças de estrutura. A partir do fim da Idade Média, percebem-se os germes de uma evolução inversa que resultaria em nosso sentimento atual das diferenças de idade. Mas ao menos até o fim

do *Ancien Régime* restaria algo desse estado de espírito medieval. Sua resistência aos outros fatores de transformação mental mostra-nos bem que estamos na presença de uma atitude fundamental diante da vida, familiar a uma longa sucessão de gerações.

Disponível em: <https://edufisescolar.files.wordpress.com/2011/03/histc3b3ria-social-da-crianc3a7a-e-da-famc3adlia.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

O trecho acima é instigante para iniciar uma conversa sobre a evolução social da escola como ambiente formal de ensino e sobre a forma como se pensava a socialização dos estudantes. A indiferenciação de faixas etárias e mesmo a inexistência da noção de criança são interessantes para mostrar aos alunos o progresso social dos conceitos e a produção de realidades sociais.

Os aparelhos ideológicos de Estado

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. O AIE dominante é a escola, que se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, lhes inculcando, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais "vulnerável", espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (a língua mãe, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura) ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia). Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra na "produção", são operários ou pequenos camponeses.

Outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários pequenos e médios, pequenos burgueses de todo o tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair num semidesemprego intelectual, seja para fornecer além dos "intelectuais do trabalhador coletivo", os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes de repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, que em sua maioria são "leigos" convictos).

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

O trecho citado expõe uma visão pessimista da educação, que seria um mecanismo de reprodução, e não de emancipação. O docente deve informar aos estudantes que apesar de esta visão ter sido (e ainda ser) amplamente aceita na academia pelos interessados no pensamento pedagógico, ela é vinculada a uma percepção das instituições sociais que declara guerra ao cenário capitalista de ensino e aprendizagem e que, portanto, parte de recorte interessado e ideológico da realidade social.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação*: diversidade, descolonização e redes. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Capítulo 5

Raça, etnia e multiculturalismo

1. Apresentação do capítulo

O capítulo mostra o olhar das Ciências Sociais sobre a temática das relações culturais e das desigualdades sociais, com foco na discussão do racismo e suas implicações na formação das sociedades capitalistas contemporâneas, em particular da sociedade brasileira. Didaticamente, pode ser dividido em três blocos inter-relacionados e complementares. Em um primeiro momento, aborda os temas preconceito, discriminação e segregação como práticas sociais que expressam estruturas hierárquicas socialmente construídas, que valorizam certos grupos sociais em detrimento de outros.

Em um segundo momento, apresenta a discussão sobre raça, racismo e etnia, mostrando que nos estudos

sobre os comportamentos humanos e a dinâmica da interação entre os diferentes povos e grupos sociais, o uso do termo etnia para explicar as diferenças é mais adequado. O conceito de raça e a ideia equivocada de que a humanidade era dividida em raças "superiores" e "inferiores", difundidos por teorias racistas a partir do século XIX, deram suporte à difusão de argumentos pretensamente científicos que justificaram ações políticas de controle social exercidas pelos povos colonizadores europeus sobre os povos colonizados não europeus e pelas elites dominantes destes últimos sobre as populações dominadas, negras e indígenas.

Contemporaneamente, do ponto de vista teórico, o conceito de etnia com ênfase na cultura passa a ser associado à diversidade cultural, e tem como referente principal os processos históricos e culturais construídos pela interação social, uma vez que as características biologicamente herdadas se mostram pouco significativas para categorizar os grupos sociais humanos. Dessa maneira, estudos sobre a desigualdade social brasileira passaram a indicar como as relações sociais historicamente construídas no Brasil foram marcadas pelas injustiças sofridas pelas vítimas do racismo, do preconceito e da discriminação.

Em um terceiro momento, o capítulo aborda as temáticas do multiculturalismo e da ação afirmativa, conceitos que surgem nas sociedades capitalistas contemporâneas e visam combater as desigualdades sociais e as várias formas de racismo, preconceitos e discriminações que caracterizam essas sociedades (marcadas pelo monoculturalismo e pela homogeneidade cultural decorrente do eurocentrismo), afetadas hoje em dia pelo fenômeno da xenofobia, sobretudo nas sociedades europeias. O multiculturalismo varia conforme o contexto sócio-histórico em que ocorre seu surgimento e apresenta diferentes definições e pontos de vista, mas antropologicamente é uma ideia que combate o monoculturalismo por considerar a sociedade uma convergência de diferentes culturas que se misturam e formam diversos mosaicos culturais, pois não se pode falar na existência de um padrão único e universalmente válido de cultura.

No rastro da valorização da diferença e da resistência ao colonialismo cultural, uma nova maneira de ver o mundo denominada interculturalidade surge como movimento e projeto político transformador, que luta pela superação da discriminação de culturas minoritárias e pelo reconhecimento público dos valores dessas culturas, apontando a importância da comunicação e da interação entre as culturas como meio de produzir novos conhecimentos e outras interpretações simbólicas do mundo. Tendo em mente esse objetivo, o amparo e a proteção dessas culturas, pela lei, tornam-se fundamentais para a consolidação de suas singularidades e para o reconhecimento de sua capacidade de produzir conhecimento.

Em suma, no campo das Ciências Sociais, o capítulo aponta para a importância de compreender a questão racial como um campo teórico e prático (referente à construção social, histórica, econômica, política e cultural das diferenças em nossa sociedade) que se fundamenta no respeito às diferenças e aos direitos humanos.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Preconceito
- Xenofobia
- Discriminação
- Eugenia
- Segregação
- Democracia racial
- Raça
- Multiculturalismo
- Racismo
- Interculturalidade
- Etnia
- Ação afirmativa

Principais autores abordados no capítulo

- Kabengele Munanga
- Vera Maria Candau
- Gilberto Freyre
- Florestan Fernandes
- Ahyas Siss

Principais temas abordados no capítulo

- Preconceito, discriminação e segregação como base para a manutenção das desigualdades sociais.
- Raça, racismo e etnia: aspectos históricos, políticos e socioantropológicos.
- Teorias raciais e racismo.
- O mito da democracia no Brasil.
- As cores da desigualdade social no Brasil.
- Multiculturalismo e reconhecimento da pluralidade cultural.
- Interculturalidade e crítica ao colonialismo cultural.
- Ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

- Apresentação dos termos preconceito, discriminação e segregação como base para o estabelecimento das desigualdades sociais.

O docente pode começar a aula explicando os conceitos separadamente, para mostrar que a análise sociológica desses fenômenos requer um questionamento de seus usos e significados em determinado contexto social. Em seguida, pode perguntar se alguém conhece ou presenciou algum caso de preconceito, discriminação ou segregação, e separar os casos

conforme os conceitos apresentados no capítulo. A ideia é explorar em cada situação o problema da naturalização do preconceito e a sua imperceptibilidade, principalmente pela vítima, e também o exemplo do futebol citado no capítulo. Depois, é possível estudar os gráficos da página 114, que mostram as desigualdades entre negros e brancos com base em diferentes critérios, como o econômico, a educação, o homicídio, dentre outros mostrados nos quadros “O Brasil em preto e branco”, “Rendimento médio real habitual por cor ou raça” e “Sinais de preconceito”. Nesse momento, é adequado discutir como a discriminação se efetiva no cotidiano das pessoas, em especial no mercado de trabalho e nas profissões, resultando em rendimento inferior dos negros em relação aos brancos e das mulheres em relação aos homens. Para isso, pode-se explorar o resultado da pesquisa do IBGE que mostra a opinião dos entrevistados sobre a influência do quesito “raça” ou “cor” no trabalho (“Sinais de preconceito”, na página 114) e a tabela da página 115 sobre a diferença de rendimentos entre mulheres e homens no Brasil. Artigos de jornais ou dados de pesquisas oficiais, como as do IBGE (rendimento, ocupação por sexo), servirão para demonstrar que as profissões e os cargos com maior remuneração e prestígio profissional são ocupados majoritariamente por homens brancos.

Quanto à questão da segregação, a melhor forma de discuti-la é com a apresentação de um filme que mostre o sistema de *apartheid* que existiu na África do Sul. (Um filme adequado com esse tema é *Um grito de liberdade*, de 1987, dirigido por Richard Attenborough.) Aqui pode haver interlocução com as disciplinas de História e de Geografia, seguida de um debate, a ser aprofundado no capítulo 13, abrangendo os aspectos sócio-histórico da discriminação e o fenômeno da segregação socioespacial nas sociedades capitalistas.

- Discussão sobre raça, racismo e etnia.

Em um primeiro momento, pode-se relacionar o racismo com o conceito de etnocentrismo discutido no capítulo 3. Para reafirmar essa relação, deve-se lembrar que o comportamento etnocêntrico é a raiz do preconceito e da discriminação. Nesse ponto, é possível estabelecer uma relação com as disciplinas de História e de Geografia para demonstrar como o processo de colonização foi marcado por uma visão etnocêntrica dos europeus em relação aos povos colonizados.

Em um segundo momento, é possível discutir o racismo como ideologia, recuperando os diferentes usos do termo nas Ciências Sociais, como ciência das ideias, como falsa consciência e como visão de mundo, do modo como foi apresentado no capítulo 3, para discutir as relações entre as teorias eugênicas e a teoria da democracia racial, bem como a função dessas teorias no enraizamento ou naturalização do preconceito racial entre nós, na aceitação da discriminação racial e no estabelecimento de um racismo à brasileira. Com esse foco, é importante ressaltar que, na qualidade de ideologia dominante, o racismo encontra-se difundido por toda a sociedade como sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra um sistema social. Portanto, possui características gerais e devem-se considerar as formas como essas características são modificadas e transformadas pela especificidade histórica dos contextos e ambientes nos quais se tornam ativas, como o contexto brasileiro.

Em um terceiro momento, é possível discutir a questão das desigualdades raciais entre negros e brancos no Brasil e aproveitar para levantar outros dados quantitativos da vida social, como acesso às oportunidades culturais, educacionais e de decisão política.

- Discussão sobre multiculturalismo e políticas de ações afirmativas.

Pode-se chamar a atenção para o problema da formação das identidades e das diferenças culturais como uma questão de fundo na discussão da problemática racial nas Ciências Sociais. O filme *1492: a conquista do paraíso* (1992) poderá ser exibido para propor uma discussão sobre o contato e a relação entre culturas, dialogando com os conceitos do capítulo 3. Depois, pode-se discutir a importância do reconhecimento e da valorização das culturas dominadas pelos colonizadores, chamando a atenção para a formação social brasileira e mostrando como existe uma hierarquização institucional entre as culturas que formam o povo brasileiro (com um levantamento sobre as condições sociais dos representantes dessas culturas, considerando as condições de vida dessas pessoas). Em seguida, é aconselhável discutir o que é valorizado ou não entre as culturas que formam o povo brasileiro, tendo como parâmetro as expressões artísticas, musicais e literárias dos negros e indígenas e a maneira como são vistas em nosso imaginário social. Essa discussão pode ser aproveitada para introduzir o debate sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil e levar para a sala de aula as propostas governamentais, entre elas a de democratização de acesso ao Ensino Superior e ao Ensino Tecnológico, a começar pela Lei Federal nº 12.711/2012, que estabelece cotas para negros (pretos e pardos) e indígenas nas Instituições Federais de Ensino (Ifes).

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 129

A política de cotas ou reserva de vagas para grupos que foram historicamente marginalizados e excluídos é uma das modalidades mais polêmicas das chamadas políticas de ação afirmativa. Pode-se estimular o debate entre os alunos com foco na política de reservas de vagas no atual cenário de democratização e acesso ao Ensino Superior brasileiro, sem deixar de levar em conta as diferentes posições sobre as relações étnicas no Brasil. Deve-se reforçar a necessidade de que as posições assumidas sejam corroboradas por dados, e não apenas por opiniões. Essa é uma oportunidade de incentivar os estudantes a desenvolver a habilidade de compreender os diferentes discursos científicos e sua relação com as posições políticas e culturais de indivíduos e grupos.

Orientação para condução da atividade

- Solicitar aos estudantes que levantem dados e selecionem os argumentos favoráveis e contrários às cotas raciais em *sites* de órgãos públicos e instituições acadêmicas, como o da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – <www.seppir.gov.br> (acesso em: abr. 2016). Os estudantes podem também buscar informações nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e grupos correlatos que existem nas universidades e escolas de Ensino Médio por todo o país.
- Solicitar aos estudantes que visitem instituições, órgãos ou entidades públicas ou privadas (universidades, escolas, partidos, empresas, outras) que implementaram algum tipo de reserva de vagas, para identificar:
  - o tipo, o percentual e o público beneficiado pela reserva de vaga;
  - os critérios utilizados na seleção;
  - a justificativa.
- Promover um seminário para a apresentação dos resultados desses levantamentos em um debate.
- Solicitar um trabalho por escrito (dissertativo) sobre o assunto.

Direito e sociedade 130

As leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, ao atualizarem a LDBN/96, materializam o princípio constitucional, no âmbito da Educação Básica nacional (pública e privada), que garante o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, a valorização e a difusão das manifestações culturais, bem como o ensino das histórias e das culturas que formam o povo brasileiro, notadamente a africana e a indígena (artigos 215 e 242 da CF/88). São complementadas por outros instrumentos normativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP01/2004) e o Plano Nacional para a sua implementação (Parecer do CNE/CP03/2004). Tais instrumentos, em conjunto, dão base para uma política de ação afirmativa no contexto educacional brasileiro, direcionada especificamente para a valorização das histórias e culturas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas num cenário de uma educação das relações étnico-raciais positivas no país. Resultam de uma luta histórica do movimento negro nacional para combater o racismo, as desigualdades sociais e as diversas formas de preconceito e discriminação, em prol do respeito às diferenças, ao reconhecimento e à valorização das muitas culturas que formam o povo brasileiro.

Somam-se nesse processo de luta as leis federais 7.716/1989 e 12.711/2012. A primeira define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. A segunda instituiu no país a reserva de 50% das vagas nas instituições federais de Ensino Superior e de Ensino Médio técnico para estudantes que cursaram integralmente escolas públicas e que ao serem preenchidas devem considerar os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação (UF) onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Esses instrumentos representam conquistas jurídicas e políticas que visam não apenas criar mecanismos para coibir a prática do racismo, mas sobretudo promover políticas públicas para efetivar o direito à diferença e à diversidade cultural com base em ações do próprio Estado no âmbito da democracia brasileira.

Pode-se realizar a atividade em forma de uma pesquisa em grupo, com base em um roteiro de entrevista elaborado coletivamente. Cada grupo deverá ficar responsável por fazer uma entrevista com o profissional de uma escola de sua escolha. Nesta, os grupos poderão levantar o perfil do profissional e da escola, identificar a percepção desse profissional em relação à temática sobre o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira e indígena, e também verificar que ações a escola desenvolve visando cumprir o determinado pela lei, isto é, o artigo 26A da LDB, e, também, as orientações das suas Diretrizes Curriculares Nacionais. Antes, porém, recomenda-se que o professor apresente e discuta essas orientações com os alunos para elaborar o roteiro

das entrevistas. Depois, os grupos devem compor um trabalho analisando-as, o qual pode ser apresentado em forma de painel em sala de aula para a discussão.

Na atividade, é preciso incentivar ainda a busca pelas diferentes posições e argumentos contra e a favor da inclusão do ensino de cultura e história da África no currículo.

Interfaces 131

A atividade propõe um debate sobre senso comum e ciência, ao mesmo tempo que busca um diálogo entre Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Essa é uma oportunidade de o professor articular um diálogo com seus colegas de trabalho de áreas como Biologia, Física e Educação Física. Juntos e de forma complementar, eles poderão analisar os argumentos colocados pelo senso comum sobre a questão e a perspectiva científica de cada área, a relação e as contradições entre esses argumentos, o que eles têm a ver com a questão étnico-racial e se fazem ou não sentido. Trata-se de uma discussão que remonta ao contexto histórico do surgimento das Ciências Sociais e à influência do biologismo na explicação dos fenômenos culturais e comportamentais. Vimos no capítulo que a ideologia do racismo baseou-se em estudos do comportamento humano que buscaram explicar as diferenças sociais e culturais apoiando-se em afirmações das Ciências Naturais para dar origem a teorias raciais e ao conceito de eugenia, que justificaram a ideia de povos "inferiores" e "superiores". Portanto, essa é uma discussão que deverá ser conduzida com certo cuidado.

Indicações

Livros 114, 116, 120, 126

- *Cotas raciais*: por que sim? Ibase.

Essa publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é resultante dos primeiros debates ocorridos nas escolas públicas, particulares e nos cursos pré-vestibulares comunitários na cidade do Rio de Janeiro. Permite a discussão sobre aspectos relativos às ações afirmativas, especialmente cotas raciais, tendo por base argumentos favoráveis à sua adoção como política pública de inclusão social e racial.

- *Cabeça de porco*. Celso Athayde, MV Bill e Luiz Eduardo Soares.

Além de permitir a utilização dos episódios narrados como motivador de debates sobre racismo e segregação, o livro evidencia a possibilidade da interpretação sociológica para a compreensão de fenômenos sociais que envolvem forte caráter afetivo individual ao trazer para a discussão sentimentos como ódio, ressentimento, humilhação e impotência. Estabelecer a relação entre problemas individuais e questões sociais tendo como referência exemplos apresentados em textos curtos favorece as atividades individuais e coletivas em sala de aula. Pela seleção dos episódios, é possível trabalhar questões de interpretação, aplicação do conhecimento em situações exemplares, construção de soluções possíveis para problemas sociais e debates para o julgamento fundamentado de questões polêmicas.

- *O racismo explicado aos meus filhos*. Nei Lopes.

Com o livro, é possível organizar debates sobre a diferença entre a discriminação racial no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul. As experiências e explicações de Paulão e Lia para seus filhos podem estabelecer posições sobre as quais a turma será convidada a opinar. Os temas relativos às políticas de redução das desigualdades, como cotas raciais, podem ser contrapostos aos exemplos históricos apresentados, a fim de que o julgamento sobre relevância e eficácia seja feito diante dos posicionamentos existentes.

- *A ilha sob o mar*. Isabel Allende.

O enredo do romance permite discutir os estereótipos de passividade dos escravos negros na América Latina, muito comuns em alguns materiais didáticos. Além disso, apresenta nuances que sugerem outros debates sociológicos, como a dominação nas relações de gênero (a relação entre a escrava Zarité e o fazendeiro para quem foi vendida ainda criança), ao mesmo tempo que possibilita a desmistificação de certos discursos que tendem a romantizar os vínculos entre senhores e escravos em algumas colônias da América do Sul.

Sites 121, 123

- *<www.seppir.gov.br>*

O *site* contém informações atualizadas das políticas públicas e das legislações destinadas a etnias e grupos minoritários. É uma forma de levar para a sala de aula os elementos institucionais e mostrar de que forma o governo pode atuar e contribuir para estabelecer condições mais igualitárias entre todos. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.palmares.gov.br>*

Trata-se do *site* da Fundação Cultural Palmares – a primeira instituição pública voltada especialmente para a promoção inclusiva de atividades culturais em associação com o Ministério de Educação e Cultura (MEC). A Fundação também dá acesso aos programas sociais do governo e promove o reconhecimento de atividades quilombolas. Apresentar um pouco da Fundação permite que os alunos tenham contato com os processos de reivindicação por direitos sociais promovidos pelos movimentos negros. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 120, 124, 128

- *12 anos de escravidão*

O filme permite fazer uma analogia sobre a história da escravidão (ou escravatura) nos Estados Unidos duas décadas antes de seu término (1863). Especificamente, possibilita uma discussão sobre a situação de negros que tinham nascido livres nos estados do Norte e, sob o pretexto de serem contratados para trabalhar, eram sequestrados e vendidos como escravos aos estados do Sul. O filme é uma adaptação da autobiografia de Solomon Northup, um violonista negro nascido livre no estado de Nova York, onde vivia com a família (esposa e dois filhos), que em 1841 foi sequestrado e vendido como escravo para o estado de Luisiana, onde trabalhou em plantações e lutou por sua libertação durante 12 anos. Tendo como fio condutor a narrativa do próprio Northup, o filme mostra as atrocidades sofridas pelos negros no sistema escravista americano, em particular nos estados do Sul, semelhante aos demais sistemas de escravidão de outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Pode-se explorar a imagem da página 118, de um negro escravizado açoitado no estado da Luisiana em 1863 e debater de que forma o filme mostra a situação de negros submetidos ao regime de escravidão.

- *Histórias cruzadas*

Ao mostrar a situação das trabalhadoras domésticas negras em uma cidade do Mississípi, no sul dos Estados Unidos, na década de 1960, o filme evidencia como as mulheres negras são vítimas do preconceito, permitindo discutir a condição social delas numa sociedade extremamente racista. Pode-se fazer uma analogia com a condição das mulheres negras brasileiras nos dias atuais.

- *Um conto chinês*

O longa-metragem mostra o contato e a relação entre culturas diferentes (ocidental e oriental), representadas pelos dois personagens principais. Trata-se de uma comédia dramática que se desenrola quando o chinês Jun, depois de perder a noiva em um acidente para lá de absurdo com uma vaca, cai de paraquedas na vida do argentino Roberto, comerciante que lutou na Guerra das Malvinas em 1980, travada entre a Inglaterra e a Argentina. Sem conseguir se comunicar na mesma língua, os dois travam diálogos estabelecidos no silêncio, nos gestos e na empatia, criando uma relação de solidariedade travestida de estranhamento e antipatia. Pode-se explorar a questão de como lidar com as diferenças culturais, raciais, de gênero, entre outras, que formam o pano de fundo dos preconceitos, discriminações e racismo, articulando com as novas abordagens da diferença entre grupos humanos, como o multiculturalismo e a interculturalidade.

Aplicativo 127

- *Alerta contra o racismo*

O aplicativo é um canal de comunicação e de denúncia sobre discriminação étnico-racial criado na plataforma do Ministério da Cultura do Peru, no qual o cidadão relata casos de discriminação étnica e racial ocorridos naquele país.

Pode-se explorar com os alunos as informações viabilizadas aos usuários no *site*, como notícias, artigos, vídeos e direitos relacionadas ao combate à discriminação étnica e racial. Seria interessante ainda mostrar que a legislação é importante e necessária, mas não é suficiente para a efetivação dos direitos. E também que o combate à discriminação étnica e racial é uma tarefa de todos.

◆ MovimentAção 134

Em um espaço de diversidade como a escola, a discussão sobre esse tema deve ser incentivada sempre. Desse modo, a atividade proposta servirá de estímulo ao debate e ao respeito à diversidade no espaço escolar. O objetivo é que os estudantes se envolvam com essa questão, tomem consciência dos problemas e proponham caminhos para a solução. O docente funcionará como um facilitador do processo na sala de aula.

4. Respostas e comentários das atividades

◆ Reflexão e revisão 132

1. Apesar da condenação generalizada do racismo, sua superação ainda é difícil, pois ele se encontra enraizado em diferentes espaços da vida social, muitas vezes de modo tão sutil que não é percebido, a não ser que se tenha um olhar mais atento para o problema.
2. A questão racial na sociedade moderna e contemporânea tem sido objeto de intensos debates. O texto aborda algumas das teorias que discutem o tema. São elas: a eugenia, que parte da noção de que haveria uma classificação da humanidade com base em sua origem consanguínea, em que a raça branca (ariana) seria superior às outras. E que afirmava que a miscigenação é um processo de degeneração da raça branca; a da democracia racial, segundo a qual, no caso brasileiro, as relações raciais são harmônicas e sem preconceito, e que no Brasil não haveria racismo; a da crítica à democracia racial, que indica que as teses defendidas por aquela teoria são mitos, pois não acontecem na realidade. As relações raciais em nosso país são baseadas em dominação dos brancos e subordinação dos negros e mestiços, que sofrem em todas as esferas da vida social com um racismo à brasileira; a do multiculturalismo e da interculturalidade, que defende uma nova perspectiva para essa discussão ao adotar a noção de etnia, e também procura formas efetivas de superação do racismo.

3. As ações afirmativas, surgidas nos Estados Unidos no processo de luta pelos direitos civis, foram implementadas no Brasil a partir da década de 1990. No caso específico da questão racial, as cotas nas universidades públicas para negros, indígenas e pardos têm gerado diferentes posicionamentos. Em que pese o debate ainda estar em andamento, o aumento na participação desses segmentos no Ensino Superior e a discussão sobre o racismo no Brasil são efeitos positivos da adoção da medida.
4. O texto utiliza o tema multiculturalismo e interculturalidade para propor uma nova forma de abordagem da diferença entre os grupos humanos. Essa nova visão deve ser construída com a superação da interpretação que considera as características biológicas como os elementos de distinção entre as populações e as substitui pelas características culturais, aprendidas e contextualizadas historicamente. Do ponto de vista conceitual, propõe o abandono do termo raça, considerado inadequado, e sua substituição pelo termo etnia, mais próximo de uma concepção que valoriza a diversidade cultural humana.

Orientação para condução da atividade

Essa atividade tem por objetivo proporcionar aos estudantes uma reflexão sobre os temas discutidos ao longo do capítulo, o que possibilita identificar se as habilidades e competências pretendidas foram alcançadas. Nesse sentido, as questões buscam retomar as ideias centrais debatidas no texto. De acordo com a dinâmica adotada em sala de aula, podem ser utilizadas diferentes estratégias e formas de mediação pedagógica para atingir os resultados esperados. Nesse sentido, deve-se:

- Dividir a turma em grupos para que os estudantes realizem as tarefas propostas e apresentem aos colegas como debate;
- Propor respostas individuais que posteriormente serão partilhadas e discutidas em grupos maiores;
- Estabelecer uma conexão entre as questões propostas e os filmes, livros e pesquisas propostas pelo livro.

Questão para debate 132

Tendo como base o referencial teórico abordado ao longo deste capítulo, pode-se chamar a atenção para o fato de que explicações sobre as diferentes formas de reação aos casos de racismo no Brasil e Estados Unidos podem ser mais bem fundamentadas se considerarmos que, por ter características gerais, o racismo encontra-se difundido em toda sociedade como um sistema de valores que impregna, penetra, socializa e integra um sistema social. Portanto, a discussão sobre as formas de luta precisa considerar como essas características gerais são modificadas e transformadas pela especificidade histórica dos contextos e ambientes nos quais se tornam ativas, como o contexto das duas sociedades em questão. No contexto histórico estadunidense, a luta dos negros, especificamente, pelo acesso aos direitos civis e pelo combate à segregação e ao racismo, a partir dos anos 1960, cumpriu papel fundamental para combater a intolerância com os casos de racismo no cotidiano daquela sociedade. No caso brasileiro, o processo histórico de luta tomou outro caminho. A negação do racismo continua sendo uma barreira a ser superada pelo Estado-Nação e a luta pelos direitos mediante a adoção de ações afirmativas ainda é recente. Pode-se relacionar esse debate à questão motivadora do capítulo, mediante a pergunta: “Por que é tão difícil combater o racismo no Brasil?”.

Exame de seleção 132

A primeira afirmação é correta, pois a falta de acesso à educação é uma das principais características da obra da escravidão. A exclusão da educação dos milhares de negros recém-libertos tem mantido a obra da escravidão por séculos.

Gabarito	A.
Campo	Associação e discussão.
Competências	Construir associações significativas entre diferentes conceitos e realidades. Discutir reflexivamente sobre as contradições e limitações que a realidade apresenta sobre o fenômeno da escravidão e educação.
Domínio cognitivo	Análise.

Questão para pesquisa 133

A pesquisa sobre o preconceito por meio do humor proposta no capítulo poderá servir para demonstrar como as ideias preconcebidas, com base em estereótipos negativos, estão fortemente enraizadas e difundidas em nosso cotidiano e nos ambientes de que fazemos parte, de tal maneira que nem percebemos que ao reproduzi-las estamos reproduzindo o preconceito contra este ou aquele grupo.

O momento é bastante oportuno para estimular reflexões críticas relacionadas à função do preconceito nos processos de interação social e de socialização nas várias instituições sociais de que participamos (escola, igreja, família, clube, outros), influenciando escolhas, gostos, crenças e gestos, ocasionando atitudes negativas (discriminações) socialmente construídas e internalizadas nas pessoas e nos grupos.

É importante observar as implicações na vida social e individual de quem sofre preconceitos e discriminações. O exemplo de uma criança que desde cedo é rejeitada pelos colegas da escola, em diversas situações possíveis, pode causar prejuízos psicológicos e comprometer sua formação até a vida adulta. Em alguns casos, os prejuízos são irreparáveis. Pode-se incentivar os estudantes a se policiarem para não agirem preconceituosamente e contra a naturalização do preconceito.

5. Atividades complementares

Aprofundamento e aplicação

Atividade 1

Preconceito racial de marca × preconceito racial de origem

Para o sociólogo brasileiro e estudioso das relações raciais, professor Oracy Nogueira, o preconceito é

[...] uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, *Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, junho 2007, p. 292.

De acordo com o autor, existem dois tipos de preconceito racial, o de "marca" e o de "origem". No primeiro tipo, preconceito racial de marca, se o indivíduo não apresentar traços negroides, mesmo que tenha ascendência negra, é branco, e como tal será tratado; no segundo tipo, preconceito racial de origem, o preconceito é de sangue e basta o indivíduo ter em sua ascendência alguém de cor negra para ser vítima de preconceito. Portanto, a ideologia do preconceito de marca é assimilacionista e miscigenacionista, enquanto a ideologia do preconceito de origem é segregacionista e racista. Segundo Nogueira, o "preconceito de marca" é a forma pela qual as características e a dinâmica das situações raciais se apresentam na sociedade brasileira, enquanto "preconceito de origem" é a maneira pela qual elas se constituem na sociedade estadunidense. No Brasil, onde predomina o "preconceito de marca", a experiência decorrente do problema da cor varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor capacidade que tenha o indivíduo de contrabalançá-la com outras características e condições, como elegância, talento, polidez, instrução etc. Já nos Estados Unidos, a luta do negro, seja qual for sua aparência, é, sobretudo, uma luta coletiva, na qual as conquistas individuais são vistas como verdadeiras tomadas de novas posições em nome do grupo todo.

É importante diferenciar para os estudantes o que é "preconceito de marca" e "preconceito de origem", utilizando casos ou situações da vida real veiculados na mídia em geral ou até mesmo em filmes. Cada caso ou situação deve ser comentado pelo professor e os alunos devem apresentar outros exemplos de cada tipo de preconceito.

Orientações ao professor: solicite aos alunos um trabalho escrito sobre os casos ou as situações selecionadas e também uma apresentação oral que incentive o debate entre os alunos. No *site* <www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf> (acesso em: abr. 2016), pode-se baixar o artigo de Oracy Nogueira para discuti-lo em sala de aula.

Atividade 2

Analise e discuta a reportagem a seguir.

Inquéritos policiais por preconceito racial são maioria

Inquéritos policiais relacionados a preconceito racial e de etnia são maioria na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância. Foram 92 investigações (51,4% do total), seguidas por homofobia (13,4%) e casos envolvendo torcida de futebol (10,9%).

No ano passado, foram registrados 47 casos com vítimas de preconceito racial na Decradi. Entre eles, 66% eram de injúria e 26% de discriminação. Não constam casos de agressão.

O advogado Dojival Viera, especialista em casos de racismo e injúria racial, diz que a responsabilização pelos crimes acaba sendo bem menor do que apontam as estatísticas. "Muitos boletins não resultam em inquérito policial. Muitos inquéritos não viram processo. Na Justiça, segundo estudo, 66,9% dos casos em segunda instância são favoráveis aos réus".

O Estado de S. Paulo, 3 set. 2012.
Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,inqueritos-policiais-por-preconceito-racial-sao-maioria,925179,0.htm>.
Acesso em: mar. 2016.

A reportagem é sobre crime de preconceito e discriminação racial definido pela Lei Federal nº 7.716/89. Revela como é difícil julgar e condenar esse tipo de crime, e mostra as dificuldades para a formalização do processo criminal. Por que é difícil condenar criminalmente a prática do racismo? Por quais razões os boletins de ocorrências nas delegacias não resultam em inquérito policial ou por que muitos inquéritos policiais não viram processo criminal? Por que as decisões judiciais são em maior parte favoráveis aos réus em casos de crime racial?

Orientações ao professor: leve para a sala de aula casos ou situações de inquéritos policiais relacionados ao preconceito racial e de etnia. Poderá solicitar um trabalho escrito sobre esses casos ou situações com levantamento de opiniões de especialistas no assunto e de profissionais do direito e autoridades policiais. Poderá ainda baixar a Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, no *site* <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm> (acesso em: mar. 2015), e discuti-la com os estudantes.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

São reproduzidos a seguir fragmentos dos livros de dois autores apresentados no capítulo "Raça, etnia e multiculturalismo". O primeiro, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, ressalta o equilíbrio entre os antagonismos na formação social brasileira.

Considerada de um modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 116.

Em seguida, o antropólogo congolês Kabengele Munanga ressalta o problema do xenofobismo, que acirra o preconceito em tempos de globalização.

[...] a situação ocidental, no momento, é de um racismo raivoso; a xenofobia na Europa de hoje é uma coisa impressionante; no entanto, é uma situação em alguns países europeus que os próprios colonizadores criaram.

Vou tomar o caso da França. Ali, num certo momento, devido à taxa de natalidade, havia mais pessoas velhas do que jovens na população; assim, não havia mão de obra suficiente para algumas tarefas. A própria França estimulou a importação de mão de obra barata africana, principalmente argelina, devido à questão colonial. Até aí, tudo bem. Enquanto esses imigrantes ocupavam empregos de baixo nível na sociedade francesa, não havia dificuldade; a xenofobia não era tão forte, apesar do preconceito que sempre existiu. Mas a partir do momento que esses imigrantes começaram a ter filhos nascidos na França, e sua taxa de natalidade era muito alta, então com esses filhos que cresceram e estudaram nas mesmas escolas com os colegas franceses passou a haver uma situação de xenofobia aberta, conjugada a uma conjuntura econômica de desemprego acelerado.

[...] E, nesse momento, devido à conjuntura econômica – pois há um problema de disputa pelo mercado de trabalho e pelo espaço –, a xenofobia foi atiçada com muita força. Vemos o fenômeno dos *skinheads*, que conhecemos também aqui; é uma juventude marginalizada na sociedade, que não encontra o seu lugar mas encontrou um bode expiatório, que é o imigrante, como aconteceu aqui com os nordestinos.

É isso que acontece nos países ocidentais europeus, tomando o exemplo da França. Além do mais há o fator demográfico, que a longo prazo é um problema político: os filhos desses descendentes de argelinos, e outros com nacionalidade francesa, fazem mais filhos do que os franceses, e têm direitos políticos; assim, dentro de algumas décadas, são eles que irão definir, decidir o futuro político do país. Por aí se vê que é uma questão política a longo prazo, além de ser uma questão econômica [...].

Kabengele Munanga. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/Edusp, 1996. p. 220-221.

Pode-se propor atividades de reflexão e aprofundamento para os alunos, sugerindo-lhes que desenvolvam um pequeno texto argumentativo com base no fragmento de *Casa-grande & senzala* ou que expliquem por que o problema da xenofobia é também uma questão econômica e política.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

SEYFERTH, Giralda. As Ciências Sociais no Brasil e a questão racial. In: SILVA, Jaime da; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Org.). *Cativeiro e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1989.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. *O sistema de cotas para negros na UnB*: um balanço da primeira geração. São Paulo: Paço Imperial, 2015.

Unidade 3 Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea

Capítulo 6

Poder, política e Estado

1. Apresentação do capítulo

O capítulo aborda os temas do poder, da política e do Estado, propondo uma reflexão sobre a influência desses fenômenos sociais no cotidiano e sua importância para a organização da sociedade.

Após o tópico "Primeiras palavras", são apresentados os conceitos de poder, de política e de Estado, além das diferentes manifestações das relações de poder na sociedade (poderes político, econômico e ideológico) e das formas legítimas de seu exercício segundo o sociólogo alemão Max Weber (tradicional, carismática e racional legal). Ainda nessa primeira parte são inseridas considerações sobre as origens do conceito e o significado da política e, em seguida, sobre os modos de organização do Estado moderno, ou seja, as formas e os sistemas de governo (monarquia e república, presidencialismo e parlamentarismo). Finalmente, são apresentadas as formas de participação política na sociedade moderna, por meio dos partidos e dos sistemas eleitorais.

Na sequência, são listadas as formas históricas de desenvolvimento do Estado moderno, com base nas reflexões de diversos autores clássicos do pensamento político e econômico. Por fim, o texto desenvolve uma análise sobre a formação do Estado brasileiro, com destaque para as interpretações de alguns sociólogos brasileiros.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Relações de poder
- Sistemas de governo
- Formas de governo
- Política
- Partidos políticos
- Estado
- Sistemas eleitorais
- Dominação
- Coronelismo

Principais autores abordados no capítulo

- Max Weber
- Adam Smith
- Norberto Bobbio
- Lenin
- Nicolau Maquiavel
- Sérgio Buarque de Holanda
- John Maynard Keynes
- Thomas Hobbes
- Oliveira Vianna
- John Locke
- Montesquieu
- Victor Nunes Leal

Principais temas abordados no capítulo

- Relações de poder como parte integrante das relações sociais.
- Política como conjunto de relações de poder referentes ao Estado.
- Estado como instituição que exerce um modo específico de poder sobre a sociedade.
- Formas legítimas de dominação (tradicional, carismática e racional legal).
- Racionalização da gestão do poder estatal e separação das esferas política e religiosa pelo amparo da máquina administrativa (burocracia).
- Formas de governo (monarquia e república) e sistemas de governo (presidencialismo e parlamentarismo).
- Estruturação dos três poderes e a relação entre eles.
- Atuação dos partidos políticos.
- Sistemas eleitorais.
- Formação do Estado moderno (Estado-nação).
- Formação e estruturação do Estado brasileiro.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

Pode-se iniciar o tema da política com um exemplo de atendimento num hospital da rede pública, mostrando como o Estado interfere na vida dos cidadãos, ou seja, quanto a política está presente em nossa vida. Matérias de jornais de grande circulação ou de telejornais são úteis para esse fim.

Pode-se discutir a separação entre a esfera de atuação da Igreja e do Estado com destaque para o papel que a Igreja assumiu por muito tempo na legitimação do poder dos reis. É importante apontar os fundamentos para a progressiva separação entre essas instituições. Cabe ainda discutir a prática de alguns políticos que utilizam argumentos religiosos para legitimar suas candidaturas e/ou propostas políticas. Para ilustrar a situação apresentada aos alunos, pode-se utilizar reportagens. Um pequeno levantamento das principais bancadas no Congresso Nacional também ajudará a exemplificar o papel da religião na política brasileira contemporânea.

Na parte em que se fala das formas de organização do Estado moderno, que apresenta as formas e sistemas de governo, pode-se discutir o plebiscito que ocorreu no Brasil em 21 de abril de 1993, do qual saíram vitoriosos a forma republicana e o sistema presidencialista. É interessante solicitar aos estudantes que façam uma pesquisa na internet ou em jornais da época e, depois, discutir o posicionamento dos diversos segmentos da sociedade sobre as opções apresentadas pelo plebiscito – a saber, monarquia ou república, presidencialismo ou parlamentarismo. Pode-se propor também uma discussão sobre a Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como "Lei da Ficha Limpa", como exemplo de projeto de iniciativa popular.

No tópico sobre os partidos políticos e os sistemas eleitorais, pode-se propor um debate sobre a estrutura partidária estadunidense, lembrando a existência de outros partidos políticos além dos dois mais representativos (Democrata e Republicano).

Sobre o Estado socialista, pode-se salientar como diversos partidos políticos atuais apresentam como referencial de seus programas de governo e/ou estatutos ideias socialistas, como o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), entre outros.

No debate sobre o Estado de Bem-Estar Social, mostrar o *New Deal* e o sistema de previdência da Grã-Bretanha como práticas desse tipo de organização política. A utilização de imagens e tabelas que revelam o aumento de investimento do Estado auxiliará na compreensão dos alunos. Pode-se debater com os discentes quais são as evidências sociais e econômicas que indicam se o Brasil é ou não um Estado de Bem-Estar Social.

Na parte sobre a formação do Estado brasileiro durante o período da Nova República, pode-se apresentar exemplos das privatizações que ocorreram no país. É interessante comparar o valor da empresa/indústria antes e depois da privatização, assim como citar os compradores. Esse debate também pode ser feito na apresentação do Estado neoliberal. Ainda dentro da temática sobre a formação do Estado brasileiro, devem ser salientados os padrões específicos de relacionamento entre os brasileiros. Portanto, pode-se falar também de um processo de formação da sociedade brasileira, destacando os padrões de relação entre o público e o privado.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 166

Aproveite a seção para explicar o poder das ideias e das informações para influenciar comportamentos com exemplos extraídos de jornais de grande circulação. Podem ser comparadas formas de abordagem de um tema político ou econômico entre jornais voltados para as classes populares e os direcionados para a população de maior poder aquisitivo. Incentive os estudantes a comparar várias fontes de informação, a fim de observar a influência política, econômica e social da grande mídia. Num segundo momento, pode-se pedir a eles que pesquisem alguns *sites* de movimentos sociais e acessem também as redes sociais para analisarem enfoques alternativos em relação à abordagem da grande mídia.

Direito e sociedade 167

Pode-se primeiro apresentar um panorama histórico sobre a importância do voto e o processo de conquista desse direito no cenário brasileiro. Logo depois, com base no art. 14 da Constituição Federal, pode ser realizado um debate sobre o voto obrigatório e o voto facultativo. A intenção é que os estudantes discutam a questão e apresentem argumentos favoráveis e/ou contrários, com base em suas experiências e na própria

leitura do capítulo. A análise do art. 14 permite discutir o voto para além das eleições regulares, como é o caso do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular. Como forma de intensificar o debate sobre o voto para jovens entre 16 e 18 anos, propõe-se uma pesquisa na qual os alunos testarão algumas hipóteses surgidas em sala de aula.

Indicações

Livros 139, 150, 163

- *Por que virei à direita*. **Denis Rosenfield, João Pereira Coutinho e Luiz Felipe Pondé.**

  Material importante para a discussão das diferentes formas de compreensão do papel do Estado na sociedade contemporânea, partindo-se de uma perspectiva conservadora.

- *Elite da tropa*. **Luiz Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel.**

  O livro permite discutir como a corrupção está profundamente arraigada nas instituições brasileiras e que há em nosso país uma forte relação entre poder, violência e corrupção. Trata-se de uma importante ferramenta para discutir as diferentes formas de poder local, comuns nas periferias brasileiras.

- *Golpe de Estado*: **o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil. Palmério Dória e Mylton Severiano.**

  O livro mostra como as marcas da ditadura militar de 1964 ainda são visíveis nos dias atuais. Por meio de depoimentos, a obra permite entender como essa herança marca as instituições, os valores e a conduta de muitos brasileiros.

Sites 145, 146, 147

- *<http://flacso.org.br/>*

  A Flacso, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, foi fundada em 1957 pelos Estados latino-americanos que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Desenvolve atividades de docência e pesquisa, disponibilizando vasta biblioteca, vídeos e dados de seus projetos. O *site* oferece instrumentos para enriquecer a prática docente, com enfoque na produção latino-americana e no tratamento de temas que são comuns entre os países desse subcontinente. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.ipea.gov.br>*

  O *site* do IPEA contém muitas informações sobre políticas públicas e programas de desenvolvimento do país, como o projeto Participação em Foco (disponível em: <www.ipea.gov.br/participacao>; acesso em: abr. 2016), criado para disseminar informações e análises sobre instituições participativas federais e ampliar a articulação de redes sobre o tema da participação social, com destaque para as audiências públicas federais, os conselhos e as conferências nacionais. O *site* consiste em um bom instrumento para o docente por fornecer dados de diferentes realidades que ajudam a analisar as especificidades de uma sociedade e a exemplificar situações de desigualdade social, tornando mais concretos os conceitos da Sociologia. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www12.senado.gov.br>*

  Espaço institucional *on-line* disponibilizado pelo Senado Federal com o objetivo de proporcionar maior conhecimento, por parte da população, do processo legislativo e dos debates em curso. Destina-se também à expressão da opinião do cidadão sobre temas de interesse da sociedade, acolhendo sugestões de projetos de lei e de debates a serem consideradas pelas comissões legislativas. Pode-se usar essa página para aprimorar o trabalho de sala de aula, de modo a proporcionar uma visão mais concreta do mundo legislativo – o que também é uma forma de incentivar os alunos a participar da sociedade e desenvolver sua cidadania. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 141, 143, 148

- *Arquitetos do poder*

  Produzido pela Urca Filmes/Iuperj, é um excelente ponto de partida para discussões sobre o poder da mídia e do *marketing* político, chamando a atenção para os métodos utilizados nas campanhas eleitorais no Brasil desde Getúlio Vargas até a reeleição de Lula. Contém depoimentos de profissionais de *marketing* e da mídia que ajudaram a construir a imagem de alguns importantes políticos brasileiros.

- *A onda*

  A obra permite trabalhar o comportamento coletivo do ponto de vista político e demonstra como regimes totalitários são legitimados coletivamente. Serve ainda para discutir a construção de controle político de indivíduos e partidos na sociedade atual.

- *O candidato honesto*

  Esse filme é útil para pensar temas importantes do cotidiano político brasileiro, como corrupção, *marketing*

político, ética, entre outros. Ajuda a desconstruir os estereótipos criados pela mídia e o papel da indústria cultural nos processos políticos.

Jogo 155

- *Men of war*

  Trata-se de uma série de jogos passados em momentos de guerra (como a Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã), em que o jogador assume o papel de líder de grupos militares, conquistando a oportunidade de lidar com o poder de promover estratégias políticas e militares.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 168

1. Seguindo a análise dos tipos de dominação discutidos por Max Weber, é possível perceber a predominância da dominação tradicional nos Estados absolutistas, marcada principalmente pelo caráter hereditário do poder monárquico, legitimado pelo viés tradicional familiar. Já na configuração dos Estados liberais, sobrepõe-se a dominação racional legal, uma vez que a descentralização dos poderes e o reconhecimento da Constituição como elemento norteador das relações políticas acabam por salientar a importância de um corpo de leis racionais e impessoais.
2. A profusão de novas tecnologias de informação e comunicação acabou por facilitar e acelerar a difusão de práticas e ideias sociais pelo mundo. A utilização da internet por parte de partidos políticos e movimentos sociais para difundir suas ideias e programas ou mesmo as redes sociais como espaço de debates e organização de manifestações são exemplos concretos dessa nova tendência global.
3. Ao analisar as relações sociais desenvolvidas em nosso período colonial, e que influenciariam contextos futuros, Sérgio Buarque de Holanda afirma que foi estabelecida uma sobreposição dos interesses particulares (privados) em detrimento de questões públicas. Utilizando o conceito de "homem cordial", esse sociólogo defende a ideia de que no Brasil há uma forte tendência de misturar relações públicas e profissionais com laços familiares, sendo desenvolvidas redes de favorecimento destas últimas.

Questão para debate 168

Fomente o debate com o objetivo de levar os estudantes a refletirem sobre a importância das instituições políticas. O debate deve estar norteado pela pergunta central do exercício, mas tendo em mente os avanços e os limites de uma reforma política. Nesse sentido, eles devem pensar também em aspectos como a cultura política e as estruturas de classe.

Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Construir instrumentos para melhor compreensão da vida cotidiana e a ampliação da "visão de mundo" e do "horizonte de expectativas". Construir uma visão crítica a respeito das instituições políticas e da participação política dos jovens, bem como desnaturalizar o papel passivo dos cidadãos na política.
Domínio cognitivo	Análise, avaliação e síntese.

Orientação para condução da atividade

Retomando as ideias centrais do texto, a atividade busca propiciar aos alunos uma reflexão mais sistemática sobre os temas apresentados. Dessa forma, a atividade proposta tem como objetivo específico fazer com que os estudantes demonstrem capacidade de estabelecer relações e identificar as semelhanças e diferenças entre as teorias, o que permite ao professor identificar se eles alcançaram as habilidades e competências tendo o texto como referência. As formas de trabalhar essas questões em sala de aula – ou seja, as formas de mediação pedagógica – podem variar, mas, dado o seu caráter voltado para o estabelecimento de relações e identificação de situações, as respostas também podem variar bastante, principalmente nos exemplos. Portanto, sugerem-se algumas formas de trabalho para o compartilhamento dos casos:

- Divisão em grupo e socialização das respostas para cada questão;
- Utilização de vídeos (documentários, entrevistas ou filmes) que retratem de alguma forma as questões propostas;
- Seminários dos estudantes em que possam apresentar suas pesquisas sobre algum item da proposta de reforma política. Os grupos podem apresentar pontos contidos na proposta ou algum mecanismo existente em outro país. Pode-se sugerir que esse mecanismo utilizado seja de algum sistema eleitoral na América Latina.

Exames de seleção 168

Questão 1

Essa questão pode ser resolvida pela leitura atenta dos textos apresentados.

a) ERRADA. Pois a guerra, para Hobbes, nem sempre é inevitável e, para Bobbio, nem sempre é injusta.

b) CORRETA. Pois, para Hobbes, a paz pertence à civilização e, para Bobbio, a paz não é um valor absoluto, uma vez que pode ser justa ou injusta.

c) ERRADA. Porque a guerra não é um valor absoluto, segundo Hobbes, e a paz nem sempre é melhor que a guerra, segundo Bobbio.

d) ERRADA. Pois Hobbes não fala sobre a finalidade da guerra.

e) ERRADA. Pois, para Hobbes, a paz está relacionada à civilização, e não à natureza, e o texto II não estabelece relação entre civilização e paz.

Gabarito	B.
Campo	Interpretação e compreensão.
Competências	Analisar e comparar os diferentes discursos presentes na teoria política. Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, com base nas observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Avaliação e compreensão.

Questão 2

a) CORRETA. Pois evidencia como característica fundamental dos Estados totalitários a perseguição abusiva a tudo e a todos que sejam contrários a suas concepções.

b) ERRADA. Pois tais movimentos juvenis pregavam a obediência total ao líder, e não a conscientização sobre direitos e cidadania.

c) ERRADA. Pois o foco de tais movimentos não era a promoção de uma vida saudável como algo a ser perseguido, uma vez que o referencial era a figura de liderança.

d) ERRADA. Pois não havia desejo de produzir diálogos, mas sim de impor uma ideia sobre as demais.

e) ERRADA. Pois a existência de comícios que reuniam multidões foi uma marca de alguns desses regimes totalitários, mas não dos movimentos juvenis desse contexto.

Gabarito	A.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Construir associações significativas entre diferentes conceitos e realidades, e discutir reflexivamente as contradições e limitações que a realidade apresenta no que concerne à cidadania e aos direitos do cidadão.
Domínio cognitivo	Análise e reflexão.

Questão 3

a) ERRADA. Pois o documento não questiona o exercício e o cumprimento das leis, mas a averiguação de um caso específico.

b) ERRADA. Pois o teor do documento não explicita uma luta pela derrubada do regime em curso no período.

c) ERRADA. Pois em nenhum momento são explicitadas críticas ao grupo mencionado na afirmativa.

d) ERRADA. Pois o foco da reivindicação dos jornalistas foi a apuração do caso, e não a produção de punições aos envolvidos.

e) CORRETA. Pois o desejo dos que assinaram o documento era justamente a apuração do caso, com a finalidade de encontrar os verdadeiros culpados.

Gabarito	E.
Campo	Contextualização sociocultural.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos. Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão, e também entre os diferentes grupos sociais.
Domínio cognitivo	Análise e conhecimento.

Questão 4

a) CORRETA. Porque na teoria de Thomas Hobbes o "estado de natureza" (período anterior à constituição da sociedade civil) caracterizava-se pela violência entre os homens.

b) ERRADA. Pois Hobbes não pensa a Igreja como instituição mediadora de conflitos.

c) ERRADA. Pois na obra desse teórico não há indicações de que anciões seriam convocados para solucionar questões de interesses.

d) ERRADA. Pois os governantes fazem parte de um estágio posterior à constituição da sociedade civil.

e) ERRADA. Pois o "estado de natureza" para Hobbes não é a solidariedade entre os homens, mas sim o "estado de guerra" entre eles.

Gabarito	A.
Campo	Interpretação e compreensão.
Competências	Analisar e comparar os diferentes discursos presentes na teoria política. Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, por meio das observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Avaliação e compreensão.

Questões para pesquisa 169

Questão 1

Essa pesquisa pode ser realizada individualmente ou em grupo. É possível aproveitar a oportunidade para solicitar a cada estudante ou grupo que apresente à turma uma síntese de sua pesquisa, informando dados como: a) localização geográfica do país; b) desde quando esse regime monárquico existe; c) quem são os monarcas representantes desse(s) papel(éis) político(s); d) que atuação a monarquia exerce na estrutura política dessa nação; e) caracterização do estilo de vida e condições econômicas da vida desses monarcas; f) caracterização do estilo de vida e condições econômicas da maioria da população do país estudado; g) comparação entre as estruturas de vida da família real e da maioria da população do país estudado.

Questão 2

Antes de propor essa atividade de pesquisa, deve-se fazer uma contextualização do ressurgimento das discussões sobre reforma política como desdobramento das manifestações de junho de 2013. A partir daí, pode-se explorar questões relacionadas ao envolvimento dos cidadãos nos debates públicos e aos interesses que são postos em xeque com as propostas apresentadas.

Campo	Contextualização sociocultural, investigação e compreensão.
Competências	Construir a identidade social e política para viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja, efetivamente, reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão, e também entre os diferentes grupos sociais.
Domínio cognitivo	Aplicação, síntese e avaliação.

5. Atividade complementar

Sensibilização e motivação

O analfabeto político

O pior analfabeto
É o analfabeto político,
Ele não ouve, não fala,
nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político
é tão burro que se orgulha
e estufa o peito dizendo
que odeia a política.
Não sabe o imbecil que
da sua ignorância política
nasce a prostituta, o menor abandonado
e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista,
pilantra, corrupto e lacaio
das empresas nacionais e multinacionais.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. 7. ed. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2012.

Frequentemente, escutamos que política não se discute. Explique como o poema de Bertolt Brecht possibilita refletir sobre as consequências dessa afirmação.

Orientações ao professor: é possível discutir com os estudantes a importância da participação política e o fato de que abdicar dela pode ter implicações significativas. Como aprofundamento da atividade, é indicado solicitar a eles uma pesquisa sobre outros poemas ou canções com a mesma temática.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

No trecho apresentado a seguir, Thomas Hobbes desenvolve a reflexão de que a natureza humana é elaborada com base no que ele denomina “estado de natureza”, no qual o poder de cada um é medido por sua força efetiva, ou seja, o mais forte é superior ao mais fraco. Nesse estado, “o homem é o lobo do homem”. Assim, o estado de natureza é um estado de todos contra todos, isto é, de permanente guerra. Dessa forma, a função do Estado, para Hobbes, seria assegurar a paz.

Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo. [...]

De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória.

A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira,

a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido a suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome.

Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto a noção de tempo deve ser levada em conta quanto à natureza da guerra, do mesmo modo que quanto à natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é de paz.

Portanto, tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; consequentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta. [...]

Poderá porventura pensar-se que nunca existiu um tal tempo, nem uma condição de guerra como esta, e acredito que jamais tenha sido geralmente assim, no mundo inteiro; mas há muitos lugares onde atualmente se vive assim. Porque os povos selvagens de muitos lugares da América, com exceção do governo de pequenas famílias, cuja concórdia depende da concupiscência natural, não possuem qualquer espécie de governo, e vivem em nossos dias daquela maneira embrutecida que acima referi. Seja como for, é fácil conceber qual seria o gênero de vida quando não havia poder comum a recear, através do gênero de vida em que os homens que anteriormente viveram sob um governo pacífico costumam deixar-se cair numa guerra civil.

Mas mesmo que jamais tivesse havido um tempo em que os indivíduos se encontrassem numa condição de guerra de todos contra todos, de qualquer modo em todos os tempos os reis, e as pessoas dotadas de autoridade soberana, por causa de sua independência vivem em constante rivalidade, e na situação e atitude dos gladiadores, com as armas assestadas, cada um de olhos fixos no outro; isto é, seus fortes, guarnições e canhões guardando as fronteiras de seus reinos, e constantemente com espiões no território de seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra. Mas como através disso protegem a indústria de seus súditos, daí não vem como consequência aquela miséria que acompanha a liberdade dos indivíduos isolados.

Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões.

São qualidades que pertencem aos homens em sociedade, não na solidão. Outra consequência da mesma condição é que não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o meu e o teu; só pertence a cada homem aquilo que ele é capaz de conseguir, e apenas enquanto for capaz de conservá-lo. É pois esta a miserável condição em que o homem realmente se encontra, por obra da simples natureza. Embora com uma possibilidade de escapar a ela, que em parte reside nas paixões, e em parte em sua razão.

As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. Essas normas são aquelas a que por outro lado se chamam leis de natureza [...].

HOBBES, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 74-77. (Os pensadores).

7. Sugestão de bibliografia para o docente

WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. vols. 1 e 2. São Paulo: Ática, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1984.

Capítulo 7

Democracia, cidadania e direitos humanos

1. Apresentação do capítulo

Discute-se nesse capítulo a questão da democracia, associada à temática da cidadania e dos direitos humanos. Com uma abordagem contextual e desenvolvida em âmbito sócio-histórico, o capítulo 7 pode ser didaticamente dividido em três partes. A primeira, tópicos 1 a 4, aborda a questão da democracia em sua dimensão conceitual e considera variáveis políticas, econômicas e culturais. No desenvolvimento do tema, foram tratadas as características essenciais dos governos democráticos.

A segunda parte, tópico 5, articula a questão da cidadania e dos direitos humanos, iniciando com uma reflexão sobre a tipologia cronológica proposta por T. H. Marshall. Fala sobre o que significa ser cidadão, hoje, e problematiza a relação entre direitos e deveres. Em seguida, privilegia uma abordagem dos direitos humanos cuja base preliminar é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e considera também o aspecto histórico e dialético desses direitos, dos quais os indivíduos e grupos são, ao mesmo tempo, beneficiários e agentes criadores.

Na terceira parte, tópico 6, democracia, cidadania e direitos humanos são pensados em relação ao Brasil. Com base em aspectos jurídicos e políticos, balizados por diferentes contextos históricos, e tendo como referência autores nacionais contemporâneos, como José Murilo de Carvalho e Wanderley Guilherme dos Santos, são abordadas no capítulo as contradições entre os marcos legais e a realidade social e política brasileira, com destaque para, entre outros aspectos, as contradições entre cidadania formal e cidadania real, materializadas por elementos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Cidadania
- Direitos humanos
- Cidadão
- Igualdade
- Democracia
- Liberdade

Principais autores abordados no capítulo

- Aléxis de Tocqueville
- Antonio Gramsci
- Benjamin Constant
- Boaventura de Sousa Santos
- Crawford Brough Macpherson
- Friedrich Engels
- Gaetano Mosca
- Joseph Schumpeter
- Karl Marx
- Jean-Jacques Rousseau
- John Locke
- John Stuart Mill
- José Murilo de Carvalho
- Maria Victoria Benevides
- Montesquieu
- Robert Dahl
- Robert Michels
- Rosa Luxemburgo
- Thomas Hobbes
- Thomas Humphrey Marshall
- Vilfredo Pareto
- Wanderley Guilherme dos Santos

Principais temas abordados no capítulo

- A democracia como realidade social, mutável e historicamente determinada, condicionada por elementos políticos, socioculturais e econômicos.
- As diferentes expressões históricas da cidadania, balizadas por alguns de seus autores mais significativos.
- A cidadania como exercício de direitos e deveres com base nos quais o indivíduo se converte efetivamente em cidadão, ou seja, em membro de uma comunidade política apoiada em valores elevados, como liberdade e igualdade.
- Reconhecimento de que a proposição, a conquista e a consolidação de direitos humanos é parte da historicidade inerente à realidade social, processo constante de lutas e interações sociopolíticas.
- Direitos e cidadania não se manifestam universalmente por meio de uma lógica linear, mas, ao contrário, têm especificidades inerentes a cada contexto histórico, social e político, como se verifica no caso brasileiro.
- A cidadania e o conjunto mais amplo dos direitos humanos, quaisquer que sejam, só se tornam realidade quando resultam de esforços e lutas contínuas que envolvem a sociedade civil e as políticas públicas implementadas pelo Estado.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

- Apresentação do conceito de democracia e de algumas das expressões históricas da democracia.

Sugere-se que a aula comece com uma pergunta básica, dirigida à turma: “O que é democracia?”. Depois de ouvir as expressões iniciais, a ideia é começar uma discussão sobre: “O que quer dizer, na prática, poder do povo?”. Nesse momento, o professor deverá incentivar os estudantes a perceberem que esse “poder do povo” pode ter uma expressão política, econômica, social etc., tal como mostrado no livro, sem prejuízo de outras expressões, que poderão ser apresentadas pelo professor e pela turma. O mais importante é que ao final o professor e a turma possam encontrar, juntos, uma definição de democracia, que deverá acompanhar todo o desenvolvimento posterior do capítulo.

Na sequência, sugerimos que o professor apresente cada uma das expressões históricas destacadas (democracia direta, representativa e participativa). Nesse momento, ele poderá listar outras expressões históricas da democracia (como a noção de democracia semidireta) e estabelecer até mesmo um contraponto em relação ao conteúdo do texto.

- Apresentação da teoria democrática moderna.

Nessa aula, sugere-se resgatar com a turma o conceito de democracia anteriormente construído, bem como as expressões históricas trabalhadas. Assim, desde logo os estudantes poderão ver que as perspectivas teóricas que serão apresentadas, de modo sumário, não são as únicas possíveis.

Na apresentação das perspectivas teóricas, feita com base nos autores citados, propõe-se uma exposição sumária das teorias listadas no livro e que seja aberta uma discussão com a turma. Uma das questões que podem ser apresentadas: “O que diferencia a teoria democrática moderna da teoria democrática contemporânea?”; “Quais são as diferenças entre as perspectivas liberais e socialistas de democracia?”. Um dos elementos significativos a ser destacado é que a teoria democrática não está desvinculada de uma prática democrática, que só pode ser compreendida quando ambas, teoria e prática, são histórica e socialmente contextualizadas. Assim, os estudantes saberão que a democracia, como vivência prática e como objeto de estudo, é uma realidade dinâmica e que está em constante transformação.

- Apresentação do tema “cidadania e direitos humanos”.

Essa aula poderá ser iniciada com o resgate da noção de que a democracia é uma realidade em constante transformação. A partir daí, pode-se trabalhar a tipologia cronológica construída por T. H. Marshall e apresentada no livro do aluno, fixando ou não um contraponto em relação às ideias desse autor. Na sequência, pode-se mostrar que a cidadania pressupõe uma dimensão de deveres que se relaciona com um conjunto mais amplo de direitos. Com base nessa noção é que sugerimos a apresentação de uma perspectiva histórica dos direitos humanos, na qual a Declaração de 1948 é um marco fundamental. Tendo em mente essa carta, pode-se propor algumas discussões, como o caráter universal ou não dos direitos humanos, ou a eventual obrigatoriedade do uso das diversas declarações de direitos, tais como a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, citada no livro.

Ao final, pode-se construir coletivamente uma síntese, com a mediação do professor: que a relação entre cidadania e direitos, particularmente no que concerne aos direitos humanos, seja reconhecida como um processo no qual é fundamental a participação livre e igualitária dos cidadãos. Nesse sentido, os estudantes estarão aptos a perceber que avanços e retrocessos nos direitos de cidadania estão sempre diretamente relacionados à intensidade e à qualidade da participação política e social de cada um.

- A questão da cidadania, da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

A reflexão sobre democracia, cidadania e direitos humanos não se faz apenas tomando por base autores, teorias e marcos legais construídos no exterior, sendo certo que cada sociedade tem suas características. É com base nessa perspectiva que se pode discutir a realidade brasileira. Tendo como parâmetro autores brasileiros, que não necessariamente devem se restringir àqueles citados no livro do aluno (por exemplo, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr. ou Raymundo Faoro podem ser utilizados como contraponto), o professor deve cotejar a reflexão sobre o Brasil feita pelos autores escolhidos e também pelos próprios estudantes com alguns marcos legais que valorizam a questão da democracia, da cidadania e dos direitos humanos. Uma alternativa interessante é recorrer à Constituição Federal, em especial aos títulos I e II, para, a seguir, estabelecer alguns contrapontos importantes, como as diferenças entre cidadania formal e cidadania real.

Deve ficar clara a diferença entre os termos legais e a realidade vivenciada pela maior parte dos brasileiros. Muitas considerações relevantes podem ser feitas com base nisso. Entre elas, por exemplo, questionar: por que existe uma lacuna tão grande entre o texto da Constituição Federal e a realidade do país? Por que os índices de desenvolvimento humano no Brasil são tão mais baixos do que os de países que não possuem riquezas naturais como as nossas? O que o cidadão pode e deve fazer para alterar sua própria realidade? Acredita-se que, no encadeamento dessas e de outras questões, os estudantes serão capazes de reconhecer que a participação da sociedade civil e do Estado são determinantes para que a democracia, a cidadania e os direitos humanos sejam efetivos.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 190

Um dos elementos mais chocantes da realidade social, política e econômica do Brasil são suas contradições. Nas *Considerações sociológicas* do capítulo, essas contradições poderão ser destacadas pelo professor e questionadas por todos. É importante incentivar os estudantes a perceberem que há normas legais que amparam um amplo rol de direitos; é interessante que esses mesmos estudantes percebam que uma parte da população, ainda que minoritária, desfruta de forma mais ou menos completa desse mesmo conjunto de direitos; e é relevante destacar que há importantes reflexões de intelectuais brasileiros sobre nossa realidade, as quais permitem ao estudante pensar o Brasil e a si mesmo em determinado contexto sócio-histórico, geográfico etc.

Mais uma vez, sugere-se que o professor instigue os alunos a se pensarem como sujeitos históricos que, por suas ações e omissões, concorrem para que a realidade seja de uma forma ou de outra. De fato, se a realidade social é mutável, nossas ações, reflexões, diálogos e interações contribuem, sim, para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, capaz de garantir direitos humanos a todos.

Direito e sociedade 191

Essa seção aborda as fases de consolidação do Programa Nacional de Direitos Humanos no Brasil. Ao longo dos anos, foram estabelecidos, de início, direitos civis e políticos, mais adiante direitos econômicos, culturais e ambientais e, finalmente, numa terceira versão, tratou-se dos direitos universais. Contudo, pesquisas e levantamentos indicam que a realidade está distante do que formalmente se estabelece.

A atividade, proposta para ser feita em grupo, deve levar os estudantes a pesquisar e compreender as contradições entre o universo formal e o mundo real, atentando para as consequências da não garantia desses direitos. Os estudantes também poderão identificar diferentes sujeitos e formas de mobilização na luta pelos direitos humanos, além de distinguir as diversas esferas políticas nas quais essas lutas se estabelecem (muitas vezes de forma complementar).

Indicações

Livros 180, 184, 188

- ***Democracia, participação, cidadania.* Luisa Cecília Pernalete.**

Trata da necessidade de participação de todos na vida pública, dos direitos humanos, do educador-cidadão e da formação da cidadania. Pode-se aproveitar os temas discutidos para demonstrar que a democracia e os direitos humanos são construções coletivas.

- ***Democracia e direitos humanos no Brasil.* José Carlos Vieira.**

Serve de base para promover um debate sobre as dificuldades de construção, em nosso país, de uma sociedade democrática e que respeite os direitos humanos.

- ***Onde está a democracia?* J. Eisenberg; T. Pogrebinschi.**

A obra pode servir de referência para a organização de seminários a serem apresentados pelos alunos a respeito da compreensão de elementos da democracia e da estrutura política brasileira, bem como seus dilemas e impasses.

Sites 181, 182, 183

- <*www.mndh.org.br*>

Muitos artigos publicados no *site* podem ser usados como referência para estimular os debates sobre temas relacionados ao capítulo (direitos humanos, controle social, entre outros), tendo como base o contexto do Mercosul. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.armazemmemoria.com.br*>

O acervo do *site* inclui referências bibliográficas e visuais a respeito de temas relacionados ao debate sobre democracia e direitos. As referências ao processo de anistia após a ditadura militar e as demarcações de terras indígenas são exemplos que podem ser levados para a sala de aula com base no acervo. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.dhnet.org.br*>

Além do vasto banco de dados com textos referentes a temas como direitos humanos e cidadania, o *site* contém muitas informações sobre a Comissão da Verdade que podem ser utilizadas em sala de aula. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes

178, 187, 189

- *V de vingança*

Pode-se utilizar esse filme para discutir a importância dos valores democráticos na vigência de governos totalitários. Trata-se de uma oportunidade de reforçar a importância da democracia e ponderar sobre os sofrimentos causados por regimes antidemocráticos.

- *Democracia em preto e branco*

A obra serve de subsídio para debater a influência da ditadura militar brasileira (e a luta contra esse regime) em diversas áreas de nossa sociedade, como o futebol e as artes, além de contribuir para a compreensão das violações de direitos ocorridas durante esse período.

- *Estamira*

O filme pode ser usado para promover a reflexão sobre a noção de direitos e cidadania em ambientes degradados, como o de um aterro sanitário. Com base nas falas da protagonista e nas imagens, os estudantes têm contato com tal realidade. Vale enfatizar a ausência ou a presença incipiente do Estado.

Aplicativo

173

- *Helping hand*

Pelas informações disponibilizadas, é possível promover um debate sobre as condições dos imigrantes no que se refere a direitos e cidadania. O mapa que apresenta locais de atendimento aos imigrantes no Brasil pode servir de base para reflexões sobre as necessidades dessas pessoas em nosso país e indicar formas de ajudá-las.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão

192

1. Na democracia clássica, a classificação de cidadão tinha caráter excludente, que considerava apenas homens com alta renda e propriedades. O ideal democrático contemporâneo tem uma visão mais inclusiva, que prevê direitos para todos os grupos sociais, independentemente de questões econômicas, étnicas ou religiosas.
2. Os direitos civis garantem as liberdades individuais, como a de expressão, a de pensamento, a propriedade privada e o acesso à justiça. Os direitos políticos garantem a participação dos indivíduos nas diferentes esferas de poder e asseguram o direito de votar e ser votado para qualquer cargo político. Por fim, os direitos sociais envolvem a garantia de acesso a bens e serviços essenciais para uma vida digna, como educação, moradia, saúde e segurança.
3. No Brasil, diversos direitos ainda são restritos a poucos grupos. Mesmo com eleições regulares após o fim do regime militar, ou após a Constituição de 1988 ter reconhecido uma série de direitos a grupos minoritários, ainda é possível perceber restrições no acesso, principalmente, aos direitos sociais.

Orientação para condução da atividade

As questões propostas visam permitir que os estudantes resgatem alguns elementos básicos trabalhados ao longo do capítulo, além de incentivá-los a refletir sobre esses mesmos elementos. Nesse sentido, estabelecem relações entre elementos teóricos e outros de caráter prático, fático ou histórico. As três questões anteriores podem ser trabalhadas de diferentes maneiras, e é certo, também, que suas respostas podem variar de acordo com o universo teórico e o contexto social e político dos professores e dos estudantes. Desse modo, são propostas a seguir algumas sugestões de como trabalhar essas questões:

- Em sala de aula, é possível dividir a turma em pequenos grupos e, após um tempo previamente acordado, permitir que as diferentes respostas sejam socializadas. Uma forma interessante de operar essa socialização é incentivar um estudante, indicado pelo grupo, a expor de modo oral ou por escrito a resposta do grupo. A partir daí, é interessante demarcar e discutir os aspectos convergentes e divergentes das diferentes respostas;
- Para além do texto do livro e da própria apresentação que o professor fará dos conteúdos essenciais, também é possível que as questões propostas sejam contextualizadas e problematizadas mediante a utilização de documentários, entrevistas ou filmes que tenham conexão com elas;
- Uma terceira sugestão é a realização de enquetes, ou seja, incentivar os estudantes a buscar com professores, colegas de classe, familiares e outras pessoas de seus respectivos universos referenciais respostas para uma ou mais das questões propostas. Assim, por exemplo, sobre a questão da democracia, podem ser coletados testemunhos ou depoimentos que, depois, serão organizados pelos estudantes sob a supervisão do professor.

Questão para debate

192

Utilizando o texto e as questões propostas, pode-se incentivar os alunos a discutir as formas efetivas de participação política no Brasil. Recomenda-se sugerir que eles debatam os problemas de nossa democracia e apresentem propostas para resolvê-los. É importante ainda que o debate tenha como foco central a realidade política do município ou distrito onde os alunos vivem.

Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Refletir sobre os processos de participação política dos cidadãos; ponderar sobre sua própria participação política; construir interativamente propostas que visem resolver problemas, previamente identificados, relativos à democracia no Brasil.
Domínio cognitivo	Reflexão e construção.

Orientação para condução da atividade

Para que o debate seja realizado com uma base mais consistente, considere os resultados obtidos e a metodologia adotada pela pesquisa Sonho Brasileiro da Política, disponível em: <sonhobrasileirodapolitica.com.br> (acesso em: mar. 2016.) Para tanto, é interessante recomendar aos estudantes que visitem o *site* e que procurem também ler o livro *Cidades rebeldes – Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (de David Harvey, Ermínia Maricato, Mike Davis, entre outros, publicado em 2013 pela Editora Boitempo), que conta com a participação de diversos especialistas da área das Ciências Sociais. Dessa forma, é possível conduzir o debate tendo como embasamento a análise dos dados oferecidos pela pesquisa e incentivar os estudantes a confrontar esses resultados com sua própria realidade, para que em seguida tenham condições de fazer também uma pesquisa em um universo mais próximo da realidade em que vivem.

Exames de seleção 193

Questão 1

a) ERRADA. Pois a noção de cidadania apresentada no texto não se refere a decisões do indivíduo "tomadas por si mesmo", mas sim em comunhão com princípios constitucionais.

b) CORRETA. Pois Montesquieu, nesse trecho, reforça que a noção das liberdades individuais só pode ser levada em consideração quando prevista e assegurada pela Constituição.

c) ERRADA. Pois o trecho reforça a ideia de que toda a participação política da sociedade civil deve ser feita com base no que está previsto no conjunto de leis vigentes.

d) ERRADA. Pois o livre-arbítrio dos cidadãos só é garantido quando está presente nos termos das leis.

e) ERRADA. Pois no regime democrático descrito por Montesquieu nesse trecho as vontades dos cidadãos e seus valores pessoais não podem estar acima das leis existentes.

Gabarito	B.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.
Domínio cognitivo	Avaliação.

Questão 2

a) ERRADA. Pois as atividades políticas e jurídicas não deveriam estar sob a tutela de nenhum aparato específico, mas sim presentes nas atribuições específicas dos três poderes a serem constituídos.

b) ERRADA. Pois o poder político para Montesquieu não seria obra da Igreja, mas sim dos três poderes constituídos no governo.

c) ERRADA. Pois sua teoria defende a descentralização dos poderes, e não sua concentração em qualquer esfera que seja.

d) CORRETA. Pois o estabelecimento de limites às instituições e aos atores políticos evita a concentração de poderes nas mãos de um indivíduo ou de um grupo.

e) ERRADA. Pois a divisão e a independência de poderes combate justamente a concentração de funções nas mãos de um único governante.

Gabarito	D.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Conhecimento e compreensão.

Questões para pesquisa 193

Questão 1

A atividade pode servir também para discutir como a condição social das pessoas lhes facilita o acesso aos recursos informáticos. O professor poderá trabalhar o aspecto da exclusão digital.

Questão 2

A sugestão é utilizar a pesquisa como encerramento das discussões propostas ao longo do capítulo. Aqui o foco principal está na mobilização de setores da sociedade e na capacidade de pressionar governos e atingir a opinião pública, chamando a atenção para as reivindicações.

Outro elemento importante é a questão da participação política dos jovens, especialmente daqueles envolvidos na pesquisa e dos que fazem parte de seu círculo de convivência. Pode-se aproveitar a ocasião para apresentar aos estudantes métodos e técnicas das Ciências Sociais.

5. Atividade complementar

◆ Aprofundamento e aplicação

Leia o texto a seguir e responda às questões propostas.

O que é Ficha Limpa?

A Campanha Ficha Limpa foi lançada em abril de 2008 pela sociedade civil brasileira com o objetivo de melhorar o perfil dos candidatos e candidatas a cargos eletivos do país. Para isso, foi elaborado um Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a vida pregressa dos candidatos com o objetivo de tornar mais rígidos os critérios de quem não pode se candidatar – critérios de inelegibilidades. Assim, a proposta do Projeto de Lei de Iniciativa Popular era alterar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, já existente, chamada Lei das Inelegibilidades.

A iniciativa popular é um instrumento previsto em nossa Constituição que permite que um projeto de lei seja apresentado ao Congresso Nacional desde que, entre outras condições, apresente as assinaturas de 1% de todos os eleitores do Brasil.

O projeto Ficha Limpa circulou por todo o país, e foram coletadas mais de 1,3 milhão de assinaturas em seu favor – o que corresponde a 1% dos eleitores brasileiros. No dia 29 de setembro de 2009, o Projeto de Lei foi entregue ao Congresso Nacional com as assinaturas coletadas. [...]

Quase dois anos depois de entrar em vigor, a Lei da Ficha Limpa foi declarada constitucional pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 16 de fevereiro de 2012. Por sete votos a quatro, o plenário determinou que o texto integral da norma deveria valer a partir das eleições de outubro de 2012. [...]

CALDAS, Edvaldo Leite de. Prefeitura de Piancó. Disponível em: <www.pianco.pb.gov.br/o-que-e-ficha-limpa/>. Acesso em: maio 2016.

O texto está diretamente relacionado à realidade social e política brasileira, na qual a participação cidadã tem sido historicamente limitada, a despeito das diferentes lutas que são travadas em nosso cotidiano. Para transformar essa realidade, temos que compreendê-la em seus aspectos significativos, o que, no caso, implica a responsabilidade de trabalhar criticamente categorias e conceitos sociológicos e políticos. Tendo isso como referência, responda às questões a seguir.

- Por que a Lei da Ficha Limpa pode ser considerada uma importante conquista para o desenvolvimento da cidadania no Brasil?
- Em que medida a Lei da Ficha Limpa é uma realização expressiva para a afirmação histórica dos direitos humanos no Brasil?

Orientações ao professor: além de revisar alguns dos conceitos-chave utilizados ao longo do capítulo, pode-se incentivar a reflexão sobre exemplos contemporâneos que, na vida política brasileira, desafiam a sociedade a aprofundar suas práticas democráticas, ampliar sua participação cidadã e lutar pela efetividade dos direitos humanos. Nesse contexto reflexivo, pode-se propor que os alunos façam, em sala de aula, uma enquete para mostrar quais são os três principais problemas da vida política da cidade, do estado ou mesmo do país. A partir daí, também é possível incentivar os alunos a responder à seguinte questão: "O que posso fazer, como cidadão, para mudar a realidade política do meu meio social?".

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

A seguir, entrevista do professor brasileiro José Murilo de Carvalho. Nesta entrevista, o foco é a questão da democracia e da cidadania, temas entremeados em contextos sociais e políticos tão significativos quanto atuais.

"Dilma precisa injetar república no Brasil" – O historiador e membro da ABL afirma que a presidente tem a chance de melhorar a democracia brasileira e, para isso, precisa do apoio da opinião pública. [Maurício Meireles entrevista José Murilo de Carvalho.]

O livro *A construção nacional*: 1830-1889, organizado por José Murilo de Carvalho, ocupou a mesa de cabeceira da presidente Dilma Rousseff até o mês passado. Imortal da Academia Brasileira de Letras, o historiador de 72 anos diz que a presidente precisa avançar a partir das conquistas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva nas políticas sociais. Em outras palavras, a presidente precisa combater a corrupção, luta que, segundo ele, ganha força com seus altos índices de aprovação. *A construção nacional* cobre os acontecimentos desde

a abdicação de Dom Pedro I até a Proclamação da República. "Estamos num círculo virtuoso. Podemos corrigir os grandes erros do passado com reformas importantes", disse Carvalho a ÉPOCA. A seguir, trechos da entrevista.

ÉPOCA – A presidente Dilma Rousseff conseguiu índices de aprovação inéditos, se comparados ao primeiro ano de mandato de outros presidentes. A que o senhor atribui esses números?

José Murilo de Carvalho – Creio que ninguém previu esse desempenho da presidente, certamente devido a ela, e não ao ex-presidente, seu patrono, ou a alguma boa notícia na área econômica. Minha aposta é que a boa avaliação se deva a sua postura em relação ao que ela mesma chamou de malfeitos dos políticos. A grande rejeição de tais práticas pelo público e o reconhecimento do esforço da presidente para contê-las podem estar na raiz da popularidade. O apoio popular confere à presidente autoridade para continuar a exigir práticas mais republicanas, entendidas como o bom governo. É possível que a tão falada nova classe C já esteja engrossando as fileiras dos que cobram mais compostura na política.

ÉPOCA – Pode-se dizer então que a presidente Dilma acertou o tom ao abraçar como promessa o combate à corrupção?

Carvalho – Acredito que ela seja sincera. A única questão é saber aliar isso à habilidade política, para não atrapalhar seu governo. Disseram que Lula a apoia nessa postura, mas ele tem uma orientação um pouco diferente. Lula quer democracia. O desafio da presidente é injetar república no Brasil que ela herdou, sem inviabilizar as reformas e enfrentando posturas nem sempre republicanas no Congresso.

ÉPOCA – Há riscos para a governabilidade?

Carvalho – No Brasil, o presidente é muito forte, tem a caneta nas mãos. Não vejo uma nuvem escura para a governabilidade. Só que fica claro que coisas importantes não são decididas. Nem a Copa se consegue decidir, isso é um problema sério. Falta habilidade de articulação política. Eu diria que é um ponto fraco dela. Mas entendo que seja difícil conseguir governar sob a fome de empregos que os partidos têm.

ÉPOCA – Quando a presidente diz que não tolerará a corrupção, o senhor não vê isso como uma crítica ao governo anterior, tolerante com os malfeitos?

Carvalho – Essa é uma pergunta muito maldosa, você está querendo me jogar contra Lula (risos). Claro que há aí uma indicação de uma visão um tanto permissiva da política. Mas posso imaginar perfeitamente Lula argumentando que estava interessado na política social: "Se para fazer isso eu tenho de ter uma atitude que pode parecer tolerante com a corrupção, eu lamento; minha prioridade é outra". Eu diria que há uma ênfase que pode ser um pouco distinta. É uma questão de método de trabalho e estratégia política. Lula teve êxito na política social. Dilma, ao alterar a tática, provavelmente com o apoio de Lula, tentará fazer as reformas estruturais. A agenda de Lula já é uma conquista. É preciso ir adiante.

ÉPOCA – Muitos cientistas políticos dizem que a corrupção é um "efeito colateral" do sistema representativo. O senhor concorda?

Carvalho – Se você diz nesses termos, pode parecer que a democracia é uma coisa ruim. E isso está absolutamente errado. Mas é claro que há uma alteração dos valores. Não é uma crítica à democracia, mas uma constatação. Até porque parte desse aumento de representatividade aconteceu no meio de uma ditadura militar. Quem não se comportasse era cassado. Nosso desafio é conciliar essa abertura com os valores republicanos. É preciso introduzir república na democracia, e a opinião pública precisa fazer pressão para isso.

[...]

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2012/05/jose-murilo-de-carvalho-dilma-precisa-injetar-republica-no-brasil.html>. Acesso em: jan. 2016.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

CARVALHO, J. M.; et al. (Org.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MONTEIRO, G. T. M. *Manual do candidato às eleições*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010. Vol. 1.

SANTOS, W. G. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Vol. 1.

TRINDADE, A. A. C. *A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional*: perspectivas brasileiras. Brasília: F. Naumann, 1992.

Capítulo 8

Movimentos sociais

1. Apresentação do capítulo

O objetivo desse capítulo, que trata dos movimentos sociais, é apresentar o tema de maneira a contextualizá-lo histórica e socialmente. Sendo assim, pretende-se mostrar que interpretar e compreender os movimentos sociais como fenômenos sociais significa considerar tanto suas condições específicas de formação quanto as forças que agem para sua intensificação ou para seu enfraquecimento.

O tópico "Primeiras palavras" apresenta de forma genérica como o cidadão comum percebe o tema dos movimentos sociais e como os estudiosos o qualificam, no campo analítico e conceitual. O segundo e terceiro tópicos consideram o conteúdo histórico que deve estar por trás da leitura dos movimentos sociais e lista as características estruturais desses movimentos (classificação, abrangência, organização interna), a relação com o Estado – que se torna, em diversos sentidos, o interlocutor privilegiado dos movimentos – e os objetivos a serem alcançados, pela transformação ou pela conservação da realidade social.

Os tópicos 3 e 4 abrangem os velhos e novos movimentos sociais, para esclarecer mudanças e permanências desses movimentos ao longo da história, com foco especialmente em lutas por reivindicações e direitos nas últimas décadas. O caráter centralizador dos movimentos sociais clássicos (movimento operário e estudantil) perde espaço para formas mais plásticas de mobilização, em que o recorte de classe, por exemplo, não é mais o único definidor dos objetivos sociais a serem alcançados.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Organização social
- Cidadania
- Tradicionais movimentos sociais
- Revolução e reforma
- Direitos sociais
- Lutas sociais
- Justiça social
- Novos movimentos sociais
- Mudança e transformação social

Principais autores abordados no capítulo

- Talcott Parsons
- Maria da Glória Gohn
- Karl Marx
- Friedrich Engels
- Lenin

Principais temas abordados no capítulo

- Construção social e histórica dos movimentos sociais, dotados de algumas características estruturais que permitem seu estudo e sua teorização.
- Variações conceituais no estudo dos movimentos sociais, especialmente os extremos teóricos estrutural-funcionalismo e marxismo.
- Diferentes critérios de análise dos movimentos sociais: demandas, valores, identidades e ações.
- Relação entre movimentos sociais, cidadania e democracia.
- Diferenças entre novos e clássicos movimentos sociais.
- Construção de novas sociabilidades por meio da atuação dos movimentos sociais.
- Relações entre os movimentos sociais e o Estado.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

O capítulo visa apresentar aos estudantes o olhar das Ciências Sociais sobre o tema "movimentos sociais". Eles analisarão a trajetória dos movimentos sociais como canais para a reivindicação e a afirmação de direitos e para a construção da cidadania, e também reconhecerão as transformações ocorridas nos modos de manifestação desses movimentos ao longo dos tempos e de acordo com as especificidades de cada cultura. Para cumprir esse objetivo, são propostas as seguintes reflexões.

- Reconhecer a impossibilidade de compreender e analisar os movimentos sociais sem considerar sua trajetória histórica e os espaços geográfico e social em que incidem.

Deve-se destacar a necessidade de distinguir o entendimento popular sobre movimentos sociais – que prioriza as demandas como foco principal da organização – do científico, que os qualifica também pela consideração dos valores e das crenças dos seus integrantes. Para tanto, pode-se desenhar duas tabelas no quadro de giz. Em uma delas, devem constar as formas populares de qualificar os movimentos sociais; na outra, as formas conceituais dos especialistas. Ao lado da provável surpresa a respeito de como serão diferentes as formas de caracterizar esses movimentos, os estudantes verão que em alguns (ou muitos) casos os conceitos podem se assemelhar. Vale lembrar, contudo, que essas formas de conceituar não necessariamente se contradizem nem se dissociam: ao contrário, mesclam-se na caracterização dos movimentos.

- Perceber as transformações conceituais e concretas dos movimentos sociais, desde os princípios de sua organização, no século XIX, passando pelos anos 1960, até chegar aos dias de hoje.

É importante levar os alunos a perceber a ocorrência de uma mudança estrutural no que se refere à coordenação dos movimentos sociais: a descentralização dos atuais movimentos quando comparados àqueles tidos como clássicos (o movimento sindical, por exemplo). Para tanto, pode-se, com a ajuda de jornais, revistas, vídeos da internet e pequenos documentários voltados ao tema, comparar um movimento bem conhecido, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a movimentos recentes de reivindicação do direito à cidade e de ressignificação dos regimes democráticos, disseminados globalmente e constituídos de diversas classes sociais – urbanas e não urbanas – e formações ideológicas. Como resultado, é indicado dialogar com a turma a respeito das mudanças de tática e de composição social, e mostrar que todos os indivíduos são potencialmente capazes de integrar um movimento social, o que torna a discussão sobre o tema mais interessante.

- Compreender que a classificação dos movimentos sociais como transformadores ou revolucionários, de um lado, e reformistas, de outro, não é uma diferenciação conceitual pura, mas sim uma expressão combinada, na realidade social concreta, e deve ser compreendida de forma mais interpretativa do que esquemática.

É possível propor um debate para instigar os estudantes a buscar nos movimentos classificados como transformadores elementos de conservação (o que pode ou não ser encontrado), pois há contradições internas em todo e qualquer movimento humano organizado. Com isso, os alunos verão que nas Ciências Sociais a contradição e a interpenetração concreta dos temas é a tônica, e ao mesmo tempo constitui sua riqueza e importância.

Deve-se compreender ainda que os movimentos sociais classificados como "tradicionais" e "novos" têm como critério de diferenciação a associação a classes específicas. Assim, os "novos" superam a ideia de classe e a substituem por objetivos de diversos segmentos.

É importante levar os estudantes a perceberem que os movimentos não são mais analisados apenas pelas suas formas de ação, mas também pela identidade coletiva criada pelos grupos que, na maioria das vezes, entravam em conflito com as identidades sociais preconcebidas e conferidas por determinado sistema econômico e político. Tal intento pode ser conseguido por meio da discussão a respeito das diversas reportagens em veículos de mídia (televisiva ou impressa) sobre a questão ambiental ou sobre a da homossexualidade. Outro item é a forma de ação: os estudantes verão que o enfrentamento é mais político-partidário (os diversos partidos ideologicamente alinhados com a questão verde ou com a defesa dos direitos dos homossexuais) e na esfera das garantias civis, como o casamento *gay*. Desse modo, pode-se chamar a atenção para o fato de que nesse contexto são consideradas não apenas as formas de se manifestar, mas também o nível de engajamento e o alcance dos objetivos, estes diretamente influenciados pela capacidade de mobilização e penetração social (uma vez que se formam em estratos diversos da sociedade).

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 206

As *Considerações sociológicas* do capítulo propõem uma reflexão sobre a questão das drogas e o movimento "Marcha da Maconha" – que surgiu nos Estados Unidos na década de 1990 e já se disseminou por todo o mundo –, e colocam em debate as formas de atuação do Estado na "guerra contra as drogas". O objetivo central é refletir sobre as contradições nas ações do Estado e nos discursos utilizados no exercício do seu poder, bem como analisar a importância da luta dos movimentos sociais, para expor essas contradições e proteger os direitos dos grupos mais vulneráveis envolvidos no processo.

Direito e sociedade 207

A seção *Direito e sociedade* propõe relacionar os princípios fundamentais da Constituição brasileira com a questão dos movimentos sociais ligados à terra. A luta dos movimentos sociais repousa justamente na construção de uma "sociedade livre, justa e solidária", na qual haja a "prevalência dos Direitos Humanos". O texto que segue a Carta Constitucional traz questões importantes, como a função social da terra. Pode-se encaminhar a apresentação desse boxe mencionando os direitos que poderiam ser adquiridos se a terra fosse utilizada da maneira como prevê a Constituição.

Interfaces 208

O trabalho interdisciplinar dessa seção toma como ponto de partida o veganismo e o movimento de proteção dos animais, propiciando uma discussão rica e ao mesmo tempo evidenciando a importância do saber sociológico para entender fenômenos que, na sua complexidade, envolvem mais de um tipo de conhecimento. O veganismo é entendido como proposta de mudança de hábitos alimentares baseada nos valores tanto de defesa da vida de qualquer animal não humano quanto de suas relações mais amplas com o capitalismo, representado pela "indústria sanguinária". Dessa forma, o trabalho interdisciplinar nessa discussão perpassa tanto os conteúdos de Sociologia e Geografia – relacionados ao modo de produção capitalista, aos setores da economia e aos complexos agroindustriais – quanto da indústria química ou farmacêutica, ligadas à produção de insumos para a produção (vacinas, hormônios e antibióticos) visando ao aumento da produtividade. Esse tema de amplo alcance, e sua relação com as disciplinas de Biologia, Química e Geografia, mostra que um entendimento extenso sobre uma questão *a priori* apresentada como simples "ideologia" de não comer carne permite o entrelaçamento interessante do conhecimento de várias ciências que têm servido para sustentar um modelo de economia e de sociedade.

Indicações

Livros 198, 202

- *Movimentos sociais urbanos*. Regina Bega dos Santos.

O livro, que trata das lutas empreendidas pelos movimentos sociais urbanos desde o final da década de 1970, por meio da análise do seu surgimento, sua organização e seus desdobramentos, é um material que pode ser utilizado para discutir os movimentos sociais urbanos das últimas décadas, suas demandas e formas de luta.

- *História dos movimentos e lutas sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros. Maria da Glória Gohn.

O livro retrata os esforços de diferentes movimentos sociais em busca de seus direitos, em momentos distintos da história brasileira republicana, e pode ser utilizado para debater as lutas de vários grupos e classes sociais no Brasil. Pode ser importante para um trabalho conjunto com professores de História.

Site 201

- *<www.mst.org.br>*

Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Divulga ações, reivindicações, textos e vídeos sobre o MST e outros movimentos sociais. Pode ser utilizado para incentivar os estudantes a pesquisarem a questão da luta pela terra no Brasil. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 200, 203, 205

- *Terra para Rose* e *O sonho de Rose*

A ideia é discutir as razões que levaram ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como as perspectivas e visões dos personagens com o distanciamento proporcionado pelos 10 anos entre as duas produções.

- *Junho: o mês que abalou o Brasil*

Com esse documentário, pode-se trabalhar o impacto das manifestações populares de 2013 sobre a agenda política do país. O depoimento de múltiplos atores sociais permite discutir a pluralidade de ideias, as potencialidades dessas manifestações e os obstáculos para um real processo de transformação da sociedade brasileira.

- *Malcolm X*

Permite abordar a trajetória do protagonista como um dos exemplos de luta por igualdade dos direitos civis do movimento negro estadunidense nos anos 1960. O filme pode ser utilizado para observar diferentes identidades e ações do movimento no contexto apresentado.

Aplicativo 205

- *Movimento Passe Livre (MPL)*

Além de apresentar um pouco da história do movimento, o aplicativo Movimento Passe Livre (MPL) é um bom exemplo de organização e mobilização da sociedade. O importante é que os estudantes relacionem os aplicativos e as novas tecnologias da informação com os movimentos sociais.

MovimentAção 211

A atividade proposta permite que os estudantes se envolvam ativamente nos problemas da comunidade. Eles próprios devem realizar a pesquisa e escrever as matérias, desenvolvendo o senso crítico e o protagonismo. O docente deve atuar como mediador e orientador do trabalho, em todo o processo. A edição do jornal será mais enriquecedora se for realizada em conjunto com outras disciplinas, como Língua Portuguesa, Arte, História, Geografia etc.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 209

Questão 1

1. Durante todo o século XX, diversos foram os movimentos que promoveram lutas por transformações e conquistas sociais: movimentos pacifistas, que buscavam protestar contra conflitos bélicos entre diferentes nações; movimentos estudantis, que configuraram suas lutas com base nas demandas educacionais locais, assim como em temas comuns a diferentes realidades (como a liberdade de expressão); movimentos contra regimes autoritários, em especial na América Latina, após as sucessivas formações de regimes militares; movimento negro, em busca da consolidação da cidadania da população negra e mestiça, entre outros.
2. Quando os movimentos sociais passam a representar formas de atuação e organização da sociedade civil, percebe-se que se tornam imprescindíveis atores de lutas por democracia. Qualquer grupo minoritário pode se articular em movimentos e lutar por suas próprias pautas, assim como se articular com outros grupos que estejam reivindicando direitos. Além disso, a participação em organizações coletivas reforça a necessidade de atuação organizada dos integrantes da sociedade nas esferas políticas, no sentido de deixarem de ser meros atores passivos para se converterem em protagonistas de sua própria realidade.
3. Os movimentos tradicionais são marcados pelo fácil reconhecimento de suas lideranças, graças a uma estrutura verticalizada, em que os integrantes seguem determinações específicas dos dirigentes. Outra forte marca desses movimentos é a busca por assumir ou transformar diretamente as estruturas do Estado. Já os novos movimentos sociais são marcados por relações mais horizontais entre seus integrantes, sem a configuração oficial de um grupo dirigente. Eles buscam estabelecer modificações nas relações sociais e culturais, sem assumir como meta a obtenção de esferas estatais.

Questão 2

a) ERRADA. Pois reproduz uma visão que afirma a limitação dos movimentos sociais para o atendimento das demandas unicamente no campo econômico, o que exclui o caráter social, político e cultural desses movimentos.

b) ERRADA. Pois mostra os movimentos sociais como forças isoladas, sem relação entre si. Esses movimentos apresentam reivindicações amplas e apoiam a luta de diferentes ações coletivas.

c) CORRETA. Pois o texto apresenta o movimento feminista como uma forma de luta e denúncia contra discriminações e negação de direitos a diferentes grupos sociais. Ressalta, no entanto, que, apesar de as demandas e a organização serem autônomas, há uma vinculação entre elas. Assim, somente essa alternativa corresponde exatamente ao proposto.

d) ERRADA. Pois apresenta o movimento ecológico (ambiental) como se este não fosse um movimento social. O movimento ecológico tem um histórico de luta e demanda pela qualidade de vida e pela preservação ambiental.

e) ERRADA. Pois afirma que o movimento feminista perdeu força a partir da conquista de alguns direitos. No entanto, tal conquista é o resultado direto da força de articulação e mobilização do movimento feminista.

Gabarito	C.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Avaliação.

Questão 3

a) ERRADA. Pois não se encontra de acordo com a interpretação da segunda charge, que mostra uma relação de conflito entre movimentos sociais e policiais.

b) ERRADA. Pois nela aparece a afirmação de que os movimentos sociais lutam pelos direitos "injustificáveis" das minorias sociais, o que é incorreto. Os direitos das ditas minorias sociais são justificáveis pelo processo histórico de exclusão e exploração desses grupos.

c) ERRADA. Pois há uma visão distorcida dos movimentos sociais, que os associa a badernas e confusões. A segunda charge mostra uma relação de conflito, e não de harmonia, entre movimentos sociais e a polícia.

d) CORRETA. Pois as charges apresentam, respectivamente, duas características dos movimentos sociais: a luta pelos direitos das diversas minorias sociais e a repressão que sofrem por parte das forças policiais.

e) ERRADA. Pois apresenta uma visão deturpada: os movimentos sociais não querem acabar com a sociedade, mas propor, entre outras possibilidades, um novo modelo de organização social.

Gabarito	D.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Avaliação.

◆ Questão para debate 210

Aqui cabe incentivar os alunos a compreenderem o surgimento dos "rolezinhos" com base nas demandas e desejos dos jovens de periferia e dos bairros pobres, assim como a surpresa e a repulsa por parte de lojistas, administradores de *shopping centers* e uma parcela da sociedade. Pode-se ampliar a discussão tendo em mente a análise da propagação em veículos de comunicação e redes sociais.

Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana e ampliar a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
Domínio cognitivo	Avaliação, compreensão e análise.

5. Atividade complementar

◆ Aprofundamento e aplicação

A maior novidade dos NMSs [Novos Movimentos Sociais] é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo. Através da identificação das novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção e sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e o produtivismo; e da defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem-estar material, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e se produz, mas também o modo como se descansa e se vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma única classe social e sim grupos sociais transclassicistas ou até mesmo a sociedade como um todo.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 258.

Os alunos devem explicar, com base no texto, as principais características dos novos movimentos sociais.

Orientações ao professor: o objetivo da atividade é que os estudantes percebam as demandas dos novos movimentos sociais, como as questões de reconhecimento, identidade, problemas ambientais, entre outras. Pode-se comparar esses movimentos com aqueles de orientação marxista, nos quais a pauta de discussão é voltada para as questões de classe.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

Na fronteira dos movimentos sociais

[...] Propor nova definição e análise dos movimentos sociais, das características e das diversas interpretações elaboradas sobre eles, pode ser julgado como mais pernicioso do que útil. Atualmente, a única razão que me parece justificar um novo exame dessa noção é a introdução de outros elementos no debate. Aqui, duas possibilidades de crítica se apresentam. A primeira delas declara que a ideia de movimento social é menos uma categoria propriamente analítica do que uma categoria de natureza histórica. Isto é, os movimentos sociais estão ligados a um tipo de sociedade, que deixamos para trás, por exemplo, a sociedade industrial. A definição, entretanto, pode ter maior amplitude e, assim, não haver mais necessidade de utilizar a noção de movimentos sociais. Alguns dirão mesmo que é necessário deixar essa noção que nos fecha em um tipo de sociedade que, em grande parte, pertence ao passado, dando a impressão de nos oferecer um instrumento de análise geral.

A segunda forma de criticar o uso da noção de movimento social é enfatizar que os fenômenos de globalização ou de mundialização deslocaram consideravelmente os espaços e mecanismos de conflitos, de tal modo que os movimentos sociais merecedores de estudos são aqueles que colocam em questão os mecanismos de globalização que, em larga medida, não suscitam decisões semelhantes àquelas adotáveis por uma "classe dirigente", e não aqueles que se opõem a categorias sociais no interior de um conjunto político ou territorial bem determinado. [...]

TOURAINE, Alain. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

O trecho do texto de Alain Touraine é interessante para discutir a categoria dos movimentos sociais no contexto contemporâneo. Os chamados "novos movimentos sociais" permitem entender não apenas o campo de lutas e demandas, mas também as mudanças ocorridas no âmbito social, político e econômico.

Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina

[...] No Brasil, a partir dos anos 90, a tendência dos grupos sociais organizados se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes passou a imperar como modismo, de um lado, e "exigência para sobrevivência", de outro. À medida que o cenário da questão social se alterou, novíssimos atores ou sujeitos sociais entram em cena, como as ONGs e as entidades do Terceiro Setor; as políticas sociais públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais, gerando inúmeros projetos sociais de intervenção direta na realidade social. Resulta desse cenário que a sociedade civil organizada passou a ser orientada por outros eixos, focada menos nos pressupostos

ideológicos e políticos, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas. Dessas articulações surgem as redes sociais e temáticas (gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas), os fóruns, as câmaras etc. A rede social tem um enraizamento maior com as comunidades locais. A rede temática tem poder de articulação que extrapola o nível local, atuando da esfera local até a global. As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas. Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas. Rede é uma categoria muito utilizada na atualidade, com diferentes sentidos. Ela é importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados, porque, além de permitir a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existente, sem cair em visões totalizadoras da unicidade, elas têm certa permanência e realizam a articulação da multiplicidade do diverso, tanto em períodos de fortes fluxos das demandas, como nos de refluxo. [...]

GOHN, Maria da Glória. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf.>. Acesso em: jan. 2016.

O excerto de texto de Maria da Glória Gohn permite não apenas entender a amplitude e a mudança da sociedade civil organizada, por meio de ONGs e dos novos movimentos sociais, mas também a importância que as redes sociais assumem na sociedade contemporânea.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, v. 1, out. 1986.

LÖWY, Michel. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOURAINE, Alain. *Iguais e diferentes*: poderemos viver juntos? Petrópolis: Vozes, 2003.

Unidade 4 Mundo do trabalho e desigualdade social

Capítulo 9

Trabalho e sociedade

1. Apresentação do capítulo

O nono capítulo apresenta diferentes debates e visões do trabalho em diversos contextos históricos e sociais, fazendo uma reflexão sobre a importância dessa atividade com base em análises científicas. Para facilitar o estudo, o capítulo foi dividido em quatro partes.

A primeira parte (tópico 1) faz uma introdução ao tema e mostra os diferentes significados e características do conceito "trabalho" ao longo da história.

A segunda parte (tópico 2) apresenta as análises dos clássicos da Sociologia sobre o tema: suas visões, metodologias e pontos de partida para perceberem as funções e as consequências do trabalho na sociedade capitalista.

A terceira (tópico 3) remete à análise dos principais modelos de produção desenvolvidos no sistema capitalista, além de explicar o contexto de surgimento, as principais características, implicações e consequências dos modelos taylorista-fordista e toyotista, bem como o desenvolvimento do sindicalismo nesses dois períodos.

Por fim, a quarta parte (tópico 4) busca traçar um quadro contemporâneo do "mundo do trabalho" e discute criticamente as características do cenário atual. Também contempla novos conceitos e formas de estabelecer relações trabalhistas (com destaque para os conceitos de "economia solidária", desenvolvido pelo economista brasileiro Paul Singer, e de "precariado", desenvolvido pelo sociólogo inglês Guy Standing e pelos sociólogos brasileiros Ruy Braga e Giovanni Alves).

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Trabalho
- Alienação do trabalho
- Produção, meios de produção e relações sociais de produção
- Solidariedade (orgânica e mecânica)
- Divisão social do trabalho
- Fordismo, taylorismo e toyotismo
- Classes sociais
- Flexibilização da produção
- Mais-valia (absoluta e relativa)
- Terceirização e privatização

Principais autores abordados no capítulo

- Émile Durkheim
- Frederick W. Taylor
- Giovanni Alves
- Guy Standing
- Isaac Asimov
- Max Weber
- Karl Marx
- Ricardo Antunes
- Richard Sennett
- Ruy Braga

Principais temas abordados no capítulo

- O trabalho como atividade indispensável para a produção dos meios necessários à sobrevivência dos seres humanos.
- As construções sociais de valor relacionadas ao trabalho, e sua utilização como instrumento de classificação das pessoas em uma sociedade.
- Relações entre a estrutura social e as relações sociais de produção.
- A concepção de Marx da divisão social com base na posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo.
- A mais-valia como mecanismo de exploração do trabalho.
- A teoria de Weber sobre a relação entre o surgimento do capitalismo e a Reforma Protestante.
- A teoria de Durkheim sobre a divisão do trabalho como forma de coesão social.
- A racionalização do trabalho e o desenvolvimento do modelo de produção taylorista-fordista.
- A crise do fordismo e o surgimento do toyotismo, caracterizado pela flexibilização do modo de produção.
- As transformações no sindicalismo associadas às modificações no modelo de produção.
- O cenário atual do mercado de trabalho: terceirizações, precarização do trabalho, informalização e desemprego estrutural.
- A economia solidária como modelo alternativo de produção e desenvolvimento.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

O objetivo é permitir que os estudantes percebam a relação existente entre a forma de organização do mundo do trabalho e os aspectos políticos e sociais de determinado contexto. Para isso, pretende-se que os alunos:

- Compreendam que o trabalho é uma atividade necessária à produção dos recursos necessários à sobrevivência dos seres humanos e que, portanto, sempre foi praticada. E que percebam, porém, que a forma como essa atividade está organizada e os sentidos a ela atribuídos têm estreita relação com o contexto histórico e social no qual ela é desenvolvida. A partir disso, é possível refletir sobre os fatores que influenciam a organização do mundo do trabalho na sociedade atual, suas implicações e as possibilidades de mudanças;
- Desenvolvam uma visão crítica sobre o mundo do trabalho, exercitem a análise sociológica e desconstruam visões que buscam explicar o desemprego com base em características individuais do trabalhador;
- Identifiquem e compreendam as mudanças socioeconômicas que determinam o perfil de qualificação exigido no mundo do trabalho.

O trabalho constitui-se como um tema central da Sociologia, tanto pelo seu caráter estruturante das sociedades capitalistas quanto pelas suas possibilidades de análise e de intersecção com outras ciências. Para evidenciar esse caráter, o professor pode utilizar exemplos como estratégia ou solicitar aos estudantes que façam uma pesquisa nas diferentes áreas de conhecimento em que o trabalho é abordado, como Direito, Economia, História, Geografia e Filosofia.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 228

Recomenda-se orientar os alunos para que percebam as relações entre o processo de precarização do trabalho e o avanço da terceirização, tanto no setor público quanto no privado.

O trecho "as múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados em todas estas atividades: nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical" pode ser utilizado como eixo norteador da discussão. É interessante que os alunos entendam que a flexibilização das leis trabalhistas como argumento para a ampliação de novos postos de trabalho, sobretudo por meio da terceirização,

não tem produzido resultados significativos. Os dados estatísticos do Dieese poderão auxiliar nesse debate.

Direito e sociedade 229

A noção de trabalho, como se sabe, é basilar na constituição do sujeito, pois confere identidade e pertencimento ao indivíduo. Pensando em explorar essa realidade, pode-se discutir o paradoxo do mundo do trabalho atual, no qual, apesar de existir uma parcela da classe trabalhadora empregada no mercado formal de trabalho, gozando de direitos trabalhistas, outra parte exerce as atividades laborativas em condições de total degradação, sendo explorada em situações análogas à escravidão. É interessante debater com os estudantes como a convivência de variadas formas de exploração do trabalho é funcional para o capitalismo atual.

Indicações

Livros 218, 219, 227

- *Juventude e ação sindical*. Anderson Campos.

O livro problematiza a situação vivida pelos jovens em sua inserção no mundo do trabalho mediante uma análise da precarização das condições de trabalho e das lutas desenvolvidas para melhorar essa situação. Pode-se propor seminários, nos quais será discutida a realidade do mundo do trabalho enfrentada pelos jovens que procuram a primeira oportunidade profissional. A obra colabora principalmente para a percepção de que a realidade efetiva do mundo do trabalho não corresponde aos modelos que por vezes são vendidos pelos meios de comunicação e pelas empresas.

- *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ricardo Antunes.

Pelo estudo das relações entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial, e as novas configurações da classe trabalhadora, o autor reafirma a tese da centralidade da categoria trabalho no mundo contemporâneo, indo contra a desconstrução teórica realizada nas últimas décadas do século XX. Pode-se propor debates com os estudantes sobre as mudanças mais recentes no perfil social da classe trabalhadora brasileira, destacando os aspectos de gênero e étnico-racial, o avanço da terceirização e como isso tem se refletido nas suas organizações e lutas.

- *A corrosão do caráter*: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Richard Sennett.

A obra discute com bastante propriedade a formação das personalidades e das identidades sob as novas relações de trabalho do capitalismo do final do século XX. O autor demonstra como essas relações, caracterizadas pela flexibilidade, têm impacto no modo como os indivíduos conformam seu caráter. O livro permite o debate sobre a relação entre o mundo do trabalho e a construção de identidades pessoais. Pode-se resgatar nessa discussão a perspectiva sociológica que percebe o trabalho como elemento integrador e questionar como as novas relações de trabalho modificam esse papel.

Sites 220, 227

- <*www.oit.org.br*>

Pode-se usar o *site* da Organização Internacional do Trabalho como fonte de informação sobre o trabalho no mundo. Além disso, é possível trabalhar, em sala, os quatro objetivos estratégicos da organização: liberdade sindical e efetivo direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e promoção do emprego produtivo de qualidade; extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.telacritica.org*>

Coordenado pelo professor de Sociologia Giovanni Alves, da Unesp de Marília (SP), discute temas dessa área, em especial aqueles relacionados ao mundo do trabalho, por meio da análise de filmes dos mais diversos gêneros, origens e épocas. Pode-se utilizar o *site* para discutir diferentes filmes, que, exibidos na própria escola, criarão um espaço para conversar sobre o mundo do trabalho. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 218, 221, 222, 223

- *Terceirização – a escravidão em versão neoliberal*

O documentário pode ser trabalhado com os estudantes para mostrar como o avanço da terceirização precariza as condições de trabalho, servindo também à reflexão sobre as diversas formas de exploração do trabalho que convivem no capitalismo atual, desde os empregados contratados diretamente pelas empresas, que gozam de direitos trabalhistas, até os terceirizados, que sofrem por estarem inseridos em relações de trabalho bastante precárias.

- *Tempos modernos*

Pode-se utilizar o filme para explorar diferentes dimensões das relações sociais no mundo do trabalho capitalista, entre elas as consequências da submissão ao processo de produção, o desemprego e a vulnerabilidade dos trabalhadores diante das crises do sistema. Consiste também em importante documento sobre o período da depressão nos Estados Unidos e no mundo.

- *A classe operária vai ao paraíso*

Esse filme permite discutir com os estudantes as diferentes dimensões que envolvem a experiência do trabalhador, em especial a realidade operária. Possibilita ainda relativizar a realidade do trabalho sob o regime fordista ao apresentar alguns de seus problemas e contradições.

- *Ou tudo ou nada*

A produção serve de base para o debate sobre algumas das transformações geradas pelo capitalismo global nos setores industriais de países mais desenvolvidos, como desemprego, precarização do trabalho, perda de laços associativos e de identidade pelo trabalho, entre outras.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 230

Questão 1

1. A origem latina do termo "trabalho" – *tripallium* – refere-se a um instrumento de tortura. Isso remete a uma ideia de atividades penosas, sem nenhum valor positivo, que eram realizadas por indivíduos considerados inferiores. No mundo moderno, "trabalho" tem uma conotação positiva, de atividades a serem desenvolvidas por todos os indivíduos e relacionadas ao fortalecimento da coletividade e a ganhos individuais.
2. Marx parte do princípio de que a divisão social do trabalho no capitalismo gera desigualdade. Nesse sentido, a sociedade capitalista se divide entre os proprietários dos meios de produção (burguesia) e a mão de obra assalariada (proletariado), de modo que a burguesia se consolida como classe dominante pela exploração do proletariado, por meio da geração e apropriação pela burguesia daquilo que Marx chama de mais-valia. Já Durkheim defende a tese de que a intensa divisão social do trabalho não vai gerar desigualdade social, mas "solidariedade", que tornaria os indivíduos interdependentes e geraria coesão social graças às necessidades em relação ao trabalho realizado pelos outros membros da comunidade. Essa relação é denominada por Durkheim "solidariedade orgânica".

Orientação para condução da atividade

As questões podem ser trabalhadas de diferentes modos em sala de aula e as respostas podem variar. Portanto, sugerem-se algumas formas de trabalho:

- Divisão em grupos e socialização das respostas para cada questão;
- Utilização de vídeos (documentários, entrevistas ou filmes) que retratem de alguma forma as questões propostas;
- Realização de pesquisa individual ou em grupo como forma de aprofundar as temáticas abordadas.

Questão 2

a) ERRADA. Pois o autor afirma que a reestruturação produtiva "se particulariza em termos nacionais", e não como um processo global.

b) CORRETA. Pois o texto trata das práticas de produção nos países periféricos, que são principalmente tayloristas, embora convivam com "experiências pontuais de inovação organizacional e tecnológica".

c) ERRADA. Pois o autor afirma que os padrões de organização do trabalho não mudaram por completo em todos os países simultaneamente – essas mudanças ocorrem em níveis diferentes, de acordo com cada país.

d) ERRADA. Pois o autor diz que no Brasil, por exemplo, convivem o modelo fordista e um novo padrão de organização do trabalho, alternativo ao fordismo.

e) ERRADA. Pois o autor afirma que houve "mudanças que atravessaram o mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX".

Gabarito	B.
Campo	Interpretação e compreensão.
Competências	Analisar e comparar os diferentes discursos presentes na teoria política. Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, com base nas observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Avaliação e compreensão.

Questão para debate 230

A discussão proposta deve apontar para o fato de que as novas relações de trabalho são caracterizadas pela precarização e pela fragilidade. Os empregos são muito instáveis e há grande rotatividade de mão de obra, o que não permite desenvolver um sentimento de pertencimento e identidade com a empresa e com o grupo de trabalhadores. Tendo isso em mente, pode-se sugerir a realização de pesquisas sobre o tempo médio de permanência de trabalhadores em determinada empresa e/ou exibir filmes que abordem a questão da instabilidade e seus impactos nas relações entre os trabalhadores.

Pode-se orientar o debate para relacionar as novas formas de organização do mundo do trabalho com a realidade cotidiana dos jovens, em especial as expectativas que eles têm de sua atual ou futura inserção no mercado de trabalho. É recomendado discutir com os alunos os impactos que essa perspectiva traz para sua experiência na escola.

Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que ampliem a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
Domínio cognitivo	Análise e avaliação.

Exame de seleção 231

a) ERRADA. Pois não houve aumento dos vínculos dos operários com as linhas de montagem sob a influência do toyotismo.

b) ERRADA. Pois o teletrabalho não resolve o problema do desemprego crônico em larga escala.

c) CORRETA. Pois o aumento da automação intensifica a flexibilização do trabalho e a necessidade de o trabalhador conhecer mais etapas do processo produtivo. E a terceirização reduz o custo da força de trabalho e aumenta o capital destinado ao investimento.

d) ERRADA. Pois máquinas e computadores não substituem técnicos e gestores.

e) ERRADA. Pois não há garantia de harmonização das relações de trabalho.

Gabarito	C.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Síntese.

Questão para pesquisa 231

Orientação para condução da atividade

A pesquisa pode traçar um panorama interessante da situação de desemprego dos jovens do bairro em que a escola está localizada, o que contribui para um desvelamento da realidade social por parte dos alunos. Deve-se colaborar com os alunos no sentido de estruturar a pesquisa e fornecer os instrumentos de análise dos dados coletados. É aconselhável comparar os dados obtidos em âmbito municipal para uma amplificação dos debates.

5. Atividade complementar

Aprofundamento e aplicação

Leia o trecho da reportagem aos estudantes e proponha a realização das atividades seguintes.

Por dupla jornada e acúmulo de função, empresas de ônibus no Rio são alvo de investigação do MPT

[...] Outra prática criticada pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) é o motorista que também atua como cobrador. Na quinta-feira (8), um ônibus invadiu uma calçada em Rio Comprido, zona norte da cidade, e feriu uma mulher. Na ocasião, o motorista recebia o pagamento por uma passagem.

Essa dupla função é incompatível com a direção segura. Independente do acordo da empresa com o funcionário, o Código de Trânsito é claro. O condutor não pode estar realizando outra atividade enquanto dirige. A Secretaria Municipal de Transportes deveria estar fazendo fiscalizações no tocante a isso”, disse Carelli.

Procurada pelo UOL, a Secretaria Municipal de Transportes não se manifestou até a publicação deste texto.

Ainda segundo Carelli, o MPT se empenha em combater os diversos problemas. “Estamos investigando e, em muitos casos, processando essas práticas, que não podem continuar vigorando. A viação Real Auto Ônibus, por exemplo, acaba de ser multada em R$ 500 mil. As empresas precisam se adequar ou vão perceber que este negócio vai se tornar inviável por condenações como essa.

REIS, Júlio. *Uol*. Por dupla jornada e acúmulo de função, empresas de ônibus no Rio são alvo de investigação do MPT. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/13/empresas-de-onibus-no-rio-sao-alvo-de-investigacao-por-descumprir-legislacao-trabalhista.htm>. Acesso em: mar. 2016.

A reportagem está inserida no contexto atual do Brasil. Porém, tal quadro nos remete à análise de Karl Marx sobre as relações de trabalho presentes no sistema capitalista. O professor poderá pedir aos alunos que respondam:

- De que modo as relações desenvolvidas entre os empregados e os donos das empresas de ônibus, apresentada na reportagem, se relaciona com a teoria marxista?
- Tal prática configura qual dos modelos de mais-valia desenvolvidos por Karl Marx? Justifique sua resposta.

Orientações ao professor: além de revisar uma parte do conteúdo e os conceitos trabalhados no capítulo, pode-se incentivar os alunos a refletirem sobre exemplos contemporâneos que reproduzem algumas críticas da teoria marxista ao sistema capitalista. É possível, por exemplo, sugerir que pesquisem outras formas de existência da mais-valia nas relações de trabalho atuais.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

A seguir, são apresentados dois trechos de obras significativas para a compreensão da divisão do trabalho nas sociedades modernas. São visões distintas, mas que podem se complementar, na tentativa de se entender o papel do trabalho na construção e no desenvolvimento das relações sociais do sistema capitalista. Émile Durkheim retira do trabalho a exclusividade da análise pelo campo econômico, apresentando a noção de que as relações de trabalho e a interdependência existente entre os indivíduos seriam um dos pilares da coesão social. Karl Marx, por sua vez, enfoca a construção da desigualdade social com base na análise do conceito de classe, segundo o qual a desigualdade seria (re)produzida no interior das relações de trabalho.

Mas, se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um "trocador", como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os ligam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 429.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe de trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado.

MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 14.

Os trechos foram sugeridos para estimular uma reflexão sobre as visões de Marx e Durkheim. O primeiro trecho aborda a noção de "solidariedade social", desenvolvida por Durkheim, e é possível fazer com que os estudantes retornem ao livro para revisarem tal conceito e suas especificidades. Já o segundo trecho aborda a concepção de "luta de classes" presente na teoria marxista, o que permite levar os alunos a compreenderem as relações de trabalho no sistema capitalista com base na visão desse autor.

Essa atividade também pode reforçar a noção de que as Ciências Sociais, e a Sociologia como exemplo concreto, produzem significados, observações e definições diversas sobre um mesmo tema, o que confirma a pluralidade desse campo científico.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vols. I, II e III. São Paulo: Boitempo, 2006, 2013 e 2014.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

Capítulo 10

Estratificação e desigualdades sociais

1. Apresentação do capítulo

O capítulo discute os principais conceitos e teorias relacionados a um dos temas primordiais da Sociologia: as desigualdades sociais.

É possível dividi-lo em três partes. Na primeira (tópico 1), além da introdução ao tema, que ressalta a pluralidade de formas pelas quais a desigualdade pode se manifestar, são abordados os conceitos de estrutura, estratificação e mobilidade social, imprescindíveis ao entendimento das desigualdades. Destaca-se a desigualdade digital, com o intuito de mostrar a conexão existente entre as formas de desigualdade e a exclusão social.

A segunda parte (tópico 2) trata das formas de estratificação social. Após uma breve abordagem do sistema de castas e do de estamentos, é debatido o conceito de classes sociais. A opção de análise sobre as classes sociais valeu-se de duas abordagens: a marxista e a weberiana. O Brasil começa a ser tratado tendo por foco a discussão sobre "a nova classe média". Dessa forma, o país passa a ser o contexto das análises sobre as classes sociais e a mobilidade social.

A terceira parte (tópico 3) aborda algumas explicações sobre as desigualdades sociais e a pobreza. Ao longo da história, os esclarecimentos para esses fenômenos variaram de atributos naturais e físicos a causas sociais.

As análises buscam transcender o aspecto econômico da desigualdade e enfocam também as desigualdades de gênero e raça. Para isso, nessa parte do capítulo, são utilizadas algumas estatísticas oficiais como forma de dar concretude às análises. As questões de gênero e raça contam com dados que podem ser facilmente analisados de forma comparativa. Para finalizar, há um debate sobre a dimensão formal da igualdade e sua aplicação efetiva. Nesse ponto, uma discussão sobre o acesso aos direitos humanos conduz à possibilidade de melhoria das condições de vida da sociedade. A superação dessa dicotomia está relacionada a políticas públicas que ampliem a igualdade de direitos e oportunidades.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Desigualdades sociais
- Estamentos
- Direitos humanos
- Castas
- Estrutura social
- Relações de produção
- Mobilidade social
- Pobreza
- Estratificação social
- *Status* social
- Classes sociais
- Hierarquia social

Principais autores abordados no capítulo

- Karl Marx
- Jessé de Souza
- Max Weber
- Marcio Pochmann
- Marcelo Neri
- Raquel Rolnik
- Renato Ortiz
- Octavio Ianni

Principais temas abordados no capítulo

- A desigualdade social como parte da estrutura das sociedades e sua construção social em diferentes períodos históricos.
- A estratificação social como forma de as sociedades estabelecerem seus próprios critérios de hierarquização social e algumas possibilidades de mobilidade social.
- As distinções conceituais no estudo das desigualdades sociais, com ênfase na teoria marxista e na teoria weberiana.
- As desigualdades sociais e a pobreza no Brasil, e suas principais causas e consequências.
- As diferentes formas de desigualdade social: socioeconômica, racial, de gênero, geracional e regional.
- As desigualdades de gênero e raça no mundo do trabalho.
- A concentração de renda como um dos principais fatores de manutenção das desigualdades sociais no Brasil.
- A mobilidade social e a "nova classe média" no Brasil contemporâneo.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

O tema das desigualdades sociais está relacionado a muitas situações cotidianas. Assim, uma aula sobre essa temática pode facilmente ter origem em uma discussão sobre a realidade vivenciada pelos estudantes, em casa, nos bairros ou no município, enumerando-se, por exemplo, os casos de desigualdades sociais que são vivenciados no dia a dia. Mas, didaticamente, e em especial no Ensino Médio, é importante trabalhar com um número limitado de tópicos com objetivos bem delimitados, mas sempre deixando claro que essa é uma abordagem possível, mas que podem existir outros possíveis exemplos.

O capítulo começa com uma introdução que destaca a importância do estudo sobre as desigualdades sociais (no plural), suas inter-relações e nexos causais. Depois, avança na discussão sobre três tipos de estratificação social: castas, estamentos e classes sociais. Os dois primeiros são definidos e situados em seus respectivos contextos históricos. No caso das classes sociais, o tratamento é um pouco mais extenso, para diversificar o marco teórico-metodológico de constituição, características e análise dessas classes.

Assim, depois da contextualização, o texto considera algumas teorias da estratificação. A discussão começa com Karl Marx. Seus estudos abordam principalmente as classes sociais, a luta de classes e as desigualdades econômicas decorrentes desse embate. Para ele, a definição de classe depende da relação dos indivíduos com os meios de produção. Em outras palavras, é a posição do indivíduo no processo produtivo que define sua classe: proprietário ou não proprietário. Outro autor abordado, Max Weber, analisa o tema sob a ótica de um sistema multidimensional de estratificação, contrário ao modelo polarizado sugerido por Marx. Na leitura de Weber sobre as classes sociais, destacam-se dois pontos:

- A classe não se limita à posse dos meios de produção, mas se estende ao acesso a recursos que confiram poder e prestígio;
- A estratificação tem mais dois fatores: *status* e partido.

Pode-se pedir aos estudantes que elaborem uma definição de classe e que, ao mesmo tempo, estabeleçam diferenças de *status* social entre as classes sociais. Recomenda-se também criar algumas situações para que os alunos defendam o conceito que melhor explica o que, para eles, é uma classe.

O capítulo continua com a abordagem da desigualdade e da pobreza no Brasil, e resgata algumas explicações de suas causas que passavam por justificativas naturalistas: clima e raça.

São tratadas, ainda, as desigualdades no mercado de trabalho. Nesse sentido, o acesso ao emprego e à renda é visto como diretamente ligado às características dos indivíduos. O capítulo enfatiza as desigualdades de gênero e raça relacionadas ao mercado de trabalho, que levam a um ciclo no qual as desigualdades sociais ampliam as contradições econômicas, especialmente no Brasil. Nesse momento, pode-se rever outros temas já abordados, como a questão racial e as políticas afirmativas, propondo uma discussão sobre as possibilidades de redução das desigualdades.

A desigualdade de renda, por sua vez, é abordada de forma analítica, com base em estatísticas oficiais, como no caso das questões de raça e gênero. Os dados revelam um mal histórico da sociedade brasileira: o abismo entre pobres e ricos. É indicado sugerir uma pesquisa sobre a concentração de renda, de riqueza e de terras no Brasil. Esse exercício pode ser apresentado pelos estudantes como pontapé inicial da aula.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 250

O texto de Celi Scalon apresenta uma reflexão sobre o que pode significar a desigualdade numa sociedade. De modo geral, o texto traz algumas questões para serem debatidas com os alunos para que aprofundem a visão sobre o tema. Inicialmente, ressalte com eles que a desigualdade ocorre na maioria dos países de diversas formas, mas que, no Brasil, ela é um elemento histórico que, em certa medida, estruturou as relações sociais que foram desenvolvidas aqui. Visto que essa desigualdade não foi resolvida ao longo da história, desenvolveu-se uma relação desequilibrada entre Estado e sociedade, porque, como aponta a autora no texto da seção, a desigualdade perpassa e altera a garantia de todos os tipos de direito, contrariando muitas vezes o que é assegurado pela Constituição.

Direito e sociedade 251

Essa seção trata da extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores domésticos. Uma sugestão de atividade é a leitura conjunta do texto com os estudantes, fazendo um paralelo com a situação de exclusão em que muitos trabalhadores vivem em pleno século XXI e chamando a atenção para as controvérsias que a lei gera, e que são apontadas no texto.

Pode-se solicitar aos estudantes que façam uma pesquisa sobre as violações dos direitos trabalhistas ainda em curso no Brasil. Em que setores as violações acontecem mais assiduamente, quem são suas principais vítimas, em que regiões, estados e municípios essas violações ocorrem com mais frequência são exemplos de dados que podem ser investigados na pesquisa.

Ao final, a pesquisa pode ser apresentada, tendo, por exemplo, o formato de um mapa da violação da legislação trabalhista no Brasil. Vale destacar que não é apenas o trabalho escravo que deve ser encarado como violação, mas também o não pagamento de horas extras, férias, 13º salário e a negação de outros direitos trabalhistas. Perguntar por que milhares de trabalhadores se submetem a situações como essas é uma boa forma de provocar os estudantes e incentivá-los a realizar a pesquisa.

Interfaces 252

A seção pode ser utilizada para o trabalho multidisciplinar com os professores de Geografia e Química. As diversas formas de exploração do trabalho são algo frequente em diferentes sociedades. As mulheres, as crianças e os indivíduos com nenhuma ou pouca instrução são os grupos mais suscetíveis a esse tipo de exploração, que em muitos casos remete a situações análogas a períodos anteriores da história da humanidade, como é o caso do trabalho nas minas de extração de diamantes na África.

Indicações

Livros 236, 238, 244

- *Na pele de um* **dalit. Marc Boulet.**

Com base nessa obra, pode-se discutir o conceito de estratificação social tendo em mente o exemplo da sociedade de castas indiana.

- *Proprietários*: **concentração e continuidade. Marcio Pochmann; Ricardo Amorim (Org.).**

Tendo o livro como fonte, podem ser realizados trabalhos de pesquisa em sala de aula, além de discussões sobre as consequências sociais da distribuição desigual da propriedade e do resultado da produção econômica no país, que apresenta elevada taxa de concentração de riqueza.

- *Quarto de despejo*: **diário de uma favelada. Maria Carolina de Jesus.**

A leitura de trechos desse livro, o diário de Maria Carolina de Jesus, escrito nas décadas de 1950 e 1960, pode auxiliar os estudantes a compreender a realidade de pessoas que são submetidas a múltiplas formas de exclusão social e a perceber os diferentes modos pelos quais as desigualdades sociais se manifestam no nosso cotidiano.

Sites 241, 242

- *<www.dominiopublico.gov.br>*

É possível utilizar o *site* para fomentar a pesquisa dos estudantes sobre materiais complementares para os debates realizados em sala de aula. Além disso, ele serve de fonte de pesquisa e obtenção de material para o docente. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.ibge.gov.br>*

Trata-se de importante fonte de pesquisa para a promoção de debates em sala de aula. Páginas específicas do *site* podem ser indicadas para que os estudantes façam pesquisas sobre o tema da desigualdade social no Brasil. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 235, 239, 246

- *Quem quer ser um milionário?*

O filme possibilita o debate sobre as formas que pessoas excluídas socialmente encontram para, ao menos, diminuir sua situação de exclusão.

- *Preciosa: uma história de esperança*

O filme permite discutir o problema das desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões. Além disso, é possível abordar a indiferença com que os indivíduos excluídos – mulheres, jovens, negros e pobres – são, muitas vezes, tratados pela sociedade.

- *Ilha das flores*

O documentário pode ser utilizado para discutir a desigualdade econômica na sociedade brasileira e suas consequências. O modo didático como o filme se desenvolve permite ainda discutir a estrutura socioeconômica capitalista no Brasil e seu papel na produção da pobreza e da fome.

Aplicativo 249

- *oBem App*

Ainda são poucas as ONGs associadas ao projeto. Entretanto, pode-se utilizar o aplicativo como estímulo para pesquisar iniciativas relacionadas à pobreza, discutindo ações de tipo assistencialista e estatal. O aplicativo está disponível para os sistemas Android e iOS.

MovimentAção 255

A atividade lúdica deve levar à sensibilização dos estudantes (artistas e espectadores) no tocante às desigualdades que os cercam. Além disso, constitui uma oportunidade de colocar em contato os estudantes, a comunidade escolar e a comunidade do entorno. É interessante trabalhar com os alunos as diferentes possibilidades de reivindicação e de expressão, a forma dos protestos na história e a origem de alguns deles. Vale ressaltar aqui que a atividade pode demandar a participação de toda a comunidade escolar.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 253

Questão 1

1. Nem sempre a questão econômica (renda, consumo) é suficiente para se perceber a existência da desigualdade social. Existem outras características que geram desigualdade, como origem (hereditariedade), religião, etnia, gênero, idade ou até mesmo o local de moradia. Os principais tipos de desigualdade social existentes na sociedade brasileira são a desigualdade de raça e a de gênero.
2. As desigualdades sociais, historicamente construídas, demandam o estabelecimento de políticas públicas afirmativas, com caráter de inclusão social para os grupos socialmente excluídos, como é o caso das mulheres, de negros e de indígenas na sociedade brasileira. Daí decorre a necessidade de legislação afirmativa, como a política de cotas raciais, por exemplo.

Orientação para condução da atividade

Essa atividade é uma oportunidade para resgatar a discussão sobre as desigualdades sociais e reafirmar a multiplicidade do fenômeno, bem como suas dimensões sociais e culturais. Como se trata de um momento de revisão, o discurso dos estudantes é muito importante. Assim, deve-se observar se houve alguma mudança em direção à desnaturalização do discurso sobre a pobreza e a desigualdade. Esse é o momento de resgatar algumas informações importantes para serem fixadas, e perceber qual é o melhor caminho para dar continuidade aos estudos, sobretudo para o capítulo seguinte.

Questão 2

a) ERRADA. Pois a desigualdade de gênero permanece presente e sendo analisada por pesquisas e dados.

b) ERRADA. Visto que a desigualdade de gênero está presente em todos os estratos sociais do nosso país.

c) ERRADA. Pois a desigualdade no Brasil não se resume à esfera econômica, sendo também determinada por questões étnicas, de gênero e profissionais, entre outras.

d) CORRETA. De fato, a desigualdade de gênero teve início no período colonial e foi reproduzida nos períodos posteriores, chegando à configuração contemporânea.

e) ERRADA. Pois a desigualdade no Brasil não se resume à questão de gênero, mas possui outras faces, como a econômica, a religiosa e a étnica.

Gabarito	D.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Conhecimento.

Questão para debate 253

Pode-se usar as questões propostas no livro para, por meio do debate, colaborar na identificação, por parte dos estudantes, das causas e consequências da desigualdade social e do que seria o progresso social em seu cotidiano. Outra possibilidade é aproveitar a realidade social da cidade/bairro onde a escola se localiza para incentivar as discussões sobre progresso social.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Análise e conhecimento.

Questão para pesquisa 254

A pesquisa serve como fechamento de um semestre ou período letivo. Ela vai combinar elementos trabalhados nos capítulos anteriores, como renda, mortalidade infantil e frequência escolar, na qualidade de perpetuadores da estratificação e da desigualdade social. Essa atividade pode despertar nos estudantes a atenção para a interpretação dos dados de uma pesquisa, que podem ser lidos tendo em mente a posição social e política que a pessoa ocupa. Isso consiste em mais uma oportunidade para o debate de temas centrais para o capítulo, como a questão das desigualdades sociais, a estratificação social e a mobilidade social.

5. Atividade complementar

Sensibilização e motivação

A letra da canção "Luta de classes", do grupo Cidade Negra, traz a ideia elaborada por Karl Marx. A história teria na luta de classes o motor de seu desenvolvimento, marcado pelo confronto dos que detêm a posse dos bens e dos despossuídos. A música possibilita diversas discussões. A seguir, são propostas algumas atividades para serem realizadas pelos estudantes.

Luta de classes

[...]
(Essa fumaça...)
Cobrindo o entardecer
Em cada vidraça
Mas eu quero te contar os fatos
Eu posso mostrar fatos pra você
É só ter um pouco mais de tato
Que fica claro pra você
Desde a antiguidade
As coisas estão assim, assim.
Os homens não são iguais, não são.
Não são iguais, enfim!
Daí toda essa história
Daí a história surgiu
Escravos na Babilônia,
[...]
Mas veio o ideário
Da tal revolução burguesa
Veio o ideário, veio o sonho socialista.
Veio a promessa de igualdade e liberdade
Cometas cintilantes que se foram pela noite
Existirão enquanto houver um maior!
Daí é que vem a história
Daí a história surgiu
Escravos na Babilônia,
Trabalhador no Brasil.
Do antigo Egito à Grécia e Roma
Da Europa feudal
Do mundo colonial
Do mundo industrial
Na Rússia stalinista e Wall Street
Em Cuba comunista
E no Brasil?
E no Brasil, hein?
Daí é que vem a história
Daí a história surgiu
[...]

Cidade Negra. Composição de Chico Amaral e Samuel Rosa. *Sobre todas as forças*, Sony/BMG, 1994.

- Qual é o tema central dessa música? De que forma é possível relacionar a mensagem da música com o conteúdo do capítulo?
- Analise como a canção pode ser relacionada com as ideias de Karl Marx.

Orientações ao professor: a letra da canção deve estimular a reflexão sobre o conceito de classe e a apropriação dos meios de produção presentes na obra marxista e apresentados no capítulo. Essa atividade também pode reforçar a possibilidade da abordagem marxista na análise das questões históricas brasileiras, como a escravidão e a colonização, e das contemporâneas, como pobreza e desigualdade social.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

Esta seção apresenta um texto, de Jessé de Souza, que trata da questão das desigualdades sociais no Brasil. Nele, o autor busca esclarecer por quais razões as desigualdades sociais ainda perduram em pleno século XXI.

[...] a naturalização da desigualdade social e a consequente produção de "subcidadãos" como um fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de início do século XIX. Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna posto que vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação "de fora para dentro". Assim, ao contrário de ser "personalista", ela retira sua eficácia da "impessoalidade" típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana.

SOUZA, Jessé de. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 79-80.

Pode-se utilizar o texto extraído da obra do professor Jessé de Souza na discussão sobre a naturalização das desigualdades e sua persistência no Brasil, mencionando os subcidadãos que decorrem desse fenômeno social.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres*: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor*: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2009.

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50. São Paulo, jan./abr., 2004.

Unidade 5 Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

Capítulo 11

Sociologia do Desenvolvimento

1. Apresentação do capítulo

O capítulo é dividido em quatro partes e apresenta os principais debates conceituais sobre uma das questões que mais mobilizam estudiosos, governantes, movimentos sociais e cidadãos: a constante e legítima busca do desenvolvimento social e econômico pelos Estados (e seus atores internos).

No primeiro tópico, denominado "Primeiras palavras", são discutidas questões como "Em que medida a forma como a riqueza é produzida e distribuída no mundo afeta a qualidade da vida das pessoas e dos países?". O elemento condutor dessa e de outras questões é um relatório produzido pelo Pnud/ONU, no qual, dentre outras informações, constata-se que 40% da riqueza do mundo está nas mãos de apenas 1% da população.

Esse tópico termina com a percepção de que, embora dominante no mundo contemporâneo, o capitalismo apresenta inúmeras falhas e problemas que, no campo das Ciências Sociais, são abordados privilegiadamente pela Sociologia do Desenvolvimento.

O segundo tópico trata do desenvolvimento social e econômico vivenciado pela humanidade, tendo como ponto de partida a implantação do sistema capitalista em diferentes países, bem como as crises que esse sistema vem enfrentando desde então.

No terceiro tópico, são apresentadas diferentes perspectivas teóricas, bem como discussões sobre as formas possíveis de incentivar o desenvolvimento social econômico. São debatidas questões como a autorregulamentação do mercado e as teorias do subdesenvolvimento.

Por fim, o quarto tópico trata da questão do desenvolvimento na era da globalização.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Modernidade
- Subdesenvolvimento
- Capitalismo
- Dependência
- Desenvolvimento
- Neoliberalismo
- Estado
- Crescimento econômico
- Mercado
- Economia

Principais autores abordados no capítulo

- Karl Polanyi
- Ha-Joon Chang
- Raúl Prebisch
- Amartya Sen
- Celso Furtado
- Theotonio dos Santos
- Immanuel Wallerstein
- Fernando Henrique Cardoso

Principais temas abordados no capítulo

- Abordagens e perspectivas do desenvolvimento.
- Teorias do subdesenvolvimento, da dependência e da modernização.
- Debates contemporâneos sobre o desenvolvimento no contexto da globalização.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

A proposta do capítulo é proporcionar aos estudantes o olhar das Ciências Sociais sobre o desenvolvimento. Ao longo da leitura, serão apresentados os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, assim como as transformações das teorias relacionadas a esse tema que resultaram das mudanças sociais e econômicas ocorridas desde o início do século XX até hoje.

Para o cumprimento desse objetivo, são sugeridas as seguintes reflexões.

- Compreender a importância dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para a análise do capitalismo como sistema mundial.
- Associar as teorias sobre desenvolvimento aos diferentes momentos sociais e econômicos dos séculos XX e XXI.
- Compreender as relações que se estabelecem entre países e suas economias com base em diferentes posições de poder.
- Avaliar os limites e as possibilidades da aplicação das teorias e dos conceitos de desenvolvimento no mundo contemporâneo.

A organização do capítulo sugere duas formas principais de abordagem do assunto: a partir do contexto histórico ou com base na definição conceitual.

Pode-se partir do processo de industrialização da economia e modernização das instituições políticas, exemplificados pela chamada dupla revolução: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. No caso, os objetivos da economia capitalista nascente, como o aumento da produtividade e dos lucros, contrastavam com as ambições políticas que se tornaram universais após a queda da Bastilha, ou seja, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. No debate, está presente uma das principais divisões da noção de desenvolvimento que hoje é explícita e bastante difundida, isto é, a compreensão do aumento da riqueza como indicador de desenvolvimento e, de outro lado, a visão segundo a qual o desenvolvimento só pode se realizar se a geração da riqueza for acompanhada de melhoria nas condições de vida da população.

A outra forma de abordar a discussão sobre o desenvolvimento é por meio do seu conceito. Nessa opção, é preciso relacioná-lo com o conceito de modernização. O desenvolvimento pode ser definido como um processo de transformação de todas as esferas que constituem a sociedade: a econômica, a política e a social. Tendo em mente a definição do desenvolvimento como um processo global construído com base nos valores modernos (resumidos pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade), deve-se demonstrar a incoerência de se falar em desenvolvimento apenas econômico, político ou social.

Em ambas as estratégias dedicadas à mobilização dos alunos para o tema, podem ser utilizadas como apoio as teorias apresentadas (modernização, desenvolvimento e subdesenvolvimento) e os contextos históricos segundo os quais desenvolvimento não é uma categoria natural, mas um conjunto de ações decididas de forma

mais ou menos democrática para produzir e distribuir as riquezas de um país.

A seguir, são apresentadas algumas estratégias pedagógicas relevantes para favorecer o aprendizado do tema.

- Ressaltar o aspecto de criação social das políticas econômicas por meio de filmes ou notícias. Depois de se familiarizarem com os conceitos, os estudantes podem ser desafiados a pensar no que fariam no lugar de ações que foram tomadas historicamente (por exemplo, combate à seca no Brasil).
- Com esse registro, é possível construir com os alunos uma lista de aspectos considerados modernos e necessários para um país desenvolvido. Aspectos como moradia digna, alimentação, trabalho justo, remuneração adequada, acesso universal à saúde, à educação de qualidade, à segurança, ao lazer, aos direitos individuais, à segurança, à justiça etc. são comumente lembrados. Em seguida, investigue com eles de que formas esses aspectos podem ser realizados e quais são os obstáculos para atingi-los. Dessa forma, são criados critérios objetivos para se pensar o desenvolvimento de uma nação.
- Com base nos êxitos do pensamento cepalino, em particular na América Latina, os estudantes podem perceber que o desenvolvimento é um valor moderno relacionado à luta pela igualdade entre os indivíduos e os países. Nesse contexto, elementos como capitalismo e socialismo, intervencionismo estatal e livre-mercado são apresentados para fazer com que os alunos reflitam sobre a realidade brasileira.
- Tendo como referência os noticiários sobre crises econômicas recentes nos países considerados desenvolvidos (como o relatório do Pnud/ONU, em 2014), pode-se desafiar os estudantes a identificar as causas históricas do subdesenvolvimento brasileiro.
- Pode-se comparar aspectos econômicos, políticos e culturais de países como Estados Unidos, Inglaterra, França, China, Brasil, Índia e África do Sul, de forma a questionar se todos seguiram um mesmo modelo. Além disso, pode-se discutir se é coerente pensar que existe apenas um caminho para o desenvolvimento, bem como refletir sobre iniciativas contemporâneas como a do Banco do Brics.

3. Orientações para o trabalho com as seções

◆ Considerações sociológicas 278

Antes de trabalhar o texto da seção com os alunos, o professor pode ler o mapa com os estudantes, chamando a atenção deles para o fato de que as áreas de cor laranja são as que representam o centro e constituem as menores áreas – ou seja, que a globalização do capitalismo pode ser "bem-vista" na maioria das vezes apenas nos países já desenvolvidos. A globalização não elimina as diferenças sociais entre as nações, assim como não cria etapas de desenvolvimento. Cada país é incorporado ao sistema capitalista de acordo com seu histórico-econômico e passa a integrar relações de dependência econômica, sem chegar a convergir em direção a modelos únicos de desenvolvimento, como esclarecem as teorias dos autores citados na seção *Considerações sociológicas*.

◆ Direito e sociedade 279

Pode-se levar para discussão em sala de aula a questão do Banco do Brics. Tomando por base esse tema, é possível discutir alternativas viáveis para o desenvolvimento das economias periféricas, por meio da cooperação econômica e financeira. No contexto dessa reflexão, podem ser problematizados também os limites e as insuficiências desse banco, abrindo novos horizontes reflexivos e de conhecimento para os estudantes.

◆ Indicações

Livros 271, 273

- ***As veias abertas da América Latina*. Eduardo Galeano.**

Esse clássico do uruguaio Eduardo Galeano evidencia quanto a riqueza de determinados países é uma das razões essenciais para a pobreza de tantos outros. Dentre outras possibilidades, pode-se utilizar o livro para discutir a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como para evidenciar as razões pelas quais antigas colônias europeias, como os Estados Unidos e mesmo o Canadá, conseguiram superar a espiral da dependência e se projetar como grandes economias capitalistas no mundo contemporâneo. Uma das estratégias sugeridas é a preparação de um estudo dirigido, referenciado a cada um dos capítulos da obra, de modo a guiar a leitura dos estudantes.

- ***Fast-food*: um estudo sobre globalização alimentar. José Ângelo Wenceslau Góes.**

O livro do professor José Ângelo apresenta um importante estudo etnográfico sobre as redes de *fast-food* em Salvador (BA). Em sala de aula, a obra poderá suscitar uma reflexão sobre a globalização alimentar e sobre o consumo em nível global. Uma das possibilidades de trabalho está em comparar o padrão alimentar dos jovens estudantes de hoje com o de seus avós, de modo

que os educandos possam perceber quanto o padrão alimentar cotidiano está diretamente relacionado com as estruturas globais do capitalismo.

- ***O lucro ou as pessoas?*** **Neoliberalismo e ordem global. Noam Chomsky.**

O linguista e filósofo Noam Chomsky é um dos principais nomes da esquerda estadunidense. Uma ideia é selecionar os ensaios considerados mais interessantes e dividir a turma em grupos para que cada um apresente o tema central do texto lido. Ao final, pode-se propor aos estudantes um debate sobre capitalismo, neoliberalismo e suas consequências para o mundo atual.

Sites 261, 269, 277

- *<www.pnud.org.br>*

Serve de apoio às pesquisas e aos debates realizados pelos estudantes sobre o tema do desenvolvimento, ao mesmo tempo que explora o impacto dos projetos em andamento na sociedade brasileira sobre a realidade social dos estudantes. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.cepal.org>*

O *site* pode incentivar o interesse dos estudantes pelas questões sobre o desenvolvimento econômico na América Latina e também traz discussões atuais sobre o desenvolvimento econômico e seus impactos e dilemas no Brasil. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>*

A globalização e o neoliberalismo por vezes são apresentados como as únicas alternativas para o desenvolvimento das sociedades e dos países. Esse *site*, contudo, evidencia a possibilidade de outras práticas econômicas. Após uma visita conjunta ao *site*, pode-se sugerir uma pesquisa externa, na qual os estudantes seriam responsáveis por fazer um levantamento no bairro ou município em que vivem de experiências de economia solidária, além de realizar entrevistas que possam destacar as diferenças entre essas práticas e a economia tradicional, na qual a lucratividade é a meta fundamental. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 265, 266, 274

- *A Dama de Ferro*

O filme aborda a trajetória de Margareth Thatcher, que, ao longo dos anos 1980, foi diversas vezes conduzida ao cargo de primeira-ministra da Inglaterra. Nessa importante função política, a chamada "Dama de Ferro" foi a principal expressão do neoliberalismo europeu. Os estudantes poderão refletir sobre o projeto neoliberal e sua concepção de desenvolvimento, bem como sobre a resistência que diferentes atores, como o movimento sindical, opuseram às políticas neoliberais de Thatcher. Uma questão importante a ser explorada é a oposição entre as conquistas macroeconômicas de seu governo e a insatisfação popular com medidas como o corte de programas sociais.

- *Um sonho intenso*

O documentário de José Mariani possibilita aos estudantes a reflexão sobre o conflito desenvolvimento × subdesenvolvimento, com base na história política e econômica brasileira a partir dos anos 1930. Assim, pode-se explorar tanto essa narrativa histórica quanto as perspectivas futuras para o desenvolvimento nacional sugeridas pelo documentário. Outra estratégia interessante é explorar as diferentes entrevistas que são feitas. Qualquer que seja a forma de utilização do documentário, sugere-se a adoção de roteiros previamente estruturados para que o conteúdo da obra possa ser adequadamente apreendido pelos estudantes.

- *Privatizações: a distopia do capital*

O documentário de Silvio Tendler pode ser trabalhado por meio da exibição completa, com pouco menos de uma hora, ou de algumas partes significativas. Na primeira alternativa, sugere-se uma reflexão sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, bem como de seus limites no âmbito de um mundo essencialmente capitalista. Na segunda, pode-se trabalhar isoladamente com uma ou mais entrevistas, já que a obra recorre às opiniões de diversos especialistas, dentre os quais sociólogos, geógrafos e economistas. Antes de exibir o filme, no todo ou em partes, sugere-se que seja utilizado um roteiro de perguntas para orientar os estudantes e facilitar a compreensão.

4. Respostas e comentários das atividades

◆ Reflexão e revisão 280

1. A resposta deverá abordar os seguintes elementos: a) os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento trabalhados ao longo do capítulo; b) a ideia de que desenvolvimento é, em um primeiro momento, equivalente aos objetivos do capitalismo, a geração de riqueza; c) como resposta à crise de 1929 o desenvolvimento deixou de ser visto apenas pelo seu lado econômico, a ser promovido unicamente pela iniciativa privada, e passou a corresponder a transformações econômicas, sociais e políticas que deveriam ser garantidas também por meio da atuação do Estado; c) a ideia de subdesenvolvimento foi primeiro considerada um atraso em relação à capacidade de geração de riqueza e garantia do bem-estar dos países

industrializados do capitalismo central. Para Prebisch, está relacionada à deterioração dos termos de troca nas relações internacionais; para Celso Furtado, o subdesenvolvimento é uma questão estrutural em que se diferencia crescimento de desenvolvimento. Para a teoria da dependência, postulada por autores como Teothonio dos Santos, a ideia de dominação é fundamental para compreender o subdesenvolvimento.

2. A concepção de desenvolvimento na teoria keynesiana e a teoria da dependência relacionam o desenvolvimento à presença do Estado para a construção da soberania econômica de uma nação. Esse seria o ponto em comum entre tais teorias, embora elas apresentem uma série de divergências. Elas advogam a ideia de que a “autorregulação do mercado” não existe ou é insuficiente para controlar suas próprias crises. Dessa forma, o planejamento econômico aparece como elemento fundamental para a organização da economia e de um projeto de nação. Entre as teorias mais recentes sobre desenvolvimento, há também uma tensão entre aquelas que voltam a defender a autorregulação do mercado e a diminuição do papel do Estado (mas não sua total retirada), e as que defendem a presença do Estado como garantia dos direitos civis, políticos e sociais, aliando o debate do desenvolvimento a um debate de justiça social. De fato, as teorias que defendem a volta da autorregulação se colocaram de forma bastante concreta em uma série de medidas governamentais, adotadas desde os anos 1980, que se tornaram conhecidas como neoliberalismo. Em contraposição ao modelo neoliberal surge o neodesenvolvimentismo, que sustenta a presença do Estado como fundamental, por meio de incentivos fiscais, do aumento do investimento e de políticas de recuperação do salário mínimo. A grande diferença em relação à crítica desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960 é o pouco peso dado ao conceito de dominação e a visão de que é possível países menos desenvolvidos se desenvolverem e alcançarem uma melhor posição na ordem mundial.

3. Ha-Joon Chang, economista coreano, demonstra com seus estudos que as maiores potências econômicas mundiais não seguiram à risca suas próprias receitas neoliberais. As economias estadunidense, francesa, japonesa e alemã, entre outras, utilizaram a proteção à indústria nacional e a presença do Estado em várias áreas, desde o incentivo à indústria até o planejamento econômico e social. Sua teoria contribui para a percepção, já defendida por outros, de que o neoliberalismo era uma receita que os países dominantes impunham aos países dominados para manter a relação de dependência e subordinação entre eles. Já Amartya Sen, com o paquistanês Mahbub Ul Haq, foi responsável por uma das principais referências na atual discussão de desenvolvimento: a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice leva em consideração não apenas a variável econômica do “sucesso” no desenvolvimento de um país, o PIB *per capita*, mas também a expectativa de vida e os índices relacionados à educação. Assim, permite comparar diferentes graus de desenvolvimento entre países, pois considera não apenas a condição econômica, mas o bem-estar social. Tanto Ha-Joon Chang quanto Amartya Sen contribuem para uma visão mais humana de desenvolvimento que vem ganhando espaço no mundo, em particular em países da América Latina. Desse modo, esses pensadores colaboram na (re)discussão das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas pelo Brasil, que tem buscado alternativas aos modelos econômicos das potências econômicas capitalistas.

Orientação para condução da atividade

Essa atividade tem por objetivo levar os estudantes a uma reflexão sobre os temas discutidos ao longo do capítulo, o que possibilita identificar se as habilidades e competências pretendidas foram alcançadas. Nesse sentido, as questões buscam retomar as ideias centrais debatidas no texto. De acordo com a dinâmica adotada em sala de aula, podem ser utilizadas diferentes estratégias e formas de mediação pedagógica para atingir os resultados esperados. Nesse sentido, é aconselhável:

- Dividir a turma em grupos para que os estudantes façam as tarefas propostas e apresentem aos colegas como debate;
- Propor respostas individuais, que posteriormente serão partilhadas e discutidas em grupos maiores;
- Estabelecer uma conexão entre as questões propostas e os filmes e pesquisas sugeridos pelo livro.

Questões para debate 280

Questão 1

Pode-se ler com a turma o trecho retirado da entrevista de Serge Latouche e, em seguida, apresentar as questões propostas como forma de conduzir um debate sobre as relações entre desenvolvimento social e crescimento econômico e, em última análise, sobre os limites da promessa de felicidade vinculada ao capitalismo e sua lógica de exploração (do trabalho e da natureza), de consumo e da busca pelo lucro. Sem indicar uma solução “melhor” ou mais “verdadeira” para o problema, por meio do debate é possível levar os alunos a refletirem sobre as teorias estudadas e a proporem, eles mesmos, eventuais soluções.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum. Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais com base nas observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Avaliação e síntese.

Questão 2

Deve-se conduzir os alunos a refletirem sobre a relação entre desenvolvimento econômico e desigualdade social, e demonstrar com dados de pesquisa como o desenvolvimento, por si só, não é suficiente para reduzir a desigualdade social. Nesse sentido, a situação vivida pelos atores sociais mencionados na questão pode exemplificar essa realidade.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.
Domínio cognitivo	Análise.

Questão 3

Oriente os estudantes a pesquisar outras referências teóricas das Ciências Sociais, assim como artigos de opinião que abordem o tema tratado. Ressalte a importância de apresentar indicadores sociais que podem ajudar a construir o argumento de cada grupo sobre a permanência da política neoliberal. Aproveite para destacar a importância de trazer informações sobre as demais referências consultadas para que haja maior intercâmbio entre os colegas e assim aumentar o repertório de todos os alunos das áreas correlatas às Ciências Sociais durante as apresentações.

Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos. Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais com base nas observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Avaliação e síntese.

◆ Exames de seleção 281

Questão 1

Explique aos estudantes que nos últimos anos os países que formam o Brics perceberam a importância de que, a despeito de suas diferenças, precisam atuar em bloco em diversas questões para que possam fazer frente aos países que possuem maior influência política no mundo. Desse modo, apenas a opção **e** corresponde ao exposto.

Gabarito	E.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Análise.

Questão 2

Aponte para os estudantes como os dois autores citados no texto partem da perspectiva de que, em algum momento, o país vai resolver suas questões sem, contudo, chegarem a um consenso de como. Sendo assim, a única alternativa adequada é a **b**.

Gabarito	B.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações do senso comum e as das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos.
Domínio cognitivo	Análise.

5. Atividade complementar

◆ Aprofundamento e aplicação

Em seu artigo "Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico", o economista Renato Maluf (2000) discute a relação entre economia e desenvolvimento. O autor analisa os problemas econômicos enfrentados pelos países da América Latina nos anos 1980. No trecho abaixo, aponta diversos problemas vividos por aqueles países no contexto social:

[...] América Latina sempre teve uma distribuição muito desigual da renda e um nível elevado de pobreza relativa considerando-se o nível de renda média dos países da região, condição que se viu piorada pelo que chamou de "desastre" em termos de desenvolvimento ocorrido na década de 1980, quando apenas dois (Chile e Colômbia), em 20 países, conseguiram elevar a renda *per capita*. Para aqueles onde havia estimativas da evolução do Índice de Gini naquela década, houve também um substancial aumento na desigualdade com poucas exceções (Colômbia, Costa Rica, Paraguai e Uruguai). Em quase todos os países, a desigualdade comportou-se de modo fortemente contracíclico, sobretudo a pobreza, que cresceu acentuadamente durante as recessões e reduziu-se menos significativamente onde houve recuperação econômica pós-1989.

Com importantes distinções entre os países, a incidência média da pobreza no período 1970/90 manteve-se estável em patamar elevado (45-46% da população total), com significativo aumento da pobreza urbana (de 29 para 39% da população urbana) e pequena redução do altíssimo índice de pobreza rural (de 67 para 61% da população rural). As melhorias havidas na distribuição de renda e na incidência da pobreza absoluta pós-1990 limitaram-se aos países com taxas muito altas de crescimento econômico [...]. O que temos, então, é uma história quase geral de: i) concentração de renda, ii) aumento do nível de pobreza urbana e iii) menor incidência da pobreza rural. A redução no número absoluto de pobres rurais deveu-se principalmente à migração rural-urbana e, em casos localizados, ao aumento da renda monetária das famílias rurais.

MALUF, Renato. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, CPDA/UFRRJ, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/maluf15.htm>. Acesso em: mar. 2016.

- Por que o autor chama de “desastre” o desenvolvimento dos países da América Latina nos anos 1980?
- Por que diminuiu o número de pobres rurais?

Essa passagem do texto aborda a pobreza vivida pela América Latina ao longo dos anos 1980. Pode-se trabalhar com os alunos o tema da desigualdade social no capitalismo, inclusive utilizando o índice de Gini como um dos medidores da desigualdade social. É possível também debater as questões sobre a relação entre o urbano e o rural no que diz respeito à pobreza, além de salientar as questões sobre o êxodo rural.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

No primeiro dos dois trechos apresentados a seguir, o economista brasileiro Celso Furtado, em sua obra clássica *Formação econômica do Brasil*, publicada inicialmente em 1959, busca as raízes econômicas para o subdesenvolvimento brasileiro ao longo dos séculos.

[...] O Brasil para superar a etapa da estagnação necessitava do comércio internacional, pois o desenvolvimento no mercado interno só é possível se o país alcançar um certo grau de tecnologia. Além disso, os principais produtos coloniais do país estavam em crise. O mercado de açúcar não era tão promissor devido a concorrência de Cuba, que abriu seus portos e se tornou o principal exportador para o mercado norte-americano, e Cuba desfrutava de fretes baixos. O algodão também estava em crise devido a concorrência americana, que contava com fretes baixos, com mão de obra escrava abundante e com grande oferta de terras. Quando os EUA iniciaram a produção do algodão em grande escala e o tornaram na principal matéria-prima do comércio mundial, os preços baixaram, e essa atividade no Brasil passava a ter uma rentabilidade baixa. O fumo, o couro, o arroz e o cacau eram produtos sem grandes possibilidades de expansão. O fumo entrou em crise pelo declínio do tráfico negreiro, e era necessário orientá-lo para outras regiões. O país enfrentava sérios problemas fiscais, pois como os principais produtos estavam em crise não era possível aumentar a arrecadação de impostos sobre as exportações, não tinha como aumentar as receitas do Estado para equilibrar suas contas internas e externas, e não havia margem para aumentar a arrecadação, pois os impostos incorriam sobre as importações. A solução do problema brasileiro era encontrar um produto com demanda crescente no mercado externo, e que utilizasse os recursos disponíveis, como terras abundantes, mão de obra disponível, clima favorável, solo apto para o plantio, e assim, surge o café.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. p. 6.

Em seguida, é apresentado um trecho de *Desenvolvimento como liberdade*, do economista indiano Amartya Sen.

A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento. As recompensas do desenvolvimento humano vão além da melhora da qualidade de vida, e também incluem sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, nesse sentido, também sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 170-171.

Após a leitura dos dois trechos, pode-se perceber que os autores procuram explicar a relação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Celso Furtado aponta os ciclos de desenvolvimento econômico do país ao longo dos séculos, além de destacar a necessidade da mão de obra escrava para a produção. Já o trecho de Amartya Sen diz respeito às questões que envolvem a qualidade de vida. Aí, pode-se citar os serviços de saúde e educação oferecidos à população mais pobre, e debater com os alunos os aspectos que envolvem o desenvolvimento humano.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. Perspectivas da economia brasileira. In: *BNDES, um banco de ideias* – 50 anos refletindo o Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização*: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Boitempo/PUC-RJ, 2009.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Difel: Lisboa, 2002.

Capítulo 12

Globalização e integração regional

1. Apresentação do capítulo

O capítulo apresenta uma discussão sobre globalização e integração regional, com ênfase em fenômenos sociais globais e regionais. Pode ser dividido em quatro partes. Os tópicos 1 e 2, introdutórios, apresentam os fenômenos da globalização e da integração regional na contemporaneidade. O tópico 3 discute a globalização, que pode ser vista de formas opostas. O tópico 4 trata da integração regional, com destaque para blocos econômicos, Mercosul e barreiras. No quinto tópico, discutem-se tanto os processos ligados à integração quanto os ligados à globalização, e trata, por meio da análise de autores, das implicações práticas na realidade de ambos os processos.

O capítulo oferece uma proposta inovadora ao abordar sociologicamente fenômenos globais e incorpora um debate muito importante para as sociedades do século XXI. A apresentação de posições a favor e contra a globalização fornece subsídios para que se desenvolva uma visão mais consciente da cidadania e da participação política no mundo. A análise de processos de integração regional faz com que as realidades brasileiras não sejam tomadas de forma separada de seu entorno, mas ligadas à sua região. A perspectiva de análise integrada dos dois fenômenos pode ajudar a entender os processos de coesão e de ausência dela em áreas que atravessam países.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Globalização
- Movimentos transnacionais/globais
- Integração
- Blocos econômicos
- Sociodiversidade
- Governança
- Fenômeno identitário/identidade
- Pensamento único/consumismo
- Transformações globais/mundiais
- Antiglobalização/Altermundialismo

Principais autores abordados no capítulo

- Herbert Marshall McLuhan
- Milton Santos
- José Maria Gómez
- Zygmunt Bauman
- David Held
- Amin Maalouf
- Parag Khanna
- Néstor García Canclini

Principais temas abordados no capítulo

- Transformações globais que afetam a coesão e a separação de Estados.
- Visões favoráveis à globalização, como as do neoliberalismo (pensamento único) e a de Marshall McLuhan (aldeia global); e crítica da globalização de movimentos altermundialistas (FSM) e/ou globais, e de Milton Santos (globalização perversa). A diferença entre céticos e globalistas destacada por David Held e Anthony McGrew.

- Integração regional, blocos econômicos, Mercosul e CPLP.
- As dimensões culturais da integração e da globalização, com foco em temas como identidade, diversidade, cultura global etc.
- Tensões decorrentes de contradições na forma como são tratados mercadorias (circulação livre) e migrantes (barreiras).
- Consumo global e cidadania não global.
- Esgotamento do modelo atual de globalização e alternativas de governança.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

Nos tópicos iniciais do capítulo, "Primeiras palavras" e "O debate sobre a globalização: um ponto de partida sociológico", são apresentados de forma factual os fenômenos contemporâneos que afetaram a maior parte das sociedades em todo o mundo. Pode-se fazer referência a outros capítulos do livro (debates ambientais, movimentos sociais, questões de gênero, temas de desenvolvimento etc.). Depois, pode-se mostrar as diferentes (e desiguais) implicações desses fenômenos em sociedades diversas. Além disso, deve-se apresentar a realidade brasileira e a de um país completamente desenvolvido e mostrar como certos fenômenos globais, realçados pela globalização, afetam a todos. Uma boa forma de fazer isso é com imagens que demonstram a miséria e a opulência, lado a lado.

No tópico 3, "O mundo se modifica e um novo debate se inicia", pode-se desconstruir uma visão acrítica sobre a globalização para facilitar a aplicação de conceitos que levam ao entendimento dos problemas atuais. Isso é feito principalmente mostrando os lados opostos do debate sobre a globalização, pois há posições otimistas, pessimistas e realistas do processo. Pode-se elaborar um quadro na lousa, assinalar os principais autores, visões em debate e, em seguida, demonstrar a pluralidade dos movimentos sociais globais: altermundialistas, ambientalistas, ciberativistas, terroristas etc. Por fim, é indicado explicitar que as lutas coletivas são globais, pois os embates que se travam e os problemas também o são, demonstrando assim que a sociedade civil mundial está em um processo de organização para o enfrentamento dos problemas globais.

No tópico 4, "Integração regional", pode-se demonstrar que em meio à globalização não é só a sociedade civil que se organiza. Os Estados também o fazem. A primeira forma de ação destes é a integração intergovernamental, que tem alguns exemplos no mundo. Uma pesquisa na internet pode aprofundar conhecimentos sobre o Mercosul e a CPLP, instituições de que o Brasil participa ativamente. Assim, será possível entender como a integração regional é um processo de diferentes dimensões, e não há só um tipo de integração. Para tanto, deve-se explicar o que é um bloco econômico e o que é um fenômeno identitário.

Por último, no tópico 5, "Juntando e separando países", pode-se analisar o poder na contemporaneidade e levar em conta, ao mesmo tempo, a globalização e a integração regional. Para tanto, deve-se retornar ao que foi apresentado no início, com abordagem interativa, para estimular a interpretação das ações tomadas pela sociedade civil e pelo Estado no que diz respeito à integração e à globalização. Esse é o momento de apresentar aos alunos alguns autores que trabalham com os dois conceitos de forma articulada, principalmente tendo em vista a governança.

Aqui também será abordada uma segunda forma de organização da ação dos Estados e dos poderes políticos, por meio da governança global e dos processos supranacionais. É importante destacar que há uma maneira de agir em que diferentes atores se combinam, criando uma outra forma de ação, que supera características singulares.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 298

Deve-se demonstrar como os produtos compartilhados por pessoas de diferentes lugares do mundo, como aparelhos eletrônicos com conexão à internet (celulares, *tablets*, computadores), produtos de cultura de massa (filmes, seriados de televisão, grupos musicais), alimentos de empresas multinacionais (lanchonetes de *fast-food*, alimentos industrializados, comidas de diferentes culturas – como chinesa, japonesa, italiana – para entrega) criam uma conexão global entre as pessoas.

A homogeneização dos padrões de consumo por meio de um mercado global que estimula uma cultura consumista por um lado leva ao enfraquecimento dos hábitos e dos aspectos culturais e materiais locais, o que pode ser considerado negativo. Por outro, o acesso a outras manifestações culturais pode promover uma incorporação de aspectos culturais novos ou, ainda, uma afirmação da identidade local em relação ao que chega como padrão global.

Direito e sociedade 299

A ideia é esclarecer que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um órgão internacional que lida especificamente com as questões do trabalho. Além disso, deve-se enfatizar que a instituição atua em forma de governança global sobre as realidades dos países por meio de relatórios, convenções, estudos, declarações etc. No caso da Convenção Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, ou Convenção 29, seus 33 artigos abordam um tema caro à globalização atual: a persistência de exploração trabalhista desumana. Ao explorar a questão, é possível destacar a importância das organizações internacionais, principalmente as intergovernamentais, na atuação sobre problemas globais com soluções globais. É aconselhável enfocar a prática do trabalho forçado ou obrigatório – trabalho sob ameaça de punição severa (como morte, prisão, agressão física etc.) e mostrar que essa prática, muitas vezes, está associada ao tráfico de pessoas. Em seguida, deve-se demonstrar que os "patrões" costumam atuar em total clandestinidade, em redes criminosas que podem ser internacionais ou inter-regionais.

Deve-se explicar que no artigo 1º há um compromisso de erradicação do trabalho forçado e ressaltar que, apesar de ser juridicamente um indício de solução para um problema globalizado, esse compromisso deve ser acompanhado de ações concretas. Em seguida, pode-se demonstrar a aproximação do direito internacional (que está ligado à globalização) com o direito comunitário (relativo à integração regional) no caso da influência dessas formas jurídicas sobre direitos internos e nacionais. Por último, vale destacar que a obrigação ***erga omnes*** decorrente da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 previa remuneração, defesa de interesses em sindicatos, condições satisfatórias de trabalho etc. em seus artigos 23 e 24. Ou seja, abordava o tema de forma indireta, e sem ser vinculante; a Convenção da OIT lida de forma direta e aprofundada com o trabalho forçado, e não de forma indireta como a anterior.

Na atividade proposta, a imagem pode ser utilizada como forma de construção do conhecimento, além de servir de incentivo para que os alunos escrevam uma pequena frase ou lema que caracterize o trabalho em nossos dias. É importante aproximar os exemplos da realidade local dos estudantes. Desse modo, é possível trazer para a sala de aula outras imagens que colaborem com esse objetivo.

Interfaces 300

Nessa seção a abordagem está na relação entre os espaços urbanos e a perspectiva de usar os muros, as paredes de prédios e outros ambientes da cidade como instrumentos de manifestações sociais, trazendo outro significado para esses espaços. Assim, desenhos, pinturas e diversas formas de atuação artística apontam para o resgate da história do povo mexicano e salientam críticas sociais sobre o modelo de desenvolvimento e as diferentes formas de desigualdades presentes naquela sociedade. Os docentes de outras áreas do conhecimento podem debruçar suas atividades na temática, apontando para os conteúdos mais sensíveis em suas esferas de atuação.

Indicações

Livros 288, 289

- ***O mundo é plano*: uma breve história do século XXI. Thomas L. Friedman.**

Trata-se de um livro adequado para entender os avanços da globalização. Ao tratar de uma globalização 3.0, pautada no fluxo diferenciado de comunicação e de trabalho, o autor traz os elementos mais recentes na atual globalização – muito diferente do que era no começo, quando se restringia às disputas econômicas entre grandes países.

- ***A corrida para o século XXI*. No *loop* da montanha-russa. Nicolau Sevcenko.**

O autor mostra de que forma a aceleração do processo de globalização implica não apenas o aprofundamento das desigualdades sociais, mas também a inovação das formas de reivindicação de direitos sociais e civis em diferentes lugares do mundo. Além disso, a globalização permite que pessoas de todo o mundo tenham contato com diversas culturas – o que promove também a possibilidade de pensar em vários modos de vida.

Sites 291, 295

- *<www.parlamentojuvenil.educ.ar/?lang=pt>*

Trata-se do *site* do Parlamento Juvenil Mercosul, adequado para os estudantes refletirem sobre o papel da escola e a responsabilidade deles em construir com educadores e dirigentes políticos propostas mais direcionadas ao universo deles. Ao conhecer formas de participação política diferentes em outros países, os alunos podem se sentir motivados a participar mais ativamente do universo escolar e da comunidade como um todo. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.cplp.org*>

O *site* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode aproximar os alunos de outros países que falam o mesmo idioma e levá-los a perceber que, muitas vezes, embora a língua seja um elemento unificador, cada país possui suas particularidades – isso serve para desmistificar o mito de homogeneização que ocorre por meio da globalização. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes

285, 290, 296

- *Encontro com Milton Santos – O mundo global visto do lado de cá*

O filme poderá ser usado para demonstrar as contradições do modelo atual e as possibilidades de indivíduos e grupos atuarem por uma globalização solidária.

- *The corporation (A corporação)*

Pode servir para demonstrar que as grandes corporações e o sistema financeiro promovem uma globalização que não é a única possível. É preciso ressaltar a participação de intelectuais e movimentos sociais contra o fenômeno. Recomenda-se o uso de trechos do filme, dada sua duração.

- *Surplus*

O filme pode ser usado para tocar em temas de consumo que diversos cientistas sociais têm abordado em relação à globalização.

Jogo

293

- *Supercrise*

Esse jogo, desenvolvido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, tem como objetivo testar o conhecimento dos estudantes sobre a economia mundial. Pode-se explorar com base nele discussões de temáticas relacionadas à economia mundial e à globalização a partir de um repertório de indicadores econômicos (PIB, índices de inflação, níveis de investimentos, entre outros) e a situação atual da economia de diversos países do mundo. Deve-se pensar nas possibilidades que podem ser trabalhadas com os estudantes em sala de aula, a exemplo de temas relacionados à globalização e à geopolítica. Assim, será possível debater as condições presentes no mundo atual que possibilitam a intensa relação econômica entre os países, como os problemas experimentados em um país repercutem na economia de todo o mundo, como a crise econômica afeta os países e quais são os países mais afetados, o papel dos atores sociais (Estado, mercado, sociedade) nesse processo de globalização e crise econômica mundial.

MovimentAção

303

Pode-se observar a globalização como um processo social também produzido pelos novos meios de comunicação. Dessa maneira, a seção *MovimentAção* propõe que os discentes, com o apoio e supervisão do professor, troquem experiências com pessoas graças a um intercâmbio com escolas, movimentos sociais ou alguma outra instituição estrangeira que tenha comprometimento com a educação. Assim, pode-se perceber que os meios de comunicação atuais, com a velocidade com que as informações são produzidas, nos fazem sentir o mundo menor. Além disso, é possível notar que a diversidade cultural é enriquecedora, capaz de transformar nossa forma de pensar e de perceber a vida.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão

301

Questão 1

1. A definição de globalização está no tópico 3. A diferença entre análises e ênfases pode ser encontrada ao longo do capítulo. Os otimistas quanto à globalização ressaltam as seguintes dimensões: interdependência econômica, livre circulação de capitais, aprofundamento do capitalismo, ampliação da capacidade de comunicação etc. Os pessimistas ressaltam as seguintes dimensões: ampliação das assimetrias econômicas e sociais, aumento da xenofobia e dos fundamentalismos, ampliação das assimetrias entre os países, suspensão da cidadania e dos direitos humanos etc. No tópico 5, também são citados os termos “céticos” (pessimistas) e “globalistas” (otimistas) formulados por Held e McGrew.
2. É preciso dissociar o mito da realidade. Então, deve-se entender o que se relaciona com o mito “mundo sem fronteiras”, “cidadania global”, “cosmopolitismo”, e o “pensamento único”. Para revelar a ideia de aspectos perversos, é necessário demonstrar a assimetria centro-periferia, o papel da mídia na difusão de mitos, a crença irrestrita no progresso (que nem sempre provê os avanços teóricos), as restrições à imigração (Santos, Gómez). É necessário relacionar os meios e os discursos do mito, já citados neste gabarito, com aquilo que realmente ocorre e não é divulgado.
3. É preciso identificar em quais situações a integração não é aberta. Isso ocorre em diferentes sentidos: protecionismo econômico; isolacionismo; veto à entrada de pessoas (e produtos) de fora do país. O primeiro é econômico, o segundo é político e o terceiro é sociocultural. Essa é a fragmentação possível por meio da integração. Os fluxos migratórios devem ser analisados de duas formas. Primeiro, como algo indesejado pelos blocos regionais, o que promove a fragmentação. Ao falar sobre isso, deve-se usar argumentos socioculturais, políticos e econômicos. Deve-se também pensar que nem sempre uma região inclui todos os países

(assim como nem todos os povos) e que há a possibilidade de fragmentação intrabloco. Deve-se ressaltar ainda a possibilidade de a migração ser uma forma de aprofundar a integração, principalmente se países que precisam de mão de obra estiverem em um mesmo projeto de integração dos países que enviam a mão de obra. Por último, é possível destacar o crescimento das migrações Sul-Sul.

Questão 2

Deve-se comentar a questão considerando as teorias que abordam a globalização como um processo que se realiza em diferentes etapas, e que traz como elemento central a troca, tanto de mercadorias como de valores e práticas culturais. Portanto, as afirmativas I e III são verdadeiras porque em geral o sentido dessas trocas tem sido permeado por relações assimétricas de poder entre povos e nações, tanto ontem como hoje. A afirmativa II deve ser considerada incorreta por se referir aos povos colonizados como incivilizados e por associar sua inserção na economia global a uma tendência de assimilação passiva de valores culturais exógenos. Nesse ponto, é válido ressaltar o fato de que não existe assimilação passiva, mas diferentes formas de hibridização cultural e, em que pese o grau de violência empregado, não se deve admitir uma passividade absoluta dos povos dominados, nem mesmo sua "aculturação".

Gabarito	D.
Campo	Investigação e compreensão.
Competências	• Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que ampliem a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações interpessoais com os vários grupos sociais; • Compreender, valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais e agir de modo a preservar o direito à diversidade, como princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.
Domínio cognitivo	Avaliação e conhecimento.

Orientações ao professor: essa atividade sistematiza os temas já vistos, para que os alunos estabeleçam relações e identifiquem semelhanças e diferenças. O professor, por sua vez, pode identificar habilidades e competências. Sugere-se que se trabalhe o tema como descrito a seguir.

- Divisão em grupos e socialização das respostas para cada questão;
- Utilização de vídeos ou filmes que retratem as questões propostas;
- Pesquisa interdisciplinar sobre arte (pintura/fotografia, música, filmes, web-arte) que retrate diferentes formas de integração regional, seguida de apresentação em sala de aula.

◆ Questão para debate 301

Deve-se identificar a interligação entre pressões internas, pressões de parceiros de integração e do processo de globalização. Ou seja, demonstrar que o Estado precisa ao mesmo tempo proteger os trabalhadores, reduzir barreiras (a produtos e a pessoas) e promover integração comercial. Isso só será possível por meio de uma análise de cada uma das forças.

É importante levar os alunos a pensar sobre o que está escrito no trecho de Hobsbawm, considerando a realidade de algum país que esteja envolvido na questão. Para isso, deve-se escolher como modelo de resposta algum processo iniciado por países do Norte.

Campo	Representação e comunicação; contextualização sociocultural.
Competências	• Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade; produzir novos discursos com base em pesquisa realizada; • Compreender as transformações globais na ordem econômica, política, cultural e o papel do regionalismo.
Domínio cognitivo	Análise, aplicação e compreensão.

Orientação para condução da atividade

Na realização dessa atividade, a turma deverá ser dividida em grupos, cada um com um tema, para fazer uma pesquisa orientada. Em seguida, deve-se pedir aos alunos que apresentem os resultados da pesquisa e compará-los em um debate também orientado.

◆ Exame de seleção 302

a) ERRADA. Pois apresenta uma versão invertida sobre a realidade, uma vez que os movimentos atuaram para derrubar regimes, e não para sustentá-los.

b) ERRADA. Há o distrator "tomar conhecimento dos fatos", porém os movimentos se envolveram intensamente.

c) ERRADA. Ela considera o distanciamento e até mesmo a perspectiva de que todos os movimentos planejavam sua própria segurança por afastamento. Ao contrário, a maioria era ativa, mesmo que isso lhes custasse a segurança.

d) ERRADA. Esta alternativa pressupõe que os movimentos políticos da Primavera Árabe, por serem tão ligados ao mundo da internet, seriam iniciativa de *hackers*. De fato, a internet foi utilizada, mas para obter informações, definir objetivos, manter contatos, organizar o movimento; porém, os movimentos políticos desejavam derrubar governos, e não destruir programas de computadores.

e) CORRETA. Ao disseminar os ideais da democracia, os governos autoritários não puderam se perpetuar no poder e, de fato, a população se mobilizou contra seus líderes.

Gabarito	E.
Campo	Investigação e compreensão; contextualização sociocultural.
Competências	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que amplie a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais; construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.
Domínio cognitivo	Síntese, análise, aplicação, conhecimento.

Orientações ao professor: deve-se usar essa questão para demonstrar a capacidade dos fluxos do capitalismo informacional de criar mobilizações para derrubar regimes autoritários ou pouco democráticos.

São os seguintes os temas relacionados à questão: Primavera Árabe, cibercultura, movimentos pela democracia, globalização, região/regionalismo.

Questão para pesquisa 302

Essa pesquisa apresenta possibilidades de interdisciplinaridade com diferentes disciplinas: Informática, Biologia (ecologia) e Geografia. Os professores podem ser agentes de interlocução entre as disciplinas e estabelecer o que esperam dos alunos, algo que abre possibilidades para que outras disciplinas cobrem novos conteúdos. Assim, com abordagens diferentes, serão feitas pesquisas com ênfases bem diversificadas, pois cada grupo vai atuar em uma disciplina com um tema específico, um tema de grupo geral e um tema individual. Os temas serão variados, e os resultados podem ser debatidos em discussões e apresentações em plataformas variadas: cênica, audiovisual, apresentação oral, cartaz etc. As formas de apresentação deverão ser acordadas entre os professores e as turmas.

5. Atividade complementar

Aprofundamento e aplicação

2012 – o ano das primárias, da eleição, do Jubileu de Diamante, da supertempestade, do ditador voador, do dissidente em fuga, do ataque à embaixada, da cadeira vazia, do protesto tecnológico, das Olimpíadas, e dezenas de outras histórias já esquecidas. Foi um ano ocupado, e terrivelmente volátil também. Qual dessas histórias vai realmente importar daqui a cinco anos? Pelas minhas contas, três:

1) A ascensão da China

2) A agitação no Oriente Médio

3) A desorganização nas ações da Europa

Eles são o bom, o mau e o feio de 2012.

O bom: Para o bem de nossa apática economia global, graças a Deus existe a ascensão da China. O ministro da Fazenda promete que a China irá alcançar sua meta de crescimento do PIB em 7,5% ao ano. (Nos primeiros três quartis de 2012, ela cresceu 7,7%). A habilidade da China em superar a crise financeira deu aos mercados globais a energia desejada, e aceleração – apesar da crise na zona do euro, um parceiro de trocas estratégico – ajudando a limitar os danos. Se não fosse a resiliência da segunda maior economia, nós estaríamos muito pior.

O mau: Em 2012, quase toda questão-chave no Oriente Médio se tornou mais complicada e mais perigosa. Síria, Israel, Gaza, Irã, Jordânia, Iraque, Iêmen, Egito. Israel se tornou incrivelmente isolado na região, encarando foguetes palestinos, um Irã movido a energia nuclear, e um primeiro-ministro de um antigo aliado chamando Israel de “Estado Terrorista”. O presidente do Egito removeu à força um jogo de poder, e o pesadelo da Síria aprofundou-se. Iraquianos lutaram para construir uma nova sociedade às vésperas da retirada estadunidense, e (supostamente aliado a isso) afegãos mataram um número recorde de tropas ianques antes que pudessem sair do país. Quando a Primavera Árabe começou a tomar forma, muitos observadores desejavam com ardor que ela fosse exatamente isso – um renascimento. Mas não há como prolongar isso agora. Está ruim, e está ficando pior.

O feio: A Europa estava uma bagunça em 2012. A reforma da zona do euro está se movendo na direção certa, mas o progresso hesitante que os líderes europeus alcançaram ao criar uma nova zona do euro não evitou os níveis de desemprego recordes e um retorno à recessão. O termo “Gresaída” foi inventado como resposta à ameaça persistente da Grécia de deixar o euro. Protestos em diversos locais contra as medidas de austeridade, a ascensão de partidos políticos de extrema-direita, e gigantescos desafios de governança e implementação compuseram os problemas de um continente que tateia por soluções aceitáveis e duradouras. Em 2012, nós vimos progresso moderado – e um monte de feiura.

O que essas três tendências significam para os próximos cinco anos?

No Oriente Médio, os diversos conflitos que surgem são caros, impossíveis de serem tratados e arriscados demais para que pessoas de fora tentem gerenciá-los. Poderes regionais vão ter que resolver esses problemas por si sós. O mau vai permanecer mau. Para a China e a Europa, porém, o feio vai se transformar vagarosamente em bom, e o bom está para se tornar feio. Os europeus estão a caminho de construir uma nova zona do euro, que trate muitas das falhas originais. Isso significa novas regras bancárias e de crédito, novas regras para velhas instituições e um novo entendimento entre governos – se não entre cidadãos – de que a Europa precisa de mais unidade. Em cinco anos, a integração europeia se tornará algo “bom” – para as relações internacionais e para a economia global. A China, enquanto isso, vai se tornar feia, pelo menos para seus vizinhos – e para o Ocidente. A nova liderança da China é mais do mesmo. Reformas políticas e econômicas permanecerão sendo objetivos ilusórios. Espera-se que continue ocorrendo no futuro o crescimento econômico da China, mas junto com esse crescimento virão disputas de política externa tendo-se em mente a possibilidade de que os EUA troquem seus recursos para construir novos laços políticos e comerciais com aqueles que estão mais ansiosos com a expansão chinesa. Ascensão da China, tumulto no Oriente Médio, tropeços da Europa: são todos eventos independentes. Apesar de o mundo estar globalizado, os governos estão tendo de lidar sobretudo com desafios domésticos hoje em dia. Isso não significa que problemas regionais não possam causar dores de cabeça globais. Parece que esse será o caso dos próximos cinco anos...

Reuters, 27 dez. 2012. Disponível em: <http://blogs.reuters.com/ian-bremmer/2012/12/27/the-three-2012-themes-that-matter-most/>. Acesso em: mar. 2016. Tradução dos autores.

Considerando os conteúdos aprendidos e discutidos com a turma, deve-se fazer uma análise do mundo atual, tendo em mente o balanço de conjuntura apresentado pela agência Reuters no final de 2012. É importante pensar em como a integração regional e a globalização afetam a cooperação e o conflito entre Estados e entre povos, mas, sobretudo, deve-se dar especial atenção ao caso do Brasil.

Orientações ao professor: a análise de conjuntura e a projeção de cenários – ambos presentes no artigo da Reuters – são formas de identificar problemas sociais relacionados à globalização e à integração regional. Nessa atividade, os alunos deverão treinar sua capacidade interpretativa e analítica, e usar a criatividade e a imaginação sociológica para ver até que ponto a projeção está certa ou não. O mesmo será feito com a análise da conjuntura de 2012. É importante a compreensão sobre como eventos independentes podem afetar a inserção internacional do Brasil em um mundo globalizado, bem como suas ações em integração regional, aliança estratégica, coalizão de geometria variável.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

No primeiro trecho, Milton Santos afirma que a integração (regional) e os fluxos (da globalização) estão a serviço das forças hegemônicas, como as megacorporações.

Por intermédio dos mencionados pontos de fluxos, as macroempresas acabam por ganhar um papel de regulação do conjunto do espaço. Junte-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do Estado, em todos os seus níveis territoriais. Trata-se de uma regulação frequentemente subordinada porque, em grande número de casos, destinada a favorecer os atores hegemônicos. Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 19-20.

O trecho retirado da obra de Milton Santos pode ser usado para discutir a dominação existente na globalização e revela a importância de construir um pensamento crítico sobre as assimetrias globais de poder.

[...] uma revolução tecnológica com base na informação transformou nosso modo de pensar, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer guerra e de fazer amor. Constitui-se uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desconectando das redes de poder e riqueza as pessoas e os territórios considerados não pertinentes sob a perspectiva dos interesses dominantes. [...] Expressões de resistência social à lógica da informacionalização e da globalização são construídas em torno de identidades primárias, criando comunidades defensivas, em nome de Deus, da localidade, da etnia ou da família. Ao

mesmo tempo, instituições sociais básicas importantes, como o patriarcalismo e o Estado-nação, são questionadas sob a pressão conjunta da globalização da riqueza e informação e da localização de identidade e legitimidade.

CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. A era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 2007. v. 3. p. 19-20. (Economia, sociedade e cultura).

Com base no trecho apresentado da obra de Manuel Castells é possível analisar a importância dos fluxos e processos globais (políticos, econômicos e globais) para a constituição da vida na sociedade atual. Pode-se também abordar como fluxos e processos afetam a todos hoje.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KHANNA, Parag. *Como governar o mundo*: os caminhos para o próximo renascimento. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LESSA, Antonio Carlos. *A construção da Europa*: a última utopia nas relações internacionais. Brasília: Ibri, 2003.

Unidade 6 A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção

Capítulo 13

Sociedade e espaço urbano

1. Apresentação do capítulo

O capítulo tem como foco a constituição do espaço urbano; os sujeitos envolvidos nesse processo e as tensões nas relações mantidas por eles formam o eixo da abordagem proposta. Sendo assim, o foco será a atuação e a organização política da população em torno do direito à cidade, bem como as condutas do capital, via mercado imobiliário, e do Estado, por meio da legislação e políticas públicas de habitação.

No primeiro tópico, há uma apresentação geral do que os alunos encontrarão ao longo do capítulo.

O segundo tópico apresenta diferentes abordagens sociológicas sobre o espaço urbano; diferentes formas de compreender o processo de formação das cidades, a urbanização e as relações que aí se encerram. Desde seu surgimento, a Sociologia se debruça sobre as cidades industriais, e suas abordagens vão desde a perspectiva da manutenção da ordem e contenção das inquietações insurgentes à perspectiva crítica, que entende a cidade como o espaço privilegiado da luta de classes. No século XX, a construção do espaço urbano continua merecendo atenção sociológica; destacam-se a Escola de Chicago, que defende haver uma ordem implícita por trás do caos urbano, e a "Nova Sociologia Urbana", que afirma serem os conflitos sociais contemporâneos a chave para a compreensão da organização social e espacial das cidades.

O terceiro tópico trabalha a violência urbana e a sensação de medo que cresce com base em estatísticas, mas especialmente devido à maciça exploração de episódios violentos pelos meios de comunicação. Esse sentimento tem sido utilizado como justificativa para mudanças na administração das cidades, dos espaços públicos e privados. Diante desse cenário, população, Estado e mercado modificam suas atuações e estratégias.

Esse tópico mostra também de que maneira conceitos clássicos da Sociologia são utilizados na compreensão do fenômeno urbano, como classe social (Marx) e anomia e coesão social (Durkheim); o conceito de dominação também será amplamente utilizado sob a ótica tanto de Marx quanto de Weber.

Também é comentada a segregação socioespacial, que consiste na concentração de determinadas classes em regiões específicas. Nas sociedades capitalistas, os mais pobres são os segregados, pois lhes é negado ou

obstruído o acesso a equipamentos urbanos e serviços públicos, reservados às áreas de especulação imobiliária. A segregação se apresenta sob algumas formas, sendo uma delas a clássica "centro-periferia".

O quarto tópico aborda o modelo de planejamento estratégico como uma administração que prioriza a visão econômica, em detrimento da política, no gerenciamento da cidade, que é comparada a uma empresa. Predominam os princípios da produtividade e da lucratividade, em detrimento de valores como função social do solo urbano e democracia.

Trata também da alternativa à visão mercantilista do planejamento estratégico, isto é, a gestão democrática pela sociedade civil, que prioriza a participação da população nos processos decisivos sobre a administração. Alguns modelos de maior participação são discutidos em seus limites e possibilidades: reforma urbana, orçamento participativo e economia popular.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Ordem
- Estado
- Conflito
- Mercado
- Adaptação
- Capital
- Competição
- Especulação imobiliária
- Assimilação
- Privatização do espaço público
- Classes sociais
- Valor de troca
- Valor de uso
- Segregação socioespacial
- Violência urbana

Principais autores abordados no capítulo

- Karl Marx
- Donald Pierson
- Max Weber
- Erving Goffman
- Loïc Wacquant
- Georg Simmel
- Manuel Castells
- Robert E. Park
- Alba Zaluar
- Ernest W. Burgess

Principais temas abordados no capítulo

- As diferentes formas de abordagem e compreensão do espaço urbano.
- As relações sociais, os diferentes sujeitos e os interesses constitutivos do espaço urbano.
- A violência urbana, o medo e os fenômenos de privatização do espaço público, especulação imobiliária e segregação socioespacial.
- A administração pública das cidades, o mercado imobiliário e as formas de organização e participação da população.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

Em um primeiro momento, pode-se pedir aos alunos que providenciem recortes de revistas e jornais, cartazes e outros, com imagens da cidade onde residem. É recomendável que haja multiplicidade de tipos de habitação, bem como fotografias de diferentes bairros e seus potenciais residenciais, comerciais, industriais. Vale recorrer aos contrastes do espaço urbano, com foco no acesso diferenciado aos equipamentos e serviços urbanos.

Feito isso, pode-se resgatar a leitura do texto, que deverá ser previamente indicada. Assim, os alunos terão fundamentação para contrastar o relatório resultante das observações feitas com base nas imagens com as diferentes teorias apresentadas no livro. Então, pode-se propor uma reflexão sobre que tipo de análise é mais adequado à compreensão das dinâmicas da cidade onde vivem. Qual das referências teóricas mais se aproxima do que percebem no cotidiano?

Para trabalhar o terceiro tópico do capítulo, que versa sobre violência, medo e privatização do espaço público, pode-se iniciar a aula com matérias de jornal recentes sobre episódios de violência. As notícias devem ser debatidas e, então, os alunos refletirão sobre as possíveis causas de tal "violência" e que tipos de solução dariam para o problema. Depois, eles devem fazer um exercício sobre as diferentes abordagens e teorias sociológicas com base em um fato concreto apresentado pelo professor.

Em outro encontro, a abordagem desse tópico pode se desdobrar a fim de discutir as consequências do medo generalizado: a proliferação de grades e muros e a privatização do espaço público – aspectos do fenômeno de segregação socioespacial em suas diferentes manifestações. Formas interessantes de introduzir tal debate são a apresentação do clipe da canção "A minha alma", do grupo O Rappa, ou do documentário *Hiato*, de Vladimir Seixas, que registrou a ocupação de militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST) em um *shopping center* da zona sul do Rio de Janeiro. No clipe, meninos moradores de uma comunidade sofrem a repressão policial ao decidirem, num dia de sol, descerem para ir à praia. Tudo começa quando um deles se abaixa para pegar o dinheiro

de uma senhora que caiu no chão. Antes mesmo de devolvê-lo à dona, é abordado com violência e executado pela polícia.

Aqui, deve-se discutir as fronteiras invisíveis que promovem a segregação, mesmo quando, aparentemente, não separam as classes sociais em bairros distintos. Pode-se também considerar o papel da polícia, para problematizar o discurso sobre segurança pública, assim como debater outros aspectos da violência que permeiam o cotidiano das sociedades capitalistas.

Com base nisso, é possível fazer uma ligação com a discussão seguinte, sobre os princípios que têm norteado o Estado na gestão do espaço urbano. É interessante pedir aos alunos que reflitam sobre os interesses conflitantes – entre moradores e mercado – que constituem as relações sociais no espaço urbano. Um bom recurso para discutir essa questão é o documentário *Domínio público*, produção independente que contém depoimentos e entrevistas. Ali se mostra que, além do futebol, outros fatores estão em jogo na construção dos estádios, como a remoção das comunidades e a especulação imobiliária, por exemplo. Assim, interesses mercadológicos se tornam prioridade do Estado.

A última parte do capítulo pode ser também iniciada tendo como base o documentário *Hiato*, um exemplo de como a população se organiza para resistir aos princípios claramente mercadológicos do Estado na gestão das cidades.

3. Orientações para o trabalho com as seções

Considerações sociológicas 324

Essa seção serve para indagar sobre a forma como os preparativos para receber megaeventos interferem na vida cotidiana dos alunos.

Depois disso, também é oportuno relacionar o discurso oficial sobre os benefícios que tais eventos vão trazer para a população e a concepção mercantil de cidade que está por trás dele, com o debate apresentado no texto. Aproveite para problematizar os interesses em jogo e os sujeitos envolvidos no processo.

Direito e sociedade 325

Algumas questões podem enriquecer a reflexão sobre o texto constitucional, como, por exemplo:

- Por que o Brasil precisa de uma política urbana? (Essa questão revela a existência de conflitos na construção das cidades que precisam ser regulados por meio da política urbana para promover uma solução pacífica.)
- Quais são os objetivos da política urbana presentes na Carta Magna? (Ao responder que o objetivo da lei é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, fica claro qual é a função da cidade e quais critérios devem orientar as políticas para seu desenvolvimento.)
- Por que o ordenamento das cidades precisa de regulamentação legal? (O debate gerado por essa questão revela as contradições entre os interesses dos diferentes agentes que atuam no espaço urbano: a população, o capital imobiliário e o Estado.)
- A qual grupo social o artigo 183 pretende atender? (Sobretudo a população que ocupou ilegalmente áreas não apropriadas para residências, devido a sua impossibilidade de ingressar no mercado formal ou de ser atendida por políticas públicas de habitação.)
- A Constituição Federal, em seu preâmbulo, propõe a resolução pacífica dos conflitos. Quais são os principais conflitos existentes nas cidades e quem são seus agentes? (Um dos mais importantes é relativo à carência de moradias e à especulação imobiliária. A disputa em torno da terra na cidade coloca em confronto o capital imobiliário, que quer lucrar com o valor da terra, e a população trabalhadora em geral, que quer ter um lugar para morar.)

Orientações ao professor: deve-se utilizar questões da realidade local para incentivar as discussões. Pode-se propor também uma atividade conjunta com a disciplina de Geografia, em que os alunos utilizem conteúdos das duas disciplinas para construir seus argumentos.

Indicações

Livros 311, 317, 318

- ***Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Marcelo Lopes de Souza.**

O livro pode ser interessante para levar aos estudantes a percepção de que forma a cultura do medo divulgado pela mídia passa a ser um medo cotidiano em diversas áreas da cidade, não apenas nas áreas periféricas. Na medida em que a cidade se torna um cenário ameaçado pelo medo, a busca cada vez maior pela segurança leva as pessoas a questionarem a segurança pública, assim como muitas vezes usar meios alternativos para se sentirem seguras, o que pode muitas vezes violar os direitos civis.

- *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Teresa Pires do Rio Caldeira.

  A autora descreve como a arquitetura da cidade de São Paulo se modificou em razão do crescimento da violência. O texto serve para ilustrar questões de violência e outros temas tratados no capítulo, levando os alunos a perceberem que eles são parte da cidade que habitam e, portanto, pessoas que a influenciam.

- *Justiça*: pensando alto sobre violência, crime e castigo. Luiz Eduardo Soares.

  O livro de Luiz Eduardo Soares é um excelente motivador para os debates sobre a violência nas cidades e sobre uso dos conceitos das Ciências Sociais para estudar eventos reais e produzir uma avaliação fundamentada sobre eles, assim como pensar as possibilidades concretas de superação dos problemas identificados.

Sites 308, 309

- *<www.cufa.org.br>*

  O *site* da Central Única das Favelas pode ser usado para mostrar aos estudantes como as populações das regiões periféricas de diversos estados do Brasil estão organizadas e divulgam suas atividades na área política, esportiva e cultural. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.uclg.org>*

  O *site* da Organização Cidades Unidas e Governos Locais serve para compartilhar análises e informações sobre as cidades integrantes. Ao conhecer e partilhar os problemas de cada cidade, é possível encontrar soluções e compreender as particularidades de cada local. Considerando a questão da globalização, o *site* pode ser útil para mostrar aos estudantes de que forma as políticas para as cidades também podem ser "globalizadas". (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 313, 321

- *Edifício Master*

  O filme pode ser útil para tratar de assuntos da Sociologia em escala local e expandir as ideias, sobretudo da Escola de Chicago, como uma espécie de laboratório para a sociedade. Ao mostrar as relações desenvolvidas entre os vizinhos de um prédio, torna possível chegar a modelos que poderiam servir para toda a sociedade.

- *Distrito 9*

  O filme pode ser utilizado para discutir os limites do humanismo e da interação social. Demonstra a estigmatização de alienígenas, palavra que também significa estrangeiros; por conta disso, exibe, de forma indireta, as reações que as pessoas têm à imigração. As dificuldades de integração podem transformar o contato entre culturas diferentes em um conflito explosivo. O filme serve também para discutir as relações entre a cidade e os fluxos humanos, as pessoas com seus sentimentos mais discriminatórios e as saídas para os conflitos urbanos.

Aplicativo 318

- *Moovit*

  Existem inúmeros aplicativos para melhorar a mobilidade urbana. São Paulo é a cidade brasileira onde há mais iniciativas nesse sentido. Pode-se pedir aos alunos que explorem o aplicativo e sugerir que criem iniciativas virtuais ou reais para melhorias da mobilidade urbana.

Jogo 323

- *CityVille*

  O jogo CityVille envolve bastante a ideia de sustentabilidade urbana, ainda na lógica do capitalismo, ou seja, o usuário deve criar uma cidade sustentável, porém com atividades lucrativas. Pode-se utilizar o jogo ao longo das aulas em que o tema for trabalhado, discutindo os limites e as possibilidades de sustentabilidade urbana dentro da lógica capitalista.

4. Respostas e comentários das atividades

◆ Reflexão e revisão 326

Questão 1

1. O tema ao qual a Escola de Chicago mais se dedica é o do espaço urbano. A partir disso, será necessário apresentar Robert Park e a análise com base na Ecologia Urbana, na qual ordem material e ordem moral são associadas. Em seguida, deve-se apresentar Donald Pierson, com destaque para suas análises da interação social, definidoras do espaço urbano. Por fim, é preciso destacar Erving Goffman e a importância que esse autor dá ao indivíduo como definidor das relações sociais, e quanto o conceito de estigma pode ajudar a entender as mazelas associadas à segregação social.
2. Deve-se explicar a ideia de violência urbana e mostrar sua associação com a noção de conflito, na qual também estão presentes as tensões e as origens delas. Por conta disso, ao responder a essa questão, os alunos não devem se esquecer de explicar como surge

a violência e suas causas. É preciso mostrar também como a ideia de ordem e as ações de governos se associam com a violência. Na resposta, é adequado citar Pierre Bourdieu e a violência simbólica, assim como a violência "de cima" e a violência "de baixo" de Loïc Wacquant.

3. Deve-se apresentar o que é segregação espacial. Para tanto, será preciso abordar a desigualdade, que condiciona a segregação. Em vez de ir fundo no conceito, é melhor enfatizar os exemplos. O que interessa mais nessa resposta é articular o conteúdo do livro e o que é visto no cotidiano, na mídia, em obras literárias, técnicas etc. Ao analisar o mercado, deve-se abordar a especulação imobiliária e o lucro obtido com a segregação espacial. É preciso apresentar a tensão entre os que sofrem a segregação espacial e os que lucram com o mercado imobiliário. Além disso, vale mostrar uma ação de planejamento urbano e, com isso, apresentar projetos de revitalização, reestruturação, orçamento popular, entre outros existentes nas cidades. É preciso que sejam apresentadas realidades brasileiras, o que não impede comparações com outras realidades, ou entre regiões e cidades do Brasil.

Orientação para condução da atividade

Essa atividade tem por objetivo proporcionar aos estudantes uma reflexão sobre os temas discutidos ao longo do capítulo, o que possibilita identificar se as habilidades e competências pretendidas foram alcançadas. Nesse sentido, as questões buscam retomar as ideias centrais debatidas no texto. De acordo com a dinâmica adotada em sala de aula, podem ser utilizadas diferentes estratégias e formas de mediação pedagógica para atingir os resultados esperados. Nesse sentido, é importante:

- Dividir a turma em grupos para que os estudantes realizem as tarefas propostas e apresentem os resultados à turma como debate;
- Propor respostas individuais que posteriormente serão partilhadas e discutidas em grupos maiores;
- Estabelecer uma conexão entre as questões propostas e os filmes e pesquisas indicados pelo livro.

A interpretação do trecho citado leva ao entendimento de que o *shopping center* pode ser visto como um espaço privado de lazer, considerando que está associado ao consumo e às práticas que têm um custo para seus frequentadores. A partir daí se estabelecem relações entre *shopping center*, privatização do lazer e ausência de políticas públicas voltadas para a universalização dos direitos sociais. Logo, não é possível associar lazer como direito social à lógica da privatização dos espaços, o que descarta as três primeiras alternativas. Na alternativa **d**, a afirmação de que o poder aquisitivo interfere no acesso a equipamentos de lazer, apesar de não ser incorreta, não apresenta o cerne do argumento da autora, que pode ser encontrado finalmente na alternativa **e**.

Gabarito	E.
Campo	Contextualização sociocultural; representação e comunicação.
Competências	Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos. Identificar, analisar e comparar os vários discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos muitos paradigmas teóricos, e as do senso comum; Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais com base nas observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Aplicação e compreensão.

Questão para debate 326

Antes de propor a realização do debate, é bom selecionar algumas matérias de jornal ou trechos de reportagens televisivas com depoimentos de pessoas que presenciaram os arrastões e que mostrem também as reações provocadas, tanto pelo medo gerado na população como pela ação das autoridades públicas para coibir o acesso dos jovens de periferia às praias cariocas. Munidos desse material, os estudantes poderão construir uma visão mais ampla do problema e elaborar argumentos mais sólidos para o debate.

No dia reservado para a atividade, é indicado ouvir a música com os alunos, fornecendo elementos para que reflitam sobre as diferenças e semelhanças entre a época em que foi composta e o contexto em que se insere o fato analisado. A partir daí, o professor deve atuar como mediador do debate, controlando o tempo de cada fala, fazendo avançar as questões do roteiro e sugerindo desdobramentos conforme ocorrem as intervenções dos alunos. A ideia é que com essa atividade sejam revistos os conceitos de segregação socioespacial, o sentido da cidade como valor de uso e a influência dos conflitos de classe sobre o ordenamento, a ocupação e o uso do espaço urbano.

Remetendo ao conceito "estigma", com relação ao fenômeno da segregação urbana, pode-se analisar a forma como certos grupos ou classes sociais se apropriam de

determinados lugares em torno dos quais criam modelos de conduta e códigos compartilhados que funcionam como mecanismos de identificação e de distinção social, demarcando fronteiras em relação ao espaço de um “outro” muitas vezes desconhecido e tido como inferior ou ameaçador.

Com essa abordagem, é importante trazer o tema para uma realidade mais próxima dos alunos, pensando, com eles, exemplos de situações semelhantes, em que as diferenças de classe social ocasionem conflitos pelo uso de lugares públicos em sua própria cidade.

Para finalizar, tendo por base a provocação lançada na quarta questão, deve-se pedir que os estudantes pensem em propostas de intervenção, levando-os a imaginar soluções que envolvam a ação de governantes, de agentes da mídia ou de movimentos sociais.

Campo	Investigação e compreensão.
Competência	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que amplie a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
Domínio cognitivo	Avaliação, análise e síntese.

◆ Exame de seleção 327

a) ERRADA. Pois os moradores de áreas desvalorizadas não adquirem nem ocupam seus terrenos por falta de informação, mas justamente por serem estes desvalorizados segundo a lógica do mercado, e por isso acessíveis aos mais pobres.

b) ERRADA. Pois a causa da ausência de investimento na infraestrutura urbana e nos serviços sociais não pode ser relacionada exclusivamente ao aumento do êxodo rural. Também não se pode dizer que a infraestrutura e os serviços públicos sejam precários em todas as áreas das cidades. O fenômeno que melhor explica a situação relatada na letra de “Homem na estrada” é o da segregação socioespacial, que é reforçada pela desigualdade com que são tratadas as áreas de maior ou menor valor imobiliários, sendo as últimas aquelas que menos têm recebido intervenção por políticas públicas de urbanização, saneamento etc.

c) ERRADA. Pois diversas pesquisas já demonstraram a insuficiência da explicação malthusiana, segundo a qual fome, pobreza e miséria são consequências do acelerado crescimento populacional. Da mesma forma, não seria correto afirmar que a causa das condições vividas pela população de baixa renda nos centros urbanos possa ser explicada pela “explosão demográfica” da década de 1980, uma vez que existem outros fatores estruturais que determinam a má distribuição de renda, do espaço e das oportunidades nas sociedades atuais.

d) CORRETA. Pois não houve uma política ordenada de crescimento urbano em que as necessidades das classes mais pobres, assim como a mobilização urbana, fossem consideradas essenciais. Assim, o crescimento desordenado e a especulação imobiliária descontrolada acabaram por dificultar ainda mais o estabelecimento de políticas habitacionais eficientes.

e) ERRADA. Pois é inverossímil no que concerne aos fatos sociais. As organizações ambientais não são tão fortes no país a ponto de dificultarem a ação do Estado, visto que já não há tantas políticas habitacionais que deveriam ser implementadas pelo governo.

Gabarito	D.
Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que ampliem a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
Domínio cognitivo	Avaliação e síntese.

◆ Questão para pesquisa 327

Orientação para condução da atividade

Pode-se dividir a turma em grupos e, dependendo da situação, escolher com eles diferentes bairros ou sub-bairros, a fim de enriquecer as apresentações e propiciar uma análise comparativa entre elas.

Os alunos podem ser incentivados a fazer entrevistas com moradores antigos, além de registrarem imagens, mas sempre com a permissão dos informantes. Cabe aqui uma remissão ao capítulo 1. Os grupos devem ser orientados para a produção de um relatório final de pesquisa, no qual, além do registro do material empírico, deverão apresentar suas análises e as devidas referências teóricas.

5. Atividade complementar

◆ Sensibilização e motivação

Visita técnica ao centro da sua cidade

Uma boa forma de visualizar questões propostas ao longo da leitura do texto-base é fazer uma visita ao

centro da cidade, uma aula itinerante sobre as diversas influências presentes na arquitetura e nas reformas realizadas ao longo do tempo, bem como reflexões sobre o tipo de ocupação predominante. Isso deve tornar mais prazeroso o debate e mais clara a compreensão sobre as relações e os conflitos constituintes do espaço urbano. A atividade pode ser bem interessante, uma vez que muitos jovens não conhecem o centro da cidade onde vivem, e muitas vezes estão diretamente envolvidos no processo de segregação socioespacial, que pode e deve ser problematizado.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

É tentador encarar explosões de violência coletiva "vinda de baixo" como sintomas de crise moral, de patologias das classes baixas, ou como tantos outros indícios de iminente ruptura societal da lei e da ordem. [...] a atenta análise comparativa de seu tempo, contexto e desenvolvimento mostra que, longe de expressões irracionais e atávicas de incivilidade, a recente inquietação pública dos pobres urbanos da Europa e do Norte da América constitui uma resposta socio(lógica) à compacta violência estrutural liberada sobre eles por uma série de transformações econômicas e sociopolíticas que se reforçam mutuamente. Tais mudanças resultaram em uma polarização de classes que, combinada com a segregação racial e étnica, está produzindo uma dualização da metrópole, que ameaça não apenas marginalizar os pobres, como condená-los à redundância social e econômica direta.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Aqui, pode-se problematizar o termo "violência vinda de baixo", em contraponto a outros tipos de violência "vindos de cima", praticados pelo Estado. O debate remete à discussão sobre o modelo neoliberal de Estado, e é recomendável voltar ao capítulo no qual a discussão é mais aprofundada para fundamentar as reflexões.

Também será interessante o debate sobre a concepção de patologia social, como se a violência e a criminalidade fossem algo que pusesse em risco a ordem. Cabe refletir sobre a "ordem" estabelecida, se não há no próprio modelo de sociedade em que vivemos problemas enraizados. Vale voltar ao capítulo no qual são discutidas as diferentes concepções de sociedade da Sociologia clássica, e trazer Marx e Durkheim, por exemplo, para o debate. Além, obviamente, de voltar ao texto do capítulo, no qual se apresentam as diferentes concepções de cidade calcadas nos conceitos de ordem e conflito.

As cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e de aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos.

DAVIS, Mark. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 28-29.

Com base nessa citação, cabe refletir sobre os princípios mercadológicos que vêm norteando governantes na gestão das cidades; apesar dos projetos de revitalização, percebe-se que boa parte da população que mora nas cidades continua vivendo em moradias precárias, com dificuldade de acessar os equipamentos e serviços públicos. O que isso significa? A quem servem, então, tais projetos que utilizam recursos públicos? Seguindo por esse caminho, também é pertinente trabalhar o conceito de "gentrificação" apresentado ao longo do capítulo.

Outra possibilidade é discutir o contraponto entre a paisagem real de contrastes, onde as favelas são presença marcante, e o "não lugar" (tal qual proposto por Marc Augé) representado pelos espaços padronizados, como aeroportos e *shopping centers*, ou a noção de "paraísos artificiais" (espaços que se isolam dos conflitos e mazelas sociais sem solucioná-los).

7. Sugestão de bibliografia para o docente

ANTELO, Raúl (Org.). *João do Rio*. A alma encantadora das ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Coleção Retratos do Brasil).

AUGÉ, Marc. *Não lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

Capítulo 14

Gêneros, sexualidades e identidades

1. Apresentação do capítulo

O capítulo apresenta a evolução do debate sobre gênero e sexualidade, não apenas nos limites disciplinares da Sociologia, mas expondo as contribuições de outras áreas do conhecimento, principalmente a Filosofia e a Psicanálise. O tema é intrinsecamente interdisciplinar, sendo preciso que se faça uso do amplo repertório presente na discussão sobre o tema, relacionando saberes múltiplos.

O capítulo é dividido em oito tópicos. O primeiro, "Primeiras palavras", começa com um tema motivador: compreender os padrões de gênero e sua relação com atos de violência. O segundo, "Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução", apresenta um esclarecimento conceitual presente nas teorias feministas europeias entre os anos 1940 e 1960: a distinção entre os termos sexo, gênero e sexualidade. Mostra também a concepção freudiana sobre a qual as teorias feministas dialogam. São também listadas as contribuições sociológicas relativas ao papel de instituições sociais na formação de padrões e marcadores de gênero. No terceiro, "O patriarcado e seus efeitos", destaca-se o conceito de patriarcado e sua centralidade nas teorias feministas. O quarto, cujo título é "A divisão sexual do trabalho: a mulher entre o público e o privado", trata da divisão sexual do trabalho, apontando as persistentes assimetrias de gênero nos âmbitos de produção e reprodução, a dupla e a tripla jornada feminina. No quinto, "Interseccionalidades: raça, classe e gênero", são introduzidas as teorias pós-coloniais, principalmente o feminismo negro e marxista, que traz o debate das intersecções da desigualdade: o debate sobre a interseccionalidade. Em seguida, no sexto tópico, "Identidade de gênero: sua instabilidade", é apresentada a perspectiva desconstrutivista, que enfatiza os processos de formação de identidade em sua relação instável, particularmente com base no conceito de performatividade de Judith Butler. Ali se discute a contribuição da chamada teoria *Queer*. O sétimo e penúltimo tópico, "Sexualidade(s) em transformação", pontua o debate sobre sexualidade, saber e poder, apoiando-se em Michel Foucault. Por fim, os movimentos feministas e LGBT/LGBTIQ são apresentados, assim como suas principais reivindicações, em "Movimentos sociais: feminismo(s) e LGBT", oitavo e último tópico do capítulo.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Gênero/identidade de gênero
- Patriarcado
- Interseccionalidade
- Dominação masculina
- Sexualidade/transexualidade
- Feminismo(s) e LGBT
- Divisão sexual do trabalho
- Violência simbólica
- Heteronormatividade
- Binarismos/*Queer*

Principais autores abordados no capítulo

- Simone de Beauvoir
- Margaret Mead
- Pierre Bourdieu
- bell hooks
- Michel Foucault
- Neuma Aguiar
- Judith Butler
- Helena Hirata
- Sigmund Freud
- Raewyn Connell
- Gilberto Freyre
- Lélia Gonzalez
- Friedrich Engels
- Angela Davis

Principais temas abordados no capítulo

- A contribuição da Psicanálise para os estudos sobre sexualidade e identidade humana.
- A relação entre sexo e gênero, tendo por base um debate sobre a relação natureza e cultura.
- As instituições sociais e seu papel na formação de padrões de gênero.
- O patriarcado e o androcentrismo; o patriarcado no Brasil.
- A divisão sexual do trabalho.
- A interseccionalidade: o cruzamento das desigualdades de raça, classe e gênero.
- A teoria *Queer* e a performatividade.
- As conexões sobre sexualidade e poder, com base em Michel Foucault.
- O debate feminista em torno dos conceitos de gênero, sexo e sexualidade, e sua evolução nos séculos XX e XXI.
- A violência contra a mulher e contra os não heterossexuais.
- A organização dos movimentos sociais em defesa do direito de mulheres e LGBT.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

No tópico “Primeiras Palavras”, optou-se por relativizar os padrões de gênero, colocando-os em perspectiva com outros padrões: assim, pode-se motivar os alunos a observar se eles se sentem representados nos padrões de beleza, de consumo, de comportamento dentro da escola ou da família. Nesse sentido, os alunos são levados a desconstruir sua realidade e, ao assumirem tal postura, abre-se o caminho da desconstrução de outros padrões, apontando-se para uma realidade aberta, com múltiplas possibilidades.

A introdução toca no tema da violência de gênero. Porém, logo de início chama-se a atenção para a construção simbólica por trás das práticas de violência, observando os aspectos sociais que levam à criação de categorias de seres humanos considerados “anormais” ou “inferiores”. Pode-se iniciar um debate sobre essa questão com a introdução da questão filosófica sobre a própria condição da humanidade: “Quem é considerado humano e, portanto, digno de nossa empatia?”; “Quem são aqueles considerados estranhos/anormais/*Queer*?”; “Quais construções simbólicas permitem e legitimam a violência contra esses seres considerados ‘indignos’ de uma humanidade?”.

O capítulo apresenta, em ordem aproximadamente cronológica, a evolução do debate sobre o tema do gênero e da sexualidade. No segundo tópico, é recuperado o debate sobre sexualidade no campo da Psicanálise, tendo em vista que as teorias feministas do século XX fizeram inúmeras críticas a ela. É apresentada a clássica distinção entre sexo e gênero, que constitui um referencial central nas teorias feministas. As leituras sobre Psicanálise podem abordar alguns mitos centrais em nossa sociedade, analisando o papel da mulher em cada situação: o mito de Adão e Eva e o mito de Édipo. Histórias infantis e desenhos também podem ser listados como recursos do plano simbólico e exemplos de sua eficácia no que se refere aos padrões de gênero.

Esses marcos centrais, combinados ao conceito de **patriarcado**, devem ser introduzidos no início, pois as teorias posteriormente apresentadas (pós-colonialismo e pós-estruturalismo) só serão compreendidas quando estiverem claras suas principais críticas. Embora as seções possam ser utilizadas em separado, aconselha-se começar com esses marcos para depois chegar às teorias mais contemporâneas, enquadradas nos tópicos sobre interseccionalidade, identidade e sexualidade.

Dois tópicos fazem um diálogo teórico mais estreito com a realidade brasileira: o terceiro, sobre patriarcado, e o quinto, sobre interseccionalidade. O debate a respeito do patriarcado marcou (e ainda é central em) várias gerações de feminismos, em um longo debate que veio a precisar como o patriarcado se combina ao capitalismo. Basicamente, o patriarcado pode ser visto como um sistema de autoridade/poder em que o homem/pai é quem comanda. A permanência do patriarcado ainda hoje pode ser vista como um “resquício” de sociedades tradicionais, mas ele foi reelaborado de inúmeras formas, a ponto de ser difícil sustentá-lo apenas como algo do passado. Sendo assim, pode-se apresentar o conceito de patriarcado mais como um modelo de relações de gênero (o que se aproxima da ideia de dominação masculina) do que algo que permaneceu do passado. O recurso ao filme *Wadjda* constituirá um elemento didático para o debate sobre as relações patriarcais em sociedades orientais e sociedades ocidentais. Com base no filme, é possível contrapor ou aproximar a situação das mulheres em países como a Arábia Saudita e o Brasil.

O conceito de patriarcado pode ser relido ou mesmo ressignificado pensando-se na ideia de heteronormatividade, utilizada de forma mais contemporânea para apontar o caráter heterossexual da dominação sobre outras manifestações de comportamento que não correspondam ao binarismo homem/mulher. A heteronormatividade pode ser relacionada com as leituras de Michel Foucault e Judith Butler, apresentadas nos tópicos 6 e 7 do capítulo. A contribuição desses tópicos sobre política e cultura pode ser discutida com os estudantes por meio de questões como as enumeradas a seguir.

- Qual é o “sujeito” do movimento feminista, do movimento *gay* e do movimento LGBT?
- Se considerarmos que não existe “a mulher”, mas sim mulheres com condições muito diferentes, como é possível articular um grupo feminista?
- Pode-se considerar que os homens possuem privilégios em relação às mulheres? E em relação a *gays* e transgêneros?
- Homens, *gays* e transgêneros também podem participar de movimentos feministas?

Essas perguntas podem ser o ponto de partida para introduzir o último tópico do capítulo, sobre feminismos e movimentos LGBT. Assim, com o debate, pode-se começar a identificar o porquê de tais movimentos terem suas especificidades e quais são os possíveis pontos de contato entre eles. O filme *As sufragistas* pode ser utilizado para falar da história desses movimentos e de suas especificidades.

3. Orientações para o trabalho com as seções

◆ Considerações sociológicas 352

Na seção *Considerações sociológicas*, optamos por apresentar um debate sobre o patriarcado no Brasil. Com base em Gilberto Freyre, recuperam-se as interpretações culturais de como o patriarcado se constituiu no país, em grande parte por nossa herança árabe. Embora seja elemento central do pensamento social brasileiro, a tese do patriarcado foi bastante enfraquecida com a ideia de patrimonialismo de Raymundo Faoro. Nesse sentido, o pensamento feminista no Brasil teve grandes dificuldades de desenvolver o conceito de patriarcado como sua base teórica. A maior contribuição vem da feminista e socióloga Heleieth Saffioti, que defende o uso do conceito de patriarcado para a análise da realidade social brasileira.

Sugere-se ao professor que acompanhe o debate por meio do artigo da professora Neuma Aguiar, citado no capítulo intitulado "Patriarcado, sociedade e patrimonialismo" (2000). Ele recupera o debate com a contribuição de inúmeros autores clássicos, como Silvio Romero, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Esta seção pode ser utilizada, aqui, como alvo de um debate com os alunos. O uso de imagens, como as de Jean-Baptiste Debret (uma delas pode ser encontrada na página 143) para o desenvolvimento do conceito, pode ser útil para demonstrar como o patriarcado gera diferenças entre as mulheres brancas (associadas à pureza e reclusas na casa) e as mulheres negras (associadas ao corpo erotizado e disponibilizado), no contexto de uma sociedade plenamente escravista como foi a do Brasil. Fotografias de mulheres ou os papéis em novelas também podem ser analisados.

◆ Direito e sociedade 353

A seção *Direito e sociedade* pode ser compreendida como uma extensão do debate sobre o patriarcado. Nesse sentido, os dois itens podem ser trabalhados em conjunto. O feminicídio passa a constituir crime qualificado no Brasil apenas a partir de lei promulgada em 2015, quando se reconheceu que o crime contra a mulher devia ser punido de forma específica. Isso equivaleu ao reconhecimento do patriarcado e da violência contra a mulher como algo público e social, e não mais como fenômeno individual. Pode-se dizer que a criminalização da violência contra a mulher, seja com a Lei Maria da Penha, seja com a lei do feminicídio, equivale à criminalização do racismo, porém ocorreu depois deste (o crime de racismo é de 1989). Em ambos os casos, retira-se o fenômeno da violência (racial ou de gênero, conforme o caso) da esfera privada e dos "casos isolados", o que permite não apenas a punição, mas igualmente uma ressignificação por parte da sociedade em relação ao racismo e ao sexismo.

Sendo assim, sugere-se ao professor elaborar com os alunos algumas reflexões que essa comparação permite.

- Por que o racismo e o feminicídio passam a ser considerados crimes?
- Quais são as repercussões simbólicas/culturais que essa caracterização pode vir a ter?
- Por que o racismo foi reconhecido como crime antes da criminalização da violência contra as mulheres?
- Qual é o contexto cultural vivido atualmente no Brasil que permitiu o reconhecimento do feminicídio?

Orientação para condução da atividade

Deve-se instruir os alunos a serem cuidadosos no trabalho de campo. Alerte-os sobre o fato de que muitas mulheres evitarão falar sobre o assunto e que, nesse caso, elas devem ser respeitadas, não sendo recomendado insistir na entrevista. No momento do debate, deve-se incentivar os alunos a pensar sobre as formas de ajuda que toda a sociedade civil pode assumir. Deve-se comentar que muitas mulheres não compartilham os episódios de violência, mesmo quando vão a hospitais machucadas, por vergonha e por medo de sofrer ainda mais agressões do "companheiro". É importante ressaltar que as mulheres agredidas precisam se sentir apoiadas e terem uma rede de pessoas próximas que possam protegê-las e também a seus filhos.

◆ Indicações

Livros 338, 343, 351

- ***As garotas da fábrica*: da aldeia à cidade numa China em transformação. Leslie T. Chang.**

A autora, jornalista estadunidense de origem chinesa, foi correspondente de jornais dos Estados Unidos na China. Apesar de o livro ser longo, alguns de seus capítulos podem ser usados separadamente. A China possui a maior população migrante do mundo, fato que por si já revela a imponente realidade daquele país. O trabalho migrante chinês, assim como de outros países na Ásia, é reconhecidamente análogo à escravidão em muitas fábricas que produzem produtos da moda. O conhecimento da relação entre exploração do trabalho e gênero, tendo as mulheres como a base do sistema capitalista, pode ser explorado por meio desse livro. Conceitos como globalização, precariado, trabalho e classes sociais são passíveis de serem discutidos de forma correlata.

- *O que é transexualidade?* **Berenice Bento.**

Didático e com linguagem acessível aos alunos do Ensino Médio, o livro pode ser utilizado como complemento do capítulo, caso o professor sinta a necessidade e a disponibilidade dos alunos para aprofundar o tema não apenas da transexualidade, mas também da sexualidade em geral. Os conceitos de estereótipo, estigma, marginalidade e identidade podem ser trabalhados de forma correlata.

- *Uma história do feminismo no Brasil.* **Céli Regina Jardim Pinto.**

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutora em Sociologia, Céli Regina possui produção voltada para o espaço das mulheres na arena política. Nesse livro, ela trata de alguns marcos do feminismo no Brasil, identificando diferentes vertentes políticas do movimento. A obra pode ser utilizada como fonte de pesquisa para trabalhos sobre os movimentos sociais relacionados ao tema. A presença do feminismo sob a ditadura militar é também outro assunto importante analisado pela autora.

Sites 335, 336, 337

- <*www.compromissoeatitude.org.br*>

O *site* da campanha Compromisso e Atitude pode ser utilizado como material para campanhas no bairro ou na escola. Uma vez identificado o problema, pode-se utilizar materiais do *site* e produzir cartazes com os alunos para informar os moradores do bairro sobre a Lei Maria da Penha ou mesmo entrar em contato com a campanha para saber sobre palestras. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.geledes.org.br*>

Portal de militância do Instituto da Mulher Negra, o Geledés divulga informação e opiniões sobre questões relacionadas a racismo, gênero e direitos humanos. É um veículo de mídia alternativa, portanto os textos divulgados pretendem levar os leitores à reflexão. Sugere-se ao professor que o utilize indicando artigos ou notícias que possam promover debates em sala de aula. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.onumulheres.org.br*>

O *site* da ONU Mulheres pode ser utilizado com os alunos para buscar informações sobre protocolos assinados por países para promover direitos das mulheres. Serve de ferramenta de pesquisa para alunos e professores, oferecendo material para trabalhos específicos sobre os temas como igualdade no mercado de trabalho, feminicídio, direitos reprodutivos etc. (Acesso em: abr. 2016.)

- <*www.spm.gov.br*>

O *site* da Secretaria de Políticas para Mulheres também é um portal de informações importante, pois contém pesquisas e dados, além de oferecer premiações e concursos sobre o tema. Pode-se obter documentos como o Mapa da Violência (homicídios de mulheres) e acessar o Observatório da Igualdade de Gênero. Também recomenda-se acompanhar premiações em que seja possível inscrever a escola ou os alunos, com redações ou projetos. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 342, 344, 351

- *O sonho de Wadjda*

Esse foi o primeiro longa-metragem dirigido por uma mulher na Arábia Saudita, um dos países mais rigorosos com as leis impostas às mulheres. O contexto do filme pode ser uma boa introdução para discutir as limitações das mulheres em regimes patriarcais, explícitos ou não. No caso dessa produção, a menina de cerca de 11 anos chamada Wadjda quer comprar uma bicicleta, embora não seja permitido às mulheres dirigir nenhum veículo. Na escola, ela se interessa em participar de um concurso sobre o Alcorão, apenas para ganhar o dinheiro para a bicicleta. A menina pode ser vista como um personagem astuto, que se utiliza das regras de um sistema religioso rígido para burlá-lo.

- *De gravata e unha vermelha*

O documentário trata de artistas e pessoas comuns que se transvestem e/ou trocam de sexo, tocando em um personagem tabu da cultura heteronormativa, o transgênero. Diversos tipos de transgênero são entrevistados, desde travestis àqueles que trocaram totalmente de sexo, por meio de operações e tratamentos hormonais. O filme permite que os estudantes conheçam os inúmeros trânsitos entre os gêneros fixos, sendo uma excelente ferramenta didática para criticar o binarismo. Os depoimentos dos entrevistados são ricos em articulações e críticas aos padrões de gênero e sexualidade. Pode-se selecionar algumas falas, ou solicitar que os alunos escolham as que mais os tocaram. Os depoimentos podem ser separados e relacionados com os conceitos apresentados no capítulo.

- *As sufragistas*

O filme é indicado para debater a história do feminismo, mais precisamente os primórdios desse movimento. As feministas negras questionaram o movimento sufragista inicial, tendo em vista que muitas sufragistas não apoiavam causas relativas às mulheres negras. O filme pode ser um recurso importante para contrapor um movimento que lutava pelo direito ao voto das mulheres na Europa e nos Estados Unidos, enquanto milhares de mulheres na América ainda eram escravizadas.

Aplicativo 344

- *Sai pra lá*

O aplicativo *Sai pra lá* foi desenvolvido por uma jovem de 17 anos para rastrear casos de assédio. Com ele, pessoas podem selecionar o tipo de assédio que sofreram e marcar no mapa. Os assédios são classificados em sonoros, verbais, físicos ou indefinidos. O aplicativo pode ser usado para motivar a discussão sobre a definição de assédio, já que em muitos casos os adolescentes pensam o assédio apenas como o que envolve contato físico. Pode servir também para promover um debate com os alunos sobre que tipos de aplicativo eles gostariam de criar e propor (caso isso seja possível) a elaboração de aplicativos similares que protejam ou promovam relações democráticas e igualitárias entre os gêneros.

4. Respostas e comentários das atividades

Reflexão e revisão 354

1. Com base na questão, os estudantes devem diferenciar os conceitos de sexo e gênero segundo as teorias mais fundamentais citadas na segunda parte do capítulo. A construção social dos comportamentos de gênero também deve ser identificada em sua dimensão social, tendo em vista particularmente instituições, padrões e linguagens que se estabeleceram em sociedades heteronormativas e patriarcais.
2. O patriarcalismo deve ser compreendido como um sistema de dominação que estabelece o privilégio masculino e branco. Nas sociedades patriarcais, a socialização de crianças é orientada por marcadores de gênero, que associam sempre as características de poder e força aos homens, reproduzindo a visão da mulher como mãe ou como objeto.
3. No tópico sobre divisão sexual do trabalho, o Brasil aparece como o 71º país em termos de igualdade de gênero, e isso significa que, apesar de haver um Estado de Direito estabelecido, são inúmeras as limitações em termos de igualdade. No mesmo tópico, apresenta-se a dificuldade de mulheres *trans* para conseguir emprego: 90% delas estão em profissões ligadas ao sexo, o que reforça estigmas já antigos em relação a esse grupo.
4. O feminismo negro e pós-colonial foi a corrente do feminismo que mais trouxe contribuições para pensar as opressões de forma articulada. No Brasil, a influência decisiva do marxismo sobre autores como Heleieth Saffioti e Florestan Fernandes também contribuiu para se pensar a exploração e a dominação em suas diversas conexões. Para as feministas, o capitalismo é um sistema que conjuga as formas de dominação e exploração modernas, como as de classe, com as mais tradicionais, como o patriarcado, compondo um sistema de opressões complexo. São essas opressões, vistas como "isoladas", que permitem a reprodução do sistema, pois um oprimido em relação à raça pode tentar sobrepor-se a outro com base na classe ou no gênero. Assim, a libertação e a emancipação dessas opressões estão intrinsecamente ligadas.

Questão para debate 354

Antes de introduzir o debate com base no texto de Chimamanda Ngozi Adichie, pode-se propor aos alunos que escrevam relatos anônimos sobre experiências significativas para suas identidades vividas na escola. O tema da sexualidade também pode ser apresentado nos relatos, mas cabe ao professor avaliar como isso será encaminhado em cada turma. Por meio desses relatos, pode-se então apresentar como exemplo a narrativa de Chimamanda, que fala de sua frustração, quando criança, ao saber que apenas meninos poderiam ter a recompensa estabelecida pela professora. O debate sobre como a escola reforça papéis sociais de gênero pode ser complementado com os depoimentos de alunos sobre outros espaços sociais, como a família, o trabalho, os grupos de amigos, a mídia, tal como se sugere na atividade. Os relatos podem ser lidos entre os alunos como forma de sensibilização inicial, ou ainda como fontes de análise que serão relacionadas aos conceitos.

Campo	Investigação e compreensão.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre o tema e seus emissores; Compreender o funcionamento das instituições sociais e padrões sociais, sobre a questão de gênero.
Domínio cognitivo	Avaliação e síntese.

Exames de seleção 354

Questão 1

Gabarito	D.
Campo	Investigação e compreensão; contextualização sociocultural.
Competências	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana que ampliem a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações interpessoais com os vários grupos sociais; Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.
Domínio cognitivo	Avaliação.

Questão 2

Gabarito	C.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana que ampliem a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações interpessoais com os vários grupos sociais; Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.
Domínio cognitivo	Análise e aplicação.

Questão 3

Gabarito	A.
Campo	Investigação e compreensão; contextualização sociocultural.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre o tema e seus emissores; Compreender o funcionamento das instituições sociais e padrões sociais sobre a questão de gênero.
Domínio cognitivo	Análise e aplicação.

Questão para pesquisa 355

Orientação para condução da atividade

A atividade se baseia na pesquisa de argumentos contrários e a favor do casamento não usual. Dessa forma, o que se pretende é gerar um debate que permita aos alunos a compreensão e aceitação de uma opinião contrária.

Campo	Contextualização sociocultural.
Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre o tema e seus emissores.
Domínio cognitivo	Avaliação e síntese.

5. Atividades complementares

Sensibilização e motivação

Teatro: gravidez na adolescência

O teatro tem um valor pedagógico reconhecidamente importante e pode ser um recurso único no envolvimento e sensibilização dos alunos em torno de um tema delicado. Nesse sentido, sugere-se que seja usado como ferramenta no debate do tema "gravidez na adolescência" valendo-se das técnicas propostas pelo Teatro do Oprimido.

O Teatro do Oprimido é uma filosofia e um método de uso do teatro como intervenção social, elaborado pelo dramaturgo Augusto Boal e inspirado em Bertolt Brecht e Paulo Freire. É, portanto, um teatro de construção e intervenção coletiva que vem a ser um ótimo instrumento pedagógico e didático.

Orientações ao professor: a sugestão nessa atividade é que se organize uma oficina didática sobre o Teatro do Oprimido com as técnicas propostas (teatro-fórum, teatro invisível, teatro jornal) e que os alunos escolham um desses métodos (podendo modificá-los) para encenar uma peça sobre o tema "gravidez na adolescência". Vários grupos teatrais utilizam o Teatro do Oprimido e podem ser convidados para realizar uma oficina na escola. O Centro do Teatro do Oprimido (<www.ctorio.org.br>; acesso em: maio 2016) pode fornecer informações e realizar parcerias.

Aprofundamento e aplicação

Etnografia virtual: relatos sobre o #primeiroassédio

Inúmeros movimentos na internet, particularmente nas redes sociais, têm forte adesão de jovens. Essa pode ser uma oportunidade de se realizar uma etnografia

virtual. Sugere-se trabalhar com os relatos do *#primeiroassedio* ou de qualquer outra campanha viralizada em rede social. A etnografia também pode ser feita fora das redes sociais: em lugares públicos, é possível observar comportamentos repetidos a fim de compreender o que se entende por "masculinidade" e "performatividade", conceitos abordados no capítulo.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

A seguir, são indicados dois trechos de livros que, embora academicamente sejam menos reconhecidos que os de estrangeiros, estão tendo impacto relevante sobre as militantes de movimentos sociais. O primeiro texto, de Lélia Gonzalez, pode ser visto como uma das mais importantes leituras articuladas entre questões raciais, de gênero e de nação, fazendo um diálogo crucial com o pensamento social brasileiro. Nesse artigo, a autora toca num dos pontos mais sensíveis da sociedade brasileira: a condição da mulher negra, uma situação que revela como as análises interseccionais são necessárias para se pensar as propostas de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes sobre a estrutura social brasileira. Lélia Gonzalez, antropóloga e militante, também doutora em Antropologia Política, tem sido uma das principais leituras recuperadas pelo feminismo negro no Brasil atualmente, considerando-se suas ricas contribuições teóricas, pouco reconhecidas no âmbito acadêmico.

Em seguida, é apresentado o trecho do livro de Berenice Bento, professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que se tornou uma das maiores referências nos estudos de gênero e transexualidade no Brasil. A socióloga, uma das principais tradutoras e intérpretes da teoria *Queer* no Brasil, tem contribuído para sua popularização. No trecho em destaque, ela exibe uma leitura bastante didática de Judith Butler sobre a construção do corpo "generizado", tal como foi apresentado no tópico 2 do capítulo. Esse livro pode ser tomado como referência central para o professor que deseja uma base mais substancial sobre o tema, porém em uma linguagem acessível.

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Pra gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito? Mas o que era uma mucama? O Aurélio assim define:

Mucama. (Do quimbumdo *mu'kama* 'amásia escrava') S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite. [...]

Parece que o primeiro aspecto a observar é o próprio nome, significante proveniente da língua quimbunda, e o significado que nela possui. Nome africano, dado pelos africanos e que ficou como inscrição não apenas no dicionário. Outro aspecto interessante é o deslocamento do significado no dicionário, ou seja, no código oficial. Vemos aí uma espécie de neutralização, de esvaziamento no sentido original.

[...]

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem "educadas" ou estarem "bem vestidas" (afinal, "boa aparência", como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria "branca", unicamente atribuível a "brancas" ou "clarinhas"). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo às instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as "comem com os olhos" no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é "seu" síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, "mãos brancas" estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país).

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

O que é gênero? Como ele se articula com o corpo? Existe um nível pré-discursivo, compreendido como pré-social, fora das relações de poder-saber? O gênero seriam os discursos formulados a partir de uma realidade corpórea, marcada pela diferença? O gênero seria a formulação cultural dessas diferenças? Existe sexo sem gênero? Como separar o corpo/estrutura do corpo/resultado? Como separar a parte do corpo que não foi construído desde sempre por expectativas e suposições do corpo original que não está maculado pela cultura? Onde está a origem?

Pensar as relações entre gênero e corpo, apontando os processos que se articulam para dar uma aparência a-histórica e destituída de seu conteúdo político, parece-me ser uma das preocupações centrais da obra de Butler e de outras/os teóricas/os feministas *queer*. Para Butler, o gênero não está passivamente inscrito sobre o corpo.

[...]

A visão que define gênero como algo que as sociedades criam para significar as diferenças dos corpos sexualizados assenta-se em uma dicotomia entre sexo (natureza) *versus* gênero (cultura). Segundo esta visão, cada cultura moldaria, imprimiria, suas marcas nesse corpo inerte e diferenciado sexualmente pela natureza. Ao contrário, segundo Butler, podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências "naturais" e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos.

A partir das reiterações contínuas, realizadas mediante interpretações em atos das normas de gênero, os corpos adquirem aparências de gênero, assumindo-o em uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados no tempo. É isso que Butler chamará de performatividades de gênero.

Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma "promessa", um devir, há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa.

A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. Nesse processo, certos códigos naturalizam-se, outros são ofuscados ou/e sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável. A heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo-sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade por intermédio da heterossexualidade, representam uma materialidade saturada de significado, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

Cadernos PAGU. Disponíveis em: <www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>. Acesso em: fev. 2016.

Capítulo 15

Sociedade e meio ambiente

1. Apresentação do capítulo

De modo geral, o senso comum reduz a concepção de meio ambiente simplesmente à vida animal e vegetal, sem levar em consideração o ser humano e as sociedades. O capítulo apresenta uma abordagem que considera a interação entre o meio ambiente e as relações sociais como indissociáveis. No primeiro tópico, "Primeiras palavras", essa relação é evocada pelo caso da remoção de ribeirinhos no Pará, para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Assim, nesse tópico, ressalta-se a importância do olhar sociológico para a compreensão da problemática ambiental, temática que tem se tornado importante nas Ciências Humanas.

A seguir, no tópico 2, "O contexto histórico da problemática socioambiental", é feita uma contextualização da interação entre diferentes sociedades e a natureza, bem como as consequências resultantes dessa relação e a tomada de consciência da população sobre os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento tecnológico. São também apresentadas brevemente duas principais correntes do movimento ambientalista: a preservacionista e a conservacionista.

O terceiro tópico, "Sustentabilidade e a produção de alimentos", aborda a trajetória de envolvimento da Sociologia com a temática ambiental. A articulação dos indivíduos em torno de movimentos de protesto contra a degradação ambiental que se intensificaram a partir da década de 1960 contribuiu para criar uma preocupação ambiental entre os cientistas sociais. É nesse contexto que a temática do desenvolvimento sustentável surge como alternativa para unir o desenvolvimento econômico e social, que diferentes países ambicionam, à preservação do meio ambiente. A questão do desenvolvimento suscita o debate sobre a concentração de terras para a produção agrícola, a crescente mecanização desse processo produtivo e a persistência da fome. Como a participação popular foi um dos fatores que motivaram o interesse de cientistas sociais pela questão ambiental, e a questão da produção de alimentos está vinculada à forma de apropriação da natureza pelo ser humano, o capítulo trata, nesse terceiro tópico, da questão da agricultura familiar, da chamada revolução verde e da luta de distintos povos pela soberania alimentar.

No quarto tópico, busca-se evidenciar os efeitos que a modernização das sociedades – e suas consequências, como o consumismo e o materialismo – teve sobre o "ajuste ecológico" antes vivenciado por algumas sociedades tradicionais, ocasionando crises que levaram à migração desses grupos para as cidades e, por vezes, à dissolução de seu modo de vida. Além disso, é apresentado o conceito de **injustiça ambiental**, indicando que o ônus e o bônus desse processo de modernização não são igualmente distribuídos, e que, portanto, a luta pelo equilíbrio ambiental não pode se dar independentemente das discussões sobre a promoção da democracia e da justiça social.

Conceitos centrais abordados no capítulo

- Meio ambiente
- Soberania alimentar
- Desenvolvimento
- Reforma agrária
- Preservacionismo
- Conservacionismo
- Revolução verde
- Comunidades tradicionais
- Problema ambiental
- Ajuste ecológico
- Sociedade de consumo
- Conflito ambiental
- Sustentabilidade
- Justiça ambiental
- Segurança alimentar
- Racismo ambiental

Principais autores abordados no capítulo

- Ricardo Abramovay
- Josué de Castro
- Henri Acselrad
- Robert Bullard
- Vandana Shiva
- Antonio Candido

Principais temas abordados no capítulo

- A constituição da modernidade e do capitalismo, que caracterizam um novo tipo de relação entre o ser humano e o meio ambiente.
- A constituição do meio ambiente como "problema" científico e político.
- A sustentabilidade e a soberania alimentar.
- As visões e ações alternativas ao capitalismo: reforma agrária, agricultura familiar e outras propostas de movimentos sociais.
- Os novos debates que envolvem meio ambiente, entre eles a privatização da água e a questão do risco ambiental no meio urbano.

2. Sugestões de encaminhamento das aulas

A proposta apresentada como objeto de estudo do capítulo relaciona meio ambiente, modernidade e capitalismo. Embora a temática do meio ambiente e dos estudos ecológicos tenha se destacado no Ocidente somente após os anos 1960, é possível observar que a relação sociedade e meio ambiente no advento da modernidade se torna problemática desde o surgimento de uma cultura capitalista. Assim, sugere-se iniciar o debate sobre o tema pela relação entre sociedade e natureza, fazendo uma abordagem comparativa das sociedades modernas com outras distantes no tempo e no espaço. O tópico 2 do capítulo oferece uma leitura nesse sentido.

A existência de uma "problemática ambiental" se relaciona com o discurso científico e político, que percebe o meio ambiente como um elemento fundamental do mundo moderno e cita exemplos de acidentes, como o desastre de Chernobyl, para constituir um campo de debates e de ações que legitimam ou deslegitimam a prevalência do capital em relação ao meio ambiente. Assim, o meio ambiente passa a se tornar um objeto tanto de crítica quanto de legitimação do próprio capitalismo.

É importante analisar com os alunos os diferentes significados e representações do meio ambiente para os múltiplos atores sociais, de acordo com seus contextos e interesses. A seguir, é apresentada uma atividade que pode ser realizada nesse sentido.

O tópico 3 do capítulo relaciona os debates sobre a fome e a pobreza com o meio ambiente e a segurança alimentar. Desse ponto de vista, é abordado o papel central do conceito de "sustentabilidade", que questiona o modelo de produção de alimentos no mundo e o consumismo imperante em nossa sociedade. Nesse tópico, apresenta-se a intervenção de agências multilaterais na organização de ações e discursos que envolvem a questão da produção de alimentos. Em paralelo, também é mostrada a visão dos movimentos sociais sobre o tema, sobretudo por meio da defesa da reforma agrária e da agricultura familiar. Nesse momento, pode-se pôr em evidência a luta de interesses e de visões entre as agências multilaterais, o Estado e os movimentos sociais sobre a temática do meio ambiente e da sustentabilidade. Pode-se recorrer ao uso de um quadro e promover uma análise de discurso desses atores sociais.

Os tópicos finais do capítulo oferecem um panorama dos debates atuais que envolvem meio ambiente, sustentabilidade, capitalismo e questão urbana. São os seguintes debates que estão em voga no mundo acadêmico e político, com forte envolvimento de movimentos sociais.

- A crise dos alimentos e o modelo de agricultura adotado no Brasil e nos países dependentes, de forma geral.
- A justiça ambiental e os movimentos sociais.
- A sociabilidade caipira como alternativa sustentável ao capitalismo.
- Problemas ambientais urbanos e situações de risco ambiental, como o caso de enchentes.

Convém avaliar quais desses eixos dialogam mais com a realidade dos alunos e da escola: a questão rural e o modelo de agricultura podem trazer uma conexão maior com as realidades do campo ou de cidades onde a agricultura seja a vocação econômica; ou mesmo a questão das enchentes, que pode ser discutida com alunos de bairros que sofrem com o problema.

O conceito de justiça ambiental e a "ambientalização" dos conflitos sociais são os elementos finais do capítulo. Trata-se da constituição de um discurso, por parte dos movimentos sociais, que une a defesa do meio ambiente à justiça social, e demonstra a interdependência entre o bem-estar social e o bem-estar ambiental. Sendo assim, a importância do elemento meio ambiente na esfera pública e política passa a modificar os discursos de empresas e governos, pressionados pela sociedade civil organizada para modificar ações deletérias. É importante que se atente, no entanto, para os diferentes usos e significados do "meio ambiente" no discurso de empresas, governo e movimentos sociais. O exemplo da usina de Belo Monte serve de base para os debates em sala de aula, assim como o caso do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco Mineração S. A., em 2015. *Sites* do governo e do Movimento de Atingidos por Barragens (<www.mabnacional.org.br>; acesso em: jan. 2016), por exemplo, são fontes para discutir com os alunos as diferentes visões e os diversos interesses envolvidos no projeto.

Devido à contemporaneidade do tema justiça ambiental, sugere-se que sejam feitas algumas leituras indicadas ao final do capítulo (e neste suplemento) para fundamentar as discussões.

3. Orientações para o trabalho com as seções

◆ Considerações sociológicas — 381

Na seção, há um texto cujo objetivo é aprofundar a compreensão de que a questão ambiental não é formada por um "consenso" em torno da visão de meio ambiente, mas também de tensões sobre o que e como fazer para inserir o debate ambiental nas agendas políticas. Assim, apresenta-se a economia verde, que procura conciliar uma visão desenvolvimentista com a prevenção da escassez de recursos naturais utilizando o discurso ambientalista como estratégia de *marketing*.

Com base nisso, pode-se problematizar o discurso da sustentabilidade tão em voga nos últimos 20 anos: é possível tornar o modo de produção capitalista sustentável? O crescimento econômico, nos moldes capitalistas, é compatível com a questão ecológica e a conservação ambiental? Também é importante ressaltar que os impactos socioambientais promovem a destruição, o desequilíbrio de determinados ecossistemas, afetando diretamente populações inseridas nessas regiões. Também vale discutir o fato de os mais pobres no mundo inteiro serem os primeiros e mais afetados.

◆ Direito e sociedade — 382

Na seção, cita-se a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, uma das 15 leis de nossa legislação ambiental.

Uma das primeiras coisas a chamar a atenção nessa lei é sua concepção naturalista de meio ambiente, na qual a natureza está separada da intervenção humana. Essa concepção aponta para determinado senso comum sobre o tema, que pode ser questionado pela própria necessidade de uma lei para normatizar a prática ambiental no país.

Extraímos da lei um excerto do capítulo VI, que define as atribuições do poder público em relação ao meio ambiente. Pode-se discutir com os alunos como essas atribuições se concretizam e quais são os limites atuais que o Estado encontra para cumprir tais atribuições.

Essa reflexão pode também levar a um debate sobre o novo Código Florestal, que pôs em pauta diferentes concepções de meio ambiente. Entre elas, a ideia de que os defensores do meio ambiente estariam “travando” o desenvolvimento do país, tal como é apresentado por empresários e até mesmo por alguns governantes. Sugere-se, assim, que se preste atenção nos interesses econômicos e políticos envolvidos no tema.

Na atividade, deve-se incentivar a preparação consciente dos argumentos e mediar o debate entre os alunos. Ao final, é importante fazer um balanço da questão, com destaque para sua complexidade.

◆ Interfaces 383

A proposta dessa seção, na qual as atividades incluem a participação de docentes de outras áreas do conhecimento, é apontar para um olhar mais amplo, com uma perspectiva multidisciplinar que tenha como finalidade proporcionar aos estudantes uma visão mais alargada e múltipla dos conteúdos propostos.

Nesse capítulo, chamamos a atenção para um esporte praticado nos espaços urbanos, ambientes tão segregados que diferenciam as classes sociais e estigmatizam em grande medida os jovens. Trata-se do *parkour*, atividade cujo objetivo é movimentar-se de modo acrobático, usando as habilidades do próprio corpo, de maneira a ultrapassar obstáculos urbanos. Desse modo, muitos jovens buscam dar novas leituras, novos significados à área urbana, com a perspectiva da liberdade e a própria ideia do direito à cidade. Assim, os docentes poderão trazer essa temática à luz de suas áreas de atuação propondo diversas atividades aos estudantes.

◆ Indicações

Livros 373, 378

- ***Guerras por água*: privatização, poluição e lucro. Vandana Shiva.**

O livro serve de motivador para debater as questões econômicas e políticas sobre o meio ambiente com base no tema da disponibilidade e da mercantilização de um recurso natural indispensável à vida, a água. Com base nisso, é possível aprofundar o conhecimento sobre a conexão entre a economia capitalista e a ordem ecológica.

- ***O que é justiça ambiental?* Henri Acselrad et al.**

Os artigos que constituem o livro podem ser utilizados com exemplos empíricos para sustentar a teoria sociológica sobre as visões do senso comum em relação ao tema da justiça ambiental. Pode-se confrontar opiniões de teóricos, jornalistas e formadores de opinião com as pesquisas apresentadas para fazer um exercício sociológico de desconstrução dos discursos estabelecidos e da utilidade da teoria e dos conceitos sociológicos para o posicionamento ético diante dos dilemas políticos contemporâneos, em especial os que se produzem sobre a posição que opõe desenvolvimento, geração de riqueza e equilíbrio ambiental.

Sites 358, 363, 377, 379

- *<www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>*

As informações atualizadas sobre a localização dos conflitos ambientais e seus efeitos em relação à saúde da população podem ser utilizadas para estabelecer, com os dados (que podem ser levados à sala de aula ou constituir fonte de pesquisa para os alunos), evidências que sustentem os princípios da justiça ambiental. Os dados podem ainda ser utilizados em atividades interdisciplinares que articulem saúde e meio ambiente com outras disciplinas, como Geografia, Biologia e Química. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.socioambiental.org>*

Apresenta notícias recentes sobre o cenário político que envolve a gestão ambiental no país, em especial sobre os temas relacionados à questão da defesa dos direitos e dos bens dos povos indígenas e outros povos tradicionais. Os textos que se encontram no *site* podem ser utilizados como fontes para discutir os interesses que motivam a criação das políticas públicas atuais sobre o meio ambiente, as votações de projetos de lei, o licenciamento de grandes empreendimentos etc. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.pnuma.org.br>*

Nas publicações sobre os temas abordados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma-ONU), além de seções para comunicados, há notícias e iniciativas. Essas seções viabilizam uma discussão sobre o que o Pnuma tem feito, e até que ponto tem revertido problemas ambientais. Além disso, a seção *Divisões globais* apresenta órgãos com funções específicas, vinculados ao Pnuma. É possível trabalhar com os estudantes em formato de pesquisa e propor que busquem informações sobre outros órgãos internacionais, nacionais ou regionais que atuem com os temas do Pnuma e que procurem descobrir se há gestão integrada entre eles. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.mabnacional.org.br>*

As reportagens e os textos disponíveis no *site* do Movimento dos Atingidos por Barragens possibilitam uma aproximação com as questões defendidas pela organização nacional de luta em defesa dos direitos das pessoas atingidas, em defesa da água e da energia e pela construção de um projeto popular para o país. A legislação, que se encontra no *site*, sobre o direito à água pode ser confrontada com dados da realidade para avaliação crítica dos estudantes. (Acesso em: abr. 2016.)

- *<www.akatu.org.br>*

Os vídeos e textos estimulam debates que levam à reflexão sobre a necessidade de se repensar o modo de produção capitalista e o consumismo característico desse modelo. (Acesso em: abr. 2016.)

Filmes 359, 364, 372

- *Uma verdade inconveniente*

O filme oferece informações complementares sobre a articulação entre política e meio ambiente. A elaboração de uma resenha crítica sobre ele pode contribuir para o aprendizado das questões sociais que envolvem os temas ambientais. A avaliação dos temas centrais da produção pode ser feita por meio de um inventário dos seus aspectos mais relevantes, como causas e efeitos das mudanças climáticas, a conjuntura do debate ambiental na época em que o filme foi realizado, os principais argumentos em disputa e seus defensores, bem como as propostas mais importantes para solucionar os problemas apresentados.

- *O veneno está na mesa*

O documentário apresenta uma visão crítica sobre o uso dos agrotóxicos. Pode ser utilizado para discutir a importância da valorização da agricultura orgânica e familiar e a necessidade de se pensar a questão do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas com base em sua interligação com o modelo de desenvolvimento capitalista.

- *The future of food (O futuro dos alimentos)*

O filme permite explorar a complexa malha de forças políticas e econômicas que influenciam na alimentação e o modo de produção tradicional. Ao dar voz aos agricultores afetados por essas mudanças, permite discutir os perigos para a saúde, as políticas governamentais e os *lobbies* globais resultantes da introdução de alimentos alterados geneticamente no mercado. Assim, é possível explorar aspectos sociais diretamente interligados ao uso da natureza, essenciais para se compreender o meio ambiente como resultante das relações humanas com o meio natural.

Jogos 361, 373

- *Climate challenge (Desafio do clima)*

Desafiado a adotar medidas para a redução de emissão de carbono, o estudante entra em contato com o papel das políticas públicas para garantia do equilíbrio ambiental. Com isso, a relação entre a política e o meio ambiente pode ser claramente percebida e debatida. A validade de algumas políticas públicas de redução de emissão de carbono vigentes em nossa sociedade pode ser apresentada para discussão com os estudantes.

- *Cidade verde*

Os estudantes, ao serem incentivados a administrar a cidade de forma sustentável, conciliando as demandas sociais, a preocupação ambiental e o crescimento econômico, precisarão tomar decisões que envolvem mobilidade, coleta de lixo, tratamento de esgoto, desmatamento, consumo e gestão pública de gastos. O exercício leva à percepção dos diferentes interesses que motivam as definições sobre o desenvolvimento das cidades.

◆ MovimentAção 386

O uso do caso da desocupação do Pinheirinho é, de antemão, um fator sensibilizante. Utilizar vídeos e reportagens sobre o caso será de grande auxílio ao docente, que deve exercer um papel de imparcialidade para que suas opiniões não interfiram no júri. Nesse caso, fará a função de moderador, ajudando os estudantes a construir seu próprio raciocínio e argumentos de forma autônoma. Vale, nesse caso, usar outras situações parecidas, em que comunidades tenham sido desapropriadas por conta de interesses privados ou do Estado.

4. Respostas e comentários das atividades

◆ Reflexão e revisão 384

1. Antonio Candido se concentra na realidade do Brasil, em especial a do interior paulista, e mostra as relações entre o processo de modernização e a sociabilidade caipira. Os caipiras se amparam no meio ecológico imediato para sua sobrevivência, constituindo o que

o autor chamou de ajuste ecológico total, e que tem sido substituído por uma forma de interação entre o meio ambiente e os espaços urbanos mediada, principalmente, pelo consumo. As análises de Antonio Candido serviram de estímulo ao surgimento da Sociologia Rural no Brasil. Para Vandana Shiva, há uma tendência, desde a modernização da agricultura (revolução verde), de ampliação da escassez devido ao consumismo e ao uso privado de recursos naturais coletivos. Ela é propositiva ao defender os princípios da justiça ambiental e o não uso de organismos geneticamente modificados.

2. Os problemas ambientais são consequência direta da intervenção humana nos ecossistemas, que causa desequilíbrios ambientais e compromete a qualidade de vida. A ideia de solução para problemas ambientais passa por uma compreensão do que é o desenvolvimento. Por um lado, há o pensamento preservacionista, que entende que o ser humano deve preservar a natureza, mantendo-a intacta. Por outro, há a sustentabilidade, que entende que os recursos naturais devem ser utilizados, mas de forma responsável, para preservar sua existência. Um exemplo de ação preservacionista é a luta pelo fim do desmatamento com a manutenção da floresta. Um exemplo de sustentabilidade é o uso de recursos renováveis para produzir energia elétrica (como a energia solar).
3. Há visões opostas. O agronegócio e o mercado financeiro encontram nas *commodities* uma forma de expansão dos lucros, no contexto do capitalismo global. Nessa perspectiva, o que importa é o comércio e as ações financeiras ligadas aos alimentos. Na contramão dessa perspectiva, está a ideia de segurança alimentar, que baseia o princípio de distribuição de alimentos no direito universal ao alimento de cada ser humano. Assim, os Estados, governos e ONGs se comprometeriam, principalmente por meio de conferências globais, tratados e leis, a criar condições para que isso ocorra. Alguns atores sociais foram além, promovendo ações de luta por justiça ambiental. Como exemplos brasileiros, pode-se citar o agronegócio (principalmente o mercado de soja) e a chamada revolução verde. O Estado brasileiro incentiva, por sua vez, formas alternativas de produção, como a agricultura familiar.

Questão para debate 384

A proposta é recapitular a teoria marxista sobre o modo de produção capitalista, apresentada nos capítulos iniciais, a fim de fundamentar a afirmativa de que "os lucros são privatizados, enquanto o prejuízo fora socializado", fazendo um paralelo com a contradição entre "produção coletiva" e "apropriação privada da riqueza". Depois, pode-se discutir as tentativas de "naturalizar" catástrofes como essas, em que o impacto socioambiental é fruto de escolhas políticas e econômicas, e não da "revolta da natureza".

Competências	Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum; produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, com base nas observações e reflexões realizadas.
Investigação e compreensão	Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, que ampliem a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas" nas relações interpessoais com os vários grupos sociais; elaborar uma visão crítica da realidade na qual está inserido.
Competências	Compreender as transformações no mundo; construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, e atuar para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos.
Domínio cognitivo	Aplicação.

Exame de seleção 385

A charge faz uma crítica ao uso abusivo de agrotóxicos, que, mesmo gerando impacto negativo na saúde da população, tem sido uma prática constante entre os grandes produtores, que acabam priorizando a manutenção do lucro. Dessa forma, a única opção que faz referência a essa questão é a letra **e**.

Gabarito	E.
Campo	Representação e comunicação.
Competências	Produzir novos discursos sobre a realidade social com base nas observações e reflexões realizadas.
Domínio cognitivo	Avaliação e conhecimento.

Questão para pesquisa 385

Orientação para condução da atividade

Nessa seção, é apresentada uma atividade que tem como objetivo um "mapeamento ideológico" sobre a questão ambiental e os principais agentes envolvidos nos conflitos ambientais. Sugere-se, mais especificamente, que esse mapeamento seja feito tendo em mente o pagamento por serviços ambientais (PSA), apresentando os argumentos e as visões de atores-chave. Pode-se fazer uma primeira proposta com os estudantes sobre como analisar o discurso de tais atores para identificar categorias-chave e elementos discursivos e inseri-los em uma tabela, como no exemplo.

Ator social	Corporação privada.
Categorias-chave	Responsabilidade ambiental; visão estratégica; desenvolvimento econômico.
Estratégias discursivas	Vocabulário econômico; uso de expressões do mercado financeiro; linguagem afirmativa e pouco questionadora.
Meio ambiente	É visto como um "recurso" e como um "ativo" da empresa.

É recomendável ajudar os estudantes a selecionar material de *sites*, revistas ou jornais para que encontrem exemplos do discurso desses atores sociais e, em sala de aula, possam realizar a análise em grupo.

5. Atividades complementares

Sensibilização e motivação

Leia o texto abaixo:

Quem vai explorar a biodiversidade amazônica?

Uma das questões mais complexas envolvendo exploração da biodiversidade é a participação das comunidades indígenas detentoras de informação valiosa sobre plantas e substâncias animais. "O mercado farmacêutico reconhece o saber tradicional como dado concreto", diz Elaine Elisabetsky, da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), especialista em etnofarmacologia (uso de plantas medicinais por comunidades tradicionais). Contratos de parceria para bioprospecção chegam a pagar o dobro em *royalties* por um punhado de plantas, se o material incluir informações sobre como os índios as utilizam.

Se cientistas têm receio hoje em afirmar que a biopirataria cresceu, entre índios se comenta cada vez mais as histórias sobre brancos entrando em aldeias atrás de plantas dos pajés e curandeiros.

Líderes indígenas da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) têm orientado caciques a proteger informações de estranhos, mas nem sempre é possível. O índio terena Lúcio Flores, um dos dirigentes da entidade, conta que um pesquisador circulando por sua região já simulou até mal-estar dentro de uma aldeia para observar as plantas que o pajé usaria para curá-lo. "Era uma pessoa dentro da aldeia que dizia estar passando mal, e alguém tinha que ajudar", diz. Dentro das estratégias para conseguir informações, o suborno com dinheiro e presentes também é comum, sobretudo em comunidades onde há pobreza. Casos estranhos também acontecem. "Eu já vi uma pesquisadora gringa casando com filho de pajé para poder ter acesso ao conhecimento", conta o índio Ismael Tariano, da Associação Yakino, entidade dedicada à preservação da cultura indígena. Além dos índios, caboclos de comunidades ribeirinhas da Amazônia também são considerados potenciais alvos de biopirataria, pois conhecem diversas plantas medicinais.

GARCIA, Rafael. Revista *Galileu*. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT625254-1948-3,00.html>. Acesso em: abr. 2016.

O professor pode pedir aos alunos que debatam o tema da biodiversidade usando as seguintes questões.

- A biodiversidade pode ser ameaçada com o interesse científico e corporativo da indústria farmacêutica?
- A proteção dos conhecimentos produzidos por povos indígenas pode cessar essa exploração?

Orientações ao professor: um debate atual e necessário que pode ser introduzido para sensibilizar os alunos para o tema é a apropriação dos conhecimentos de povos tradicionais pela ciência ocidental. Além das questões éticas envolvidas, pode-se trabalhar com a turma a relação que os povos indígenas estabelecem com seu entorno, suas próprias concepções de natureza, em oposição à concepção ocidental de meio ambiente.

Se considerar conveniente, solicite aos alunos que façam uma pesquisa sobre os usos de plantas medicinais em remédios e sua relação com a manutenção ou a exploração da biodiversidade.

Aprofundamento e aplicação

Justiça ambiental: o que significa e o que envolve

Como sugestão de atividade de aprofundamento, pode-se confeccionar um mapa do Brasil com os índices e avaliações sobre a justiça ambiental em cada estado brasileiro ou dos bairros da cidade em que vivem. Sugere-se que se inicie a atividade com um mapa de "percepção" dos alunos, marcando em cores diferentes os estados/bairros com mais ou menos justiça ambiental, de acordo com eles, levando-os a fundamentar suas percepções. Em seguida, eles devem realizar uma pesquisa para verificar se tais percepções se justificam.

É importante estabelecer critérios para a pesquisa dos alunos, tais como:

- A observação da correlação entre justiça ambiental e justiça social, para a qual contribuem critérios como acesso à saúde e maior ou menor contaminação por parte de empresas;
- O acesso e a defesa ao direito de recursos ambientais por parte da população, tal como terras férteis nos meios rurais e espaços verdes nos meios urbanos;
- A garantia de direitos das populações locais em relação ao meio ambiente em que vivem.

Os alunos podem consultar o *site* do Ministério do Meio Ambiente (<www.mma.gov.br>; acesso em: fev. 2016), o *site* do Mapa de Conflitos sobre Injustiça Ambiental, organizado pela Fiocruz (<www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>; acesso em: fev. 2016), além de outras fontes e livros. A atividade também pode ser feita em conjunto com professores de Geografia e Biologia.

6. Leituras complementares de autores apresentados no capítulo

[...] As lutas por justiça ambiental, tal como caracterizadas no caso brasileiro, combinam assim: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado. Mas cabe ressaltar também a defesa dos direitos das populações futuras. E como os representantes do movimento fazem a articulação lógica entre lutas presentes e "direitos futuros"? Propondo a interrupção dos mecanismos de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais pobres. Pois o que esses movimentos tentam mostrar é que, enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Fazem assim a ligação entre o discurso genérico sobre o futuro e as condições históricas concretas pelas quais, no presente, se está definindo o futuro. Aí se dá a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que, para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos. Como identificar a pressão predatória exercida sobre os mais fracos? Ora, a "chantagem locacional dos investimentos" é o mecanismo central, nas condições de liberalização hoje prevalecentes, para a imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas. Pois, em ausência de políticas ambientais de licenciamento e fiscalização de atividades apropriadas e sem políticas sociais e de emprego consistentes, as populações mais pobres e desorganizadas tenderiam a sucumbir às promessas de emprego "quaisquer que sejam seus custos". A dinâmica desses movimentos sugere, portanto, que a condição de destituição de certos grupos sociais é um elemento-chave a favorecer a rentabilização de investimentos em processos poluentes e perigosos. É por isso que, no entendimento dos setores populares mobilizados em torno das lutas ambientais, é cada vez mais clara a fusão entre risco ambiental e insegurança social – peças centrais da reprodução das desigualdades em tempos de liberalização da economia. Torna-se assim também crescentemente difundido o entendimento de que a proteção ambiental não é, ao contrário do senso comum, causa restrita a classes médias urbanas, mas parte integrante das lutas sociais das maiorias. E é por meio de suas estratégias argumentativas e formas de luta inovadoras que os atores sociais, cujas práticas aqui analisamos, têm procurado, no Brasil, fazer do ambiente um espaço de construção de justiça e não apenas da razão utilitária do mercado.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP. v. 24, n. 68, 2010. p. 103-119.

O conjunto de entidades envolvidas no debate ambiental brasileiro foi sempre perpassado pela questão central sobre como engajar-se em campanhas que evocam a "proteção ao meio ambiente" sem desconsiderar a luta contra a pobreza e a desigualdade social. Em outros termos, como conquistar legitimidade para as questões ambientais quando a preocupação com o ambiente é apresentada como um obstáculo ao enfrentamento do desemprego e à superação da pobreza?

Henri Acselrad busca, nesse texto, analisar as estratégias argumentativas e formas de luta que os atores sociais têm desenvolvido no Brasil, de forma a fazer do debate ambiental um espaço de construção de justiça, e não apenas de razão utilitária do mercado.

Merecem destaque no texto os seguintes aspectos:

- A questão ambiental assumiu distintos sentidos, ora contracultural, ora utilitário. O primeiro constituiu um movimento de questionamento do estilo de vida que tem justificado o padrão dominante de apropriação do mundo material. O segundo preocupava-se em assegurar a continuidade da acumulação do capital, economizando recursos em matéria e energia.
- Os conflitos ambientais existentes denunciam a desigualdade ambiental, ou seja, a exposição desigual dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza, ou a concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos.
- Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos.
- A modernização ecológica recusa regulações políticas e equaciona o meio ambiente na lógica da propriedade privada. Para atrair capitais, a "ecologia" e a "sustentabilidade" podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca que se quer atrativa.
- A estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz a acumulação de riqueza se realizar, tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos. Isso sugere que o que

está efetivamente em jogo nesse embate seja o modo como se distribuem desigualmente no espaço distintas formas sociais de apropriação dos recursos ambientais.

- O que esses movimentos por “justiça ambiental” tentam mostrar é que, enquanto os males ambientais puderem ser transferidos aos mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais pobres.
- Na ausência de políticas ambientais de fiscalização de atividades apropriadas, e sem políticas sociais e de emprego consistentes, as populações mais pobres tendem a sucumbir às promessas de emprego “quaisquer que sejam seus custos”, o que favorece a rentabilização de investimentos em processos poluentes e perigosos. Dessa forma, evidencia-se a fusão entre risco ambiental e insegurança social como central para a reprodução das desigualdades em tempos de liberalização da economia.

Torna-se assim também crescentemente difundido o entendimento de que a proteção ambiental não é causa restrita a classes médias urbanas, mas parte integrante das lutas sociais das maiorias.

7. Sugestão de bibliografia para o docente

ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos*: uma crítica radical ao capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco*. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOLTANSKY, Luc & CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, José Sergio Leite et al. (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais*: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de ambientalização de conflitos e dilemas de participação. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

LOWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada

Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

A cozinha é tarefa de todos

Cozinhar é tarefa de toda a família. A cozinha (e tudo que a envolve) é um lugar para se conviver em grupo, melhorar a convivência, trocar experiências e experimentar.

Crianças e jovens, homens e mulheres têm muito a aprender nesse ambiente.

Coloque a mão na massa e aprenda sobre a riqueza dos alimentos compartilhando os truques culinários com os amigos, pais, avós e família.

Este livro didático é um **material consumível**, que pode ser **mantido com você** após o final do ano letivo. Cuide bem do que é seu por **direito**.

ISBN 978-85-16-10267-8

CÓDIGO DO LIVRO:
0193P18143130IM